O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

VOLUME DECIMO QUINTO



COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1872

BIBLIOTHECA DA UNIVERSIDADE * COIMBRA *
Bibliotheca da Imprensa da Universidade de Coimbra

COLLABORADORES

DO DECIMO QUINTO VOLUME

DO

INSTITUTO

Abilio Augusto da Fonseca Pinto.
Alberto Telles d'Utra Machado.
Antonio Augusto da Costa Simões.
Antonio da Cunha Vieira de Meirelles.
Antonio Ignacio Coelho de Moraes.
Augusto Filippe Simões.
Augusto Mendes Simões de Castro.
Candido de Figueiredo.
Edmond Goëze.
Enrique del Castillo y Alba (D.)
Francisco Antonio Alves.
Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão.
Joaquim Augusto Simões de Carvalho.
José Antonio Serrano.
José de Saldanha Oliveira e Souza.
José Frederico Laranjo.
José Joaquim Pereira Falcão.
Luiz Carlos Simões Ferreira.
Luiz Guedes Coutinho Garrido.
Luiz Leite Pereira Jardim.

ESCRIPTOS POSTHUMOS

Alvaro de S. Boaventura (D. Frei).
Francisco Manuel de Mello (D.)
Julião Monteiro da Silva.
Marcelliano Ribeiro de Mendonça.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE * COIMBRA *

INSTITUTO

DO

DO DECIMO QUINTO AOUDE

CORRESPONDENCIA

INDICE ALPHABETICO

DO

DECIMO QUINTO VOLUME DO INSTITUTO

Pag.

Aguas mineraes de Luso..... 198, 222
Alfandegas..... 124, 147, 218, 241
Alguem (A) poesia..... 252
Amédée Thierry 25, 49
Animo (poesia)..... 204
Apontamentos para a historia da physica em Portugal 57
Archeologia Conimbricense 89
Arte e o Bello (A) 64
Artigo XVI do codigo civil portuguez (O) 265
Augustin Thierry vid. Dois historiadores modernos.
Bibliographia .. 23, 46, 95, 115, 119, 214
Bispo de Coimbra, D. Fr. Alvaro de S. Boaventura (O) 110
Botanica, vid. Distribuição geographica dos vegetaes.
Brasão de Coimbra..... 107, 135, 161
Carta declamatoria de D. Francisco Manuel de Mello..... 67
Carta inedita do bispo de Coimbra D. Fr. Alvaro de S. Boaventura 92
Cartas d'alguns bispos portuguezes a proposito da Tentativa Theologica..... 263
Cartas familiares..... 111, 184
Catalogue des plantes médecinales et industrielles au Jardim Botanique de Coïmbra 4, 32, 77
Causas do progresso da jurisprudencia romana, vid. Amédée Thierry.
Convenção de 30 de agosto (A) 205
Convenção de 30 de agosto (Ainda a).. 276
Distribuição geographica dos vegetaes. 155
Dois historiadores modernos..... 235, 252
Em 1809 19
Eschola allemã em histologia pathologica (A)..... 104, 130, 153, 173
Estudos analyticos, vid. Aguas mineraes de Luso.
Estudos de direito civil, vid. Artigo XVI do codigo civil portuguez.
Estudos economicos e sociaes, vid. Alfandegas.
Excerptos d'um livro inedito. 1, 29 75, 99

Pag.

Expediente..... 72
Garcia de Rezende, vid. Subsidios.
Herodoto..... 42
Hygiene Bromatologica — (Um capitulo de)..... 200
Instrucção popular (A) 169, 195
Liberdade de industria (A). 27, 50, 73, 97, 121, 145, 193, 217
Memoria sobre os minerios de cobre. 10, 37
Meninos de Palhavã (Os)..... 232
Meteorologia, vid. Saraiva.
Monte de Piedade de S. Thiago de Esporões..... 267
Myographo de Helmholtz..... 225, 244
Obras offerecidas ao Instituto 168
Opinião sobre o projecto d'um caes ... 175
Organogenia (Da)..... 272
Origens barbaras (As) 84
Paraizo de Vathek em Cintra 63
Physica em Portugal, vid. Apontamentos.
Physiologia experimental em Coimbra, vid. Myographo de Helmoltz.
Poesias 42, 63, 107, 160, 204, 252
Prescott, vid. Dois historiadores modernos.
Questão das duas camaras (A) 101
Rapida reseña historica de la literatura dramatica española..... 282
Regimento que el-rei D. João II mandou á camara de Evora 143
Saraiva..... 132
Sempre-noiva (Chronica eborense) 139, 164 181, 209, 238, 255, 279
Soneto 42, 63
Subsidios para a biographia de Garcia de Rezende (Alguns)..... 189
Suspiros (poesia) 160
Terremotos em Portugal 81
Theoria dos determinantes 227, 246
Thucydides..... 86
Toxicologia 53, 270
Um quadro de Josepha de Obidos 288
Uma senhora (A) poesia 107
Xenophonte 259

INDICE ALFABETICO

ERRATAS *

Pag.	*Col.*	*Linhas*	*Erros*	*Emendas*
25	2.ª	31	resistiam	resistiram
60	1.ª	2	doutrina lida	doutrinada
78	»	9	Eckl & L.	Eckl & Z.
»	2.ª	4	Allopice	Allspice
»	»	18	présent	presente
»	»	24	Hock	Hook
79	1.ª	6	Stillingfleet.	Stilling.
»	»	9	Fallow	Tallow
»	»	41	serre	serres
»	2.ª	12	Eddoc.	Eddocs.
80	1.ª	13	Sènegee.	Sénegal.
»	»	16	Monkics	Monkeys
»	2.ª	41	czibethinus	zebethinus.
»	»	49	de plante	de la plante
»	»	61	Manguifera	Mangifera
81	1.ª	23	Goyasas.	Goyavas.
»	»	42	thec Ecast.	the East.
115	»	3	n'uns	n'um
»	2.ª	2	est'outro.	est'outro:
»	»	27	chocalhando juizos,	chocalhando guisos,
»	»	62	pronunciaram uma aurora até hoje	prenunciaram uma aurora, até hoje
116	2.ª	3	numa eponha	n'uma epocha
»	»	6	revestia-a do	revestia a do
117	2.ª	23	dão individualidade	deem individualidade
»	»	34	lesura	lesma
118	1.ª	3	varía da temperatura	varía de temperatura
»	»	14	os traços e as	os traços e os
»	2.ª	31	em contradicção com o artigo 29º,	em contradicção com o artigo 29.º;
141	2.ª	56	em forma	com forma
182	»	50	á vontade	á larga
204	»	51	comsigo	commigo
210	1.ª	37	fallava	fallara
213	1.ª	8	Eu não devo	Não devo
214	»	26	lhe houvessem de brotar	houvesse de lhe brotarem
237	1.ª	17	Washington, Irving	Washington Irving,
»	»	30	odinarios	ordinarios
240	2.ª	34	mestre	mestraço
259	»	11	P'ra servir	Por servir

* Estas correcções foram-nos enviadas pelos auctores dos artigos a que se referem. Não querem pois dizer que sejam unicas.

ERRATAS.*

Pag.	Col.	Linha	Erros	Emendas
25	1.ª	18	Pertence	Pertence
32	2.ª	16	Registrou	Registrou
60	1.ª	5	Continua, lida	Continuada
78	»	9	E=I & L	E=I & X
»	2.ª	4	Allobice	Allspice
»	»	18	Brazeal	Brazeale
»	»	54	Hook	Hook
»	»	8	Billinglsley	Billingly
»	»	9	Yellow	Tallow
»	»	14	Segro	Segros
»	»	15	Eagles	Eagles
80	1.ª	18	Seperate	Separate
»	»	31	Monkeys	Monkeys
»	2.ª	41	Sedentine	Sedentine
»	»	49	de la Brute	de la Brute
»	»	19	Mandigtare	Mandigtare
81	1.ª	28	Colvase	Colvase
»	»	3	Name	Name
»	»	35	Not Least	Not Least
»	2.ª	3	Estonto	Estonto
»	»	5	Broominghamshire mile north ate pole	Broominghamshire mile north ate pole
»	»	31	Chocolate Kisses	Chocolate Kisses
82	1.ª	3	Chocs	Chocs
»	»	28	Negotiate	Negotiate
»	2.ª	3	Ingots	Ingots
»	»	4	Ingots	Ingots
»	»	5	Ingots	Ingots
»	»	6	Ingots	Ingots
»	»	7	Ingots	Ingots
»	»	8	Ingots	Ingots
»	»	9	Ingots	Ingots
»	»	10	Ingots	Ingots
»	»	11	Ingots	Ingots
»	»	12	Ingots	Ingots
»	»	13	Ingots	Ingots
»	»	14	Ingots	Ingots
»	»	15	Ingots	Ingots
»	»	16	Ingots	Ingots
»	»	17	Ingots	Ingots
»	»	18	Ingots	Ingots
»	»	19	Ingots	Ingots
»	»	20	Ingots	Ingots
»	»	21	Ingots	Ingots
»	»	22	Ingots	Ingots
»	»	23	Ingots	Ingots
»	»	24	Ingots	Ingots
»	»	25	Ingots	Ingots
»	»	26	Ingots	Ingots
»	»	27	Ingots	Ingots
»	»	28	Ingots	Ingots
»	»	29	Ingots	Ingots
»	»	30	Ingots	Ingots
»	»	31	Ingots	Ingots
»	»	32	Ingots	Ingots
»	»	33	Ingots	Ingots
»	»	34	Ingots	Ingots
»	»	35	Ingots	Ingots
»	»	36	Ingots	Ingots
»	»	37	Ingots	Ingots
»	»	38	Ingots	Ingots
»	»	39	Ingots	Ingots
»	»	40	Ingots	Ingots
»	»	41	Ingots	Ingots
»	»	42	Ingots	Ingots
»	»	43	Ingots	Ingots
»	»	44	Ingots	Ingots
»	»	45	Ingots	Ingots
»	»	46	Ingots	Ingots
»	»	47	Ingots	Ingots
»	»	48	Ingots	Ingots
»	»	49	Ingots	Ingots
»	»	50	Ingots	Ingots
»	»	51	Ingots	Ingots
»	»	52	Ingots	Ingots
»	»	53	Ingots	Ingots
»	»	54	Ingots	Ingots
»	»	55	Ingots	Ingots
»	»	56	Ingots	Ingots
»	»	57	Ingots	Ingots
»	»	58	Ingots	Ingots
»	»	59	Ingots	Ingots
»	»	60	Ingots	Ingots
»	»	61	Ingots	Ingots
»	»	62	Ingots	Ingots
»	»	63	Ingots	Ingots
»	»	64	Ingots	Ingots
»	»	65	Ingots	Ingots
»	»	66	Ingots	Ingots
»	»	67	Ingots	Ingots
»	»	68	Ingots	Ingots
»	»	69	Ingots	Ingots
»	»	70	Ingots	Ingots
»	»	71	Ingots	Ingots
»	»	72	Ingots	Ingots
»	»	73	Ingots	Ingots
»	»	74	Ingots	Ingots
»	»	75	Ingots	Ingots
»	»	76	Ingots	Ingots
»	»	77	Ingots	Ingots
»	»	78	Ingots	Ingots
»	»	79	Ingots	Ingots
»	»	80	Ingots	Ingots
»	»	81	Ingots	Ingots
»	»	82	Ingots	Ingots
»	»	83	Ingots	Ingots
»	»	84	Ingots	Ingots
»	»	85	Ingots	Ingots
»	»	86	Ingots	Ingots
»	»	87	Ingots	Ingots
»	»	88	Ingots	Ingots
»	»	89	Ingots	Ingots
»	»	90	Ingots	Ingots
»	»	91	Ingots	Ingots
»	»	92	Ingots	Ingots
»	»	93	Ingots	Ingots
»	»	94	Ingots	Ingots
»	»	95	Ingots	Ingots
»	»	96	Ingots	Ingots
»	»	97	Ingots	Ingots
»	»	98	Ingots	Ingots
»	»	99	Ingots	Ingots
»	»	100	Ingots	Ingots

* Estas correcções foram-nos enviadas pelos autores dos artigos a que se referem. Não deveram ter

O Instituto

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

EXCERPTOS D'UM LIVRO INEDITO [1]

CAPITULO II

Da psychologia racional em geral

A psychologia, que temos estudado, deu-nos conta dos phenomenos da alma humana; a que vamos estudar, é que deve dar-nos conta da natureza e futuros destinos d'este principio, que em nós sente, quer e pensa. Sabemos que este principio é alguma cousa, que tem consciencia de si proprio, que é o centro ou substracto dos factos, que lhe modificam a existencia; mas ainda não sabemos qual a sua natureza intima e quaes os destinos, que o aguardam, em virtude d'esta natureza.

A solução d'estas questões, quem nol-a deve dar é a psychologia transcendente ou racional.

CAPITULO III

Da natureza do eu humano

Que em cada um de nós ha o que quer que seja que sente, quer e pensa, é facto de que ninguem duvida, porque a realidade d'estes phenomenos nos é attestada directamente pela consciencia. Não ha eschola de philosophia, por mais divergente que seja do credo de qualquer outra, que por um momento ponha em duvida a existencia d'este principio. A sensação, o pensamento, a acção livre, attestados pela consciencia, são condição chronologica da concepção do principio de substancia; e a applicação d'este principio áquelle phenomeno leva-nos irremissivelmente á crença em algum ser ou substancia, que elles modificam; porque sentir, pensar e querer, qualquer d'estes attributos, fôra impossivel sem um ser, por elles modificado.

Qual é porém a natureza d'este ser? Debaixo de que relação podemos observal-o? Que havemos de procurar e ver nelle? Quando procedemos com ordem, o que primeiro se nos antolha é a sua actividade; é uma actividade pura e inteira, a qual, ainda que sujeita a impressões, nem por isso é passiva; é uma actividade receptivel, exceptavel, accessivel e sensivel á acção de causas exteriores. Esta actividade, além d'isso, é constante, continua, e para assim dizer immortal, porque latente ou manifesta, languida ou energica, necessitada ou livre, persiste de todo o modo, não cessa para começar de novo; se alguma vez repousa é sem nunca parar, anda menos depressa, mas anda sempre, é uma acção menor, que não deixa de ser acção. Ora o que é activo e unicamente activo é pelo menos uma força, mas uma força, cuja primeira qualidade é a actividade.

Que é porém esta força? É uma só ou um multiplo d'ellas? Esclareçâmos este ponto.

É evidente que se o eu fosse um multiplo haveria em cada um de nós muitos eus; dous, tres, quatro, pouco importa o numero; mas haveria um eu para sentir, outro para pensar, outro para querer; haveria tantos eus quantas as diversas faculdades, de que nos dá testemunho a consciencia.

Mas isto é absurdo, porque, o que nos diz a consciencia é que o ser, que em nós sente, é o mesmo que em nós pensa; o mesmo que tem desejos e esperanças, amor ou odio, que julga, que raciocina etc., logo força é concluir d'ahi que esta força é uma, que este ser se desenvolve de muitas e diversas maneiras, sem nunca perder da sua unidade, e que esta unidade

[1] Ha annos que um zeloso amador das lettras patrias, o sr. Jayme C. Moniz, lamentava neste periodico que a modestia d'um illustradissimo professor do Funchal deixasse inedito o seu excellente livro *Elementos de philosophia racional e moral*. A dedicação pela boa litteratura d'um discipulo do auctor e amigo nosso, o sr. J. A. Teixeira, poz-nos deante dos olhos uma copia do valioso trabalho de Marcelliano Ribeiro de Mendonça. Publicando estes excerptos, cremos prestar um bom serviço aos que presam tão graves estudos, e pagar um preito de justa consideração ao auctor da obra, e ao primeiro, que em publico lhe avaliou os quilates, ambos nossos consocios.

abrange tudo, porque é vida energica e fecunda, que póde por sua natureza e segundo as circumstancias, porque, passa prestar-se aos mais variados desenvolvimentos.

Ella não é como alguma d'estas unidades de partes, que se ligam por uma relação qualquer, já no tempo, já no espaço. Nestes dois casos ha numero. Contam-se as cousas que succedem umas ás outras, como as que coexistem no mesmo ponto do tempo e do espaço. Mas quanto ao eu não ha nada d'isto. Elle não faz uma serie na duração, nem um composto no espaço; dura em força, mas ninguem póde contal-o, porque é simples; e esta simplicidade, que não cahe debaixo dos sentidos, que não é extensa nem figurada, nem sonóra nem cousa alguma similhante, acaba porisso de distinguil-o da apparente unidade dos corpos.

Outro facto, que immediatamente se apresenta apóz este, é o da identidade pessoal. Esta força, que se sente no presente, cada um se lembra de a ter sentido no passado; tem memoria de si propria, como tem consciencia. É necessario pois que, de uma para outra epocha, ella não tenha tido senão uma só e a mesma existencia; é necessario que tenha durado identica em sua unidade, porque d'outro modo não reconheceria hoje ser ainda o que foi hontem; no meio de suas lembranças nada teria de pessoal, nada que lhe pertencesse realmente.

Mas isto não é assim, porque, muito ao contrario, todas as suas reminiscencias andam cheias d'ella mesma, apenas haverá uma em que ella não tenha parte; logo esta actividade, que é uma, é tambem a mesma, continuamente identica e egual a si propria.

A variedade das acções do eu não depõe nada contra esta perfeita identidade. Para o conhecermos basta notar-se que esta força, identica e permanente, não é um poder rigido, uniforme, feito, para assim dizer, d'uma só peça; é pelo contrario uma força viva, flexivel e susceptivel d'uma infinidade de modos diversos; e, como nunca lhe fallecem occasiões, não ha dois momentos na duração, em que ella se não mostre senhora de si propria, e debaixo de todas as fórmas, que assume, nunca deixa de ser quem é; a sua substancia fica a mesma no meio da multiplice variedade de seus diversos modos de ser.

Eis aqui as quatro primeiras propriedades que o raciocinio, applicado ao testemunho da consciencia, nos descobre, no ser que denominâmos o eu. Vemos que elle é *activo,* é *um, é simples,* é *identico;* e estas são as suas qualidades *primarias,* porque sem ellas não poderá ser o que é, não podéra sentir, pensar nem querer; sem ellas implicaria contradicção a ideia de sua existencia.

Eis aqui em summa os factos, em que tem de apoiar-se o raciocinio, para determinar a natureza da alma humana.

ARTIGO 1.º

Da immaterialidade da alma

A respeito da questão da natureza do eu, toda a philosophia se divide em duas escholas: uma *materialista* e outra *espiritualista.*

Sendo certo que ás impressões, que nos fazem os objectos nos orgãos, succedem no eu sensações e ideias, pergunta-se — que poder occulto é este, que assim converte em sensação as impressões recebidas?

Este poder, respondem os materialistas, pertence ao cerebro. O cerebro, posto em acção pelas impressões, que lhe vêm de fóra, reage sobre os nervos e sobre os musculos, e o resultado d'estas reacções são sensações e movimentos, que vêm de dentro para fóra.

Os espiritualistas sustentam que, afóra o cerebro e sua reacção, ha no homem um principio activo, simples, um e identico que, excluindo toda a ideia de materia, é verdadeiramente um espirito.

Vejâmos por qual d'estas duas soluções nos havemos decidir. Por ora recebamos como hypothese a primeira solução, e vejâmos que consequencias d'ella derivam: se estas consequencias forem razoaveis absolveremos e acceitaremos a hypothese, se porém forem absurdas refutal-a-hemos como tal. Antes de entrarmos neste exame cumpre fazer algumas observações previas.

Diremos que temos ideia d'uma cousa quando podemos distinguil-a de qualquer outra que ella não seja. Ora que será distinguir? Distinguimos por ex. uma rosa de um jasmim, quando, comparando a sensação do cheiro da rosa, com a do cheiro do jasmim, percebemos entre ellas uma relação de differença. Ora, é claro que se não tivessemos a faculdade de comparar aquellas sensações, nunca poderiamos perceber a differença que ha entre ellas, nunca as julgariamos distinctas uma da outra.

Segue-se por tanto que o principio de todo o conhecimento está, não tanto na capacidade de receber impressões, como na faculdade, que tem o eu, de comparal-as, para conhecer a relação que ha entre ellas, para distinguil-as. Notado isto continuemos; e, para simplificar o exame a que nos propomos, figuremos uma hypothese, que sem duvida passou por nós; colloquemo-nos no caso da primeira impressão recebida, e vejâmos como esta passa a ser sensação.

Para que esta impressão, puramente material, chegue a ser sensação, isto é, principio de conhecimento, é de toda a força necessario que o eu se conheça a si proprio, que anteriormente a ella tenha tido do seu estado actual um sentimento anterior; porque, d'outro modo, como saberia o eu que, com a chegada d'essa impressão, o seu estado mudou? Como haveria mudança d'um para outro estado? Como veria nessa mudança um pheno-

meno, e procuraria a esse phenomeno uma causa, primeiro em si, depois fóra de si?

Para que esta impressão passe a ser sensação, é de toda a força necessario que o eu tenha o sentimento de sua existencia, que compare este sentimento com a impressão recebida, e que tire d'esta comparação o elemento cognoscitivo, que ha no fundo da sensação.

Não se nos diga que se póde muito bem escusar o sentimento da propria existencia para termo de comparação, porque, de companhia com a primeira impressão, pode vir uma segunda até mesmo uma terceira, e logo o eu póde comparar estas impressões entre si.

A isto respondemos que impressões, que não são sensações, são phenomenos que não existém para o eu; e então se não existe a primeira impressão tambem não existe a segunda nem a terceira, de modo que, em todo o caso, subsiste a necessidade d'um sentimento anterior a toda a impressão recebida, para que essa impressão, modificando o sentimento, possa revelar-se ao eu como um um phenomeno.

Segundo a theoria materialista este sentimento deve pertencer ao cerebro. Supponhamos pois que o cerebro, que é o principio pensante, tem em si o sentimento da propria existencia, anterior a toda a impressão adventicia, e vejamos como com esta concessão chega elle a converter a impressão em sensação.

O cerebro, como orgão material que é, póde considerar-se no seu todo, ou em cada uma de suas partes.

Considerado no todo, se esse está occupado pelo sentimento da propria existencia, quando lhe chega a impressão de fóra, uma de duas deve acontecer — ou o sentimento ha de abolir-se, para dar logar á impressão, ou com o sentimento, que lá está, ha de a impressão confundir-se. No primeiro caso, não póde haver comparação e por consequencia não ha distinção nem conhecimento, porque não ha senão um só termo. No segundo, se bem que haja dois termos, como estes estão fundidos um com o outro, d'esta fusão só póde resultar uma terceira cousa, que não é sensação nem sentimento; é como se tivessemos misturado duas tinctas de côr differente, a branca com a preta, que dariam a côr de chumbo, e neste caso tambem não póde haver conhecimento, porque não ha distincção.

Considerando agora o cerebro dividido em suas partes, supponhamos que numa d'ellas está domiciliado o sentimento, e as outras estão vasias para as impressões, que vierem de fóra. Se chega com effeito uma impressão, onde se fará a comparação. Na parte occupada pelo sentimento não, porque o cerebro não póde comparar o sentimento, que tem, com uma impressão que fallece. Na parte occupada pela impressão tambem não, porque ella a não póde comparar com o sentimento, que lá não está. Ora não podendo haver comparação em parte alguma do cerebro, porque em qualquer d'ellas ha um só termo a comparar, segue-se que não póde haver distincção, não póde haver conhecimento, não ha elemento cognoscitivo, que transforme a impressão em sensação.

Para ser possivel a comparação e, por consequencia, a distincção e o conhecimento, é de toda a força necessario que tanto o sentimento como a impressão, que o modifica, venham fundir-se, sem se confundir, num ponto unico, simples e indivisivel. Na licção seguinte averiguaremos qual a natureza d'este ponto.

ARTIGO 2.º

Da espiritualidade do eu

Na licção passada mostrámos que a solução materialista não satisfaz ao fim que se propõe; porque não explica como o cerebro, que é um orgão material, converte em sensações as impressões recebidas. Pelo exame d'aquella solução chegámos a presentir a necessidade d'um principio, um, simples e identico, no qual se possam fundir, sem se confundirem, o sentimento da propria existencia e as impressões que o modificam. Ainda não sabemos precisamente que principio seja este, só está demonstrado que não é corpo, e que não é esta parte do corpo, a que damos o nome de cerebro.

Está demonstrado que, para explicar-se o facto de uma primeira sensação, é de toda a força necessario admittir no sujeito do pensamento um sentimento, anterior a toda a impressão recebida, o qual sirva de primeiro termo á comparação, que o eu tenha de fazer d'elle, com a impressão adventicia.

Existe na verdade este sentimento? Ou é pura hypothese, reclamada pela necessidade de explicar o que não é de facil explicação? O phenomeno, que ora denominâmos sentimento da existencia, já de ha muito nos é conhecido com o nome de consciencia, e a existencia d'elle de prompto a reconhece, o que houver de interrogar-se a si proprio no silencio dos sentidos.

Logo que o façâmos, depara-se-nos um sentimento interno, com uma como voz interior, que nos dá conta de tudo, quanto em nós se passa. A consciencia é que nos diz que pensâmos, ou sentimos, soffremos ou gosâmos, desejâmos ou queremos, e, numa só palavra, que existimos. A consciencia é que nos diz que nossa existencia, uma como é, é a todo o momento modificada por milhares de maneiras diversas; que somos de diversos modos, sem que cada um de nós deixe de ser todavia o mesmo ser que é.

Eis aqui o que nos diz a consciencia. Eis aqui o oraculo que havemos de consultar ácerca da natureza do principio, que em nós sente, quer e pensa. E, se não duvidâmos do teste-

munho d'este oraculo, quando nos attesta o facto da nossa existencia; tambem não podemos pôr em duvida sua auctoridade, quando nos revela a natureza do ser, que cada um de nós é.

Sei pela consciencia que existo. Sei que existindo soffro ou góso, sinto ou penso, amo ou odío. Sei que esta cousa, que em mim passa por todos estes modos de ser diversos, não é no primeiro caso uma cousa, outra no segundo, outra no terceiro e assim por diante; é pelo contrario constantemente a mesma cousa, constantemente o mesmo eu. Logo tenho consciencia do meu eu, como d'alguma cousa, que é sempre uma e a mesma, no meio da diversidade dos phenomenos que produz, e dos modos de ser que a modificam.

Sei mais que esta cousa sente pelos olhos, pelos ouvidos, pelo tacto, pelo olfacto, etc.; e sei que os nervos, que formam cada um d'estes orgãos, não são os mesmos que constituem cada um dos outros; mas, isto não obstante, o eu que sente pelo primeiro é o mesmo que sente pelo segundo, o mesmo que sente pelo terceiro etc.: logo este eu que eu sou, e que sente pelos orgãos de que disponho, é alguma cousa simples e identica em opposição com os mesmos orgãos, os quaes sâo multiplos e diversos.

Além dos orgãos, que nos põem em communicação com o mundo exterior, outros ha interiores, pelo menos tão complicados como os primeiros, cuja missão é darem-nos sensações mui diversas e variadas. O mesmo é com os musculos e nervos, que executam os actos da vontade. Taes orgãos são muitos em numero, e percorrem todos os pontos do corpo em diversas direcções. Eis aqui pois uma multidão de conductores de sensações e agentes da vontade, que constituem o aparelho sensitivo. Quem é, perguntemos a nós mesmos, quem é que recebe estas sensações? Quem emitte aquellas volições por tantas e diversas vias? É uma só e a mesma cousa, um só e o mesmo eu, um ser de tal modo um, que não é possivel multiplical-o nem dividil-o, como aos orgãos, a que elle se refere, não é possivel computal-o nem classifical-o com estes orgãos, porque não ha um eu para o olho direito, outro para o olho esquerdo, etc., não ha senão um só eu para todos os sentidos. Tambem não ha dous nem trez eus diversos, segundo são diversos os movimentos que executâmos, e diversas as volições, que determinam taes movimentos. Não ha um eu para a cabeça, outro para os braços, outro para as pernas, etc. Por toda a parte a vontade é uma e sempre a mesma. E sempre o mesmo ser, a mesma pessoa, quem dá differentes ordens, se bem que os ministros, que as executam, sejam multiplices e diversos.

Agora lancemos os olhos em roda de nós, e vejamos o que nos dizem os sentidos acerca da materia que nos cerca.

Logo que me presto á acção das cousas exteriores, reconheço que no universo ha alguma cousa, que não é eu. Como alcanço porém a existencia desta cousa? Sei que o não eu existe, porque o vejo, porque o ouço, porque o toco, porque o sinto; sei que existe porque acho em mim certos phenomenos, cuja causa não sou eu; ora será pela consciencia que eu sinto directamente esta causa? Não. É pelos orgãos que o não eu modifica; por esses orgãos é que o sinto solido, extenso, figurado, divisivel, impenetravel, etc.— qualidades estas, de que me não dá conta a consciencia a respeito do eu. Logo o que não é eu, não é, como este, um, simples, identico e indivisivel; é pelo contrario extenso, divisivel, multiplo, porque é solido, diverso, porque é multiplo etc., e, a cada instante, uma parcella de materia, que se perde, dá logar a outra que a vem substituir. No mundo dos sentidos tudo está sujeito á mais constante mobilidade; pelo contrario no mundo da consciencia tudo é persistente. A agua, que hoje corre na fonte, não é a que correu hontem; a folha, que agora rebenta nas arvores, não é a que dellas caiu no outono passado.

Portanto concluamos: d'um lado multiplo de partes, extensão, divisibilidade, mutabilidade; do outro persistencia, simplicidade, identidade e unidade; sendo isto assim, como está demonstrado, segue-se que a substancia, que é base das primeiras qualidades, não póde ser a das segundas; o principio dos phenomenos do pensamento não é, nem póde ser, o dos phenomenos da materia; aquelle exclue toda a ideia de materia, é verdadeiramente um espirito.

(Continúa).

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

CATALOGUE

des plantes médicinales et industrielles au Jardin Botanique de Coimbra

(Continuado de paginas 275 do XIV vol.)

326 Polygonum Hydropiper Lin. ⊙ Europe, Asie, Amérique.

Lusit. *Pimenta d'agua, Persicaria mordaz.*

Angl. *Water Pepper.* Allem. *Wasserpfeffer.*

ὑδροπέπερι Diosc. 4, 191 Galen. *simpl.* lib. 8.

Cette espèce possède des propriétés âcres et diurétiques.

Les feuilles en sont, dans l'état frais, vesicatoires.

RUMEX Lin. Spr. 1385. Dec. XIV. 1, 41.

Etymologie douteuse.

327 Rumex Patientia Lin. 2ℓ Europe austr.

Franc. *Patience.* Allem. *Gemüsampfer.*

Λάπαθον κηπευτὸν Theophr. h. pl. 1, 9, 7, 2, 3, 7. de caus. 3, 1. Diosc. 2, 140.

RUMEX SATIVUS Pline 20, 21. etc. Colum. 10, 373.

La racine de la patience est presque inodore, et d'une saveur âcre et amère. Les feuilles ont une saveur acidule.

C'est un tonique peu énergique, qui jouit en même témps de propriétés diaphorètiques. Cette racine s'emploie habituellement dans le traitement des maladies cutanées et surtout de la gale. Elle convient encore dans les affections atoniques. Les feuilles sont quelquefois conseillées comme antiscorbutiques.

328 Rumex purpureus Poir. 2ℓ Europe.

Cette espèce comme anssi le *Rumex acetosa (Oseille)* ont une saveur acidule et rangent parmi les médicaments tempérants. On les a aussi, et surtout la dernière espèce, vantées comme antiscorbutiques.

RHEUM Lin. Spr. 1520. Dec. XIV. 1. 32.

De *Rha,* nom ancien du fleuve *Volga.*

Ammianus Marcellinus dit: (lib. XII.)

«La Rha est un fleuve aux bords du quel croît une racine qui porte son nom et jouit d'une grande reputation en médecine.

329 Rheum palmatum Lin. 2ℓ Indes or. Chine.

On distingue dans le commerce trois espéces principales de rhubarbes, savoir:

La Rhubarbe de Moscovie, la plus estimée de toutes, elle est d'une odeur particulière trés-prononcée, d'une saveur amère et astringente, croquant fortement sous la dent;

La Rhubarbe de la Chine, croquant sous la dent, est d'une saveur amère et d'une odeur, analogue à celle de la précédente;

Ces deux espéces proviennent seulement, d'après les opinions de la majorité des auteurs des *Rheum* palmatum.

La Rhubarbe indigène, la moins estimée de toutes, qui ne provient pas seulement du Rheum palmatum. mais aussi des:

330 Rheum compactum Lin. 2ℓ Tibet, Mongol.

331 Rheum undulatum Lin. 2ℓ Asie centr.

332 Rheum rugosum Desf. 2ℓ Hort. Paris, et qui se distingue facilement de deux premières par l'odeur moins forte, par une saveur peu amère, mucilagineuse et sucrée et surtout parceque les morceaux de ses racines ne craquent pas sous la dent.

333 Rheum australe Don. 2ℓ Nepal.

334 Rheum Emodi Wall. 2ℓ L'Himalaya.

Ces deux dernières especes donnent de même une espèce de Rhubarbe, qui dans ses propriétés, s'approche le plus peut-être de la *Rhubarbe de Moscovie.*

La Rhubarbe est à la fois tonique et purgative. C'est un médicament trés-usé dans une foule de circonstances.

On l'emploie avec beaucoup de succés dans les cas de faiblesse de l'estomac, de diarrhée etc. etc.

LXVII. Phytolaccacées. Lindl. Veg. Kingd. p. 508.

Propriétés principales: Emétique, narcotique.

PHYTOLACCA Lin. Spr. 1744. Dec. XIII. 2. 31.

De *phyton* plante et *lacca,* mot moderne, probablement dérivé du mot arabique *lado,* laque, gomme.

335 Phytolacca decandra Lin. ♃ Amérique du Nord.

Lusit. *Herva dos cachos da India.*

Angl. *Pocan Bush.*

Cette espèce jouit de propriétés purgatives, émétiques, narcotiques; ses feuilles sont âcres. On l'administre dans des rhumatismes chroniques et des maladies syphilitiques. La racine est un émétique, s'approchant, dans ses effets de la Ipecacuanha. (Cephaëlis).

LXVIII. Laurinées. Lindl. Veg. Kingd. p. 535.

Propriétés principales: Aromatique, stimulante.

LAURUS Lin. Spr. 1521. Dec. XVI.

Du celtic *blaur* (prononcé *laur*) vert, le Laurier a des feuilles toujours vertes.

336 Laurus nobilis Lin. ½ Europe australe.

Lusit. Loureiro ordinario. Franc. Laurier d'Apollon.

Angl. Sweet Bay. Allem. Gemeiner Lorbeer.

Δάφνη Theophr. h. pl. 3, 12. 1, 15. 3, 8. Diosc. 1, 106.

LAURUS Pline 15, 13.

Les feuilles et les baies de cette espèce ont une odeur aromatique, une saveur amère et piquante et contiennet une huile volatile brune, très-active. Feuilles principalement employées comme condiment, et on retire des fruits une huile grasse, verdâtre, dont on se sert quelquefois à l'extérieur en embrocations.

CAMPHORA Nees. Spr. 1521. Dec. XVI.

Alteration du nom arabe «kâfoùr».

337 Camphora officinarum Nees. ½ Japon, Chine.

Franc. Laurier Camphrier. Angl. Camphor-Tree.

On retire principalemente le Camphre, principe immédiat, de cette plante. Le camphre est solide, blanc, transparent, très-volatil, cassant, d'une odeur forte et «sui generis», d'une saveur âcre suivie d'une sensation de froid.

C'est sur le système nerveux que ses effets

se font principalemet sentir. Administré à petites doses, il parait agir comme sédatif. A fortes doses, il devient un excitant très-énergique. Employé à l'intérieur, et souvent avec succès, dans des affections nerveuses et spasmodiques. On l'a vanté comme anti-aphrodisiaque. A l'exterieur, on s'en sert dans des douleurs rhumatismales etc.

SASSAFRAS Nees, Dietr. 1851. Dec. XVI.

Sassafras, altération du mot espagnol Salsafras.

338 Sassafras officinale, Nees. ♄ Amer. sept.

Lusit. Loureiro Sassafraz. Angl. Sassafras Tree.

La racine de cet arbre se trouve dans le commerce en morceaux de la grosseur du bras, elle est d'une odeur forte et aromatique, et d'une saveur douceâtre d'abord, puis chaude et un peu âcre. Cette substance contient une huile essentielle. C'est un stimulant assez énergique, qu'on emploie ordinairement comme sudorifique.

LXIX Thymelacées. Lin. Veg. Kingd. p. 530.

Propriété principale: Acreté.

DAPHNE Lin. Spr. 1477. Dec. XIV. Sect. post.

Le nom grec du Laurier.

339 Daphne Gnidium Lin. ♄ Europe austr.

Lusit. Trovisco ordinario. Franc. Garou.

Allem. Südlicher Seidelbast.

Θυμέλαια Diosc. 4, 170.

Casia herba. Virg. Georg. 2, 213. Ecl. 2, 49.

L'écorce du garou a une odeur faible, nauséeuse et une saveur très-âcre, poivrée et persistante.

Le garou parait devoir ses propriétés vésicantes à une substance particulière, nommée *Daphnine*.

On l'emploie à l'extérieur pour établir des exutoires; á l'intérieur, on l'a administré comme stimulant et diaphorétique; mais il faut être très-circonspect dans son usage, car son action irritante peut occasionner des accidents graves.

340 Daphne Mezereum Lin. ♄ Europe, Asie bor.

Cette espèce comme aussi «*Daphne Laureola*» sont sonvent melées avec la précédente et jouissent des mêmes propriétés.

LXX. Aristolochiées. Lindl. Veg. Kingd. p. 792.

Propriétés principales: Stimulante, aromatique.

ARISTOLOCHIA Lin. Spr. 3050. Dev. XV, 1. 432.

De *aristos* superlatif de *agatos* bon, et *lochos* purgation de l'accouchée; les Grecs employaient déjà le *Aristolochia Clematitis* comme médicament pour les femmes en couches.

341 Aristolochia rotunda Lin. 2ℓ Europe austr.

342 Aristolochia longa Lin. 2ℓ Europe austr.

Lusit. *Herva bicha dos hervolarios.*

Ces deux espèces jouissent de propriétés amères, stimulantes et toniques. Autrefois elles étaient vantées comme puissamment emménagogues, de nos jours elles sont moins en usage et entrent surtout dans quelques composés officinaux.

ASARUM Lin. Spr. 1785. Dec. XV, 1. 422.

Nom ancien, dit d'être formé de *a* sans et *saron* branche.

343 Asarum europaeum Lin. 2ℓ Europe.

Angl. *Asarabacca.* Alem. *Haselwurz.*

Ἄσαρον Diosc. 1, 9. Pline 21, 6–19.

Cette plante jouit de propriétés aromatiques, on l'emploie comme stimulant et diaphorétique.

LXXI. Euphorbiacées. Lindl. Veg. Kingd. p. 274.

Propriétés principales: Acre, émétique.

RICINUS Lin. Spr. 3138. Dec. XV, 2. 1016.

CROTON était, ches les Grecs, le nom d'une insecte que les Romains appellaient *Ricinus*. Cette insecte est dite d'avoir de la ressemblance avec les fruits de *Croton*.

344 Ricinus communis Lin. ⊙ ♄ Europe austr. Amérique.

Lusit. *Carrapateiro, Catapucia major. Mammona.*

Franc. *Ricin.* Angl. *Castor Oil Plant.*

Allem. *Wunderbaum.*

Κίκι ἡ κρότων Diosc. 4, 161. Theophr. h. pl. 1, 19.

RICINUS Pline 15, 7.

L'huile des graines de cette plante est très-purgative, et employée partout comme un des meilleurs médicaments domestiques.

EUPHORBIA Lin. Spr. 3076. Dec. XV.

Genre dédié á *Euphorbus,* médecin de *Juba,* roi de Mauritanie qui fut le premier à indiquer les propriétés médicinales de quelques espèces de ce genre.

345 Euphorbia Canariensis Lin. ♄ Canaries.

Lusit. *Euphorbio.*

346 Euphorbia antiquorum Lin. ♄ Egypte, Indes or.

Lusit. *Euphorbio.* Angl. *Euphorbium Bush.*

Le suc concret, fourni par ces deux espèces comme aussi par *Euphorbia officinarum,* est doué d'une excessive âcreté et irrite violemment les parties avec lesquelles il est en contact. La violence de son action et les dangers, qui peuvent en résulter, ont fait abandonner l'usage de l'euphorbe. On ne s'en sert plus aujourd'hui qu'à l'extérieur comme rubéfiant et même comme cathérétique.

347 Euphorbia Lathyris Lin. ♂ Europe austr.

Lusit. *Tartago, Catapucia menor.*

Franc. *Euphorbe Epurge.* Angl. *Caper Spurge.*

λαθυρὶς Diosc. 4, 164.

LATHYRIS Pline 27, 11.

Cette espèce a des propriétés violemment âcres et narcotiques. L'huile de ses graines est un succédané pour l'huile de *Croton Tiglium.*

L'écorce de sa racine est également employée en médecine.

348 Euphorbia Gerardia Jacq. 2ℓ Europe.

Racine cathartique et émétique.

349 Euphorbia Peplus Lin. ⊙ Europe, Egypte.

Angl. Petty Spurge.

On employait autrefois les feuilles desséchées de cette espèce comme un purgatif drastique.

Les expériences de M. Loiseleur Deslongchamps prouvent que ces deux espèces jouissent des mêmes propriétés que *l'Euphorbe* Ipécacuanha de l'Amérique du Nord.

MERCULIALIS Lin. Spr. 1529. Dec. XV, 2, 794.

Herbe du Dieu *Mercure.*

350 Mercurialis perennis Lin. 2ℓ Europe.

Angl. *Dog-Mercury.*

φύλλον Theophr. h. pl. 6, 19.

φύλλον Diosc. 3, 130.

351 Mercurialis annua Lin. ⊙ Europe.

Lusit. *Mercurial.* Franc. *Mercuriale.*

Allem. *Jáhriges Ringelkraut.*

Ανεζωσις Diosc. 4, 188.

MERCURIALIS Pline 45, 5.

Les deux espèces ont une odeur vireuse et une saveur amère et salée. Elles jouissent des propriétés émollientes et laxatives.

On les emploie peu à l'intérieur. Leur décoction est usitée en lavement, et on prépare des cataplasmes avec leurs herbes bouillies. Elles entrent aussi dans la composition de quelques préparations officinales.

JATROPHA Lin. Spr. 2403. Dec. XV, 2, 1076.

Du grec *iabron* remède et *fago* manger.

352 Jatropha Curcas Lin. ½ Amérique austr.

(Curcas purgans Adanson.)

Angl. *Physic. Nut.* Franc. *Pignons d'Inde.*

On a confondu, jusqu'à ces derniers temps, les semences de cette espèce avec celles du *Croton tiglium.*

Mais quoique elles en diffèrent par l'extérieur, elles sont également douées de propriétés irritantes, qui les rendent drastiques et émétiques.

BUXUS Lin. Spr. 3163. Dec. XV, 2, 1251.

Altération de *pyxos,* le nom grec de ce genre.

353 Buxus sempervirens Lin. ½ Europe, Perse.

Lusit. *Buxo arboreo.* Franc. *Buis.*

Angl. *Box Tree.* Allem. *Buchsbaum.*

πυξὸς Theophr. h. pl. 1, 7 ert.

Buxus Pline 16, 40. Virg. Georg. 2, 449. Aen. 7, 382.

Cette espèce jouit de propriétés amères, nauséeuses, sudorifiques, purgatives, âcres.

L'huile qu'on en extrait est recommandée contre le mal aux dents. Décoction de son bois employée quelquefois dans les cas de syphilis et les rhumatismes chroniques.

Les feuilles du Buis servent encore à falsifier le séné.

LXXII. Urticacées. Lindl. Veg. Kingd. p. 260.

Propriétés principales: Acre, narcotique.

URTICA Lin. Spr. 3099. Dec. XVI.

De *uro* brûler.

354 Urtica dioïca Lin. 2ℓ Europe, Asie, Amérique.

Lusit. *Urtigão, Urtiga maior.* Angl. *Larger Stinging Nettle.*

Pline 1 c. Athen. 3, 12 Macer 2, 2.

Ovide *remed. am.* v. 46. Horat. 1, 12, 7.

Propriétés vénéneuses, âcres, astringentes, diurétiques.

355 Urtica urens Lin. ⊙ Europe, Asie, Amérique.

Lusit. *Urtiga menor.* Franc. *Ortie.*

Angl. *Stinging Nettle.* Allem. *Gemeine Nessel.*

Ἡ δὲ ἑτέρα Diosc. 1, c.

καταχνίδη Χαμηλὴ Nic. in Theriac.

Cette espèce est remarquable par son extrême âcreté et on pourrait s'en servir pour produire la rubéfaction de la peau.

PARIETARIA Lin. Spr. 3205. Dec. XVI.

De *paries* paroi, mur, ces plantes croissent toujours sur des murailles et murs.

356 Parietaria officinalis Lin. 2ℓ Europe.

Lusit. *Alfavaca de Cobra.* Franc. *Pariétaire.*

Angl. *Wall Pellitory.*

Cette plante est inodore, d'une saveur herbacée et un peu salée.

Elle jouit de propriétés diurétiques, émollientes et rafraichissantes.

On l'emploie très-fréquemment dans les affections inflammatoires des voies urinaires.

GUNNERA Lin. Spr. 132. Dec. XVI.

Genre dédié á *Ernest Gunner,* evêque en Norvège, qui publia une Flore de ce pays.

357 Gunnera scabra R. & P. Chile, Perou.

Angl. Panke.

Cette espèce jouit de propriétés astringentes, les petioles succulents sont nutritifs.

LXXIII. Cannabinées. Lindl. Veg. Kingd. p. 265.

Propriété principale: Narcotique.

CANNABIS Lin. Spr. 1378. Dec. XVI.

Etymologie douteuse; peut-être du mot arabique *qaneb.*

358 Cannabis sativa Lin. ⊙ Perse.

Lusit. *Canhamo, Canemo, Canamo, Linho Canhamo.*

Franc. *Chanvre.* Angl. *Hemp.* Allem. *Hanf.*

Κάνναβις καὶ καίναβος Diosc. 3, 165.

Pline 19, 9. Varr. R. R. 1, 23. Pers. sat. 5, 146.

Colum. 11, 10. Gell. 17, 3. Herod. 4, 74.

Athen. 5, 40. Galen. *de simpl.* fac. 7.

Le Chanvre, comme plante médicinale, jouit de propriétés stimulantes et narcotiques et aphrodisiaques.

On emploie ses graines en décoction, émulsion ou infusion dans les inflammations des voies urinaires, etc.

HUMULUS Lin. Spr. 3177. Dec. XVI.

De *humeo* être humide; allusion aux endroits humides où cette plante se plait le mieux.

359 Humulus Lupulus Linh. 2{ Europe, Amérique sept.

Lusit. *Lupulo, Luparo, Pé de gallo.* Franc. *Houblon.*

Angl. *The Hop.* Allem. *Hopfen.*

Lupus salictarius. Pline 21, 15.

Le houblon, en raison de son amertume, exerce une action tonique sur l'économie animale; en outre, il parait jouir d'une propriété narcotique. On l'emploie avec avantage comme fortifiant. On l'administre journellement dans les affections scrofuleuses, certaines maladies de la peau etc. Tout le monde sait qu'il entre dans la composition de la bière. (Voyez Sec. Sertion).

LXXIV. Morées. Lindl. Veg. Kingd. p. 266.

Propriétés principales: Acre, narcotique.

FICUS Lin. Spr. 3075. Dec. XVI.

Etymologie douteuse, mais dans la plupart des langues le mot a la même racine.

360 Ficus Carica Lin. ½ Europe austr. Asie min. Afrique bor. Lusit. *Figueira.* Franc. *Figuier.*

Angl. *Common Fig.* Allem. *Feigenbaum.*

Ἔρινεος Homère 1. div.

ῥαγία συκῆ Diosc. 1, 184. Theophr. h. pl. 2, 2 et alibi.

FICUS Pline 16, 27 et alibi. Varro r. r. 1, 41.

Les fruits mûrs de cette espèce sont nutritifs, émollients, demulcents, laxatifs. En état vert ils ont des propriétés âcres. Les figues bouillies dans du lait sont très-utiles en gargarismes et en cataplasmes dans des angines et dans les inflammations de la bouche.

MACLURA Nutt. Dec. XVI.

Genre dédié à William Maclure, philosophe distingué des Etats-Unis.

361 Maclura aurantiaca Nutt. ½ Louisiane.

Angl. *Osage Orange.*

Employé par les médecins de l'Amérique du Nord de la même manière comme chez nous les baies du Morus nigra.

LXXV. Piperacées. Lindl. Veg. Kingd. p. 515.

Propriétés principales: Piquante, stimulante, aromatique.

PIPER Miquel. Lin. Spr. 130. Dec. XVI.

Do *pippul,* nom que plusieurs espèces de ce genre portent en Bengale; plusieurs auteurs cherchent l'étymologie de *Piper* dans le mot grec *pepto, peperi* digérer.

362 Piper Betle Lin. Indes or.

(Chavica Betle Miq.)

Lusit. *Pimenta das Indias.* Franc. *Bétel.*

Angl. Betle Pepper.

Le Betel, fruit du *Piper Betle,* est d'une odeur aromatique. Il paraît jouir des propriétés stimulantes et astringentes. Ses feuilles, unies à la noix d'arec et à la chaux vive, servent à préparer un masticatoire qui est d'une usage général dans toute l'Inde.

363 Piper nigrum Lin. ½ Indes or.

Lusit. *Pimenta negra, Pimentaria negra.*

Franc. *Poivre.* Angl. *Black & White Pepper.*

Allem. *Schwarzer und Weisser Pfeffer.*

Les baies de cette espèce sont d'une saveur et d'une odeur aromatique et piquante. On emploie le poivre le plus ordinairement comme condiment pour les usages de la cuisine; cependant on peut profiter de son action vivement stimulante et l'administrer seul, ou mieux, combiné avec les amers, dans les cas d'atonie, dans les affections arthritiques et dans les fièvres intermittentes. A l'extérieur, il peut remplacer avec avantage la moutarde, comme application rubéfiant et même épispastique.

B. Gymnogènes.

LXXVI. Conifères. Lindl. Veg. Kingd. p. 226.

Propriétés principales: *Résineuse, riche en térébenthine.*

JUNIPERUS Lin. Spr. 3200. Dec. XVI.

Les Romains donnaient déja ce nom au *Juniperus* Sabina, mot, si on le dérive de *juvenis* et *pario* signifie en termes couverts, remède abortif.

Juniperus quae facit ut juvenes (i. e. innuptae) pariant.

364 Juniperus communis Lin. ½ Asie centr.

Lusit. *Zenibro.* Franc. *Genièvre.*

Angl. *Common Juniper.* Allem. *Gemeiner Wacholder.*

Κέδρος μικρὰ Theophr. 1. 15, 16.

Pline minor. 24, 8.

Les baies de genièvre sont d'une odeur forte, agréable et d'une saveur amère, chaude et térébenthacée. Elles exercent sur toute l'économie une action stimulante très-prononcée.

On les emploie avec avantage dans les affections atoniques de l'estomac et du canal intestinal et dans beancoup d'autres maladies.

365 Juniperus Sabina Lin. ½ Europe austr. Sibérie.

Lusit. *Sabina*. Franc. *Sabine*.
Angl. *Savin*. Allem. *Sadobaum*.
Βράδυ Diosc. 1, 104.
Herba sabina et *Cupressus cretica* Colum. 6, 4. Ovide 1, 143.
Pline 16, 20, 17, 13, 24, 11.

Cette plante a une odeur forte, térébenthacée et une saveur très-âcre et amère.

La Sabine jouit de propriétés semblables à celles de la *rue,* (n.° 68) peut-être même est-elle plus active encore. On l'emploie à l'intérieur dans les mêmes cas, et à l'extérieur, comme irritant, sur les ulcères fongueux. C'est un médicament dangereux, et peu employé de nos jours.

366 Juniperus Oxycedrus Lin. ½ Europe austr. Caucase.

Allem. *Grosser Stachelwachholder*. Franc. *Oxycèdre*.
Κέδρος, καὶ ὀξύκεδρος Theophr. 1, 16.
ἡ δὲ πικρὰ ἄρκευθος Diosc. 1. c. 105.

Cette espèce jouit de propriétés diurétiques, emménagogues et fortement stimulantes.

Son huile fétide est employée par des vétérinaires.

Taxus Lin. Spr. 2475. Dec. XVI.

Taxos, nom sous lequel les anciens auteurs parlent de *Taxus baccata*.

367 Taxus baccata Lin. ½ Europe, Asie.
Lusit. *Teixo* Angl. *Yew-Tree*.
Allem. *Eibe*. Franc. *If*.
Ἡ σμιλαξ,μίλος Theophr. 1. div. Diosc. 4, 80.
Pline 16, 10, 24, 13. Virg. ecl. 9, 30. Colum. 9, 4, 10, 8.

Le If possède des propriétés narcotiques. La pulpe de ses baies n'est pas nuisible. Les graines et les feuilles sont un poison dangereux.

On en emploie les feuilles comme un succédané pour la Digitale (264).

LXXVII. Cycadèes. Lindl. Veg. Kingd. p. 223.

Propriétés principales: Amère, nutritive.

Cycas Lin. Spr. 3198.

Nom que les anciens donnaient à un palmier bas de l'Ethiopie.

368 Cycas revoluta Thunb. ½ Japon.
369 Cycas circinalis Lin. ½ Indes or.

La moelle volumineuse de ces arbres et surtout de la seconde espèce renferme beaucoup de fécule, qui constitue une portion du sagou du commerce. Propriétés gommeuses et amylacées. La gomme désséchée de la dernière espèce produit une suppuration rapide des ulcères malignes.

B. Monocolylédons.

C. Endogènes.

LXXVIII. Zingibéracées. Lindl. Veg. Kingd. p. 165.

Propriétés principales: Aromatique, stimulante.

Zingiber Lin. Spr. 12.

Du nom originaire aux Indes.

370 Zingiber officinale Roscoe 2ℓ Asie trop.
Lusit. *Gingibre, Gingivre*. Franc. *Gingembre*.
Angl. *Common Ginger*. Allem. *Ingwer*.

Propriétés âcres, aromatiques, stimulantes et sialagogues.

La racine de cette plante est d'une saveur âcre et chaude et d'une odeur très-forte. Stimulant énergique, le gingembre est employé généralement dans l'Inde comme condiment.

On l'administre avec avantage dans les dyspepsies, les coliques flatulentes etc. Il entre dans un grand nombre de médicaments composés.

Alpinia Lin. Spr. 15.

Dédié au botaniste Prosper Alpin.

371 Alpinia nutans Roscoe 2ℓ Indes or.

Le rhizome de cette espèce comme celui de plusieurs autres est poivré et aromatique, et en défaut de gingembre, il pourrait le remplacer.

Curcuma Lin. Spr. 10.

Non formé d'un mot arabe altéré.

372 Curcuma Zedoaria Roxb. Asie trop.
Angl. *Round Zédoary*.

Le rhizome de cette espèce est chaud, aromatique, amère.

On l'emploie comme un tonique.

LXXIX. Marantacées.

Propriétés principales: Insipide, diaphorétique.

Maranta Lin. Spr. 3.

Dédié au botaniste italien Maranta.

373 Maranta arundinacea Lin. 2ℓ Amérique merid.
Franc. & Angl. *Arrow-root*.

La fécule de cette espèce est nutritive, émolliente. Cette substance est pulvérulente, et ne diffère de l'amidon qu'en ce qu'elle est moins blanche, plus fine et plus douce au toucher.

LXXX. Orchidées. Lindl. Veg. Kingd. p. 173.

Propriétés principales: Stimulante, fragrante.

Vanilla Plumier. Spr. 2978.

Nom tiré du mot espagnol *Vaynilla,* petite gousse.

374 Vanilla planifolia Mexique, Andr. 2ℓ Indes occ.
Lusit. *Baunilha*. Franc. *Vanille*.
Angl. Vanilla.

Les gousses de cette Orchidée épiphyte contiennent un grand nombre de graines très-petites, brunes, d'une odeur suave et aromatique et d'une saveur très-agréable.

C'est un stimulant actif et très-agréable au gout, dont on se sert habituellement pour aromatiser le chocolat. La vanille parait agir d'une manière marquée sur les organes de la génération. On l'emploie comme emménagogue et aphrodisiaque.

LXXXI. Amaryllidées. Lindl. Veg. Kingd. p. 155.

Propriétés principales: Emétique, narcotique, vénéneuse.

AMARYLLIS Lin. Spr. 1198. Kth. Enum. Plant. 5, 600.

Nom poétique et mythologique.

375 Amaryllis Belladonna Lin. 2f Cap de B. Espérance.

Lusit. *Belladonna das Antilhas.*

Ex Amaryllide Belladonna Caribaei succum parant mortiferum. Endlicher, *Enchiridion Botanicum* p. 104.

NARCISUS Lin. Spr. 1193. Kth. Enum. pl. 5, 731.

Nom mythologique.

376 Narcisus Pseudo-Narcisus Lin. 2f Europe.

Angl. *Daffodil.*

377 Narcisús Tazzetta Lin. 2f Afrique bor. Europe austr.

Franc. *Narcisse à bouquet.* Angl. *Italian Narcisus.*

Νάρκισσος Hom. hymn. in Demet. 12.

Theophr. 7, 12. Diosc. 4, 158.

Narcissus calyce herbaceo. Pline 1. c. Ovid. *met.* 3, 509.

Toutes les deux espèces jouissent des propriétés âcres et vénéneuses. On les emploie comm une émétique.

AGAVE Lin. Spr. 1232. Kth. Enum. pl. 5, 818.

Nom tiré du mot grec *agauos,* magnifique.

378 Agave americana Lin. ♄ Amérique austr.

Lusit. *Piteira, Pita.* Angl. *American Aloe.*

L'Agave d'Amérique jouit de propriétés diurétiques, antisyphilitiques, détersives. La racine est un succédané pour Salsepareille (N.os 397 & 398).

Nous devrons mentionner ici encore le *Pancratium maritimum* qui possède, dans un très-haut degré des propriétés émétiques.

LXXXII. Iridées. Lindl. Veg. Kingd. p. 159.

Propriétés principales: Acre, purgative.

CROCUS Lin. Spr. 146.

C'est le nom *krokos* que les Grecs donnaient au Safran.

379 Crocus sativus All. 2f Europe austr. Asie min.

Lusit. *Açafrão cultivado.* Angl. *Saffron Crocus.*

Franc. *Safran. cultivé.* Allem. *Gemeiner Safran.*

Κρόκος Theophr. h. p. 7, 8. ἔθυσμος 9, 7, 6, 6.

Diosc. 1, 25. Pline 21, 20.

Ce sont les stigmates de cette espèce qu'on emploie.

Cette substance est d'une saveur piquante et amère et d'une odeur fort particuliére.

A très-petites doses, le safran est employé comme excitant des organes digestifs; à plus fortes doses, il agit sur l'économie en général comme stimulant. Il est également usité comme stomachique et antispasmodique. Il entre dans la composition de plusieurs préparations offic.

IRIS Lin. Spr. 165.

Nom mythologique.

380 Iris germanica Lin. 2f Europe.

Lusit. *Lirio roxo dos montes.* Franc. *Iris d'Allemagne.*

Angl. *Purple Orris-Root.* Allem. *Deutsche Schwertlilie.*

Ἶρις Diosc. 1, 1.

IRIS Pline 21, 20 et alibí.

381 Iris florentina Lin. 2f Europe austr.

Angl. *White Orris-Root.* Allem. *Veilchenwurz.*

Ἶρις Hippocr. *m. mul.* 2, 673.

ἶρις Theophr. h. pl. 7, 12. *de caus.* 1. 28.

Le rhizome de ces deux espèces est fragrant, un peu amère et âcre. On les emploie comme purgatif et émollient.

382 Iris Pseudacorus Lin. 2f Europe, Sibérie, Amér. sept.

Lusit. *Lirio amarello dos charcos. Acoro bastardo.*

Franc. *Iris pseudo-acorus, Iris des Marais.*

Angl. *Yellow-Flag.* Allem. *Wasserschwertlilie.*

Ἶρις Diosc. 1. c. *flore luteo.* Theopr. 7, 13.

Propriétés âcres et excitantes. On emploie le rhizome comme diurétique, purgatif et comme un émétique.

(Continúa).

MEMORIA [1]

sobre os minerios de cobre, seu valor commercial e ensaios industriaes dos mesmos minerios (*A*)

Dá-se o nome de *minerio de cobre* á pedra, que contem o metal, e que é tirada da mina, para o separar (*B*).

O principal (*C*) minerio de cobre é o sulphureto de cobre — $Cu^2 S$ — puro ou misturado com o sulphureto de ferro, constituindo o que se chama — pyrite de cobre. Os minerios de cobre oxydados e o cobre nativo (natural) são muito menos abundantes, do que as pyrites.

[1] O auctor d'esta *memoria* tem em vista apresentar as suas ideias sobre alguns pontos de mineralogia, de chimica, de analyse chimica e de industria mineira em Portugal e, pela leitura d'ella, é facil vir no conhecimento de que o texto foi objecto de grandes discussões, que demoraram a sua publicação desde junho de 1868 até hoje.

Entre os minerios de cobre convem especificar os seguintes:

1.º

O *sulphureto de cobre* ou *cobre vitreo*, *bisulphureto* (*D*) *de cobre*, *Kupferglanz*, *Kupferglaserz*, *chalkosina*, que se apresenta na natureza em cristaes derivados do prisma de seis faces regulares com um aspecto azulado, devido á irrisação da superficie, mas que tambem se encontra em massas lamellares e compactas, escuras como o ferro, com uma apparencia algum tanto metallica, e em pseudomorphoses de certos vegetaes [1].

É um excellente minerio de cobre, mas infelizmente pouco abundante. Acha-se muitas vezes associado com os oxydos de cobre e com o peroxydo de ferro.

Os exemplares, provenientes de Siegen, contêm muito pouca pyrite, e Ullmann achou nelles a seguinte composição

Enxofre.....	19,00
Cobre.....	79,50
Ferro.....	00,50
Total.....	99,00

a qual leva a admittir para elles a formula

$$Cu^2 S,$$

formula, que está em harmonia com a composição do sulphureto de cobre puro artificial [2].

O sulphureto de cobre é um minerio muito procurado nos mercados, porque não contem arsenico nem antimonio.

Tem sido encontrado no Chili, no departamento do Allier, em França, e existe em Portugal, na mina do Bugalho, mas não consta que haja minas compostas exclusivamente, ou em grande parte, do sulphureto — $Cu^2 S$.

N. B. O cobre sulphurado é ás vezes argentifero. Quando contem de 35 a 40 por $^0/_0$ de prata, deixa de ser considerado como cobre sulphurado e é classificado como *stomegrina*, *Silberkupferglanz*.

2.º

O *cobre pyritoso*, *pyrite cuivreuse*, *mina de cobre amarello*, *Kupferkies*, *chalkopyrite*, que é o minerio mais abundante (*E*) de cobre e aquelle, que constitue, digamol-o assim, a base, para todas as explorações de minas de cobre. Puro é amarello como o ouro, e tem, ás vezes, um brilho metallico muito pronunciado. A sua composição media é

Enxofre.....	32,0
Cobre.....	33,3
Ferro.....	30,0
Ganga.....	02,6
Total.....	97,9 [1]

que corresponde á formula

$$Cu^2 S + Fe^2 S^3$$

o que equivale a considerar o cobre pyritoso como uma combinação de sulphureto de cobre e de sesquisulphureto de ferro [2], mas é evidente que, dividindo por 2 essa formula, ficará

$$Cu\,Fe\,S^2 = Cu\,S + F\,S$$

o que equivale a considerar o cobre pyritoso como uma combinação de bisulphureto (*F*) de cobre — Cu S — com sulphureto ferroso — Fe S — [3], que não se encontra isolado na natureza. O cobre pyritoso existe na natureza em massas amorphas, ás vezes com a forma de peitos, e tambem se acha cristallisado. Os cristaes derivam do tetraedro. Constitue, muitas vezes, filões nos terrenos primitivos, massas de grande importancia no gneiss e camadas nos micaschistos, no talco, no talco schistoso, no schisto e no calcario estratiforme de transição [4]. Na Suecia encontra-se numa diorite amphibolica. Acha-se associado com materias terrosas e, quasi sempre, com a pyrite de ferro — $Fe S^2$ —. Umas vezes os dois minerios estão, para assim dizer, fundidos um com o outro, outras encontram-se apenas misturados, mas a mistura é por tal forma intima, que é impossivel separal-os mechanicamente um do outro, pois a densidade de cada um d'elles não differe, para isso, bastante da outra.

A existencia da pyrite de ferro altera a composição de cobre pyritoso a ponto tal, que é raro que os minerios do Cornouailles e de Fahlun dêem mais de 12 a 15 p. $^0/_0$ de cobre, posto que o minerio puro contenha 30 por $^0/_0$ de cobre [5].

Os minerios, que, de ordinario, acompanham o cobre pyritoso, são o fluorureto de calcio, a cal carbonatada, pura ou ferrifera, o ferro carbonatado spathico, o quartzo, a barita sulphatada, etc.

O cobre pyritoso tem sido encontrado na

1 V. Traité de Minéralogie, par A. Dufrénoy, Paris, 1847, t. 3, p. 92.
2 V. Traité de Chimie Technique appliquée aux arts, par G. Barruel, 1857, t. 3, p. 322.

1 V. Dictionnaire de Minéralogie, etc. par Landrin, p. 448.
2 V. (2) p. 324.
3 V. Leçons élémentaires de Chimie par F. Malaguti, 1.ª partie, p. 883.
4 V. (2) p. 324.
5 V. (1) p. 105.

Suecia, na Noruega, no Cornouailles (Cornwall), na Silesia, na Hungria, na Russia e principalmente na Silesia, na Algeria e em Portugal.

3.°

O *sulphureto de cobre ferrifero,* chamado *phillipsite*[1], *cuivre panaché, cobre sulphurado hepathico, Buntkupfererz,* que é um composto de enxofre, de cobre e de ferro, e que contem mais cobre de que o minerio, descripto em 2.° logar (*G*). A sua composição media é

Enxofre.....	25
Cobre.....	61
Ferro.....	14
Total.....	100[2]

mas a proporção de cobre varia entre 38 e 70 por $^0/_0$[2], de modo que ha incerteza sobre a forma chimica ou mineralogica, que se deve adoptar. Bastará, no nosso caso, não esquecer que se compõe de Cu^2S e de Fe^2S^3.

Apresenta-se com a superficie irisada, com brilho um pouco metallico, mas encontra-se ás vezes cristallisado. É um minerio bastante raro e bastante puro. Tem sido encontrado na Toscana com o cobre pyritoso e nas minas do Chili com o sulphureto de cobre puro, com o qual se confundiu durante muito tempo. Tambem existe em Portugal.

N. B. Em muitas localidades[2] a pyrite de cobre contem prata e ás vezes ouro. Este apresenta-se nas pyrites de cobre do norte da Suecia e da Noruega. As minas de cobre da Africa contêm prata assim como os schistos bituminosos de Mansfeld.

4.°

Com o nome de *cuivre gris* designam-se geralmente varios mineraes de composição variavel, todos compostos de arseniureto e de sulphureto de cobre e de outros metaes, mas apontam-se especialmente duas especies mineralogicas distinctas e conhecidas pelos nomes de *panabase* e *tennantite*. A primeira, chamada tambem simplesmente *cuivre gris*[3], *mina de* CUIVRE GRIS *e de prata, Schwarzerz, Graügultigerz, Kupferfahlerz, Silberfahlerz, Fahlerz,* contem enxofre, antimonio, arsenico, cobre, ferro, zinco e quasi sempre prata.

A segunda, chamada tambem (*H*) *cuivre gris arsenifère*[4], contem enxofre, arsenico, cobre, ferro e prata, mas, ás vezes, menos prata do que a *panabase*. Em certos casos (*I*), tambem a segunda contem antimonio.

Uma e outra são bastante vulgares na natureza, e encontram-se principalmente com os minerios de cobre e de prata.

A separação entre as duas especies não é absoluta, mas é commoda na pratica.

Têm sido encontradas em França, na Hungria, no cantão dos *Grisons,* no Cornouailles, no Devonshire, no Mexico, etc. e são consideradas como minerios de cobre e de prata. Ambas (*J*) podem conter chumbo. Quando contêm muito chumbo, o arsenico desapparece, e as duas especies são consideradas como constituindo (*K*) uma especie distincta, chamada *— bournonite, endellione, chumbo antimoniado sulphurado, antimonio sulphurado plumbo-cuprifero, Radelerz, Spiesglanz-bleierz,* a qual tem sido encontrada em filões de cobre e chumbo no Cornouailles, no Hartz, etc. e se compõe de enxofre, antimonio, cobre, chumbo.

Barruel, na sua obra e no volume já citado, diz, a pag. 338, que é notavel que os cobres plumbiferos não contenham prata, ao passo que os sulphuretos de chumbo a contêm quasi sempre (*L*).

5.°

O *schisto bituminoso cuprifero* do Mansfeld, que é um minerio de cobre, composto de schisto misturado com pequenas quantidades de (*M*) *cuivre gris*, de sulphureto de cobre, de sulphureto de ferro, de blenda (sulphureto de zinco), de galena (sulphureto de chumbo). Não contem mais de 3 a 4 por $^0/_0$ de cobre e na ganga existe muita marga (*N*). Ás vezes encerra (*O*) muita prata[1] e, em geral, contem muito pouca pyrite de ferro.

6.°

O oxydulo de cobre, cobre oxydulado, sub-oxydo de cobre, mina vermelha, cobre oxydado vermelho, Ziegelerz, ziguelina, Roth-kupfererz, impropriamente chamado tambem *protoxydo de cobre,* o qual tem uma côr vermelha, mais ou menos carregada.

Encontra-se na natureza em massas opacas, ás vezes em laminas transparentes, e frequentemente (*P*) em bellos cristaes, derivados do cubo, que em muitos casos parecem verdadeiros rubis[2]. A ganga é ordinariamente terrosa.

Encontra-se, ás vezes, misturado com sulphuretos e quasi sempre com algum peroxydo de ferro.

Algumas minas são exclusivamente compostas d'este oxydo de cobre, misturado com cobre nativo. É o que succede na mina de

[1] O nome *phillipsite* é improprio, porque é dado tambem a outros mineraes—*phillipsite* da Islandia, que é um silicato, *christianite*—*phillipsite de Levy,* que tambem é um silicato, *gismondina,* etc.

[2] V. (2) p. 325.

[3] Segundo Dufrénoy, pois Barruel e outros a chamam *cuivre gris antimoniacal.*

[4] Barruel dá-lhe o nome de *cuivre gris simple.*

[1] V. (2) p. 325.

[2] V. (2) p. 309.

Chiwawa no Mexico. É um minerio de cobre muito rico, do qual ha minas importantes no Chili e no Perú. Contém, ás vezes, de 50 a 60 por °/₀ de cobre. A sua composição, quando puro, é, segundo os trabalhos de Chenevix, a seguinte:

Oxygenio.....	11,22
Cobre.....	88,78
Total.....	100,00[1]

a qual corresponde á formula

$$Cu^2O.$$

7.°

O *oxydo de cobre,* chamado *mina negra, cobre oxydado negro, melaconise, Kupferschwarze, protoxydo de cobre* e, impropriamente, *bioxydo de cobre,* o qual é mais raro do que o precedente e nunca se encontra só. Tem uma côr negra azulada, e existe, em pequena quantidade, em alguns minerios de cobre, á superficie dos filões, como um deposito superficial, terroso, granuloso, negro e friavel. A riqueza depende da quantidade de materias terrosas, que contém. As analyses chimicas têm indicado, ás vezes, a existencia de enxofre e de arsenico, e frequentemente (*P*) a de uma porção consideravel de oxydo de manganez ou de oxydo de ferro.

Assevera Dufrénoy na sua obra já citada, no T. 3.°, a pag. 118, ser natural que este oxydo, que ás vezes representa um papel importante, por causa da sua abundancia, seja o resultado da decomposição dos minerios de cobre, com os quaes se encontra associado.

Beudant declara (*Q*) que aquelle, que provem da decomposição da *azurite,* é o mais puro.

A sua composição corresponde á formula

$$Cu\,O.$$

8.°

O *carbonato de cobre,* o qual apresenta trez variedades naturaes:

α

O *carbonato de cobre anhydro, mysorina,* que tem sido encontrado em ninhos nas rochas antigas, no Indostão, e que foi descripto por Thompson[2]. Apresenta-se em massas amorphas, pulverulentas, escuras, quasi negras, com manchas verdes, vermelhas e escuras, devidas ás misturas de malachite e de peroxydo de ferro. A sua composição, determinada por Thompson, leva a admittir a formula seguinte

$$Cu\,O, C\,O^1.$$

β

O *carbonato de cobre azul, cuivre azuré, cobre azul, azur de cuivre, azul de montanha, azul mineral, cobre azul, pedra de Armenia, Kapferlazur, azurite, cinzas azues naturaes,* que é um hydrocarbonato de cobre, que tem por formula

$$2\,(Cu\,O, C\,O^2)+Cu\,O, H\,O,$$

a qual corresponde a 55 por °/₀ de cobre, pouco mais ou menos. Encontra-se frequentemente cristallisado. Os cristaes derivam de um prisma rhomboidal obliquo, e são, ás vezes, transparentes. É um excellente minerio de cobre, mas apresenta-se em quantidades pequenas, para, só por si, ser explorado como minerio de cobre. Foi encontrado (R) com oxydo de cobre — Cu O — em Chessy, perto de Lião, cujo jazigo está hoje esgotado. É azul e, pulverisado, dá um pó de uma côr azul claro.

γ

O *carbonato de cobre-verde, malachite, verde de montanha, cinza verde,* que tem por formula

$$Cu\,O, C\,O^2+Cu\,O, H\,O.$$

Apresenta-se em massas compactas, compostas, ás vezes, de agulhas muito finas, e tambem tem sido encontrado cristallisado em prismas rhomboidaes rectos, segundo Barruel, posto que Dufrénoy diga que os seus cristaes derivam de um prisma rhomboidal obliquo. É um minerio muito procurado, porque não contém materias estranhas, a não ser algum phosphato. Existe em grande quantidade na Siberia, onde é explorado como minerio de cobre. É mais frequente encontrar-se na natureza o carbonato verde, do que o azul. Um e outro têm apparecido em Portugal, e do carbonato verde ha grande abundancia em algumas das possessões portuguezas.

9.°

O *silicato de cobre,* o qual apresenta quatro variedades naturaes:

α

O *silicato escuro* ou *negro de cobre,* que tem sido encontrado no Chili. A sua côr negra parece devida a uma forte proporção de

[1] V. Traité élémentaire de Minéralogie, par F. S. Beudant, Paris, 1832, T. 2, p. 713.
[2] Philosophical transactions, 1814, p. 45.

manganez. Contém agua. Não tem sido exportado, porque contém sómente de 15 a 20 p °/₀ de cobre. É explorado e tratado como minerio de cobre no mesmo Chili.

β

O *silicato de cobre verde, dioptase, achirite, Kupfer smaragd,* que é um silicato de cobre hydratado, o qual se encontra em cristaes, derivados de um rhomboedro obtuso, prismas de 6 faces, mais ou menos volumosos, ás vezes transparentes, de uma bella côr verde, mas tambem tem sido achado em pequenas massas amorphas, em filões estreitos e em pequenas cavidades, que atravessam um calcario compacto nos *steppes* dos *kirghuis* ou *dos kirghises.* É muito puro, e dá cobre de excellente qualidade. Segundo a analyse de Hess, a sua composição corresponde á formula

$$3\,CuO + 2\,SiO^3 + 3\,HO$$

γ

O *silicato de cobre azul, chrysocale, Kieselmalachite, Kieselkupfer, cobre hydratado silicifero, cobre hydratado silicioso, hydrophane-cuivreux, cobre hydro-silicioso* impropriamente chamado *sommervellite,* o qual é um silicato verde, verde azulado, que apresenta uma composição, variando nos differentes exemplares, mas que corresponde muitas vezes á formula

$$3\,CuO + 2\,SiO^3 + 6\,HO.$$

Encontra-se em quasi todas as minas de cobre com chalkopyrite e malachite. Apresenta-se sempre amorpho.

δ

O *silicato de cobre,* chamado tambem impropriamente *sommervellite,* que Dufrenoy classifica com o do numero γ e que é um silicato com 12 H O. Encontra-se raras vezes puro, e nunca se apresenta cristallisado.

N. B. Existe um composto de silicato e de carbonato de cobre, conhecido pelo nome de *malachite-silicifera,* e que deve carresponder ao que Beudant chamou *cobre hydrosilicioso cristallisado.*

A *sommervellite,* propriamente dicta, é um silicato conhecido pelos nomes de *humboldtilite, mellilite.*

10.°

O *oxychlorureto* pulverulento e cristallisado, o qual deve ser considerado em si como minerio de cobre e tem sido encontrado no Chili, no Perú, no Massachusets, nas Antilhas e no Vesuvio. A sua composição é variavel.

Esse minerio[1] tambem é conhecido pelos nomes: *atakamite, cobre muriatado, chlorureto de cobre, smaragado-chalzit, Salzkupfererz, Salzsaures Kupfer.*

11.°

As *ardosias* de Stadtberge, na Westphalia, as quaes devem ser aqui mencionadas. Contêm carbonato de cobre e oxydo de cobre hydratado[2].

12.°

O *caro-coro* o qual é um minerio de cobre pulverulento e que existe na Cuba. Contêm 60 por °/₀ de cobre nativo, 10 a 15 por °/₀ de oxydulo de cobre e 25 a 30 por °/₀ de materias arenosas.

13.°

O cobre puro, cobre nativo, Gediegen-kupfer, o qual acompanha de ordinario os minerios de cobre, mas quasi sempre existe encravado nas rochas, nas materias terrosas, que se encontram com esses minerios. Tem sido encontrado isolado em massas consideraveis em terrenos arenosos. É muito procurado na industria. Apresenta-se muitas vezes cristallisado, como tem succedido na mina da Azambujeira em Portugal (*S*), e alguns exemplares cristallisados ha de cobre nativo, que contêm filamentos de prata.

N. B. Muitos outros compostos naturaes ha de cobre e é facil vêr que deixámos de mencionar o sulphureto de cobre — Cu S — do Vesuvio, os phosphatos de cobre (*apharese, ypoleime, pelokrönite* de Richter, *tagilite* de Herman), o cobre arsenical (*Weisskupfererz*), os arseniatos de cobre (*erinite, euchröite* de Haïdinger, *olivenite, liroconite, aphanese, Kupferschaüm*), o arsenito de cobre (*condurite*), o vanadiato de cobre (*Volborthite*), os seleniuretos de cobre (*berzelina, euchaïrite*), o chromato duplo de chumbo e cobre (*vauquelinite*), o cobre sulphurado bismultifero (*Kupfer-wismutherz*), o cobre sulphatado (*brochantite*) e as aguas, carregadas de sulphato de cobre, as quaes ás vezes são consideradas como verdadeiro minerio de cobre.

Se se attender bem ao que fica dicto, não será difficil reconhecer que os minerios sulphurados de cobre se dividem naturalmente em duas classes: *minerios sulphurados puros* e *minerios sulphurados impuros.*

Puros são os que contêm, com o cobre e enxofre, só ferro com algum zinco e materias terrosas; *impuros* são os que contêm principalmente, além do cobre e do enxofre, chumbo, antimonio e pyrites arsenicaes.

[1] V. (2) p. 318.
[2] C. Le Moniteur Scientifique, par le D. Quesneville, 1863, p. 603.

Na industria tem esta distincção a maior importancia, porque é difficil obter cobre puro com os minerios sulphurados impuros, principalmente com os que contêm pyrites arsenicaes[1].

Os minerios de cobre empregados para d'elles se extrahir o cobre são os indicados com os n.° 13.°, 1.°, 2.°, 5.°, 6.°, 8.° (b, c), 4.°, e os chloruretos de cobre, advertindo que Beudant e outros engenheiros dizem que os carbonatos de cobre devem ser empregados, com preferencia, para a preparação do sulphato de cobre.

As outras especies de minerios encontram-se na natureza, em pequenas quantidades, misturadas com as precedentes, e são tractadas com ellas na industria.

Em relação ao modo de ser, ou existencia dos minerios de cobre, dão-se trez casos na natureza:

1.°

Apresentam-se os minerios com a forma de grandes lentilhas, parallelas á estratificação nos terrenos antigos e quasi sempre misturados com muita pyrite de ferro, como succede na Suecia, na Hespanha, etc.

2.°

Apresentam-se os minerios em filões propriamente dictos com ganga quartzosa, como succede na Inglaterra, no Lago Superior, etc.

3.°

Apresentam-se os minerios em camadas nos terrenos secundarios, associados com materias marnosas e com o gres. São esses os minerios, que contêm menos ferro e menos enxofre. É o que succede no Mansfeld.

Perto dos filões dos minerios de cobre, que atravessam os terrenos antigos, encontram-se, muitas vezes, jazigos de minerio de cobre, provenientes das alterações, que o minerio do filão experimentou pela acção das aguas.

Aquellas aguas, que atravessaram lentamente os terrenos cupriferos, contêm de ordinario sulphato de cobre, mas, quando essas aguas passam, pinga a pinga, para os terrenos calcarios, ou se demoram em cavidades no meio das rochas calcarias, ha formação de sulphato de cal, que é levado pelas aguas, e formam-se depositos de carbonato de cobre. Se a reacção tem logar a uma temperatura elevada, deposita-se oxydo de cobre em vez de carbonato, e, se ha em presença materias organicas, o sulphato de cobre pode ser reduzido ao estado de sulphureto ou de cobre metallico, e é por este modo que se explica a existencia de alguns minerios de cobre.

[1] V. (2) T. 4, p. 9.

Em quanto ao cobre nativo, querem uns que seja o resultado de decomposição dos minerios de cobre, outros dizem que a sua origem parece, muitas vezes, ser differente.

Os principaes jazigos dos minerios de cobre, hoje explorados, encontram-se no Cornouailles, no Perú, no Mansfeld, em Rammelsberg, na Suecia, na Noruega, na Russia e em Portugal (*S*). Em relação a Portugal (*S*), no que diz respeito aos seus jazigos de minerios de cobre, é facil saber o que ha, lendo-se o *Relatorio* do sr. José Augusto Cesar das Neves Cabral, publicado em Pariz, em 1867, mas não podemos deixar de dizer que é para esperar que, com o tempo, vejamos tratar, no paiz mesmo, alguns dos minerios de cobre, e não continuem a ser todos exportados para longe, logo depois de arrancados. Devemos lembrar a importancia que, a este respeito, tem a fabricação barata do acido sulphurico na fabrica da Povoa, e ousamos tambem affirmar que, se Portugal ganha com a exportação dos minerios de cobre, muito mais ganharia com o tratamento metallurgico dos mesmos minerios (*F*).

Não fallaremos aqui da exploração das minas, nem do tratamento metallurgico dos minerios de cobre, mas diremos alguma cousa sobre estes, em relação á sua composição, á sua analyse e aos preços, que encontram nos mercados.

A Inglaterra é o paiz, que fabrica mais da ametade do cobre, empregado no mundo.

Nas fabricas de cobre do paiz de Galles, está adoptada a seguinte classificação para os minerios de cobre:

a

Pyrites cupriferas, que contêm uma grande proporção de pyrite de ferro e muito pouco cobre oxydado. A ganga é composta de quartzo e de materias terrosas. Contêm de 3 a 15 por °/₀ de cobre.

b

Pyrites cupriferas com a mesma composição mineral, que as da primeira classe. A proporção de cobre varia de 15 a 25 por °/₀.

c

Pyrites cupriferas, que contêm muito pouca pyrite de ferro e pouca quantidade de substancias, que prejudiquem a qualidade do cobre, mas contêm uma proporção muito forte de materias cupriferas oxydadas. A ganga é essencialmente quartzosa. A proporção de cobre varia (*U*) de 12 a 20 por °/₀.

d

Minerios compostos principalmente de substancias cupriferas oxydadas, misturadas com

cobre pyritoso e com cobre *panaché*. A ganga é quartzo. Contêm de 25 a 45 por °/₀ de cobre.

e

Minerios oxydados muito ricos, sem sulphuretos nem substancias, que prejudiquem a qualidade do cobre. A ganga é quartzosa. Contêm de 60 a 80 por °/₀ de cobre, no estado de cobre nativo e de cobre oxydulado ou carbonatado. Esses minerios provêm principalmente do Chili.

N. B. Nas fabricas do paiz de Galles os minerios principalmente empregados são os dos condados de Devonshire e de Cornouailles e os minerios do Chili, do Perú, da Cuba, da *Nova Zelandia, da Noruega*.

Esta classificação serve tambem aqui para fazer ver a importancia, que têm, no mercado, as percentagens de cobre correspondentes aos diversos minerios e, como o meio de poder saber ou conhecer a percentagem de um minerio consiste no emprego das analyses chimicas (*V*), diremos alguma cousa a este respeito.

Numa *Memoria* que offerecemos á Sociedade Pharmaceutica Lusitana e que foi publicada no n.° 4 do 33.° anno do jornal da mesma sociedade, descrevemos nós o processo, que entendemos ser o mais rigoroso e exacto para fazer, pela via humida, uma analyse completa de um minerio de cobre em certas e determinadas condições. Esse processo nada deixa a desejar, como provam os calculos, que nessa *Memoria* se acham desenvolvidos, e attestam os trabalhos, em que d'elle nos temos servido; mas, embora esse processo seja rigoroso e rapido, não pode ser considerado como um processo industrial, no qual é necessario procurar ligar á exactidão a rapidez e a simplicidade, para que um operario o possa empregar, se for necessario; e foi por isso que nos resolvemos a descrever aqui um outro processo, igualmente rigoroso, mas mais simples, e que pode ser considerado como verdadeiramente industrial.

Eis em que elle consiste:

Descripção do processo industrial para fazer os ensaios dos mineraes de cobre, pela via humida (X).

Ataca-se uma porção do minerio com os acidos pelo modo, descripto na *Memoria,* a que já nos referimos, tomando, por causa do antimonio, que possa existir no minerio, a precaução de fazer que na mistura dos dous acidos predomine o acido nitrico, e tambem com que a dissolução final fique acida, só em virtude do acido nitrico e contenha um excesso de agua distillada [1]. Obtida a dissolução, diluida, de tudo o que se pode dissolver, filtra-se tudo, para separar a parte, que se apresenta insoluvel. Fazem-se bem as lavagens com agua quente e nos liquidos filtrados lança-se ammoniaco em excesso e aquece-se tudo numa capsula. Em virtude da acção do ammoniaco, o cobre fica em dissolução, tomando o liquido uma côr azul escura [1]. Por meio de um outro filtro separa-se a porção precipitada, e recolhem-se os novos liquidos filtrados, tomando as precauções necessarias, para que as lavagens fiquem bem feitas. Nos liquidos filtrados lança-se sulphureto de sodio dissolvido (*Z*) e agita-se tudo bem. Recolhe-se o precipitado negro sobre um filtro de papel de Berzelio de dimensões taes, que as suas cinzas pezem um milligramma, e fazem-se as lavagens com agua, saturada de sulphydrato de ammoniaco, mas não amarello [2].

Consideram-se as lavagens concluidas, logo que uma gotta de liquido filtrado, evaporada sobre um pedaço de porcelana, não deixar residuo algum fixo.

Em quanto duram as lavagens é necessario conservar, o mais que for possivel, o fil-

[1] No n.° 1239 da *Gazeta de Portugal* publicámos a analyse dos pós de James, preparados pelo nosso amigo o sr. José Ribeiro Guimarães Brack, e nelle demos o nome de acido antimonio a SbO^5, de acido antimonioso a SbO^4, de oxydo de antimonio a SbO^3. Ora fazendo o ataque pelo modo, indicado no texto, ha formação de acido antimonico —SbO^5—, mas tambem se pode formar oxydo de antimonio —SbO^3. O primeiro é insoluvel no acido nitrico, o segundo não é completamente insoluvel, mas o ammoniaco, que depois se ajunta, precipita completamente o antimonio.

É vantajoso ajuntar agua, porque decompõe o perchlorureto, que porventura se possa ter formado (*Y*).

No caso do minerio conter estanho e cobre, o estanho fica na parte insoluvel.

[1] No caso de um minerio de cobre conter cobre, nickel e cobalto, estes tambem ficarão em dissolução, e então o processo, descripto no texto, deixará de ser exacto, advertindo que a dissolução simples do protoxydo de nickel no ammoniaco tambem é azul e que a do protoxydo de cobalto é escura.

No caso de um minerio de cobre conter cobre e zinco, o processo falha, porque o precipitado de zinco, produzido pelo ammoniaco, é soluvel num excesso deste reagente, ou não se forma em presença dos saes ammoniacaes.

No caso de um minerio de cobre conter cobre e estanho, o processo pode ser empregado pelo motivo indicado na nota 19, e tambem serve para o caso do minerio conter cobre e arsenico.

No caso do minerio de cobre conter cobre e chumbo, o processo é bom, porque o oxydo de chumbo precipitado é insoluvel n'um excesso de ammoniaco. O mesmo succede com o bismutho e com a alumina.

No caso de haver cobre e ferro o processo é bom, porque o ferro deve ter ficado todo peroxydado e o peroxydo, precipitado pelo ammoniaco, é insoluvel n'um excesso d'este reagente.

No caso de haver prata e cobre é necessario introduzir uma variante no processo. Depois de separada a parte insoluvel, na dissolução nitrica diluida, é necessario ajuntar aos liquidos filtrados acido chlorhydrico e separar o novo precipitado por meio de um filtro. Esse precipitado é insoluvel no acido nitrico. Nos novos liquidos filtrados é que se deve então lançar o ammoniaco.

[2] γ. Traité complet de chimie analytique, para H. Rose, Paris, 1861, t. 2, p. 256.

tro sempre cheio de liquido, para evitar o contacto do ar[2].

Enxuga-se rapidamente o filtro com o conteúdo e separa-se bem um do outro. Incinera-se então o filtro, ostulla-se separadamente o conteúdo sobre um pedaço de porcelana, reunem-se os dous productos num cadinho de platina, calcinam-se e pesa-se tudo. Repetem-se estas duas ultimas operações até se obter, duas vezes, em seguida, o mesmo peso.

Este processo é baseado na conversão completa do sulphureto de cobre em oxydo, pela acção do calor, combinada com a acção do ar, e a practica tem-nos dicto que esta variante é preferivel áquella, que Rose indica no logar apontado na nota 21. O sulphureto é convertido em sulphato e finalmente em oxydo negro — Cu O —. Se houver duvida sobre a conversão completa do sulphureto em oxydo, podem empregar-se algumas gotas de acido nitrico, para deixar de existir essa duvida. A calcinação deve ser feita, nesse caso, do mesmo modo.

O equivalente de Cu (cobre) é 31,78 e o de Cu O (oxydo negro de cobre) é 39,78, logo a proporção

39,78 : 31,78 :: Proporção achada : x

para Cu O dará o valor de x, cobre, existente na porção de minerio ensaiada.

Adiante teremos occasião de fazer ver a exactidão d'este processo (*AA*).

Em quanto ao modo de ensaiar os minerios de cobre, pela via seca, muito se tem discutido a este respeito e não devemos esquecer a opinião de A. Stevart (*AB*).

Este chimico, que escreveu uma *memoria,* publicada em Liege, em 1863, sobre os ensaios dos minerios de ferro, de cobre, de zinco e de chumbo, *memoria* que tinha sido premiada, em 1861, no concurso promovido pela *Sociedade livre de emulação de Liege,* diz, a p. 31, fallando dos ensaios de minerios de cobre, pela via seca, que esses ensaios teem a vantagem de darem cobre metallico, que é possivel submetter a um exame, mas accrescenta que não é possivel contar com a exactidão dos resultados, principalmente quando os minerios não contêem muito metal.

Chega esse escriptor a asseverar que, quando os minerios de cobre são pobres, o processo pela via seca não pode ser empregado e, fallando dos minerios de cobre, para os quaes o processo pela via seca pode ser empregado, admitte a seguinte classificação, como o têm feito até hoje todos os engenheiros e todos os chimicos: *a* — *minerios oxydados* ou *cobres nativos; b* — *minerios sulphurados,* e apresenta as variantes do processo para um e outro caso.

[2] Pode-se ver a este respeito o que dizem Gerhardt e Chaucel na obra — Précis d'analyse chimique quantitative — Paris, 1859, p. 184.

Não as transcrevemos nesta *memoria,* mas notaremos o seguinte:

1.º No processo, para os minerios oxydados, Stevart indica, para fundentes, o fluxo negro, uma mistura de carvão e de alcalis causticos, mas não declara franca e decidamente as proporções em que devem ser empregados, além do que esse processo de Stevart tem um inconveniente e grande, qual é o do fluxo negro dissolver uma grande quantidade de oxydo de cobre. É isto um dado da pratica. Stevart não falla nesse inconveniente, o que admira, porque tem já sido apontado por alguns escriptores.

2.º No processo, para os minerios sulphurados, com o fim de obter uma escoria cuprifera e um globulo de sulphuretos no estado minimo de sulphuração, Stevart nada diz de novo, e a verdade é que esse processo está longe de dever ser aconselhado como processo analytico.

3.º No processo, para os minerios sulphurados, com o fim de obter um botão de cobre, censuramos Stevart por não ter feito notar que esses minerios contêm muitas vezes arsenico, e tambem estranhamos que, depois de convertidos os metaes em oxydos, por meio da ostullação, mande fundir tudo com fluxo negro e algum fundente, sem determinar nem a natureza nem as proporções d'este, de modo que o processo apresenta os seguintes inconvenientes:

a É difficil obter a ostullação completa, seguindo o processo, que Stevart indica, e é elle o primeiro, que convem nisso;

b O emprego do fluxo negro tem *os contras* já apontados;

c Não se fica sabendo qual o fundente que deve ser empregado.

Regnault diz no seu *Cours èlémentaire de Chimie,* T. 3, p. 373, que os minerios de cobre não sulphurados devem ser fundidos com o fluxo negro e que os minerios sulphurados devem ser previamente ostullados, e, em relação á ostullação, declara que é necessario aquecer primeiro brandamente e depois elevar a temperatura até ao rubro, o que basta apontar para fazer vêr que o seu processo apresenta alguns dos inconvenientes já indicados.

Rivot, o professor de analyses chimicas na eschola de minas de Paris, tambem encontrou difficuldades e grandes em fazer os ensaios de cobre, pela via seca, e afinal declarou que, nos ensaios, por esta via, dos minerios sulphurados de cobre tinha obtido bons resultados, empregando, para agente reductor, o ferro (metal) e, para fundmentes, os alcalis causticos, mas disse tambem que o processo era inexacto, porque se perdia sempre algum cobre, que ficava apegado ao ferro. É isto o que se deprehende da leitura da *memoria* de Stevart. Esqueceu porém uma cousa a Rivot.

Esqueceu-lhe dizer que o seu processo pode dar logar a um erro e grande, devido a não ser o minerio previamente ostullado, antes de ser reduzido e fundido, o que pode fazer com que o botão de cobre contenha uma porção maior ou menor dos sulphuretos, existentes primitivamente no minerio, ao passo que o botão de cobre pode ficar contendo uma porção do ferro, empregado como reductor, o que tornará o botão muito quebradiço e impuro, inconveniente de grande tomo, como o proprio Rivot reconhece noutro logar.

Reflectindo nestes processos e em muitos outros, que não apontamos, e nas difficuldades, que todos elles encontram na pratica, resolvemos estudar a questão e chegámos aos seguintes resultados:

Descripção do processo industrial, para ensaiar pela via secca, os minerios de cobre (*A C*).

Distinguiremos dous casos:

1.º Minerios oxydados;

2.º Minerios sulfurados ou que contêm arsenico.

1.º

Misture-se uma porção de pó do minerio com tres vezes o seu peso de cremor tartaro e uma vez o seu peso de carbonato de soda secco. Introduza-se a mistura num cadinho de barro refractario, *e melhor de plombagina* e aqueça-se fortemente tudo numa forja. Para dar a operação por finda, é necessario que a massa esteja bem fundida e permaneça assim durante uns dez minutos. Ha vantagem em lançar dentro do cadinho mais algum (uma porção igual á já empregada) carbonato de soda secco, no fim da operação, e em dar depois um bom golpe de fogo. Deixa-se arrefecer o cadinho e partindo-o, encontrar-se-ha no fundo o botão de cobre.

N. B. Durante a fusão é conveniente remexer a massa com uma espatula de madeira [1].

2.º

Antes de fazer a mistura indicada, ostulle-se uma porção do pó, sobre o qual se quer operar, para o que se deve fazer o seguinte: misturar bem o pó do minerio com igual porção de pó de carvão, aquecer a lume brando a mistura num cadinho coberto, até não haver desenvolvimento de vapores de acido sulfuroso ou de arsenico; tirar o cadinho do lume; deixal-o arrefecer; pulverisar bem o contheudo e depois ostullal-o completamente numa capsula de porcelana ou num fragmento, que se aquece pouco e pouco até ao rubro claro, para o que é muito conveniente o emprego de uma mufla de um forno de copellar (*A D*).

Obtido o botão de cobre num e noutro caso, pegue-se nelle e bata-se bem com um martello. Se for malleavel e se for vermelho, contém só cobre, mas, se for negro, se for quebradiço, contém materias estranhas, das quaes é necessario separar o cobre. Para isso introduza-se uma copella numa mufla, e colloque-se o botão de cobre dentro da copella, logo que esta se apresente bem quente, conservando sempre aberta a porta da mufla. De tempos a tempos agite-se um pouco a massa fundida, inclinando alguma cousa a copella, e, logo que a massa fundida não mudar de côr, ou ficar baça e escura, dê-se rapidamente um golpe de fogo, introduzindo bagos de carvão dentro da mufla e fechando a porta; depois pegue-se na copella e lance-se, com o contheudo, directamente em agua fria. Ficará o botão de cobre brilhante e vermelho. Esta parte da operação exige alguma pratica (*A E*), para ser bem feita. O cobre obtido corresponde ao resultado da operação metallurgica, chamada *raffinage,* corresponde ao cobre rosa, *cuivre rosette,* que tem côr vermelha, e que deve a sua côr de amarantho e o ser pouco malleavel á existencia de pequenas quantidades de sub-oxydo, que não excede 1 a 2 por %, de modo que no nosso processo o erro, devido á existencia d'esse oxydo, pode e deve ser considerado como nullo. Faremos notar que o botão pode ser pouco malleavel, e comtudo não conter metal algum estranho, observação que, até hoje, nunca foi apontada pelos escriptores (*A F*).

Entre as experiencias, que temos feito, para chegar a estes resultados, citaremos as seguintes (*A G*):

1.ª

Uma amostra de minerio de cobre da mina do Bugalho (*A H*), minerio de cobre sulfurado, deu depois de ostullado, os seguintes resultados:

a Fundida uma porção com quatro vezes o seu peso (antes da ostullação) de fluxo negro, não se obteve botão algum de cobre;

b Fundida uma porção com o seu peso (antes da ostullação) de carbonato de soda secco e sete vezes e meia esse mesmo peso de cremor tartaro, obteve-se um botão de cobre, que correspondia a 6,25 por % de cobre;

c Fundida uma porção com o seu peso (antes da ostullação) de carbonato de soda secco e tres vezes o mesmo peso de cremor tartaro, ajuntando-se-lhe no fim igual porção de carbonato de soda secco, obteve-se um botão de cobre, que correspondia a 23,8 por % de cobre;

d Ensaiada uma porção, pela via humida,

[1] Esta *N. B.* não existia no original nem tão pouco... *e melhor de plombagina.*

pelo processo indicado nesta memoria, a analyse deu[1] a existencia de 23,6 por °/₀ de cobre (*A J*).

2.ª

Uma amostra de minerio de cobre carbonatado, de localidade desconhecida (*A H*), deu ao sr. Joaquim Miguel Gonzaga da Costa os resultados seguintes:

a Fundida uma porção com o dobro do seu peso de carbonato de soda secco e trez vezes o seu peso de cremor tartaro, obteve se um botão de cobre, que correspondia a 24,5 por °/₀ de cobre;

b Ensaiada uma porção pela via humida, pelo processo já descripto, a analyse indicou a existencia de 24,5 por °/₀ de cobre.

[1] Em logar de *indicou* do original.

3.ª

Uma outra amostra de minerio de cobre da mina do Bugalho (*A H*) (*A J*), deu, sem haver ostullação, os seguintes resultados:

a Fundida uma porção com o seu peso de carbonato de soda secco e trez vezes o seu peso de cremor tartaro, obteve-se um botão de cobre, que correspondia a 22,5 por °/₀ de cobre;

b Ensaiada uma porção, pela via humida, pelo proceso já descripto, a analyse indicou a existencia de 32,6 por °/₀ de cobre.

Estas trez experiencias são as sufficientes agora para se poderem *comparar entre si os dous processos, para se ver a exactidão de ambos e qual a influencia da ostullação.*

(Continúa).

D. JOSÉ DE SALDANHA O. E S.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

EM 1809

De um estudo inedito sobre a viagem de lord Byron a Portugal.

Le temps, le temps, c'est tout.
MICHELET—*Hist. de France* —XVII—pg. 202.

A côrte, acossada do reino pelo terror dos exercitos de Napoleão, tinha-se refugiado no Rio de Janeiro. Alli esperava que a luz de melhores dias alumiasse a terra para então regressar á metrópole. O principe regente que havia de ser um dia el-rei D. João VI, rei glotão, pezado e ventrudo como os Cabiras, esse, pela sua parte, soffria bocejando ou, antes, nem soffria as saudades da patria, commodamente repimpado á branda sombra das palmeiras. Sem aptidão para o seu cargo de reinar; destituido do nobre sentimento da dignidade humana; avesso a lances arriscados; incapaz de affrontar a morte em defeza de um principio ou de uma crença e, até, o que é mais alguma cousa, na propria defeza da sua sagrada pessoa;—o movimento, as ideas e as innovações do tempo tinham muitissimo que esperar de seu genio manso, de sua bondosa condição. Ao juiz do povo da cidade do Porto, que lhe havia escripto, rogando-lhe que viesse para o reino, respondeu o principe: «Com muita satisfação minha vi a vossa petição para que vá residir entre vós, como prova do vosso affecto; e se a mesma não pode ser attendida em toda a sua extensão, ao menos espero, com o favor do ceu, que poderei ir ver-vos e dar-vos provas do muito affecto que vos consagro e que tenho a tão leal povo[1].» O mesmo dizia sua alteza ao juiz do povo de Lisboa: «Espero, com o favor do ceu, que irei ver-vos, logo que as circumstancias o permittam, e dar-vos provas do muito affecto que tenho a um tão leal povo[2].» Assim, ao curso precipitado dos acontecimentos da peninsula o principe D. João não oppunha cousa alguma, nem tal intento lhe passava pela mente; muito ao contrario, se retirara para longe delles, limitando-se unicamente a concentrar a sua personalidade, os seus direitos e os seus interesses numa passividade tenaz—a inercia. Nado e creado nos saloios tinha delles a velhacaria[3]. Era astuto e manhoso. Aguardando o futuro, confiado na Providencia, sua alteza estava prompto a transigir com tudo... para não perder nada. Até lhe convinha a republica, comtanto que fosse elle o presidente!

Procedendo assim, entendia e entendia bem, como o tempo mostrou, que nunca lhe haveria de faltar o bastante e mais que o necessario. *Para mim sempre ha de haver*—tal era a sua maxima, maxima que perfeitamente exprime a confiança que elle tinha na sua politica, e a sua politica tambem. Como o cão da fabula —salvo o devido respeito—o pobre monarcha vivia prezo pelo ventre!

Foi esse principe que o povo de Lisboa, em altos brados de afflicção e angustia, viu embarcar para o Brazil no dia 27 de novembro de 1807, com toda a familia real e oi-

[1] Carta regia de 3 de janeiro de 1809.
[2] Carta regia de 11 de janeiro de 1809.
[3] ... Jean VI, qui avait toute cette finesse proverbiale des campagnards de la banlieue de Lisbonne où il était né. Sr. A. Herculano—*Mousinho da Silveira* —pag. 6.

tenta milhões de cruzados[1], quando estavam quasi a entrar as portas da cidade as guardas avançadas do exercito francez, cortado de frio e fome, roto, descalço e extenuado pelas marchas successivas e pelos rigores da estação. O principe regente, em vez de se collocar á frente do exercito para defender a nação[2], deixava tudo ao desamparo, fugia e, por cúmulo de infortunio, o povo chorava por elle, patenteando na sua desgraça até onde é possivel descer na escala da degradação! A despedida no largo de Belem é um acontecimento de tal ordem repugnante que ainda debuxado na fantasia depois de corridos mais de sessenta annos faz invencivelmente desviar o rosto. Mas os gritos de demencia da rainha mãe, que a todos consternavam, mudando em espectaculo doloroso uma scena menos triste que ridicula, eram porventura a melhor explicação de toda ella, vindo comprovar mais uma vez o que succede áquelles a quem Deus quer perder.

Ainda nove annos depois dessa fuga precipitada e vergonhosa havia gente que a attribuia ao paternal desejo de *salvar o povo* e, o que mais é, a considerava uma das *causas* da expulsão dos francezes! Assim o li, com asco, num jornal de bellas artes[3], no qual escreviam as pennas celebres de José Agostinho de Macedo e Costa e Silva. A baixeza das almas ia até se dizerem estas necedades.

E, todavia, eram passados apenas alguns mezes que o principe real da Dinamarca, tambem regente do reino, havia dado ao mundo, em circumstancias muito mais apertadas, um raro exemplo de valor e uma tremenda lição de honra. Infeliz no resultado, precipitada, cegamente temeraria—é verdade. Mas quando foi que os impetos do heroismo vacillaram com tibieza ante as suggestões da prudencia, e se mediram pelos calculos do interesse os brios generosos e o pundonor do soldado?

Observemos os dois principes neste momento (agosto — novembro de 1807). Que faz o regente do Portugal? e que faz o regente da Dinamarca?

D. João VI, quebrando a espada sem combater,— como disse uma vez no parlamento o sr. Rebello da Silva[1]— entrega o paiz aos invasores. Parte, levando riquezas, familia, ministros, valídos, cortezãos e creados. E é tal a soffreguidão de embarcar, correm com tamanha rapidez para Belem, que D. Maria I, resumindo a situação numa phrase espontanea, irreflectida — e por isso tanto mais verdadeira — grita na carruagem ao boleeiro:—*Não tão depressa, que pensarão que vamos fugidos!*

Frederico VI intimado em Kiel por um agente de Inglaterra para entregar o porto de Copenhague e a armada, alem da fortaleza de Kronembourg, que domina o Sund, ouve com indignação esta extranha e singular proposta. Responde sem hesitar, em termos desabridos, ao emissario inglez e despede-o com altiveza declarando resolutamente que vai transportar-se a Copenhague para cumprir o que elle julgava que eram os seus deveres de principe e de cidadão. A esse tempo a esquadra do almirante Gambier, composta de 25 naus, 40 fragatas e 377 embarcações de transporte, com tropas de desembarque em numero de vinte mil homens, estacionava já, parte em Elsinor, fechando o porto, e parte nos dois estreitos de Belt, para não permittir a passagem de *um só homem* do continente para a ilha de Fionia e desta para a de Seeland. O principe, cerrando os olhos ao arrojado da empreza, atravessa os dois estreitos com imminente risco de vida, chega são e salvo a Copenha-

[1] «Os valores que em dinheiro, trastes de oiro prata e diamantes acompanhavam o regente, e foram locupletar o Brazil, calculavam-se em oitenta milhões de cruzados. Para se amontoarem tão consideraveis riquezas tinha já o governo concorrido previamente pela sua parte, accumulando no real bolsinho todo o metal que lhe caía nas mãos com escandaloso desprezo dos mais sagrados pagamentos. Os cofres publicos ficaram inteiramente exhauridos, e apenas no erario se deixaram ficar uns dez mil cruzados, com um atrazo de trez mezes aos officiaes do exercito, não sendo de menor monta a falta de pagamento aos credores do estado e aos funccionarios publicos.» — Sr. S. J. da Luz Soriano — *Historia da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Primeira Epocha, tomo II, pag. 678.

[2] «... a questão não era se podiamos resistir ao gigantesco poder da França, o que seria absurdo, mas ás forças que Bonaparte poderia mandar contra este reino...

«... os elementos haviam feito perecer grande numero de homens e cavallos no transito por Hespanha e pelas serranias da Beira-baixa; a menor resistencia haveria consummado a inteira ruina do resto do exercito invasor nas gargantas das montanhas que separam aquella provincia da Estremadura.....

.....

Sem duvida, pela falta de previdencia do Ministerio, não se achavam promptos todos os meios de defeza; mas ás vezes a desesperação suppre a tudo; e, emfim, quando fossem baldados nossos esforços, perderiamos a fortuna, mas haveriamos conservado a honra.

Memoria Justificativa de M. J. Martins Pamplona. Lisboa, 1821, pag. 13, 15 e 16.

[3] «Depois de haver feito o melhor dos principes o maior dos sacrificios, qual o de separar-se do berço que o vira nascer; do throno que seus preclaros avós com tanto heroismo haviam erigido, dilatado e conservado; e de um povo que ternamente amava, e de quem era ternissimamente amado; entregando sua augusta pessoa e real familia á inconstancia e braveza dos mares, para salvar o seu povo dos effeitos de uma invasão inimiga que se reputou conquista, porque lhe escapou a preza, que suppozera empolgar nas garras...»

«...se reconheceu que á feliz resolução de S. A. R. se retirar aos seus estados do Brazil e ao valor dos portuguezes que se decidiram, organizaram e acommetteram o inimigo, se devia o primeiro convencimento de que os *bravos da Gironda* eram venciveis.» *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana*. Lisboa, 1816, n.º 1, *introd.*

[1] Ses. de 30 de julho de 1869.

gue e, o seu primeiro e unico cuidado é proclamar a enormidade do perigo e chamar o reino ás armas[1]!

Vejamos como se houveram nesta difficil conjunctura o clero e a nobreza, *quanto quis servitio promptior* (Tac).

O patriarcha D. José II escolheu o dia da festividade nacional da Senhora da Conceição, padroeira do reino, para publicar uma pastoral, em que, solicitando a obediencia dos fieis, os advertia de que Deus destinára Napoleão *para amparar e proteger a religião e fazer a felicidade dos povos*. O mesmo disseram o cabido da patriarchal, o bispo do Porto e o inquisidor geral, bispo titular do Algarve, D. José Maria de Mello, o qual na exaltação do seu zêlo não duvidou chamar a Napoleão *homem prodigioso, desconhecido dos seculos*. Pelo mesmo tempo o conde de Sampaio, membro da regencia, mandava fechar as portas ás sete horas, e prohibia o porte de armas (edital de 5 de dez. de 1807). O marquez de Alorna recebia do general Junot o commando militar das tres provincias da Beira, Traz-os-Montes e Extremadura (22 de dez.). Os dois marquezes de Abrantes, os de Penalva, de Marialva e de Valença, o bispo de Coimbra, o inquisidor geral e o Prior-mór de Aviz, o conde de Sabugal, o visconde de Barbacena, D. Nuno Caetano Alvares Pereira de Mello, D. Lourenço de Lima, Joaquim Alberto Jorge e Antonio Thomaz da Silva Leitão pediam em Bayona um rei ao imperador (abril de 1808). E o conde da Ega, no dia das felicitações ao duque de Abrantes (17 de maio) exprimia, em nome da nobreza, o seu reconhecimento pelas *beneficas intenções* com que Napoleão preparava *a nossa felicidade*. Chegou o excesso a ponto que o general inglez Dalrymple teve que excluir do governo, para que haviam sido nomeados, o principal Castro, Pedro de Mello Breyner e o conde de Sampaio, quando, aos 18 de setembro de 1808, restituiu ao poder os membros da regencia, creada por D. João VI (dec. de 26 de nov. de 1807) e logo depois extincta por Junot (dec. do 1.º de fev. de 1808)[2]. O regente approvou este acto por decreto de 2 de janeiro de 1809.

Terminada a primeira invasão franceza pela convenção de Cintra, pareciam não ter fim a explosão do enthusiasmo nacional, a alegria de se ter visto os francezes pela barra fóra e todas as manifestações de regozijo, em que é sempre fertil o sentimento patriotico e em que entrava por muito a certeza de que a protecção da Inglaterra, segurando o presente, garantia o futuro de todas as eventualidades. Não olvidemos, porém, que a hora terrivel de cevar odios mal comprimidos e de saciar vinganças a custo disfarçadas batera, finalmente, promettendo todas as desgraças que formam o cortejo usual da perversidade e do crime. Gente depravada, ávida de sangue e de riquezas, espalhada aos bandos pelas ruas, assaltava, prendia, roubava e assassinava sem pejo dos homens, nem temor de Deus. Ser francez, amigo dos francezes, jacobino, como se dizia então, se era tido por um crime, que muitos expiaram com a propria vida, foi tambem a mascara vil com que os instinctos ferozes pretenderam occultar a sua hediondez. Um pretexto e nada mais.

É triste confessar a repetição desses factos, mas omittir descrevel-a seria falsear a historia. O armamento do povo, resultado da organização de dezeseis legiões para a defeza de Lisboa, compostas de habitantes que não eram soldados de linha, ou milicianos (dec. de 23 de dez. de 1808), converteu-se dentro em pouco num instrumento cego de novas perseguições e vindictas. Continuamente ao serviço das más paixões, de rancores pessoaes e partidarios; dando protecção efficaz a violencias atrozes, a buscas repentinas e a prisões arbitrarias; mantinha, na verdade, *uma escandalosa anarchia,* como diz alto e bom som o conselho da regencia[1].

É escusado observar que nem os proprios inglezes, que tinham derramado o sangue pela causa da independencia, escapavam da sanha popular. Havia com elles rixas frequentes, quando os implacaveis patriotas, armados de chuços, vagueavam pela cidade assaltando e prendendo, principalmente francezes[2]. Em taes occasiões, se os soldados do rei Jorge lançavam mão dos prezos para os proteger do furor da populaça, d'ahi se originava logo uma desordem séria. O povo alborotado queria e clamava em altas vozes que lhe entregassem os que tinha prendido, recusavam-se

1 Thiers *Hist. du Cons. et de l'Emp* — Livre 28.º

2 «...whilst some of the members having appeared to unite themselves with the french interest, have rendered their re-establisment in the governement at this moment impossible.»

(Proclamation by His Exc. Lieut. Gen. sir H. Dalrymple).

«...ao mesmo tempo que outros destes membros *(da regencia)* parecendo suspeitos de adhesão ao interesse dos francezes, por haverem entrado no seu governo, tem tornado impossivel na presente occasião o seu restabelecimento no governo de S. A. R.»

(Proclamação de s. exc.ª o tenente general sir H. Dalrymple.)

Col. das leis, dec. e alv. da reg. do principe D. João, tomo xv, fl. 59.

1 Proclamação de 4 de fev. de 1809, no *Suppl. á Gazeta de Lisboa* do dia 7.

2 «O nome de francez, ou de *jacobino,* era o mais affrontoso epitheto e o de mais funestas consequencias para o desgraçado a quem se dirigia, e ao primeiro grito de *ó dos chuços,* o infeliz via-se logo cercado por um sem numero de piques, que das lojas e outras differentes partes acudiam, para no meio de espancamentos e outros maus tractos, ser arbitrariamente lançado nas enxovias do Limoeiro.» — Sr. S. J. da Luz Soriano — *Historia da Guerra Civil,* Segunda Epocha, tomo I, pag. 668.

a fazel-o os inglezes, e bom era se a pendencia terminava apenas com a intervenção de algum official da guarda da policia, que levava esses infelizes para o castello. Mais. Os officiaes civis e militares do exercito inglez e até as pessoas addidas á legação de S. M. B. nesta côrte eram quasi todos os dias indignamente insultados, e não bastavam a cohibir de todo estes excessos as severas providencias que adoptaram com louvavel energia os governadores do reino [1].

Não era todavia isento de culpas e de gravissimas culpas o governo de Lisboa. A intendencia geral da policia, cujas attribuições monstruosas a tornaram quasi tão temida como a velha Inquisição, ordenou primeiro sob penas graves que se denunciassem os militares francezes que estivessem homiziados [2], e depois convidou todos os portuguezes a delatarem por palavra ou por escripto os inimigos da patria [3]. Appellando para os sentimentos de *um honrado patriotismo,* o terrivel magistrado exigia que fossem assignadas as denuncias e assegurava a todos que as fizessem *o mais indefectivel segredo* de seus nomes. Os delictos mencionados no famoso edital consistiam em fazer discursos sediciosos, associações e assembleas occultas e tambem em espalhar noticias falsas. Este, que era o minimo, dá melhor que tudo, a medida do arbitrio e da perseguição.

Não diminuiu, antes foi crescendo com o correr do tempo, o furor patriotico da policia. Mais tarde podia cada qual denunciar quem quizesse com inteiro e cabal desafogo. Já não eram precisas nenhumas seguranças. Dispensaram-se da assignatura os delatores, e o facto de a escreverem não importava para elles a menor responsabilidade [4].

«As denuncias — diz o sr. Barros e Cunha — eram o primeiro dever civico dos cidadãos. Metade da nação denunciava a outra metade, e tudo sob a formula do dever para com o rei e a religião.

«Lucas de Seabra não tinha mãos a medir, os crimes eram classificados da seguinte fórma:

«Classe 1.ª—Francez, conspirador, ter tido relações com francezes.

«Classe 2.ª—Fallar mal do governo e dos inglezes.

«Classe 3.ª—Jacobino.

«Classe 4.ª—Não ter religião, andar armado, fallar no diabo, não ouvir missa.

«Classe 5.ª—Fallar francez ou com francezes em lingua maçonica.

«Classe 6.ª —Ser pedreiro livre [5].»

[1] Proclamação de 4 de fevereiro de 1809, no *Suppl. á Gazeta* do dia 7.

[2] Edital de 3 de outubro de 1808, no 2.º *Suppl. á Gazeta* do dia 8.

[3] Edital de 5 de dezembro de 1808, no 2.º *Suppl. á Gazeta* do dia 6.

[4] Decreto de 20 de março de 1809.

[5] *Historia da Liberdade em Portugal* — vol. I, pag. 232.

Agora os encarceramentos.

Muitos homens respeitaveis por suas luzes, seus talentos, seu patriotismo e sua irreprehensivel moral, jaziam sem processo, havia longo tempo, nas prizões da Inquisição. De nada lhes valiam as fortissimas representações do gabinete inglez a seu favor, as louvaveis sollicitações do nosso ministro em Londres [1], a piedosa intercessão do patriarcha eleito de Lisboa [2] e, finalmente, o protesto bem significativo de um dos membros do governo, o marquez das Minas, que, por esse motivo, não queria assistir ás sessões da regencia [3]. As torres estavam egualmente atulhadas de presos.

Bruxulea ainda frouxa nas densas trevas deste anno uma luz, que ha de vir a ter um dia a velocidade do raio, o brilho e a força fecundante do sol. Demoremos a vista, por um momento, nessa claridade tibia, mas serena, que é em Portugal o primeiro alvor da liberdade do pensamento!

Neste anno *já se escreve,* diz um contemporaneo [4]. A antiga usança de se imprimir uma gazeta só, debaixo da immediata inspecção de um secretario de estado, havia passado a linha com a côrte. Em Lisboa publicavam-se já muitos periodicos, sendo alguns diarios [5]. Tinha começado a ser respeitada a liberdade do pensamento. Citava-se o facto do tenente general Miranda haver dirigido pela imprensa uma carta vehemente ao marechal Beresford [6], e causara estranheza a circumstancia de elle lhe ter respondido numa ordem do dia, datada do quartel general de Abrantes, em 18 de junho [7], na qual — reparae bem — *não se diz uma só palavra contra os papeis publicos que publicaram aquella carta* [8]. Este facto andava ligado na opinião geral á idea de um beneficio, e não faltava quem o attribuisse á influencia dos inglezes em Portugal [9].

Paremos aqui. Outros factos de não somenos importancia havia para citar neste logar da primeira metade do anno 1809, que antecedeu immediatamente á chegada de lord Byron. Porém, os que ahi ficam referidos são já, talvez, de sobra para servirem de fundo ao lastimoso quadro de miserias, que elle traçou com demasiado vigor no desenho, e cobriu, ainda mal, de côres mais vivas do que a horrivel realidade! ALBERTO TELLES.

[1] D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, conde do Funchal.

[2] D. Antonio José de Castro, bispo do Porto.

[3] *Correio Braziliense*, vol. 3.º, pag. 106, (julho de 1809).

[4] Ibid. vol. 3.º, pag. 234 (agosto de 1809).

[5] «... muitas gazetas...» *Corr. Braz.*—vol. 3.º, pag. 234, (agosto de 1809); «... ha tres diaristas e muitos periodicos...» *Correio da Peninsula ou Novo Telegrapho,*—n.º 3 (10 de julho de 1809).

[6] *Corr. Braz.*—vol. 2.º, pag. 635 (junho de 1809).

[7] Ibid.—vol. 3.º, pag. 232 (agosto de 1809).

[8] Ibid.—pag. 234.

[9] Ibid.—vol. 2.º, pag. 637 (junho de 1809); vol. 3.º, pag. 234 (agosto de 1809).

BIBLIOGRAPHIA

Reliquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra — com quatro estampas

POR

Augusto Filippe Simões

I

Caso é para requerer alviçaras aos amadores da boa litteratura a publicação d'uma obra com o titulo, que acima inscrevemos.

Glorificamos as armas, e a assombrosa epopea d'esses milagres de heroismo, anda ahi lavrada em narrativas immortaes; illustramos as lettras, e não nos fallecem *memorias,* que lhes pregoem os triumphos em todo o genero de erudição; nobilitamos as artes, e, a que nos foi brazão invejado, jazia ahi sem escriptura, que lhe lembrasse as cores e insignias!

Sentiu tamanho desamor um dos mais primorosos ingenhos da nossa terra, e o mesmo foi attentar nelle, que entender em carear-lhe affectos. Assim acabou comsigo o sr. dr. Augusto Filippe Simões escrever as — *Reliquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal e particularmente na Cidade de Coimbra.*

Assoberbam difficuldades o animo mais varonil, e não ha proposito firme, que não quebrantem contradicções. Mas nada poderam com o auctor esses escolhos, de encontro aos quaes se tem afundado muita vontade corajosa. Porque poz acima de tudo a sua dedicação pelos monumentos, que ahi pompearam ao sol d'outras eras, e não houve trabalho que lhe dobrasse o espirito inflexivel, nem commettimento que lhe rebatesse a energia indomavel.

E a idéa fez-se livro.

II

Reliquias lhe chamou o escriptor, e bem lhe assenta o nome, pela devoção que inspira a obra a todos os que de portuguezes se prezam. O que esta é e vale, intima-o a leitura reflectida das suas paginas. Agrupam-se nellas meritos de quilate mui diverso, mas sobrelevam pela disposição e perspicuidade, com que desinvolvem o assumpto.

Reparte-se este por quatro formosissimos capitulos, precedidos d'uma excellente introducção. Aqui é o descrever muito em sombra a historia da architectura, até aos fins do seculo XI. Vê-a o auctor desatar-se do germe na aurora da humanidade, crescer e medrar por quasi toda terra, com os nomes de indiana, egypcia, grega e romana, enramar e enflorar de novo, quando lhe cahiu em cheio a luz do evangelho. Mostra-a depois, bafejada pelo christianismo, desabrochando sob o ceu do Oriente, com o appellido de *byzantina*, assignala-lhe as origens no Occidente, com a denominação de *romã, saxonia, byzantina, lombarda, gothica-antiga, normanda, carlovingiana e romano-byzantina,* e caracterisa-as ambas. Memora-lhe finalmente a acclimação na peninsula iberica, inquire-lhe as raras noticias no afastado cyclo do dominio wisigothico, e debuxa, em conclusão, o quadro do desinvolvimento das artes na Europa, mormente em Hespanha no governo de Affonso VI, quando o conde D. Henrique meditava talvez a independencia d'esta nesga de terra, que, pouco depois, constituiu o reino de Portugal. E no desenvolver essa longa narração foi sempre o nosso consocio rigoroso no methodo, exemplar na clareza e apurado na critica.

Abre o sr. dr. A. F. Simões o capitulo I do seu livro, tentando patentear o atrazo da architectura christã no territorio conimbricense em tempos anteriores ao seculo XI. E insinua tão persuasivamente as razões abonadoras da sua opinião, que o espirito acceita-as sem constrangimento. Depois, e correndo já aquelle seculo, avulta-nos a nobre figura do alvazir de Coimbra, o conde D. Sesnando, mostrando como este, que foi, na desatayiada lettra do seu epitaphio, *Grande Barom, sabedor e muito eloquente, avondado e rico,* devera, por suas edificações, ter grande parte nos progressos da architectura. O que estes eram ao cerrar-se o seculo undecimo, e no alvorecer do immediato, avalia-o o leitor perfeitamente pela inspecção dos portaes da egreja de S. Thiago, que, figurados em exactissima estampa, defrontam com o texto. E aponta-lhes o consciencioso archeologo essa altissima epocha, porque a tanto o obriga o testemunho irrecusavel dos caracteres architectonicos.

Na averiguação da origem dos monumentos contentava-se a facil simpleza de nossos avós com a auctoridade, nem sempre afiançada, do escriptor, ou o apparato d'algumas fabulas, adrede inventadas. Hoje, quando os documentos inconcussos falham, auxilia-se a critica das indicações archeologicas, que esclarecem sempre, e muitas vezes desensombram, illuminando-o, o ponto, que se nos antolhava escuro.

Bem lhes conhecia o valor pela propria experiencia o nosso consocio, e sabendo que muito o haviam servir, realçou-lhes os merecimentos na entrada do capitulo II. E como taes indicações «equivalem em muitos casos, são palavras suas, a uma certidão que, sem designar o anno, declara com certeza o seculo em que o monumento foi construido,» aferiu por ellas a edade das egrejas de S. Thiago, S. Salvador e S. Christovão, porque lhe escasseavam provas, que a revelassem com mais presumpção. Assim suppoz a primeira dos fins do seculo XI, ou principios do XII, creu a segunda d'aquelle seculo, e suppoz edificada a terceira meiado o seculo XII.

Coeva de S. Christovão, e por ventura obra do mesmo architecto, é a veneranda egreja da Sé Velha, cuja laboriosissima informação se explana por todo o capitulo III. Mas, no determinar-lhe a origem, ás caracteristicas architectonicas accresceu um documento irrecusavel, que persuadiu o douto escriptor a assental-a entre 1160 e 1180, pouco mais ou menos. É a *Minuta dos testamentos ou heranças da Sé de Santa Maria de Coimbra,* memoria preciosissima para a historia das bellas artes, que se acha archivada no *Livro Preto.*

Outros vestigios da architectura byzantina, no norte e sul de Portugal, desvelam ainda a attenção do auctor no capitulo v. Donde o estudar naquelle com incansavel afan as egrejas de Cedofeita e Sé do Porto, a de S. Miguel do Castello e o claustro de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, o templo de Santa Maria de Almacave, e Sé de Lamego, a Sé de Braga, e o convento de Villar de Frades; neste, a capella mór da egreja do convento de Christo e a egreja de Santa Maria do Olival em Thomar, a egreja de S. João do Alporão em Santarem e a Sé de Lisboa.

Procurou o sr. dr. A. F. Simões ajustar a duração d'esses monumentos pelos vetustissimos restos, que lhes attestam a ancianidade. Desmedraram-lhe porém os esforços a ponto, que não ousa dar como incontestaveis suas asserções a tal respeito. Mas, como elle proprio reconhece, ninguem lhes negará «a importancia de serem a um tempo novidade em tão velho assumpto, e incitamento a futuros escriptores.»

Fecham a obra algumas notas para illucidação do texto, a que acompanham quatro estampas, devidas ao fidelissimo buril do sr. Mariz Junior.

Tal é a miniatura imperfeitissima da esplendida pintura, que, com o nome de *Reliquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal e particularmente na Cidade de Coimbra,* conseguiu traçar o nosso consocio. Fulge ella, sobrepujando-os, entre os raros, mas não desvaliosos, paineis, com que se arreia a ainda pouco opulenta galeria dos nossos livros artisticos. Porque os excede na invenção do desenho, sobreleva na exactidão historica, e vence na riqueza do colorido. Assim a obra do estudioso critico viverá a par das de Machado de Castro, Cunha Taborda, Wolkmar Machado, Murphy, Raczynski, Joaquim de Vasconcellos e outras, pela exposição do assumpto, sua inquirição conscienciosa, e desaffectado estylo, que a auctorisa e adorna.

III

E quem tão galhardamente floreia a penna, e ao parecer em cousa tanto de vontade, como que contrahe com a patria a obrigação inalienavel de lhe levantar edificio, de mais grandiosa traça — a *Historia da Architectura em Portugal.* E temos que ha de cumpril-a o erudito investigador, porque lhe são passatempo e enlevo os estudos graves. Assim dirnos-ha naquella sua dicção clara e limpida, espelho d'uma intelligencia cultissima, o viver aventuroso da nossa architectura, desde que João Froilaco lançou os alicerces de S. João de Tarouca, até que Mattheus Vicente exalçou aos ares a cupula da Estrella. E será então o descrever-nos a severa belleza do *gothico puro,* (humilde na simplicidade de S. Vicente da Chã e S. Salvador de Boticas, soberbo nos atrevimentos de S. Maria da Victoria e Nossa Senhora do Vencimento) e como o desadornaram da sua pureza encantadora para o converterem no *gothico florido,* até desapparecer de todo nas caprichosas fantasias do *estylo manuelino.* Virá após a historia dá *architectura classica* ou do *renascimento das artes,* cuja ahi se construiram esmerados padrões, até arribar na confusão de todos os estylos, a architectura cahotica. Commemorará as formosas laçarias do claustro do *silencio,* em Alcobaça, abertas pelo buril de Domingos Domingues, indagará que parte teve na fabrica d'Odivellas, espanto das velhas chronicas, o architecto Affonso Martins, desfará por ventura as sombras, que ainda empanam uma grande gloria, mostrando se cabe a Affonso Domingues a honra de ter fechado a admiravel abobada do capitulo da Batalha, e, sem sahir d'aqui, avivará os primores do cinzel de Mattheus Fernandes nas maravilhas da *capella imperfeita,* e os serviços, que prestaram á arte um seu filho do mesmo nome e Martim Vasquez e Fernão de Evora e outros. Nem lhe esquecerá contar-nos como Martim Lourenço logrou suspender em S. Francisco de Evora aquella estupenda abobada, testemunha eloquentissima do seu saber artistico, e delinear-nos os graciosos arabescos, que os escopros de João de Castilho e Ayres do Quintal entalharam no convento de Christo em Thomar e S. Maria de Belem. Depois, levando-nos á sumptuosa basilica de Mafra, registará os applausos que os nossos artistas colheram, pondo em obra a monstruosa concepção de João Frederico Ludovice, alçando o magnifico templo do Coração de Jesus e erguendo o colossal palacio da Ajuda.

Isto e muito mais nos ensinará o sr. dr. A. F. Simões, com o longo desinvolvimento que o assumpto pede, e a provada mestria que todos lhe reconhecemos.

Assim se esvaecerá essa feiissima tacha, que ainda macula os nossos brios de povo culto, e, apontando para o livro, onde estão registadas as cartas da nossa fidalguia artistica, poderemos enfileirar-nos ao lado das nações da Europa, em que mais alto se guindou a architectura.

V. de M.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

AMÉDÉE THIERRY [1]

Causas do progresso da jurisprudencia romana

I

A historia

Foi Roma, na primeira epocha da sua historia, uma monarchia limitada por poderes mal definidos, mas de tal fórma constituidos que o seu exercicio obstava a que a acção do poder central degenerasse em tyrannia. Mas, como o patriciado gozava da força que dão as riquezas, a união e a sciencia, os reis procuraram oppôr-lhe na plebe um elemento que conseguisse contrabalançal-o. D'aqui vieram as continuas guerras de conquista, e a aggregação de cidadãos dos povos vencidos á população primitiva. D'aqui proveio tambem a substituição dos comicios curiatos pelos comicios por centurias; e, como consequencia, a manutenção temporaria do equilibrio entre a nobreza e a plebe. Porém, segundo a tradição, o ferreo despotismo do segundo Tarquinio provocou a explosão do sentimento aristocratico, e a revolução de 510 levou ao poder os chefes dos antigos cidadãos.

A republica consular acabou com o systema da transfusão de povos, que lhe não era favoravel, e inaugurou o da concessão singular dos direitos de cidadão, mais ou menos fraccionados. Desprezando as tradições das republicas municipaes da Grecia, cujo direito publico externo era o odio do estrangeiro, Roma, implacavel com os inimigos, abriu o seio aos vencidos, com mais ou menos liberalidade, mas sempre no sentido da expansão da cidade. As colonias enterraram-se nos povos adversos como valentes cunhas que deviam no decurso do tempo abrir o enorme tronco das rivalidades e dos rancores; os municipios foram outros tantos exemplares mais ou menos parecidos com o typo que os produzia; os tractados particulares que ligaram Roma successivamente aos Latinos e aos Italianos constituiram um direito abstracto que, sob as denominações de *direito do Lacio* e *direito italico,* outorgava, com os beneficios do direito civil romano, uma certa capacidade para o conseguimento do foro de cidadão.

A constituição interior modificou-se incessantemente sob a influencia da acção aristocratica, e da reacção dos novos cidadãos, dos plebeus. Estes, extincta a dependencia do patronato originario ou sollicitado, constituiram em Roma uma classe importante, privada na realidade de todos os direitos politicos, inferior aos patricios em organisação, em riqueza e em illustração, mas poderosa pelo seu numero e pela sua immensa aspiração. Travou-se o combate na primeira retirada da plebe para o Monte Sacro, e prolongou-se com varia fortuna até ao anno em que os plebeus conseguiram a admissão aos cargos sacerdotaes, ultima cidadella dos seus adversarios. Os patricios resistiam tenazmente, mas souberam ceder a tempo, evitando a guerra civil e a dissolução da cidade, e é nesta lucta porfiosa que se deve procurar a origem das diversas magistraturas para onde passaram successivamente muitas attribuições do consulado, a questura, a edilidade, a censura, a pretura. Os patricios não recuavam aqui senão para se recobrarem além, e, se os plebeus lograram a final, por intervenção dos seus magistrados proprios, os tribunos da plebe, exercer todas as magistraturas curues, nenhum chegou a possuir a auctoridade completa que a constituição de 510 concedera aos primeiros consules.

Eram os plebeus os patronos naturaes dos Latinos, dos Italianos, e, ao depois, dos Sicilianos, dos Hespanhoes, dos Gregos e dos outros povos que a conquista ia sujeitando ao dominio romano. Passada essa epocha aurea de equilibrio, bom governo e ordem, que succedeu á segunda guerra punica, a questão social propoz-se imperiosamente com todas as suas tremendas eventualidades. O estado romano tinha mudado de natureza; os costumes primitivos, as virtudes que tinham sido a gloria e a força dos primeiros seculos tinham desapparecido; a classe media, formidavel instrumento de conquista, que era nas legiões o que o senado era na cidade, perecera nas

[1] *Tableau de l'empire romain.* A idéa fundamental d'este livro admiravel, um dos melhores trabalhos de historia geral que o nosso seculo tem visto nascer, inspirou o modesto artigo que apparece protegido pelo nome do grande historiador. Devo advertir porém que Amédée Thierry julga a revolução cesarea com muito mais indulgencia do que a mim me é possivel fazel-o. Não que eu veja Roma como, segundo elle diz, a via Montesquieu, do alto do Capitolio. Esse ponto de vista enganar-me-hia de certo. Os Celtas, cujo sangue gira nas veias de Amédée Thierry, contam-se no numero dos ascendentes do nosso povo; a Gallia e a Hespanha tiveram identicos destinos. Ambas foram subjugadas após uma resistencia admiravel, ambas entraram humilhadas no systema romano. Mas o filho dos vencidos póde reconciliar-se com a memoria dos vencedores. Roma republicana impoz-nos uma lei iniqua, mas Roma imperial estendeu por sobre o mundo um immenso veu negro, cujas orlas luctuosas não desappareceram ainda do nosso horisonte. Aquelles cujo credo politico se resume em duas palavras: legitimidade (direito) e liberdade, devem seguir as partes da republica romana. O nosso heroe não é Cesar em Pharsalia, nem Antonio no Forum, nem Augusto em Accio. É Catão em Utica, Labieno em Munda, Bruto e Cassio em Philippes. São os que morreram com a liberdade, não os que a destruiram. A victoria não é um argumento.

terras estranhas sob o ferro inimigo ou na Italia aos golpes despiedados dos usurarios, dos publicanos e dos grandes proprietarios; a velha aristocracia quiritaria cedera o campo a uma nobreza nova, que tinha todos os vicios da antiga, sem nenhuma das suas grandes qualidades.

A tentativa de regeneração interna de Catão, plebeu tradicionalista, foi baldada. Seguiram-se os Gracchos, que propozeram audazmente a reivindicação do dominio publico, e a concessão dos direitos de cidade em mais larga escala. Ambos pereceram ás mãos da oligarchia. Druso teve igual sorte, assim como Saturnino; de maneira que nenhuma transacção opportuna veio obstar á sublevação dos Italianos. Roma levou a melhor, porque os plebeus esqueceram as dissidencias que os separavam dos patricios, diante do perigo da patria, e o seu heroe, Caio Mario, pelejou, sem grande diligencia, mas lealmente, nas fileiras romanas; mas o resultado da victoria foi, apesar da cruel reacção aristocratica de Sylla, a concessão da cidade aos povos vencidos na guerra social.

Morto o dictador, começou essa epocha extraordinaria, fecunda em agitações lamentaveis na cidade, e em conquistas gloriosas no exterior. Em quanto os cavalleiros disputavam a judicatura aos senadores, a Hespanha, romanisada por Sertorio, cedia ás armas romanas. Quando Catilina tramava o levantamento de todos os desesperados da Italia, Pompeu acabava no Oriente a obra de Lucullo. Finalmente, as pelejas sangrentas e estereis de Clodio e Milão no Forum, no Campo Marcio e na Via Appia coincidiam com a sujeição da Gallia, levada a cabo, após nove annos de lucta encarniçada, por Julio Cesar.

Não é aqui o logar proprio para avaliar a origem, as causas occasionaes, a necessidade e as consequencias da revolução que acabou com a liberdade. Por maior que na historia se nos apresente Julio Cesar, não posso em consciencia attribuir lhe as intenções que muitos historiadores lhe attribuem, concedendo-lhe um dom de previsão mais extraordinario do que o seu genio e do que os seus feitos. Não vejo nelle senão um ambicioso mas a revolução que effectuou é o maior acontecimento politico da antiguidade, e foi até certo ponto um beneficio para os povos que obedeciam á lei de Roma.

Digo *até certo ponto,* porque me parece que a unidade romana estava quasi perfeita. O Oriente tinha sido unificado pela espada de Alexandre e pela litteratura hellenica; todo elle reconhecia a auctoridade, ou pelo menos a hegemonia da cidade do Tibre. O Occidente estava mais atrazado; porém muitos dos povos que nesse grupo se comprehendiam tinham entrado na orbita romana quanto bastava para que se lhes podesse applicar o systema seguido em relação á Italia. A vez dos outros chegaria breve.

Portanto a queda da republica não era indispensavel. O christianismo teria encontrado em todo o caso essa unidade social que tanto concorreu para a sua rapida propagação. Se Julio Cesar não tivesse consummado o parricidio, o imperio não teria durado tanto, mas figura-se-me que os resultados não teriam sido funestos.

Em primeiro logar, a liberdade, que é a grandeza moral dos estados, não teria desapparecido do céu do mundo antigo. A fórma consular não convinha ás necessidades da occasião, mas podia ser substituida por outra mais larga, sem que o despotismo prevalecesse. Por outra parte, se a manutenção da constituição republicana tinha de produzir a dissolução do estado romano dois ou tres seculos antes da grande invasão barbara, quer-me parecer que não era contrario aos interesses da civilisação que os povos do Norte encontrassem, em logar do imperio decadente, nações jovens e vigorosas, separadas da grande arvore na epocha da sua vida activa, e proprias para resistir a quaesquer inimigos.

É comtudo verdade, como acima apontei, que os membros da associação romana lucraram em geral com a transformação que se realisou pouco antes da vinda de Jesus Christo. Foi Julio Cesar quem inaugurou o imperio, porque a sua intervenção nos negocios tornou quasi impossivel a restauração da antiga ordem de coisas, mas o verdadeiro fundador foi Augusto. Do seu principado datam os grandes beneficios que as provincias receberam da revolução, a paz, a administração regular, a justiça equitativa.

Julio Cesar tinha augmentado de uma maneira prodigiosa o numero dos cidadãos. Augusto foi mais moderado, assim como Tiberio, excellente administrador, apesar dos seus vicios e dos seus crimes; mas o systema continuou a ser applicado largamente, sobretudo por Claudio. Aos Cesares succederam tres usurpadores militares, cuja lucta temerosa mostra evidentemente quão precaria era a paz e a ordem que resultavam do estabelecimento do imperio; mas, tendo o genio de Roma suscitado Vespasiano e Tito, a dynastia que succedeu á dos Flavios inaugurou uma epocha de prosperidade nunca vista e de emancipação para os subditos menos favorecidos.

Trajano, o segundo Cesar; Adriano, o grande administrador; Antonino, o *ampliator civium*; Marco Aurelio, o philosopho que praticava no throno as virtudes que o estoicismo tinha ensinado aos antigos senadores da opposição, os Thraseas, os Helvidios Priscos, todos concorreram para a extincção gradual da cidade, e para o aperfeiçoamento da administração. A primeira obra tinha de ser acabada por Caracalla, a segunda por Diocleciano.

As provincias iam-se succedendo no throno segundo o seu gráu da civilisação. Os principes hespanhoes foram substituidos pelos syro — africanos. O grande Septimio Severo organisou admiravelmente o estado militar, poderoso engenho de conquista, não menos poderoso instrumento de dominação interior. A seu filho Caracalla coube a gloria de assignar a constituição que concedeu o foro de cidadão a todos os habitantes livres do imperio.

Pelo meado do terceiro seculo da era christã, o imperio esteve a ponto de se dissolver. Os usurpadores levantaram-se em quasi todas as provincias, e os soberanos d'esse tempo não tinham força que bastasse para lhes resistir. Surgiram porém tres grandes imperadores, Claudio II, Aureliano, e Probo, todos tres Illyrios (eram os soldados quem dispunha da purpura); os quaes souberam a um tempo abater os tyrannos e repellir os Barbaros, facultando, por esta energica repressão, o estabelecimento de fórma tetrarchica[1], que deu ao imperio do Occidente mais dois seculos, e ao do Oriente mais doze seculos de duração.

O imperio não podia manter-se por mais tempo sob a tutela de um só regedor. A divisão da auctoridade foi a grande idéa de Diocleciano, produziu excellentes resultados no seu tempo, e tornou-se desde então a principal maxima politica até á queda do imperio do Occidente.

Constantino governou só, e Constancio, e Julião, mas isto resultou de circumstancias excepcionaes, e o systema não foi abandonado. Se o imperio do Occidente não pôde resistir aos Barbaros, apesar da divisão em dois governos, cumpre notar todavia, em favor d'este systema, que a elle é que se deve a conservação das reliquias da sciencia, da philosophia e das lettras antigas, deposito precioso que os ultimos litteratos gregos nos transmittiram no seculo XV, e que nas muralhas de Constantinopla foi quebrar-se a maré mussulmana, cujas vagas dianteiras alcançaram ao Occidente as serranias eriçadas de lanças hespanholas, e os campos de Poitiers onde scintillava o frankisk de Karl Martel. Quando o imperio do Oriente cedeu ao esforço de Mohammed II, a Europa moderna estava creada, e era bastante forte para fazer frente a quaesquer inimigos.

Nenhum imperador do Oriente póde ser equiparado a Justiniano, nem o grande Theodosio sequer. A dupla gloria de conquistador e grande legislador só a elle podemos conceder. Depois de Constantino, que reconheceu o christianismo como religião do estado, nenhum teve maior influencia no seu tempo e nos tempos futuros. As suas conquistas foram ephemeras, mas a legislação conservada nas suas collecções é um monumento eterno.

Segundo d'aqui se vê, Roma, encarada, não no ponto de vista estreitissimo da cidade, mas nas suas relações com os povos que successivamente lhe foram submettidos, progrediu ao passo que a sua constituição se foi amoldando ás necessidades resultantes da extensão do imperio. A constituição do tempo dos Scipiões é um progresso em relação á de 510, e a mesma lei rege as modificações provenientes da guerra social, do estabelecimento da dictadura imperial, do governo dos Antoninos, da concessão de Caracalla, da tetrarchia, do reconhecimento official do christianismo, da divisão final em dois imperios. Primeiro os plebeus, depois os Latinos e os Italianos, em seguida os habitantes das provincias, ultimamente os christãos e os Barbaros, mudaram de condição, e contribuiram efficazmente para o desenvolvimento d'esse grande vulto historico que se chama o imperio romano.

(Continúa) LUIZ GARRIDO.

[1] A fórma tetrarchica desappareceu e reappareceu por vezes, mas a idéa fundamental da instituição, isto é, «dois imperadores unanimes,» subsistiu.

A LIBERDADE DE INDUSTRIA

nas suas relações com a Economia Politica e com a historia da civilisação

I

O trabalho.—Suas leis

A historia da civilisação é a apotheose do trabalho. Á sombra do trabalho fecunda-se a terra, surgem as instituições, desinvolvem-se as nacionalidades, e o homem desprende-se da materia para dominar a materia. O trabalho, digamo-l'o assim, é arvore opulenta de seiva e avergada de fructos, que embebe as raizes no seio da natureza humana, distendendo os braços por sobre a humanidade, e dominando o horisonte dos povos e os espaços desmedidos do progresso.

A passagem do homem sobre a terra é uma luta ferida entre a lei do trabalho e a rebeldia da natureza. Da natureza, poucos, pouquissimos são os dons que havemos gratuitamente. Que vale a terra, sem o auxilio do trabalho e do capital? Os productos espontaneos do solo não merecem o menor confronto com os productos do trabalho.

Cercados de necessidades, a satisfação d'estas importa-nos essa eterna luta da actividade do homem com a inercia da materia. A Providencia, ao collocar o homem sobre a terra erma e riçada de cardos, collocou-o entre as pontas d'um dilemma fatal: trabalho ou morte.

No dia em que o homem voltasse as costas ao trabalho, o seu aniquilamento era inevitavel.

Vãmente o homem procura subtrair-se ao fardo que a natureza lhe impoz desde o berço. Luta, pensa, descobre; chega mesmo a alijeirar o fardo, transforma os auxiliares da producção, opéra a miraculosa alliança do trabalho intellectual com o trabalho manual, mas... trabalha sempre!

Lei fatal, mas lei prodigiosa, a do trabalho! Á proporção que este se transforma, recebendo da intelligencia uma nova face, o homem avança no dominio da materia e na conquista da natureza; o esforço que hontem se exigia para a producção d'um pequeno capital, basta agora para a accumulação de consideraveis riquezas. É o segredo das maquinas e de todos os auxiliares do aperfeiçoamento da industria.

Separem da vida industrial as maquinas, e a humanidade voltará ao seu berço: o homem cavará a terra com as suas mãos; será, como ainda é o *couli* na India, a besta de carga, o vehiculo, a locomotiva; não cruzará os mares, não salvará montanhas, não conhecerá o paiz mais proximo, e passará os dias sem estender os olhos para alem dos montes que lhe ladeiam o casal paterno.

Se alguem ha que se abandeie com o philosopho de Genova para fazer a apologia da vida selvagem, acompanha-se de coherencia apostolando a proscripção das maquinas. Mas todos os que no progresso reconhecem uma lei, todos os que elevam a intelligencia humana acima dos instintos da fera bruta, todos os que vêem na civilisação o abraço dos povos, e todos os que têm fé na perfeitibilidade humana, hão de abençoar as maquinas e pedir-lhes o talisman da prosperidade industrial, e muitos dos milagres do progresso.

Relanceando a vista pela historia da industria, surprehende-nos e enthusiasma-nos a desproporção enormissima entre as minguadas e difficeis producções do trabalho no mundo antigo e a fecundidade do trabalho no mundo moderno.

É que de facto as maquinas dispensaram ao operario muitos esforços, recompensando com elevada somma de utilidades o indispensavel exercicio da sua actividade. As maquinas, capitalisando se, desinvolveram a producção material, e abriram caminho largo á multiplicação dos productos intellectuaes. Homens que só na força do seu braço achavam os meios de subsistencia, subtrahiram-se a fadigas inglorias e mal compensadas, e a sua intelligencia, robustecida com o descanço do corpo, descobriu vigorosas forças no vapor, na electricidade, no calorico, nas maquinas.

Os que não sabem erguer mão de preconceitos rancidos, e os que vêem no desinvolvimento e progresso das maquinas uma das causas mais assustadoras do pauperismo, não cessam de carregar de maldições as invenções e as maquinas.

—Mas maldizer as maquinas é maldizer o espirito humano, — responde-lhes acertadamente Bastiat[1].

Não é uma questão de hoje ou de hontem, d'este paiz ou d'aquelle; é uma questão de todos os tempos e de todos os povos: desde que o homem reconheceu que do aperfeiçoamento do trabalho dependia o melhoramento da vida, viu as maquinas á entrada do caminho do progresso; e o progresso, — para nos servirmos d'um pensamento alheio, — é uma questão de vida ou morte para a humanidade.

Não se diga que as maquinas roubam impiedosas o pão a muitos operarios, tirando-lhes o trabalho, e o salario conseguintemente. Se este ou aquelle trabalho tem de desapparecer, é porque elle se tornará inutil; é porque, a troco de menos esforços, se alcançarão os mesmos ou mais productos.

Desviado o esforço do homem d'um dado ramo de industria, a que as maquinas estenderam a sua maravilhosa influencia, o homem, é verdade, não exercerá o seu trabalho, mas poderá exercel-o fóra d'ahi; não levará aos hombros o que ha de expor no mercado; não cavará a terra com as mãos, mas guiará a charrua; não derramará suores em um solo ingrato, mas poderá cultivar as letras, as artes, as sciencias; não poderá gostar as doçuras d'uma escravidão voluntaria, mas poderá respirar a atmosphera vivificante da emancipação do trabalho.

Se estudarmos o trabalho na sua evolução progressiva, a philosophia da industria eleva-se dos factos á determinação da seguinte lei: — O trabalho, todo physico em os principios da humanidade, tende continuamente a immaterialisar-se, a reduzir-se ao dominio do espirito, da intelligencia. — O ideal do trabalho está pois naquelle ponto em que o homem deixar de lutar, braço a braço, com a natureza, e em que a natureza obedecer exclusivamente ás leis da intelligencia.

Tarde ou nunca a humanidade tocará esse ponto. Que importa? Ella move-se, e não se move sobre seus passos.

Mas embora a lei do progresso seja uma lei eterna e necessaria, não digamos que o trabalho se tem uniformemente desinvolvido, e que uniformemente se desinvolverá. Numerosas e diversas são as condições do seu aperfeiçoamento; todas as questões, porém, multiplas e complexas, que nessas condições se encerram, são cortadas pela raiz quando se mostra que o direito de liberdade, reconhecido e exercido no mundo economico, é o primeiro orgão da vida industrial, e a alma do trabalho.

II

A liberdade. — Sua determinação economica.

Como direito natural, o direito de liberdade

[1] *Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas*, § VIII.

acha-se travado com a natureza humana. O homem deixaria de ser homem no momento em que deixasse de ser livre.

Para os que têm a consciencia da sua individualidade e do seu direito, e que, pelo conseguinte, advogam a legitimidade de todas as possiveis manifestações da liberdade, é ponto incontroverso que o exercicio da actividade humana, abandonado á iniciativa individual, é não só corollario de sacratissimos direitos, senão tambem uma das primeiras condições do progresso moral e social.

E comtudo a liberdade, filha de Deus, e tão antiga e veneranda como o espirito humano, tem passado através das gerações, umas vezes desconhecida, outras vezes perseguida e humilhada. Balbuciaram-lhe o nome os filhos de Esparta e de Athenas e os heróes vencidos em Pharsalia; sellou no Calvario a promessa da redempção do homem, atravessou por meio de gentes inimigas e desalumiadas, e levou movimento e luz ao seio dos municipios e das communas; gemeu debaixo da espada de Simão de Montfort, e nas fogueiras e nas bastilhas, mas de cada sacrificio saía mais vigorosa para desapertar as cadeias da religião envilecida pelo seu nefando connubio com o estado; para desaffrontar a acção politica dos povos, suffocada pela força, pela ignorancia e pelo fausto; para insufflar vida na industria enervada e paralysada pelos privilegios e pelos regulamentos.

E a luta continúa e continuará, porque viver é lutar, e o mundo vive e caminha.

Assim, nunca será demais qualquer esforço, tentado pelos obreiros do progresso, para afastar do caminho as travancas que lhes difficultam o accesso á kaaba sancta.

Entrou na consciencia universal a liberdade religiosa e philosophica, legada pelo glorioso seculo XVI; vamos gozando os fructos da liberdade civil que a França conquistou á custa de tantos sacrificios; antegostamos já as primicias da liberdade politica; mas ainda não temos tudo: a liberdade civil, e a liberdade politica, não se completarão sem a plena emancipação do trabalho, sem a liberdade de industria.

É verdade que, desde Turgot, desde a grande revolução do seculo passado, os principios da liberdade industrial têm achado mais ou menos echo em todos os paizes cultos; é verdade que já na Allemanha a liga aduaneira, creada pelo doutor Listz, lançou por terra os direitos das alfandegas interiores.

Claramente revelam todavia que o trabalho não está emancipado os systemas aduaneiros; as profissões liberaes, dependentes de habilitações officiaes; as tendencias de quasi todos os governos para regular a industria; e sobretudo os codigos commerciaes e a legislação de quasi todos os paizes, limitando, mais ou menos, as associações commerciaes e industriaes. Vemos, demais d'isso, restos das antigas corporações de artes e officios, nos paizes do norte, e talvez possamos dizer que a liberdade completa do trabalho só nos livros dos economistas a encontramos: proclamada pela escola de Quesnay, demonstrada por Smith e Say, ainda para o seu triumpho carece dos esforços da sciencia e da energia dos povos.

—Deixae-nos trabalhar! — dizia Legendre ao grande ministro de Luiz XIV. Este reclamo da industria, opprimida pelos regulamentos de Colbert, foi porventura a origem das formulas em que os physiocratas vasaram o principio da liberdade industrial: — *laissez faire, laissez passer*.

Estas formulas, em que de maneira alguma se consignava a liberdade de *fazer tudo,* como parecia a Jobard, nunca os economistas as applicaram á politica nem á moral nem á religião, mas tão somente ao que respeita á industria.

Pela primeira formula designava-se a liberdade na producção; pela segunda, a liberdade na troca: — *deixae trabalhar*; *deixae trocar*.

A liberdade industrial é pois a liberdade que todo o cidadão tem de exercer a profissão ou as profissões que lhe apraz exercer; de regular o preço dos seus productos e serviços como entender; de trocar o resultado do seu trabalho, no interior ou no exterior, segundo seus interesses[1]. Numa palavra, a liberdade industrial não é mais nem menos que a liberdade de trabalho e de troca, sem medidas preventivas, mas sob a garantia de leis repressivas para os actos que lesam a propriedade e o trabalho de outrem.

Escudados nos principios da philosophia da industria, e abrindo a historia do trabalho, não será difficil mostrar que a liberdade é o melhor processo para tornar util o trabalho, e para equilibrar a população com os meios e productos do trabalho.

(Continúa).

CANDIDO DE FIGUEIREDO.

EXCERPTOS D'UM LIVRO INEDITO

CAPITULO III

Da natureza do eu humano

(Continuado de pag. 4)

ARTIGO 3.º

Resposta a algumas objecções materialistas

Estabelecida a espiritualidade da alma, cumpre examinar agora duas principaes objecções, que lhe faz o materialismo. Uma é de Locke, na sua *Tentativa sobre o entendi-*

[1] *M. Dunoyer.*

mento humano; outra é do barão de Holbach, no seu *Systema da natureza.*

A objecção de Locke reduz se a uma duvida que outra duvida podéra repellir. «Não «conheceis, diz Locke, todas as qualidades «do vosso corpo, nem as da materia em ge«ral. Como podeis asseverar que Deus não «tenha dado a alguma d'estas qualidades a fa«culdade de pensar?»

A isto respondemos: — Não conhecemos, é verdade, todas as qualidades da materia, mas é indubitavel que conhecemos algumas. Ora, sendo certo que a mesma substancia não póde reunir qualidades diametralmente oppostas, qualidades que se destruam mutuamente, porque isso fôra ser e não ser ao mesmo tempo, o que é absurdo, sabemos quanto basta para dizer que, sejam quaes forem as qualidades incognitas da materia, a nenhuma d'ellas póde pertencer o pensamento, porque a materia não póde ser ao mesmo tempo multiplo e unidade, simples e composta, identica e diversa.

Nem a omnipotencia mesma de Deus póde fazer tal; porque Deus póde realisar o possivel, mas não póde fazer o impossivel absoluto e intrinseco, porque isso arguiria contradicção nas idêas immutaveis de Deus. Subsiste portanto a conclusão impugnada: o principio do pensamento é uma substancia simples, identica, unica; é um espirito, numa palavra.

A objecção de Holbach é deduzida da correspondencia que se nota entre o desinvolvimento do *eu* e do corpo, a que elle está unido.

«O homem nasce fraco, diz o bar o, e a «mesma fraqueza se revela em sua intelligen«cia. A medida que o corpo se vae desinvol«vendo e cobrando novas forças, tambem se «vae desinvolvendo e fortalecendo a razão no «homem, até que attinge o mais alto grau do «seu poder. Por fim vem a velhice e a decre«pitude do corpo que trazem comsigo o idio«tismo da alma. Note-se mais que infermida«des ha, que desconcertam e arruinam com«pletamente o recto desinvolvimento das fa«culdadades intellectuaes.»

D'estas considerações induz o barão de Holbach a identidade d'ambos os principios, isto é, que a alma é como o corpo, uma porção de materia organisada de certo modo.

Reconhecendo com os materialistas esta quasi constante correspondencia do desinvolvimento das forças do corpo com o progresso das faculdades do espirito, nem por isso acceitâmos a consequencia que d'ahi pretendem tirar. Porque entre as phases por que passa o corpo e os actos apparentes da intelligencia ha, sem duvida, a mais completa harmonia, ha, se o querem, uma relação de simultaneidade ou coincidencia, nem por isso se segue que as causas, a que se referem taes phenomenos, sejam uma e a mesma.

A relação de coincidencia não é a de causalidade. Por isso que certo phenomeno se realisa quando outro se verifica, por isso que dois phenomenos coincidem em qualquer ponto do tempo e do espaço, nem por isso se segue que um seja causa do outro, ou este causa d'aquelle. Para se demonstrar que a alma é corpo, não basta mostrar que a certas phases do corpo correspondem certos estados na alma. Dois relogios, acertados um pelo outro, mostram ao mesmo tempo a mesma hora, mas nem por isso se póde dizer que a mola, que faz mover os ponteiros d'um, é a mesma que move os do outro.

Os materialistas não têm mostrado até hoje que o pensamento, a sensibilidade e a vontade sejam productos necessarios das leis conhecidas da materia; e, emquanto o não fizerem, subsistirá a nossa conclusão.

Supponhamos, porém, que a conclusão materialista é verdadeira; supponhamos que a materia, que é a substancia do corpo, é tambem o sujeito do pensamento. Sendo isto assim, é evidente que, onde houver mais materia, e materia organisada, ahi deverá encontrar-se maior intelligencia. Mas este resultado é desmentido pelo testemunho dos factos; a experiencia demonstra o contrario. A experiencia demonstra que, as mais das vezes, os genios mais poderosos só têm ao seu dispor uma organisação fraca e rachitica, ao passo que concorrem com as mais corpulentas organisações as *intelligencias mais pobres.* O habitante da Patagonia, por exemplo, em pontos d'organisação, é um antipoda de Pascal. Que havemos de inferir d'aqui? É que a hypothese materialista, além de absurda em theoria, é completamente desmentida pelos factos.

CAPITULO IV

Da união da alma com o corpo

Para procedermos com lealdade, releva não dissimular uma objecção, contra a qual tem luctado o espiritualismo infructuosamente. Esta difficuldade consiste no *como* da união da alma com o corpo.

Pergunta-se: — Como é possivel comprehender que a impressões feitas no corpo succedam na alma sensações, e a volições, que vem da alma, correspondam no corpo certos movimentos? Que laço mysterioso é este que prende as duas substancias entre si? Para explicar este facto, que é o segredo da nossa constituição actual, têm chegado á historia da philosophia quatro hypotheses: a primeira denominada do *influxo physico;* a segunda das *causas occasionaes;* a terceira, da *harmonia preestabelecida;* a quarta, do *mediador plastico.* Façamos rapidamente a critica d'estas hypotheses.

Observando a mutua correspondencia que

ha entre as impressões do corpo e as sensações da alma, entre as volições do *eu* e os movimentos do corpo, Bacon, Euler e outros philosophos pretendem que a causa de tal correspondencia é o *physico influxo* que tem a alma sobre o corpo, e este sobre ella.

Esta theoria é, com effeito, d'uma simplicidade admiravel; mas a simplicidade só por si, a simplicidade sem verdade, não concilia a theoria alguma o menor vislumbre de merito.

Sendo o corpo uma substancia extensa, e a alma, pelo contrario, uma substancia que exclue toda a idêa de extensão, como é possivel concluir que uma influa physicamente sobre a outra? *Tangere aut tangi, nisi corpus, nulla potest res.* Só o corpo póde tocar e ser tocado, porque só elle tem partes.

Ora, visto que a alma não tem partes, é claro que não póde receber do corpo, nem exercer sobre elle, influencia alguma physica.

Eis aqui, em summa, as razões que determinaram Descartes a rejeitar a hypothese do *influxo physico*, e a substituir-lhe a das *causas occasionaes*.

«Os objectos exteriores, diz Descartes, fa«zem-nos impressões nos orgãos, que se pro«pagam até o cerebro; do cerebro partem «certos movimentos sempre que o *eu* tem tido «certas volições. Mas não é o cerebro que obra «sobre a alma, nem esta sobre elle; ahi não «ha acção mutua d'uma sobre a outra sub«stancia: isso fôra impossivel. Mas é Deus «quem, dadas certas impressões no corpo, sus«cita na alma certas sensações, e, dadas cer«tas volições na alma, imprime no corpo cer«tos movimentos. Nem as impressões são causa «efficiente das sensações, nem as volições o «são dos movimentos; são tão sómente cau«sas occasionaes. Deus é que é a causa effi«ciente d'um e d'outro phenomeno.»

Esta hypothese, explicando-nos o phenomeno, de que se tracta, sem a intervenção da acção directa d'uma substancia sobre a outra, evade-se á difficuldade da primeira, mas nem por isso é mais feliz que ella. A hypothese de Descartes, alem de fazer d'este mundo um perpetuo milagre, tenta explicar a ordem natural por uma causa sobre-natural. Isto é dar cabo da philosophia, porque esta investiga as causas secundarias dos phenomenos, que observa, e não vae arrancar taes phenomenos ao seio da causa primaria.

Alem de não ser philosophica, esta hypothese tem muito de incongruente, porque, debaixo do peso d'ella, a divindade se nos antolha como o relojoeiro que, tendo construido um mau relogio, se visse na precisão de andar a todo o momento bulindo-lhe nos ponteiros para mostrar a hora que é.

Leibnitz, a quem, pelas razões expostas, não agradára a hypothese de Descartes, substituiu-lhe a sua que é a da *harmonia preestabelecida*.

«Deus, diz Leibnitz, antes de ter creado o «homem mediante a união das duas substan«cias, conhecia, como omnisciente que é, to«dos os corpos e almas possiveis, todas as im«pressões e movimentos do corpo, todas as sen«sações e volições da alma. Ora, numa infinita «variedade d'almas e corpos, por força deve«riam encontrar-se alguns, que mutuamente «se conformassem. Creando o homem, Deus «não fez outra cousa senão unir taes almas a «taes corpos; e d'aqui vem as harmonias que «guardam entre si estas duas substancias.» Como tal harmonia era anterior á creação, Leibnitz a denominou—*harmonia preestabelecida*.

Segundo a theoria de Leibnitz, a alma está para o corpo, e este para elle, como dois relogios perfeitamente ajustados um pelo outro, que mostram ao mesmo tempo a mesma hora, sem que o movimento d'um seja regulado pela mola do outro. Esta hypothese, quebrando o laço de causalidade entre a alma e o corpo, dá cabo da liberdade das acções, destroe pelos alicerces toda a ordem moral e racional. Como conciliar, com effeito, a liberdade de que o homem goza na vida com esta cadêa de phenomenos necessarios e fataes, cujo primeiro annel vae prender se num estado anterior ao estado presente da humanidade? Com que justiça ha de o meu corpo responder por acções, que não são resultado das determinações do meu *eu*, mas são movimentos tão cegos e fataes como os do coração e do estomago? A acção das leis, em tal caso, o poder dos tribunaes e o do opinião publica seriam a mais estulta das tyrannias.

Em face d'estas considerações, Cadworth e outros philosophos abandonaram a hypothese da *harmonia preestabelecida*, e substituiram-lhe a d. *mediador plastico*.

Já se está vendo que este mediador não resolve a difficuldade, porque, senão é espirito nem corpo, é uma chimera; se é espirito e corpo ao mesmo tempo, é uma contradicção; finalmente, se é um composto de espirito e corpo, victima da mesma necessidade, carece d'outro medianeiro, este de outro e assim por diante.

Logo força é concluir que todas estas hypotheses não passam de meras hypotheses; pretendendo explicar o que é de si inexplicavel, todas estão bem longe de o fazer cabalmente. Não sabemos como a alma está unida ao corpo de que dispõe; mas força é confessar que a nossa ignorancia a este respeito não invalida as provas, em que se apoia a espiritualidade do *eu*. Porque uma cousa nos é incomprehensivel, não se segue que lhe devemos negar assenso, uma vez que a sua existencia esteja demonstrada. Só estamos auctorisados a negar o que for demonstrado impossivel; e impossivel é só aquillo que implica contradicção. Tudo o mais neste mundo é um mysterio para nossos fracos meios de conhecer.

(Continúa).

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

CATALOGUE

des plantes médicinales et industrielles au Jardin Botanique de Coimbra

(Continuado de paginas 10)

LXXXIII. Melanthacées. Lindl. Veg. Kingd. p. 198.

Propriété principale: Acre-narcotique.

VERATRUM Lin. Spr. 1379. Kth. Enum. plant. 5, 186.

Nom formé par contraction des deux mots latins *vere atrum,* vraiment noir.

383 Veratrum album Lin. 2{ Europe, Caucase.

Franc. *Ellébore blanc.* Angl. *White Hellebore.*

Allem. *Weisser Germer.*

Ἑλλέβορος λευκος Diosc. 4, 150?

Pline 25, 5. Lucret. 4, 641. Cels. 6, 7. 5, 8. Colum. 6, 3.

La racine d'Ellébore blanc est d'une saveur douceâtre d'abord, puis âcre et corrosive.

C'est un des poisons les plus irritants. A petites doses cependant on l'emploie comme émétique et purgatif. Plusieurs médecins anglais le recommandent pour combattre la goutte, l'épilepsie, et les affections chroniques du cerveau.

COLCHICUM Lin. Spr. 1358. Kth. Enumer. Plant. 4, 138. Tiré du nom de la Colchide.

384 Colchicum autumnale Lin. 2{ Europe.

Lusit. *Colchico.* Franc. *Colchique d'automne.*

Angl. *Meadow Saffron.*

Le bulbe du colchique a une odeur forte et désagréable et une saveur âcre et nauséabonde.

Les effets du colchique, on en emploie aussi les graines, varient beaucoup suivant la dose á laquelle on l'administre: à petites doses, il paraît agir plutôt comme sédatif que comme irritant. A hautes doses, ce médicament devient au contraire des plus irritants. Administré à doses modérées, le colchique n'est plus qu'un purgatif énergique. On l'emploie aussi comme drastique.

LXXXIV Liliacées. Lindl. Veg. Kingd. p. 200.

Propriétés principales: Sous-âcre, insipide.

FRITILLARIA Lin. Spr. 1210. Kth. Enum. Pl. 4. 246.

Nom tiré du mot latin *fritillus,* cornes à jouer aux dés, par allusion á la forme du perianthe.

385 Fritillaria imperialis Lin. 2{ Perse, Europe.

Franc. *Couronne impériale.* Angl. *Crown Impérial* Allem. *Kaiserskrone.*

Les bulbes de cette espèce sont âcres, émétiques, vénéneux.

On dit qu'ils peuvent avantageusement remplacer le colchique.

LILIUM Lin. Spr. 1208. Kth. Enum. pl. 4, 256.

Nom derivé, selon les uns, du grec *leirion,* qui désignait le lis blanc, selon les autres, du celte *li,* qui signifie *blanc.*

386 Lilium candidum. Lin. 2{ Europe austr. Orient, Indes or.

Lusit. *Açucena branca, Cebola Cecem.* Franc. *Lis blanc.* Allem. *Weisse Lilie.*

Κρίνον Theocr. idyll. 23. λεύκον.

κρίνον Diosc. 3, 106.

λείριον toute la plante, κρίνον la fleur d'elle.

Geopon. 11, 19. Nikand. alexiph. 409 et alibi.

LILIUM ALBUM Pline 21, 5.

«Ex infusis oleo pingui *Lilii candidi* floribus *Oleum Liliorum alborum* paratur.» Endlicher, Enchiridion botanicum, pag. 85.

Aloe Lin. Spr. 1218. Kth. Enum. plant. 4, 492.

Dérivé du nom arabe *Alloeh.*

387 Aloe socotrina Haw. ½ Ile de Socotorá.

388 Aloe vulgaris Lamk. ½ Indes or. Grèce, Italie.

Angl. *Barbadoes Aloe.*

On distingue dans le commerce trois espèces d'aloès, que l'on désigne sous les noms *d'Aloées succotrin* (387) *hépatique* (388) et *caballin* (cette dernière employée seulement dans la médecine vétérinaire.

L'Aloès succotrin est la plus pure de ces trois espèces; elle comme l'Aloès hépatique sont d'une odeur aromatique particulière, et d'une saveur très-amère.

A petites doses l'Aloès agit à la manière des toniques amers.

A plus haute dose, il devient purgatif énergique. On la enfin conseillé comme anthelmintique.

SCILLA Lin. Spr. 1217. Kth. Enum. plant. 4, 314.

C'est le nom grec *skilla* d'une espèce.

389 Scilla maritima Lin. 2{ Mediterranée. (Urginea Scilla. Steinh.)

Lusit. *Cebola albarrã.* Franc. *Scille.*

Angl. *Officinal Squill.* Allem. *Meerzwiebel.*

Σκίλλη Hippocr. m. mul. 2, 670. Theophr. h. pl. 7, 12. Diosc. 2, 202.

SCILLA ET SQUILLA ROMANORUM! Verro 1, 7. Pline 19, 5. Cels. 5, 19. Apulej. d. h. c. 42. Colum. 12, 34.

Les écailles ou squammes de la scille sont d'une odeur presque nulle et d'une saveur très-âcre et amère.

C'est principalement comme dinrétique et excitant général, que l'on fait usage de cette substance dans les hydropisies ect. Elle exerce aussi une influence stimulante très marquée.

ALLIUM Lin. Spr. 1186. Kth. Enum. plant. 4, 379. Sweet fait venir ce mot du celte *all* qui signifiait chaud, à cause de la saveur qui distingue ces végétaux.

390 Allium satîvum Lin. 2ℓ Sicile.

Lusit *Alho ordinario*. Franc. *Ail*.

Angl. *Garlick*. Allem. *Knoblauch*.

Σκόροδον Theophr. h. pl. 7, 4. Diosc. 2. 182.

ALLIUM Pline 19, 6.

Les bulbes de cette espèce sont d'une odeur forte et désagréable.

L'huile âcre qu'ils contiennent a des propriétés irritantes très-énergiques, qu'on emploie comme rubéfiant. Administré à l'interieur, l'ail agit comme um bon anthelmintique.

391 Allium Scorodoprasum Lin. 2ℓ Europe austr. centr. & bor.

Lusit. *Alho grosso* ou *de Hespanha*. Franc. *Rocambole*.

Angl. *Rocambole*.

Ὀφιοσκόροδον Diosc. 2, 182.

Propriétés stimulantes et diurétiques.

392 Allium Porrum Lin. 2ℓ Europe austr.

Lusit. *Alho porro hortense*. Franc. *Poireau*.

Angl. *Leek*. Allem. *Gemeiner Lauch*.

Πράσον Diosc. 2, 178. Theophr. h. pl. 7, 1, 2.

ALLIUM CAPITATUM Pline 20, 6. Colum. 11, 3.

Cette espèce a également des propriétés stimulantes et diurétiques, mais on l'emploie aussi comme émollient.

393 Allium ascalonicum Lin. 2ℓ Asie min. Palestine.

Lusit. *Chaló́ta* ou *Cebolinha de França*. Franc. *Echalotte*.

Angl. *Shallot*. Allem. *Schalotte*.

Ἀσκαλώνιον κρόμμυον Theophr. 1. c.

ASCALONIA Pline 19, 6. Colum. 12, 10, 11, 3.

Mêmes propriétés comme chez l'Ail Rocambole. (391).

394 Allium Cepa Lin. ♂ Egypte?

Lusit. *Cebola hortense*. Franc. *Oignon*.

Angl. *Common Onion*. Allem. *Gemeine Zwiebel*.

Κρόμμυον Theophr. h. pl. 7, 4. Diosc. 2, 180.

CEPA Pline 10, 6. Colum. 10, 123. ect. Propriétés — voyez N.° 391.

ASPARAGUS Lin. Spr. 1257. Kth. Enum. Plant. 5. 57.

Nom tiré du grec *asparagos*, par le quel on désignait l'espèce cultivée.

395 Asparagus officinalis Lin. 2ℓ Europe, Sibérie, Japon.

Lusit. *Espargo hortense*. Franc. *Asperge*.

Angl. *Asparagus*. Allem. *Spargel*.

Ἀσπάραγος Diosc. l. c.

La racine de l'asperge est d'une saveur mucilagineuse et âcre-amère. On la rangeait autrefois parmi les *cinq racines aspéritives*. On l'emploie très-fréquemment comme diurétique. Les pointes ou les bourgeons d'asperges jouissent de propriétés sédatives assez prononcées.

DRACAENA Lin. Spr. 1253. Kth. Enum. Plant. 5, 2.

Nom formé du mot grec *Drakaina*, dragon.

396 Dracaena Draco Lin. ♄ Indes or. Isles Canaries.

Cet arbre fournit avec quelques autres végétaux le *Sang-Dragon*, substance qui est employée comme astringente dans les hémorragies, les diarrhées ect, mais son action est faible.

LXXXV. Smilacinées. Lindl: Veg. Kingd. p. 215.

Propriétés principales:

SMILAX Lin. Spr. 1273. Kth. Enum. plant. 5, 160.

Nom grec d'un végétal qu'on pense être l'If.

397 Smilax aspera Lin. ♄ Europe austr. Orient.

Lusit. *Legacão, Salsaparrilha do Reino*.

Angl. *Italian Sarsaparilla*.

σμιλαξ τραχεῖα Diosc 4, 142.

HEDERA CILICIA Pline 16, 35.

398 Smilax Pseudo-China Lin. ♄ Virginie.

Le genre Smilax produit la Salsepareille, substance qui, en médecine, se jouit d'une si grande réputation.

Le Smilax salsaparilla Lin. de l'Amérique du Sud, le Smilax china Lin. de la Chine et de l'Amérique méridionale et le Smilax medica Schlecht du Mexique fournissent les meilleures qualités de Salsepareille, nos deux espèces (397 & 398) en fournissent aussi quoique leurs propriétés soient inférieurs à celles des autres.

On a considéré la salsepareille comme essentiellement diaphorétique et diurétique, cependant son action est très-faible sous ce rapport. On emploie très-fréquemment cette racine dans le traitement des affections vénériennes consécutives.

RUSCUS Lin. Spr. 2337. Kth. Enum. plant. 5, 273.

Etymologie douteuse.

399 Ruscus aculeatus Lin. ♄ Angleterre, Europe austr.

Lusit. *Gilbarbeira*. Franc. *Fragon* ou *Petit-Houx*.

Angl. *Butchérs Broom*.

Κεντρομυρσίνη Theophr. h. pl. 3, 17.

μυρσίνη ἀγρία Diosc. 4, 144.

MYRTUS SYLVESTRIS Pline 15, 7. 23, 9. Virg. ecl. 7, 42. Georg. 2ℓ 413.

La racine de ce petit arbrisseau jouit de propriétés analogues à celles de l'asperge (395) et on l'emploie souvent dans les mêmes cas.

CONVALLARIA Lin. Spr. 1258. Kth. Enum. plant. 5, 130.

Nom formé du latin *convallis,* vallée, des lieux qu'habite la plante.

400 Convallaria majalis Lin. 2ℓ Europe, Sibérie, Amérique.

Lusit. *Lirio convalle.* Franc. *Muguet de Mai.*

Angl. *Lily of the valley.*

Les rhizomes de cette espèce sont âcres, purgatifs et diurétiques.

L'eau distillée de ses fleurs jouit d'une grande reputation sous le nom de «*eau d'or.*»

401 Convallaria Polygonatum Lin. 2ℓ Sibérie, Europe.

Lusit. *Sello de Salomão.* Franc. *Sceau de Salomon.*

Angl. *Salomon's Seal.*

Πολυγόνατον Diosc. 4, 6.

Les rhizomes de cette espèce, sont d'une odeur très-forte et on les dit soporifiques; ils entraient dans la composition de «*l'opiat de Salomon.*»

OPHIOPOGON Curt. Ker. Spr. 1260. Kth. Enum. plant. 5, 297.

Nom composé de deux mots grecs, *opsis* serpent et *pohgon* barbe.

402 Ophiopogon japonicus Ker. 2ℓ Japon, Chine.

Tubera mucilaginosa, dulcia non rari apud Japones et Sinas in pectoris et abdominis passionibus usus.» End. *Enchiridion Bot.*

LXXXVI Dioscorinées. Lindl. Veg. Kingd. p. 214.

Propriété principale:

TAMUS Lin. Spr. 3187. Kth. Enum. Plant. 5, 453.

Nom d'origine grecque obscure.

403 Tamus communis Lin. 2ℓ Europe, Asie centr.

Lusit. *Norça preta.* Franc. *Tamier commun.*

Angl. *Black Bryony.*

TAMUS Pline XXI. 15.

Cette plante jouit de propriétés acres, purgatives, émétiques.

Les racines carneuses sont employées pour faire des cataplasmes stimulants.

LXXXVII Butomées. Lindl. Veg. Kingd. p. 208.

Propriété principale: Acre.

BOTOMUS Lin. Spr. 1534. Kth. Enum. Plant. 3, 163.

Nom formé de deux mots grecs *bôus,* bocuf, et *temnô,* couper.

404 Butomus umbellatus Lin. Europe 2ℓ Europe, Asie bor.

Lusit. *Junco florido, Butomo.* Franc. *Butome embellé.*

Angl. *Flowering Rush.* Allem. *Blumenrohr.*

Βούτομος Theophr. h. pl. 1, 8.

Les rhizomes et les graines de cette plante jouissent des propriétés âcres et ameres, quelques peuples sauvages mangent les premiers.

LXXXVIII Aroïdées. Lindl. Veg. Kingd. p. 127.

Propriété principale: Acre.

ACORUS Lin. Spr. 1293. Kth. Enum. Plant. 3, 86.

Nom formé du grec *a* privatif et *koré.* prunelle.

405 Acorus Calamus Lin. 2ℓ Europe, Amérique sept.

Lusit. *Canna cheirosa.* Franc. *Acore vrai.*

Angl. *Sweet Flag.* Allem. *Kalamus.*

Κάλαμος Theophr. h. pl. 9, 7. *de caus.* 6, 22.

Ἄκορος Diosc. 1, 2. Pline 25, 13. 26, 4. Apulej. 6, 88.

La racine de l'Acore est d'une saveur piquante, chaude et amère, et d'une odeur aromatique et agréable.

Elle posséde des propriétés stimulantes bien constatées. Elle est employée comme stomachique avec beancoup de succès.

Les médecins allemands l'administrent avec avantage dans le traitement des fiévres intermittentes.

ARUM Lin. Spr. 3060. Kth. Enum. Plant. 3, 23.

C'est le nom *d'Aron* que portait chez les Grecs l'espèce commune.

406 Arum maculatum Lin. 2ℓ Europe.

Lusit. *Jarro vulgar malhado.* Franc. *Gouet ordinaire. Pied de veau.*

Angl. *Cuckoo-Pint.* Allem. *Aronswurzel.*

Ἄρον Diosc. 2, 197. Theophr. 7, 11.

Cette plante est remarquable par son extrême âcrete, et pourrait, à défaut d'autres moyens, servir à irriter vivement la peau. La racine tuberculeuse fournit de l'amidon pur, connu comme «*Portland Sago.*»

DRACUNCULUS Tournef. Kth. Enumer. Plant. 3, 30.

Nom dérivé du mot grec *drakôn* dragon.

407 Dracunculus vulgaris Schott. 2ℓ Europe merid. Canaries.

Lusit. *Serpentina,* ou *Serpentaria vulgar.* Franc. *Serpentaire.*

Δρακοντίον Hippocr. int. aff. 532.

Δρακοντία μεγάλη Diosc. 2, 195. Theophr. 7, 11, Galen. *de cib. boni et mali succi* cap. 4. Pline, *de alim. facult.* cap. 24 et 25.

Le Serpentaire comme aussi le Pied de veau jouissent de propriétés stimulantes, diaphoretiques, expectorantes.

DIEFFENBACHIA Schott.

Dédié au botaniste allemand Dieffenbach.

408 Dieffenbachia Seguine Schott. 2ℓ Indes occ. *(Serre).*

Franc. *Dieffenbachie vénéneux* Angl. *Dumb. Cane.*

Succus admodum causticus est, herbam in balneo coctam hydropicis salutarem credunt. «Endl. Enchiridion Botanicum pag. 130.

Monstera Adans. Schott.

409 Monstera pertusa Schott. 2ℓ Indes or. *(Serre).*

«Folia cutem leniter urunt, ab Americanis in curanda anasarca laudata.» Endl. Enchiridion Botanicum pag. 130.

Les fruits de cette espèce, quand bien mûrs, sont d'un gout délicieux.

LXXXIX. Typhacées. Lindl. Veg. Kingd. p. 126.

Propriétés principales: Astringente, nutritive.

Typha Lin. Spr. 3154.

Ce mot dérivé du grec *tiphos,* marais, devrait dés-lors être écrit *Tipha* et non *Typha.*

410 Typha latifolia Lin. 2ℓ Europe, Amérique sept.

Lusit. *Tabua larga,* Franc. *Massette à larges feuilles.*

Angl. *Bulrush.*

Les rhizomes de la Massette sont astringents et diurétiques.

On les emploie dans la dyssenterie.

XC. Cyperacées. Lindl. Veg. Kingd. p. 117.

Propriété principale: émolliente.

Carex Lin. Spr. 3078. Kth. Enum. Plant. 2, 368.

C'est le nom que portaient chez les Romains diverses plantes à feuilles aiguës.

411 Carex arenaria Lin. 2ℓ Europe.

Franc. *Laiche des sables,* ou *Salsepareille d'Allemagne.*

Angl. *German Sarsaparilla.*

Les rhizomes de cette espèce sont douceâtres avec un arrière-gout très-désagréable. Ils jouissent en outre de propriétés diaphorétiques. En Allemagne cette plante est employée comme succédanée de la salsepareille, dans le traitement de la syphilis.

412 Carex hirta Lin. 2ℓ Europe.

Propriétés et emploi comme chez la précédente.

Cyperus Lin. Spr. 227. Kth. Enum. Plant. 2, 2.

Nom dérivé du mot grec *kupeiros,* par lequel les Grecs désignaient l'espèce comestible de ce genre.

413 Cyperus longus Lin. 2ℓ Europe austr. Afrique, Indes or.

Lusit. *Junça de cheiro, Albafor.* Franc. *Souchet long.*

Allem. *Langer Saar.*

Κύρειπον Hom. I. 21, 351. Od. 4, 603.

κύπείρος Theophr. h. pl. 1, 8, 10, 13, 16.

Cyperus Pline 21, 18, 17, 13. Varro r. r. 3, 16, 23.

Colum. 12, 20.

Les rhizomes de cette espèce sont amers, astringents, aromatiques et ont une odeur de violette.

On en fait une eau distillée, aromatique qu'on dit être tonique et stomachique.

414 Cyperus esculentus Lin. 2ℓ Europe austr. Orient.

Lusit. *Junça de comer* ou *nutritiva.*

Franc. *Souchet comestible, Amande de terre.*

Allem. *Essbarer Saar.*

Ὁλοκωνῖτης Hippocr. morb. mul. 1, 626.

μαλινοθάλλη Theophr. h. pl. 4, 10.

Anthalium Pline, 21 15.

Les tubres de cette espèce jouissent des propriétés nutritives, restauratives, stimulantes, on les dit aphrodisiaques.

XCI. Graminées. Lindl. Veg. Kingd. p. 106.

Propriétés principales: Douce, nutritive, rarement narcotique.

Triticum Lin. Spr. 328. Kth. Enum. Plant. 1, 438.

Nom dérivé du mot latin *tritus* broyé, parcequ'on broie, ou moud le grain pour le réduire en farine.

415 Triticum repens Lin. 2ℓ Europe, Sibérie, Amérique.

Lusit. *Grama canina.* Franc. *Chiendent.*

Angl. *Cough Grass, Quitch.*

La racine du chiendent est inodore et d'une saveur farineuse legèrement sucrée.

Le chiendent est une des substances émollientes les plus fréquemment employées. On l'administre en décoction dans la plupart des maladies inflammatoires. Autrefois on le vantait comme un puissant diurétique.

Lolium Lin. Spr. 329. Kth. Enum. Plant. 1, 435.

On fait venir ce nom de *loloa,* le nom celtique de ces plantes.

416 Lolium temulentum Lin. ⊙ Europe, Asie, Amérique, Australie.

Lusit. *Joio.* Franc. *Ivraie énivrante.*

Angl. *Darnel.* Allem. *Taumellolch.*

Αἶρα Theophr. h. pl. 1, 8, 8, 5, 6, 7. Diosc. 2, 122.

Lolium Pline 18, 46 et alibi. Virg. Georg. 1, 154.

Les graines de cette espèce sont narcotiques et âcres, et ils arrivent souvent des accidents serieux quand elles se trouvent melangées avec de la farine. On en a fait des cataplasmes sédatifs.

Hordeum Lin. Spr. 278. Kth. Enum. Plant. 1, 454.

Quelques auteurs font venir ce nom du mot latin, *hordus,* pesant, et ils y voient une allusion au pain lourd qu'on fait avec la farine d'orge.

417 Hordeum distichum Lin. ⊙ Europe austr. Mesopotamie?

Lusit. *Cevada Santa.* Franc. *Orge Pamelle.*

Angl. *Common Barley.* Allem. *Zweizeilige Gerste.*

C'est une des substances émollientes les plus employées.

On l'administre en décoction dans presque toutes les affections inflammatoires.

SACCHARUM Lin. Spr. 296. Kth. Enum. Plant. 1, 474.

Dérivé de *sakchar*, le nom grec du sucre.

418 Saccharum officinarum Lin. 2ℓ Indes or. & occ.

Lusit. *Canna de assucar*. Franc. Canne à sucre.

Angl. The *Sugar Cane*. Allem. *Zuckerrohr*.

On n'emploie guère le sucre seul comme médicament; mais il entre comme excipient, dans une foule de préparations pharmaceutiques. C'est un antidote pour des sels metalliques.

ANDROPOGON Lin. Spr. 297. Kth. Enum. Plant. 1, 396.

Nom composé de deux mots grec *anêr-andros* homme et *pagon* barbe.

419 Andropogon Schoenantus Lin. 2ℓ Indes or. Cap. de B. E.

Franc. *Barbon odorant*. Angl. *Lemon Grass*.

Les feuilles de cette Graminée sont très-fragrantes et d'une saveur âcre, aromatique et amère. Rhizome et fleurs ont les mêmes propriétés. Les feuilles torrefiées sont stomachiques et diaphorétiques. On extrait de cette plante une huile essentielle-aromatique qui est stimulante et qu'on administre dans les douleurs rhumatismales.

C Acolylédons.

XCII. Fougères. Lindl. Veg. Kingd. p. 78.

Propriété principale: Incertaine.

POLYPODIUM Lin. Endl. Ench. Bot. 36.

Nom composé de 2 mots grecs *polus-polu,* beaucoup et *pous podos* pied.

420 Polypodium vulgare Lin. 2ℓ Europe, Amérique sept.

Lusit. *Polypodio*. Franc. *Polypode*.

Allem. *Gemeiner Engelsüss*.

Πολυπόδιον Theophr. h. pl. 9, 13. *d. caus.* 2, 23.

πολυπόδιον Diosc. 4, 185.

POLYPODION Pline 26, 8.

Cette Fougère, employée autrefois comme astringent et émétique, est de nos jours presque inusitée dans la médecine.

ADIANTUM Lin. Endl. Enchir. Bot. p. 36.

Nom dérivé du mot grec *adiantos*, non mouillé.

421 Adiantum Capillus. Veneris Lin. 2ℓ Europe, merid. Afrique bor.

Lusit. *Avenca ordinaria* Franc. *Adiante capillaire*.

Angl. *Maidenhair* Allem. *Frauenhaar*.

ἀδίαντον Hippocr. fistul. 888.

ἀδιαντον Theophr. h. pl. 7, 14. Diosc. 4, 134. Nicand. in ther. v. 846.

ADIANTUM Pline 22, 21.

Le rhizome de cette espèce est quelque peu astringent, et fragrant, quand il est sec; quelquefois on s'en sert comme émétique.

«E planta in Europa australi obvia syrupus capillorum veneris paratur. Decoctum emeticum creditur.» Endl. Enchir. Bot. pag. 39.

422 Adiantum pedatum Lin. L. 2ℓ Amérique sept.

Franc. *Adiante pédalé*.

Propriétés douces, styptiques, fragrantes. Endl. Enchir. Bot. voyez N.° 421.

Pteris Lin. Endl. Bot. Enchir. pag. 36.

C'est le nom que portait chez les Grecs le Pteris aquilina.

423 Pteris aquilina Lin. 2ℓ Europe.

Lusit. *Feto femea das boticas* Franc. *Fougère commune*.

Angl. *Brake* Allem. *Gemeiner Farrn*.

Θηλυπτερὶς Theophr. h. pl. 9, 18. Diosc. 4, 184.

FILICIS GENERIS, THELUPTERIS, Pline, 1, c.

Propriétés astringentes, anthelmintiques, amères.

Urgente fame *Pteridis aquilinae* rhizomata in Russia cocta fuere». Endl. Enchir Bot. p. 40.

ASPLENIUM Lin.

Nom formé du grec, de *a* privatif et de splên, rate.

424 Asplenium Ruta-muraria Lin. 2ℓ Europe.

Franc. *Rue des murailles*. Allem. *Mauerraute*.

Cette espèce jouit de mêmes propriétés que le Adiantum (421) «hujus loco in officinis olim receptae Filices complures». Endl. Enchir. Bot. p. 39.

SCOLOPENDRIUM Smith.

Derivé du nom d'un Myriapode ou Mille-Pieds, à cause d'une certaine ressemblance d'aspect de la face inférieure des feuilles.

425 Scolopendrium officinarum Sw. Europe centr.

Lusit. *Lingua cervina*. Franc. *Scolopendre*.

Allem. *Hirschzunge*.

Σκολοπένδριον Theophr. h. pl. 9, 18.

φυλλῖτις Diosc. 3, 111.

Propriétés astringentes et mucilagineuses.

CE ERACH Adans.

Le nom employé par les médecins arabes et de la Perse pour cette plante fut *Cheterak*.

426 Ceterach officinarum Willd. 2ℓ Europe centr. et meridion. (Gymnogramme Ceterach Spr.)

Lusit. *Doiradinha*. Franc. *Ceterach*.

Ἡμίονιον Theophr. h. pl. 9, 18?

ἄσπληνον Diosc. 3, 141.

ASPLENDIUM Pline 25, 5. 27, 6.

Autrefois employée assez souvent comme médicament astringent, cette fougère n'entre à présent que dans quelques composés officinaux.

OSMUNDA Lin.

Nom dérivé de *Osmunder,* un des noms du dieu celtique *Thor*.

427 Osmunda regalis Lin. 2ℓ Europe.

Lusit *Féto Real*. Franc. *Osmonde*.

Angl. *Osmund Royal.*

Propriétés toniques et styptiques.

Cette fougère est encore employée contre le Rachitis.

ASPIDIUM Swartz.

Dérivé du mot grec *aspidion,* petit bouclier.

428 Aspidium Filix mas Sev.

Lusit. *Féto macho, Dentebrura.* Franc. Fougêre mâle.

Augl. *Male Fern.* Allem. *Officinelles Farrnkraut*

Πτέρις Diosc. 4, 183.

PTERIS filicis genus Pline 27, 9.

Propriétés astringentes, émétiques.

C'est un anthelmintique; on l'emploie contre «*Botriocephalus latus.*»—Pereira.

FIN DE LA PREMIÈRE SECTION.

EDMOND GOEZE.

MEMORIA

sobre os minerios de cobre, seu valor commercial e ensaios industriaes dos mesmos minerios (*A*).

(Continuado de paginas 19)

Entre as experiencias que temos feito para chegar a estes resultados, citaremos as seguintes (*A G*):

1.ª

Uma amostra de minerio de cobre da mina do Bugalho (*A H*), minerio de cobre sulphurado, deu depois de ostullado, os seguintes resultados:

a Fundida uma porção com quatro vezes o seu peso (antes da ostullação) de fluxo negro, não se obteve botão algum de cobre;

b Fundida uma porção com o seu peso (antes da ostullação) de carbonato de soda secco, e sete vezes e meia esse mesmo peso de cremor tartaro, obteve-se um botão de cobre, que correspondia a 6,25 por °/₀ de cobre;

c Fundida uma porção com o seu peso (antes da ostullação) de carbonato de soda secco, e tres vezes o mesmo peso de cremor tartaro, ajuntando-se-lhe no fim igual porção de carbonato de soda secco, obteve-se um botão de cobre, que correspondia a 23,8 por °/₀ de cobre;

d Ensaiada uma porção, pela via humida, pelo processo, indicado nesta *memoria,* a analyse deu[1] a existencia de 23,6 por °/₀ de cobre (*A J*).

2.ª

Uma amostra de minerio de cobre carbonatado, de localidade desconhecida (*A H*), deu ao sr. Joaquim Miguel Gonzaga da Costa os resultados seguintes:

a Fundida uma porção com dobrado peso de carbonato de soda secco e tres vezes o seu peso de cremor tartaro, obteve-se um botão de cobre, que correspondia a 24,5 por °/₀ de cobre;

b Ensaiada uma porção pela via humida, pelo processo já descripto, a analyse indicou a existencia de 24,5 por °/₀ de cobre.

3.ª

Uma outra amostra de minerio de cobre da mina do Bugalho (*A H*) (*A J*), deu, sem haver ostullação, os seguintes resultados:

a Fundida uma porção com o seu peso de carbonato de soda secco e tres vezes o seu peso de cremor tartaro, obteve-se um botão de cobre, que correspondia a 22,5 por °/₀ de cobre;

Ensaiada uma porção, pela via humida, pelo processo já descripto, a analyse indicou a existencia de 32,6 por °/₀ de cobre.

Estas tres experiencias são as sufficientes agora para se poderem *comparar entre si os dois processos,* para se *vêr a exactidão de ambos e qual a influencia da ostullação.*

Em quanto ás proporções do minerio, do carbonato de soda secco e do cremor tartaro, apresentamol-as como dados da experiencia, e não procuraremos justifical-as theoricamentei

A respeito da publicação do que aqui va. escripto e de algumas outras publicações, que temos feito, seja-nos licito dizer agora duas palavras.

Estamos convencidos que n'um paiz, no qual a industria mineira tende a desenvolver-se, e no qual ha em geral falta de conhecimentos theoricos e practicos e falta de meios de transporte, o desenvolvimento prospero d'essa industria mineira está dependente de serem as minas bem pesquisadas, de se arriscarem os capitaes sómente na lavra d'aquellas, que promettem ser boas ou parecem dever sel-o, e de evitar erros e enganos e perdas de capital, devidas tambem a transportes inuteis.

Não é hoje que nos occorrem estas reflexões, e por isso temos sempre procurado não fazer monopolio do pouco que sabemos a esse respeito. É por isso tambem que vamos agora tocar n'um assumpto, que até hoje não nos consta ter sido tractado em obras ou escholas portuguezas.

Compra e venda dos minerios de cobre (*A K*)[1].

Os proprietarios de fabricas de cobre compram de ordinario os minerios de cobre, pagando, pelo preço do dia, o metal contido no minerio e determinado pelos ensaios chimi-

[1] Em logar de *indicou* do original.

[1] O que se segue no texto foi em parte publicado no n.º 916 do jornal — *Diario Popular.*

cos, e do valor total subtrahem uma certa somma, que representa as despesas, em que importam as operações metallurgicas, e tambem o ganho *(returning-charges* dos inglezes), que podem ter com a preparação do cobre, e de tudo isto se conclue que, para ter o verdadeiro preço da compra de um minerio de cobre seria necessario saber quaes as despezas e o lucro, provenientes do tractamento metallurgico d'esse minerio e da venda do metal obtido e, além d'isso, a porção de metal, que, em ponto grande, pode ser extrahida de uma dada quantidade do minerio.

Para fixarmos as idéas, representemos por D as despesas e o lucro, reaes, provenientes de 1000 kilog. de um minerio de cobre, e seja P a porção de metal, obtido em ponto grande. Se representarmos por V o valor de 1000 kilog. de cobre (metal), é evidente que o preço p de 1000 kilog. de minerio será

$$p = P \times V - D$$

e é tambem evidente que, se n'esta egualdade substituirmos D pelo valor medio D' e P pelo valor $P'\times$, determinado pelo ensaio, a expressão

$$P' \times V - D'$$

não dará o preço real de 1000 kilog. de minerio.

Para esta expressão ser egual á outra, isto é, para termos

$$P\ V' - D = P'\ V' - D'$$

será necessario substituir, no segundo membro da equação, V por um outro valor V', o que dá

$$p = P\ V - D = P'\ V' - D'.$$

D'estas igualdades tira-se

$$V' = \frac{p + D'}{P'}$$

que é igual a

$$V = \frac{p + D}{P}$$

só quando os minerios têm uma percentagem media, nem muito elevada, nem muito baixa.

Esse valor V' é o que os inglezes chamam *the standard*.

Nos minerios pobres é

$$D' > D \qquad P < P'$$

e por tanto

$$V' > V$$

Nos minerios muito pobres, de 2 por °/₀, é muitas vezes

$$V' = 2\ V.$$

e nos minerios de 3 ½ por °/₀ é

$$V' = 1{,}50\ V$$

Nos minerios muito ricos é

$$D' < D$$

e P sensivelmente igual a P'

logo $$V' < V$$

Na pratica, para os minerios de 50 a 70 por °/₀ de cobre, é com effeito

$$V' = 0{,}75\ V$$

Conhecidas as relações entre V' e V, é facil empregar a formula

$$p = P'\ V' - D'$$

na qual são conhecidos P' e D' e dar a V' nm certo valor, comprehendido entre os limites 2 V e 0,75 V e dependendo ser o minerio, que se compra ou vende, muito pobre, muito rico ou de uma riqueza media.

Nessa formula P' é determinado pelos ensaios e D' tem um valor tambem determinado.

Em Inglaterra D' varía entre 55 e 45 sch. 55 sch. para os minerios de Cornouailles, comprados á bocca da mina; 45 sch. para os minerios importados e comprados no porto de Sivaneca, mas é para advertir que esses valores só são exactos para os minerios que contêm, termo medio, de 12 a 40 por °/₀ de cobre, porque as despezas com o tractamento metallurgico são menores para os minerios pobres e maiores para os minerios muito ricos. D'aqui se vê a necessidade de empregar a formula

$$p = P'\ V' - D'$$

necessidade, que se torna indispensavel pelo facto dos *ensaios em Inglaterra,* segundo a opinião de todos os que se têm occupado d'estas questões, *darem sempre uma percentagem inferior á percentagem real.*

Em Marselha considera-se D' igual a 100 francos para os minerios de uma percentagem media, nem muito elevada nem muito baixa, e diminue-se de 6 por °/₀, como quebra, a percentagem, determinada pelo ensaio.

Em Allemanha paga-se em algumas fabricas o minerio de cobre por um preço variavel.

Na Hungria o minerio de cobre é pago a razão de 17 a 1:900 fr. os 1:000 kilogr., e depois consideram-se as despezas (frais de fusion).

Iguaes a 15 fr. para os minerios de 1 ½ por °/₀ de cobre;

Iguaes a 18 fr. para os minerios de 3 por °/₀ de cobre;

Iguaes a 24 fr. 85 c para os minerios de 7 por °/₀ de cobre;

Iguaes a 29 fr. 50 c para os minerios de 10 por °/₀ de cobre;

É evidente que as circumstancias commerciaes, a esperança de uma alta ou de uma baixa no preço do cobre e muitas outras causas podem levar o comprador a modificar o valor de V' e por tanto o preço do minerio no mercado[1].

Para completarmos esta memoria resta-nos falar dos minerios de cobre argentiferos.

A prata existe em abundancia na natureza, mas encontra-se raras vezes em quantidade sufficiente, para constituir um minerio, que seja digno de ser explorado.

Debaixo do ponto de vista metallurgico, os minerios de chumbo e os de cobre são classificados, tomando em consideração a sua composição chimica, mas com os minerios de prata não succede o mesmo.

Os minerios de prata são classificados, tomando em consideração a natureza da sua ganga, e entre elles figuram os minerios de cobre com prata (pyrites de cobre e *cuivre panaché*), os minerios de cobre, prata e chumbo' isto é, minerios, nos quaes o metal predominante é o cobre, e minerios nos quaes existe uma mistura de galena e de minerio de cobre.

D'aqui se deixa ver que é conveniente e necessario, dado um minerio de cobre qualquer, poder verificar se tem prata ou não.

O chlorureto de prata natural não tem sido, até hoje, encontrado senão com a prata nativa ou associado com a prata sulphurada ou com a prata vermelha (prata antimoniada sulphurada) e por isso é certo que, dado um minerio de cobre, que contenha prata, é possivel obter, em alguns casos, a dissolução da prata, a ponto de a poder reconhecer pela via humida, mas, alem de poder ser isso difficil, porque, sendo pequena a porção de prata, contida no minerio, é necessario atacar uma quantidade grande de minerio, para ficar dissolvida uma porção de prata, que possa ser reconhecida por meio do acido chlorhydrico, lançado na dissolução, acido que deve produzir, no caso de haver prata, um precipitado branco caracteristico, accresce que, para atacar bem um minerio de cobre é necessario (como já dissemos noutro logar) empregar uma mistura dos dous acidos e então é natural, é certo, ficar prata na parte insoluvel. É a isto, que fica dicto, que se deve attribuir o facto de chimicos illustres não terem reconhecido a existencia da prata em minerios, que a continham e por isso insistimos de novo nos dous pontos seguintes:

1.º

É possivel reconhecer, pela via humida, a existencia da prata num minerio de prata, mas será necessario, ás vezes, atacar muitos grammas de minerio;

[1] Todos estes dados se referem á época, em que foram obtidos estes esclarecimentos.

2.º

Exceptuam-se os casos, em que a prata existe no estado de chlorureto, e aquelles, em que ella existe num minerio de cobre, que só pode ser bem atacado pela agua regia.

Já demos a razão d'isto para estes segundos, e para os primeiros é a mesma, porque o chlorureto natural é um corpo insoluvel.

A existencia do chumho com a prata não destroe o primeiro ponto, porque o chlorureto de chumbo é bem differente, no aspecto, etc. do chlorureto de prata, mas convem fazer uma advertencia.

Obtida a dissolução completa da prata, para saber qual é a percentagem, correspondente ao minerio, resta dosar a prata dissolvida.

Essa dosagem encontra algumas difficuldades na pratica, em certos casos, e porisso é bom saber se o processo de analyse mais geral, mais sensivel, será o que fôr devido ao emprego da via secca.

Depois de muitas experiencias (*A A. A H*), que não apresentamos aqui descriptas, para não tornar esta memoria mais extensa, chegámos á conclusão de que, para ensaiar, em quanto a prata, um minerio de cobre argentifero, se deve fazer o seguinte:

Descripção do processo, para ensaiar, em quanto á prata e pela via secca, os minerios de cobre argentiferos (*A L*):

Obtido o botão de cobre, pelo processo já descripto, introduza-se esse botão numa copella com oito[1] vezes o seu peso de chumbo puro e deixe-se fazer a copellação livremente. Se houver prata, apparecerá afinal um botão de prata, que se deverá pesar na balança.

Para ter o verdadeiro peso do botão de cobre é necessario subtrahir do peso, já achado para elle, o peso do botão de prata[2].

Quando se ostullar um minerio de cobre, que contenha prata, é necessario fazer isso com cuidado, começando por operar a uma temperatura não muito elevada, e principalmente quando houver tambem arsenico, porque a pratica tem mostrado que, se o acido arsenioso se produz e se desenvolve rapidamente, arrasta comsigo uma porção consideravel de prata[3].

No caso do minerio conter chumbo ou ser um minerio, no qual tambem se encontra a galena, o processo descripto poderá e deverá ser empregado sem modificação alguma.

[1] Regnault manda, na sua obra, t. 3, pag. 373, copellar com dezeseis vezes o seu peso de chumbo, e o mesmo se deprehende do que diz E. F. de Préaumont no seu *Manuel pratique des essayeurs*, Paris, 1858, a pag. 74; mas a experiencia diz-nos que basta oito. Se for necessario mais chumbo, para acabar a copellação, é facil ajuntal-o.

[2] Se o chumbo contiver prata será necessario attender a isso, subtrahindo do peso achado para o botão de prata a percentagem, correspondente á porção de chumbo, empregado na copellação.

[3] V. (2) t. 4, p. 432 e Regnault, t. 3, p. 373.

Lembraria talvez dizer que, nestes dois casos, seria possivel copellar directamente o minerio e determinar logo a percentagem da prata, e na verdade seria essa variante exacta, mas não ficaria determinada a percentagem do cobre.

OBSERVAÇÕES

A Este titulo talvez seja tachado de muito extenso, mas não podiamos adoptar outro, que abrangesse tudo o que se encontra na *memoria*.

B No manuscripto encontrava-se o seguinte: «Dá-se o nome de *minerio de cobre* á pedra da mina que contem *este metal* e que é tirada da mina para o separar» e mais tarde decidimos escrever a definição tal qual hoje se encontra no texto, advertindo que não julgamos ter com isso alterado a essencia da primeira definição.

C O emprego da palavra *principal* não está em contradicção com o que se encontra na *memoria,* na descripção dos outros minerios, porque, sendo os minerios de cobre oxydados e o cobre nativo (natural) muito menos abundantes do que as pyrites, é, entre os sulphuretos de cobre, o sulphureto — Cu^2S — aquelle, que contem maior porção de cobre. Debaixo d'este ponto de vista é pois o principal.

D Nos livros de chimica dá-se o nome de *protosulphureto* ao sulphureto — Cu S —. Nos livros de mineralogia, principalmente nos mais antigos, chama-se *bisulphureto* o sulphureto — Cu^2S — e, como a *memoria* foi feita tambem com o fim de apresentar os synonymos, correspondentes a cada minerio, é evidente que não se devia deixar de incluir a palavra *bisulphureto* na descripção do minerio — Cu^2S —.

E Não ha contradicção d'esta palavra com aquella, a que se refere a observação *D*.

F Expressão dos livros de chimica e que, por isso, não está em contradicção com aquella a que diz respeito a observação *D*.

G No manuscripto encontrava-se *minerio n.º 2*.

H A palavra *tambem* não existia no manuscripto.

I Em logar de «As vezes tambem a segunda...»

J Em logar de «prata e ambas...»

K Em logar de «sendo...»

L Em logar de «contém quasi sempre prata...»

M No manuscripto encontrava se o seguinte: «... com *cuivre gris,* sulphureto de cobre, sulphureto de ferro, blenda (sulphureto de zinco), galena (sulphureto de chumbo), mas estas materias existem todas em pequenas quantidades...»

N Em vez de «e a ganga contém muita marga».

O «... encerra» substitue «contém.»

P «frequentemente» em logar de «muitas vezes.»

Q Em logar de «diz.»

R Em vez de «Encontrou-se.»

S Advertindo que nunca tivemos em vista apresentar nesta memoria uma monographia completa dos minerios de cobre de Portugal.

T No manuscripto escrevemos «Não vá tudo para Inglaterra! Precure-se fazer alguma cousa neste ponto!»

U Em logar de «Contem de 12 a 20 por cento de cobre.»

X A quem disser que este processo não é verdadeiramente industrial, por ser um pouco mais moroso, do que são em geral os processos industriaes, respondemos desde já que, se é um pouco mais moroso, é seguro, simples e como tal verdadeiramente industrial. Não exige tentativa alguma.

Em quanto ao modo de fazer o ataque, este processo nada deixa a desejar, porque, em relação aos sulphuretos de cobre, é um bello processo para obter a sua oxydação completa, e, no caso geral do minerio conter todos os metaes, que a pratica diz terem sido até hoje encontrados com elle, nenhum outro processo produz a dissolução completa. Sirva de exemplo o caso do minerio conter antimonio.

Não queremos aconselhar nem aconselhamos o emprego, e com preferencia, do acido sulphurico, porque, quando mesmo este acido désse bom resultado num grande numero de casos ou em todos, os processos de analyse, em que se lança mão d'elle, são sempre *um ultimo recurso.*

Não consta que até hoje tenha sido descripto um processo de analyse dos minerios de cobre, pela via humida, no qual com o emprego de um só reagente, se consiga, no caso mais geral e mais complicado da existencia do cobre, isolar este, para o poder dosar depois. Temos trabalhado muito para isso, e chegámos a adquirir a convicção de que o ammoniaco é o corpo de mais simples emprego e o que abrange maior numero de casos. Para tornar isto bem claro foi escripta a nota (20), que é a expressão simples e sincera do que temos conseguido nesse ponto. Com o emprego do carbonato de ammoniaco não se ganhava vantagem alguma e ficariam de fóra os mesmos casos se não mais, que ficam de fóra com o emprego do ammoniaco.

O cobre é precipitado pelo sulphureto de sodio, porque a pratica e a experiencia nos têm mostrado que a precipitação por meio do sulphydrato de ammoniaco nem sempre se faz franca e promptamente. Ha ahi um effeito de *influencia de massas,* que só é possivel remover pelo emprego do sulphureto de sodio.

A lavagem é depois feita com sulphydrato de ammoniaco por motivos bem conhecidos.

Não descrevemos, nem apresentamos as diversas phases de transformação por que passa o sulphureto de cobre até ser convertido em oxydo, porque para esta *memoria* é sufficiente indicar as duas phases extremas, *sulphureto* e *oxydo*.

Y A primeira parte da nota (19), que acompanha o texto, substituc a que se encontrava na *memoria:*

O sulphureto de antimonio é atacado pelo acido nitrico, produzindo um residuo amarellado e abundante. É soluvel no acido chlorhydrico, mas um excesso de agua decompõe o perchlorureto formado e faz que o acido meta-antimonico se precipite, de modo que, operando como fica dito no texto, o antimonio deve ficar todo na parte insoluvel, quando mesmo se tivesse formado algum oxydo de antimonio, que é soluvel no acido chlorhydrico.

Z Talvez se diga que é difficil e pouco pratico o emprego do sulphureto de sodio, por *ser corpo raro, pouco vulgar,* mas esta objecção cáe por si.

AC Da comparação dos resultados das analyses, feitas e apresentadas na *memoria,* é facil concluir que o emprego da mistura de cremor tartaro e de carbonato de soda não dissolve uma quantidade apreciavel de oxydo de cobre. Essa comparação é uma prova directa. A outra consiste em atacar o residuo da operação pelos acidos, e verificar que não dissolveu cobre algum. Insistimos na efficacia e na superioridade do emprego da mistura indicada de cremor tartaro e de carbonato de soda, e declaramos que estamos preparando um outro trabalho sobre o emprego d'essa mistura nas analises de todos os minerios em geral.

AD Sem apparelhos não é possivel trabalhar e por outro lado é certo que é facil arranjar um recinto qualquer, que possa ser aquecido e fazer as vezes de uma mufla. Um cadinho bem aquecido póde bastar em certos casos, etc.

AE O que ha nas operações chimicas que não exija alguma pratica?!

AG Apresentamos o que basta para provar a verdade das nossas asserções.

AH Não é possivel entregar a cada leitor um exemplar ou fragmento das amostras citadas na *memoria,* mas isso não impede que o processo seja verificado em qualquer minerio de cobre.

AK Esta parte da *memoria* é da maior importancia, porque á ignorancia do que contem se deve attribuir o ouvir-se dizer que «em Portugal não se sabem fazer ensaios, que lá fóra accusam percentagens differentes das conhecidas em Portugal, etc. [1].

[1] As observações que faltam foram supprimidas por determinação do auctor.

N. B. Depois de concluido este trabalho recebemos a carta que em seguida transcrevemos:

«Lisbonne, le 15 janvier 1870.

Mon cher Ami.

Je me hate de vous donner les renseignements que vous demandez au sujet du cuivre carbonaté, que j'ai rencontré dans la mine d'Azambugeira et qui se fait remarquer par son aspect extérieur; sa couleur ainsi que sa contexture la distingue de la malachite.

N'ayant point eu l'occasion d'en faire une étude approfondie, je ne puis dire qu'il y ait d'autres points de divergeance. Aussi, si je n'avais rencontré qu'un *échantillon* de cette substance, peut-étre n'en aurais-je pas fait grand cas, mas ce qui me porte justement à croire que l'on soit en droit d'en faire une variété définie, c'est l'abondance avec laquelle elle s'est présentée.

A une profundeur variant entre 30 et 60 mètres, j'ai rencontré á la partie N. du filon d'Azambugeira, une concentration cuprifère, qui s'est fait remarquer par la pureté ainsi que par la variété des minerais, qui la composaient. Des veines métalliques de 0,20 à 0,50 centimètres de puissance sillonnaient le corps quartzeux du filon et se composaient, la plupart des cas, soit de pyrite avec de la phillipsite passant à l'oxyde rouge par oxydation, soit encore de sulfure (Cu^2S) acompagné de carbonate (de la variété dont je m'occupe ici) passant vers ses parties externes á la malachite d'un aspect connu et ordinaire.

Ce carbonate de cuivre s'est donc présenté d'une manière abondante, presque toujours en veines plus ou moins continues, ayant une tendance à se présenter en forme de rognons, souvent accolés les uns aux autres. Ces rognons n'ont cependant rien de l'apparence mamelonnée de la malachite dont la formation est par couches concentriques. A la surface de ces rognons, au contraire, on remarque des hâchures en tous sens qui indiquent une cristallisation enchêvetrée et la cassure irrégulière nous fait voir qu'il n'y a point de règle suivie dans la juxtaposition des cristaux. Cette cassure nous montre des petites surfaces dirigées en divers sens et présentant un éclat vitreux. La couleur du minerai est un vert très foncé, bien différent des diverses teintes brillantes de la malachite.

Si quelque autre renseignement pouvait vous être utile, je vous prie de me le faire savoir et en attendant je vous serre la main affectueusement.»

Votre bien dévoué
H. Temple Ellicott

Monsieur José de Saldanha.

JOSÉ DE SALDANHA O. E S.

Lisbonne.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

SONETO

Longo tempo na triste sepultura,
Onde teu coração jaz morto agora;
Chova piedosas lagrimas a aurora,
Que não dissipa a dor que me tortura!

Foi-se-me a paz comtigo; e a desventura,
Que ha muito neste seio oppresso mora,
Mais triste se me fez na cruel hora
Que teus olhos cobriu de terra dura.

Teus olhos! Teu olhar, meu doce anhelo,
Onde eu via brilhando reflectidos
Os sonhos d'um porvir ditoso e bello!

Foge-me o alento agora em vãos gemidos,
E em vão as noites solitarias velo,
Em suspiros de amor, em ais sentidos!

LUIZ CARLOS SIMÕES FERREIRA.

Coimbra, 1870.

HERODOTO

Escrevemos de Herodoto historiador, decorado com o epitheto de pai da historia, *princeps historicorum,* como lhe chama Cicero no tractado *de legibus*, (1, 1.)

Herodoto alem d'este epitheto tem mais os de — *Halicarnasseo* e *Thurio; Halicarnasseo* por ser natural de Halicarnasso, cidade da Caria, provincia da Asia menor, onde nasceu no anno — 484 — antes da vinda de Jesus Christo: *Thurio,* porque sendo a sua patria vexada pelo tyranno Lygdamo, neto de Artemisia, rainha da Caria, associou-se com Lysias, e outros, á colonia, que os athenienses mandaram para Thurio cidade da grande Grecia na Italia ,no golfo de Tarento, a fim de a restaurarem, onde se diz que morrera em edade avançada de mais de 77 annos. Era filho de pais illustres e sobrinho do poeta Panyasis, o qual compoz um poema em honra de Hercules, intitulado — *Heracleiada,* — que constava de 14 livros formando ao todo — 9:000 versos.

Para comprehendermos a razão, por que Herodoto é decorado com o epitheto de *pai da historia,* cumpre-nos antes de tudo fazer algumas advertencias sobre o que era a historia dos gregos antes d'elle.

Os gregos nos tempos mais antigos, não conhecendo a arte de escrever, tiveram poucos fastos historicos propriamente dictos.

As tradições oraes dos acontecimentos mais notaveis, monumentos erigidos, festas instituidas e celebradas para se commemorarem certos acontecimentos, foram então os meios principaes para se transmittirem á posteridade os factos memoraveis: a tradição oral era commumente consagrada em canticos ou canções, e assim os poetas foram os primeiros historiadores dos gregos; as suas poesias epicas, lyricas e dramaticas, que encerravam, não sem ornamentos e ficções poeticas, os acontecimentos do seculo heroico, ou fabuloso, eram impressas na memoria dos meninos, cantadas nas festas dos deuses e dos heroes, e multiplicadas depois por escripto.

Quando mais tarde o uso da escriptura se tornou mais geral, e se começou a escrever a prosa, fez-se d'ella a primeira applicação ás narrações historicas.

Pherecydes da ilha de Leros, os tres Milesios, Dionysio, Cadmo, e Hecateu, que viveram 550 annos antes de Christo, passam geralmente por ter sido os primeiros que escreveram a historia dos gregos em prosa. Os historiadores mais antigos contaram as genealogias dos deuses, as façanhas dos heroes, principalmente as relativas a Hercules, Theseu, Bacho, etc., as origens mythicas dos povos e das cidades; mas estas narrações pertencem ao dominio da fabula, e constituem o elemento mythologico: pouco a pouco se foi separando com mais rigor a verdade da falsidade em a narração dos factos, deixando a ficção para os poetas, e reservando a verdade para a narração historica em prosa.

Homens do maior merecimento começaram a tratar a historia d'um modo mais serio separando a mentira da verdade; tratou-se a lingua, e o estylo da historia mais accuradamente, a theoria do estylo da historia foi irrevogavelmente fixada pelos philosophos, e seguida pelos escriptores mais distinctos; desde então a Grecia começou a possuir historiadores, que podem ser considerados modelos em nossos dias tanto no substancia, como na forma.

É no terceiro periodo da alta grecidade, no periodo atheniense, na edade aurea da lingua grega, que apparece um illustre triumvirato, Herodoto, Thucydides, e Xenophonte, tres historiadores tão aproximados uns dos outros pela edade, que cada um delles na sua mocidade pôde conhecer o seu successor, pois desde o nascimento de Herodoto até á morte de Xenophonte no anno — 360 — antes de Christo decorrem só 124 annos.

Neste triumvirato occupa Herodoto o primeiro logar chronologico: a sua historia é um todo harmonico, um todo regular, onde apparece pela primeira vez *o elemento critico* pois, ainda que elle abunde em tradições mythologicas, chega entretanto a separar com um sabio discernimento a tradição verdadeira

da falsa, o que é authentico d'aquillo que o não é, assentando todo o seu edificio historico no imperio do Destino, pois todo o complexo dos acontecimentos, que elle refere, é a seus olhos um effeito necessario da influencia divina, e todas as suas vistas historicas são por conseguinte religiosas.

Eis aqui a razão, por que Herodoto é chamado o pai da historia, *princeps historicorum.*

A dicção de Herodoto é em dialecto jonio, pura, clara, cheia de doçura e de suavidade, propria d'um escriptor dotado de simplicidade, candura e piedade, similhante a um velho, que voltando de longinquas peregrinações para sua casa, sentado numa cadeira está contando com gosto, e sem enfado, o que viu, e o que ouviu, sem mesmo exceptuar as cousas, que elle mesmo julga incriveis: a historia do celebrado grego quanto ao estylo tem o meio entre a poesia e a prosa; parece que Homero foi o seu modelo.

Não obstante o que acaba de dizer-se em louvor de Herodoto pelo seu amor á verdade, houve quem quizesse tornar suspeita a veracidade d'este escriptor, dando-lhe o epitheto de *historiador fabuloso,* e isto numa época, em que a critica philosophica, as sciencias naturaes e a geographia estavam ainda no seu berço.

Entre os antigos contam-se, Ctesias, Strabão, Diodoro, Gellio, Plutarcho num tratado *de malignitate Herodoti,* Harpocracião noutro a respeito das mentiras que se encontram em Herodoto, Manetho Fgypcio, Josepho no liv. 1.° contra Apião, Phocio no Codice 60; e o mesmo Cicero no liv. 1.° *de legibus* diz, que em Herodoto pai da historia se encontram innumeraveis fabulas.

Entre os modernos, Luiz Vives, João Bodino, e outros muitos, M.res Chaan de Cirbied e F. Martin.

São seus defensores Joachim Camerario, Henrique Estevão, Bernardo de Montfaucon, etc.

Na verdade, quanto a Harpocracião, não sabemos o que elle diz, porque o seu tractado perdeu-se: quanto a Plutarcho cumpre advertir, que este escriptor era beocio, e Herodoto na sua historia tinha dicto, que os beocios não satisfeitos com trahirem a causa commum da Grecia, e sujeitarem-se a Xerxes, tinham até combatido contra os gregos na batalha de Plateas com tanto ardor como os mesmos persas: e então Plutarcho como bom cidadão escreveu aquelle tractado para desafrontar os seus patricios.

As viagens modernas têm feito conhecer, que muitas narrações do grande historiador, que antigamente erão consideradas como fabulosas, não só não o são, mas até são muito verdadeiras, ou pelo menos têm feito conhecer as causas que podiam induzir o escriptor em erro, de sorte que as mesmas fabulas, que a sua historia encerra, são um testemunho do seu amor pela verdade.

Todos os viajantes que têm ido ao Egypto, concordam em dizer, que nada pode acrescentar-se á justeza, á correcção, á grandeza do quadro traçado por Herodoto a respeito do Egypto, de sorte que por elle se ter levantado em geral muito acima das noções vulgares é que teve entre os antigos menos credito do que os escriptores d'uma ordem inferior.

Herodoto era um homem verdadeiramente piedoso; este sentimento, de que a sua alma estava cheia, fazia que elle acreditasse tudo o que pertencia á religião, e que os sacerdotes, e os interpretes dos deuses lhe referiam como cousas verdadeiras. Tratou com os sacerdotes de Memphis, de Heliopolis e de Thebas; e não os acreditava senão quando os achava concordes. Tudo o que soava a falsidade descreveu sem o crer, pois que, comparando muitas passagens d'este escriptor, encontramos bastas vezes a expressão, ασφί. λέγουσι, dizem, contam. Verdade seja que referiu algumas fabulas, impellido pelo medo da Grecia supersticiosa, e é provavel, que o seu patriotismo, e o enthusiasmo, que lhe inspiravam as victorias dos seus compatriotas sobre os persas, o levassem algumas vezes a dar credito a relações exageradas.

Justificado o epitheto de *pai da historia,* dado a Herodoto, passamos aos meios que elle empregou para a escrever.

Ainda que nada se sabe a respeito da educação litteraria de Herodoto, nem quaes fossem os seus mestres, é de presumir, que ella não fosse desprezada, pois naquelles bellos tempos da Grecia havia um cuidado particular em educar a mocidade, formando-lhe o coração, e cultivando lhe o espirito.

Sabe-se, que na edade de 27 annos emprehendeu longas e penosas viagens para aperfeiçoar os conhecimentos que já tinha, e adquirir outros de novo.

A descripção da Asia por Hecateu, a historia da Lydia por Xantho, as historias dos persas por Hellanico de Lesbos, e Charon de Lampsaco, gozavam então da mais alta reputação; estas obras agradaveis e interessantes, foram certamente devoradas por Herodoto na edade, em que qualquer é avido de conhecimentos, e lhe inspiraram o vivo desejo de correr os paizes, cujas descripções o tinham encantado.

Não era porém uma vã curiosidade, que o levava a viajar; propunha-se um fim mais nobre, — escrever a historia. Os successos dos historiadores, que o precediam, não o espantaram, antes serviram para mais o inflamar, e ainda que Hellanico de Lesbos, e Charon de Lampsaco, tivessem tratado já do mesmo assumpto, Herodoto, longe de desanimar, quiz lutar com elles, e não foi em vão que se lisongeou de os exceder.

Determinou-se então em escrever não a historia da Persia, mas só a da guerra, que os gregos tiveram de sustentar contra os persas; este assumpto simples na apparencia offereceu-lhe occcasião para fazer entrar no mesmo quadro a historia da maior parte dos povos, com que os gregos tinham intimas relações, ou lhes importava conhecer. Para executar este plano sentiu, que devia recolher materiaes, e adquirir um exacto conhecimento dos paizes, cuja descripão intentava fazer. Foi com esta mira que elle emprehendeu as suas viagens, correndo toda a Grecia, o Epiro, a Macedonia, a Thracia, e, segundo o seu proprio testemunho, não póde duvidar-se de que passou da Thracia para a Scythia, e foi alem do Ister, e do Borysthenes. Em toda a parte observava com olho perspicaz os sitios, e as distancias dos logares, as producções dos paizes, os usos, os costumes, e a religião dos povos, bebendo nos seus archivos, e nas suas inscripções o conhecimento dos factos mais importantes, as series dos reis e as genealogias das personagens illustres; em toda a parte tratou com os homens instruidos consultando-os em todas as occasiões.

Talvez que nesta primeira viagem Herodoto se contentasse só com visitar a Grecia, e que indo ao Egypto passasse d'aqui para a Asia, e da Asia para a Cholchide, para a Scythia, para a Thracia, para a Macedonia, e que pelo Epiro voltasse á Grecia: como quer que seja, o Egypto, que ainda hoje mesmo faz o espanto e a admiraçãos dos viajantes, não podia deixar de entrar no plano de grande historiador, e não foi de Hecateu que elle copiou a sua descripção, como alguem disse. Nenhum escriptor antigo, (nem mesmo dos modernos), nos dá do Egypto uma descripção tão exacta e tão curiosa, como Herodoto; elle faz-nos conhecer a sua geographia com uma exactidão, que nem sempre tiveram os geographos de profissão, as producções do paiz, os usos, costumes e religião dos seus habitantes, embalsamação dos corpos, sepulturas, etc.; a historia dos ultimos principes antes da conquista dos persas com particularidades interessantes sobre esta conquista, particularidades, que ficariam para sempre esquecidas, se elle as não transmittisse á posteridade. Conversou (como já se disse), com os Sacerdotes de Memphis, de Heliopolis e de Thebas, e não acreditou o que elles lhe disseram, senão depois de os achar conformes. Foi á então soberba cidade de Tyro, visitou a Palestina, e a Babylonia, que era nesse tempo a cidade mais magnifica, e mais opulenta do mundo, com uma extensão de 40 a 80 kilometros, cercada com altas e largas muralhas, com 250 torres, ornada com bellos jardins suspensos no ar: (hoje tudo ruinas!)

A Cholchide foi o ultimo paiz da Asia, que Herodoto visitou para certificar-se, se os Cholchidienses eram de origem egypcios, como se lhe tinha dicto no Egypto, e se eram descendentes d'uma parte do exercito de Sesostris, que se tinha estabelecido neste paiz: da Cholchide passou para os scythas, e para os getas, d'aqui para a Thracia, d'esta para a Macedonia, e d'aqui voltou para a Grecia pelo Epiro. Ora se Herodoto não tivesse conhecido bem estes differentes paizes, como poderia dar-nos d'elles uma descripção tão exacta, e fallar com tanta clareza da expedição de Dario contra os scythas, e da de Xerxes contra a Grecia?

Herodoto, voltando para Halycarnasso sua patria, não poude ahi demorar-se, porque era governada pelo tyranno Lygdamo, o qual tinha mandado matar seu tio o poeta Panyasis, como já se disse: foi pois procurar asylo na ilha de Samos, onde pôz por ordem os materiaes, que trazia, fez o plano e compoz os primeiros livros da sua historia; desejoso porem de vingar a morte de seu tio voltou a Halicarnasso, e então ligado com os descontentes, e com os amigos da liberdade, expulsou o tyranno. Como porem Herodoto era partidario da democracia, e nesta occasião a aristocracia prevaleceu sobre a democracia, ficou sem a recompensa que merecia e voltou para a Grecia; e como então se celebravam os jogos Olympicos, nos quaes se reunia a assembléa mais nobre e illustrada da nação, foi ler nelles os primeiros livros da sua historia, i. é, as peças mais proprias para lisongear o orgulho d'um povo, que se considerava superior a todos os outros povos. E foram tão grandes os applausos dados a Herodoto, que Thucydides estando ali presente na idade de quinze annos chegou (dizem) a derramar lagrimas.

Herodoto animado pelos applausos, que então recebeu, empregou os doze annos seguintes em continuar e aperfeiçoar a sua historia, e foi então viajar com pausa outra vez por todas as partes da Grecia, que já tinha visitado. Nestas excursões foi a Corintho, onde leu a descripção da batalha de Salamina com circumstancias honrosas para os corinthios, e sobretudo para Adimanto, que os commandava: passados doze annos depois de ter lido parte da sua historia nos jogos Olympicos, Herodoto leu outra parte ou toda em Athenas, quando se celebrou a festa dos Panatheneus em honra de Minerva com assistencia de todos os athenienses no anno 444 antes da vinda de Christo; então os athenienses não se limitaram a estereis louvores, mas por um decreto proposto por Anyto, e ratificado pelo povo, foi premiado com dez talentos, i. é, 54:000 francos.

Na edade de quarenta annos acompanhou a colonia, que foi para Thurio, como já se disse, e foi aqui que elle retocou a sua historia, e lhe fez alguns additamentos considera-

veis, como a invasão dos lacedemonios na Athica no primeiro anno da guerra do Peloponneso, a infeliz sorte dos embaixadores, que os lacedemonios mandaram á Asia, e a rebellião dos medos no tempo de Dario Notho: crê-se, que Herodoto morreu nesta cidade em edade avançada tendo mais de 77 annos, como tambem já disse.

A historia de Herodoto abrange o espaço de 220 a 240 annos, começando em Gyges rei da Lydia, e acabando na retirada de Xerxes, ou na batalha de Myccale. O assumpto principal, ou ponto *culminante,* da sua narração foi celebrar as expedições dos gregos, e dos persas, uns contra os outros, e desenvolver os motivos, que tinham levado estes povos a guerrearem-se.

As causas d'estas guerras umas eram proximas, e outras remotas; estas eram os raptos reciprocos d'algumas mulheres da Europa, e da Asia, que, tendo dado motivo á guerra de Troia, tinham *ulcerado* os corações dos asiaticos contra os gregos; aquellas (as proximas) os auxilios, que os athenienses tinham prestado aos jonios na sua revolta, a invasão da Jonia, e o incendio de Sardis pelos athenienses: os persas irritados com estas hostilidades resolveram tirar uma vingança brilhante.

Os persas tinham sido até então pouco conhecidos dos gregos; era pois necessario fazer-lhes conhecer esta nação, contra a qual tinham lutado com tanta gloria. Para chegar a este fim Herodoto toma aquelle povo na sua origem, e faz-nos ver os meios, que elles empregaram para sacudir o jugo dos medos, e como se isto só não désse aos leitores uma idéa bem clara, foi-lhe necessario apresentar um rapido esboço da historia d'estes. Estava porem esta de tal modo ligada com a dos assyrios, aos quaes os medos tinham estado sujeitos, que Herodoto teve de instruir os leitores sobre o modo como elles tinham sacudido o jugo, e dar igualmente um resumo da historia da Assyria: e estas tres historias, a dos persas, a dos medos, e a dos assyrios, estão ligadas tão estreitamente, que, supprimida uma, lançar-se-á obscuridade nas outras, e se supprimissem todas trez, ficaria muito imperfeito o conhecimento das difficuldades, que os gregos tiveram de vencer.

Representam pois nesta historia os maiores papeis os reis Gyges, Cyro, Cambysses, Dario, Xerxes, Pausanias, Sesostris, Creso, Zopyro, as rainhas Semiramis, e Tomyris, Artemisia, e os grandes generaes, Megabyro, Aristagoras, Cleomenes, Hippias, Artaphernes, Milciades, Damarato, Themistocles, Leonidas, Mardonio. Consta de nove livros, e cada um d'elles tem o nome d'uma Musa; nome, que lhes foi posto não por Herodoto, mas pelos grammaticos gregos por causa da suavidade e doçura do estylo; e assim o 1.º tem o nome de — Clio; o 2.º de — Euterpe; o 3.º de — Thalia; o 4.º de — Melpomene; o 5.º de — Terpsichore; o 6.º de — Erato; o 7.º de — Polymnia; o 8.º de — Urania; o 9.º — Calliope.

Faremos agora uma breve synopse dos objectos tractados em cada um d'estes livros. No 1.º Herodoto procurando a causa da inimizade entre os gregos, e os persas, falla dos lydios por esta occasião, e, remontando á fundação do seu imperio por Lydo, faz-nos conhecer as trez dynastias, que ahi reinaram successivamente, a saber, os Attydes, os Heraclidas, e os Mermnades; dá particularidades ácerca dos cinco reis da 3.ª raça dos quaes o ultimo foi Creso. O conselho, que este principe recebeu do oraculo de Delphos para procurar a amisade dos gregos, fornece-lhe uma transição para dizer-nos o estado, em que se achavam Athenas e Esparta.

O 2.º livro é um episodio no qual Herodoto nos conta tudo o que viu no Egypto, e o que lhe referiram os sacerdotes de Memphis, de Heliopolis, e de Thebas, ácerca da natureza deste paiz. Depois de fazer a descripção entra em particularidades curiosas sobre as leis, usos, costumes e religião dos egypcios, e finalmente dá nos a historia dos principes, que nelle reinaram, começando nos deuses, e acabando em Psamenite, no tempo do qual Cambysses filho de Cyro sujeitou o Egypto.

O 3.º livro é preenchido com a historia de Cambysses, e uma parte da de Dario, filho de Histaspis, o sitio de Babylonia, Zopyro etc.

O 4.º livro comprehende a expedição de Dario á Scythia, a descripção deste paiz, e o quadro dos costumes de seus habitantes: as amazonas, os thraces, os getas, a Libia, etc.

O 5.º livro está cheio com os preparativos para a grande luta, que vai empenhar-se entre os gregos, e os persas; tracta-se nelle da sujeição da Thracia, e da Macedonia, por Megabyzo, general de Dario; da revolta dos jonios excitada por Aristagoras, que offerece ao auctor occasião para fallar d'Athenas, e dos Pisistratidas; a destruição de Sardes termina a insurreição Jonia, e permitte a Dario voltar as armas contra a Grecia.

No 6.º livro conta-se o estado interior da Grecia, a expedição de Dario e Artaphernes, e a batalha de Marathonia.

O assumpto dos livros — 7.º e 8.º — é a expedição de Xerxes á Grecia, e a sua retirada: Xerxes succede a seu pae Dario, quer fazer da terra um só imperio, sujeita o Egypto, pretende vingar-se dos gregos, fura o monte Athos, lança uma ponte de barcas sobre o mar, e reune um exercito tão numeroso, que esteve sete dias e sete noites, continuamente sem interrupção, a desfilar diante d'elle: dizem alguns que constava de trez milhões. Cornelio Nepote porém na vida de Themistocles, capitulo 2.º diz, que o exer-

cito terreste constava de — 700:000 infantes, e 400:000 cavalleiros; e que a esquadra se compunha de 1:200 naus compridas, (galeras, ou fragatas, proprias para combate), e 2:000 de transportes, ou de cargas.

O livro 7.º conclue com a batalha dada no estreito de Thermopylas, (verêda Anopêa), onde ficou morto Leonidas, rei dos Lacedemonios com os 300 spartanos.

O livro 8.º comprehende a batalha naval d'Artemisio (promontorio da Eubêa, ilha situada no Hellesponto), onde se combateu — *pari praelio* —, e os gregos retiraram por temerem ser atacados pela rectaguarda, e vanguarda, e foram dar a batalha de Salamina, logar estreito, onde a esquadra de Xerxes não podia desenvolver-se: em virtude de manhosas ardilezas, de que se serviu Themistocles, Xerxes passa o Hellesponto em menos de 30 dias e vae para a Asia deixando Mardonio com 300:000 homens.

Objecto do livro 9.º. Mardonio dá a batalha de Plateas, e é morto nella: no mesmo dia em que se deu a batalha de Plateas deu-se a batalha naval de Mycale. A batalha de Plateas foi commandada por Pausanias rei dos lacedemonios.

Com estas victorias termina o brilhante quadro traçado por Herodoto.

Resta-nos para concluir esta noticia dizer alguma cousa sobre as edições da historia de Herodoto.

A edição chamada *princeps* é a d'Aldo antigo feita em Veneza em 1502, in fol.: mas 30 annos antes já Lourenço Valla tinha publicado a historia de Herodoto, traduzida em latim sem o texto grego, em Veneza em 1474. Seguiram-se depois as edições publicadas por Henrique Estevão, uma em 1570, e outra em 1592 com a traducção latina de Lourenço Valla, corrigida em muitas passagens e com mudanças feitas no texto á vista de manuscriptos.

Outras vieram após estas edições; porém fallaremos só das que são consideradas como melhores. A 1.ª edição, a que pode dar-se o epitheto de critica é a de Gronovio (Jacques) em Lugduni Batavorum (Leyde) em 1715 in fol.

São prestantissimas as de — Pedro Wesseling em Amsterdam, 1763 in fol. e de Schaefer, Lips. 1816 — 25.

É locupletissima a edição feita por João Schweighaeuser em Strasbourg em 1816, 12 vol. 8.º, reproduzida por Gaisford com addições em Londres em 1824, e reimpressa em Leipsick desde 1824 a 1826 em 4 vol. 8.º

Das traducções em francez é considerada prestantissima a de Larcher, impressa em Paris primeiro em 1786 em 7 vol. 8.º, e depois em 1802 em 9 vol. 8.º

E são auxilios para a intelligencia e interpretação de Herodoto:

Aemilii Porti Lexicon Herodoteum, Francfort — 1603, e em Londres 1825, 8.º

Apparatus ad Herodotum intelligendum, etc. por A. C. Borrheck, Lemgow, 1795 — 98, 5 vol. 8.º

Commentationes Herodoteae por Fr. Creuzer Leipsick, em 1819.

Schweighaeuser, Lexicon Herodoteum, 2 vol. 8.º, Strasburg, 1824; Londres, 1825 — 32.

A. I. COELHO DE MORAES.

BIBLIOGRAPHIA

Relação historica do que fizeram os moradores de Barcellos, desde o dia em que na villa acclamaram D. João IV, apenas sabida a restauração da capital em 1 de dezembro de 1840, até o ultimo de janeiro de 1642. Pelo Licenceado Manuel da Rocha Freire — Precedida d'uma noticia geral da villa de Barcellos escripta pelo Professor Pereira Caldas.

Braga: Livraria Internacional de Eugenio Chardron, Largo de S. Francisco, n.º 4. 1871. 4.º 31 — X pag.

I

Entre a multiplicidade de escriptos, que em varias linguas se publicaram depois da restauração de 1640, correlativos a este famoso acontecimento, alguns ha de extraordinaria raridade, que sómente se encontram em poder de um ou outro bibliophilo, ou em alguma das bibliothecas nacionaes.

Pertence a este numero a *Relação historica* transcripta, publicada pela primeira vez em *Lisboa, na officina de Domingos Lopes Rosa. Anno de 1642* — 4.º.

Obtivera o sr. dr. Pereira Caldas um exemplar d'esta *Relação,* comprando-o na afamada livraria *Tross* de Paris; e crendo-o unico em Portugal, propoz-se com louvavel diligencia dal-o ao prélo em segunda edição, illustrando-a com a mais ampla noticia, que pôde coordenar, do seu auctor, e outra geral da villa de Barcellos.

Mostrou Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca Luzitana, Tom. III, pag. 353,* que não vira o opusculo, citando apenas a patria do Licenceado Manuel da Rocha Freire; seguiu-o o sr. Innocencio Francisco da Silva no *Diccionario Bibliographico Portuguez, Tom. VI, pag. 92.*

Não tivera, em verdade, o A. do *Diccionario Bibliographico* outras noticias d'este escriptor e do escripto até á impressão do artigo 1231.º citado, alem da escassissima transmittida pelo abbade de Sever; proporcionou-se-lhe, porém, antes da publicação do volume, a opportunidade de examinar um exemplar da *Relação* por mercê do sr. Figanière, e á vista d'elle rectificou as inexatidões de Barbosa, expondo por extenso o titulo do opusculo, nas

correcções e additamentos, com que o terminou.

E por não haver lido estas *correcções e additamentos,* ousou asseverar com menos precato o sr. Pereira Caldas, que não conhecera a *Relação* o sr. Innocencio, e que por igual motivo deixara de a mencionar o sr. Figanière na sua *Bibliographia Historica Portugueza.* É certo que sómente depois de publicada esta obra inestimavel, onde devia figurar entre os numeros 229 e 230, é que seu auctor adquiriu o rarissimo opusculo.

Confirmou, por ventura, este conjuncto de circumstancias o sr. Pereira Caldas na crença de que possuia uma raridade bibliographica de maxima valia.

Quatro são, felizmente, os exemplares, que hoje se conhecem da *Relação:*

1.° o do sr. Figanière, minuciosamente descripto no *Diccionario Bibliographico;*

2.° o do sr. Pereira Caldas, comprado em 1870 na livraria *Tross* de Paris:

3.° um da bibliotheca da universidade de Coimbra, que se acha no 1.ª casa, 6.ª estante, 1.ª tabella, do qual nos deu noticia o sr. Joaquim Martins de Carvalho no *Conimbricense* de 17 de abril ultimo;

4.° outro em poder do sr. Annibal Pippa Fernandes Thomaz, da Louzã, segundo o testemunho do mesmo sr. Martins de Carvalho.

Sem embargo da existencia bem averiguada d'estes quatro exemplares, nem por isso deixou de prestar bom serviço ás nossas lettras, com a nova publicação, o sr. Pereira Caldas.

Desperta sempre este genero de leitura sentimentos generosos de patriotismo em animos portuguezes: inspira ainda aos cultores da litteratura classica amor ao estudo d'estes modelos de castiça locução.

E não é somenos a importancia historica da *Relação,* porque, arguindo o silencio de alguns annalistas, corrige a inexactidão de outros, sendo respeitavel o testemunho do auctor, como testemunha ocular dos feitos que descreve.

II

Não esqueceu ao auctor da *Memoria historica da villa de Barcellos* etc., o Reverendo sr. Domingos Joaquim Pereira, mencionar os Barcellenses illustres em armas e lettras, consagrando-lhes os cap. 45 e 46.

Dos homens notaveis oriundos de Barcellos fez, tambem, expressa menção o sr. A. M. do Amaral Ribeiro no cap. II da sua *Noticia descriptiva da muito nobre e antiga villa de Barcellos,* segunda edição correcta e augmentada.

Ampliou ainda o sr. Pereira Caldas esta memoria e noticia com a geral da villa de Barcellos, de que precedeu a *Relação* do Licenceado Manuel da Rocha Freire, offerecendo-nos ácerca d'este escriptor esclarecimentos importantes, extrahidos dos archivos de Braga, cujos documentos ainda ninguem havia perscrutado e inquirido para este fim.

Nenhum, porém, dos tres escriptores, nem o sr. Manuel Forte de Sá na sua critica á *Noticia de Barcellos,* escreveu sequer uma linha a respeito de um varão egregio nascido no termo d'esta villa, que não só honrou as lettras patrias como um dos seus mais distinctos cultores, mas foi celebrado em França, Inglaterra e Allemanha, para onde as vicissitudes do exilio o impelliram.

Referimo-nos ao dr. fr. José da Sacra Familia, que depois de secularisado por breve apostolico se chamou José da Silva Tavares.

De boa mente preencheremos a lacuna daquelles escriptores desagradecidos ou indifferentes, dando d'este varão preclarissimo uma breve noticia.

III

Nelle até havia uma d'essas physionomias ditosas, com que o mundo sympathisa, e aonde raiam vislumbres de algum nobre destino.
Dr. Fr. Antonio José da Rocha.

Fr. José da Sacra Familia, no seculo José da Silva Tavares[1], filho de João da Silva Tavares, nasceu na freguezia de S. Miguel de Urgival, termo da villa de Barcellos, a 14 de fevereiro de 1788.

Na aurora dos annos, quando contava apenas dezesete, guiado pela piedade, ou movido pelo instincto, que leva para a solidão os espiritos meditativos, professou o instituto dos Augustianos reformados no convento do Grillo a 25 de junho de 1805.

Reconheceram logo os seus confrades pelo não vulgar talento, que revelou no curso das aulas de casa, que deveria ser um dos membros mais illustres da Ordem; e facilitaram-lhe por isso os meios de frequentar a Faculdade de Theologia na Universidade de Coimbra, em qua recebeu o gráu de doutor em 26 de julho de 1814.

Não satisfeito porém com o cabedal de sciencia, que grangeára nesta Faculdade, frequentou ainda com distincção a de Philosophia, em que recebeu o gráo de bacharel e fez formatura em 1821.

Os que ainda conheceram os alumnos do Collegio de Santa Rita de Coimbra, sabem, como nós, o empenho e ardimento, com que nelle se cultivavam as lettras e sciencias, prestando-lhes valiosos subsidios a sua preciosa bibliotheca, uma das mais selectas das numerosas então existentes naquella cidade.

D'esta feliz coincidencia se aproveitou o dr. Sacra Familia, enriquecendo-se de solidos e variados conhecimentos, que depois transmittiu no ensino com tal perspicuidade,

[1] Para socego da sua consciencia, depois da extincção das Ordens Religiosas, sollicitou e obteve da Curia Romana breve de secularisação, que lhe foi concedido em 7 de maio de 1835.

que maravilhava ainda aos mais adestrados na difficilima pratica do magisterio.

Era considerado nesses felizes tempos, em toda a monarchia portugueza e seus dominios, como eschola normal de humanidades o Real Collegio das Artes de Coimbra; e á conta d'esta justa e razoavel prerogativa eram escolhidos para regentar as suas cadeiras os mais luzidos ingenhos.

Foram professores d'este celebre collegio, nos principios do presente seculo, Silvestre Pinheiro Ferreira, Fr. Francisco de S. Luiz, depois Cardeal Patriarcha, Jeronymo Soares Barbosa[1], Antonio Soares Barbosa[2], Joaquim Ignacio de Freitas, Francisco Freire de Carvalho, José Vicente Gomes de Moura[3], Fr. Fortunato de S. Boaventura, D. Diogo da Piedade, etc , etc.

Era digno por todos os titulos de pertencer á corporação de tão insignes humanistas, o dr. Sacra Familia; e foi por isso despachado em 1824 professor de Arithmetica e Geographia do Real Collegio das Artes de Coimbra[4].

Oito annos regeu esta cadeira, e d'ella foi transferido em 1832 para a de Philosophia Moral e Racional do Estabelecimento do Bairro de Belem.

Sobreveiu a horrorosa catastrophe de 1834, abalou-se desde os fundamentos o edificio social antigo; e para não presenciar as suas ruinas, e fugir ás iras dos demolidores emigrou Sacra Familia para o Havre da Graça, em nove de setembro de 1834.

Nem a sua indole, nem as circumstancias pessoaes permittiam que no exilio consumisse os dias em ocio ignavo, occultando, como o servo máo do Evangelho, os talentos que podia negociar com proveito proprio e alheio.

Acceitou por isso o cargo de professor da lingua e litteratura portugueza no prytaneo do principe Joseph de *Chimay* em *Menars* de *Chateau* em 24 de dezembro de 1836; e neste magisterio se conservou, até estabelecer por conta sua o collegio de *Fontenay aux Roses,* que abriu em 17 de novembro de 1838.

Não encarecemos os relevantes serviços, que n'este collegio prestou o antigo professor conimbricense á mocidade portugueza e brasileira, que alli concorreu a saciar a ardente sêde de saber nas mais puras fontes de sã doutrina.

[1] Veja-se a noticia biographica d'este celebre humanista, que publicámos na *Revista Litteraria do Porto.*

[2] Veja-se a noticia biographia d'este distincto philosopho, que publicámos na *Revista Litteraria do Porto.*

[3] Veja-se a *Memoria da vida e escriptos do Rev. Sr. José Vicente Gomes de Moura,* que publicámos em 1854.

[4] Publicou em Coimbra, por immediata resolução de Sua Magestade de 7 de novembro de 1829, *Lições Elementares de Geographia e de Chronologia com seu attas appropriado,* etc., etc.

Grangeou nomeada no antigo e novo mundo este memoravel instituto, preferido aos nacionaes pelos proprios francezes, merecendo a consideração do governo de uma nação tão illustrada, e do mesmo rei Luiz Filippe,[1].

Ao cabo de alguns annos motivos imperiosos e independentes da sua vontade obrigaram o dr. José da Silva Tavares a deixar o seu querido collegio, e transferir a sua residencia para Inglaterra.

Achava-se neste paiz, quando foi chamado para a Allemanha, a fim de ensinar a lingua portugueza á excelsa esposa do senhor D. Miguel de Bragança.

Residia no palacio de Heubach, quando nasceu a Princeza D. Maria das Neves Isabel, no dia 5 de agosto de 1852; e foi uma das testemunhas do reconhecimento d'esta Princeza como filha legitima do rei proscripto.

No mesmo palacio de Heubach se achava o dr. José da Silva Tavares, em 19 de setembro de 1853, quando nasceu o principe herdeiro; e coadjuvou o venerando Bispo da Guarda, D. Joaquim José Pacheco e Sousa, na administração do Sacramento do Baptismo ao augusto recemnascido, no dia 4 de outubro do mesmo anno.

Regressou depois a Inglaterra, e foi nomeado parocho da Egreja Catholica de Santa Helena de *Brent-Vood,* a distancia de algumas leguas de Londres.

No seio dos seus amados parochianos, que o veneravam como pae, falleceu a 14 de setembro de 1858, victima d'um cancro do estomago.

Exhalaram estes bons catholicos a sua pungente saudade pelo benemerito pastor, tributando-lhe as mais distinctas honras funebres; sepultaram-n'o dentro do proprio templo parochial; e uma nobre dama portugueza mandou-lhe celebrar sumptuosas exequias, ás quaes se dignou assistir com outras illustres personagens o eminentissimo cardeal *Wiseman.*

Não passou desapercebido este luctuoso acontecimento em Portugal; commemorou-o na imprensa, em termos sentidos, como era de razão e justiça, o principal orgão do partido realista; e no collegio de Burgães celebraram-se tambem exequias á sua memoria, recitando-se uma oração funebre.

E um portuguez de tão fino toque, um varão de tanto lustre, que honrou a patria dentro e fóra do seu paiz, nem sequer tem merecido uma lettra aos seus conterraneos, os memoristas de Barcellos!!!

Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão.

[1] Veja-se o que ácerca d'este collegio e do seu fundador diz um dos mais distinctos ornamentos da Faculdade de Direito, o sr. Conselheiro João de Sande Magalhães Mexia Salema, na sua obra, *Principios de Direito Politico,* etc. *Tomo* 1.º, *pag.* 54 e 55.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

AMÉDÉE THIERRY [1]

Causas do progresso da jurisprudencia romana

(Continuado de paginas 27)

II

A jurisprudencia

Creado pela jurisprudencia sacerdotal e patricia, era o direito das Doze Taboas applicado pelos consules. Um episodio da grande lucta das ordens deu logar á creação da pretura. Instituido *adjuvandi, vel supplendi, vel corrigendi juris civilis gratia, propter utilitatem publicam,* como diz Papiniano, o pretor decidia as questões de direito, e publicava, ao entrar no exercicio das suas funcções, um programma dos principios que deviam dirigil-o na applicação da lei. Depois, tendo sido desvendados os mysterios da sciencia juridica, muitos plebeus se fizeram jurisconsultos, e Tiberio Coruncanio abriu uma eschola, constituindo d'esta fórma um ensino scientifico accessivel a todos.

Foram estas as principaes consequencias da lucta entre os patricios e os plebeus, no ponto que ao presente nos importa. Chegou em seguida a vez dos extrangeiros. Como fosse impossivel applicar-lhes o direito quiritario, que era privilegio dos sós cidadãos romanos, e por egual inexequivel a applicação da lei particular de cada um, foram os pretores naturalmente levados a estudar o direito das nações extranhas, para extrahir das suas regras certos principios que podessem substituir os do direito stricto. Entrou portanto em Roma o *direito das gentes;* e, no decurso dos tempos, a philosophia grega, principalmente a do Portico, produziu a formação da philosophia juridica, do *direito natural,* que era, no entender dos Romanos, *o direito nascido antes das leis escriptas, antes da constituição das cidades* [2]:

A affluencia dos extrangeiros exigiu a creação de um pretor especial, o pretor peregrino. Este applicava o direito das gentes, assim como o pretor urbano applicava o direito stricto. Mas da sua mutua influencia resultou uma fusão de principios summamente benefica, e que devemos considerar como uma das causas mais importantes do progresso da jurisprudencia romana. O direito pretorio transformou-se no direito honorario.

Foi portanto á dilatação do imperio e á introducção da philosophia grega que o direito romano deveu os seus primeiros passos no caminho da equidade.

Adquiriram grande importancia os jurisconsultos, já pela complicação do direito, já pelo desvelo com que os mais illustres e esclarecidos Romanos se davam ao estudo da sciencia juridica. A epocha classica da litteratura precedeu a da jurisprudencia, e assim devia ser. A litteratura é menos dependente das instituições e da protecção dos soberanos. Por outra parte, a sciencia do direito, como especial que é, não póde receber uma fórma pura e correcta senão da cultura anterior.

Comtudo, se os jurisconsultos do tempo de Cicero e de Augusto ficaram, nos seus escriptos, abaixo dos contemporaneos dos Antoninos e dos principes syro-africanos, a sua influencia no progresso da jurisprudencia não foi talvez menor. As duas escholas, geradas pelo antagonismo de Labeão e Capitão, e constituidas pelos seus discipulos Nerva, Proculo, Cassio e Sabino, excitaram uma emulação generosa e fecunda em grandes resultados. Uns recorriam principalmente á equidade, os outros firmavam-se com preferencia no direito stricto, ao que parece; mas todos seguiam os principios geraes que transformavam gradualmente o direito da cidade num direito applicavel a todos os povos.

Augusto concedeu a certos jurisconsultos o privilegio de responder em seu nome, para que as decisões d'esses jurisconsultos tivessem mais pêso. Esta medida foi util, já como incitamento ao estudo, já porque d'ella procederam os conselhos [1] a cuja iniciativa devem ser attribuidas a maior parte das uteis modificações que soffreu a legislação e o systema administrativo do imperio. Com effeito, logo que as leis começaram a emanar só da vontade imperial, cumpria que essa vontade fosse bem determinada, e os jurisconsultos tornaram-se os conselheiros naturaes do principe, e os seus mais valiosos auxiliares.

Adriano deu ainda maior importancia ás decisões da classe privilegiada dos jurisconsultos, tornando-as obrigatorias para os juizes em certos casos. Porém, a pezar d'esta intervenção viciosa na administração da justiça, a sciencia do direito continuou a progredir a par da legislação. Foram estes os fructos da concentração dos poderes na mão de um só homem.

Veio por fim o christianismo dar ao mundo antigo a unidade religiosa. Os velhos cultos não satisfaziam já ás tendencias naturaes da alma humana para Deus. Muitas vezes perseguida, mas nunca efficazmente reprimida, porque só os que crêem firmemente sabem

1 *Tableau de l'empire romain.*
2 Cicero.

1 *Auditorium, consistorium.*

ser intolerantes, conseguiu a religião revelada por Jesus Christo apoderar-se do mundo romano, muito antes de Constantino. A sua influencia nos progressos da jurisprudencia não podia deixar de ser predominante. Assim como a sciencia do direito produzia uma legislação applicavel a todos os povos, o christianismo a todos offerecia uma philosophia simples e elevada, e uma moral purissima. Os resultados a que a philosophia pagã tinha chegado no seu desenvolvimento proprio, o ideal de Platão e a regra do Portico, não eram proscriptos pela lei nova. A doutrina christã apresentou-se ao mundo antigo, que de ha muito procurava angustiosamente a luz redemptora como uma synthese de todas as verdades anteriores, renovadas por novos e mais altos principios. Grande devia ser por tanto a sua acção sobre a jurisprudencia de um estado onde se comprehendiam todos os povos a que a lei velha não bastava já, enorme sobretudo respeito á revolução que do couto do Tibre fazia o orbe romano.

Devia ser e foi. A igualdade e a caridade não eram uma palavra vã para os primeiros christãos, nem o são nunca para os verdadeiros crentes. Como poderia resistir-lhes o que restava da antiga constituição da familia quiritaria; como, todas as instituições proprias da cidade, anachronicas na associação universal? Os homens do Norte deram o ultimo golpe nas tradições caducas, obrigando os filhos da loba romana a reconhecer nelles, primeiro os seus iguaes, e logo os seus dominadores, e foi d'essa alliança entre o principio christão, a vitalidade barbara e a civilisação greco-romana que nasceram as nações modernas.

As causas do progresso da jurisprudencia romana são pois as mesmas que as da evolução da associação romana. Primeiro, a lucta das ordens, depois, as relações com os povos extranhos, donde a introducção do direito das gentes e da philosophia grega; em seguida, o estabelecimento da dictadura imperial, causa importante da multiplicação dos jurisconsultos e da fundação das escholas; mais adiante, a *immensa paz do orbe romano,* devida ao governo paternal dos Antoninos; finalmente, a acção do christianismo e a invasão barbara.

LUIZ GARRIDO.

A LIBERDADE DE INDUSTRIA

nas suas relações com a Economia Politica, e com a historia da civilisação

(Continuado de paginas 29)

III

O trabalho servil

Antes de 1789 não se reconhecia a nobreza e a dignidade do trabalho, especialmente do trabalho manual.

É que o principio da egualdade humana, gravado em a nossa natureza, e apostolado ha dois mil annos pelo fundador do christianismo, só tarde, e muito tarde, rasgou o seu involucro de chimera sublime para se mostrar, em todo o seu esplendor, aos olhos da humanidade.

A India, o berço do homem e das civilisações, abre-nos a sua longa historia, e deixa-nos ver, desde a primeira pagina, a sempre odiosa distincção das raças: vemos raças que mandam e raças que obedecem; raças que trabalham e raças que recolhem os productos das alheias fadigas.

Sem liberdade e sem estimulos, os párias e os coulis na sociedade indiana, os guebros na Persia, os hebreus no Egypto dos Pharaós, os fellahs no moderno Egypto, na edade media os servos da gleba, os escravos na America, explicam a lentidão com que o mundo industrial tem caminhado através dos seculos, e desnudam a chaga mais hedionda do corpo social.

Dos philosophos e legisladores do mundo antigo, poucos tiveram luz para invadir os penetraes da natureza humana, e não trepidaram ao separar os homens por uma linha fatal, fazendo livres a uns e escravos a outros, lançando sobre estes o peso do trabalho, e assentando aquelles á meza de Thyestes, para os alimentar, não já com sangue de filhos, senão com sangue de irmãos. Dois dos vultos mais collossaes que decoram a vanguarda da civilisação hellenica quizeram legitimar a escravatura em face da philosophia: — o divino Platão entendeu que certas classes havia condemnadas á servidão eterna; Aristoteles, symbolisando n'um triangulo a familia, dizia que os pais formavam um lado d'esse triangulo, os filhos outro, e outro os escravos.

Hoje, só espiritos votados por systema á defesa de todas as causas condemnadas pela historia e pela razão tomarão o ousio de legitimar a escravatura; hoje, só publicistas que, como Garnier de Cassagnac, timbrem em aggredir os mais sagrados principios e direitos da humanidade, sustentarão em pleno seculo XIX que a escravatura é de direito natural e divino, e que sempre haverá uma raça privilegiada por *natureza.* Da concessão de premissas taes, observa um escriptor notavel da actualidade, chegar-se-ia ao absurdo de que não podem ser felizes as sociedades em que todos os homens são da mesma raça, e que é necessaria a existencia de duas raças distinctas — uma, para ser livre, rica, feliz, e outra para ser pobre, escrava e desgraçada[1].

Consagrada pelos seculos, a separação das raças tornou deshonroso o trabalho, porque só trabalhavam as raças inferiores, as raças maldictas e desprezadas.

Nas religiões orientaes o trabalho era a

[1] EMILIO CASTELLAR, *La Formula del Progresso.*

expiação d'uma culpa que pesava sobre a humanidade desde o seu berço. O christianismo, transportando esse dogma para o occidente, suavisou a fatalidade da expiação, fazendo eguaes a todos os homens perante a lei do trabalho. Mas a senhora do mundo, Roma, enriquecida pela vastidão de suas conquistas, viu que a sua magnificencia seria mareada com a abolição dos privilegios, com a elevação dos escravos á categoria de homens, com a liberdade perante o trabalho, e, desconhecedora das leis da philosophia da industria, pela bocca de Tacito respondeu ao christianismo que, se todos fossem eguaes e conseguintemente livre o trabalho, ninguem trabalharia, e a inercia geral aniquilaria a sociedade[1].

O christianismo lançara á terra a semente da egualdade, mas os fructos não abrotaram logo. O patriciado applaudia as comedias de Terencio, do escravo Terencio, que se vingava da sua posição testimunhando entre applausos que tambem tinha uma intelligencia, e que era homem como os outros homens:

«Homo sum, et nil humani a me alienum puto;»

mas o escravo continuou a ser escravo, e a mão do senhor continuou a brandir o látego lacerante. Espartaco, o esforçado e generoso leão da Numidia, encadeiado nas jaulas da miseria e da oppressão, abandeia-se com trinta mil de seus irmãos, d'aquelles que tinham a coragem de se não suicidar, protesta contra a escravidão, e morre pelejando pela sua fé, martyr da liberdade, no meio de doze mil martyres; mas ainda não tinha soado a hora da redempção do escravo, e, quando os soldados de Alarico entraram na cidade do Tibre, mal diria ella que a não salvariam da ruina tantos milhares de servos, arrebanhados nos desertos da Africa e nos plainos da Germania.

A edade media acceitou o trabalho servil, e muitos dos horrores que na antiguidade serviam de cortejo á servidão. A servidão era a modificação do direito de vida ou morte que o vencedor julgava ter sobre os captivos. Entre os celtas e os germanos, quando os captivos não eram todos trucidados, immolavam-se alguns aos deoses, e reduziam-se os outros á servidão. Quando os saxões levantavam ancora de terra inimiga, separava-se á sorte o dizimo dos captivos, e era posto a tormentos. Os germanos, na festa annual de Hertha, degolavam os servos que tinham lavado o carro da deosa[2].

Da escravatura antiga á servidão da gleba, á servidão do feudalismo, realisou-se sem duvida um grande progresso; mas forma alguma social acareou jamais tanto odio, produziu fructos tão amaldiçoados, como o regimen feudal.

«O feudalismo, diz um pensador moderno, foi insolente, arrogante, desdenhoso. Bastava o brasão para provocar aversões: aquelles animaes sanhudos, aquelles gryphos, aquelles abutres, pareciam ameaças mudas em que triumphava o orgulho do senhor, a brutalidade do guerreiro. As formulas explicavam os symbolos: —*O senhor fecha os villões com portas e gonzos, desde o céo até á terra... Elle domina absolutamente sobre cabeça e pescoço, vento e campo... Tudo é d'elle, a floresta secular, a ave dos ares, o peixe das aguas, a fera das sarças, o sino que gyra, a onda que corre*[1]...»

Tanto o escravo á mingua de interesse, como o servo á mingua de concorrencia, nada tinham que os estimulasse ao desinvolvimento da sua actividade. O regimen dos privilegios encravou as rodas do machinismo industrial, e, se algum terreno cederam no decurso d'aquella grande noite que se chama edade media, foi só para mudar de forma: nos campos manifestaram-se pela *mão-morta* e pelos direitos de sangue; nas cidades, pelos regulamentos e pelas corporações de artes e officios.

Na combinação de todos esses privilegios, pondera Reybaud, predominava o pensamento de o menor numero viver melhor que o resto da communidade, da mesma sorte que os pequenos privilegios de hoje se fundam no interesse privado com a mascara de utilidade geral[2].

IV

As corporações de artes e officios

As leis mais geraes da economia politica não têm nada com a divisão da humanidade em povos e nações. Mas ha costumes, tendencias e caracteres, peculiares a dadas localidades, que levam certo numero de individuos a associar-se para a execução d'um fim commum. Dahi a formação dos estados e o desinvolvimento das associações.

O principio da sociabilidade, profundamente radicado no espirito humano, é o cimento d'esse grandioso edificio, que, de seculo para seculo, todas as gerações, uma por uma, têm ido alteando, inscrevendo-lhe no portico o verbo magico — *civilisação,* — e franqueando-o a todos os homens, sem distincção de paizes, nem de crenças, nem de côres, nem de linguas.

A philosophia da industria, proclamando a unidade da natureza humana e a harmonia de todos os interesses, e accorde com as leis do organismo social, não pode deixar de reconhecer a legitimidade da associação.

Condições ha, porém, em que a philosophia da industria não só não reconhece a associação, senão até a condemna como anti-economica e anti-social: é quando uma associação,

1 Cornelii Taciti, *Annales.*
2 Michelet, *Origines du droit.*

1 Michelet, *log. cit.*
2 M. Block, *Dictionaire général de la politique.*

esquecida do interesse de todos, procura o interesse exclusivo dos seus membros, auctorisando-se com privilegios, anihilando a concorrencia, e substituindo á liberdade o monopolio. Nestas condições é que as corporações de artes e officios nos são apresentadas pela historia de industria.

Da organisação das corporações de artes e officios, anteriores ao reinado de S. Luiz, escassas e confusas são as noticias que temos. Sabemos que em Roma havia *collegios de artes,* e que a organisação d'esses collegios servia de modelo á organisação das corporações na Gallia romana; sabemos alguma cousa das *hetairias* gregas, e sabemos que os povos do norte tiveram sempre corporações. Nestes povos predominava o sentimento da confraternidade e, ao mesmo tempo, da independencia, sentimento que é, para as gerações hodiernas, um precioso legado da velha civilisação germanica.

Os conventiculos e as associações communaes da edade media são um capitulo, dos de mais levantada importancia, na historia da democracia, na formação do terceiro estado. Quando o clero, os senhores feudaes e os cortesãos, abarcavam na sua rede de privilegios e prepotencias os braços dos operarios e os direitos mais sagrados do homem, os artistas e os negociantes reuniam-se sob a protecção da Virgem e dos santos, e disputavam, com as armas na mão, a emancipação do seu trabalho e do seu capital. Á vida d'essas corporações de artistas e negociantes estava ligada a vida de muitas cidades e communas. As corporações eram então a principal força guerreira das communas, e eram ellas que aos reis *compravam a liberdade* dos seus municipios.

O *Registro dos officios,* inedito do tempo de S. Luiz, publicado pela primeira vez em 1837, veio lançar uma nova luz sobre a historia das corporações.

Os reis de França, especialmente Luiz XI, querendo abater os senhores feudaes, e elevar a auctoridade propria, publicaram estatutos, pelos quaes a gente de officios era obrigada a prestar, sobre os Evangelhos e sobre a salvação de sua alma, juramento de obediencia directa aos reis. De maneira que os operarios, querendo libertar-se do despotismo feudal, iam sujeitar-se ao despotismo real. O rei era o proprietario e o regulador supremo do trabalho dos seus subditos; mas, como os regulamentos reaes auctorisavam e *protegiam* esta ou aquella corporação, excluindo da respectiva industria quem não pertencesse á communidade, os fructos do monopolio adoçavam as agruras da sujeição.

Pelos fins do seculo XVI a realeza apossou-se largamente da policia industrial e commercial; e, antes que a revolução franceza derruisse o edificio secular das corporações, tinha Luiz XVI concluido a concentração da auctoridade real sobre a organisação do trabalho.

Hoje, que ainda se falla, donde em onde, em organisar-se officialmente o trabalho; hoje, que ainda ha empregos publicos vedados á concorrencia, e que certa gente suspira pela resurreição do velho regimen das corporações de artes e officios, não será nimiamente ocioso o repetir, com um economista contemporaneo, — que «as corporações eram a colligação legal d'um pequeno numero de privilegiados, que disputavam entre si o monopolio do trabalho e a proscripção formal e absoluta de toda a innovação que lhes podesse alterar a rotina; a escravisação do operario; a exploração do consumidor; a negação do progresso[1].»

E de facto, sob o regimen das corporações, não se realisou invenção nem descoberta util, sem que as mais atrozes perseguições se levantassem contra ella. O mundo economico marchava, porque tinha de obedecer á lei fatal do progresso, mas marchava lentamente, porque se pretendia lutar com essa lei.

Renouard desenrola-nos o quadro sombrio dos baptismos de sangue e de lagrimas que santificaram as fadigas de muitos dos heroes do trabalho. Extraiamos dois ou tres nomes d'esse extenso e glorioso martyrologio.

Todos conhecem, cremos nós, as *lampadas de Quinquet,* que Arago chama sempre *lampadas de Argant,* em homenagem aos direitos da sciencia. Argant foi effectivamente quem primeiro empregou nas lampadas essa torcida oca e circular que não deixa levantar fumo, e em que a chamma, collocada entre duas correntes de ar, augmenta em claridade e intensidade. Mas o pobre Argant encontrou deante de si os regulamentos das corporações e privilegios de officios; e, ao fim de prolongada luta com os defensores das industrias estabelecidas e privilegiadas, ninguem falou das lampadas de Argant, e as honras da invenção foram deferidas ao pharmaceutico Quinquet.

O papel pintado, que hoje empregamos geralmente na ornamentação das salas, foi invenção de Reveillon. Creador d'uma industria, para a qual os regulamentos não tinham providenciado, Reveillon, para escapar aos processos, e a perseguições *legaes,* alcançou que Luiz XVI concedesse á sua officina o titulo de *manufactura real.* Ainda assim, os industriaes invejosos, e os industriaes prejudicados com esse invento, não os conteve o rótulo, e a officina de Raveillon foi incendiada.

Arkwright, o celebre barbeiro de Preston, inventor da *Mull Jenny,* viu-se tão perseguido em Manchester por causa da sua descoberta, que teve de refugiar-se na Escocia.

Antes de Fulton, antes de a França e a

1 Frédéric Passy, *Les Machines et leur influence sur le développement de l'humanité.*

America terem como visionario e idiota o grande homem a cujos trabalhos devemos a navegação a vapor, e depois das tentativas de Salomão de Causs, Branca e Della Porta no seculo XVI, quiz Papin applicar a força do vapor de agua aos navios de rodas. Este sabio, desterrado, como tantos outros, pela revogação do edicto de Nantes, trabalhou quinze annos na realisação de sua idea, e propunha-se emfim passar da Allemanha para a Inglaterra em um navio a vapor, quando os bateleiros do Weser, apezar da protecção que o grande Leibnitz dispensava ao sabio francez, fizeram pedaços a *diabolica invenção*. O pobre velho, inutilisados os seus trabalhos, e sem forças nem meios para novas tentativas, foi terminar em Londres os seus dias, no desempenho das humildes funcções de copista da *Sociedade real*.

Citemos ainda um nome, que é uma das maiores glorias da moderna industria: Jacquard. A vida de Jacquard, do inventor perseguido, representa, como observa Flammarion [1], toda a questão das maquinas. Antes do invento de Jacquard, a tecedura da seda era sobremaneira incommoda e morosa: os cadilhos, que têm de abaixar-se ou levantar-se para dar passagem á lançadeira e á trama, eram retesados á mão; e, se notarmos que n'uma teia de três ou quatro mil fios parallelos o numero dos cadilhos póde elevar-se a quatrocentos, deve suppor-se o quanto era enfadonha e demorada aquella operação. Ora Jacquard, por meio de um systema de ganchos e agulhas, aligeirou esse trabalho, tornou-o suave e breve. E comtudo os operarios de Lyão insurgiram-se contra o invento de Jacquard, insultando o homem de genio, demolindo-lhe a officina, e tentando lançal-o ao Rhodano, sob o pretexto de que tal invenção vinha tirar o pão a muitas familias e condemnal-as á miseria. Depois, quando devidamente e a sangue frio se avaliou a importancia da descoberta de Jacquard, o grande inventor foi coroado de loiro, e levantou-se-lhe uma estatua nos mesmos logares em que fôra insultado e perseguido.

Sob o antigo regimen cada corporação tinha seus privilegios, a actividade individual era esteril, o inventor desagremiado era perseguido, e não se estranhou por certo que um dos jurados, que haviam condemnado o invento de Jacquard, dissesse na sua velhice: — «O mais bello dia da minha vida foi aquelle em que eu pratiquei essa boa acção [1].»

Expirou o seculo XVIII, e com elle as corporações de artes e officios; levantou-se o seculo XIX, e poucos privilegios encontrou em seu caminho: a revolução franceza foi a ponte maravilhosa por onde a humanidade passou de um mundo a outro mundo.

(Continúa). CANDIDO DE FIGUEIREDO.

[1] *Les héros du travail.*

[1] RONDELET, *Du spiritualisme en économie politique.*

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

TOXICOLOGIA

«Em materia de envenamento poucos são «os casos, em que o perito possa prescindir da «prova deduzida dos ensaios chimicos; é esta «a pedra de toque por onde deve aferir-se o «valor dos symptomas e alterações toxicolo-«gicas, para que se possa reconhecer a ver-«dade.» Eis como a respeito das vantagens e necessidade dos exames toxicologicos se exprime um dos ornamentos da Faculdade de Medicina, o sr. dr. José Ferreira de Macedo Pinto no seu livro intitulado *Toxicologia Judicial e Legislativa*. E apezar de tão judiciosas reflexões, bem descurada tem corrido entre nós a toxicologia practica, não se organizando este ramo do serviço medico-legal como seria muito conveniente, e conforme o aconselham as indicações da sciencia.

Em nações as mais civilizadas os exames medico-legaes mereceram sempre os maiores cuidados da parte dos legisladores, e muito era para desejar que em Portugal houvesse egual empenho. Na nossa legislação nada ha determinado relativamente a tão importante objecto. O art. 903.º da Novissima Reforma Judiciaria, decretada em 1841, refere-se a qualquer *exame, que dependa de conhecimentos particulares de alguma sciencia, ou arte,* sem attender ás circumstancias especialissimas, que devem revestir os individuos encarregados de exames medico-legaes, e muito principalmente quando estes têm por fim a descoberta de venenos em casos de veneficio.

Assim nasceram as difficuldades que motivaram as portarias do Ministerio do Reino de 2 de julho de 1850, 23 de septembro de 1854, 29 de septembro de 1855, e 26 de septembro de 1856, e a portaria do Ministerio da Justiça de 27 de septembro de 1854. Não obstante as disposições ahi exaradas, dão-se

ainda hoje grandes embaraços no prompto cumprimento das requisições, feitas pelos magistrados judiciaes.

Todos estes inconvenientes se remediavam com a instituição da classe de medicos-peritos; e nas investigações toxicologicas era por extremo vantajosa tal disposição, que sem duvida seria applaudida por todos os que verdadeiramente se interessam na prompta administração da justiça. Estas idéas serviram de fundamento ao projecto de lei apresentado ás cortes em sessão de 3 de fevereiro de 1578 pelo sr. dr. Macedo Pinto, e que infelizmente não chegou a ser discutido.

A organização dos estudos medicos em Allemanha, permittindo em larga escala o ensino practico da Medicina Legal, auxiliou muito a creação de medicos-peritos. O professor Casper (de Berlin) aproveitando para a instrucção dos seus discipulos todos os exames e autopsias medico-legaes, de que é encarregado, iniciou uma reforma fertil em excellentes resultados, e que o Governo não tem desprezado. A nomeação dos peritos não depende, como noutros paizes, unicamente da escolha e arbitrio do Juiz, que muitas vezes é guiado pela confiança particular que nelles deposita, ou pela reputação clinica de que gozam, o que não está sempre em harmonia com os seus conhecimentos em Jurisprudencia Medica. Esta practica seguida em Portugal, e na França, e auctorisada pelas leis, apresenta inconvenientes, cujo valor é facil de apreciar, e que Devergie bem claramente demonstra.

O exercicio da Medicina Legal constitue na Prussia um dos mais importantes ramos da administração do Estado. A classe de medicos forenses acha-se ahi organizada de modo muito especial. Dividida em tres differentes graus, corresponde ao primeiro o *medico-physico,* funccionando junctamente com o official de saude do districto *(Kreiswundarzt)*. Incumbido de resolver todas as questões medico-legaes, que se ventilam no tribunal a que está annexo, é obrigado a apresentar ao Juiz do processo um minucioso relatorio do resultado das suas investigações.

O *collegio medico* compõe-se de quatro ou seis peritos, e tem a sua séde na capital de cada provincia. Finalmente a repartição medico-forense superior, unica para toda a Prussia, e denominada *deputação scientifica (Wissenschaftliche Deputation)* é composta dos homens mais eminentes em Medicina Legal, e julga em terceira e ultima instancia os casos duvidosos que a ella sobem. Quaes elles sejam, e as circumstancias em que isto se verifica, acha-se tudo expresso no § 174 do Codigo de Instrucção Criminal, quando determina que se recorra a segunda e terceira instancia, se os dois peritos não apresentam conclusões bem claras e evidentes; se ha discordancia no parecer de ambos; ou se os relatorios são de tal modo obscuros que o tribunal tem duvida no rigor das conclusões.

Não seria de extrema vantagem organizar entre nós o serviço medico-legal segundo o plano que nos offerece a Prussia, e como já foi proposto para a França pelo illustre Tardieu? E se a classe dos medicos-forenses, especialmente encarregados dos negocios relativos á Jurisprudencia Medica, é de reconhecida utilidade, torna-se muito mais necessaria, e até indispensavel, na practica da toxicologia pela natureza mui particular dos trabalhos chimicos que lhe pertencem.

Encarregados desde o anno de 1859, com o nosso collega o sr. dr. Mirabeau, de proceder ao exame chimico das materias suspeitas remettidas á comarca de Coimbra, procuramos colher todos os elementos que possam fornecer algumas bases para a estatistica criminal do nosso paiz. Foi com este fim que organizámos os seguintes mappas, referindo-se o primeiro aos exames toxicologicos, pertencentes ao periodo que decorreu do anno de 1865 até junho de 1871; e mencionando o segundo todas as investigações medico-legaes practicadas desde 1859, e classificadas conforme as comarcas ou julgados deprecantes.

Durante o espaço de onze annos e meio, que tanto vai de 1859 a junho de 1871, effeituaram-se no laboratorio chimico da Universidade e no gabinete de chimica da faculdade de Medicina 98 exames medico-legaes. 69 deram resultado positivo, o que equivale a 7,04 por 10 em relação ao numero total de exames. O envenenamento pelo acido arsenioso é frequentissimo. Em 69 exames com resultado positivo cabe ao veneficio pelo acido arsenioso a cifra de 56, o que corresponde a 8,1 para 10. Os envenenamentos pelas outras substancias acham-se na proporção de 1,9 para 10.

Foi maior o numero de veneficios nas comarcas de Cêa e Louzã; e o minimo de casos positivos pertence ás comarcas e julgados de Condeixa, Estarreja, Figueira de Castello-Rodrigo, Figueira da Foz, Gouveia, Montemór o Velho, Oliveira de Frades e S. Pedro do Sul.

A frequencia dos envenenamentos pelas preparações arsenicaes encontra facil explicação em serem muito conhecidas do povo, e na facilidade com que se expõe á venda o acido arsenioso. Convinha pois muito pôr em execução as mais rigorosas medidas sanitarias, prohibindo a venda d'uma substancia, que tanto concorre para augmentar a nossa estatistica criminal.

Fazemos votos para que os mappas, que em seguida publicamos, sirvam de incentivo a prestar-se á toxicologia a attenção que merece um dos mais importantes ramos da Jurisprudencia Medica.

F. A. Alves.

Mappa dos exames chimico-legaes feitos no Gabinete de Chimica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra desde 1865 até junho de 1871

N.º de ordem	Annos	Comarcas ou Julgados deprecantes	Data das deprecadas	Natureza das materias suspeitas	Resultado da analyse
1	1865	Gouvêa	24 de novembro de 1864	Visceras	negativo
2	1865	Cêa	28 de abril de 1865	Visceras	negativo
3	1865	Vizeu	19 de maio de 1865	Alimentos; visceras	acido arsenioso
4	1865	Castro-Daire	28 de junho de 1865	Alimentos	acido arsenioso
5	1866	Vouzella	22 de fevereiro de 1866	Visceras	acido arsenioso
6	1866	Cêa	3 de fevereiro de 1866	Visceras	acido arsenioso
7	1866	Guarda	29 de março de 1866	Visceras	acido arsenioso
8	1866	Soure	23 de abril de 1866	Alimentos	acido arsenioso
9	1866	Cêa	17 de agosto de 1866	Materias liquidas	hypochlorito de potassa
10	1866	Tondella	23 de novembro de 1866	Visceras	negativo
11	1867	Tondella	18 de dezembro de 1866	Alimentos	acido arsenioso
12	1867	Vizeu	15 de dezembro de 1866	Visceras	phosphoro (indicios)
13	1867	Tondella	9 de março de 1867	Visceras	acido arsenioso (indicios)
14	1867	Vouzella	1 de agosto de 1867	Alimentos e visceras	acido arsenioso
15	1868	Cêa	6 de septembro de 1867	Materias vomitadas	acido arsenioso
16	1868	Ovar	2 de septembro de 1867	Visceras de gallinha	acido arsenioso
17	1868	Guarda	25 de janeiro de 1868	Visceras	acido arsenioso
18	1868	Feira	23 de dezembro de 1867	Visceras	negativo
19	1869	Cêa	16 de dezembro de 1868	Alimentos e mater. vomit.	acido arsenioso
20	1869	Figr.ª da Foz	15 de janeiro de 1869	Substancia inorgan. em pó	acido arsenioso
21	1869	Coimbra	.....	Visceras	acido arsenioso
22	1869	Lamego	18 de dezembro de 1868	Visceras	acido arsenioso
23	1869	Castro-Daire	7 de maio de 1869	Alimentos	acetato de cobre
24	1869	Lamego	15 de junho de 1869	Vinho	cantharidas
25	1870	Louzã	5 de fevereiro de 1870	Visceras	negativo
26	1870	Vizeu	22 de junho de 1869	Visceras	acido arsenioso
27	1870	Cantanhede	14 de agosto de 1869	Alimentos e mater. vomit.	acido arsenioso
28	1870	Arganil	17 de agosto de 1869	Visceras	acido arsenioso
29	1870	Alberg.ª Velha	16 de fevereiro de 1869	Visceras	negativo
30	1870	Louzã	23 de junho de 1867	Substancia inorgan. em pó	negativo
31	1870	Louzã	3 de junho de 1870	Alimentos, visceras	acido arsenioso
32	1870	Louzã	29 de março de 1870	Alimentos	acido arsenioso
33	1870	Coimbra	.....	Visceras	acido arsenioso (indicios)
34	1870	Anadia	27 de maio de 1870	Visceras	acido arsenioso
35	1870	Condeixa	?	Substancia inorgan. em pó	acido arsenioso
36	1871	Cantanhede	28 de septembro de 1870	Alimentos; visceras	negativo
37	1871	Soure	21 de dezembro de 1870	Alimentos e mater. vomit.	acido arsenioso
38	1871	Anadia	1 de fevereiro de 1870	Substancia inorgan. em pó misturada com agua	acido arsenioso
39	1871	Mangualde	11 de fevereiro de 1870	Visceras	ferro

Mappa dos exames chimico-legaes feitos em Coimbra desde o anno de 1859 até junho de 1871

Comarcas ou Julgados	Numero de exames	Com resultado positivo	Materias suspeitas contendo acido arsenioso	Materias suspeitas contendo outras substancias	Com resultado negativo
Agueda	2	2	2	–	–
Albergaria a Velha	1	–	–	–	1
Almeida	1	–	–	–	1
Anadia	2	2	2	–	–
Arganil	3	3	2	1 (*a*)	–
Armamar	3	–	–	–	3
Aveiro	3	2	1	1 (*b*)	1
Cantanhede	3	2	2	–	1
Castro-Daire	3	3	2	1 (*c*)	–
Cêa	8	6	5	1 (*d*)	2
Coimbra	6	5	3	2 (*e*)	1
Condeixa	2	1	1	–	1
Estarreja	1	1	1	–	–
Feira	1	–	–	–	1
Figueira de Castello-Rodrigo	1	1	1	–	–
Figueira da Foz	1	1	1	–	–
Gouvêa	2	1	1	–	1
Guarda	3	3	3	–	–
Lamego	4	3	1	2 (*f*)	1
Louzã	10	6	6	–	4
Macieira de Cambra	1	–	–	–	1
Mangualde	4	2	1	1 (*g*)	2
Moimenta da Beira	2	2	1	1 (*h*)	–
Monte-mór o Velho	1	1	–	1 (*i*)	–
Oliveira de Frades	1	1	1	–	–
Ovar	2	2	2	–	–
Pinhel	1	–	–	–	1
Resende	2	2	2	–	–
S. Pedro do Sul	3	1	1	–	2
Sinfães	2	–	–	–	2
Soure	5	4	4	–	1
Taboa	3	3	2	1 (*j*)	–
Tondella	3	2	2	–	1
Vizeu	6	5	4	1 (*k*)	1
Vouzella	2	2	2	–	–
Total	98	69	56	13	29

(*a*) Pilulas compostas de aloes, ferro, amido e assucar.
(*b*) Pilulas compostas de aloes e carbonato de magnesia.
(*c*) Acetato de cobre.
(*d*) Hypo-chlorito de potassa solvido em agua.
(*e*) Atropina extrahida d'um decocto de folhas de belladona.—Strychnina.
(*f*) Cantharidas.—Acetato de cobre.
(*g*) Ferro.
(*h*) Deuto-chlorureto de mercurio.
(*i*) Acido benzoico. Envenenamento casual pelo alcooleo de benjoin.
(*j*) Deuto-chlorureto de mercurio.
(*k*) Phosphoro.

APONTAMENTOS PARA A HISTORIA DA PHYSICA EM PORTUGAL

I

A origem das fontes explicada por um Freire de Christo em 1610

Andam enturvados pelas sombras da historia os começos da physica em Portugal.

Do precoce desabrochar das sciencias neste reino dão testemunho alguns historiographos, assaz diligentes em averiguar antiguidades. Assim affirma o mestre Rezende que, no despedir do seculo XII e reinado de Sancho I, floresciam as lettras em Coimbra, *litterarum studia tunc vigebant*[1], e fr. Luis de Sousa assevera que *havia nella Mestres das boas artes, e sciencias*[2]. O que tudo fortalece uma doação d'aquelle rei aos frades de Santa Cruz, lançada por D. Nicolau de S. Maria, na sua *Chronica da ordem dos conegos regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Por ella aprouve ao filho de Affonso Henriques ordenar que os gastos, feitos em Paris pelos conegos de Santa Cruz, estudando as sciencias ou graduando-se nellas, para as ensinarem em Coimbra, fossem á custa da real fazenda, dando-lhes quatrocentos maravedis para ajuda do seu sustento[3]. Mas nem aquellas ou identicas asseverações, que dizem respeito á cultura das sciencias em tão afastados tempos, e subsistem archivadas em outros escriptores, persuadem a existencia da physica no alvorecer da monarchia. Insinuam porem que devia ser tractada a grande estimação, em que era tida a medicina, e o muito que d'aquella se ajuda esta. E tão apertados elos as prendiam, que, naquella edade como pelo tempo adiante, o nome de physico valia tanto como medico. Devemos logo acreditar que lhe não desconheceriam inteiramente os principios os medicos de então, e que nomear os que mais sobrelevaram na sciencia de curar as enfermidades é propor outros tantos cultores dos estudos physicos. Seja o primeiro o cruzio D. Mendo Dias, que estudou medicina em Paris, d'onde se passou ao reino a professal-a, e aqui teve por discipulo entre outros aquelle moço de formosissimo ingenho, chamado Gil Rodrigues[4], depois S. Fr. Gil. E sahiu-lhe das mãos tão acabado escholar, que, frequentando em Paris as aulas de medicina, «mostrou logo tal agudeza nos autos da sciencia, e tal mão em algumas curas de importancia, que antes do tempo foy avido por digno do grào que pretendia[1].» Coevo d'estes memorava um antigo livro de pergaminho do cartorio de Santa Cruz, *Gemma Coronae Claustralium, et speculum Praelatorum Ordinis Sancti Augustini,* o nome de D. Pedro Pires, grande mestre em grammatica, logica, medicina e theologia[2]. Do celebrado medico Pedro Julião, que depois subiu ao solio pontificio com o nome de João XXI[3], não só vive a fama nas apreciadas lucubrações do *Thesaurus pauperum,* senão que parece ter sido o primeiro que entre nós dilucidou assumptos de physica, escrevendo *Lectiones in primum librum Physicorum*[4]. E não são para ficar em esquecimento como luminares da medicina nos velhos tempos de Portugal o cisterciense D. Fr. Bartholomeu, medico de el-rei D. Affonso III e bispo de Silves, mestre Martinho, capellão e medico de D. Diniz, e mestre Pedro, tambem physico ou mestre d'este rei, e que serviu por algum tempo o elevado cargo de seu chanceller[5].

Contavam-se nove annos e alguns mezes depois que D. Diniz entrara a governar, quando alguns prelados do reino, movidos das particulares e communs vantagens de seus habitantes em terem um Estudo geral de sciencias, praticando «tudo, e muito mais, ao excellentissimo D. Diniz.... rogando-lhe encarecidamente, se dignasse de fazer, e ordenar hum geral Estudo na sua nobilissima Cidade de Lisboa[6]», accordaram supplicar ao Pontifice lhes concedesse pagarem o salario dos mestres e doutores pelas rendas de certos mosteiros e egrejas[7]. Deferiu a tão justa supplica o Papa Nicolau IV, que então presidia á Egreja, com expedir aos 12 de agosto de 1290 uma bulla, approvando o Estudo geral de Lisboa, e ou-

1 Francisco Leitão Ferreira, Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra, pag. 3, na Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza, anno 1729.

2 Fr. Luis de Sousa, Primeira parte da historia de S. Domingos, pag. 158, Lisboa, 1767.

3 D. Nicolau de S. Maria, Chronica da ordem dos conegos regrantes do Patriarcha S. Agostinho, segunda parte, pag. 58.

4 Idem, loc. cit., pag. 59.

1 Luis de Sousa, loc. cit., pag. 160.

2 D. Nicolau de S. Maria, loc. cit.

3 D. Manuel Caetano de Sousa, Catalogo historico dos summos pontifices, cardeaes, arcebispos e bispos portuguezes, pag. 4 e 11, na Collecçam dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza, anno 1725.

4 Existiam manuscriptas na bibliotheca ambrosiana de Milão. Diogo Barbosa Machado, Bibliotheca Lusitana.

5 F. F. M. C. (Fr. Fortunato de S. Boaventura) Litteratos portuguezes na Italia ou collecção de subsidios para se escrever a historia litteraria de Portugal. É um manuscripto de 500 paginas em 4.º grande, cujas estão escriptas 496, que o arcebispo de Evora compoz, quando demorou na Italia. No prologo assevera o erudito prelado que «hum dos seus primeiros cuidados foi empregar o seu ocio em utilidade da sua Patria, e teve para si, que não poderia conseguir melhor o seu fim do que extrahindo da riquissima Bibliotheca Vaticana, e principalmente da M. S., tudo o que fosse concernente á Historia Ecclesiastica, Civil e Litteraria do Reino de Portugal.»

6 Fr. Manuel dos Santos, Alcobaça illustrada, primeira parte, pag. 110 e 111.—Francisco Leitão Ferreira, loc. cit. pag. 12 e 13.

7 Francisco Leitão Ferreira, loc. cit. pag. 13.

torgando-lhe alguns privilegios. Compunham mui provavelmente a nascente universidade duas cadeiras d'artes, grammatica e logica, uma de decretaes, ou canones, a de leis e a de medicina[1]; a physica pois, se porventura desvelava a attenção d'alguns escholares, era sómente como auxiliar d'esta.

Trasladado a Coimbra o Estudo geral, que demorara em Lisboa passante de dezoito annos[2], não o sabemos accrescentado em mestres e disciplinas. Prova-o a *carta* ou *provisão,* impropriamente chamada *Estatutos*[3], mandada á universidade em 1309, que apenas assignala as já mencionadas. E se, decorridos alguns annos, uma escriptura, a que não ha pôr prologos, aponta um mestre de musica com o salario de sessenta e cinco libras[4] e o mestre de phýsica com o de duzentas[5], devemos entender que aquelle foi nomeado depois, e esta vale tanto como de medicina[6].

As raras memorias que nos legaram os tempos immediatos, tão safaros de todo o genero de noticias, mostram que os estudos universitarios, ora de novo estabelecidos em Lisboa, nada adiantaram em quasi todo o seculo XIV[7]. Mas ao cerrar d'este é fóra de duvida que a theologia começava a ler-se na universidade, e as outras faculdades tinham alargado em cathedras[8]. Da physica fallecem lembranças, como exceptuemos as recolhidas pelo cisterciense, Fr. João de Paredes, n'uma obra, que então copiava, o *Compendium Sacrae Theologiae,* cuja alguns capitulos se inscrevem com os titulos seguintes: *De Creatione rerum,..... de distinctione Orbium, de natura Caelorum, de natura Caelorum, et corporum superiorum, de Luce, de Planetis in specie, de natura quator Elementorum, de impressionibus aeris*[9], *etc.*

Passára o primeiro quartel do seculo XV, e surgira com elle a esplendida aurora das nossas glorias maritimas. De pé sobre os rochedos de Sagres o infante D. Henrique interrogava os mares e anhelava descobrir o mysterioso rumo, que guiava a praias ignotas[10]. E persuadido de que não se desatariam em beneficio geral os intentos, que revolvia na mente, se lhes não favorecesse a realisação, determinou-se em alargar a area dos estudos. Assim em 12 d'outubro de 1431 doou umas casas á universidade, para nella se lerem as chamadas sete artes liberaes, grammatica, logica, rhetorica, arithmetica, musica, geometria e astrologia. E como, se fôra dadiva mesquinha para animo tão generoso «assinou, diz o auctor das *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra,* para a Logica outra casa, e para a Medicina outra, na qual se pintaria hum Galeno, e em huma dos sobrados altos a Santa Theologia, na qual se pintaria a Santissima Trindade; em outra as Decretaes, na qual se pintaria hum Pontifice; em outra a Filosophia natural, e a Moral, na qual se pintaria hum Aristoteles; em outra as Leys, na qual se pintaria hum Emperador. Assinou tambem sala para os Actos solemnes se fazerem, e huma casa menor para o Bedel morar[1].»

Augmentado o Estudo geral com as novas cathedras, antolha-se-nos que não seria a de philosophia natural a menos concorrida dos escholares, como a soubessem alteada nas affeições do Infante. Ignoramos se a physica ali era ensinada, e que sciencias aquella incluia. Mas temos que não fôra sem proveito sua instituição na universidade, antes lhe destravaria o caminho para grandes e futuros progressos.

Ia já alto por estes tempos o sol da Renascença. Repassado do seu calor e illuminado pela sua luz o espirito avigorava-se para as luctas sublimes da idéa. Precipitou-as o rapido estralar do imperio do Oriente, escandalo e bastardeamento da velha magestade romana. Com o desabar do throno dos Paleologos e dos Comnenos as joias da sciencia e da litteratura classica, enthesouradas na cidade do Bosphoro, vem opulentar o modesto peculio do Occidente. Então a Europa descrava os olhos dos viciados manuscriptos da philosophia aristotelica e fita, sem se deslumbrar, as difficeis abstracções do idealismo. A invenção da polvora equilibra as forças, a descoberta da imprensa dissemina o pensamento. E como se o mundo antigo fôra acanhado recinto para tão vasta elaboração, o Colombo e o Gama desvendam as maravilhas de novos mundos, bastantes a estancar a sêde intellectual de muitas gerações.

Portugal ostentou-se gentilmente neste torneio do espirito, e os nomes, que lhe glorificam a historia, tambem são brazão da humanidade. O vidente de Sagres e o descobridor do novo caminho da India levantam-se na veneração universal á altura dos grandes vultos, que a religião do genio deifica.

Custa a divisar na penumbra dos tempos o

1 Idem, idem, pag. 44 e 72.
2 Idem, idem, pag. 81 e segg.
3 Idem, idem, pag. 93 e segg.
4 2$340 réis, na opinião de Francisco Leitão Ferreira.
5 7$200 réis, segundo o mesmo escriptor.
6 Francisco Leitão Ferreira, loc. cit. pag. 116.
7 Idem, idem, pag. 144 e 198.
8 Idem, idem, pag. 240.
9 Index codicum bibliothecae Alcobatiae, pag. 100. —Fr. Fortunato de S. Boaventura, Historia chronologica e critica da real abbadia de Alcobaça, pag. 67. —Fr. Fortunati a D. Bonaventura, Commentariorum de Alcobacensi mstorum bibliotheca, pag. 68 e 69.
10 João de Barros, Decada Primeira da Asia, fol. 5, Lisboa, 1752; — Damião de Goes, Chronica do Serenissimo Principe D. João, pag. 11 e 12, Coimbra, 1790; — Memorias Historicas sobre alguns mathematicos portuguezes, etc., nas Memorias de Litteratura Portugueza, t. v II, pag. 155.

1 Francisco Leitão Ferreira, loc. cit., pag. 271.

estado das sciencias em Portugal ao trasmontar do edade media. A livraria de el-rei D. Duarte apenas contem rarissimos livros de dialectica, agricultura, jurisprudencia e medicina, de envolta com os delirios da alchimia, e as abusões da astrologia[1], e nas obras dos escriptores d'aquella epocha citam-se, entre outros nomes illustres, os de Aristoteles, Ptolomeu e Plinio.

Da physica, que especialmente nos occupa, só podêmos aventurar conjecturas. Persuadem estas que os livros, chamados *Physicorum,* de Aristoteles, seriam principaes guias no seu estudo, por ventura esclarecido a espaços pelas *Questões Naturaes* de Seneca, o philosopho. A existencia d'aquelles no seculo XV firma-se em documentos irrefragaveis[2], a d'estas abonam-a probabilidades gravissimas.

Passam os restantes annos d'este seculo tão estereis de noticias para as sciencias physicas, que não ha colher em todos elles um só facto, que lhes enflore a historia em Portugal. Mas é de crer que não andassem em pouca estimação entre homens, que professavam com esplendor a mathematica, como eram os hebreus Rodrigo e Joseph, medicos de D. João II, Martim Behaim, Diogo Ortiz e outros, que constituiam a celebre *Junta dos mathematicos*[3].

Arrebol tenuissimo ao expirar do seculo XV, a physica é já luminosa alvorada nos primeiros annos do seculo immediato. E não foi porque os estudos universitarios lhe favorecessem a ascensão, porque nos *Estatutos,* que D. Manuel deu ao Estudo geral, e suspeitamos ordenados antes de 1510, no artigo que tracta de — *Quantas e quais cadeiras hadauer n'este studo* — lê-se apenas, *de philosophia natural huma*[4]. Mas os espiritos andavam tão incendidos em desejos do desconhecido, devorava-os tamanha fome de saber, que, como lhes minguasse na patria o pão da intelligencia, iam imploral-o ás nações extranhas. É assim que Alvaro Thomaz, depois de ter cursado as sciencias em Paris, consegue ser reitor e mestre n'um dos mais afamados collegios da cidade letrada, dando ahi á estampa em 1509 o seu livro — *De triplici motu cum proportionibus annexis Philosophicas Suiseth calculationes ex parte declarans* —[5]; ao passo que Pedro Margalho honra a celebre universidade de Salamanca, e ali publica em latim, no anno de 1520, o seu *Compendio de Physica*[1]. A estes accrescentaremos o celebre D. Francisco de Mello, de quem Gil Vicente disse:

> Esse Francisco de Mello,
> Que sabe sciencia avondo[2],

que em Paris bebeu tambem a copiosa erudição, da qual são notaveis testimunhas, entre outras, as seguintes obras — *Archimedis de incidentibus in humidis cum Francisci de Mello Commentariis,* ou *do equilibrio dos solidos mergulhados nos fluidos,* e a *Perspectiva Euclidis cum Francisci de Mello Commentariis*[3]. Devemos porem notar que não estava o reino tão pobre de bons ingenhos e versados nas sciencias physicas, que não contasse n'aquelle tempo entre os seus nomes memoraveis os de Fr. Antonio de Beja[4], Fernando Magalhães[5], Duarte Pacheco[6], Simão Fernandes[7], mestre Felippe[8] e outros.

Adiantavam-se as nossas descobertas e conquistas. E como «estes descobrimentos de costas, ilhas, e terras firmes, escreveu o extremado geometra Pedro Nunes, nam se fezeram indo a acertar: mas partirão os nossos mareantes muy ensinados, e providos de estromentos, e regras de Astrologia, e Geometria: que são as cousas de que os Cosmographos ham d'andar apercebidos[9]» estavam em seu ponto entre nós os estudos nauticos. E pelo muito que a physica os auxilia é de crer que

1 D. Antonio Caetano de Sousa, Provas da historia genealogica da Casa Real Portugueza, t. I, pag. 54.

2 Index codicum bibliothecae Alcobatiae pag. 172, —Fr. Fortunati a D. Bonaventura, Commentariorum de Alcobacensi mostorum bibliotheca, pag. 44.

3 João de Barros, Decada Primeira da Asia fl. 57. —Francisco de Borja Garção Stockler, Ensaio Historico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal, pag. 24 e segg.

4 Estatutos de D. Manuel, pag. 3, manuscripto na Secretaria da Universidade.

5 «Divide-se esta obra em quatro tratados, segundo Barbosa Machado. Em o I disputa da proporção, e a sua dimensão. Em os outros trata de diversas especies de movimentos assim da velcidade, como da tardança; do movimento da rarefacção, condensação, augmentação, alteração, e intensão.» Bibliotheca Lusitana.

1 O titulo d'este livro, que suppomos rarissimo, diz assim: Phisices Compendium, Clementissimo in Christo Jesu Patri, ac illustrissimo Domino Jacobo So: Bracharensi Archiepiscopo, ac Hispaniarum optimo jure Patriarchae, Margallus Doctor Theologus, atque insignis Collegii Divi Bartholomaei Collega, S. P. D. Francisco Leitão Ferreira, Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra, pag. 482 etc.

2 Gil Vicente, Obras, t. prim. 151, Hamburgo, 1834.

3 Antonio Ribeiro dos Santos, Memoria da vida, e escriptos de D. Francisco de Mello, nas Memorias de Litteratura Portugueza da Academia Real das Sciencias, tit. 7. pag. 237 e segg. — Francisco de Borja Garção Stockler — Ensaio historico sobre a origem etc., pag. 29 e 125 e seg.

4 Escreveu—Contra os juizos dos Astrologos. Breve Tratado contra a opinião de alguns ousados Astrologos que por regras de Astrologia non bem entendidas ousam em publico juizo dizer que ha quatro, ou cinco dias de Fevereiro do anno de 1524, por ajuntamento de alguns Planetas em o signo de piscis será gram diluvio na terra. Barbosa Machado, Bibliotheca Lusitana.

5 Compoz—Roteiro da sua Navegação, idem.

6 Deixou manuscripto—Principio do Esmeraldo do sito orbis, idem. Na bibliotheca de Evora tem simplesmente o titulo de Esmeraldo de situ orbis, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Catalogo dos manuscriptos etc. pag. 1.

7 Mathematico illustre, natural do Algarve. A. Ribeiro dos Santos, Memorias historicas sobre alguns mathematicos etc. loc. cit. pag. 174 e 175.

8 Lente da cadeira d'Astronomia na Universidade de Lisboa. A. Ribeiro dos Santos, idem idem pag. 175.

9 Pedro Nunes, Tratado em defensão da carta de marear, em F. Leitão Ferreira, loc. cit. pag. 502.

lhes andasse quasi ao nivel. Mas nem sabemos ao certo como era doutrina lida, nem que conhecimentos abrangia. A oração de *Sapientia,* recitada perante a universidade de Lisboa pelo professor Jeronymo Cardoso, no dia 1 d'outubro de 1536, não desensombra o assumpto. Da physica expõem em elegantissima phrase latina a origem e progressos até o romano Lucrecio, e somente dá a lembrar que era ainda então, como na antiguidade, a sciencia da natureza[1].

Assentada pela segunda vez a universidade em Coimbra, no anno immediato de 1537, vemos honrarem-lhe as cathedras de sciencias physicas dous homens egualmente illustrissimos. Eram Pedro Nunes e Antonio Luis. Aquelle esclarecia alguns obscuros problemas mathematicos e vinculava o seu nome a um invento prestantissimo[2], este commentava Aristoteles e Galeno, e proclamava a attracção como um facto universal[3]. Mas o lente de philosophia natural era nestes tempos, ou proximamente, Luiz Alvares Cabral, que por ordem d'el-rei D. João III a professou nos Paços[4].

Fizera-se a luz nas sciencias physicas e naturaes. Não era só Pedro Nunes, resolvendo o problema do minimo crepusculo e inventando o *nonius,* nem Antonio Luiz, adivinhando a famosa descoberta de Newton, mas o celebre Martinho de Figueiredo, illustrando a historia natural[5], Garcia d'Orta, patenteando aos olhos da Europa absorta os riquissimos thesouros da flora indiana[6], e Jorge Gomes Pereira, precedendo Descartes na demonstração da intelligencia dos animaes, e refutando com superior agudeza as doutrinas do philosopho de Stagira[1].

Ephemera luz! Velada pela roupeta negra do jesuita tornou-se em noite do espirito, onde as fogeiras do Tribunal da Fé ondeam sombras, que mais lhe engrossam a escuridão pavorosa. A Companhia empolga o ensino da mocidade, afeiçoa-lhe o espirito pelos moldes estreitissimos do seu egoismo, adelgaça-o na fieira da auctoridade, e faz maquinas em vez de educar homens[2]. E não era porque entre os companheiros e discipulos do padre Simão Rodrigues escasseassem superiores talentos, mas apertavam-os os laços indissoluveis da obediencia, e subjugavam-os os interesses inauferiveis da Ordem.

A mais se atreveu a inquisição. Agrilhoou o pensamento nas lobregas furnas dos seus carceres, asphixiou-o na fumarada negra dos seus autos, substituiu o exame pela fé, e aboliu a consciencia[3]. D'aqui o esterilecer das sciencias e seu definhamento rapido. Basta lançarmos os olhos sobre aquella universidade de Evora, fundada em 1559 pelo cardeal D. Henrique, e attentar no modo por que a organisou seu instituidor, para nos convencermos de que andavam combalidas de viciosissima eiva.

Mandou, diz o chronista da companhia, «se ensinassem as sciencias necessarias (tirando Medicina e Direyto civil, e o que pertence do direito Canonico ao fôro contencioso»)[4]. A astronomia e a philosophia natural, ao envez da velha universidade, tambem não tinham ali cadeiras proprias. Com a bemaventurança do céu de Deus sempre diante dos olhos d'alma deslembravam os esplendores do céu dos astros, e, como se lhes mingoara o tempo para as especulações theologicas, apenas defloravam os assumptos da philosophia natural nas cadeiras do curso d'artes[5].

A derrota d'Alcacer-Kibir foi o primeiro soluço da agonia da patria, morta logo ás mãos de Castella. Pesam então mais densas as trevas sobre o espirito, e os raros lampejos que as sulcam mostram-nol-o arquejando sob o despotismo da auctoridade.

Os *Estatutos,* outorgados á Universidade de Coimbra por el-rei D. Filippe I, revelam o estanciar dos conhecimentos. Como em Evora as sciencias physicas eram lidas nas cadeiras

1 Oratio pro Rostris, habita Calendis Octobribus Olisipponensi Academia, de laudibus omnium disciplinarum, no Hieronymi Cardosi Lvsitani Libellus, fol. 43 e segg.

2 Garção Stokler, Ensaio historico pag. 29 e segg. e 128 e segg.

3 São estas as palavras que o attestam: Latissimè autem haec attractrix facultas patet in seminibus, in plantis, in metallis, in animalibus. Et denique ausim affirmare attractricem quandam facultatem, per omnem naturam diffusam esse, quae singula nexo indissolubili deuinciat. Nec enim aliquam rem reperire quis facile possit, quae non ad aliam quampiam: uel amicam familiaritatem habeat, uel naturae communione non dissideat, ex qua convenientia, uel disconvenientia attractiones fieri docebimus. Per hanc uirtutem mundus ipse connectitur, et mundi partes inuisibilibus nodis: quamuis longissime distantes, ne diffluant continentur. Haec facit ut similia similibus conjungantur. Propter hanc universi non confunditur ordo, sed quidquid usque rerum est (perinde ac dispositae suo quaeque sub duce aties) suam stationem conseruat, nec temere se alijs immiscet, sed sub cognata entium serie cohercetur. Antonii Lodovici medici Olyssipponensis. De Occvltis Proprietatibus, Libri quinque. Opus praeclarissimum fol. 16 Olyssipone. M. D. XL.

4 Catalogo dos Reitores da Universidade de Coimbra, — manuscripto da Secretaria da Universidade.

5 Escreveu — Commentum in Plinii Naturalis Historiae prologum. Ulysipone, 1529.

6 Publicou — Coloquios dos simples, e drogas, he cousas mediçinais da India. Goa, 1563.

1 Deu á estampa, Antoniana Margarita. Opus Physicis, Medicis ac Theologis utile et necessarium. Medinae Campi, 1554.

2 Joseph de Seabra da Silva, Deducção chronologica, e analytica—Compendio historico do estado da universidade de Coimbra.

3 A. Herculano, Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal.

4 Balthezar Telles, Chronica da companhia de Iesv, seg. parte pag. 343. Antonio Franco, Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus do real collegio do Espirito Santo de Evora, pag. 52.

5 Statutos ordenados polo illustrissimo, e muito exçellente principe, e serenissimo senhor o sñor. dom Anrique etc., manuscripto da Secr. da Univ.

d'artes. «No segundo anno, dizem os *Estatutos* de 1597, Priores, o que for necessario, Posteriores, Topicos elenchos; e seis liuros dos Physicos de Aristoteles. No terceiro anno, dous dos Physicos que ficão, os de caelo, a Metaphysica, Metauros e Paruos naturaes de Aristoteles. No quarto, os de Generatione e os de anima[1].»

Merece porem particular commemoração uma obra por estes tempos tirada a lume. São os *Commentarios do Collegio Conimbricense*[2], que escreveu o infatigavel e mui sabedor jesuita, padre Manuel de Goes. Se a erudição vasta e um conhecimento perfeito de tudo quanto se havia escripto em prol de Aristoteles, como oraculo das sciencias physicas, bastassem a assignalar-lhes os adiantamentos, certo teriam aquellas avançado muito nos livros do jesuita de Portel; mas a repulsa systematica das doutrinas contrarias, e essa mesma justificação a todo o transe da philosophia aristotelica faziam retrogradar a sciencia quasi ao ponto donde tinha partido. Era sempre o dominio inflexivel da auctoridade, prevalecendo sobre as concepções do entendimento, a idolatria pela opinião alheia vencendo o exame proprio.

Se o douto jesuita, levantando os estudos naturaes á altura do seu perspicacissimo juizo, os illuminasse com a observação conscienciosa e reflectida, os *Commentarios do Collegio de Coimbra* seriam gloria scientifica e honrosissimo timbre da Companhia de Jesus.

Foram pois mal agourados para os progressos da physica os ultimos annos do seculo XVI, e não surgiram mais promettedores os primeiros do seculo que lhe succedeu. As opiniões do Stagirita traziam ainda avassallados os espiritos, e livro onde não resaltasse o cunho d'essa intelligencia universal era havido por falso. Assim os escriptos d'esse tempo reflectem as doutrinas perfilhadas pela Companhia, ampliando-as ou resumindo-as consoante o desenho dos seus auctores. Citaremos por ventura uma unica excepção, antes de nomearmos alguns d'elles. É o celebre medico Diogo Lopes, que, ainda não acabados vinte e um annos, escreveu — *Tractatus de elementis, et rerum omnium mixtione,* em que rompia com as doutrinas aristotelicas, apresentando cabedal de sciencia propria. D'aquelles e em relação á physica lembraremos entre outros:

P. Balthezar Alvares, jesuita, compoz — *Problemata, quae in Conimbricensis Collegii commentariis Physicis enodantur.* Moguntiae apud Joannem Albinum 1601.

Fr. Egidio da Apresentação, agostiniano, publicou — *Commentationes Physicae, et Metaphysicae.* Ursellis apud Cornelium Suttorium, 1604.

Fr. Simão da Visitação, agostiniano, deu á estampa — *Commentaria in libros Metereorum et de Caelis,* Vercellis, 1604.

Fr. Guilherme de S. Maria, agostiniano, escreveu — *Expositiones in* VIII *libros Physicorum una cum Simonis de Visitatione in libros Meteorum et de Caelo Commentariis.* Ursellis, 1604.

Barbosa Machado menciona ainda Antonio de Crasto, que falleceu em 1603, legando-nos manuscripto, entre outras obras, o *Tractatus de maris salsedine;* e o P. Estevão do Couto, jesuita, que entre os livros acabados para a impressão deixou: *In lib. 8 Physicorum, In lib. de Coelo*[1].

Pertence tambem a este seculo um cavalleiro da illustrissima milicia de Christo, Fr. Roque do Soveral, a quem parece não descontentava a investigação dos phenomenos naturaes. Mais d'uma prova d'isso nos quiz elle dar na sua *Historia do insigne apparecimento de N. Senhora da Luz, e suas obras marauilhosas,* mostrando-se ao facto dos conhecimentos scientificos da epocha. A origem das fontes, explicada por elle, mostrará ao leitor como a physica contemporanea a inquiria, e o respeito do escriptor pela auctoridade.

«Ouue na materia opiniões, diz elle, a de Aristoteles, he particular de seu engenho, o qual philosophando, no liuro dos Meteoros dà por geral origem de todas as fontes e rios, o ar, e vapores recolhidos nas entranhas da terra, os quaes por natural alteração, e corrupção se desfazem em agoa: E assi junto este estelicidio das gotas, que de huma e outra parte concorrem, vem a se fazer hum corpo, que rompea grossura da terra, e sae ao alto della ficando dependendo a perennidade do fluente curso da continua converção do ar, e vapores em agoa. Não pareceo bem a muitos esta inuenção do philosopho, auendoa por increiuel; porque sendo as fontes innumeraueis, e a cantidade d'agoa que dellas corre perennemente, quasi infinita; não parece, que de tão leue principio, como he o vapor, e ar congelado possa nascer a infinidade d'agoa, que nas fontes brota da terra, e faz tão caudalosos rios; mormente leuando o Sol com seus rayos ao alto a mor parte dos vapores, pera nolos restituyr desfeitos em agoa, que he o seu natural principio, inda que não he piqueno argumento pera cuydarmos que nas cauernas da terra farão o mesmo os vapores, que fazem no alto, onde com muito

[1] Estatutos de 1597, manuscripto da Secretaria da Universidade. — Estatutos da Vniversidade de Coimbra: confirmados por el-Rei D. Phlippe primeiro deste nome, nosso Senhor: Em o anno de 1591 — Coimbra 1593.

[2] Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesv, In octo libros Physicorum Aristotelis Stagiritae, Conimbricae 1592. — Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesv. In quatuor libros de coelo Aristotelis, Stagiritae, Olisipone 1593. — Commentarii in libros de Generatione, et Corruptione Aristotelis Stagiritae, Conimbricae 1597.

[1] Barbosa Machado — Bibliotheca Lusitana.

mayor facilidade se podem congelar, e resoluer. A natureza he admirauel em muitas cousas, como no edificar d'abelha, no enceleirar da formiga, e na fabrica dos aposentos das aues, por bem de sua perpetuação pella natural geração de seus filhos, e nunca já nos persuadiramos se o não viramos, pois ainda com o ver nos espantamos, não caindo na causa de tão espantosos effeitos. E assi pode ser na origem, e nascimento das fontes, que as dê a natureza, como diz o Philosopho, e nós o não alcancemos.

Outra opinião na materia tiuerão os Padres e Doctores Theologos[1], que com mayor lume virão as obras da natureza em suas causas, na continua lição das Escripturas sagradas, e na communicação com o Autor della. Dizem que as fontes, e rios, vem do mar e a elle tornão depois de correrem pela terra, e a cercarem; auendo este circulo por bastante rezão pera o mar não se desfazer cõ a sayda dos rios, nem tresbordar com a entrada; pois elles perennamente saem e entrão, sem auer neste circulo quebra, ou detença pella qual se sinta excesso de redundancia com a entrada, nem defeyto com a sayda. Ao modo que em Deos, o dar, não diminue: nem o receber o que pode dar a criatura em retorno acrescenta o mar de suas infinitas riquezas. Os desta opinião, que he a verdadeira, são, o grande Basilio, S. Hieronymo, S. Isidro, Damasceno, Hugo de santo Victore, Santo Thomas, Alberto Magno, Dionysio, Philo e outros que com esta philosophia dão sayda ao dito de Salamão (que comtudo não pode deixar de ser verdadeiro) onde diz, que todos os rios entrão no mar, e o mar não tresborda, porque ao lugar donde saem tornão perennemente correndo.

Outros Philosophos do nosso tempo, tem tambem sua particular opinião na origem das fontes, dizendo que Deos no terceiro dia da criação do mundo apartou em hum logar as agoas, e as meteo pelas cauernas da terra, e assi por diuersas partes dellas por veas, e vieiros repartio muita copia diriuada do grande abysso, ou mar, conforme sua diuina prouidencia, o ordenou pera bem do homem, criação de animaes, e de plantas, comodidade, e fertelidade da mesma terra, e que desta copia d'agoa manarão por Imperio divino no terceiro dia da fundação mundana, muytos rios, e fontes, pera mayor frescura sua, fecundidade, e fermosura, donde antre outras cousas, que naquelle terceiro dia a sabedoria diuina andaua sobre as agoas traçando como prouido archicteto, foy huma dessas, a que aponta o sabio, *Librabat fontes aquarum,* o repartir e dispensar por peso e medida, os aspectos syderaes, os climas, as fontes, e rios, como conuinha a qualquer parte da terra, que Deos aparelhaua pera aposento do homem.

E posto que estas opiniões, sò a de Salamão, que os Padres declarão he a verdadeira, não deixão de ter as outras seu louuor, em quanto seruem pera melhor se entender a doutrina do sabio, que sò por sua merece respeito, quanto mais sendo do Espiritu santo que nelle fallou, seruindo-lhe a lingoa de Salamão, de pena bem aparada, porque disto deue seruir o saber humano, e a philosophia gentilica como famula, e pedissequa da christãa.

E assi não diz mal o Philosopho na origem que dà às fontes, porque ainda que seu nacimento seja do mar, e dali se principie sua corrente: comtudo tambem se conserua e acrecenta sua perennidade, e continua fluencia com o ar, e vapores que nas entranhas da terra se resoluem em agoa, acodindo alli pellos meatos, e veas, por onde a terra lhe dà lugar à sayda dos rios, e pelos poros da mesma terra, que não he naquellas partes onde os rios, e fontes arrebentão, tão composta, e densa, que impida a sutil entrada do ar, leuando-o tambem a mesma natureza a fim de encher o Vacuo que à natureza tanto aborrece, o que mostrão os lugares, onde de nouo descobrimos agoa, que são ordinariamente arenosos, e de terra argiloza e solta.

E assi tambem a philosophia moderna seruindo à diuina tem seu lugar, e o caso he, que como Deos na primeira criação recolheu as agoas na concauidade da terra, as quaes cobriãõ por sua natural condição o globo da terra, elemento mais graue, e as recolheu por mais comoda habitação dos animaes terrestres, e então toda aquella agoa, era doce, e toda estaua junta naquelle grande abisso, e comglobada num meyo globo, que com a terra o fazia inteiro: fica que toda a agoa das fontes, em sua primeira origem, era mar e d'ali sayrão por diuersas outras concauidades acomodadamente ao vso dos animaes, e plantas: E quanto a entrada, a experiencia mostra que todos os rios vão parar ao mar. E por este modo fica entendido Salamão, quando diz que os rios do mar vem, e lá tornão, conuindo por esta maneira na materia e resolução della, Theologos, Padres, Philosophos modernos, e o antigo Aristoteles com Salamão. Porque com esta declaração todos os rios, e fontes originalmente vem do mar, e nelle se recolhem tendo tambem outras ajudas em seu nacimento, como temos apontado.

E quanto a perennidade das fontes, e rios, tambem dependem do mar, porque inda hoje do mar, como de seu natural viueiro corre por encubertos caminhos, e como arterjos, a Agoa, por aquellas partes, donde Deos quis que no principio do mundo ouuesse fontes, e rios, adelgassando-se, e perdendo o sal com a força do continuo trato, e curso, porque o sal he lhe peregrino, causado das exallações

[1] Basil. homiliat. Hexamer. Hieron. ad 1, cap. 3. Eccles. Isidorus, li. 31.

adustas, que ficão como coadas pello fluxo com que a agoa vem correndo a superficie da terra.

E nem todas as fontes, e rios que hoje há brotarão logo no principio do mundo, porque inda nacem muytos de nouo, assi como tambem secão outras, por quatro causas, a primeira he a ruyna, e de fluxo da terra cobre a vea, e caminho dagoa, entulhandc e tapando, por onde corre. A segunda a dureza da terra segundo Theophrasto, a qual aperta os meatos, e veas por onde agoa caminha, e assi lhe empede a corrente, e a continua criação, e augmento dagoa por resolução do ar congelado, que mais difficultosameute ali entra.

A terceira causa he a noua procriação das plantas, e aruoredo, e conuulção das mesmas, porque como quer que as plantas tomem por seu alimento com a melhor da terra as agoas, e com ellas cresção; acontece muytas uezes que gastada a agoa e bebida nas rayses que he a bocca por onde se bebe falte na corrente acustumada.

A quarta é a corrupção, ou noua geração d'alguma alagoa debaixo da terra da qual a agua se deriva a frol da mesma, e assi nascendo, ou faltando; faltara, ou nascera de nouo em diuersas partes[1].»

Peza mais, a juizo de Fr. Roque do Soveral a doutrina dos padres e doutores theologos, que as opiniões do velho naturalista grego e dos philosophos então modernos. Porque embebidos na lição biblica, e communicando com Deus, «viram com maior lume as obras da natureza em suas causas.» Mas não engeita os pareceres de Aristoteles e dos philosophos em quanto servem para melhor se entender aquella, «convindo por esta maneira na materia e resolução d'ella, Theologos, Padres, Philosophos modernos, e o antigo Aristoteles com Salamão.»

Vê-se pois que a auctoridade do grande pagão de Stagira ainda se impõe á devoção dos mais fervorosos crentes do catholicismo, mas as theorias mysticas começam já a empanar a aureola do mestre, que myriadas de gerações veneraram como um milagre de genio.

Não admirava. N'aquelle tempo a superstição desvairava os espiritos, e estes acceitavam de boamente a intervenção da divindade na explicação dos phenomenos naturaes.

Um facto caracterisa a epocha. Quando nas compridas noites de inverno a tempestade açoitava Lagos, se acontecia flammejar o santelmo sobre o corucheu do templo de S. Pedro Gonçalves, todos os sinos da cidade saudavam com repiques a sobrenatural apparição do *corpo sancto*[2].

V. DE M.

[1] Fr. Luis de Sousa, primeira parte da Historia de S. Domingos, pag. 471 e 472.

[1] Fr. Roque do Several—Historia do insigne apparecimento de N. Senhora da Luz, e suas obras marauilhosas, fol. 74 verso e sègg.

[2] Fr. Luis de Sousa, loc., cit. pag. 472.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

SONETO

Foi-te a vida qual thalamo de flores,
Onde sempre embalada em grato aroma,
Não previras que o tempo as graças doma,
E rouba d'alma os sonhos seductores.

Quando leda te vi cuidar de amores
Quão bella te adornava a negra coma!
Teu rosto, como a aurora quando assoma,
Da rosa e lyrio tinha as varias cores.

Ao fagueiro porvir que amor dispende
Abrindo o doce cofre da innocencia
Teu seio descuidoso emfim se rende...

Mas ah! Sentindo em breve da existencia
Quebrado o fragil nó que as almas prende,
Fundiste na do céu a terrea essencia!

LUIZ CARLOS.

O PARAIZO DE VATHEK EM CINTRA

De um estudo inedito sobre a viagem de lord Byron a Portugal

Dão que pensar estes dois versos:

> There thou too, Vathek! England's wealthiest son
> Once formed thy Paradise[1]...
> (CHILDE-HAROLD—C. I est. XXII.)

Onde seria?

Perguntei por isso a ultima vez que estive em Cintra, e ninguem me soube dar noticia da quinta que lord Byron viu no verão de 1809. Quinta, pensava eu que seria, porque não ha paraizo sem arvores, flores e fructos, pelo menos.

O exemplar do Childe-Harold que tinha então commigo em nada podia elucidar-me a este respeito. Era um modesto volume em oitavo, impresso em Edimburgo, com a lettri-

[1] «Ali tambem tu, Vathek! opulento inglez, fizeste outr'ora o teu paraizo...»

nha tão empacada e tão pobre de notas e esclarecimentos, que até se a gente envergonhava de ver reduzido áquella mesquinha forma o grande espirito de tão illustre lord!

Em taes apuros lembrou-me consultar uma traducção, e entre as notas d'ellas encontrei a seguinte:

Vathek é um dos livros que mais admirei na minha mocidade. *B*[1]»

Bem podia esta nota ser um facho brilhantissimo que afugentasse a escuridade d'esta passagem. Digo mais: — não só podia... devia-o ser. Porque nas obras de um poeta, como Byron, o qual, no dizer de Moore, ao passo que alliava uma tão grande parte da sua vida á sua poesia, dava tambem certa poesia á sua existencia, é difficil, ao desenrolar a teia dos seus sentimentos, extremar o ficticio do real. Mas, por isso mesmo que a tarefa é ardua é que o traductor devia esforçar-se por vencer todas as difficuldades da versão e da interpretação. Dizer, porém, que *Vathek* é um livro, callando o nome de quem o compoz, é perpetuar a incerteza dos leitores sobre o paraizo de que falla o texto. Ora ide lá saber agora quem foi o author de *Vathek* para conhecer quem foi o dono da quinta, e depois inquirir da quinta pelo nome do dono!

Isso não obstante, prosegui em investigar esta curiosidade. Recorri a uma excellente edição dos poemas de Byron annotados por sir Walter Scott e Thomas Moore, alem de outros escriptores de grande tomo. E, Deus louvado, que se estes tambem não dizem cousa alguma... então é que não ha remedio senão aguardar pela discussão deste gravissimo ponto nalgum congresso litterario...

Descance, porém, o leitor, que tão avisados commentadores deslindam perfeitamente esta meada, transcrevendo dos *diarios* de lord Byron o grande louvor que elle fez do romance oriental de *Vathek,* e additando um *parenthesis,* no qual se lê isto:

«O cavalheiro William Beckford, filho do afamado alderman e herdeiro da sua immensa riqueza, publicou na tenra edade de dezoito annos as *Memorias dos Grandes Pintores,* e, no anno immediato, o romance assim elogiado *(Vathek).*

«Depois de representar Hindon em varias legislaturas, foi induzido a fixar por algum tempo a sua residencia em Portugal, onde estava muito viva a memoria da sua magnificencia no tempo da peregrinação de lord Byron.»

O paraizo de Vathek vem a ser, portanto, a quinta de Beckford, que foi a do sitio de Monserrate. Dil-o a voz constante e diz a verdade, confirmada até pelo erudito escriptor da *Cintra Pinturesca* (pag. 79, 80 e 81).

[1] Œuvres complètes de lord Byron, trad. par Benj. Laroche. 1.ᵉ ser. pag. 318.

Existe ainda «um quadro original feito a tempera no anno de 1808,» que foi reproduzido em gravura no *Archivo Pittoresco* (VII, 245) representando o palacio antigo d'essa quinta celebre.

O palacio actual é uma maravilha, como todos sabem, e pertence ao sr. Visconde de Monserrate, tambem filho de Gran-Bretanha.

Por ultimo direi que de todos os romances historicos com que o sr. Rebello da Silva tem já enriquecido a litteratura patria, ha um, — *Lagrimas e Thesouros,* — por ventura o mais caracteristico e bem acabado, cujo protogonista é William Beckford.

ALBERTO TELLES.

A ARTE E O BELLO

(Extractos d'uma Póetica)

I

A arte

A palavra — arte — deriva-se do grego e significa virtude, força. O sentido que a humanidade liga á palavra — arte — é conforme com esta etymologia; a linguagem comprehende sob o nome de artista o poeta, o pintor, o musico, o estatuario, o architecto e ainda o carpinteiro, o serralheiro, etc.; chama-se tambem arte á parte disciplinar de qualquer sciencia. É claro que a definição de arte está na qualidade, ou grupo de qualidades, em que os diversos artistas, como artistas, se conformam; ora o poeta, o pintor, o marceneiro e o chapelleiro têm isto de commum: reproduzem na materia as suas concepções; as artes, collecções de regras, tambem, por assim dizer, materialisam nessas regras as theorias de que provêm: em toda a arte portanto ha uma concepção a reproduzir-se na materia; arte é pois — «a reproducção na materia das forças do espirito.»

—

A reproducção na materia das forças do espirito suppõe o concurso de duas especies de forças — espirituaes e materiaes —; conforme predominam umas ou outras, assim as artes são — «artes do espirito ou artes mecanicas.»

—

As forças do espirito operam ou espontanea ou reflexamente; as artes do espirito dividem-se por isso em «artes espontaneas e artes reflexas.» As artes reflexas — reproducções, effeituadas pela reflexão, das theorias d'uma sciencia em regras practicas — correspondem a parte das artes que se chamavam liberaes, como a logica, a rhetorica. As artes espontaneas são as bellas artes, como a poesia, a musica.

O bello

O objecto geral de todas as bellas artes é o bello. A philosophia até hoje não pôde dar uma definição boa do bello; a razão d'esta impossibilidade está nisto — o bello, tanto o bello da natureza, como o bello da arte, conhece-se sentindo-se; este facto psychologico notou-o a humanidade e consignou-o na linguagem: com effeito, diz-se — o sentimento do bello — e não o conhecimento do bello; ora, se a manifestação do bello se faz á sensibilidade, esta manifestação é espontanea, e a reflexão philosophica, querendo, para o definir, profundar a essencia do bello, destruirá a manifestação d'elle, pois que a reflexão e a espontaneidade não podem coexistir; o meio cognitivo destroe pois o objecto que pretende conhecer: é portanto impossivel, por meio da reflexão, chegar a determinar directamente a essencia do bello.

—

Indirectamente talvez se consiga, senão definil-o rigorosamente, ao menos determinar-lhe as qualidades mais essenciaes e constantes. As bellas artes reproduzem o bello, logo contêm-no; a definição do bello, por tanto, deve estar contida na definição de bellas-artes; ora nós definimos bellas-artes — «a reproducção espontanea das forças do espirito na materia» — deve pois indagar-se como o espirito se reproduz espontaneamente na materia: esse modo de reproducção é que passa a arte, de arte, para bella arte, — esse modo, por tanto, é o bello; ora o espirito reproduzir se-ha espontaneamente na materia, se o ideal (o espirito) transparecer e brilhar no sensivel (a materia); a definição pois que damos do bello é a de Platão: «O bello, dizia elle, é o resplendor da verdade»; isto é, explicamos, «a manifestação espontanea viva e definida do ideal no sensivel.»

Corollarios

Se a manifestação do bello é espontanea, a sua producção ha de sel-o tambem, porque o bello não pode apresentar na manifestação qualidades que não teve na origem; é esta necessidade de espontaneidade na producção artistica que se exprime no preceito de Horacio:

Tu nihil invita dices, faciesve, Minerva.

Se a espontaneidade é pois um attributo do bello, segue-se que o fim das bellas artes não é utilisar, instruindo ou moralisando, pois que subordinar a manifestação do bello a um fim é já escravisal-o, tirar-lhe a espontaneidade; por consequencia o artista para produzir o bello ha de trabalhar livremente, sem ter em vista qualquer outro fim que não seja o da producção do mesmo bello.

De ser espontanea a manifestação do bello decorre para elle um outro attributo — a simultaneidade —; a espontaneidade é rapida nas suas operações, synthetica nos seus conhecimentos; a concepção pois do bello, para ser espontanea, não ha de ser successiva, como um raciocinio, mas simultanea; do mesmo modo a manifestação do bello, para fallar á sensibilidade, ha de ser simultanea, ou deixar no espirito algum conjuncto ideal que o seja.

—

Se, alem de ser espontanea, a manifestação do ideal tem de ser — viva —, segue-se que a — unidade — é outro attributo do bello; com effeito, para que a idea que anima a obra de arte transpareça com brilho e viveza no objecto sensivel que lhe serve de meio de expressão é necessario que tudo o que fórma o ideal converja num só ponto; d'outro modo, não se concentrando, mas dispersando-se, perderá a força que o fazia resplandecer através da materia; como porém a manifestação é manifestação d'um ideal, a unidade, de que se aqui falla, é unidade de expressão, unidade esthetica, e esta pode coexistir com a falta da unidade logica e historica; assim os dramas de Shakspeare, em que a unidade esthetica tem um grau elevado, são faltos as mais das vezes d'estas duas unidades; ao poema do Dante falta-lhe tambem muitas vezes a unidade logica.

—

Se o bello é a manifestação d'um ideal, se o ideal é uma generalidade, se em a natureza tudo é particular, segue-se da definição «que o bello não provém da imitação da natureza, e que um dos seus attributos é — a generalidade.»

—

Se o bello é uma manifestação no sensivel, se o sensivel é concreto, individual, segue-se da definição «que um dos attributos do bello é — a individualidade — e que em bellas artes, em poesia, por exemplo, vai errado aquelle que escolher, para produzir o bello, termos abstractos e geraes, a linguagem da razão.»

Este attributo do bello — a individualidade — sensibilisando o ideal, revela ao mesmo tempo o eu do artista. A evidencia com que este attributo, e o de que antecedentemente fallámos, se manifestam nas obras d'arte, fez com que alguns philosophos definissem o bello — «a manifestação do geral no particular.»

—

Dos attributos essenciaes do bello, derivados immediatamente da definição e apontados nos paragraphos antecedentes, deduz-se a existencia de outros attributos.

—

A concepção e a realisação do bello tem de seguir um caminho; esse caminho, para

ser espontaneo, ha de ser natural ao espirito que o segue; para ser natural é necessario que seja ordenado: logo — a ordem — é um attributo secundario do bello, derivado da espontaneidade.

—

Para que a obra d'arte, concreta, composta por tanto, possa manifestar-se simultaneamente ao espirito, é necessario que as suas partes estejam ligadas de tal modo que formem um ser, um individuo, e que nenhuma se destaque fóra d'elle e tome uma existencia distincta; ora esta ligação só pode conseguir-se pela conveniente grandeza d'ellas, pela proporção: logo — a proporção — é um attributo secundario do bello, derivado da simultaneidade.

—

A individualidade, conforme o genio do artista, e o ambiente em que vive e que influe sobre o modo por que elle manifesta o ideal no sensivel, produz varios attributos; assim — a simplicidade, a suavidade, a riqueza, a força, etc. — são attributos accidentaes do bello, provenientes da individualidade.

—

A manifestação do ideal no sensivel, alem de espontanea e viva deve tambem, dissemos, ser definida.

O sensivel que, concretando um ideal, se deixa perceber todo pelos sentidos, sem lhes exceder as forças, nem as da imaginação, dá a idea e o sentimento do bello; o que esgota, sem se elle esgotar, toda a força dos sentidos e da phantasia, tornando impossivel a analyse, e portanto mais viva a unidade esthetica, dá a idea e o sentimento do sublime. O bello tem pois limites precisos, é definido; aguia de vôo rapido, o sublime arrebata-nos nas suas azas á consciencia de nós mesmos.

DIVISÃO DAS BELLAS ARTES

Poesia

As bellas artes são tantas quantos os modos por que o homem póde sensibilisar o ideal, mas na divisão d'ellas costumam sómente enumerar-se as especies mais importantes; essas especies são a architectura, a esculptura, a pintura, a musica e a poesia —; as tres primeiras especies dirigem-se ao espirito por meio da vista; a quarta por meio do ouvido; a poesia falla ao espirito mediatamente por meio do ouvido, da vista, ou de ambos estes sentidos, e immediatamente por meio da imaginação; as bellas artes por tanto dividem-se[1] em artes de desenho ou de vista, arte musical ou de sons, arte de imaginação ou de linguagem — a poesia.

—

A poesia, dissemos, dirige-se ao espirito mediatamente por meio do ouvido e da vista, immediatamente por meio da imaginação. Resta proval-o.

Não é necessario pronunciarmos as palavras que compõem um poema para nos deleitarmos com elle; a poesia lê-se e recita-se, dirige-se por tanto ao espirito por meio da vista, do ouvido, ou de ambos estes sentidos. Mas só mediatamente; o meio que a leva ás potencias do espirito é uma d'ellas — a imaginação.

O meio da poesia é a palavra fallada ou escripta; a palavra, escripta e fallada, é uma figura, um vocabulo, e um termo; ora a palavra na poesia não se considera como figura; não é necessario, fôra ridiculo, demonstral-o; e considera-se mais como termo de que como vocabulo; demonstra-se:

Em a poesia, na palavra busca-se a idea, a melodia é cousa secundaria; se o não fosse, a poesia havia de augmentar na razão da melodia, e quando esta estivesse no seu auge, quando chegasse a musica, então estaria a poesia no seu maior gráu; mas succede o contrario, nem podia deixar de succeder; a poesia é das bellas artes a que offerece ao espirito maior somma de ideas e ideas distinctas, porque o meio de que se serve, a palavra, é o que revela mais facil e abundantemente, o pensamento, o que mais o analysa; o som, como som, como musica, é synthetico, confuso; se pois a melodia fosse o elemento primario da poesia, a natureza d'esta devia ser, como a do seu elemento primario —vaga, confusa —; e não o é.

A esta consideração junctem-se estas observações. — Os metros mais cantaveis têm menor capacidade poetica, supportam menos poesia do que os metros que o não são tanto. —Um poema traduz-se para prosa perdendo alguma cousa do seu incanto, nada porem da sua poesia; mesmo a contraprova d'um poema é a sua traducção fiel e precisa em prosa; se a belleza se esvae, no poema havia só forma, e a poesia não é só uma forma, mas tambem, e principalmente, uma alma.—A mesma forma exige-se e existe, não para si, mas para a idea; em todas as bellas artes, na architectura e na esculptura, na pintura e na poesia, corrige-se a forma, não por causa da forma, mas por amor da expressão.

Na esculptura e na pintura, roçaga-se um manto, ensombra-se um rosto, arredonda-se ou prolonga-se uma feição, não para comprazer mais com a vista, mas para traduzir melhor a idea. Na poesia onomatopeia-se um verso, dulcifica-se um outro, destroe-se um cacophaton, não para aformosear o material da pala-

[1] Divisão de Hegel.

vra, mas para dar relevo ao pensamento; tornando-se forte ou suave o verso, accommoda-se a forma á idea, para que aquella, não discordando d'esta, não deixe perder nada do seu brilho, mas o transluza totalmente; destruindo-se um cacophaton, destroe-se, não um som pouco euphonico, mas uma associação de ideas, que distrahiria a attenção da alma da contemplação d'aquellas que formam o bello para a d'outras que o não são.

Conclue-se: A palavra considera-se na poesia, não como som, mas como idea; e se esta idea não póde ser abstracta, pois que um dos caracteres do bello é, como já demonstrámos, a individualidade, tem de ser a idea — imagem, e essa dirige-se á imaginação, é na imaginação que se forma, se retem, e se reproduz; logo a poesia é — *a manifestação espontanea e viva do ideal na imaginação exteriorisada pela palavra.*

—

Nas bellas artes a viveza com que brilha o ideal cresce á proporção que diminue a materia que o sensibilisa; assim, a arte mais sujeita á materia—a architectura—é a mais pobre de expressão; a esculptura, menos sujeita á materia já exprime mais e muito mais a pintura, em que a materia apparece já não em volume, mas em superficie; servindo-se a poesia da imaginação para sensibilisar o ideal, sendo a imaginação uma faculdade do espirito, não se podendo o espirito revelar melhor do que pelo proprio espirito, é claro que a poesia é de todas as bellas artes a mais propria para exprimir o ideal, a primeira por tanto. Tendo a intuição d'ella, a humanidade consignou esta verdade na linguagem; quando vemos uma estatua, uma pintura em que o ideal se revela com força, em vez de dizermos de cada uma d'estas cousas que está animada, idealizada, dizemos que está poetica, que tem poesia.

(Continúa). J. Frederico Laranjo.

CARTA DECLAMATORIA

DE

D. FRANCISCO MANUEL DE MELLO [1]

Ao Ser.mo, ao Sapientissimo, ao Felicissimo Principe N. Sr. D. Theodosio

Sr.—*Nemo est tam fortis, qui rei novitate non perturbetur.* Que melhor poderei fallar a um Cesar, que com as palavras de Cesar? Vinha, Senhor, para minha prisão (que dura ha nove annos) terça-feira 29 de novembro, e certo que vinha de fazer, como pude, serviço a V. A., quando fui avisado, que um corregedor da côrte me buscáva, para me levar d'este castello a uma torre (a mais aspera, disse então a ignorancia, conjurada pode ser com a malicia). Perturbei-me, como homem, e homem a quem os trabalhos têm cerceado boa parte do coração, que comtudo ainda ficou de pezo. Não direi a V. A. que me tomou a mudança de sobresalto: mudança de prisão esperava, Senhor, mas aquella que eu em tal tempo esperava (e comigo muitos), era que S. M. me mandasse defender-lhe uma praça com a confiança que de mim devia fazer; não que a meza da consciencia ordenasse enterrar-me em uma torre. Decifrei na desproporção d'este accordo seus mysterios, e começando a inquirir a causa, cedo a revelou o odio de meus inimigos, porque o odio tem mais linguas que a fama: elle falla por suas obras, ella pelas alheias.

Viver sem inimigos, já disse alguem que era desgraça: só essa não padeço, e, de verdade, não sei donde sou mais ditoso com elles? no numero ou na obra? É dita (eu a confesso), que quando mais se esforçam, inquietam-me, não me infamam. E d'aqui consolou Demetrio aos virtuosos affligidos, dizendo: Vinguem-se nos vultos, pois lhe escapam as virtudes; mas quem pode esperar tanto? São grandes, são poderosos meus emulos, e em mim mais poderosos, porque quiz Deus que achasse as ondas furiosas no proprio porto que escolhi para me salvar do mar embravecido; então, discorrendo pela occasião que buscaram para meu damno, alcancei que, já não contentes de me evitarem patria, augmento e esperança, fabricam contra a honra, que é só minha, pela conta d'aquelles sabios estoicos, que sómente chamaram nosso o que estava em nossa mão perder-se ou ganhar-se. Succede á tyrannia o que ao peccado (nem podem deixar de ter uns costumes, cousas tão parecidas), entra levemente, e a tudo o que se lhe consente, se adianta, quem viu indignar com a paciencia? Queixavam-se de que me não queixasse.

Fiz manjar da peçonha, como outro Mithridates. Elles têm a culpa em me prover de tantos males, que de não poder livrar-me d'elles, me dei com elles. Foram meus inimigos menos obstinados; estivera eu menos advertido. Claro está que foi de proposito este seu subito movimento. Viram a perigosa oc-

[1] Esta carta, que julgamos inedita, encontra-se transcripta no manuscripto n.º 338 da bibliotheca da universidade e n'outro que nos não occorre agora. Seguimos aquelle na copia, que quasi nada diverge do outro. A lettra é dos fins do seculo passado, e com certeza posterior ao terremoto, por indicações evidentes, e que nos dispensamos de memorar aqui. Do valor do escripto basta lembrarmos que é do classico escriptor da *Carta de guia de casados*, cuja biographia não pouco esclarece.

casião presente, e quizeram cegar com ella o povo simples, que vendo-me recolher a prisão dura em suspeitoso tempo, o Senhor, que gritaria a voz publica! Os moderados o digam. Ora permitta-me a clemencia singular de V. A. nosso Tito, nosso Vespasiano portuguez, amor das gentes, esperança dos vassalos, permita-me, peço a V. A., que passando embora os termos de carta entre nós de declamação, quem muito pede a V. A., Principe Serenissimo, muito confessa em V. A. e entre o mais que aqui haverá de perdoar-me, seja tambem o muito; pois emfim minhas demazias medidas com a grandeza de seu real espirito não fazem alguma porporção, porque em mim, que sou um nada, tudo é nada, conforme dizem que ensina a philosophia. Veja V. A. neste papel delineado este edificio, que tanto procura derrubar não sei qual força; sim sei, mas não ouso a dar-lhe o nome, para que, com seu alto juizo, faça V. A. conceito por cima das resoluções da minha sorte, cujas sentenças humanamente só poderá revogar um poder tão parente do divino, como se exercita no animo de um principe justo.

Costumado sou, Senhor, a ser logo preso nas mudanças de reinos e de estados, porque o proprio correio que levou a nova ao exercito de Catalunha, em que me achava, de que este reino se havia isentado do jugo castelhano, esse proprio correio (como se a vingança muito conviesse) trouxe ordem para que eu fosse preso, e levado em ferros a Madrid. Eu podera pretender a primazia do merecimento de padecer pela patria (porque fui lá o primeiro que por ella padeci), se julgára a merecimento o pouco que padeci por ella. Pois qual foi a causa de tão grande demonstração? Porque se fossem meus erros e desserviços, pouco tinha que ver esse meu castigo com as revoluções dos imperios. Outra não foi, Senhor, esta causa que a publica confidencia de mim sempre professa á real e inclita casa de Bragança. Combine pois V. A. que egualdade ha em ser eu preso em Barcelona, quando se perde Portugal, e ser de novo preso em Portugal, quando se perde Barcelona; e d'ahi inferirá V. A. qual seria minha dor e espanto, tendo no coração tão gravadas estas medidas, para regular de continuo por ellas meu sentimento, como a vara do mercador está sempre exposta no taboleiro. Porem, porque aquelles primeiros negocios (que aqui de longe toco) passaram muito na tenra mocidade de V. A., darei razão d'elles, que tambem pode servir para maior effeito, que a informação da minha causa.

Succederam no anno de 1637 os movimentos de Evora, que foram como um ensaio da liberdade deste reino. Não se acharam na Corte de Madrid D. Francisco de Mello, ou Francisco de Souza Coutinho, que costumavam accudir e assistir aos maiores negocios da Casa de Bragança, e porque, a juizo dos mais amantes d'ella, era aquelle o maior negocio com que se vira, depois da alheação d'este reino, porque o justificar-se El-Rei Nosso Senhor para com El-Rei D. Filippe, vinha a ser naquelle tempo (e para este) a cousa mais importante. Resolveu S. M. que Deus guarde descarregar sobre meus fracos hombros, todo o peso d'esta importante confiança. Vivo é Antonio Pereira da Cunha, secretario agora de guerra, e então agente da Casa. Vivo Matheus Alvres, creado antigo d'ella, por cujas mãos me foram entregues todos os despachos que El-Rei N. S. foi servido remetter-me. O modo por que procedi nesta occorrencia, disse já o successo. Fructo foi d'aquelle lavor, o bem que hoje possuimos, tendo Rei Nosso, e Principe, cujos sômos. A consideração de V. A. e o discurso universal examine (entrem tambem os desaffeiçoados) o valor do caso, o merito do instrumento. Passo adiante, fui (instruido do Conde Duque) despachado por El-Rei de Castella a Villa Viçosa e Evora, em companhia do Conde de Linhares: elle, que ficasse em Lisboa, e eu voltasse á Corte a informar das forças dos povos, do apparelho das armas, e da observação dos animos. Voltei com tal informação, que a tudo e a todos deixei quietos. Se era caso este para que a ambição de crescer (que a tantos fez tomar ruins caminhos) a mim me attentasse em pôr naquelles ministros castelhanos uma ruim suspeita, V. A. o julgue, porque eu sei de certo que a ser julgado de outrem, ou perigarei na opinião de politico, ou na de verdadeiro. Incomparavel é o premio d'aquelle trabalho, tendo eu moral certeza de haver por esta causa succedido nossa felicissima liberdade; mas qual foi o outro premio? Escute-o V. A.: Foi que vendo o Conde Duque apartado este reino da obediencia castelhana, á maneira que um touro bravo se vinga na capa do que o cegou com ella, para poder escapar-lhe, assim se quiz logo vingar, e satisfazer de mim, como de artifice e conselheiro de seu descuido, ordenando a minha prisão em Catalunha. Pois, Senhor, se estas razões não são fingidas, e se tem por testemunhas esta e aquella nação, que ouviu, e que me viu preso, e exposto com vida e honra á furia de um Principe queixoso, e a seu parecer enganado, que muito esperaria eu, se esperasse que S. M. se servisse de achar modo para não perder homem, que em tal materia o tinha tambem servido, e em quem não negarão os contrarios, que ha disposição para poder servil-o em outras? Por ventura aquelle embuçado, a quem um Rei de Portugal mandou ao Corregedor que livrasse, pagando de sua real fazenda a condemnação, mereceu mais, por dar duas cutiladas em um animal em sua propria defensa do que aquelle que, com arte e destreza jarretou a indignação e a malicia de tão bravos monstros, como os mi-

nistros castelhanos, quando recuavam para remetter mais furiosos contra a Real Casa de Bragança, e contra este reino? Esta é, Senhor, a propria vida, que liberalmente se interpoz, pela justificação de S. M. entre a verdade e presumpção, com manifesto risco. Com muita razão affirmo a V. A. que é esta a propria vida, porque quem lá a viu tão nobremente arriscada, e cá tão porfiosamente perseguida, bem cuidará que não pode ser esta. Ora não fôra inutil? Porque quiz Deus por sua providencia que tivesse de prestimo o que me não concedeu de ventura? Esta disposição foi sempre ajudada do desejo de contribuir ao bem de minha patria, e este desejo não sahiu esteril de obras. Logo que vimos corridos, em favor da minha liberdade, os ferrolhos d'El-Rei de Castella, procurei virme a Portugal, e tive mais que fazer em esquecer-me dos beneficios, que das injurias, porque, além do que disse Sallustio, que os homens melhor se lembravam das ultimas acções, é costume dos animos honrados apartar-se mais cedo da vingança, que do agradecimento. Não posso negar que foram grandes as mercês, que depois me mandou fazer aquelle Rei, dando-me um soldo maior que a fazenda que em Portugal possuia, e um posto ainda mais vantajoso a meus merecimentos. Rompi por tudo, e passei a Inglaterra, ensinando o caminho que haviam de seguir outros, e foi assim que o seguiram apoz mim tantas e taes pessoas, que não fiz eu pequeno serviço a este reino com lhe mostrar a via. Achei-me no congresso da paz celebrada entre Portugal e a coroa ingleza, assisti a nossos embaixadores com alguma utilidade da reputação d'este reino, porque vendo aquelles ministros, que pessoas de grandes postos logo a principio deixavam o serviço d'El-Rei de Castella, e se passavam ao de S. M., cresciam por instantes na estimação dos negocios de Portugal. Vim aos Estados de Hollanda, solicitado por cartas do embaixador Tristão de Mendonça, assisti-lhe e o ajudei no ultimo apresto da armada, prevenida para nosso soccorro, e não só nesta expedição comecei a servir logo, mas já o tinha feito com as noticias que desde lá enviei a S. M. de cousas que pediam prompto remedio. E porque as materias d'aquella embaixada não davam ainda logar a que Tristão de Mendonça as deixasse por se occupar no apresto e governo dos navios; em ambas estas cousas o substituí, encarregando-m'o da parte de S. M. Dei de todas boa conta, chegando a este reino depois de immenso trabalho, com o soccorro de mais importancia que elle recebeu até hoje, porque lhe trouxe bom numero de naus, um regimento montado de cavallaria, outro armado de dragões, que depois ficaram infantes, e uma grande somma de armas e vitualhas, sobre muitas pessoas de conta, que nos exercitos d'onde serviam occupavam grandes postos e depois neste reino, além de 200 soldados portuguezes, retirados de Flandes, India, Brasil e Catalunha, que se junctaram naquelles Estados, e com despeza conduzi a este reino, a quem foi tão grata a minha vinda, e principalmente ao povo de Lisboa, que o Juiz d'elle, Antonio Monteiro, com alguns da casa dos vinte e quatro, me foi ver e dar os emboras da vinda, em nome do povo d'esta cidade, cuja auctoridade então representava. Pouco advertidos d'esta demonstração estariam agora aquelles, que ao proprio povo de Lisboa quizeram fazer que visse minhas acções pelos vidros turvos de seus affectos. E muita razão foi, que lhes sahisse em vão essa deshumana deligencia: pois se o povo lhes não pode pegar sua affeição, porque lhes pegariam elles seu odio? Mas eu me asseguro que aquelle genero de divindade que nelle assiste, distinguirá facilmente em suas e minhas obras, as facções das verdades, a lealdade da simulação, pagando a cada um como lhe for devido.

Chegado a Lisboa, sem que me embaraçasse a magoa da pouca mercê que minha fortuna consentiu se me fizesse, ou o pejo de haver traçado o haverem-se-me sem effeito promettido, fui logo occupando-me nos pequenos empregos que de mim se confiaram, mas sempre esperando que do bom procedimento que nelles tivesse, faria escada para chegar aos mais altos. Mandou-me S. M. lhe accomodasse e repartisse todos os soldados velhos, que aqui andavam de Flandes e Catalunha, para que se aproveitassem em seus exercitos, e assim o executei logo, livrando a côrte e ministros de queixosos, e povoando as fronteiras de officiaes. Passei sem posto a servir em Alemtejo, donde assisti um anno, e não succedeu todo este tempo n'aquella provincia cousa importante, na qual com a pessoa ou consenso me não achasse. E na formação do primeiro exercito tive tanta parte, como então souberam todos os cabos e ministros. Conduzi depois pelo reino as tropas dos rendidos por nossas armas, e desbaratei mais parte com a industria, do que elles o vinham pela força de um exercito vencedor; porque de 1:700 rendidos que me entregaram, não entraram em Castella 500, sem que á palavra real se fizesse alguma violencia, nem se perdesse a occasião de melhora, achando-se modo de concertar o commodo e a verdade. Vim a Lisboa, e ordenou El-Rei N. S. que assistisse a varias juntas, que se fizeram, dos maiores ministros sobre a fortificação das praças de Alemtejo, e designios de aquellas armas, e não foi o meu voto n'estas occurrencias o menos aproveitado. Fui preso, e dentro nas asperas prisões em que me retinham, servi como me foi possivel a S. M. e a este reino. Preso, escrevi e publiquei a *Historia de Catalunha,* do qual livro tomou o mundo a verdadeira opinião daquella guerra, e da indus-

tria de nossos inimigos, como se vê das doutrinas tão importantes á nossa causa, que sobre elle fundou João Baptista Moreli, que escreveu depois. E no proprio tempo, que os mais encobriram seus nomes, publiquei eu com meu proprio nome o livro que chamei *Ecco Politico,* respondendo e confutando um author insolente castelhano. Este livro deu occasião a se escrever modernamente contra o tal author, sustentando minhas opiniões D. Fernando de Molina Saavedra, na sua *Epistola apologetica*. Quiz S. M., que Deus guarde, que se manifestasse ao mundo a horrenda traição que lhe machinaram seus inimigos por mãos de Dominges Leite, e foi servido de escolher a minha pena para este manifesto, que imprimi, nomeando-me, porque a incerteza do author faz duvidoso o verdadeiro. Foi este papel tão ouvido e tão crido pelo mundo, quanto se prova do que d'elle se resente D. Nicolas Fernandes de Castro, no seu *Portugal convencido*. Avultou nelle tão iniqua e tão perversa aquella acção, que presando-se o Nicolas de responder a todas nossas objecções, e escurecer todas nossas verdades, não achou aqui que dissesse, senão negar o facto, pelo menos a intervenção de Castella nelle. Passou muito alem a confiança que S. M. fez de mim, mandando-me historiar a vida do sr. Duque D. Theodosio, serenissimo avô de V. A. Pareceu (pouco depois) conveniente, justificar o procedimento d'este reino entre os partidos inglezes, Realistas e Parlamentarios, e fui elegido, entre tantos, para este serviço, a cujo trabalho assisti por mais de seis mezes continuos, porque foram tão varios os accidentes daquelle negocio, que para o publicar na forma conveniente, se necessitava da observação dos ultimos successos. Fiz, por ordem do conselho de guerra, o *Regimento das Torres e fortalezas* d'esta barra, e na referida occasião em que Lisboa pôde receiar-se das armadas inglezas, escrevi o papel da defensa d'esta cidade, tanto a contentamento d'El-Rei N. S., como informará a V. A. o porteiro mór Luiz de Mello, por cujas mãos o recebeu S. M., mandando guardal-o em tudo, que então quiz que se obrasse. Logo, pelo proprio ministro, me ordenou lhe désse os meios de conveniencia, pelos quaes se podia concluir aquelle negocio grande: assim o fiz, tão venturosamente meditados, que foi pouco mais diversa d'elles a resolução ultima. Muito quizera eu, Senhor, ter n'este logar que referir a V. A. haver dado batalhas, haver ganhado victorias em utilidade de seus reinos, e minha patria, não pela esperança de algum humano premio, menos por fazer maior a razão da clemencia, que se podera usar commigo, mas sómente pela vantagem com que das maiores obras viveria e morreria mais satisfeito. Porem tambem conheço que não fiz pouco, quando, preso e affligido como estava, furtei as horas ás lagrimas e queixas, que são proprias de aquelle estado, pelas empregar em servir a causa publica, e a de S. M. na maneira possivel. Direi mais, com toda a verdade devida aos Principes, e a tal Principe como V. A., que fui e sou d'esta causa publica tão amante, que sendo esse o original respeito (bem que não nego outros de amizade) poucos são os negocios grandes de guerra e paz, embaixadas, jurisdicções, casos novos, regimentos, capitulações, competencias e cousas similhantes, das que passam nestes reinos, e seus tribunaes, conselhos, exercitos, fronteiras e conquistas, dos quaes, em algum modo, eu deixe de ter noticia e intervenção, mais ou menos, por parecer ou conferencia com aquelles que os dirigem. Testifiquem esses que commigo discorrem, ou se aconselham, quaes são os meus dictames? e se se encaminham sempre com zêlo e fervor digno de um bom patricio e fidelissimo vassallo, ao que é mais serviço de S. M. e V. A., e bem de sua corôa. Mas, se para desculpar a confiança que estes fazem de mim, é necessario lembrar a V. A. a razão, em que poderam fundal-a, verdadeiramente diria a V. A., que das pessoas que n'este reino ha melhor informadas destas materias, sou eu uma. Porque, como a V. A. é presente, assim como nas aulas litterarias cursam muitos sujeitos, que em poucos annos se adiantam a outros mais antigos na faculdade que professam, assim nos exercitos succede, que uns mais diligentemente recebem a disciplina militar, do que outros que por muito tempo a seguiram. Prouvesse a Deus que o reino de Portugal hoje estivesse tão cheio de capitães victoriosos e praticos, que os que sabem muito mais que eu, soubesem muito menos que elles. Eu fôra então tão presado da minha ignorancia, como hoje, nem é bem que o seja da minha disciplina, mas fallando ingenuamente, se eu deixasse de ter da guerra as noticias, que nem escondo, nem ostento, muita grande culpa fôra a minha, porque saberá V. A. que desde o anno de 1625, que foi o primeiro em que sentei a primeira praça de soldado, até o de 1644, em que fui preso, não houve algum que passase ocioso no serviço da guerra, já em armadas, já em galés, já em exercitos, achando-me nas maiores occasiões d'este tempo, donde veio ter adquirido tão boa pratica das materias militares, que as opiniões que tive, e escrevi ácerca d'ellas, foram seguidas dos melhores, a cujo respeito em Portugal e Castella fui muitas vezes escolhido para resolver duvidas, dar pareceres, e arbitrar sobre estilos em os casos mais intrincados, que a milicia traz comsigo; ao que havendo respeito El-Rei D. Filippe e seus ministros, tendo sua côrte tão abundante de soldados, quiz escolher-me a mim com treze annos menos de idade do que hoje tenho, para aconselhar e assistir á pessoa do marquez de los Velles, em a mais

importante guerra que teve Hespanha, e póde ser que a monarchia hespanhola, por sua valia e consequencias. Vivas são ainda n'este reino muitas pessoas, das que n'ella se acharam, que poderão verificar a mão e authoridade que eu tinha n'aquelle exercito, egual á dos maiores cabos d'elle, e se sem meu parecer dava um só passo quem o governava tanto, que todavia guardo algumas cartas dos maiores officiaes, em que me dizem (seja cortezia ou experiencia) como logo que eu de ali faltara, tudo fôra desconcerto e perdição. Outra seria a causa, mas o successo assim foi. Donde tambem se fundou a razão com que Diogo Soares, inimigo publico da casa de Bragança, concitava em meu odio a memoria do Conde Duque, allegando-lhe que, desde o exercito de Catalunha, onde servia, e com tanta intervenção n'elle, poderia, por mãos dos Catalães, fazer a Castella muitos desserviços em proveito d'este reino. A propria conta fez de mim o Infante Cardeal D. Fernando, quando de Flandes me despachou a Allemanha, para persuadir a disposição do exercito da Alsacia, que estava a cargo de D. Francisco de Mello, na occasião da perda de Brisac, occupada por Banier, como consta dos despachos d'esta commissão, que tenho em meu poder, vistos já de S. M., e que verá V. A. sempre que for servido de fazer-me essa mercê. Estas verdades, Sapientissimo Principe, foram observadas de toda a Hespanha e só devem á minha pena o beneficio de as representar a V. A., mas no modo de as referir, mais tem de que se queixar, que agradecer-lhe. Tão pouco parecerá immodestia, (sendo certo), dizer a V. A. que não ha neste reino, senão eu, outro homem, que fosse mestre de campo em Flandes, e que o fosse eu lá primeiro que aqui cingissem espada muitos dos cabos, que gloriosamente a dezembainham agora em serviço de S. M. e V. A. Ouso a fazer esta lembrança, porque toca, não a meu louvor, se não ao d'aquelles, que em breves annos souberam merecer tanta honra, e nome, como nelles se conhece. Algum capitão dos do meu terço manda hoje, com notoria satisfação, exercito e provincia d'este reino; meus ajudantes governaram praças, e de presente dirige algum toda a cavallaria de uma provincia, como unico cabo d'ella. Um capitão general do largo Estado de S. M. foi sargento da minha companhia; capitães e sargentos móres, que de mim receberam ordens, e disciplina, é um numero grande, o que se acha repartido pelos exercitos, provincias d'este reino e conquistas. Ora sendo estas taes as razões da sufficiencia, não são menores, nem menos para lembrar a V. A. as de confidencia. Nasci cercado de obrigações á Real Casa de Bragança, ainda as ponho tarde no nascimento, quando é certo as recebi do proprio sangue, de que sou engendrado, porque, desde que se erigiu este altissimo estado, até V. A., poucos foram os senhores d'elle, que se deixassem de criar em os braços de meus thios, e parentes, coroando-se este nobilissimo progresso com a primeira creação e educação de V. A.: nem, sem offensa da minha obrigação, posso aqui escusar-me de lembrar a V. A. que se meu bisavô paterno, D. Gomes de Mello, foi neto de D. Francisco de Faro, segundo filho do primeiro Conde de Faro, D. Affonso, que foi irmão segundo do senhor Duque de Bragança, D. Fernando. Faço a V. A. presente d'esta antiguidade, porque se veja que quem traz tão decoradas suas obrigações, bem se segue que não faltaria nellas; sendo certo que, assim como é necessario que uma forma se destrua, para que se introduza outra, assim é necessario que se esqueça a honra, para que se exercite a vileza. Porem, já agora, parece que pede a razão, que pois eu mostrei a V. A. isto que outros por ventura chamarão merecimentos, e eu só por duvidas relato, informe egualmente a V. A. das culpas que originaram minha ruina. Varias cores, e pretextos pouco decentes, lhe quizeram dar meus inimigos: porque, Senhor, a ruim vontade nunca quer andar em seu proprio nome, logo engeita suas obras a outro affecto. Por fim de tudo, Principe Serenissimo, eu fui culpado em a morte de um homem, que nenhuma outra cousa somma a accusação, com que me criminaram fiscais, partes e juizes. Quarenta testimunhas em minha defensa, que cada uma por qualidade e justificação valiam mais que todos os documentos que contra mim houve, nada, Senhor, valeram. Minha desgraça foi cera que tapou os ouvidos a meus juizes, foi nuvem que lhe empanou os olhos. Oh perdoem as cinzas de muitos que são mortos, que com paixão me julgaram. Antes creio que me perdoariam melhor, que assim o publicasse, se eu fôra d'aquelles, que recebem por satisfação a alheia injuria. Quem me dera, Senhor, que fôra possivel (e quem lhes dera), julgarem-me os que já são julgados! Appello a seu arrependimento, e não quero ser participante na razão de seu castigo, como elles do meu. Emfim me condemnaram em perdição de tudo o que na vida é estimavel, menos a vida, se a vida se póde contar por cousa de estima, entre quem perde fazenda, patria e liberdade. Viu Portugal mais horrendos delictos, não viu nenhum mais venturoso (e boa prova era esta de que n'elle não tinha parte), digo mais venturoso, porque foi o mais castigado. Por esta propria morte foram trez homens justiçados até o ultimo rigor das leis, lançado outro nas galés para sempre, não poucos degradados. Eu sobre nove annos de preso (pena bem capaz a punir outras maiores culpas), despojado de minha fazenda por grossas condemnações, prohibido em perpetuo da patria com desterro para o Brazil. Quem deu tanta calidade a um duvidoso erro dos ordinarios da republica?

Deu-lh'o, Senhor, o odio e a vingança, que se lançaram da parte da culpa, e a fizeram tão grave: porque, como effeitos emfim de terra, tudo trazem por terra, tudo põem em terra. Contam que ensina o direito, que, para condemnar os réos, se attente por qual foi e está sendo sua vida, antes de esse maleficio; qual será seu prestimo depois do castigo. Licença me dará V. A. para que diga, que a primeira e ultima accusação, o primeiro e ultimo escandalo que de mim recebesse a republica, foi este presente, e que a temperança com que passei e passo tão porfiosos trabalhos, não indigna de que se oução, e que se remedeiem minhas queixas com piedade. Em fim, Senhor, que a este tal homem, que aqui retrato a V. A. fielmente o mais humilde vassallo de S. M. e V. A., um dos mais affligidos do seu imperio, um dos mais amantes de seus principes, acharam aquelles ministros, de quem muitas vezes me queixo a Deus, ao mundo, a El-Rei, a V. A. e nunca todas as que merecem que n'este tempo convinha riscal-o do livro das gentes. Oh não sei se diga que o menos perigoso d'esta acção, é o odio que commigo se exercita, porque não faltam razões para temer que o seu intento passe adeante do meu damno. Se eu soltasse as redeas, que lhe opprimo, á queixosa imaginação, ella inquirira que ainda ha homens que procurem por obra, e por conselho, privar o serviço de S. M. e de V. A. de todos os meios proporcionados á sua conservação. Fiquem a Deus os pensamentos que é só o juiz d'elles, e o será tão rigoroso d minha suspeita, como d sua malicia, pois se a voz publica encerra algum genio, que a qualifica, como oraculo, mande V. A. ouvir este oraculo, mande consultal-o em o que se fará de mim, que eu me assigno desde logo ao pé da determinação do povo.

Mas, que longe vou, Principe Serenissimo, de meu primeiro movimento, que não foi outro senão manifestar a V. A. meus progressos, e causa d'elles, cujo juizo alguma vez appareceria diante de V. A. vendo-me de novo condemnado áquella antiga prisão, que se me ordenava, como se, com novos crimes desmerecesse a indulgencia que me concedeu a grandeza de El-Rei N. S., e a idade de meus trabalhos. Confesso que pode a obediencia estar mais estranha, que queixosa, vendo perplexo a quem sempre viu humilde. Mas quem foge ao sagrado dos pés de seu Senhor, este não se retira da ira de suas mãos. Nesta propria duvida fundava a maior fineza da minha obediencia, porque estar preso na prisão é virtude dos ferros, e fóra d'ella é só força do respeito, pois a natureza pede liberdade, e creou o homem livre, como ensina o natural, divino e positivo direito. Assim não louvamos a fidelidade do passaro, que permanece em sua gaiola, mas a d'aquelle que solto, engeita a isenção do ar, em que foi creado, e se torna a encerrar na antiga clansura. Esta só demonstração, este só exame, parece que lhe faltava a minha fé mostrar o que obraria voluntaria, o que opprimida. Já agora, Senhor, parece que lhe não falta mais que o poupar-se para maiores empregos. Tardei, quanto foi necessario, para representar a S. M. minhas lastimas, que commovido realmente d'ellas, houve por bem continuasse em minha prisão, debaixo de um judicial protesto de que estaria presente, e seguro, para que se executasse em mim o cumprimento de minha sentença, tanto nas penas pecuniarias, como no perpetuo desterro do Brasil, em que estou condemnado. Prometti-o, Senhor, e nunca em outra resignação merecerei menos, só me falta por ultimo negocio requerer a S. M. o cumprimento d'esta ordem e o pedir a V. A. queira de seu grão valor dar-me os auxilios para que eu melhor possa obedecer a esta resolução de S. M. Porque agora, depois de haver referido a V. A. minhas acções (a quem, como a Principe, como a sabio, como a mestre da republica mais devo, e desejo satisfazer, que ao mundo inteiro), nada me fica para desejar, senão um modo de vida, que emende e satisfaça os erros da passada. Grande será a desconsolação que levarei, deixando a patria ameaçada de uma nova guerra, sem que possa ser participante das victorias promettidas á justiça e generosidade de V. A. Grande será a dor de que não faça companhia em qualquer sorte aos amigos, e parentes. Grande será a pena de que meus inimigos me não vejam obrar, como necessito, para que mudem a opinião, que têem, de minha maldade. Grande será a lastima de ver, que falto á defensa das sepulturas de nossos passados, e gloria do nome portuguez. Mas a troco de tantos pezares, um allivio levo e guardarei sempre, e é, Senhor, que quando os futuros successos não sejam quaes predigo, posso entender firmemente, que não castiga Deus minha patria, porque ella me não haja castigado; assim procurarei em todos os acontecimentos merecer a constancia até o presente observada por não incorrer naquella maldição: *Vae his qui perdiderunt sustinentiam.*

D. Francisco Manuel.

EXPEDIENTE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

Preços da assignatura

Por anno em Coimbra.....	1$500 réis
Para fóra de Coimbra (estampilhado)...	1$800 »
Para o Brazil (moeda fraca).....	4$000 »
Avulso tão sómente para os socios e assignantes.....	160 »

Assigna-se no Gabinete do *Instituto*, rua do Infante D. Augusto.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

A LIBERDADE DE INDUSTRIA

nas suas relações com a Economia Politica, e com a historia da civilisação

(Continuado de paginas 53)

V

A Revolução franceza e a Economia Politica

Os trabalhos dos encyclopedistas, a philosophia religiosa de Port-Royal, a doutrina dos jurisconsultos e dos mais eminentes publicistas do seculo XVII e do seculo XVIII, tinham lançado nos espiritos luz bastante para que não fosse uma surpreza o grande acontecimento de 1789.

Num momento dado abalaram-se os mais fundos alicerces do mundo antigo, e, do meio d'essas ruinarías, soltou a revolução um novo *fiat,* e surgiram os elementos d'uma segunda creação.

Mais de seis dias abrangeu aquelle periodo genesiaco; enturvado foi por vezes de sombras e mareado de sangue; ao espiritualismo politico de 89 succedeu, é verdade, o materialismo de 93, a Tronchet e Malesherbes succederam Saint-Just e Robespièrre, Danton e Marat; mas, desde a *Constituinte* até as vesperas do *Directorio,* reconheceram-se principios, formularam-se leis e ergueram-se instituições, a cuja sombra se desatou em fructos a arvore da liberdade, se engrandeceu o mundo moderno e se abriu o caminho do futuro.

Minada pelo cortezanismo de Versailles e pelas crapulas da Regencia, ruiu por terra a monarchia de *direito divino* para dar logar á soberania nacional. Desservida e desprestigiada pelos *autos de fé* em Hespanha e Portugal, pelas *Dragonadas* e pela matança de S. Bartholomeu em França, e condemnada em nome da consciencia e da razão, a idea d'uma religião dominante cedeu o passo á liberdade de cultos e á reforma religiosa. Sobrecarregada com a desegualdade do imposto, vexada pelas exigencias do feudalismo e da aristocracia, a propriedade territorial libertou-se dos direitos feudaes. Á desegualdade do imposto, ao dominio dos privilegios, á escravisação da industria pelas corporações de artes e officios, á variabilidade do direito consuetudinario, succedeu o imposto proporcional, a egualdade dos direitos, a *liberdade do trabalho,* a uniformidade das leis.

A Revolução franceza, como acertadamente observa Laferrière[1], foi sobretudo anti-feudal.

[1] *Histoire des principes, des institutions et des lois, pendant la revolution française depuis* 1789 *jusqu'à* 1804.

Effectivamente, foi contra as instituições feudaes que mais energicamente se manifestou a reacção da revolução. A este proposito facilmente se imaginam as difficuldades e a opposição que encontrou o espirito de justiça e de egualdade que predominava naquella gloriosa reacção, tão melindrosa é a questão da propriedade!

A idea de propriedade não é uma idea tão absoluta que se não resinta dos grandes movimentos sociaes. E, reformada a propriedade pela revolução franceza, estará ella definitivamente constituida já nas suas bases verdadeiras e immutaveis? Digam-n'o os videntes do progresso, e discutam-n'o os alchimistas da sciencia nova.

A idea que se formava da propriedade, ainda no seculo passado, era realmente de todo o ponto falsa. Oiçamos da bocca de Luiz XVI o que o partido aristocratico entendia por propriedade:

—«Todas as propriedades, sem excepção, serão sempre respeitadas; e Sua Magestade comprehende expressamente, debaixo do nome de propriedade, os *dizimos,* os *censos,* as *rendas,* os *direitos* e *deveres feudaes* e *senhoriaes,* e geralmente todos os direitos e prerogativas uteis ou honorificas inherentes ás terras e aos feudos, ou pertencentes ás pessoas[1].»—

Isto dizia Luiz XVI em 23 de junho de 1789, e em 14 de julho do mesmo anno já a tempestade da revolução tinha despedido o raio incendiario contra os castellos e contra os titulos e cartas feudaes; na famosa noite de 4 de agosto a *Constituinte* fez descer o feudalismo do seu pedestal secular, reconhecendo a injustiça dos direitos feudaes, adquiridos — como então se exprimia um deputado bretão, Kerengal, — adquiridos em tempos de ignorancia e trevas[2]; e em decreto de 7 de setembro de 1793, dizia a *Convenção:* — «a *Convenção Nacional* decreta que nenhum francez poderá exercer direitos feudaes nem receber fóros de servidão, em qualquer logar da terra que isso possa ser, sob pena de degradação civica.»—

Aboliram-se de facto os direitos feudaes. A propriedade territorial foi emancipada da tutela do feudalismo; e todo o proprietario se viu revestido do direito de cultivar á sua vontade as suas terras, e de dispôr livremente do producto das suas propriedades, no extrangeiro ou dentro do seu paiz, conformemente aos principios e ás leis da sciencia economica.

Mas, na grande reacção contra as instituições feudaes e contra os privilegios, não foi só a propriedade territorial que sentiu o benefico influxo da revolução: sentiu-o tambem a

[1] *Déclaration des intentions du roi,* art. 12.
[2] Guizot, *Histoire parlementaire de France.*

propriedade dos capitaes, e especialmente a propriedade do trabalho.

No rapido olhar que lançámos sobre a historia da industria até á revolução franceza observámos como a propriedade do trabalho se achava esmagada pelos preconceitos sociaes, pelos privilegios e pelas corporações de artes e officios.

Um dia chegou, porém, em que Turgot, um dos mais illustres precursores da revolução, postergando aquella maxima, — *que o direito do trabalho é um direito dominical, de que o rei pode dispôr o seu bel-prazer em favor de seus subditos,* — resolveu tornar livres o commercio e a industria, destruindo as corporações de artes e officios. Com esse intuito, dizia elle no preambulo do edicto de fevereiro de 1776:

—«..... Deus, dando necessidades ao homem, tornando-lhe indispensavel o recurso do trabalho, fez do direito de trabalhar propriedade de todo o homem, e esta propriedade é a primeira, a mais sagrada e a mais imprescriptivel de todas.....»—

O edicto do ministro philosopho foi revogado; mas quando a monarchia e os privilegios já vacillavam na sua peanha, a *Constituinte* lançava mão do pensamento de Turgot, e dizia na Constituição de 3 de setembro de 1791:

—«A assembléa nacional declara que todos os privilegios de profissão, sob qualquer denominação que seja, são abolidos, e que já não podem formar-se *jurandas*[1], nem corporações de profissões, artes e officios.»—

No decreto de 2 de março do mesmo anno já se dizia tambem: — «Será livre a toda a pessoa o fazer as negociações, ou exercer a profissão, arte ou officio, que mais lhe aprouver.» —

Estava emancipado o trabalho. Esta preciosa conquista da civilisação ia dilatar os horisontes da industria, e dar um novo alento aos obreiros do progresso. A Economia politica triumphava da ignorancia dos seculos idos, e do interesse vil dos privilegiados e das corporações, e a dignidade humana exultava no meio dos triumphos da sciencia e da civilisação.

Os homens da Revolução não viram só a França diante de si; viram a humanidade, em cujo beneficio tressuavam laboriosos, e pensaram na emancipação dos negros.

N'este ponto, seja-nos permittido ceder por um instante a palavra ao principe da tribuna moderna. Num sobre-excellente discurso ácerca da abolição immediata da escravatura, dizia, poucos mezes ha, no seio da representação hespanhola, Emilio Castelar:

—«Era, senhores deputados, contando pelo nosso calendario republicano, que nós tambem temos calendario, era no 16 Pluvioso do anno segundo da republica franceza. A Convenção estava reunida, aquella cuspide da consciencia humana, onde tudo era grande, o odio e o amor, como nas altas montanhas são grandes as alturas e profundos os abysmos. Um homem, um escravo, um negro, arrastou-se desde o fundo da sua roça até á Convenção franceza. Era deputado, e, encarando a assemblêa, disse-lhe: —Eu pertenço a uma raça sem consciencia, sem patria, sem lar, sem dignidade, sem familia, e venho refugiar-me, venho trazer essa raça para a sombra dos direitos, por vós tão admiravelmente proclamados. Os vossos direitos humanos (assim se chamavam então os direitos individuaes), os vossos direitos humanos são mentira, a vossa egualdade é mentira, em quanto consentirdes na escravidão dos negros. —

«Levasseur levantou-se para apoiar aquella petição do escravo. A assemblêa vacillou, como vacillam todos os grandes corpos collectivos quando vão passar uma das linhas mysteriosas que dividem os hemispherios do tempo.

«Lacroix disse: — É verdade; declarando a liberdade dos francezes, olvidámos a liberdade dos negros, olvido que, nem por involuntario, deixa de ser criminoso. Só podemos reparal-o, proclamando agora mesmo a liberdade dos negros. —

«A assemblêa tornou a vacillar, e então Lacroix exclamou: — Peço á Convenção que não se deshonre, prolongando este incomprehensivel debate. —

«E levantou-se Danton, o filho da *Encyclopedia,* a personificação mais genuina do seu tempo, o gigante da idêa e da acção, a energia revolucionaria, a vida d'um seculo condensada numa consciencia, o homem que, como o Etna, tinha em sua frente o fogo que lhe saía do intimo do coração, e o fogo que naquellas epochas tormentosas baixava das tempestades do céu.

«Danton disse: — A vossa liberdade é uma liberdade egoista, emquanto a não levardes a todos os homens. Estendei-a, e então será humana. Peço pois que annunciemos ao mundo a emancipação de todos os escravos. —

«Os deputados, magnetizados com estes pensamentos, levantaram-se como um só homem; e, erguendo os braços ao céo, como se quizessem tomar a Deus por testimunha da sua resolução, aboliram por unanimidade a escravidão dos negros.

«Um grito jubiloso resoou nas tribunas. Este grito communicou-se ás proximidades da assemblêa. Parecia que a consciencia humana respirava ao libertar-se d'um grande remorso, d'um peso enorme!

«As portas da Convenção abriram-se como se as movera mysteriosa mão. Os negros re-

[1] As *jurandas* eram corporações de jurados ou syndicos que julgavam e inspeccionavam os que pretendiam tomar parte na communidade dos *mestrados*.

sidentes em Paris, invadiram o recinto e abraçaram-se, chorando, aos seus redemptores.

«Ainda que a Convenção tivesse commettido muitos crimes, as lagrimas do pária remido, do eterno Espartaco emancipado, do servo feito homem; aquellas lagrimas, que significavam a gratidão das gerações futuras, e a benção das gerações mortas, trespassadas pelo cravo vil da servidão; essas lagrimas bastariam para lavar todas as nódoas de sangue.» —

(Continúa). CANDIDO DE FIGUEIREDO.

EXCERPTOS D'UM LIVRO INEDITO

CAPITULO V

Dos futuros destinos da alma

(Continuado de paginas 31)

Muitas são as provas que de ordinario se allegam em apoio da immortalidade da alma; mas na realidade não ha senão uma, porque tudo o que se ha tido em conta de argumentos distinctos, são factos congeneres que se encadêam, idêas que se completam umas ás outras, elementos inseparaveis d'uma só e mesma demonstração.

Todas as razões que se adduzem e podem adduzir-se em confirmação d'este dogma, reduzem-se a quatro:

A primeira deriva do caracter *metaphysico* da alma, isto é, da sua unidade e identidade pessoal.

A segunda resulta do caracter *moral* d'esta, isto é, de seus direitos e deveres, e da sancção que estes presuppõem alem dos castigos e recompensas da vida social.

A terceira é deduzida do conjuncto de suas faculdades, de todas as precisões da sua triplice natureza, e da impossibilidade em que ella está de satisfazer essas precisões dentro dos limites d'esta vida.

A quarta finalmente é a que, mediante o principio de contradicção, tira toda a sua força das altas idêas da justiça, bondade e sabedoria de Deus.

ARTIGO 1.º

Da prova metaphysica

Para que a alma haja de sobreviver ao corpo, força é que seja cousa distincta d'elle. Da distincção d'estes dois principios já tractou a metaphysica, antes de entrar na questão dos futuros destinos da alma. Por amor da primeira prova não podemos deixar de recordar algumas das principaes differenças, que extremam um do outro principio.

O corpo, temol-o dicto, é um conjuncto e aggregado de substancias, é um todo collectivo, divisivel por consequencia, composto d'uma infinidade de orgãos, e cada orgão d'uma infinidade de partes distinctas umas das outras. A alma, pelo contrario, isto é, o principio, a força, a substancia a que attribuimos a sensibilidade, a vontade e a intelligencia, é absolutamente uma. Em cada um de nós não ha senão um ser unico, uma pessoa só que sente, quer e pensa; e todas estas funcções são de natureza tal que, a não ser essencialmente um o ente que as exerce, fôra absolutamente impossivel comprehender qualquer d'ellas.

Mais: — O corpo, ou, para melhor dizer, o organismo não tem na vida um só instante em que seja o mesmo que era: os elementos heterogeneos que o compõem vão incessantemente passando e renovando-se como as aguas d'uma fonte. A propria forma que os aggrega vai-se enfraquecendo e attenuando com os annos, até que se quebra e estraga de todo. A alma, pelo contrario, quaesquer que sejam as mudanças que lhe advenham á existencia, quer tenha consciencia do presente, quer lembrança do passado, quer previsão do futuro, acha-se constantemente a mesma; e esta permanencia de ser, em meio das modificações de que é susceptivel, é que lhe dá a idêa de tempo, é que lhe revela o segredo de sua duração, e o mysterio da eternidade.

Posto isto, que é o que vemos na morte? Que nos diz a experiencia ácerca d'ella? Que outro espectaculo nos apresenta, senão a simples dissolução dos orgãos e a cessação d'essa substituição de elementos, pela qual se conservava e desenvolvia o corpo no estado de vida? Logo, se o corpo morre dissolvendo-se, porque é um composto, um aggregado de substancias, a alma, que é uma substancia simples, não morre, não póde morrer como morre o corpo, e cousa alguma nos auctorisa a pensar que morra com elle.

Não se nos diga que ha outro modo de morrer, que não implica a idêa de dissolução de partes; não se nos diga que Deus, por um acto de sua vontade, póde aniquilar o que não podéra dissolver; póde, como diz Kant na sua *Critica da razão pura,* fazer morrer a alma de pura inanição por gradual perdimento de forças.

Bem se vê que todas estas hypotheses, além de terem por base um dado imaginario, um genero de morte de que não temos experiencia alguma, escapam-se pela tangente ao ponto cardeal da questão. O que aqui se tracta de saber é, não se a alma em razão de sua unidade e simplicidade é absolutamente immarcescivel, mas se na economia de sua natureza, se na essencia de sua individualidade ha causas de destruição que a forcem a perecer no mesmo ponto em que perece o corpo. Ora, sendo tão profundamente diversa, como

fica demonstrado, a natureza da alma em relação ao corpo, como é possivel suppor que o golpe, que tenha de ferir este, ha de necessariamente decepar a vida d'aquella?

Além d'isto, não é bem averiguado que o corpo, que morre dissolvendo-se, cesse de existir inteiramente. Tem-se espiado os elementos da substancia material através de todas as phases de sua indefinida decomposição. Debalde submette o chimico ao poder de seus apparelhos as mais delicadas parcellas de materia; debalde as volatilisa e transforma alternadamente em liquidos, em gazes, para as converter em novos solidos, pela natural magía da sciencia. Nunca poderá aniquilar uma só molecula; nunca cercear da creação um só atomo de materia. O que está sujeito ao poder da sciencia não é a materia; são tão somente as formas da materia.

Portanto, se a materia, como ninguem póde duvidar apezar da difficuldade que vai em comprehendel-o, é indefinidamente divisivel, o argumento de dissolução das partes não póde auctorisar-nos a suppor que a materia se aniquile, porque, embora se dissolvam essas partes, ninguem chegará nunca a um elemento irreductivel. Se fosse possivel chegar lá; se fosse possivel penetrar até esse atomo indivisivel, que a physica e philosophia rejeitam por contradictorio, ainda assim lá teria elle mesmo a virtude de subsistir. Nem concebemos como podesse desapparecer da existencia, a não ser por um acto especial da vontade e poder d'aquelle que o fez existir. Tanto é certo que nada do que existe morre! Tanto é certo que para aniquilar um só atomo de materia não é menos precisa a intervenção do poder de Deus, do que o foi para tirar do nada, para chamar á vida o universo inteiro.

Logo, se o que a experiencia nos mostra por um lado é que neste mundo se decompõem e transformam os corpos, cujos elementos todavia não perecem; se pelo outro, a inducção philosophica nos leva a crer que a natureza intima dos elementos dos corpos é subsistirem e durarem pelo simples facto de sua existencia; que é o que havemos de pensar ácerca da alma, ácerca d'esta substancia eminentemente simples, tão nobre e que tanto se avantaja ao corpo? É que ella não morre nunca.

ARTIGO 2.º

Da prova moral

Está provado que tudo quanto sabemos da morte só póde applicar-se ao organismo: não tem, não póde ter nenhuma influencia na alma, nenhuma, pelo menos, no intimo da essencia d'ella, no principio invariavel que a constitue.

Mas isto só não basta para a questão do ponto que discutimos, para cabal demonstração do dogma da immortalidade É indispensavel alguma razão mais para que a alma continue a existir depois da dissolução do corpo, para que mantenha incolumes as faculdades que constituem a essencia d'ella: —a liberdade e a razão.

A pessoa humana tem no seu caracter moral uma razão de existir, um destino que preencher independentemente do corpo, e alem dos limites da existencia d'este.

O fim supremo de nossas acções, a regra que o sentimento e a razão nos impõem, e que ninguem poderá negar sem contradizer-se, é, não a conservação da vida nem interesse algum corporeo, mas a justiça, o dever, o bem em si, numa palavra.

A idêa de justiça, a regra do dever não soffrem limite nem condição alguma. Se a tal alternativa nos houver trazido a fortuna, que só á custa da dignidade humana possamos salvar a vida, qual de nós hesitará na escolha do sacrificio? Ora, o que aqui dizemos da vida, é com muita maior razão applicavel á felicidade. Ninguem tem obrigação de ser feliz; mas ser justo, practicar o bem, cumprir com a lei do seu destino, ainda á custa da propria felicidade, tal é a obrigação de todo o ser racional e moral.

Ora, visto que a lei moral é absoluta e não admitte, como acabamos de mostrar, excepção nem restricção alguma, impossivel é circumscrevel-a até encerral-a nos estreitos limites da nossa existencia actual.

Como, como será ella só destinada para esta vida, se não cessa de impor-lhe acerbas provações, e muita vez lhe reclama o sacrificio? A lei moral comprehende alem d'isso a idêa de justiça distributiva; e não implicará contradicção com esta idêa, e não importará a mais flagrante das contradicções, que o homem de bem soffra incessantemente sem nenhuma esperança de reparação, por amor do cumprimento dos seus deveres, ao passo que o perverso, que só cura de infringir a lei, não tem castigo algum que temer, nenhum mal que receiar?

Considerada debaixo d'este ponto de vista, a idêa de justiça identifica-se com a de remuneração do bem e do mal, que constitue a sancção da lei, e confunde-se com a propria lei. Quem admittir uma não póde rejeitar a outra, porque ordem moral sem justiça, ou justiça sem harmonia da felicidade com a virtude é uma chimera, é um escandalo, é um contra-senso incomprehensivel.

Ora, é verdade, como tem pretendido alguns, que existe neste mundo tal harmonia? E verdade que, em virtude das leis da natureza e da sociedade, tem sempre a virtude em si propria o seu premio, o vicio e o crime o seu castigo? Só poderá sustentar tal paradoxo quem nunca tiver soffrido, nem penado, nem amado cousa alguma; quem se achar na

mais crassa ignorancia a respeito dos homens e das cousas, a respeito de si proprio.

A natureza! A natureza não tem recompensas sufficientes para quem consagrar suas vigilias ao estudo e progresso das sciencias, para quem der todos os seus desvelos ao serviço do seu paiz, para quem empenhar até a derradeira gotta de sangue na defesa d'uma causa, embora justa, que lhe não prometta cousa alguma. E para a baixesa, para o egoismo, para a hypocrisia, para a ingratidão, para todos os vicios, numa palavra, que não prejudiquem o corpo, que só contaminem a alma, tem acaso a natureza assaz de punições? Não. Até quando as leis da natureza mais parecem conformar-se com as da moral, o que a natureza castiga, não é a desordem, é a fraqueza; a força póde sempre contar com a indulgencia, e talvez até com a impunidade.

Pois será a sociedade? Tambem não. A sociedade muita vez não é menos injusta nem mais previdente que a natureza. Ainda nas epochas mais normaes e brilhantes da vida social, a sociedade só anima o que lhe aproveita, só reprime e castiga o que lhe faz mal, sempre na proporção de sua intelligencia e poder, ambos limitados. Fóra d'aqui, dedicações mais ou menos heroicas que a ella se não refiram, infamias, por grandes que sejam, que lhe não perturbem o repouso, bens ou males que a não interessem directamente, para tudo isto é indifferente a sociedade. Ah! Pois só em nós é que havemos de achar essa eterna sancção da lei, essa justiça infallivel e completa que em vão temos pedido á sociedade e á natureza?

Bem sabemos que a consciencia tem suas penas e suas alegrias; mas tanto umas como outras são de mui secundaria importancia no curso da vida. Quanto aos remorsos, é bem sabido que elles vão sempre decrescendo e multiplicando-se na razão da diuturnidade do habito, de modo que quanto mais se interna no mal o perverso, tanto menos soffre por isso. Almas ha candidas, que por um escrupulo, por uma falta involuntaria talvez, soffrem realmente muito mais que os corações impedernidos por toda uma vida de desordem e de crimes.

Quanto á satisfação intima com que a consciencia festeja a pratica do acto bom, essa mais é o signal que a recompensa do merito do acto practicado. Não atalha as anciedades da lucta; não adoça os agrumes do sacrificio, e nada absolutamente tem que offerecer-nos em compensação dos damnos e injurias que houvermos soffrido da parte do mundo e dos homens.

Portanto, á luz da lei do dever, que outra cousa vemos n'esta vida senão um continuo acto de provação? O principio por que somos obrigados a conduzil-o é exactamente o mesmo que nos manda aguardar outra depois d'esta, onde achem plena solução as apparentes contradicções d'este mundo.

(Continúa).

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

CATALOGUE

des plantes médecinales et industrielles au Jardin Botanique de Coimbra

(Continuado de paginas 37)

SECONDE SECTION

I

Plantes médecinales et industrielles variées

dont une partie se trouve en serre

BIXA Lin. Spr. 1910. Dec. I. 259.

Voyez: *Prem. Section.*

1 Bixa Orellana Lin. ½ Amérique austr. (Serre et pleine terre).

La pâte connue au Brésil sous les noms *Bocou* ou *Arnotto,* est préparée avec la pulpe des fruits de cette espèce et d'une autre. Elle passe pour être cordiale et refraîchissante. Le *Bocou* était employé plus autrefois qu'à présent pour teindre en rouge; en Hollande il sert à colorer le beurre, de même en Angleterre certains fromages.

HIBISCUS Lin. Spr. 2441. Dec. I. 446.

Voyez: *Prem. Section.*

2 Hibiscus rosa-sinensis Lin. ½ Inde or.

STERCULIA Lin. Spr. 2418. Dec. I. 481. *(Malvacées).*

Du latin *stercus,* fumier, allusion à l'odeur repoussante des fleurs et des fruits de quelques espèces.

Les fleurs de cette espèce contiennent un suc astringent, dont les Chinoises se servent pour noircir leurs cheveux et sourcils; à Java le même suc est employé pour noircir des bottes, d'où le nom «*Shoe black Plant.*

3 Sterculia platanifolia Lin fil. ½ Chine, Japon. *(Firmiana platanifol.)* On en fait des cordages.

BOMBAX Lin. Spr. 2452. Dec. I. 478.

Du grec *bombux,* coton. Les graines sont enveloppées dans un duvet fin.

4. Bombax Ceiba Lin ½ Amérique austr. Franc. *Fromager à 5 folioles.*

Le duvet cotonneux des fruits sert à faire des oreillers ou des canapées.

Sapindus Lin. Spr. 1504. Dec. I. 607. *(Sapindacées).*

Syncope des mots latins *sapo indicus,* savon de l'Inde; l'enveloppe du S. commun (S. Saponaria) est détersive.

5 Sapindus Pappei ½ Cap de Bonne Espérance. *(Serre) (Pappea Capensis* Eckl. & L.)

Les fruits, qu'on appelle au Cap «Wild Plums» ont une chair qui ressemble celle de nos prunes. On en prépare une boisson vineuse et du très-bon vinaigre. Les indigênes mangent ces fruits quoiqu'ils sont un peu purgatifs. Des graines on extrait une espèce d'huile qui sert pour les mets et qu'on recommande aussi comme médecinale.

Thea Lin. Spr. 1942. Dec. I. 530.

Corruption du nom chinois *tcha,* en japonais *tsjaa.*

(Selon M. M. Bentham & Hooker, *Genera Plantarum,* ce genre doit être remis au genre *Camellia*).

6 Thea Bohea Lin. ½ Chine, Japon. (Pleine terre).

Lusit. *Cha.* Franc. *Thé bou.*

Angl. *Tea Plant.* Allem. *Thee.*

Tout le monde connait l'usage du Thé et l'immense consommation qui s'en fait dans beaucoup de pays.

Spondias Lin. Spr. 1737. Dec. II. 75. *(Terebinthacées).*

Spondias, un des noms grecs de la prune: de la similitude du fruit.

7 Spondias Mombin. Lin. ½ Inde occ. (Serre).

Les feuilles du Mombin sont astringentes, les fruits laxatifs et les graines, dit-on, vénéneux.

8 Spondias tuberosa Arrud. ½ Pernambouque. (Serre).

Le fruit de cette espèce sert comme un febrifuge.

Mauria Humb. & Bonpl. Spr. c. 157. Dec. II. 73. *(Terebinthacées).*

8 Mauria simplicifolia H. & B. ½ Chile. (*Lithraea venenosa* Miers) *(Serre).*

Cette plante contient un suc caustique, vénéneux, qui peut-être pourrait être avantageusement employé dans la médecine.

Myrospermum Jacq. Spr. 1635. Dec. II. 94. *(Legumineuses).*

Du grec *muron,* parfum, essence; *sperma,* graine; ou *xulon,* bois: (*Myroxilon,* synon). de la résine qu'on extrait de ces arbres.

9 Myrospermum Pereirae ½ Pérou. *(Serre).*

C'est selon M. Daniel Hanbury l'arbre qui rend la meilleure qualité du *baume de Pérou,* qui, se jouissant autrefois d'une grande réputation dans la science médicale, n'est plus employé, de nos jours, que dans la parfumerie.

Myrtus Lin. Spr. 1822. Dec. III, 238.

Voyez: *Prem. Section.*

10 Myrtus Pimenta Lin. ½ Inde occ. *(Eugenia Pimenta). (Serre).*

Franc. *Poivre de la Jamaique.* Angl. *(Pimento. Allopice).*

Les petites baies sont d'une odeur aromatique et d'une saveur piquante et brûlante. Le Piment est un stimulant très-énergique qu'on emploie surtout comme condiment, mais en Angleterre c'est un médicament très-estimé dans plusieurs maladies.

Opuntia Adans. Haw. Dec. III. 471.

De *Opuntus,* ville de la Phocide, en Grèce, où ces plantes sont abondantes.

11 Opuntia coccinellifera Mill. ½ Amérique austr.

Franc. *Ragnette port. Cochenille.*

Dans la famille des Cactées c'est le seul genre Opuntia qui présent quelque intérêt sous le rapport commercial. Trois espèces servent à la culture de la cochenille, de laquelle on obtient une si belle couleur rouge.

Aralia Lin. Spr. 1138. Dec. IV. 257.

Nom probablement d'origine canadienne.

12 Aralia papyrifera Hock. ½ Chine.

Angl. *Rice-paper plant.*

Les troncs de cette espèce sont surtout employées pour faire des fleurs artificielles.

Pavetta Lin. Spr. 400. Dec. IV. 490. *(Rubiacés-Cinchonacées).*

Nom malabar.

13 Pavetta indica Lin. ½ Inde or.

La racine de cette espèce est amère et les Hindous l'emploient comme purgatif. Les feuilles trouvent de même usage dans la médecine de ce peuple.

Pyrethrum Gaertn. Spr. 2810. Dec. VI. 53. (Composées).

Pyrethron fut le nom d'Anthemis Pyrethrum.

14 Pyrethrum roseum Brbrst 2ℓ Caucase, Perse.

Des capitules de cette espèce et de quelques autres on prépare cette poudre à odeur forte qui est si efficace contre des punaises etc.

Beta Lin. Spr. 1136.

Voyez: *Prem. Section.*

15 Beta vulgaris Lin. ♂ Europe, var. saccharina.

La culture de la Betterave à sucre prend tous les ans des proportions plus grandes.

Salsola Lin. Spr. 1093. Dec. XIII. 2, 179. *(Chenopodiacées).*

Du latin *salsus,* salé, forme diminutive.

16 Salsola Kali Lin. ⊙ Europe, Asie, Amérique.

Franc. *Soude.*

17 Salsola Soda Lin. ⊙ Europe austr. Afrique bor. Asie.

Un carbonate impur de Soda est obtenu des cendres de ces 2 plantes et de plusieurs végétaux alliés, connu sous le nom espagnol *barilla.* Autrefois ce produit faisait l'objet d'un commerce considérable, mais depuis la manu-

facture de Soda du sel commun, le barilla a perdu beaucoup en valeur.

STILLINGIA Lin. Spr. 3084. Dec. XV. 1. 1201. *(Euphorbiacées).*

Dédié au botaniste anglais Benjamin Stillingfleet.

18 Stillingia sebifera Mehx. ½ Amérique septr. Cuba. Chine.

Franc. *Arbre à suif.* Angl. *Fallow-tree.*

Les graines de cet arbre donnent de la très-bonne suif, et comme on en obtient en grande quantité, on a commencé d'acclimatiser cet arbre dans plusieurs parties du monde. Il est probable que l'arbre se donnera bien dans quelques provinces du royaume.

HURA Lin. Spr. 3141. Dec. XV. 1. 1228. *(Euphorbiacées) Serre.*

Etymologie obscure ou même inconnue.

19 Hura crepitans Lin. ½ Amérique austr.

Les graines sont émétiques, en état frais elles possédent des propriétés purgatives. On en extrait une huile qui sert aussi comme médicament.

FICUS Lin. Spr. 3075.

Voyez: *Prem. Section.*

20 Ficus elastica Roxb. ½ Inde or. *(Urostigma).*

Cette belle espèce, l'une des plus répandus dans les jardins, est l'une de celles qui fournissent la plus grande partie du caoutchouc qui nous arrive de l'Inde.

PIPER Lin. Spr. 130. Dec. XV. 2.

Voyez: *Prem. Section.*

21 Piper Betle Lin. ½ Inde or. *(Chavica Betle).*

Les feuilles du Bétel, auxquelles les Orientaux donnent le nom de *Siri Daun,* sont d'un usage journalier dans tous les pays où cette plante est cultivée. On mâche ces feuilles en les mélangeant avec des noix d'Arec (Areca Catechou de même cultivée dans les serre de Coimbra), et de la chaux.

CANNA Lin. Spr. 7.

Linné donne ce mot comme un nom poétique d'origine inconnue; d'autres le font venir du mot celtique *cann,* qui signifie *canne.*

22 Canna edulis. Her. 2ℓ Perou.

Le rhizome tubéreux, volumineux du *Balisier comestible* sert d'aliment dans le Perou.

CARLUDOVICA Ruiz & Pavon. *Cyclanthées.*

Dédiée à Charles IV, roi d'Espagne, et à la reine Louise, sa femme.

23 Carludovica palmata R. & P. Pérou ½ Nouv.-Grenade. (Serre).

C'est cette espèce qui fournit la matière des chapeaux de Panama, qui sont très-estimés par la beauté et la finesse de leur tissu. C'est avec ses feuilles jeunes, et fendues en lanières qui se roulent ensuite, qu'on en forme le tissu.

PANDANUS Lin. fil. Spr. 3158. (*Pandanées*).

Mot dérivé de *pandang,* le nom malais de ces plantes.

Franc. *Vaquois.*

24 Pandanus utilis Bory. ½ Madagascar, Mauritius. (Serre.)

Cette espèce est très-importante à cause de ses feuilles, qui, divisées en lanières, servent à faire les nattes sur lesquelles on fait secher le café et avec lesquelles on fait les sacs qui servent à l'emballer.

COLOCASIA Bai. Schott. (Lin Spr. 3060 *Arum.* Voyez: *Sec. Section,* B.

25 Colocasia antiquorum Schott. 2ℓ Orient.

Lusit. *Inhame do Egypto.* Angl. *Cocco. Eddoco.*

Les feuilles de cette espèce, après en avoir extrait l'ácreté, servent comme legumes, le rhizome est très-alimentaire.

CYPERUS Lin. Spr. 227.

Voyez: *Prem. Section.*

26 Cyperus Papyrus Lin. 2ℓ Afrique bor. (Papyrus antiquorum) *Serre.* Plante célèbre par son histoire. C'étaient des lames du tissu léger de ses grosses tiges qui formaient le papier des anciens ou le *papyrus.*

ARUNDO Lin. Spr. 334. *Graminées.*

Nom dérivé par les auteurs du mot celtique *aru* eau.

27 Arundo Donax Lin. 2ℓ Europe austr. Afrique bor.

Lusit. *Canna ordinaria.* Franc. *Roseau à quenouilles.*

Allem. *Pfeilrohr.*

Ἀόναξ II. 584. Theophr. h. fol. 4, 12. Diosc. 1, 114.

CALAMUS FRUTICOSISSIMUS Pline, 16, 36.

Les tiges ou les roseaux de cette plante ont une foule d'usages locaux. Après les avoir divisées en lanières, on en fait des nattes, des paniers, etc. Elles servent à faire des clôtures, etc. C'est avec leur matière que se font les anches des instruments de musique, etc. etc.

SACCHARUM Lin. Spr. 296.

Voyez: *Prem. Section.*

28 Saccharum officinarum Lin. 2ℓ Indes or. & occ.

29 SACCHARUM violaceum Juss. 2ℓ Indes or. & occ.

Il est inutile de rappeler ici les usages aujourd'hui sans nombre du sucre. La seconde espèce est surtout cultivée pour la fabrication du rhum.

ANDROPOGON Lin. Spr. 297.

Voyez: *Prem. Section.*

30 Andropogon Schoenanthus Lin. 2ℓ Inde or. Arabie.

Les feuilles et les jeunes pousses de cette espèce donnent par la distillation une huile essentielle fort recherchée comme parfum.

BAMBUSA Schreb. Spr. 1280.

31 Bambusa nigra Lodd. ½ Inde or. Chine.

Les tiges du noir brillant et foncé de cette espèce servent á faire des charmantes petites cannes.

EQUISETUM Lin. Equisetacées.

Du latin *equus* cheval et *seta* crin.

32 Equisetum hyemale Lin. 2ℓ Europe.

Cette espèce, comme presque toutes du genre, est très riche en silice et on s'en sert pour cela à polir beaucop de choses.

Espèces dernièrement germinées dans le-dit Jardin Botanique

ADANSONIA Lin. Spr. 2453. Dec. 1, 478. Bombaceae.

Michel Adanson, celèbre botaniste français, fut le premier qui donna des justes notions sur cet arbre remarquable.

33 Adansonia digitata Lin. ½ Sénegae.

BAOBAB est le nom que porte cet arbre en Egypte.

FRANC. Pain de singe. *angl.* Monkics'bread.

ALLEM. Affenbrodbaum.

Les nègres mèlent les feuilles sèchées et pulvérisées à leurs aliments pour arrêter l'excès de la transpiration. Cet arbre, le plus gros en diamètre que l'on connaisse, semble ne devoir être d'aucun usage dans l'industrie.

THEOBROMA Lin. Spr. 2610. Dec. 1, 484. Byttnériacées.

Du grec «*theos*» Dieu; «*broma,*» nourriture: aliment divin.

34 Theobroma Cacao Lin. ½ Amérique austr.

Caçao, nom que donnent au fruit les peuples de la Guyane.

FRANC. Cacaoyer cultivé.

Les graines broyées avec le sucre, constituent le chocolat.

ANACARDIUM Lin. Spr. 1526. Dec. 2, 62. Anacardiées.

Du grec «*ana,*» préposition exprimant la ressemblance; «*cardia*» coeur de la graine en forme de coeur.

35 Anacardium occidentale Lin. ½ Ind. occ. et'or.

FRANC. Pomme d'acajou.

Le bois de cet arbre est blanc et est employé dans les ouvrages de menuiserie. Ses fruits ont une saveur agréable, on en fait des compotes; le suc exprimé fournit un vin assez bon; l'écorce de la noix contient une huile caustique.

RAVENALA Adans. Sonner. Musae.

Nom madécasse.

36 Ravenala Madagascariensis Poir ½ Madagas.

ANGL. Traveller's tree. *Franc.* Arbre du voyageur.

Ce nom lui vient de ce qu'il suffit de couper ses grandes feuilles au bas de leur pétiole pour qu'il en coule aussitôt une très-grande quantité d'eau limpide et bonne.

II

Arbres à fruits des tropiques

ANONA Lin. Spr. 2027. Dec. I. 83. *Anonacées.*

Du latin *annona,* aliment, selon Linnée, à cause de l'usage que les Américains font du fruit de plusieurs espèces; du malais *manoa,* selon Rumphius; aux Moluques ces plantes sont appelées *menona.*

1 Anona Cherimolia Mill. ½ Pérou, Nouvelle Grenade.

Franc. *Anone du Pérou.* Angl. *Cherimoyer of Peru.*

Fruit arrondi, de la grosseur d'une belle pomme, d'un gout très-agréable.

2 Anona muricata Lin. ½ Amérique merid. Isles Caraïbes.

Franc. *Pomme de cannelle.*

Angl. *Sour-sop.*

La pulpe de cette espèce est de la consistance du beurre, blanchâtre et d'une saveur acide très-agréable. Les fruits atteignent une grosseur considérable.

3 Anona squamosa Lin. ½ Inde or.

Franc. *Anone à fruit écailleux.* Angl. *Seveet-sop.*

Le fruit ové donne une pulpe que les Créoles surtout estiment hautement, les Européens dans les pays, où on cultive cette espèce, n'en mangent guère.

XANTHOCHYMUS Roxb. Spr. 2616. Dec. I. 562. *Guttiféres.*

Du grec *xanthos,* jaune; *chuma,* qui se répand: le fruit mûr exsude, lorsqu'il est blessé, un suc jaune.

4 Xanthochymus pictorius Roxb. ½ Inde or. *(Stalagmites).*

Les fruits arrondis, d'une belle couleur jaune, contiennent une pulpe acidulée, très bonne à manger.

DURIO Lin. Spr. 2627. Dec. I. 480. *Sterculiacées.*

Du malais *dury,* épine; du fruit épineux de cet arbre.

5 Durio czibethinus Lin. ½ Inde or.

Le fruit, de la grosseur d'une tête et rempli d'une pulpe blanche, a un goût délicieux, quoiqu'il faut s'y habituer avant qu'on puisse apprécier son arome.

AEGLE Correa. Spr. 1922. Dec. I. 538. *Aurantiacées.*

Eglé, en grec *Aiglé,* une des Hesperides: le fruit de plante ressemble à l'orange.

6 Aegle Marmelos Correa ½ Inde or.

Franc. *Aeglé à marmelade.* Angl. *Bhel-fruit.*

Le fruit est, dit-on, délicieux et odorant; il est non seulement nutritif mais astringent. Les feuilles sont employées en médecine.

MANGIFERA Lin. Spr. 24. Dec. II. 63. *Anacardiacées.*

Manghas, nom du fruit du Manguier, au Malabar; *fero,* je porte; arbre qui porte les mangues.

7 Manguifera indica Lin. ½ Inde or. Java.

Franc. *Manguier des Indes.* Angl. *Mango.*

C'est un arbre très-estimé pour son fruit;

il existe, selon Loureiro, beaucoup de variétés de cet arbre, qui diffèrent entre elles autant par la forme, la couleur et le goût des fruits que nos pommes et nos poires d'Europe.

PSIDIUM Lin. Spr. 1825. Dec. III. 233. *Myrtacées.*

De *psidios,* nom que les Grecs donnaient aux fruits du grenadier.

8 Psidium montanum Swartz ½ Jamaïque.

Fruit petit, acide.

9 Psidium aromaticum Aubl. ½ Guyane.

Fruit jaune, globuleux, à 4 loges, à peu près de la grosseur d'une cerise.

10 Psidium pomiferum Lin. ½ Mexique.

Fruit globuleux.

11 Psidium pyriferum Lin. ½ Guyane.

Fruit en forme de poire.

12 Psidium Cattleyanum Lindl. ½ Chine.

Fruit arrondi, pourpré, plus gros qu'une prune.

Ce sont surtout les 3 dernières espèces, qu'on estime beaucoup pour l'arome de leurs fruits, connus sous le nom de *Goyasas.*

EUGENIA Lin. Dec. III, 262. *Myrtacées.*

Au prince Eugène de Savoie.

13 Eugenia Michelii Lamk. ½ Brésil.

La baie bosselée présente un gout très-agréable.

14 Eugenia cauliflora Dec. ½ Brésil.

Le *Jabuticaba* des Brésiliens est le fruit de cette espèce, et ce fruit est très recherché.

15 Eugenia brasiliensis Lam. ½ Brésil.

16 Eugenia apiculata Dec. ½ Chile.

17 Eugenia Ugni Mol. ½ Chile.

18 Eugenia crassifolia Dec. ½ Brésil.

19 Eugenia magnifica Spring. ½ Brésil.

Toutes ces espèces sont très-estimées pour leurs fruits.

JAMBOSA Rumph. Dec. III. 286. *Myrtacées.*

Etymologie inconnue.

20 Jambosa vulgaris Dec. ½ Indes or.

Angl. *Booc apple of thec Ecast.*

21 Jambosa Malaccensis Dec. ½ Indes or.

Les fruits de ces deux espèces sont très-bons à manger.

CARICA Lin. Spr. 3190. *Papayacées.*

Originaire de la Carie.

22 Carica Papaya Lin. ½ Indes or. Fl. mâle et femelle.

Franc. *Papayer cultivé.* Angl. *Papaw-tree.*

Les fruits sont de la grosseur d'un petit melon, d'une belle couleur jaune, pulpeux, et pleine d'un jus âcre, en y ajoutant du poivre et du sucre, on les dit d'un goût très-agréable.

GENIPA Plum. Lin. Spr. 826. Dec. IV. 378. *Rubiacées.*

De *Genipapo,* nom de ces plantes à la Guyane.

23 Genipa americana Lin. ½ Amérique austr.

Angl. *Genipap fruit.*

Les fruits blancs-verdâtres, à suc violet foncé ont une pulpe douce d'un goût exquis.

ACHRAS Lin. Spr. 1316. Dec. VIII. 165. *Sapotées.*

Nom grec d'une poire sauvage.

24 Achras Sapota Lin ½ Amérique austr.

Les fruits ronds à couleur jaune contiennent un suc très-refraichissant et agréable.

PERSEA Mill. Gaertn. Spr. 1523. Dec. XV. 1. 505.

Nom, sous le quel Theophraste a décrit un arbre d'Egypte, sans qu'on sache quel arbre ça soit.

25 Persea gratissima Gaertn. fil. ½ Amérique austr.

Angl. *Avocado* ou *Alligator Pear.*

Les fruits de la forme d'une poire sont très-estimès pour leur goût aux Indes occident. et presque dans toute l'Amérique méridionale, quoiqu'ils en disent les étrangers qui, au commencement, ont de la peine à s'y habituer.

E. GOEZE.

TERREMOTOS EM PORTUGAL

EM 1531

Madrugaram n'este anno as desventuras em Portugal. Porque logo aos 7 de janeiro[1] accenderam-se tão vehementes e repetidos os tremores de terra, que os homens, tomados de espanto e terror, sahiram-se aos campos, fugindo a morte. Venceu a todos na furia o que succedeu em 26 do referido mez. Era n'uma quinta feira, e cerradas ainda as trevas, que precedem a alva, quando um cometa flammejou no espaço, correndo do occidente ao levante, e, espadanando torrentes de luz, rasgou no ceu largo sulco de fogo. *Ante manhã*[2] temeroso estampido, simulando medonho trovão, rebentou das entranhas da terra, abalando-a com desvairada sanha. A vehemencia do saccudimento representou-se ás imaginações pavidas como a extrema convulsão do globo. Descreveu-a, inspirado pela musa de Virgilio, um dos mais famosos poetas, que, n'aquelle tempo, trataram lettras latinas. A narração de Jeronymo Cardoso[3] deixa transparecer a realidade do successo por entre as exaggerações d'um estro opulento. «Parecia, diz, que tudo estralava subitamente em ruinas. Ondeavam as comas das brenhas, tremiam cidades, crespas de muralhas, e as montanhas saccudiam as cristas; estremeciam nos alicerces os cerros descabeçados, e as torres balanceavam os corucheus,

[1] Francisco de S. Maria, Anno Historico, t. 1, pag. 39. — Ignacio Barbosa Machado, Fastos politicos, e militares da antigua, e nova Lusitania, t. 1, pag. 101.

[2] Garcia de Resende, Miscellanea, na Chronica de Dom Joam II, pag. 379, Coimbra, 1789.

[3] Hieronymi Cardosi Lvsitani Libellvs de terraemotu, pag. 8 e segg.

como se os affrontara valido ariete. Desarreigavam-se as arvores pelas mais fundas raizes, e as folhas, despegando-se dos ramos, alastravam o solo, como açoitadas pelo furacão do norte. Enormes penedias e rochas alcantiladas voavam arrancadas da cuspide das montanhas, e arrastavam na carreira vertiginosa as vacillantes cabanas dos pastores. O solo gretando desmesuradamente revelou os segredos temerosos do inferno, e a imagem do chaos era por toda a parte[1].»

Segundou o tremor ainda mui violento pelas 7 horas da manhã, repetiu mais brando depois do meio dia. Innumeras calamidades assignalaram esta horrivel catastrophe. Colhida muita gente de portas a dentro, e tomada do somno a maior parte, feneceu d'ella grão numero, e, a que logrou escapar, poz a salvação na fuga para os campos. Templos, palacios e casas derruiam instantaneamente, como se os fulminasse o raio, ou ficavam abaladas e derrocadas. Conta-se que cahiram d'ellas para cima de mil e quinhentas[2].

Sentiu-se o terremoto por todo Portugal, mais na Estremadura. E não só revolveu a terra, senão que tambem anassou as aguas. Jogavam os mares tão grossos e cruzados, que ameaçavam comer quantos navios lhes rasgavam os seios. D'estes uns desenxarceados e sem mastros arribavam aonde podiam, outros, arfando no dorso das vagas encapelladas sem accudir a leme, eram cuspidos ao ar pelo impeto das ondas, que pareciam engulil-os subitamente, mordendo as quilhas as areias do fundo[3].

Antecederam a catastrophe certos prodigios, que a observação contemporanea não deixou esquecidos. Viu-se ao cahir no occidente o sol esbrazeado estirar-se pela amplidão do ceu diaphano e sereno comprida nuvem, simulando delgado fio. Turvou-se a agua dos poços, vaporando fetidissimo cheiro, e as fontes cristallinas correram, perdida a limpidez, transmutadas n'um liquido de côr sulphurea[4]. E o mar sem que a brisa lhe enrugasse a superficie, nem uma nuvem empanasse o ceu, ergueu-se em vagalhões enormes, rugindo como acossado pela tempestade[5].

Passaram dias, começavam de alentar-se os animos quebrantados, salteia-os novo e por ventura mais fundo temor. Correu voz de que os sabedores de astrologia vaticinavam proximas calamidades, affirmava-se que novo diluvio alagaria a terra[6], e cria-se «que logo viria outro tremor e que o mar se levantaria a 25 de Fevereiro[1].» Engrossou o boato, soltando-se nos espiritos timidos, e alteando-se até a hypocrisia illustrada: foi um enfiar sustos. Em Santarem a credulidade e o fanatismo trovejaram anathema do alto do pulpito contra os christãos novos, que «á primeira prégação desappareceram e andavam morrendo de temor da gente[2].» Accudiu-lhes n'este aperto o celebrado comico Gil Vicente, congregando toda a clerezia da villa no claustro de S. Francisco, e fazendo-lhe uma falla, em que acabou com ella mudar sua errada tenção[3]. Numa carta, escripta a D. João III, o malicioso auctor do *Clerigo da Beira,* esquecendo os chascos e vaias da sua musa folgasã, toma a penna austera do moralista, e diz ao rei: «Os frades de cá não me contentaram, nem em pulpito nem em prática, sôbre esta tormenta da terra que ora passou; porque não abastava o espanto da gente, mas ainda elles lhes affirmavam duas cousas, que os mais fazia esmorecer. A primeira, que pelos grandes peccados que em Portugal se fazião, a ira de Deus fizera aquillo, e não que fosse curso natural, nomeando logo os peccados porque fôra; em que pareceo que estava nelles mais soma de ignorancia que de graça do Spirito Sancto. O segundo espantalho, que á gente puzerão, foi, que quando aquelle terramoto partio, ficava já outro de caminho, senão quanto era maior, e que seria com elles á quinta feira huma hora depois do meio dia[4].»

Espertaram essas novas o natural temor de homens tão justamente receiosos, determinaram-se em seguir o que melhor lhes toava com o animo medroso. Acolheram-se muitos aos templos, imprecando mais com lagrimas do que com palavras a misericordia de Deus, foi-se a maior parte para fóra da cidade, buscando por valles e montes segurança aos males futuros. Ahi estacionaram por dois compridos mezes, entrados de sustos, cortados de trabalhos, vivendo em tendas e casas cobertas de ramos, e soffrendo os frios e chuvas do inverno, que n'este anno parecia desentranhar-se em tormentas[5].

Mas não havia poder aquietar-se o solo. Sacudiam-o todos os dias novos estremecimentos e alguns mui vehementes[6]. Ficaram em memoria d'entre elles, o que teve lugar na ante manhã d'uma quinta feira, 16 de março, que pode pleitear infortunios, com o que ora memoramos, acontecido cincoenta dias antes[7], e o succedido em 26 de fevereiro[8].

[1] Idem, idem, pag. 10 e 11.
[2] Don Fray Prvdencio de Sandoval — Historia de la vida y hechos del Emperador Carlos v, seg. parte, pag. 144, Pamplona, 1634.
[3] Garcia de Resende, loc. cit., pag. 379. — Hieronymus Cardosus, loc. cit., pagg. 17 e 18.
[4] Hieronymus Cardosus, loc. cit., pag. 15.
[5] Idem, idem, pag. 17.
[6] Idem, idem, pag. 19.

[1] Obras de Gil Vicente, t. terc., pag. 387, Hamburgo, 1834.
[2] Idem, idem, pag. 388 e 389.
[3] Idem, idem, tom. terc., pag. 385 e segg.
[4] Idem, loc. cit., pag. 385.
[5] Garcia de Resende, loc. cit. pag. 380.
[6] Idem, pag. 379.
[7] Idem, idem.
[8] Assim o indica um manuscripto do Muzeu Britan-

E, alongando-se pelo tempo adiante, affiança o testemunho dos escriptores coevos, que se repetiram tantas vezes estes abalos, até cerrar-se o anno, que, por mui continuados, já ninguem havia medo d'elles[1]. Diogo do Couto, o continuador do famoso historiographo da Asia, João de Barros, relatanto os successos d'este anno, esboça do seguinte modo este calamitoso periodo: «forão tamanhos os terremotos em todo elle (principalmente em Lixboa, Azambuja, Almeirim, Santarem e outras partes) que cayão a mor parte dos edificios: e foy no mar a tempestade tamanha, que destroçou, e quebrou todas as naos que estauão no porto de Lixboa, e se affirma que o rio Tejo se abrio pello meyo, apartando-se suas agoas, deixando caminho de feição, que apparecerão as areas. Com isto foi tamanho o medo nas gentes, que se forão morar aos campos em lapas, e tendas. Os mesmos terremotos ouue em Africa no reino de Tunes, e nos estados de Frandes, e ouue no ceos grandes e espantosos sinaes, de que os homens andauão como pasmados[2]». E Garcia de Resende, o chronista trovador, que em desataviado metro *recolheu á memoria as muytas, e grandes cousas que em seus dias passaram,* descreveu nos seguintes versos aquella iliada de infortunios:

E no Ianeiro do anno
logo seguinte sinaes
espantosos vimos, taes,
que non basta ingenho vmano
aos boquejar non mais;
ante manhãa quinta feyra
foy em tam grande maneira
terremoto em Portugal,
que se non vio outro tal,
nem Deos que se veja queira.

Veyo primeiro hũo rayo,
após elle hũo trouão,
e gram terremoto então,
tam grande, que pos desmayo,
tal, que a todas parescia,
que o mundo se destruhia,
para non auer mais mundo,
e que tudo era de fundo,
e ha terra se souertia.

Obra de hũo credo durou;
se mais fora destruyra
tudo, por terra cahira,
morrera quem escapou,
ha mor parte se fundira:

em hũo poncto punctual
foy em todo Portugal,
na Estremadura mor,
nas outras partes menor,
que non foy todo igual.

E ás septe horas do dia
foy outro tremor estranho,
que pôs medo, e couardia;
e depois do meo dia
outro, porem non tamanho;
e em outra quinta feira
ante manhãa, da maneira
que foy o grande, espantoso,
foy outro muy temeroso,
outro ante a terça feira.

Deste grande ao primeiro
cincoenta dias ouue,
nos quais todos per inteiro
tremendo deu tal marteiro,
qual tegora se non soube.
hũo anno todo tremeo,
mas pouco cousa, e perdeo
ha gente ja o temor:
aprouue a nosso Senhor
que cessou, non esqueceo.

Gretas, buracos fazia
ha terra, e se abrio,
agua, e area sahia,
que a enxufre fedia;
isto em Almeirim se vio:
e porque logo vieram
grandes chuuas que choueram,
e algũos dias duraram,
as aberturas taparam,
que nunca mais parescerão.

Todos com medo que auião
deixarão casas, fazendas;
nos campos, plaças dormião,
em tendilhões, e em tendas,
casas de ramas fazião;
as mais das noctes velando,
temendo, e receando;
porque tremor non cessaua:
a gente pasmada andaua
com medo, morte esperando.

Dous meses assi estiuerão
na mor força do inuerno,
aguas, ventos sosteuerão,
tormentas, trouões soffrerão,
bradando por Deos eterno:
todos logo confessados,
casos grandes perdoados,
fectas grandes deuoções,
romarias, procissões,
em esmolas ocupados.

Tambem se sentio no mar:
sem vento mares se alçarão,

nico, (apud. Frederico Francisco de la Figanière, Catalogo dos manuscriptos portuguezes existentes no Muzeu Britannico, pag. 52) mas não haverá erro no mez!...

[1] Garcia de Resende, loc. cit. pag. 379.

[2] Diogo do Covto, Decada Qvarta da Asia, Lisboa 1602, fol. 141 verso.

nauios forão tocar
no fundo com quilhas dar,
como perdidos andarão:
todas as cousas nascidas
forão quasi amortescidas,
feras, domesticas bestas,
cães, e aues, cousas destas
estauão esmorecidas.

Muros, e torres cahiram,
villas, paços, moesteiros,
Igrejas, casas, celleiros,
quintas, e as mais abriram:
non cahiam pardieiros,
pedras se viam rachadas,
e em pedaços quebradas,
e cousas de muytas sortes,
quanto mais rijas, mais fortes
tanto mais espedaçadas.

Hinfinda gente morreo
grandes perdas receberam,
grande perda se perdeo;
muytos ma morte morrerão,
porque de noite aqueeceo.
cousas per nossos pecados
nunca vistas dos passados
nestes regnos, nem ouuidas!
Deos nos liure nossas vidas
de casos tam desastrados[1].

V. de M.

[1] Garcia de Resende, Miscellania, loc. cit. pag. 379 e 380.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

AS ORIGENS BARBARAS [1]

A historia das relações do imperio romano com os povos do Norte e do Oriente que são conhecidos pela denominação de Barbaros, e particularmente a historia das luctas do quinto seculo, cujo resultado foi a interrupção do imperio no Occidente, e o estabelecimento das dominações teutonicas, deve, por mais de um motivo, chamar a attenção dos estudiosos. Por um lado, o conhecimento d'esses factos é indispensavel para a historia dos estados que procedem do desmembramento do imperio occidental. A par do elemento romano e do elemento christão importa considerar o elemento barbaro. Como todos sabem, a acção dos invasores não consistiu somente em destruir. Vedava-lh'o a sua propria força, e a grandeza do adversario que tinham diante. Roma, cansada de pelejar incessantemente com essa hydra indestructivel, cujas cabeças, mal tinham cahido ao corte da espada legionaria, para logo renasciam, mais vivazes e ameaçadoras, suspendera no tropheu das glorias extinctas as armas que as suas debeis mãos já não alcançavam brandir, e dobrara o collo resignada. Mas, quando um povo desempenha no mundo uma missão tão sublime como aquella que tinha sido commettida ao povo romano, o poderio militar, a dominação armada, não é a fórma unica da sua acção universal. A propria annullação politica não obsta ao desenvolvimento da sua capacidade civilisadora. Assim como o povo helleno, destinado á creação da philosophia e da arte, depois de submettido por Alexandre, formou no Oriente uma vasta e fecunda unidade litteraria, e, quando incorporado no universo romano, conquistou os vencedores pela sua superioridade intellectual, estampando profundamente o sêllo do seu genio livre e original em todos os productos da imaginação latina, o povo romano, cuja missão historica foi a creação do direito, e a união das nações da bacia do Mediterraneo numa grande communidade religiosa, civil e litteraria, ainda depois de vencido proseguiu na sua obra secular, senão com tanta energia, porventura com mais efficacia.

Os Barbaros encontraram pois na sociedade romana um elemento resistente que lhes não era dado aniquilar. Nem que fosse possivel, teria sido esse o resultado da acção e da reacção que se deu entre os dois elementos. Como acima indiquei, os Barbaros eram fortes. Os violentos destroem, os fortes fundam. Ora quem funda aproveita todos os materiaes. Foi o que fizeram os invasores.

A parte dos povos barbaros na creação das nações modernas foi importantissima. Entraram nessa combinação como elemento essencial. Não creio que a sua parte fosse a mais importante, pelo que respeita ao nosso Occidente, legitimo producto do Evangelho, do direito romano, das instituições municipaes e cesareas, e das lettras classicas; mas as differenças radicaes e profundas que separam a nossa sociedade da sociedade romana, devem-se quasi todas á influencia germanica.

Bastam estas considerações para mostrar qual o alcance do estudo das origens barbaras em relação á historia nacional; mas, por outro lado ainda, é esse estudo summamente interessante. O quadro d'aquella prodigiosa batalha de cinco seculos, ferida entre tantas e tão estranhas gentes, não póde deixar de commover profundamente a alma dos homens

[1] *Histoire d'Attila et de ses successeurs, par Amédée Thierry, Paris, Didier et C.ie*

dos nossos dias, tão accessivel ás impressões dramaticas, quando seja pintado com as vivas côres da realidade. Não se encontra nos vastos annaes da humanidade pagina mais pathetica do que essa defesa de uma sociedade que fez grandes coisas, e que se sente destinada a fazer outras maiores, contra os implacaveis inimigos da sua fé, das suas instituições, dos seus costumes, das fórmas da sua civilisação. Enorme tragedia, cujos actores são Arminio e Germanico, Marco-Aurelio, Decio, Aureliano, Julião, Theodosio, Stilico, Alarico, Attila, Aecio, Genserico, Ricimerio, Odoacro, as creaturas mais sanctas e as mais criminosas, mas todas de sobrehumana estatura; cujo theatro se estende das florestas germanicas a Carthago, e d'ahi ao Capitolio, dos montes Carpathos ao Danubio, e d'ahi a Constantinopla; cujo desfecho, ao envez das tradições classicas, e apoz uma accumulação de dôres e ruinas, como a especie humana não tornará a supportar, é a salvação da sociedade civilisada, e a regeneração do mundo.

O triumpho apparente pertenceu aos Barbaros, mas quem na realidade o obteve foi a sociedade romana, foi, primeiro que todos, o Evangelho. O caracter de Roma era a universalidade, a religião do Crucificado é universal. Portanto, nem Roma, nem a Egreja, podiam, sob pena de faltarem ao cumprimento da sua missão, isolar-se das nações estranhas que limitavam o imperio, nem d'aquellas que successivamente se lhe foram avisinhando. O encontro era fatal (melhor diriamos providencial.) Não menos fatal era a lucta do mal com o bem, do erro com a verdade, da barbaridade com a civilisação.

Foi glorioso e fecundo o desfecho; mas, considerando as coisas sob o ponto de vista terrestre, podia ter sido bem differente. Aqui é que principalmente reside o interesse da titanica tragedia. Eliminemos quatro seculos da historia, supponhamos Roma entrada e destruida por Arminio, por Decebalo, ou ainda pelos Godos, na epocha da sua apparição historica: qual teria sido o resultado d'essa catastrophe? O mesmo que o da victoria dos Persas em Salamina, ou dos Arabes em Poitiers. O mundo retrocedia.

Importava que as raças barbaras soffressem durante seculos a influencia de uma civilisação superior, para que o dia da sua victoria não fosse um dia nefasto nos annaes humanos. Cumpria que a sociedade romana se defendesse a todo o transe, e conservasse a sua unidade e a sua independencia até que os seus inimigos radicaes se convertessem em puros adversarios politicos. As datas variaram com as circumstancias. Roma entrega o sceptro da dominação occidental em 476 aos semicivilisados Germanos, ao passo que a sua irmã do Bosphoro tem de luctar heroicamente na brecha por mais dez seculos, até o dia em que a sua queda deixa de ser um desastre universal.

É por isso que de todas as successivas invasões, aquella que mais fortemente commove os nossos animos é a invasão dos Hunos. A sua apparição nas margens do Borysthenes determinou um grande movimento de povos, e apressou a queda do imperio do Occidente. Os fugidios Visigodos, que o imperador Valente acolhera no territorio romano, vieram, na geração seguinte, escalar o Capitolio ao mando de Alarico, e assentaram depois as suas tendas no Meio-dia da Gallia, d'onde se transferiram para a nossa Peninsula. Os Alanos, que os tinham precedido aqui, empreenderam a sua incursão devastadora sob a pressão do medo que os dominadores asiaticos lhes incutiam. Os Vandalos, que acompanhavam os Alanos e os Suevos, assenhoreando-se de Carthago, espalharam pelas regiões maritimas do imperio essas vastas ruinas que deram ao seu nome uma sinistra significação, e violaram, pela segunda vez, a cidade eterna. Finalmente, os bandos do ferocissimo Radagasio, que o progresso dos Hunos impelliu para o Occidente e para o Sul da Europa, rotos e dispersos num dos ultimos dias gloriosos de Roma, conseguiram, depois de se terem recomposto além dos Alpes, quebrar o laço que mantinha a unidade romana, arrancando dos hombros do ultimo Augusto do Occidente a purpura imperial.

A influencia indirecta dos Hunos foi terrivel, a sua acção directa só muito depois do seu estabelecimento na Europa se fez sentir; mas o que teria sido a sua victoria apresenta-se com um caracter tão hediondo que a imaginação refoge de o considerar. Gente nomada, sem moradas, sem artes, sem religião, quasi sem leis, de todos os seres que o Septentrião e a Asia desencadearam sobre nós, os menos humanos, constituiam um perigo immenso para a civilisação, que escapou em Châlons, como por milagre, graças ao valor dos federados da Gallia, e ao genio do patricio Aecio.

A desmarcada figura do seu chefe principal prestava-se extremamente á transformação popular. Para Attila, a lenda começou quasi em vida, e por fórma tal modificou a sua physionomia e as suas acções que foi necessario um paciente trabalho de moderna reconstrucção, para lhe restituir as feições, e estabelecer as bases da sua historia real.

O auctor do trabalho que acabo de apontar, Amédée Thierry, é o historiador que mais se tem occupado, áquem do Rheno, das origens barbaras. A historia dos Celtas da Gallia, seguida, tanto no territorio gaulez, como nos paizes para onde os levaram as suas emigrações, foi a sua estrêa litteraria, onde logo se revelou como grande escriptor. Depois, principalmente de vinte annos a esta

parte, os seus trabalhos historicos, numerosos, se vamos a considerar-lhes a natureza e o primor, teem levado a luz successivamente a cada uma das epochas importantes das ultimas luctas de Roma com a barbarie. O livro intitulado *Tres ministros do imperio romano no tempo dos filhos de Theodosio* encara, do ponto de vista romano, a historia de Alarico; as *Narrações da Historia romana no quinto seculo* contam a destruição do imperio occidental e o estabelecimento do reino ostrogodo de Italia; a *Historia de Attila e de seus successores até o estabelecimento dos Hungaros na Europa* acompanha os Hunos nas suas tres grandes invasões, já Hunos de Balamir, já Avares, já Magyares, e traça o mais vasto quadro de historia barbara de que tenho noticia.

Ainda nos seus ultimos trabalhos, consagrados a S. Jeronymo, a S. Agostinho, a S. João Chrysostomo, não cessa o eminente historiador de nos fornecer dados importantissimos para a historia das origens da sociedade moderna. O que estes livros são para a historia da Egreja é para a da sociedade romana a *Historia da Gallia sob a administração romana;* e as lacunas que o leitor póde encontrar, em relação ás epochas que não foram especialmente tractadas, enche-as um livro breve porém magistral, o *Quadro do imperio romano,* que, por minha parte, não duvido indicar como um dos melhores livros do seculo.

Os estudos historicos são pouco populares no nosso paiz, sobretudo os de historia antiga. Creio que vai nisto grave inconveniente, a todos os respeitos. A historia, não só é de grande ensinamento, mas constitue a mais interessante das leituras. Esta verdade, ha muito demonstrada para quem conhece os narradores antigos e os escriptores que crearam no seculo actual uma eschola superior, ou antes vinte escholas excellentes, devia calar em todos os animos. Ganharia com isso o paiz dobradamente. Esses estudos haviam de levantar e desenvolver o espirito do nosso povo, onde não falta engenho, mas falta cultura, e poderiam revelar alguma vocação preciosa. Importa muito que a historia nacional seja escripta por nós sem detença, para que não succeda que venham estranhos escrevel-a, com gloria sua e desdouro nosso. O que Ticknor fez á Hespanha, o que George Grote fez á Allemanha, que considerava a Grecia como terra sua, corremos grave perigo de que nol-o façam em breve. Eu sou dos que se não hão de queixar, mas desejo que os nossos bons talentos nos poupem a vergonha de taes esmolas.

Tenho portanto como util serviço o indicar quaes os escriptores a que se deve pedir conselho. Não faltam elles; o que faltará talvez é quem os ouça e os entenda. Para a historia da Peninsula, anterior á fundação da monarchia, historia de grande importancia para a intelligencia da nossa, não conheço modelo mais digno de ser consultado do que as obras de Thierry.

LUIZ GARRIDO.

THUCYDIDES

Thucydides foi filho de Oloro e de Hegesypyla: seu pai descendia de Milciades, general e vencedor na batalha dada no campo de Marathonia; sua mãi era filha d'um rei da Thracia. Nasceu no anno 431 antes de Jesus Christo em Athenas ou Halimusio (Kalimonte), povoação da Attica, e diz-se que morrera (talvez assassinado) tendo mais de 80 annos de idade.

Conta-se que quando tinha 15 annos de idade assistira com seu pai aos jogos olympios, onde Herodoto leu aos gregos, ali reunidos, os primeiros livros da sua historia, e que Thucydides, vendo os applausos, que lhe eram dados, vertera lagrimas de emulação, pelo que Herodoto dera os parabens ao pai, dizendo-lhe que o felicitava por ter um filho, o qual naquella idade mostrava já um ardente amor aos bellos conhecimentos. (Os criticos modernos rejeitam a veracidade d'este acontecimento). Thucydides estudou a oratoria com Antiphon, e a philosophia com Anaxagoras.

Foi militar, e fez serviços na guerra do Peloponeso commandando os Athenienses por mar, e por terra: estando na Thracia com um exercito, foi encarregado de defender as cidades de Amphipolis e de Eion, que ficava na fronteira; não podendo porem salvar a primeira por chegar tarde, e quando ella já se tinha rendido a Brasidas, general dos Lacedemonios, foi por este motivo banido da patria.

Expatriado foi residir em Scapta-Hyla, ou Scaptesula na Thracia, que lhe tinha cabido em dote por parte de sua mulher Thressa, e onde tinha minas d'ouro, e só passados vinte annos é que voltou para Athenas, quando esta cidade foi tomada por Lysandro, e publicada uma amnistia geral.

No exilio pois é que Thucydides, em virtude das muitas relações, que tinha com os athenienses e com os lacedemonios, reuniu á custa de diligencias e despezas os materiaes para compor a historia da guerra do Peloponeso em oito livros.

Não poupou cuidados, nem despezas, para conhecer não só as causas que produziram a guerra, senão tambem os interesses particulares que a prolongaram. Foi a diversas na-

ções inimigas, e consultou em toda a parte os chefes da administração, os generaes, os soldados; e elle mesmo tinha sido testemunha ocular de muitos acontecimentos, que escreveu.

A guerra do Peloponeso durou vinte e sete annos, desde 431–404 antes de Jesus Christo, teve por verdadeira causa a rivalidade de Athenas e de Esparta, que eram as nações dominadoras da Grecia, e principiou do seguinte modo. Os athenienses, commandado por Cimon, tinham alcançado numerosas victorias sobre os Persas; e orgulhosos com ellas, e com o seu poder, perderam a moderação, que os tinha feito senhores da heguemonia (ηγεμονιαν, i. é, direcção dos negocios) da Grecia. Excitados pelos eloquentes discursos de Pericles, aproveitaram-se das discordias dos povos visinhos para extenderem o seu dominio.

Samos e Mileto andavam em guerra, os athenienses tomaram o partido de Mileto, e apoderaram-se de Samos. Corcyra, colonia de Corintho, tinha rompido com a sua metropole, e os athenienses contra o direito publico da Grecia fizeram alliança com Corcyra, e sitiaram Potidea, outra colonia de Corintho. Então Corintho, que já tinha declarado quebrada a alliança, enviou embaixadores á Lacedemonia invocando a *vindicta* publica contra os athenienses: vieram deputados de quasi todos os povos da Grecia, e decretou-se a guerra contra Athenas.

Mas antes de virem ás mãos foram enviados embaixadores encarregados de fazerem reclamações. Pericles fez que ellas fossem rejeitadas, e então Esparta, e quasi todo o Peloponeso, a Phocide, a Beocia, e outros povos alliaram-se contra Athenas. Subia a 60:000 homens o exercito d'aquellas, os athenienses não podiam oppôr-lhes senão 15:000 combatentes, alem dos que estavam armados para defeza da cidade. *Os alliados* principaes dos lacedemonios eram os corinthios, os etolos, os phocenses, os locros, os beocios, e os povos do Peloponeso, excepto os acheus e os argivos. Os dos athenienses eram os Acarnanes, Naupacta, Plateas, Corcyra, as cidades da Thracia, e da Thessalia, a maior parte das ilhas gregas, e todas as tribus das costas da Asia e do Hellesponto. Esparta era forte por terra, Athenas por mar.

Os resultados d'esta guerra foram — o abatimento de Athenas, que perdeu os seus alliados, a elevação de Esparta á primeira ordem, a concentração d'um rico thesouro nesta mesma cidade, o augmento da sua marinha, e finalmente a creação d'uma potencia forte continental.

Escreveu pois Thucydides a historia d'esta guerra em oito livros, levando-a só até ao anno 21.°, sendo os outros seis annos continuados por Xenophonte, o qual foi quem publicou esta historia, desconhecida até ao seu tempo. Thucydides dividiu a historia por estações, (estios e invernos), e empregou o dialecto attico, por ser o mais puro, o mais elegante, e ao mesmo tempo o mais forte e o mais energico de todos; depois d'elle nenhum historiador ousaria servir-se d'outro.

Thucydides deu á historia *uma forma inteiramente nova,* idêa por elle pela primeira vez concebida, e que nenhum dos seus successores comprehendeu tão bem.

Aqui apparece pela primeira vez a historia inteiramente separada da poesia; aqui a historia é toda fundada nas bases da critica, procurando Thucydides constantemente por meio d'um severo exame separar a verdade da falsidade, mostrando em toda a sua clareza a connexão dos acontecimentos com as causas, que os produziram.

Tres caracteres principaes distinguem esta nova forma.

1.° — A introducção de discursos politicos ricos de pormenores e de eloquencia, e d'uma logica admiravel, nos quaes são desenvolvidas com uma rara sagacidade as considerações ligadas a cada um dos acontecimentos importantes debaixo dos differentes pontos de vista dos partidos oppostos: é representada a actividade interior do homem, o exercicio das suas faculdades moraes, e a acção reciproca dos mais occultos agentes. Estes discursos cheios d'um sentido profundo encerram um grande numero de ideias e de sabias maximas, fructo da experiencia: e, ainda que muito frequentes e compridos, quebram agradavelmente a monotonia, que aliás produziria a divisão da historia por estações, e a multiplicidade das operações militares.

2.° — A pintura cheia de viveza, e quasi poetica, e minuciosa, de pormenores, taes como a peste d'Athenas, as batalhas dadas no cerco de Syracusa, as scenas de mortandade na Corcyra, a prisão dos trezentos espartanos em Pylos, etc., — estas partes, que noutros historiadores podem chamar-se episodios, em Thucydides são digressões necessarias, que teem todas um fim historico.

3.° O alto merito d'um estylo ricamente ornado na mais habil prosa. A dicção de Thucydides corresponde admiravelmente á elevação dos seus pensamentos, á direcção constantemente séria do seu espirito, e ao olhar sombrio, que elle fixa no mundo, que o cerca: porem o que caracterisa mais o seu ornado, brilhante e nobre estylo, é a sua concisão e *energia,* tão grande, que o torna algumas vezes obscuro em factos, de que elle mesmo tinha sido testemunha ocular. Cicero (de Orat. 2, 13,) diz a respeito do estylo de Thucydides o seguinte: — Thucydides omnes dicendi artificio mea sententia facile vicit, qui ita creber est rerum frequentia, ut verborum quoque numerum sententiarum numero consequatur; ita porro verbis aptus, et pressus,

ut nescias utrum res oratione, an verba sententiis illustrentur. E a respeito dos discursos diz—(c. 9.) Conciones ita multas habent obscuras, abditasque sententias, vix ut intelligantur. A idea mãi (principal, ou culminante) consiste em representar-nos os dous partidos (a aristocracia e a democracia), lutando entre si sobre qual havia de preponderar, e dominar a Grecia. A tendencia toda politica de Thucydides tem um caracter eminentemente practico, pondo o leitor em estado de deduzir por si mesmo as consequencias practicas para situações similhantes, em que se ache a republica, e por isso os acontecimentos são representados sempre com uma energia particular.

A historia de Thucydides não é como a de Herodoto, a qual se assemelha á epopea de Homero, ou a uma especie de poema, onde se encontram as tradições dos povos sobre a sua origem, a analyse dos seus usos e costumes, e a descripção dos paizes, que habitam. A historia de Thucydides é com razão comparada a uma tragedia historica, pois que elle debaixo da forma historica apresenta a decadencia e ruina dos negocios publicos da Grecia, os horrores tragicos da guerra civil, e mesmo podia vêr um terrivel e sanguinolento drama na ruina da sua patria, outr'ora tão feliz, tão poderosa e tão florescente.

A sua historia é um poema, onde apparecem lutando—a *necessidade,* e a *liberdade;* é um grande *drama,* onde estão em exercicio e se desenvolvem as forças da alma humana.

Thucydides representa os papeis de militar, consummado politico e philosopho, e por isso mistura nas suas narrações e orações os principios de philosophia e de eloquencia, que recebera de seus mestres: escriptor imparcial, judicioso e methodico, discrimina habilmente as causas, os meios e as consequencias dos acontecimentos. Herodoto é o Tito Livio dos Gregos, Thucydides o seu Tacito.

Cicero e Quintiliano, fazendo o parallelo dos dois historiadores, (Her,., e Thucyd...), dizem o seguinte:—Cicero (de Orat. cap. 12)—Quo magis, inquit, Herodotus, Thucydidesque sunt mirabiles;—alter enim sine ullis salebris quasi sedatus amnis fluit; alter incitatior fertur, et de bellicis rebus canit etiam quodam modo bellicum, primisque ab his, ut ait Theophrastus, historia commota est, ut auderet uberius quam superiores, et ornatius dicere.

Quintiliano (Institut. Orat. 10, 1.) diz — Densus, et brevis, et semper instans sibi, Thucydides; dulcis, et candidus, et fusus, Herodotus; ille concitatis, hic remissis affectibus melior; ille concionibus, hic sermonibus; ille vi, hic voluptate.

A historia de Thucydides resente-se do extremoso amor, que elle tinha pela verdade, e do caracter, que o levava á reflexão. Mais zeloso de instruir, do que de agradar, mais attento em chegar ao seu fim, do que em se desviar d'elle por meio de digressões, não teve em vista os applausos do povo, mas cuidou em levantar um monumento immortal, e escreveu só para um pequeno numero de pessoas, de modo que a sua historia deve ser meditada, e não lida á pressa.

Ella foi, e é tão estimada, que Demosthenes a copiou oito vezes por sua propria mão para se fazer senhor do seu estylo. Affonso v Rei de Aragão copiou-a tambem muitas vezes, e Carlos v Imperador da Allemanha trazia sempre comsigo uma traducção franceza de Thucydides.

A historia de Thucydides appareceu primeiro traduzida em latim por Lourenço Valla, em 1452, infolio, sem nota do logar:

Depois temos a edição *princeps* em Veneza em 1502 por Aldo.

A Florentina em 1506 (repetida em 1526) em grego e em latim com scholios.

A de Basilea em 1540; em folio.

As de Henrique Estevam, impressas, uma em 1564 e outra em 1588, Lutetiae Parisiorum.

A de Francfort em 1594.

A de Oxford (Oxoniae) em 1696 por Io. Hudson (correcta, et elegans).

A de Carlos André Dukero, em Amsterdam em 1731, em folio. Repetida em Glasga em 1758 em 8 vol. e em 6 em *Bipontio*—1788 e 89; em 8.° (Bipontium significa duas pontes; é uma cidade da Baviera no circulo do Rheno).

A de Leipsik (Lipsiae) por Baver, e Beck, em 1790-1804, em 2 tomos de forma quadrada; reimpressa em Londres em 1819 em 4 vol. 8.° (editio praestans).

Ainda que os bibliocriticos dêem a estas edições os epithetos de correctas, prestantes, copiosas e optimas, entretanto nenhuma d'ellas satisfaz o leitor; algumas comprehendem (é verdade) trabalhos, e grandes, de sabios hellenistas; mas a critica não chegou a esclarecer muitas difficuldades que se encontram, nascidas talvez de texto mutilado ou interpolado. Ficou isto reservado para as edições que se têm feito, e continuam a fazer no seculo XIX: taes são as de—Vindobonae, 1805, 10 vol.—a de Gail em Paris, 1807, 10 vol. 4.°—a de... Haackius, Lipsiae, 1820, 2 vol.—a de Berolim (Reimer), 1821, 3 tom. 8.°—a Oxoniense, (Lips. Fleischer), 1825, 8.° só em grego: (critica, manualis, optima—a de Didot (Ambros. Firmin) em 1833, 4 vol. 8.°—a de Bothe (Frederico Henrique) Lipsiae, 1848, 2 vol., com o texto grego, e scholios em grego muito criticos. É edição locupletissima e classica a de Ernesto Frederico Poppo Gubenense, começada em 1821, e acabada em 1840, 11 vol.: editio minor, Gothae, 1843, 4 vol. 8.°: em 1847, 2 vol. 8.° Esta edição traz tudo o que se sabia a respeito de Thucydides até o

tempo de Poppo, o qual se apreveitou dos trabalhos dos hellenistas, que o precederam, e accrescentou os seus.

A. I. Coelho de moraes.

ARCHEOLOGIA CONIMBRICENSE

Extracto da relação, que escreveu Julião Monteiro da Silva, dos actos e doutoramento que fez na universidade Francisco Rebello da Silva, em 16 de janeiro de 1628.

No domingo, que foram 2 de janeiro, tomou ponto para o acto de approvação o dr. Francisco Rebello da Silva, e na segunda feira seguinte o explicou com muito louvor por espaço de uma hora, que leu sobre elle na sala publica da universidade, estando presente o reitor e os lentes e mais nobreza da universidade. Argumentaram os doutores Diogo Mendes Godinho, lente de prima, Gonçalo Alvo, lente de decreto, e o doutor João de Carvalho, collegial de S. Pedro. Satisfez a todas as duvidas que lhe propuzeram, e foi approvado com louvor.

Logo no domingo seguinte fez o acto de repetição ou releição, que foi aos 9 de janeiro. Por vesperas d'este acto de repetição logo no sabbado e horas de ave marias se repicaram os sinos da universidade, e se deu salva com muita alegria á porta do novo doutor com charamelas e trombetas na forma costumada. O mesmo se fez á porta do reitor da universidade, nos collegios de S. Paulo e de S. Pedro, á porta do lente de prima de canones e nos mais logares costumados.

Ao domingo, que foram, como fica dicto, 9 de janeiro das duas e meia da tarde por diante começou o dicto acto de repetição sobre o § notavel em o cap. *omnis utriusque sexus de poenit. et remiss.* Sobre elle leu o novo doutor hora e meia com muita satisfacção de toda a universidade, estando presente o reitor e mais lentes da universidade, estudantes e muitos religiosos de diversas religiões que honraram o dicto acto com a sua presença. Acabada a hora e meia se tangeram as charamelas e trombetas, como já tinham feito no principio, com muita alegria de todos.

Estava a sala grande dos paços reaes armada de tafetás vermelhos, e de tafetás amarellos a parede em que está a cadeira onde se assenta o reitor. As mais estavam enramadas com ramos de loureiro na forma costumada. Ante o novo doutor estava um grande bufete coberto de veludo vermelho, e juncto a elle uma cadeira de espaldar em que estava assentado.

Arguiram neste acto de repetição os doutores Pantaleão Rodrigues, collegial de S. Paulo, Antonio Homem Leitão, collegial de S. Pedro, Manuel de Toar e Jorge Privado. Respondeu o novo doutor com geral satisfacção e acabados os argumentos tornaram a tanger as charamelas e trombetas na forma costumada. Acabou-se o acto com muito louvor e honra do novo doutor. Presidiu o lente de prima, dr. Diogo Mendes Godinho.

Na quarta feira seguinte, que foram 12 do presente mez, tomou o novo doutor ponto para o exame privado. E para esse effeito veiu o geral de Santa Cruz, d'esta cidade, ás duas horas e meia da tarde á capella real da universidade a dar o dicto ponto, como fez, estando presente o doutor Diogo Mendes Godinho, lente de prima, na forma costumada. Entre os pontos que lhe sahiram nas decretaes escolheu o novo doutor o cap. *cum a nobis* 28 *a principio usque ad vers. incautis de testibus et attest.* No decreto escolheu o cap. *nullus monachus* 14 e seg. os quaes pontos se lhe assignaram ás tres horas da tarde. Na quinta feira á tarde que foram 13 de janeiro se repicaram os sinos da universidade, já com mais festa que no acto passado e se deram as salvas costumadas á porta do novo doutor e as mais sobreditas com charamelas e trombetas na forma costumada.

Na sexta feira seguinte, que foram 14 de janeiro, pela manhã ás seis horas e meia, se ajuntaram os doutores e o dito geral de Santa Cruz na capella real da universidade, onde ouviram todos missa, e, acabada ella, tomaram os doutores os seus capellos, e o novo doutor com os mais bedeis da universidade e officiaes foram buscar o geral e entre elle e o dito lente de prima veiu o novo doutor desbarretado até ao logar do exame, vindo as charamelas e trombetas adiante com muita festa e os doutores acompanhando. Chegando ao logar do exame, que é um aposento dos paços reaes, feita oração á Virgem da Esperança, que ficava defronte do dito aposento, começou o novo doutor a ler sobre o primeiro ponto das Decretaes in cap. *cum a nobis* 28 *de testibus*. E sobre elle leu hora e meia com muita satisfacção, estando presente o padre geral que é quem preside neste exame e o reitor e o lente de prima que presidiu *(sic)* e os mais lentes da universidade. Acabada esta primeira licção de hora e meia, se deu ao novo doutor uma hora para descançar na forma costumada. Acabada esta hora começou a ler sobre o segundo ponto, no qual leu meia hora na forma do estatuto. Acabadas estas duas horas de licção, começaram os argumentos que são cada um de nove proposições e dura cada um meia hora na forma do estatuto. Acabado este exame tornaram todos na forma sobredita á capella real, onde estando os lentes com seus capellos, e o reitor em seu logar costumado deu o dito padre

geral o grau de licenciado ao novo doutor com muita alegria de todos os circumstantes, repiques de sinos, charamelas e trombetas.

Devendo fazer-se a ceremonia do doutoramento no domingo 16 de janeiro, logo no sabbado á tarde se repicaram os sinos da universidade e se correu o sino grande por espaço de meia hora e se tangeram as charamelas e trombetas á porta do novo doutor e por toda a cidade. No dia seguinte, logo pela manhã se fez tambem festa com os dictos instrumentos, e ás oito horas da manhã veiu o dr. Diogo Mendes Godinho, na forma do estatuto buscar o novo doutor a sua casa a cavallo. Sahiu tambem o novo doutor em sua mula com um pagem adiante, vestido de gorgorão de Napoles preto por meia perna, com seu calção de terciopelo em um cavallo branco muito formoso com seu jaez de brocado finissimo azul e verde, com uma salva de oiro na mão direita, e sem barrete, em corpo, acompanhados de muita gente foram buscar o segundo padrinho do novo doutor que foi o conego Antonio Saraiva d'Amaral, seu parente, que sahiu de sua casa tambem em sua mula muito auctorisado com seus pagens e lacaios; os quaes padrinhos ambos tomaram ao novo doutor no meio, e, acompanhados de muita gente foram nesta forma até ao rocio de Santa Cruz, onde estavam já muitos doutores a cavallo esperando e muito povo, por se fazer naquelle dia e neste mosteiro a festa dos Santos Martyres de Marrocos, e costumarem vir á dicta festa os povos circumvisinhos com procissões. Tanto que o novo doutor com seus padrinhos entrou no dicto campo lhe fizeram grande festa as charamelas, trombetas e atabaques que tambem estavam esperando, e todos os circumstantes lhe lançavam mil bençãos.

Junctos os mais doutores, tanto que veiu o reitor conservador e mais justiça da universidade, tomaram todos os doutores seus capellos e o novo doutor tomou o seu; e o barrete com sua borla verde se pôz na salva de oiro que levava o pagem, o qual se collocou ante os bedeis da universidade que tambem íam a cavallo com suas maças de prata aos hombros. Deante do pagem ía o mestre de ceremonias da universidade com seu bordão de prata para governar o acompanhamento. Detraz dos bedeis ía o secretario da universidade e detraz d'elle o reitor á mão direita e o lente de prima á esquerda e o novo doutor no meio com seu capello e desbarretado. Detraz ía o conservador com toda a mais justiça da universidade e o conego Antonio Saraiva d'Amaral, padrinho. Deante de todo o acompanhamento íam os atabaques tambem a cavallo; logo se seguiam os alabardeiros do meirinho da universidade: após elles íam as trombetas e detraz as charamellas. Logo se seguiam os mestres em artes com seus capellos de veludo azul, com sua borla no barrete tambem azul, e detraz d'elles íam os medicos com seus capellos de veludo amarello com sua borla nos barretes tambem amarellos; logo se seguiam os doutores legistas com seus capellos de veludo vermelho com suas borlas nos barretes vermelhas: detraz d'elles íam os doutores canonistas com seus capellos de veludo verde e com suas borlas nos barretes tambem verdes: logo apoz íam os doutores theologos com seus capellos de veludo branco com suas borlas nos barretes tambem brancas. Detraz dos theologos e do mestre das ceremonias ía o pagem do novo doutor e se seguiam os mais na forma sobredicta. Assim partiram todos com muita alegria do rocio de Santa Cruz.

Chegando á Santa Sé d'esta cidade, sahiu toda a clerezia a ver o novo doutor, que por ser tambem sacerdote lhe lançaram mil bençãos. Chegou o acompanhamento ao rocio de S. João d'Almedina, onde estavam Christovam Gomes Rebello e Julião Monteiro da Silva, primos do novo doutor e Gonçalo Bandeira Maldonado, seu natural, e outros muitos estudantes da Beira, os quaes todos deram mil vivas ao novo doutor[1].

Entraram todos na rua que sobe para o collegio real de S. Paulo e logo começaram a repicar os sinos da universidade e a correr o sino grande na forma costumada. Chegando ao collegio de S. Paulo, sahiram alguns collegiaes com os braços abertos para recolher o novo doutor, e, por serem seus amigos, o acompanharam tambem até á universidade, onde estava um soldado velho de boa estatura armado de armas brancas com um bastão na mão, o qual tinha debaixo de sua bandeira certos soldados e guardava a fortaleza e paços reaes da universidade. Chegando os doutores a elle lhe pediram licença para entrar a qual elle deu de boa graça, por o novo doutor descender dos Gomes, cuja illustre e nobre familia elle significava, e como a tal descendente seu lhe lançou tambem mil bençãos. Entrando, pois, todos os doutores no terreiro da universidade na forma sobredita encontra-

[1] Supprimimos em nosso extracto não somente as longas reflexões em latim com grande copia de textos de que o auctor entremeiou a sua relação, mas tambem as fallas em latim que elle attribue no decurso do prestito a todos que lhe sahem ao encontro e até aos parentes do doutorando, como se a avó, mãe e irmã lhe soubessem fallar em tal lingua. Por curiosidade e porque não occuparão grande espaço, transcreveremos aqui as acclamações que lhe fizeram os que lhe sahiram no largo de S. João: «Vivat noster Silva! Vivat Silvius doctor ingeniosus, homo plurima recte loquens! Vivat noster Rebellus! Vivat pinelensis doctor! Crescat in mille millia, quia os nostrum et caro nostra est! (Genesis cap. 24 prope finem et cap. 29).» Parece que tanto estas acclamações, como as longas fallas em latim attribuidas ás corporações e pessoas que desde Santa Cruz até á universidade se encontraram com o prestito, seriam imaginadas pelo auctor para adorno da noticia que escreveu.

A. F. Simões.

ram com um carro triumphante que este nobre soldado, cabeça da nobre familia dos Gomes tinha preparado para honrar ao novo doutor seu descendente. Era o carro de notavel grandeza, tinha seis rodas, tres por banda e sobre elle com mui notavel artificio estava fabricado um theatro em quadro coberto de veludo verde. Tinha este theatro quatro columnas de jaspe formosissimas uma em cada canto, e juncto de cada uma d'ellas uma cadeira de brocado branco com suas almofadas de setim branco. Estavam assentados nas primeiras duas o pae e a mãe do novo doutor; na da mão direita Antonio Gomes Rebello e na da mão esquerda Isabel Pereira de Sampaio. Ambos estavam vestidos de branco e muito alegres por verem o seu filho em acto de tanta honra. Tinha cada um d'elles seu escudo pregado na columna: no de Antonio Gomes Rebello estavam pintadas as armas dos Gomes e Rebellos e no outro escudo as dos Pereiras e Sampaios. Nas outras duas cadeiras estava á mão direita aquella veneranda matrona Beatriz da Silva de Sampaio, avó do novo doutor, que foi honra e amparo de todos os seus filhos e netos e, tambem trajava de branco, e tinha o seu escudo com as armas dos Silvas posto na columna. Á mão esquerda estava Paulina Rebello, irmã do novo doutor vestida de branco e com o seu escudo pregado na columna e n'elle pintadas as flores de liz das armas dos Rebellos. No meio d'este carro estava outra cadeira, algum tanto mais levantada e n'ella sentado o honrado e veneravel sacerdote Julião Monteiro da Silva, tio e pae do novo doutor, a quem os demais deram o logar do meio, por sacerdote e por ser amparo e refugio da casa de sua mãe e de seus netos, especialmente do novo doutor, a quem sustentou sempre como pae e o chegou ao estado presente. Estava tambem de branco este sacerdote e com as vestes sacerdotaes. Tinha na mão direita uma cruz de ouro arvorada de maneira que as aspas da cruz sobrepujavam as columnas. Sahiam debaixo do carro triumphante algumas enramadas silvas verdes e formosissimas, que cercavam todo o carro e columnas, e de umas ás outras se enlaçavam de modo que ficavam cobrindo o tecto todo, e se levantavam algum tanto ao pé das aspas da cruz por cima de cujos braços cahiam alguns ramos com seus fructos de amoras, sendo tudo á vista muito aprazivel. Puxava por este carro um leão rompente com as flores de liz na mão direita[1].

[1] Será tambem este carro uma ficção do auctor? Todos os que n'elle estavam receberam o doutorando com largas orações em latim e com muitas citações da biblia! Puxa ao theatro ambulante um leão rompente com as flores de liz na mão direita!

Posto que fossem de uso commum, n'aquelle tempo, nas procissões e n'outras ceremonias publicas os carros armados como aquelle a que alludimos ou por forma similhante, duvidamos da realidade do que o auctor diz ter apparecido no pateo da universidade. Resolvam a nossa duvida os entendidos na archeologia universitaria.

A. F. Simões.

Aproximando-se o novo doutor do carro correu a abraçar seu pae, sua mãe e as outras pessoas, com muitas palavras de amor.

Entrados todos na capella real da universidade, os doutores e mestres em artes ficaram no corpo da egreja e o novo doutor entrou para a capella e juncto ao altar mor se sentou o padre geral de Santa Cruz e juncto a elle o reitor e logo o novo doutor e por baixo o lente de prima. Começou-se a missa com grande solemnidade e, dita ella, se sahiram a pé na forma costumada até á sala maior da universidade que estava armada de tafetá e com muitos ramos de loureiro. Á porta da sala estava esperando o conego Antonio Saraiva, padrinho, o qual tomou o novo doutor á mão direita, e foram ambos sentar-se em duas cadeiras que estavam no meio da sala por baixo da cadeira grande e por diante d'aquellas se tinha posto um grande bufete coberto de veludo vermelho.

O novo doutor se sentou á mão direita ainda sem barrete com seu capello verde; á mão direita *(sic)* estava o pagem com a salva de ouro e n'ella o barrete com sua borla. Logo por baixo tambem no meio da sala estava outra cadeira de espaldar, na qual se sentou o dr. Francisco Leão, orador, com seu capello vermelho. Á mão direita, defronte d'elle, estava outra cadeira d'espaldar na qual se sentou o dr. Gaspar Pinto da Fonseca tambem com seu capello vermelho. Juncto á cadeira grande no logar dos doutores se sentou o padre geral de Santa Cruz e juncto d'elle o reitor. Logo se seguiram os doutores theologos, os canonistas, os legistas e os medicos. Da outra parte da cadeira grande á mão esquerda estava no primeiro logar o dr Francisco Leitão, desembargador do Porto, que viera a esta cidade com uma alçada e juncto d'elle o conservador e os licenciados por exame privado e logo os mestres em artes com seus capellos azues. Na outra parte da sala do lado das casas do reitor estavam as charamelas, trombetas e mais instrumentos de festa. No corpo da sala a nobreza da cidade e universidade.

Estando todos na forma sobredicta, disse logo o padre geral de Santa Cruz em voz alta a sua oração em latim e, acabada esta, se tocaram as charamelas e o doutor Gaspar Pinto por ser lente mais antigo, começou a sua oração tambem em latim. Seguiu-se-lhe pela mesma forma o dr. Francisco Leão. Acabada esta oração e depois de tocarem as charamelas, logo os bedeis com suas maças de prata e o mestre de ceremonias e o secretario da universidade com seus bordões de prata vieram buscar o novo doutor e o foram acompa-

nhando e o padrinho até ao logar onde estava o padre geral, a quem requereu o novo doutor e em seu nome o conego Antonio Saraiva, seu padrinho, lhe d'esse o gráu de doutor, visto ter satisfeito aos estatutos da universidade. Logo o secretario deu juramento ao novo doutor de guardar os estatutos. O padrinho se tornou á sua cadeira, e o novo doutor acompanhado dos officiaes sobredictos subiu ao logar onde estava o padre geral e se poz de joelhos ante elle e fez sua profissão de fé, abjurando as heresias na forma costumada. Conferido o gráu com as palavras do estylo, levantou-se o novo doutor e se poz de joelhos ante o doutor Diogo Mendes Godinho, lente de prima, o qual fazendo a sua oração em latim, na forma costumada, lhe entregou as insignias doutoraes e no fim o abraçou, e logo o levou ao padre geral que tambem o abraçou e ao reitor e aos demais doutores por sua ordem, indo diante o dicto lente de prima. Tambem abraçou aos mestres em artes, licenciados por exame privado, conservador e desembargador[1].

Depois d'isto se sentou o novo doutor junto do padre geral e do reitor com seu barrete de borla na cabeça. Logo se repartiram as propinas e se deram as luvas na forma costumada, e no fim de tudo, se levantou o novo doutor e, tirando o barrete, agradeceu com as palavras do estylo. Logo depois se sahiram todos por sua ordem a pé com seus capellos e o novo doutor entre os dois padrinhos, os quaes iam cada um de sua parte e no meio o novo doutor e o reitor da universidade, e assim o acompanharam todos a sua casa onde estavam já as charamelas e mais instrumentos de festa esperando o acompanhamento.

Estava o pateo dos paços episcopaes, onde o novo doutor morava, todo enramado de ramos de loureiro e as suas janellas e portas armadas de seda e alcatifadas com muita curiosidade. Chegando o acompanhamento ao dicto pateo ás portas episcopaes se despediu o reitor dirigindo algumas palavras em latim ao novo doutor, e este fez a todos a reverencia devida e se recolheu para sua casa, na qual fez muita festa a seus convidados.

Coimbra aos 20 de janeiro da era de 1628.

JULIÃO MONTEIRO DA SILVA.

[1] Todas as orações em latim vêem por extenso no manuscripto, que é de 35 paginas de folio.

CARTA INEDITA

Do bispo de Coimbra D. fr. Alvaro de S. Boaventura ao Collegio cardinalicio

Eminentissimos senhores. — Os largos tempos que as Egrejas de Portugal estiveram sem bispos foi a occasião com que em este reino se errasse o computo em que cada um delles era obrigado a prestar o devido obsequio á Santa Sé Apostolica e visitar os Sagrados Limines, como é disposto por direito canonico, constituição do Summo Pontifice Xisto v de santa memoria, passada em 20 de desembro de 1585, e pelo juramento que recebem em sua sagração. — A benignidade de S. Santidade tem declarado que os bispos devem encher esta obrigação até 20 de dezembro deste presente anno. — Desejando eu obedecer com a devida humildade não me foi possivel thé o presente tempo por impedimento de falta de saude, como será presente a V. Em.as pelas certidões juradas dos medicos, que me assistiram. E tambem pela assistencia dos negocios do reino e da Egreja, a que todos os prelados deste reino foram chamados a cortes na cidade de Lisboa: Procurei na forma dos decretos apostolicos que fosse em meu nome dar esta devida obediencia pessoa do gremio do meu Cabido aonde não houve quem se dispozesse a esta missão, nem fóra delle achei pessoa constituida em dignidade. Nestes termos recorrí a buscar Presbytero da diocese, de cujas lettras e prudencia podesse justamente esperar a satisfação desta obrigação, e fazer a V. Em.as presente o estado desta Egreja de Coimbra e seu bispado com as copiosas relações que leva de todas as Egrejas delle, reservando sómente dar eu a V. Em.as as noticias desta cidade e Egreja cathedral.

Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica sem em mim achar merecimento algum entrei na posse deste bispado em 16 de agosto de 1672.

A cidade de Coimbra, assento da Egreja cathedral, conforme aos escriptores antigos, fundou Hercules filho de Urifico, antiquissimo rei do Egypto, no anno depois do diluvio 550 que passa de 3200. E ainda conserva o nome de cidade de Hercules[1].

É regado com o rio Mondego, a que dá passagem uma dilatadissima e aprasivel pon-

[1] A origem que assigna á cidade de Coimbra o bispo D. fr. Alvaro temol-a por fabulosa. A historia da fundação de Coimbra está involvida em tanta escuridade que nos parece baldado o empenho de quem pretender averigual-a. Das investigações e trabalho, a que têm procedido muitos e mui eruditos antiquarios e historiadores nada de positivo tem resultado. Querem uns que a cidade de Coimbra seja fundação de Hercules, o Egypcio; attribuem-n'a outros a Brigo, antigo rei de Hespanha; outros aos povos Colimbrios, que se diz terem vindo para a peninsula em companhia dos Turdulos, Gallos, Celtas e Andaluzes 308 annos antes do nascimento de Christo, finalmente dizem outros que fôra fundada por Ataces, rei dos Alanos, depois de haver arrazado em 409 a antiga Conimbrica, hoje Condeixa a Velha. Esta ultima opinião ácerca da origem de Coimbra é a mais geralmente seguida; os criticos porém tem esta fundação por mui duvidosa. A ponca duração do dominio dos Alanos na Lusitana, que uns querem que fosse de nove annos, outros só de cinco, apenas lhe daria tempo para destruir, que não para edificar.

te[1]; fertilisada com dilatados campos que continuam por sete legoas até ao mar Oceano, onde o Mondego deixa a memoria de sua corrente.

Foi esta cidade côrte de muitos reis de Portugal, aonde edificaram sumptuosissimo palacio. Thé que no anno de 1537 el-rei D. João, III do nome e XV dos reis de Portugal, fundou nella uma Universidade, que se reputa entre as mais insignes do mundo, e applicou os seus paços reaes para nelles se ensinarem as sciencias maiores: dotando-a copiosamente de suas rendas: Até uniu as do Priorado-mór de S. Cruz de Coimbra e de outras Egrejas por bulla da Santidade do Papa Paulo III no anno de 1542.

Em esta Universidade se lêem nove cadeiras de theologia; sete dos sagrados canones; oito de direito civil; seis de medicina; uma de mathematica; outra de musica.

Edificou o mesmo rei o collegio da companhia de Jesus, que é dos maiores da Europa; nelle instituiu as escholas menores, aonde os religiosos do mesmo collegio têm as artes em quatro cursos, uma cadeira de Hebraico, outra de Grego, e onze de Latinidade.

Tem esta Universidade dois collegios seculares, um de fundação real chamado de S. Paulo, e outro de S. Pedro, insigne tambem no mundo pelos grandes e illustres lettrados que delle sahem. É mais ornada com dezaseis collegios de Regulares, d'onde sahem insignes mestres em theologia e religiosos mui doutos, que com grande credito da Christandade passam alguns prégar e exaltar a Santa fé Catholica ás mais remotas partes do mundo.

A cidade constará de quatro mil visinhos. Divide-se em nove parochias, em que entra a Cathedral. Tem quatro conventos de Religiosos; o principal e o mais antigo é o de Santa Cruz de conegos regulares de Santo Agostinho, de fundação e dotação do primeiro rei de Portugal D. Affonso Henriques, e aonde Santo Antonio tomou o habito de conego regular. É jazida do rei seu fundador, e de sua mulher e filhos. Tem jurisdicção quasi episcopal com uma freguezia exempta da jurisdicção ordinaria: Um convento de S. Domingos da ordem dos Prégadores: outro de S. Francisco, e outro da Provincia dos Capuchos, para onde Santo Antonio se passou de conego regular para filho de S. Francisco. E neste convento está a sua cella com grande veneração. Estes dois ultimos conventos estão *extra-muros* da cidade.

Ha tres conventos de religiosas, um chamado de Santa Clara, aonde está o corpo de Santa Isabel Rainha de Portugal; é da ordem de S. Francisco e sujeito á jurisdicção ordinaria do Prelado d'aquella religião. Por este convento estar quasi occupado das arêas do Mondego, e exposto a suas inundações, se está edificando outro de obra magnifica, a que deu principio a Magestade d'el-rei D. João IV[1]. — O outro convento é chamado de Sant' Anna da fundação e dotação de D. Affonso de Castello Branco, bispo que foi de Coimbra, sujeito á jurisdicção ordinaria do bispo, debaixo da regra de Santo Agostinho. O outro é de Santa Maria de Cellas, da fundação e dotação da infanta D. Sancha, filha d'el-rei D. Sancho, primeiro de nome, e segundo dos reis de Portugal. Vivem as religiosas debaixo da regra de Cister, sujeitas ao prelado desta Religião. Todos estes conventos estão *extra-murcs* da cidade.

Dentro da cidade ha um recolhimento da invocação de Nossa Senhora da Piedade, da jurisdicção ordinaria do bispo, onde vivem recolhidas em clausura algumas religiosas de varios mosteiros que foram penitenciadas pelo Tribunal da Inquisição do Sancto Officio pelo crime de judaismo.

É illustrada esta cidade com um dos Tribunaes do Sancto Officio, aonde com grande zêlo do serviço de Deus assistem ministros de grande virtude e insignes lettras, que continuamente trabalham por extinguir e castigar erros do judaismo de Gente de Nação Hebrea[2].

Ha tambem nesta cidade uma casa chamada da Misericordia debaixo da invocação da Visitação de Santa Isabel, instituida por el-rei D. Manuel, primeiro do nome e XIV dos reis de Portugal. É regida por leigos em uma irmandade de duzentas pessoas, cem dellas nobres e cem mechanicas, cujo exercicio é enterrar os mortos, livrar e sustentar encarcerados, visitar enfermos, soccorrer peregrinos, casar orfãs e assistir ao proximo com todas as mais obras de misericordia. Muitas vezes são os bispos Provedores, e eu o sou do tempo em que entrei neste bispado até ao presente.

Tambem ha um hospital real da fundação e dotação do mesmo rei, regido por conegos seculares de S. João Evangelista, aonde se curam com grande caridade e assistencia do

[1] Em extensão e fortaleza é a ponte de Coimbra a primeira do reino. Na descripção que faz do risonho aspecto de Coimbra o P.e Antonio de Azevedo nos seus *Fasti Antoniani* não é esquecida esta obra monumental, pois allude a ella nestes versos:

Marmoreum pulchro aspectu mirabere pontem,
Recto quinque arcus ordine bisque decem.

O auctor da *Historia Breve de Coimbra* para encarecer a extensão da ponte emprega estas expressões: «é tão espaçosa e comprida, que ninguem se lembra de a passar a qualquer hora do dia ou da noute, que não encontrasse caminhantes, ou ouvisse dar horas ou quartos os relogios da cidade.»

[1] As religiosas, com o corpo da Rainha Santa Isabel, se trasladaram para o novo convento no dia 29 de outubro de 1677.

[2] Abolido por decreto da Regencia datado de 31 de março de 1821.

necessario todos os enfermos necessitados, assim homens como mulheres. Ha outro hospital antigo, obra pia que deixou particularmente pessoa devota, aonde se recolhem seis viuvas honradas, com obrigação de varrer a Egreja de S. Christovão, em cuja freguezia está, e dar agua para as pias. *Extra-muros* da cidade ha outro hospital da fundação e dotação d'el-rei D. Sancho I, aonde se recolhem e têm sustento necessario os lazaros incuraveis [1].

Tem a cidade uma confraria do SS. Sacramento na Sé Cathedral, regida por um governador ecclesiastico, que sempre é Dignidade ou Conego, e por um juiz leigo, pessoa da principal nobreza da cidade. Uma confraria dos clerigos debaixo da invocação de S. Pedro, e dezeseis confrarias de leigos debaixo de varias invocações, todas enriquecidas pela Sé Apostolica com muitos Jubileus, graças e indulgencias, com que é muito grande a devoção e frequencia dos Sacramentos.

A Egreja Cathedral de Coimbra é tão antiga, que, antes de ser destruida pelos moiros no tempo d'el-rei D. Rodrigo, já tinha bispos, mas como padeceu a destruição muitas vezes e esteve em poder dos moiros muitos annos, se perderam as memorias de seus nomes, e de alguns consta somente por letreiros antigos que mal se podem ler, e de outros fazem menção as chronicas antigas de Hespanha. E na sagração da Egreja de Sant'Iago de Galliza se acha a sua memoria com preferencia a todos os bispos de Portugal.

Depois da capitulação dos moiros em Coimbra por el-rei D. Affonso Magno, que foi no anno de 934 [2], mandou o mesmo rei vir para bispo d'esta cidade a D. Paterno, religioso de Sancto Agostinho e bispo de Tortosa, o qual recolheu moços nobres que creou em esta Sé, com quem viveu em commum debaixo da regra de Sancto Agostinho; e assim se continuou até que houve separação e ficaram os conegos com mantos pretos na quaresma, e depois usaram tambem no mais tempo do anno murças pretas, forradas de preto, e de tudo usam de presente em signal da sua primeira instituição, e se contam depois d'este tempo 51 bispos successivamente, dos quaes acabaram muitos com a opinião de sanctos.

É esta Egreja da invocação de N. Senhora da Assumpção, cuja é a capella maior. Tem tres naves, toda azulejada e dourada, obra muito magestosa. Dez capellas, a primeira do SS. Sacramento. A segunda de S. Pedro, cabeça da freguezia, aonde está applicada a parochia. As outras são da Expectação de N. Senhora, Rainha Sancta de Portugal, S. Sebastião, S. Isabel, S. Clara, S. Antonio, Onze mil Virgens, S. Miguel, e esta só é padroado e fabricada pelo cabido por contracto antigo. Tem um claustro grande e aprazivel com quatro capellas padroados que fabricam seus administradores. Toda a mais fabrica da Egreja é por conta do bispo.

Teve esta sé antigamente quarenta conegos, que pelo tempo adeante se reduziram a trinta e duas prebendas, em que se conservam de presente com oito dignidades a saber: Deão, Chantre, Thesoureiro-Mór, Mestre Eschola, e quatro Arcediagos, dos quaes um se chama da Cidade, e é o do Bago, outro do Vouga, outro de Cêa, e outro de Penella. Em estes tres Arcediagados se divide o bispado. Assistem no serviço do côro vinte e cinco capitulares, seis meios conegos, e tres tercenarios. Todos os beneficiados d'esta sé são de collação ordinaria, excepto o Chantre, e um canonicato que a universidade apresenta em Mestre de Theologia residente, e um doutor em Canones residente de nove mezes: Dois canonicatos mais que apresenta, um em Mestre de Theologia, outro em doutor em Canones por concurso litterario, e uma tercenaria em Mestre em Artes residente, com que esta sé se acha sempre servida com grandes e insignes lettrados; e todos tiram confirmação apostolica.

Logo em o primeiro anno que entrei na posse do bispado visitei por minha pessoa a cidade no espiritual e temporal, a um dos Arcediagados, e no anno seguinte da mesma maneira a cidade a outro Arcediagado, e neste anno tinha visitado a cidade e fico em caminho para visitar o terceiro Arcediagado, com o que por minha pessoa acabo este anno a visita de todo o bispado; e os Arcediagados, a que não fui em cada um dos annos, mandei visitar por pessoas de virtudes e lettras, quaes convinham em materia de tanta importancia. E por todas as visitas que fiz e mandei fazer achei todas as Egrejas bem servidas no espiritual e temporal, muita devoção nos fieis, e muitos exercicios espirituaes, obras pias e louvaveis, como tudo consta das relações que com esta serão presentes a V. Em.^{mas} de cada um dos parochos da diocese.

A execução das ultimas vontades e fideicommissos e legados pios tem seu effeito com grande efficacia, porque de todos os testa-

[1] Este hospital era na sua primitiva instituição uma das *gafarias*, de que falla Viterbo no seu *Elucidario*. No testamento de D. Sancho I do mez de outubro de 1209 encontram-se estas verbas:

Cætera omnia de meo repsito dentur leprosis Colimbriæ.

Mais abaixo: *Præterea dedi pro anima mea Ablati Alcũp. de arca mea* x̃, *morabitinos, de quibus faciat unam Gafariam in Colimbria.*

Mais abaixo: *Meae Albergariæ de Colimbria mille morabitinos.*

Por decreto de 15 de abril de 1774 passou para a Universidade a administração d'este hospital.

[2] Equivoca-se nesta passagem o bispo D. fr. Alvaro. Queria por certo dizer *D. Fernando Magno*, e não *D. Affonso Magno*. Foi aqueile que depois de conquistar Coimbra aos mouros em 1064 (e não em 934) convidou D. Paterno para reger a diocese conimbricense.

mentos toma o bispo conhecimento por si, seus visitadores e Vigario, e tambem os provedores da comarca conforme as leis do reino alternativamente pelos mezes, por concordia feita contra o Estado Ecclesiastico e Secular, e d'esta maneira não pode haver falta alguma neste particular.

Neste bispado achei algumas relaxações na vida e honestidade dos clerigos, nascida de lhes faltar prelado por mais de vinte e cinco annos, e haver no reino guerras vinte e oito annos; comtudo por Cartas Pastoraes que mandei publicar, admoestando a todos com caridade, e castigando alguns, se tem chegado a reformação possivel, e ficará de todo perfeita com a celebração do Synodo Diocesano, que espero fazer, acabada a visita, para com as noticias de todo o bispado se preceder nelle como for mais conforme com o serviço de Deus Nosso Senhor e bem das almas.

Os Decretos do Sagrado Concilio Tridentino foram recebidos em todo este reino sem contradicção alguma, e se guardam inviolavelmente.

Em esta cidade não fizeram os bispos Seminario por haver nella uma tão insigne universidade, aonde se ensinam todas as sciencias, mas ainda assim têm os bispos duas cadeiras de Theologia que pagam de suas rendas, e têm os P.es da Companhia de Jesus no seu collegio das Escholas menores. E na claustra da Sé ha uma cadeira de grammatica, que paga o Mestre Eschola para aprenderem os moços do côro, familiares dos conegos, e mais pessoas que alli querem ir voluntariamente. Sem embargo de achar esta Egreja Cathedral muito enriquecida de prata e ornamentos, que de mais do que havia antigo fez o cabido *sede vacante* das rendas da mitra, lhe accrescentei ainda mais prata[1] e ornamentos, com o que se reputa pela mais bem ornada sé de Portugal. No edificio tambem tenho feito algumas obras para um maior lustre, e espero em Nosso Senhor me ajude para satisfazer em tudo as obrigações do Officio Pastoral em que foi servido pôr-me.

Guarde Deus a VV. Em.mas por mui dilatados annos para lustre da Sancta Egreja.

Coimbra, 3 de junho de 1675.

D. Fr. Alvaro de S. Boaventura,
B.º Conde.

[1] No riquissimo thesouro da sé d'esta cidade ainda se conserva uma graciosa bacia e respectivo gomil de prata dourada com apreciaveis lavores em relevo. Estes objectos, pelo brazão que se vê gravado no centro da bacia, deprehende-se haverem sido dadiva do bispo D. fr. Alvaro. Estiveram expostos na exposição districtal de Coimbra effectuada em 1869. Por essa occasião démos noticia d'elles no *Tribuno Popular* de 28 de julho d'esse anno, a qual depois foi reproduzida a pag. 256 do livro intitulado *Exposição Districtal....* 1869.

BIBLIOGRAPHIA

Précis de thermométrie clinique général, par le docteur P. F. da Costa Alvarenga, membre titulaire de l'académie royale des sciences de Lisbonne, etc., etc. Traduit du portugais par le docteur Lucien Papillaud (Henri Almes), membre correspondant de l'académie royale des sciences de Lisbonne, etc.

Lisbonne: imprimerie de l'académie royale des sciences, 1871.

I

Logram prazeres ineffaveis os cultores das boas letras, os amantes das bellas artes, quando meditam as suas obras primas, quando apreciam os seus mais famosos monumentos; não offerecem todavia gosos mais intensos o estudo das letras, o da musica e o da pintura, do que o da medicina em seus multiplices e variados ramos.

Aos que desconhecem ou menosprezam esta sciencia parecerá porventura estranho que assim encareçamos os encantos do seu estudo; mas nem por isso é menos verdadeiro, nem menos grato este sentimento, quando ante nossos olhos se patenteiam novos horisontes, quando nos apparecem descortinados segredos que se nos antolhavam indecifraveis, quando vemos harmonisados factos, que reputavamos inconciliaveis.

Comprehendemos o prazer com que um amador de musica ouvirá uma symphonia de Beethoven; fazemos idea do vivo interesse com que um amante de pintura examinará a *Noite* de Corregio, ou a *Transfiguração* de Raphael; nem nos maravilhará o enthusiasmo do apaixonado da litteratura patria, ao recitar o episodio de Ignez de Castro, ou o do Adamastor, do immortal Camões. Creiam-nos porém os admiradores do bello nessas prodigiosas manifestações, que não são, no seu genero, menos suaves as emoções que nos produz a leitura de um bom livro de sciencia, embora não possa comparar-se com as magnificas obras d'esses peregrinos ingenhos, que conquistaram a admiração universal.

É certo que nos dominaram as mais gratas sensações, em quanto percorremos as paginas da excellente obra *Précis de thermométrie clinique générale*. Viamos uma exposição tão clara e substancial, quanto era possivel, do que hoje se conhece de mais positivo e de mais util no que respeita a thermometria clinica. Possuiamos um livro novo na fórma, e novo na essencia, como nunca saíra dos nossos prelos, escripto por uma penna portugueza, já vantajosamente conhecida no mundo scientifico.

E desejando que outros experimentassem o prazer que nos causou tão amena leitura, propozemo-nos logo fazer do *Précis de thermométrie clinique* uma breve resenha, a fim de excitar nos leitores do *Instituto* o desejo de o conhecer.

II

Depois de haver historiado as diversas phases por que ha passado a thermometria clinica desde as epochas mais remotas até aos nossos dias, depois de haver exposto suas vicissitudes e seus progressos em differentes paizes, onde se tem cultivado com mais esmero, entra o sr. dr. Alvarenga na materia especial da sua obra, que divide em seis capitulos.

Tracta no primeiro da temperatura physiologica, e de suas modificações operadas sob a influencia de diversas circumstancias, quer individuaes, quer exteriores.

É consagrado o segundo á descripção dos thermometros preferidos para o uso clinico, á indicação das condições que devem preencher, ao seu modo de applicação, e finalmente aos registros thermo-sphygmo-pneometricos.

Contém o terceiro o exame das modificações pathologicas da temperatura.

É destinado o quarto ao estudo da febre, e dos periodos da temperatura pathologica e das suas relações com os outros symptomas.

Occupa-se o quinto do curso geral da temperatura pathologica e de suas relações com os outros symptomas.

Contém finalmente o ultimo capitulo, que o auctor denomina *thermo-pathogenia,* a exposição e analyse critica das diversas theorias propostas para explicar a temperatura anormal.

III

Não são estes capitulos meros reflexos das doutrinas mais importantes relativas ao assumpto expostas pelos auctores francezes, inglezes e allemães; se o fossem exclusivamente, tinham ainda assim grande merecimento, porque não é mister de facil execução recopilar convenientemente alheias doutrinas; ás d'aquelles eminentes pathologistas reuniu porém o sr. dr. Alvarenga os resultados das proprias investigações clinico-thermometricas instituidas durante o longo praso de quinze annos.

Principiou em 1856 a fazer alguns ensaios experimentaes com um thermometro, que para o intento lhe pareceu o mais adequado; reconheceu porém ao cabo de alguns dias a maxima importancia que devia ter o conhecimento da temperatura animal para a determinação da febre, de que é o mais exacto criterio, e para a determinação de certas especies ou variedades pathologicas, e mormente para a apreciação do curso das molestias agudas.

Instituiu por isso os seus registros clinicos, a que deu a denominação de *thermo-sphygmo-pneometricos.*

Desde esta epocha imprimiu um caracter verdadeiramente scientifico ás suas observações; porque foram methodicas, regulares, completas, repetidas, pelo menos duas vezes por dia, durante as diversas phases de cada molestia, e ainda mesmo no tempo da convalescença.

Impozera-se, em verdade, desde esse tempo, como regra impreterivel, notar a temperatura de todas as molestias, não só das que tractava na enfermaria do hospital de S. José, que estava a seu cargo, mas ainda das da sua clinica particular, tornando-se-lhe mais necessario o thermometro, do que o proprio stethoscopo ou o plessimetro.

Não é por isso maravilha que em tão longo espaço houvesse grangeado um peculio avultado de observações sobre a temperatura, o pulso e a respiração, as quaes foram as bases em que cimentou a sua obra.

Cremos que foi o sr. dr. Alvarenga o primeiro que entre nós emprehendeu systematicamente a cultura do vasto campo da thermometria, campo que ainda se acha em grande parte por desbravar, porque esperam solução definitiva muitos pontos importantes que demandam exame reflectido.

Communicando-nos o fructo de suas investigações, não só nos habilitou para avaliar a sua importancia absoluta, mas tambem a relativa, facilitando-nos a comparação com as instituidas pelos escriptores extrangeiros.

D'estes préciosos trabalhos, devidos ao maior aperfeiçoamento dos instrumentos de investigação, e á sua mais extensa e mais bem dirigida applicação, é forçoso que provenham successivos progressos da sciencia do diagnostico.

Esclarece, em verdade, a mensuração thermica não só o diagnostico, mas subministra uteis elementos de apreciação do curso das molestias, do prognostico e indicações therapeuticas.

Á conta de taes vantagens muito é para ler-se e meditar-se o *Précis de thermométrie clinique générale.*

É mais um documento do espirito investigador, sagaz e paciente do sr. dr. Alvarenga; é mais uma obra digna do auctor de tantas outras celebres, que lhe hão grangeado alta nomeada no mundo medico.

Felicitâmos o benemerito professor da escola medico-cirurgica de Lisboa por este novo triumpho scientifico; felicitamol-o de todo o coração.

Ninguem folga mais do que nós folgamos com os applausos dos collegas, quando sabem conquistal-os por tão brilhante modo.

Dilatando a sciencia com os seus escriptos, ennobrecem a eschola que os creou, e honram a classe a que pertencem.

São bemfeitores da humanidade, cidadãos prestantes, benemeritos por todos os titulos do respeito publico e das bençãos da patria.

Portalegre, 23 de maio de 1871.

F. A. Rodrigues de Gusmão.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

A LIBERDADE DE INDUSTRIA

nas suas relações com a Economia Politica, e com a historia da civilisação

VI

Fundamentos da liberdade industrial

A revolução tinha andado muito. Ainda não estava cançada, porque não cança o que de si é eterno e progressivo; mas, naquelles dias gloriosos de Marengo, de Wagram, de Austerlitz, das Pyramides, o esplendor da revolução afrouxou deante das victorias do Imperio,—filho degenerado d'aquella grande mãe.

Quando a Restauração ergueu um throno, que tinha por cimentos a superstição politica e a superstição religiosa, ainda a consciencia universal estava mergulhada nesse lethargo, de que a França havia de despertar em 1830, para continuar a obra de 89. A França, a Europa, o mundo, sentiu que alguma coisa de divino agitava a humanidade, allumiada em seu caminho pelo sol d'uma nova redempção. É que a idea de 1789 sobrevivia ás glorias do Imperio e ás sombras da Restauração, e a liberdade, na sua multiplice e variada manifestação, atraía todas as vistas e dominava todas as consciencias.

Mas, quando o verbo da liberdade era confiado aos quatro ventos por todos os apostolos do progresso, a liberdade de industria encontrou uma opposição, de todo o ponto nova, no gabinete dos publicistas. Essa opposição prosegue, proseguirá talvez, e por isso lhe faremos rosto.

Para combater a liberdade industrial raramente se invocam, hoje em dia, os regulamentos das corporações de artes e officios, ou os privilegios das castas. Temos deante de nós um inimigo mais poderoso, porque tem forças para descer ao fundo do coração humano, e para arrancar lagrimas de todos os olhos e espalhal-as sobre as miserias do povo: é o socialismo.

Não se imagine que, á imitação de economistas, aliás muito distinctos, mas nimiamente conservadores e indevidamente timidos, vamos desatar-nos em bravatas e diatribes contra o socialismo. Muito pelo contrario vemonos, por amor á verdade, forçados a reconhecer no socialismo uma grande virtude: no meio da miseria que devasta as ultimas camadas sociaes, ao lado das pustulas gangrenosas que infectam a atmosphera social, é elle quem mais energicamente clama soccorro, quem mais desveladamente procura uma panaceia radical.

Não communguemos embora em todos os principios socialistas; mas não tremamos deante d'elle pelo futuro da sociedade. O socialismo não se impõe como verdade absoluta; se tal se apresentasse, seria um dogma, uma crença, uma religião, mas nunca um systema. Ora o socialismo é um *systema,* e, como systema, quer entrar, e tem o direito de entrar, nas questões mais humanitarias, nas pugnas mais gloriosas e menos sangrentas, que hão de levar-nos á conquista do vello d'oiro d'uma civilisação sem oppressões nem desequilibrios.

Mas que nos diz, e que pretende provar, o socialismo contra a liberdade de industria, contra o fecundissimo principio da concorrencia?

Louis Blanc, o mais sympathico evangelisador do credo socialista, formoso ingenho e alma formosissima, julgando ver na ordem das ideas economicas um *progresso parcial,* e desejando que a pequena industria não seja devorada pelos grandes capitalistas, insurge-se contra a concorrencia illimitada, contra a *tyrannia* do capital, e tenta demonstrar, *primò* que a concorrencia é para o povo um systema de exterminação; *secundò,* que a concorrencia é para a burguezia uma causa não interrompida de empobrecimento e ruina[1].

Não ha intelligencia onde não houver coração,—diz o humanitario escriptor, e diz uma verdade que acceitamos, mas verdade que não póde arrojar-se, como censura, e em nome da miseria do povo, á face dos economistas.

Não; o desinvolvimento das machinas, o progresso da industria, a concorrencia illimitada, as leis da sciencia economica, não são, não podem ser a causa da miseria do povo.

Por não desfitar os limites que traçámos ao delinear o trabalho presente, não nos deteremos largo espaço na investigação das verdadeiras causas do pauperismo, e na exposição dos remedios, que a sciencia economica prescreve contra as chagas do proletariado.

Na diagnosis d'esta grande enfermidade o socialismo toma na mais elevada conta os dados da estatistica. Mas a estatistica é uma sciencia nova, novissima, posterior, até, á sciencia economica; a estatistica, para nos servirmos das palavras d'um economista contemporaneo, apresenta quasi sempre a situação *apparente* dos povos e das industrias, e os seus algarismos occultam muitas vezes phenomenos economicos que, para um grande numero de publicistas, de moralistas e de legistas, têm sido graves escolhos, e têm lançado a perturbação e a duvida em mais d'uma convicção sincera e sensata[2].

[1] Louis Blanc, *Organisation du travail.*
[2] N. Bénard, *Les lois économiques.*

Na importantissima questão do pauperismo é sobremodo imprudente fazer obra pelos registros da caridade publica. É evidente que o desinvolvimento do commercio e da industria numa dada localidade atrái a si os esforços dos povoados circumvisinhantes. Supponha-se que em Manchester se cria uma nova industria, fonte abundante de riquezas, e capaz de garantir o salario a centenas de operarios: das povoações de em torno occorrerão á cidade camponezes avidos de trabalho e pão; mas, em quanto a respectiva industria não fornece trabalho a todos os que a demandam, os nomes dos camponezes serão inscriptos nos registros da beneficencia; e, quando imaginamos possuir a estatistica do pauperismo, temos diante de nós muitas cifras que se deviam a essa hora encorporar na estatistica da industria.

A miseria é mais antiga do que a sciencia economica, e do que o desinvolvimento da industria: desde que os homens perderam a primitiva egualdade, e sacrificaram a sua liberdade aos regimens das cartas e dos privilegios, a miseria appareceu desde logo, porque milhares de braços, extenuados á mingua de alimento e de estimulos, vertiam as ultimas gotas de sangue, por alimentar a ociosidade d'uma raça, d'uma familia, d'um homem. E a miseria subia tanto mais, quanto maior era a desproporção entre a producção e o consumo; mas, com o desinvolvimento das machinas e da industria, e com os primeiros assomos da liberdade, a miseria teve de recuar um pouco, porque o operario começava a produzir o bastante para seu sustento e sustento das classes privilegiadas, das classes ociosas.

Não procuremos as causas da miseria na sociedade de hoje exclusivamente; não exaggeremos os males presentes, esquecendo-nos dos males que pesaram sobre nossos maiores; remontemos á historia d'aquelles ominosos tempos, em que se não reconhecia a liberdade do trabalho nem a liberdade da intelligencia, e lá encontraremos muitas causas da miseria tão a dentro enraizada no âmago da velha sociedade, que ainda a não extirparam do seio do mundo moderno os aturados esforços de muitas vontades robustas, de muitos espiritos esclarecidos.

Retalhe-se de estradas o solo; accelere-se a viação; ergam-se estabelecimentos de credito; formem-se caixas economicas; descentralize-se a acção governativa; respeitem-se todas as propriedades, e sobretudo a propriedade da liberdade, que é a primeira das propriedades; abram-se mercados livres, de concorrencia illimitada: o preço dos productos baixará; esta baixa provocará o augmento de consumo; d'aqui derivará a necessidade de alargar a producção, o que importa o mesmo que alargar a esphera do trabalho e obstar á miseria das classes operarias.

É invocando o amor ás classes operarias e ás classes desvalidas da fortuna, que o socialismo combate o principio da concorrencia; e é exactamente para universalizar a riqueza, fecundando-a, que a philosophia da industria proclama a liberdade do trabalho. Uma numerosa e brilhante pleiade de campeadores tem, depois de Quesnay, Smith e Say, até Fréderic Bastiat e Joseph Garnier e Wolowski e Molinari, e Fonteyraud, acclamado e defendido na arena scientifica o direito natural da liberdade de industria contra os preconceitos da velha sociedade e contra as pretensões do socialismo de hoje.

A liberdade industrial, ou ella se refira ao trabalho propriamente dicto, ou á producção, ou ás trocas, ou aos factos commerciaes, prégada pela economia politica, e abonada por seus resultados practicos, é incontestavelmente o primeiro mobil do progresso da industria e do progresso da civilisação.

Da divisão do trabalho, principio axiomatico nos dominios da sciencia, e verdade manifesta aos olhos de toda a gente de boa fé e juizo claro, dimana a necessidade da troca livre. A sociedade é a troca, na conhecida phrase de Bastiat; e a lei economica que regula a troca dos productos entre os individuos não pode ser diversa da que regula a troca dos productos entre as nações. Não venham pois os proteccionistas e os prohibicionistas traçar uma linha de separação entre as vantagens das livres transacções internacionaes e as vantagens das livres transacções operadas dentro dos limites d'uma nação.

Para a satisfação das necessidades humanas, e para que o progresso seja uma realidade palpavel, não basta que o trabalho se *divida,* e que os productos se *troquem*. Subindo de ponto, com o progresso, as mesmas necessidades, tendemos naturalmente a procurar, sem augmento de esforço nem de tempo, mais e melhores condições de vida. A concorrencia é a chave do enigma.

O principio da concorrencia deriva da organisação do homem, como a divisão do trabalho, como a troca. Apezar da infinita diversidade de aptidões, de que a *troca* e a *divisão do trabalho* resultam, observamos no mundo economico um numero limitado de grupos, em cada um dos quaes todos os individuos têm proximamente, quando não exactamente, as mesmas aptidões. D'ahi a emulação, a concorrencia.

Se todos os homens possuissem por egual a mesma riqueza de faculdades, a mesma intensidade de luz interior, as mesmas aptidões, não seria necessaria a troca, nem, conseguintemente, a concorrencia. É pois rigorosamente exacta aquella asserção d'um sensato economista: —«A *imperfeição dos homens* é a causa da *divisão do trabalho,* da *troca* e da *concor-*

rencia, e, pelo conseguinte, do progresso da humanidade[1].»

Os antagonistas da concorrencia apontam, contra nós, os excessos e os abusos a que ella pode levar. Mas serão possiveis os abusos de concorrencia?

Quem quer que não seja estranho ás noções mais rudimentares da philosophia da industria e á technologia economica, sabe que a concorrencia se realisa por meio da *procura* e da *offerta*. Que não podem dar-se abusos na *procura* dos productos reclamados pelas nossas necessidades, é tão evidente que não nos deteremos em imaginar impugnações. Acontecerá o mesmo com a *offerta*? Vejamos.

No caso sujeito pode suppor-se um excesso de producção ou um excesso de productores num dado genero de serviços.

Pondo de parte, em ambas as supposições, a ignorancia e a imprevidencia dos productores, imprevidencia e ignorancia de que podem ser effeito os excessos alludidos sem que os prejudicados possam queixar-se contra alguem, vemos que ha excesso de producção quando se embaraça a concorrencia, embaraçando a *procura* e *offerta;* e que ha excesso de productores, quando as instituições limitam directamente a concorrencia num grande numero de ramos da industria, fazendo com que aos ramos exemptos da restricção afflua um excesso de operarios, e quando se embaraça a concorrencia internacional, difficultando a *procura* dos productos de que o paiz é mais rico, e para os quaes ha sempre naturalmente uma affluencia maior de productores[2].

Dado pois um excesso de concorrencia na offerta, encontrar-lhe-hemos a causa nos ataques dirigidos contra a liberdade da concorrencia. Onde se não derem esses ataques, e onde os operarios forem previdentes e intelligentes, não haverá nunca motivos para que se receiem os excessos da concorrencia.

Ao attentarmos no principio da concorrencia e nos seus resultados practicos, fazemos nosso um pensamento alheio: a concorrencia é a liberdade, e a liberdade é a vida.

(Continúa). CANDIDO DE FIGUEIREDO.

EXCERPTOS D'UM LIVRO INEDITO

ARTIGO 3.º

Da prova psychologica

(Continuado de paginas 77)

O resultado que acabámos de obter, com quanto presupponha o precedente, é cousa mui diversa d'elle. Agora já aqui se não tracta só d'uma existencia immaterial, que resista á dissolução dos orgãos; tracta-se d'um ser, que tem em si uma razão positiva para sobreviver ao corpo, sendo, como é, subdito d'uma legislação, cuja efficacia vai além dos limites da vida presente.

Tambem se não tracta d'uma immortalidade sem consciencia, qual nol-a faria conceber um principio puramente metaphysico; mas, visto que só á sombra da lei é que nos podemos subtrahir á morte, claro está que só o poderemos fazer com toda a nossa responsabilidade, com o perfeito conhecimento de nós mesmos, com a reminiscencia de tudo o que houvermos sido, conservando tudo quanto convenha para sermos effectivamente os mesmos seres, as mesmas pessoas que eramos.

Mas ainda com tudo isso não chegamos com a nossa tarefa ao cabo. Temos reconhecido, pela contemplação da lei moral, que força é crer noutra vida depois d'esta; mas ainda não contemplámos face a face o dogma da immortalidade. Aqui apresentam-se agora considerações d'outra ordem: — são as que se deduzem da natureza intima, destinos e tendencias das nossas faculdades.

O homem é inquestionavelmente um ser finito, mas finito por maneira tal, que incessantemente o propellem para o infinito todas as leis da sua organização, todos os principios da sua intelligencia.

Logo que eliminarmos do homem o que elle tem de commum com o bruto, que nos fica? Fica-nos a idea d'um ser que pensa, que ama, e que traduz em acções esta duplicada tendencia de sua natureza por um poder inteiramente seu, pela força de sua vontade livre.

Ora o fim da intelligencia e pensamento do homem é evidentemente a verdade; e não faz mingua muito lidar de espirito para ver-se que, ao menos por este lado, nunca será plenamente satisfeito nesta vida o destino da alma humana.

A verdade não é este ou aquelle conhecimento, esta ou aquella ordem de ideas, em que vamos consumindo a vida, como a consumiram as gerações que nos precederam, e que tão pouco lograram, como nós, comprehendel-a, possuil-a em toda a sua plenitude. No sentido absoluto do termo a verdade é tudo, é o infinito. Assim, quando comparamos o pouco que sabemos com o muito ignoramos, as tenues restias de luz que havemos enthesourado com as espessas trevas que as involvem de todos os lados, o primeiro sentimento que de nós se apodera é a desesperação. Depois vem um sentimento mais nobre, um estimulo mais generoso, que nos propelle para deante; vem a fé em nosso destino immortal, que nos restaura as forças do espirito, para nol-o precipitar numa idea que é um oceano sem praias.

---

[1] MATHIEU WOLKOFF, *Prémisses philosophiques de l'économie naturelle des socieiés.*

[2] Idem, *log. cit.*

Pelo que toca ao amor, seremos acaso mais faceis de contentar neste mundo? Não. Amamos o bem e o bello, que são aspectos diversos do ideal da perfeição. Mas ha ahi creatura sobre a terra, cousa ou pessoa, que possa cabalmente responder ás condições d'este ideal? Ha ahi alguem, que, ainda quando reunisse todos os primores da humana natureza, possa satisfazer-nos cabalmente a phantasia e o coração? Não.

Experimentamos, não ha duvida, a doce necessidade de amar tudo quanto se pareça comnosco, particularmente a todo o ser que partilhe em nossos destinos, que passe pelas provações por que passamos, que soffra ou goze comnosco, e que seja um ser da nossa especie, ainda mais da nossa nação, ainda mais da nossa patria, ainda mais da nossa familia. Mas não ha tal condição de vida, tal organisação de sociedade, que este sentimento, alias tão doce, não deixe de ser a miudo e severamente vulnerado pelos interesses contrarios dos nossos similhantes.

Emfim, quando bem reflectimos na natureza e condições da liberdade, vê-se que o fim d'esta faculdade não é menos equivoco que os procurados pela intelligencia e pelo amor. O fim e condição da liberdade é aquella mesma lei do dever, de que temos fallado já. Na ausencia do dever só temos para nos guiarem nas peregrinações da vida o instincto e a paixão, poderes cegos e fataes, tanto um como outro, porque lá quanto ao interesse fôra absurdo tel-o em conta de estimulo differente da paixão, quando só é, para assim dizer, a previsão d'uma paixão futura, ou, mais exactamente, uma paixão que se tornou previdente.

Se pois a missão da liberdade é afastar-nos das regiões baixas e feias da paixão e do vicio, e traduzir em obras as mais puras concepções da intelligencia, os mais generosos sentimentos do coração, proseguindo sempre e sem luzes na conquista do verdadeiro, e na realisação do bello e do bem, é evidente que nenhuma vida limitada, como a nossa, poderá bastar para tão longa e ardua tarefa. Portanto, qualquer que seja a esphera, em que se nos antolhe a alma humana, seja qual for o ponto de vista, donde a contemplemos, vel-a-hemos sempre uma e a mesma, trazendo constantemente comsigo a sua razão de ser; porque não é possivel pôr em duvida que o fim geral d'ella seja analogo ao de cada uma das suas faculdades, e este só com a condição da immortalidade é possivel concebel-o.

ARTIGO 4.º
Da prova theologica

Temos visto que todas as nossas faculdades aspiram á immortalidade, e que sem esta tão impossivel é satisfazel-as, como formar a menor idea de qualquer d'ellas.

Ora o principio, a razão de ser de todas estas faculdades está em Deus; porque Deus não é só causa necessaria e sabio coordenador dos phenomenos do universo; é tambem o pae, a providencia, o julgador da alma humana; é o auctor de todas as faculdades, pelas quaes nos conhecemos a nós mesmos, e nos elevamos ao conhecimento d'elle proprio. Esta liberdade absoluta, este conhecimento sem trevas, esta justiça infallivel, que em vão buscamos sobre a terra, este amor insaciavel, que faz um dos mais nobres privilegios e um dos maiores tormentos dos seres da nossa especie, tudo isso existe em Deus realmente, porque, se assim não fora, era impossivel que taes restias de luz descessem e penetrassem nas trevas da nossa ignorancia.

Mas quem ha ahi que possa comprehender que, sendo Deus um ser infinitamente sabio, infinitamente bom e infinitamente justo, assim nos tenha infiltrado nos corações este infinito amor do bem e do bello, estas esperanças sempre vivas da immortalidade, este ardor insaciavel de conhecer, se ao cabo de tres dias breves e maus, que são toda a vida do homem sobre a terra, tivesse de precipitar-nos a todos, sem distincção alguma, no mesmo abysmo do nada?

Na ordem physica não ha creatura, por humilde que seja, que não tenha sido organisada em relação ao fim que tem de preencher na vida; pois só na ordem moral é que não ha de ter cabimento esta lei? Só o homem, este rei da creação, cuja cabeça sempre erguida annuncia o privilegio do commando, e cujo rosto voltado de continuo para o céu, reflecte o raio d'uma belleza ineffavel e a presença d'uma força, que vai dar leis aos elementos, só elle é que ha de ser o miserrimo de todos os seres, porque o coração que traz no peito é, como lhe chama Lord Byron, um campo de batalha, onde vêm degladiar-se a todo o trance os mais diversos e oppostos elementos de sua natureza racional e sensitiva?

Digamos tudo por uma vez. — Se não ha outra vida depois d'esta, maldicta a sabedoria de Deus, que assim me ha liberalisado meios sem fins, instinctos e faculdades sem objecto, não só inuteis, senão contrarias e muitas vezes funestas ao pacifico desinvolvimento da sua obra na carreira da vida.

Se não ha outra vida depois d'esta, maldicta seja a bondade de Deus, que assim me ha creado forte e fraco, nobre e miseravel ao mesmo tempo, todo desordem e contradicções, destinado a luctar permanentemente com meus destinos, para servir-lhe de passatempo e de espectaculo no meio das tribulações e miserias, a que damos o nome de vida.

Se não ha outra vida depois d'esta, mal haja a justiça de Deus, que, tendo implantado na alma do homem uma lei, que sanctifica a virtude na razão do sacrificio, tanto para o

justo, que observa a lei, como para o malvado, que a quebranta, não tem senão uma só e a mesma recompensa, a insensibilidade do tumulo e o repouso do nada.

Mas um ser, cuja bondade, sabedoria e justiça assim fossem legitimo objecto das maldições do homem, só poderia ser um ente muito inferior ao mesmo homem; não seria o ideal de nenhuma perfeição; não seria o ser infinito, cuja gloria cantam os céus e proclama toda a natureza; não seria Deus, numa palavra.

Logo, uma de duas é irrecusavel: — ou Deus é Deus, e a existencia da outra vida é tão certa como a d'elle proprio; ou tudo tem de acabar com a morte do corpo, e então não ha Deus. Então é mister arrancar de seus fundamentos a razão humana para admittir-se phenomeno sem causa, parecer sem ser, successão sem tempo, numero sem unidade, forma sem espaço, finito sem infinito. É mister adorar o absurdo em logar do Deus do genero humano.

Em quanto peregrinamos neste mundo, cumprindo o degredo da verdadeira patria, ai de nós se não fôra a esperança viva, que nutrimos, de algum dia voltar a ella! Nunca ninguem nos fará crer que todos os destinos do homem estejam contidos nesse fragil vaso de argilla, em que veiu encerral-o a vida, mas onde contradicções e magoas sem conto vão dia a dia surdamente limando e corroendo os laços com que ahi o retêm as paixões.

Esta esperança da immortalidade, a maior das consolações dos males da vida, quem a não vê estampada com indeleveis caracteres nos céus, na terra, nas sanctas harmonias tão primorosamente interpretadas pela humanidade?

Se damos um lance d'olhos á face do mundo, se tentamos erguer o véo, que nos furta o pensamento intimo de cada cousa, logo se nos depara um verbo de vida, que cada uma d'ellas contém. Que vemos no grão de trigo, que, apenas sepultado na terra, d'ella resurge alçando a verdejante cabeça sobre o caule que a sustenta? Que nos diz a chrysalida, esse ente informe e disforme, quando, apenas ferido de morte, quebra o tumulo que lavrara, e vem radioso de vida expandir-se aos raios do sol? Que é a terra, que é este mundo, com que nos maravilham tanta ordem, tanta belleza e tanta fecundidade de vida, que outra cousa é elle senão um véo, por detraz do qual busca a sciencia outro mundo incomparavelmente mais perfeito? O somno, este irmão da morte, esta morte de todos os dias seguida do quotidiano regresso á existencia, que outra cousa será senão o simulacro da verdadeira morte, assim como o despertar, que o termina, é o symbolo da verdadeira vida?

Sim, morrer não é senão renascer. A morte é apenas um symbolo, que nos explica o enigma da existencia. Por ella é que a vida torna a florescer em todo o seu vigor de juventude. Como tudo o que Deus creara tem por lei de seu destino desenvolver-se e aperfeiçoar-se indefinidamente, este derradeiro combate da vida comsigo propria, a que damos o nome de morte, é o esforço d'uma vida menos perfeita, que empenha todas as suas posses para vir a ser mais perfeita. Fichte diz: — O que os mortaes denominam morte só é o phenomeno visivel de novo chamamento á vida. Se assim não fora, preencher-se-hiam cá neste mundo todos os designios da natureza, fechar-se-hia aqui o cyclo d'ella. Mas não; esta propria natureza, que se nos afigura executora d'um decreto de vingança, quando fora de morte a pobre creatura, sabeis o que é na realidade? É o instrumento, de que se serve a infinita bondade de Deus para operar no mundo esta sancta e universal vivificação.

A QUESTÃO DAS DUAS CAMARAS

Com este titulo publicou um notavel artigo na *Revista dos dois mundos* do 1.º de junho do corrente anno, o sr. Edouard Laboulaye, membro do Instituto de França. Este trabalho merece, por mais de um motivo, particular menção. Em primeiro logar, chama a attenção, e concilia o respeito, o nome do seu auctor, um dos mais esclarecidos publicistas de França, cujas obras em varios generos, e particularmente um curso de legislação comparada, ha muitos annos professado no Collegio de França, são geralmente estimadas. Accresce a circumstancia de ser o sr. Edouard Laboulaye um admirador convicto das instituições da democracia americana, como tem mostrado, em varios escriptos seus, e ainda agora mostra no artigo a que me refiro, circumstancia que de certo o não constitue em suspeição para com o partido liberal europeu, a quem o seu trabalho particularmente se dirige.

Mas a consideração do nome auctorisado do sr. Edouard Laboulaye não seria motivo bastante para que eu désse noticia do seu trabalho no *Instituto,* se a questão que ali é tractada não apresentasse aos meus olhos, e presumo que aos de todos que de taes assumptos se occupam, um interesse superior.

Parece á primeira vista que, no estado em que a Europa se acha actualmente, quando tudo geme sob o imperio da força, quando os principios do direito internacional encontram na prática dos estados um desprêzo tão profundo e tão systematico, parece, digo, que a attenção dos publicistas devêra dirigir-se com preferencia para as questões de direito publico externo. Ahi se encontra, com effeito um vastissimo campo, onde, apesar dos muitos e valiosos trabalhos que lhe teem sido applicados

neste seculo, já de iniciativa dos governos, já de pura especulação doutrinal, é muitissimo o que cumpre fazer. Torna-se urgente a necessidade de uma applicação aturada a taes assumptos, especialmente por causa de um facto deploravel que começou a manifestar-se ha poucos annos, e que ameaça, não só a ruina do estado europeu, mas uma ruina porventura maior, quero dizer a perversão de todas as ideas juridicas em materia de relações internacionaes. Em epochas sem duvida mais atrazadas do que a nossa, a todos os respeitos, quando o direito, nas varias fórmas da sua manifestação, não tinha ainda recebido a alta sancção scientifica e a consagração legislativa que hoje felizmente encontra, havia sempre, para corrigir os selvagens abusos da força, para os invalidar perante a historia, uma reprovação quasi unanime da parte dos homens que professavam as lettras. Hoje, porém, vemos a cada passo o contrario; a cumplicidade dos sabios em todos os crimes de lesa-civilisação que se teem commettido nestes ultimos annos é evidente, e denuncia um estado moral que está bem longe de corresponder ao que era de suppôr, e ainda mais ao que seria para desejar.

Os publicistas allemães, e muitos escriptores de diversos paizes, até d'aquelles que são habitados pelos povos da raça latina, teem uma parte consideravel na responsabilidade que peza sobre os homens que desencadearam, ou concorreram para desencadear sobre a Europa, essa moderna invasão de Barbaros que acabamos de ver reproduzir nas mais ferteis regiões do continente europeu as scenas que a historia do imperio romano no quarto e quinto seculo nos representa com tão negras côres. Inventou-se um direito singular, de grande apparato scientifico, complicado de ethnologia e de ethnographia, summamente pretencioso, proprio para caracterisar esta epocha de estudos confusos e pedantescos, e que teria de viver na historia como o direito da nossa civilisação, se, por uma contradicção explicavel mas surprehendente, o nosso seculo não fosse, de quantos se teem succedido desde a creação do mundo, aquelle em que a noção de justiça mais profundamente tem apaixonado os homens, mais energicamente tem dominado o viver das sociedades.

A perturbação das ideas juridicas em politica, no seculo actual, deve-se a um grande facto, cuja apreciação ainda hoje divide os pensadores, mas que foi sem duvida fertil em consequencias de muitas e diversas naturezas, a Revolução franceza. Deve-se principalmente á universalidade da sua acção.

Se a Revolução tivesse sido somente um facto nacional, teria tido importantes resultados quanto ao futuro da França, como aconteceu com a Revolução ingleza de 1648, e teria influido mais ou menos sobre os outros estados da Europa, pelas relações que a França com elles tivesse. Mas a sua acção teria ficado limitada na maior parte dos seus effeitos ao povo que lhe tinha dado origem, ao paiz que lhe fôra theatro. De feito não succedeu assim. A França não fizera mais do que poupar aos outros povos da Europa a experiencia a que estavam provavelmente destinados, encarregando-se ella de a realisar do modo mais completo e decisivo. Todos sabem que a victoria de 89 foi o triumpho da idea pura sobre a tradição historica. Nenhum povo, a não estar abrazado do delirante amor da justiça que então dominava o povo francez, se teria abalançado a commetter o erro sublime que então se commetteu. A França, repudiando completamente e radicalmente o seu passado, levantou nas ruinas das suas instituições tradicionaes o chimerico edificio de um estado ideal. Encarregou-se aos publicistas, que são os clinicos das republicas, e que não podem substituir vantajosamente por outro o seu papel de criticos e conselheiros, a missão de constituir uma sociedade anti-nacional, com um caracter de perfeita universalidade, como se a constituição das sociedades fosse, ainda nos limites do possivel, obra exclusiva de alguem, e não obra anonyma de todos.

O resultado começa hoje a tornar-se conhecido. Nem admira. Na minha opinião, o cyclo francez da Revolução está encerrado. Mas as ideas que lhe deveram a sua fórmula social dominam o nosso tempo, e são a causa directa das catastrophes que estamos presenceando. A França jogou naquella tremenda partida a sua liberdade, e porventura a sua grandeza politica. Jogou e perdeu. Perdeu tambem tudo o que da velha França era possivel perder em tal cataclysmo. D'ahi as suas continuas e malfadadas revoluções, essa agitação, essa febre que a todos os instantes lhe exalta e enfraquece os orgãos da vida, d'ahi a sua decadencia politica, pronunciada de quarenta annos a esta parte, d'ahi a sua decadencia militar, cuja revelação é de hontem, mas que, infelizmente para os amigos da França, não soffre a menor contestação.

A França é um grande povo, fortemente unido, que não póde desaggregar-se senão debaixo da pressão do extrangeiro. Tem portanto enormes recursos, e é de crer que se levante. Mas, se a decadencia iniciada tem de ser decisiva, se ha aqui, como no imperio romano, um phenomeno de enfraquecimento successivo, sem possibilidade de regeneração, resta, ao menos, á França uma consolação. Se tem de morrer, morre ás suas proprias mãos. As armas que os seus inimigos lhe apontam ao peito, foi ella quem as forjou; as doutrinas que lhe são adversas, foi ella em parte que as creou e divulgou. A idea de raça, de nacionalidade, que vemos invocar

em seu detrimento, é hoje formulada num espirito estreito e grosseiro, absolutamente estranho ao genio generoso da França; mas foram os seus grandes historiadores d'este seculo que a lançaram no mundo scientifico, exagerando-lhe o alcance, foram os seus aventurosos homens de estado que a trouxeram para o terreno ardente dos factos, baseando nella uma politica irregular, cujos resultados são já terriveis, e ameaçam vir a sel-o muito mais.

A França soffre neste momento, tanto na sua vida interior, como nas suas relações externas, as consequencias de um estado de coisas que data da Revolução, e que lá encontra a sua origem. As sociedades, assim como os homens, vivem de justiça, mas não de justiça absoluta. A manifestação social do direito é um facto dependente de muitas e variadissimas circumstancias, segundo as quaes existe de uma maneira rigorosa e fatal. A justiça social tem de ser interpretada, deduzida dos principios absolutos do direito, para que possa ter uma realisação prática. Quem seja o legitimo interprete, é ponto em que até hoje se não assentou, e que nunca poderá vir a ser determinado. Mas a necessidade tem feito considerar como taes em todos os tempos diversas entidades, monarchas, assembléas, povo. Tudo isso vale tanto como principio de auctoridade. Ora foi o principio de auctoridade que a França de 89 principalmente atacou e abateu. Eis como se explica a contradicção que acima indiquei, eis como o seculo XIX, inaugurado em nome da justiça universal, é o menos juridico dos seculos, pois que todas as suas instituições participam da instabilidade que a Revolução introduziu.

A Revolução, procurando, com o nobre espirito que animava os seus iniciadores, fundar o reino da justiça terrestre, naufragou na sua empreza, e não conseguiu fundar senão o reino da força. As causas principaes da sua derrota foram a incompatibilidade das suas doutrinas com o passado de todas as sociedades europeas, e a aridez que uma concepção puramente terrestre communica a todas as reformas. Faltou á Revolução um ideal superior a este mundo, para que lhe fosse dado triumphar nelle. Contrariado pela Historia, desajudado da Religião, o grande movimento social do fim do seculo passado, não tendo destruido nenhuma das forças iniquas contra as quaes se levantara, foi mais fecundo em males do que em beneficios, e, pôsto que a sua acção deleterea se tenha estendido a todos os paizes, quiz a logica que a primeira victima fosse o povo que o produziu.

Qual dos grandes inimigos sociaes alcançou a Revolução destruir? O despotismo? Temol-o tido sob todas as fórmas imaginaveis, cesarismo, anarchia, dictadura revolucionaria, oligarchia de mediocres. O espirito de conquista? Logo no principio dos tempos novos o vimos incarnado no representante armado da Revolução, e, decorridos alguns annos de morte apparente, eil-o que resuscita mais absoluto, mais barbaro, mais sophista do que nunca. O desprêzo das leis? Que paiz não padece de tão grave molestia? A irreligião, as paixões grosseiras, o materialismo prático? Quizera ser indulgente para com o nosso seculo, que tem resgatado as suas culpas por muitas grandezas; por isso abstenho-me de responder directamente a cada uma d'essas perguntas, que despertam em minha alma, ao formularem-se, uma profundissima tristeza.

Os povos que hoje dominam a Europa são aquelles que menos directamente soffreram a acção revolucionaria. Seguindo a marcha que a sua historia lhes indica, tendo obtido, graças á Revolução, certas reformas que os dispensaram da terrivel experiencia, não teem recuado nem uma linha. O seu progresso tem sido lento, pouco brilhante, mas continuo. Todavia, o que hoje constitue principalmente a sua força de acção oppressiva sobre os outros povos é talvez uma das ideas da Revolução, por elles adoptada absolutamente, é o desprêzo dos direitos adquiridos, a ambição propagandista e o culto da força.

Estas ideas revolucionarias, mortaes para os povos cuja constituição é por ellas dominada, podem, quando habilmente applicadas ás relações internacionaes, dar a um estado certas armas das que um politico prudente não emprega nunca, mas pelas quaes os homens de estado dos nossos dias parecem ter particular predilecção. Não contentes de pôr em prática os meios a que em todos os tempos se recorreu, a *ultima ratio regum,* pretendem disfarçar a iniquidade dos seus actos por meio de theorias adrede edificadas, ou apropriando para os seus fins muitas ideas falsas que são geralmente recebidas sem exame e sem critica.

A cumplicidade, altamente reprehensivel de muitos escriptores, alguns dos quaes eminentes, que teem prostituido e prostituem a sua penna á justificação e á glorificação dos actos iniquos que temos visto e estamos vendo praticar, recommenda particularmente os trabalhos dos homens que conservam, no meio de uma tão perigosa perversão intellectual e moral, o coração puro e o espirito independente. Não será por isso inopportuno indicar o escripto do sr. Edouard Laboulaye. As questões de direito publico interno não são menos importantes que as de direito internacional, e ligam-se com ellas intimamente. A paz interior em todas as sociedades europeas, daria em resultado a paz da Europa, assim como o cesarismo democratico e a monarchia de direito divino revolucionaria geraram o terrivel cataclysmo da guerra franco-allemã.

LUIZ GARRIDO.

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

A ESCHOLA ALLEMÃ EM HISTOLOGIA PATHOLOGICA

I

Todas as sciencias têm suas theorias proprias, e estas são motivo para as differentes questões que tanto agitam o mundo scientifico. Os principios mais transcendentes em que assentam os diversos ramos dos conhecimentos humanos, nasceram de discussões sustentadas em academias celebres pelos homens mais notaveis. O methodo experimental, a que hoje se liga importancia *talvez* demasiada, tem valor muito subido; mas suas indicações devem aquilatar-se pelos principios theoricos, que para muito são, e muito valem, e que jamais devem desprezar-se. Sem elles a interpretação dos factos pode ser erronea; os resultados da experimentação sem proveito algum; e a natureza, assim interrogada, não corresponder ao que muito se podia, e devia esperar. Muitas vezes, como diz Cl. Bernard, novas hypotheses obrigam a novas experiencias, e levam-nos á descoberta de novos principios, que depois se verificam e demonstram por experimentos ulteriores. O methodo experimental transforma d'este modo a concepção *á priori* em interpretação *á posteriori*. A idêa é o mobil de toda a iniciativa experimental; é ella que provoca a experiencia; guia, e dirige o experimentador. Mas a idêa verificada pela experiencia não é, nem pode ser arbitraria; tem seu ponto de apoio na realidade observada. Toda a idêa deve ser submettida a um criterio; e a experimentação é o criterio necessario em sciencias naturaes. O proprio Cl. Bernard limita o campo do methodo experimental, quando nos affirma que as theorias representam o complexo das nossas idêas scientificas, e são indispensaveis para formar as sciencias. As theorias devem ser a expressão da realidade, e obtendo-se este *desideratum,* ficam ellas immutaveis como a propria verdade. As experiencias confirmam os principios theoricos, e lhes dão novas forças.

Do differente modo de conceber as idêas *á priori* nascem as diversas theorias; e a Histologia Pathologica, que já possue os fóros de sciencia, offerece á discussão theorias as mais importantes, e a que está ligada a resolução dos problemas mais transcendentes da medicina practica.

Debatem-se as duas escholas sempre rivaes. Ás doutrinas da eschola allemã oppõem-se os principios da eschola franceza. Ambas contam em seu gremio as maiores notabilidades scientificas da epocha actual. Virchow, o celebre professor de Berlim, levanta a bandeira da reforma; proclama o principio *omnis cellula e cellula;* nega a existencia de elementos anatomicos especificos para a constituição das neoplasias; dá novo valor á heterologia; e procura assim destruir as idêas sustentadas por Lebert, Robin, e outros vultos mui distinctos da eschola franceza.

O desinvolvimento de taes principios conduziu os anatomo-pathologistas a novas doutrinas, que nem sempre têm recebido a sancção dos factos. O seu complexo forma a theoria histogenetica, seguida pelos histologistas de Alem-Rheno.

Toda a cellula toma origem noutra cellula. Os tecidos de cellulas, e mesmo aquelles cujo elemento anatomico é de ordem mais elevada, reconhecem a cellula como o centro de toda a evolução organica. Eis o dogma de anatomia genetica que domina toda a doutrina de Virchow. A divisão das cellulas por proliferação, a sua multiplicação por gommos, e pelos diversos modos de geração endogena; taes são os processos que a natureza emprega para conservar e augmentar os tecidos, que têm a cellula como seu elemento constituinte permanente. Este mesmo processo, seguido da transformação progressiva dos elementos anatomicos cellulares em outros de maior hierarchia, nos mostra a genese, conservação e augmento de tecidos, em que a fibra homogenea, ou formada de involucro e conteúdo, representa importante e exclusivo papel histologico.

Transportada esta doutrina á Histologia Pathologica, originou-se a theoria do desinvolvimento contínuo. Toda e qualquer neoplasia tem a sua genese nas cellulas preexistentes; e o elemento anatomico gerador percorre diversos periodos, que nem sempre se manifestam todos, pois muitas especies morbidas exprimem a suspensão no desinvolvimento organico e progressivo da cellula.

O periodo da *irritação,* que é o inicial, e que pode ser provocado pela acção de uma substancia particular existente no sangue *(acrimonia),* ou depender de uma causa mechanica, characteriza-se pelo augmento de volume da cellula, divisão do seu nucleo *(nucleação),* e scissão ulterior da propria cellula *(cellulação).*

Vem após este o periodo da *granulação* ou *indifferença,* e a cellula extremamente dividida nos offerece elementos anatomicos tambem de ordem cellular, mas que não revelam ainda a natureza da neoplasia que vai formar-se. São elementos embryonnares susceptiveis de mui diversas evoluções.

Só mais tarde apparece a *differenciação,* e o novo elemento anatomico adquire propriedades particulares, e já indicadoras do futuro neoplasma. A cellula primitiva modifica-se, posto que conserve ainda o estado de cellula; ou então experimenta metamorphoses progressivas, patenteando-se elementos anatomicos de ordem superior. Estes elementos, que significam e exprimem a ultima phase da evolução neoplastica, conservam o estado que adquiriram, multiplicam-se mui diversamente, e o neoplasma *floresce* e reproduz-se. Uns elementos têm o character de permanencia, e passam a fazer parte do organismo; em outros é mui notavel a caducidade; a sua duração é finita, e terminam experimentando metamorphoses regressivas, tendentes á destruição propria, e muitas vezes tambem á do orgão onde os neoplasmas se desinvolveram.

A cellula do tecido conjunctivo com todos os characteres de cellula de formação é o ponto de partida mais frequente das neoplasias; mas, segundo modernas observações, compete egual papel aos elementos cellulares que ainda não completaram o seu desinvolvimento especifico, e que por isso se acham no periodo de indifferença, ou áquelles que por meio d'um processo irritativo podem adquirir o estado embryonnar. As cellulas epitheliaes de mui recente formação, os elementos cellulares do tecido mucoso, e os da medulla vermelha dos ossos gozam tambem de propriedades proliferativas e histogeneticas muito notaveis.

Grande é a importancia que a eschola álemã concede á cellula nos phenomenos da vida. É ella que gera e reproduz todos os tecidos do organismo; é pelos actos metabolicos anormaes, que se passam no seu interior, que os tecidos adquirem novas propriedades; é finalmente por alterações na sua forma, structura, modo e logar de geração e desinvolvimento que nascem muitas especies morbidas. A cellula é a base de todas as concepções medicas; pois na propria cellula, segundo Virchow, se representa a manifestação, tanto normal como pathologica, dos phenomenos vitaes. É o organismo em miniatura. A vida é a actividade da cellula: esta compõe-se de elementos chimicos determinados, e é construida segundo leis fixas e constantes. A actividade da cellula varía com a natureza da substancia que a fórma, e com os principios nella contidos. A cellula tem uma existencia distincta; a sua vida é especial, e nem todas gozam de identicas propriedades. Quanto mais complexo é o organismo, quanto mais elevado é o logar que o individuo occupa no reino animado, tanto maior é a variedade das cellulas, tendo cada uma sua actividade propria, e presidindo ás funcções particulares dos diversos tecidos e dos differentes orgãos. A vida individual é a resultante da actividade de todas as partes isoladas. O funccionalismo da cellula altera-se, diminue, exalta-se, ou extingue-se em harmonia com as modificações que a cellula experimenta; as propriedades dos tecidos soffrem egual desarranjo, e em todo o organismo se reflecte a perturbação da vida especial da cellula.

Tal é o valor, porventura exaggerado, que a eschola allemã dá ao elemento anatomico cellular; taes são as tendencias dos modernos pathologistas concedendo á cellula o papel activo na evolução morbida, e formulando d'este modo theorias, que só a observação e o methodo experimental podem de certo confirmar.

Não pensam assim os sectarios da eschola franceza, de que Robin é o mais strenuo defensor. O blastema occupa o logar da cellula. A renovação molecular contínua do elemento anatomico á custa dos principios fornecidos pelo sangue é um facto reconhecido por todos os physiologistas; e no intimo de cada elemento formam-se principios immediatos, differentes dos que constituem o plasma sanguineo, e similhantes aos que entram na composição dos tecidos. O equilibrio entre o acto assimilador e o desassimilador é causa da permanencia dos elementos anatomicos com as qualidades de forma e volume que lhes são privativas; augmenta-se o seu volume com o excesso da assimilação; e a superabundancia de principios immediatos, destinados á nutrição dos elementos anatomicos, faz com que á sua superficie, e interposta a elles, appareça uma substancia liquida ou semiliquida, branca ou amarellada, amorpha e homogenea quando se produz, com duração mui limitada em condições normaes, e experimentando desde logo rapida modificação molecular ou mudança especifica, cujo fim é o apparecimento por genese de diversos elementos anatomicos figurados. Eis o *blastema,* tal como o concebe Robin, o *cytoblastema* de Shwann, o *exsudato primitivo* ou *plastico* de Valentin, o *educto primitivo* de Bock.

O novo elemento anatomico não provém sempre directamente de elementos preexistentes, e estes representam apenas as condições de producção e existencia dos principios immediatos, que devem combinar-se de modo especial para formar o novo elemento devido a um simples acto de genese. Os blastemas devem ser diversos, porque diversos tambem são os principios immediatos elaborados pelas partes componentes dos tecidos; e, se es-

tas differenças não podem ser bem apreciadas, depende isto do character de homogeneidade e transparencia do liquido blastematico, da pequena quantidade em que ordinariamente se produz, e da sua existencia transitoria, pois que a genese dos elementos anatomicos effeitua-se immediatamente, e á medida que vai apparecendo o liquido organizavel. A associação molecular dos principios immediatos, quasi simultanea com a sua formação, gera elementos anatomicos de composição ordinariamente similhante aos preexistentes, sendo a actividade nutritiva e evolutiva d'estes ultimos a condição essencial do apparecimento dos novos principios.

É geral este modo de geração dos elementos anatomicos figurados, e que muito differe da reproducção. A proliferação cellular é admittida na eschola franceza para se reproduzirem os elementos anatomicos já formados. A segmentação, ou antes scissão, e o apparecimento de gommos, eis os modos por que tambem se conservam, e augmentam os tecidos que têm a cellula como elemento anatomico constituinte. Geração e desinvolvimento effeituam-se por processos mui distinctos. Aquella é um facto primitivo; este é secundario, e consecutivo á genese do elemento cellular.

O acto que tem por fim o nascimento dos elementos anatomicos figurados á custa do blastema, é sempre o mesmo, quer se faça no liquido interposto aos elementos anatomicos preexistentes, quer tenha logar dentro de uma cellula cujo conteúdo, elaborado de modo especial, representa o papel de blastema. A geração endogena é analoga á geração extracellular. A força formadora não reside exclusivamente nas cellulas; nem é de tal ordem, que produza sempre, e só ella, um novo elemento anatomico. Muitas vezes as cellulas desapparecem por dissolução; e novos elementos de mui differente natureza, gerados no blastema assim formado, vão occupar o logar dos antigos, havendo verdadeira substituição. Mas tambem o blastema apparece onde não se encontra elemento anatomico algum, que elaborasse os seus principios immediatos. O plasma sanguineo, passando através das paredes dos capillares, e mesmo no acto da sua sahida, experimenta mudanças moleculares ou especificas, que dão em resultado os novos principios que constituem o blastema.

O primeiro indicio da organização d'esta substancia, o primeiro acto que nos revela a formação ulterior de elementos anatomicos figurados, ao que alguns auctores chamam metamorphose progressiva, é o apparecimento de nucleos, que Robin denomina embryoplasticos; e tanto valor lhes dá, que chegou a marcar-lhes differenças, donde dependiam a natureza e configuração do novo elemento, a que elles serviam de centro gerador; e que apparecia sem ter passado pelo estado cellular, quando esta não era a forma que lhe competia.

Os elementos anatomicos novamente formados nem sempre se modelam pelos já existentes. Figuram nas diversas neoplasias alguns da mesma ordem dos que formam o tecido que lhes serve de séde, e o seu augmento exaggerado em volume, ou em numero, constitue a especie morbida; organizam-se outros em logar onde não deviam mostrar-se; e alguns apresentam characteres de forma e structura, que para muitos anatomo-pathologistas não têm analogos na organização normal.

Depender sua genese d'um phenomeno puramente local, ou ser a expressão de modificações geraes nos elementos anatomicos dos tecidos onde elles apparecem, ou ainda no plasma sanguineo que os nutre; taes são as causas em que pode filiar-se facto tão importante, e que muito em conta deve ser tomado em histologia pathologica.

Qual d'estas theorias será a verdadeira? Será a da eschola allemã dando á cellula todo o valor histogenetico, e fazendo depender exclusivamente d'ella os tecidos normaes e pathologicos, os actos vitaes que pertencem ao estado de saude, e os que characterizam a molestia? Ou a eschola de Robin com o seu blastema, e a formação dos tecidos por genese, podendo alguns d'estes reproduzir-se pelos processos de proliferação?

É ainda hoje difficil a resposta, e talvez só o methodo experimental possa resolver problema tão melindroso. Na evolução das sciencias naturaes o periodo da experimentação é, como diz Cl. Bernard, o ultimo que apparece; é o periodo scientifico; representa a sciencia no seu ponto mais elevado; precede-o o periodo da o bservação, que, sendo bem feita, é a base de uma experimentação segura e proveitosa. Com estes dois elementos a sciencia progride, e as theorias têm solido fundamento.

É para desejar que na investigação dos actos histogeneticos se adopte este methodo, cujo emprego, convenientemente dirigido, póde esclarecer-nos muito, e levar-nos ao conhecimento da verdade. A doutrina de Virchow é exclusiva; e o exclusivismo cria difficuldades ás vezes insuperaveis. Factos bem authenticos demonstram a formação dos tecidos pela evolução progressiva da cellula; mas tambem se observa a geração dos elementos anatomicos de ordem bem elevada em pontos onde não existe o elemento cellular.

Aqui a doutrina de Robin recebe em seu favor argumentos de muita valia.

(Continúa). F. A. Alves.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

A UMA SENHORA

Por occasião de lhe offerecer as obras de Camões

(De lord Byron)

Este penhor de uma affeição perenne
Das minhas mãos acceitarás talvez;
Merece-o, ó bella! canta o amor... bem vês,
Quem ha no mundo que o amor condemne?

Só se a donzella que ficou p'ra tia,
Ou algum tolo máo que a inveja móe,
Ou beata que em rezas leva o dia
E a quem a solidão consume e róe.

Lê, pois, meu doce bem! lê commovida
—Que tu nunca serás quaes elles são! —
E por Camões, por sua triste vida,
Dó... piedade... não te peço em vão!

Foi poeta da inspiração mais pura,
E foi seu premio cá na terra o amor...
Ah! sê como elle amada, linda flor!
Mas não egual a elle em desventura.

Lisboa — 1869. ALBERTO TELLES.



O BRASÃO DE COIMBRA

Em campo de vermelho calix de ouro; dentro em meio corpo donzella de mãos postas de vestes de prata, coroada de coroa ducal; á direita serpe de verde, á esquerda leão de ouro, batalhantes: timbre—coroa ducal.

SR. SEABRA D'ALBUQUERQUE.

Nenhuma das cidades de Portugal possue mais formoso e celebrado brasão que a de Coimbra; formoso na sua composição, celebrado pelo que d'elle têm escripto e dissertado alguns dos nossos escriptores mais distinctos.

Como tudo o que respeita á cidade do Mondego, tambem o seu brasão inspira vivo interesse; tambem se acha cercado de poesia infinda, de romanticas e curiosas tradições.

A sua explicação, verdadeira ou phantastica, tem dado margem a formosas paginas de notaveis prosadores; distinctos poetas a têm cantado em harmoniosos versos, ou têm formado d'ella episodios interessantes, com que ornaram seus poemas e composições; a romancistas celebrados tem dado assumpto para phantasiosos contos; finalmente oradores e moralistas insignes nella têm achado motivos para longo dissertar em boa e proveitosa doctrina.

Das principaes passagens dos nossos escriptores ácerca do brasão de Coimbra temos formado uma copiosa collecção, que ora vimos apresentar nas columnas do *Instituto*. Affigura-se-nos que não será desagradavel aos leitores d'este jornal a publicação de tão interessante resenha, que nos esforçámos por tornar completa quanto possivel. Quando não tenha outro merecimento, ao menos ninguem lhe negará o de poupar ao curioso, que pretender profundar as suas investigações ácerca d'este interessante assumpto, o penoso trabalho de folhear tantas obras raras, e a maior parte d'ellas difficeis hoje de haver á mão.

Não nos atrevemos a decidir qual das explicações que os nossos espriptores têm dado da divisa de Coimbra seja a verdadeira, se alguma d'ellas o é.

A mais seguida, a que foi apresentada como historica, e a que offerece mais visos de verosimil, é a que publicou fr. Bernardo de Brito na *Monarchia Lusitana*, P. 2.ª, liv. VI, cap. III.

Este elegante chronista, depois de ter narrado a victoria, que Ataces, rei dos alanos, alcançou, quando Hermenerico, rei dos suevos, o veiu provocar ao tempo em que aquelle edificava a nova Coimbra; e o proposito em que estava Ataces de passar o Douro para conquistar as terras que ahi possuia o seu vencido contendor, continua referindo a proposta de paz por este apresentada, e diz:

«. . . Hermenerico lhe mandou embaixadores, e com elles prometter em casamento uma filha chamada Cindasunda, com que Ataces se retirou da empreza, dando-se satisfeito com a gloria do vencimento, e com tão honroso despojo, como era alcançar por mulher a Cindasunda, de cujas virtudes ouviremos logo um notavel testemunho. Não desistiu Ataces da fundação de Coimbra, afeiçoado por ventura da fortaleza e bondade do sitio, e nelle o veiu buscar Hermenerico, trazendo a filha e grandes riquezas ao genro, com quem se celebraram as mais custosas bodas que se viram entre aquelles barbaros, e querendo Ataces mostrar ao sogro a grande conformidade em que ficavam por causa daquelle matrimonio, mandou pintar nas bandeiras o retrato de Cindasunda, mettida em uma torre, e a

uma parte d'ella um dragão de côr verde, e á outra um leão ruivo, que eram as insignias do sogro e suas, mostrando que aquellas armas, até então inimigas entre si, ficavam d'alli em diante pacificas e conformes, por respeito de Cindasunda; e como se andassem então edificando os muros e torres de Coimbra, os obreiros esculpiam na pedra esta insignia, vendo ser agradavel ao barbaro, e desde este antigo tempo até gora ficou por armas, e divisa desta nobre cidade de Coimbra....»

.....»

Para documentar a sua narração transcreve e traduz fr. Bernardo de Brito as duas cartas seguintes que diz estarem escriptas em um livro de mão da livraria de Alcobaça, e terem sido trasladadas nelle d'outro livro já gastado, por mandado do abbade D. Jorge de Mello, que depois foi bispo da Guarda.

Haec est epistola Arisberti Portugalens. ad Samerium Archidiaconum Bracharensim.

Per misericordiam Dei evasimus manus impiorum, et transeuntes Colimbriam novam, vidimus ibi multos Dei ministros laborantes jussu Atacis in constructione murorum novae arcis, quam ipse supra mundam facit (devastata jam prima populatione) ibi erat servus Dei Elipandus, et Essenus Presbyter, et multi alii servientes in operibus: Flevi cum illis comparem afflictionem, et ablatum in Lusitania jus Imperatorum ipsi ad me scribunt, quod sit illis bona spes propter conjugium Cindasundae filiae Hermenerici, quia fidelis, bona, et pia est, de eventu eritis certiores.

«Seu fiel traslado em lingua portugueza é o seguinte:

«Pela misericordia de Deus escapei das mãos dos impios, e passando pela nova cidade de Coimbra, vi ahi muitos sacerdotes do Senhor trabalhando por mandado de Ataces, no edificio dos muros da nova fortaleza, que elle edifica sobre a corrente do Mondego, em logar da primeira povoação, que destruiu. Ahi estava o servo de Deus, Elipando, bispo da mesma cidade, e o sacerdote Esseno, com outros muitos, que serviam nas obras; chorei com elles a commum afflicção, e o direito dos imperadores perdido já em Portugal, elles me escrevem da boa esperança em que vivem, pelo casamento de Cindasunda, filha de Hermenerico, que é catholica, boa, e piedosa senhora: Do que succeder vos farei sabedores.»

—«A outra carta, em que se referem mais em particular as cousas que contei acima, é do mesmo Arisberto, escripta a outro bispo, chamado Pamerio, que devia ser da Idanha, por estar no concilio assignado com este nome. As palavras da carta são as seguintes, trasladadas fielmente do mesmo livro;

Alia Epistola ad Pameriũ Episcopũ Queritis de statu nostro, et fratrũ nostrorum, benevidentur nostra si peccata non tollant, quod enim accidit, hoc est. Ataces Lusitaniae Rex, Christianus quidem, sed sectator Arianorum extat, veteremque Colimbriam destruxit juxtaque Mondam Fluvium iterum construxit, labore, et sudore captivorum hominum, servorumque Dei, et cum implicitus in aedificio maneret, advenit Hermenericus Rex Suevorum qui ultra Fluvium Durias degebat, et inito bello Ataces Victor remansit, cumque usque ad Durium persecutus fuisset Suevos, et vellet Fluvium transire, mittit Hermenericus Legatos qui pacem petant, et Cindasundam filiam uxorem promittant, finitur bellum, deducitur filia usque ad Colimbriam, ibique ut finitam discordiam monstratre, depingit turrim cum puela, juxta quam Draconem viridem, Leonemque rufum, sua et soceri insignia componit, ostendens advenisse pacem per nuptam puelam, quae cum Christiana, et fidelis esset, cum marito fecit, ne Catholicos Domini Episcopos, et sacerdotes ultra persecutionibus maceraret, et qui in operibus laborabant in libertatem poneret. Res ecclesiarum partim restitutæ sunt, partim in proximo sunt, ut restituantur, Rex parat se, et suas ad belandum, dicitur contra Gothos eo quod adjungit ad se auxilia Romanorum tam ex Scababi, quam ex Ulisbona, Setulbriga, et Colipode, propriam que gentem Lusitanam ponit in armis, Regina dissuadet bellum, seu amore mariti, seu timore eventus, elemosinas facit Episcopis exulantibus, et devotionem magnam habet in Deum, et in Beatum Petrum Ratistensem, orat quotidie pro marito, et fide illius, si Deus dignetur illum illuminare, sic omnia in pace, et bona spe procedunt, tu ora pro Ecclesia Dei, et pro me peccatore. Vale.

«Sua significação é a seguinte:

«Pedis-me novas do estado em que estão minhas cousas, e as de nossos irmãos, ao que vos respondo, que mostram boas esperanças, se meus peccados as não impedirem, e o que tem succedido atégora é o seguinte: Ataces, rei da Lusitania, inda que na verdade fôsse christão, todavia seguia a seita dos Arianos, o qual destruiu a antiga cidade de Coimbra, e a tornou a edificar junto do rio Mondego, á custa do trabalho e suor dos naturaes da terra, e de muitos servos de Deus, e ao tempo que estava mais occupado na obra, sobreveiu Hermenerico, rei dos Suevos, que andava da outra parte do rio Douro, e dando-lhe batalha, ficou Ataces vencedor, e como fosse no alcance dos Suevos até o Douro, e se preparasse para o vadear, mandou Hermenerico embaixadores pedindo condições de paz, e offerecendo-lhe por mulher a sua filha Cindazunda. Deu-se com isto fim á guerra, e com lhe levar a filha até Coimbra, onde para mostrar o fim do suas discordias, mandou pintar uma torre com uma donzella dentro, junto da qual estava um dragão de côr verde, e um leão ruivo, que eram as armas do sogro, e

suas, dando a entender ser nascida aquella paz pelo casamento da dama, a qual como fosse christã e catholica, acabou com o marido, que não attribulasse mais com perseguições aos bispos catholicos, e sacerdotes de Senhor, e que désse liberdade áquelles que trabalhavam nas obras. Os bens das egrejas, parte d'elles são já restituidos, e parte se espera cada dia que venham a restituir-se. El-rei prepara-se com sua gente para fazer jornada, corre fama que é contra os Godos, porque se vale da gente romana, chamada assi de Santarem, como de Lisboa, Setuval, Leiria, e aos proprios portuguezes naturaes da terra, faz tomar as armas. A rainha contraria esta guerra, ou levada do amor do marido ou receosa do successo d'ella, faz grandes esmolas aos bispos desterrados, e tem grande devoção em Deus, no bemaventurado S. Pedro de Rates, faz cada dia oração pelo marido, e por sua fé, para que Deus tenha por bem de o alumiar. D'esta maneira procedem todas as cousas em paz e boa esperança, vós rogai por o estado da egreja de Deus, e por mim peccador. O Senhor vos guarde.»

Abaixo d'estas cartas estão escriptas as palavras seguintes: *Has Epistolas transduxi ego Ferdinandus Monachus Alcubatiae ex Codice perantiquo, et pene deleto, jussu Reverendissimi Abbatis Domini Georgii de Mello. Sit gloria Christo Domino nostro, amen.*»

Não respondemos pela veracidade da narração de fr. Bernardo de Brito; antes nos inclinâmos a tel-a por um dos partos da sua phantasiosa e romantica imaginação. É bem sabido que, se este nosso escriptor é pelos philologos considerado de grande merecimento quanto ás bellezas do seu estylo, clareza do discurso, perspicuidade e elegancia da locução, a ponto de lhe assignarem um dos primeiros logares entre os classicos da nossa lingua, pelo que respeita aos seus dotes de historiador, á sua sinceridade, ao credito que devem merecer os factos por elle narrados, é pelos criticos mui desvantajosamente apreciado. E entre os documentos produzidos por fr. Bernardo de Brito, tidos na conta de falsos, contam-se as duas cartas, em que elle baseia a sua narrativa ácerca dos successos de Ataces e Hermenerico.

Fr. Joaquim de Sancto Agostinho, na sua erudita *Memoria sobre os codices manuscriptos, e cartorio do real mosteiro de Alcobaça,* tractando do Codex n.º CXIII, diz o seguinte:

«Mão do seculo 16 em letra redonda, como a da memoria no fim do Cod. VI escreveu neste Cod. CXIII o celebre fragmento do antiprimeiro Concilio Bracharense, e a carta de *Aldeberto* a *Samerio.* Depois das primeiras sete folhas escriptas em letra do seculo XIV segue-se uma lauda em branco, a qual, exposta contra a luz, se conhece ter sido noutro tempo raspada, e polida de novo com materiaes heterogeneos, de que ainda estão impregnados os poros de pergaminho, e baixos das superficies, pela diversa condição que experimenta a luz alli recebida.

Na primeira columna d'esta lauda se conserva o fragmento do Concilio, e na segunda a Epist. a *Samerio;* lendo-se no alto d'esta lauda a breve nota: *Deficit Orthographia Latina, à qua miserè aberravit scriptor.* Entre esta folha, e a 7.ª existem ainda hoje manifestos indicios de haverem sido cortadas cinco folhas, e na Epist. de *Aldeberto* a *Samerio* se lê indubitavelmente[1]: *Doleo super te frater mi doleo super Archiepiscopum et caput nostrum Panchætium;* (e não *Pancratium* ou *Panchratianum*). A palavra *Archiepiscopum,* em que tanto reparou o sabio prelado da Igreja de Braga, *fr. Agostinho de Castro,* quando *fr. Bernardo de Brito* lhe communicou esta carta, dizendo por fim haver sido *erro* de quem tirou a copia *por ser a letra muito má,* e que no original não existia aquella palavra[2], mas sim *Episcopum,* se não faz prova bastante contra a genuinidade do monumento, offenderá em todas as idades a reputação do seu inventor. No fim d'esta Epist. se encontra a Rubrica seguinte: *Haec omnia transcripta sunt a Codice vaetustissimo, jubente Ill.mo D. Cardi. henrrico per manus fr. Mauri mon. Alcubatiae, anno Domini 1540.* Este Codex original, que em 1540[3] se chama vetustissimo, diz o A.

[1] Concorda com isto a Certidão do 1.º de set. de 1722 remettida de Alcobaça á R. Academia da Historia Portug. no Appendix n.º 5.º dos Documentos, que cita o Benef. *Franc. Leitão Ferreira* na Diss. sobre este Concilio, que vem na Collecç. dos Docum. e Mem. da dicta Acad. do anno de 1723. Notarei sómente que o Instrumento, passado a 11 de julho de 1605, não merece fé; pois que nelle se diz que na carta de *Aldeberto* a *Samerio* se lia: *Doleo super Episcopum et caput nostrum Pancratium:* falsidade manifesta, e que nos obriga a suspeitar infidelidade no resto da Certidão sobre o que respeita ao Concilio, copiado do outro Codice, hoje não existente. O mesmo se deve dizer da Certidão e Instrumento de 13 de junho de 1605, pois no Codice presente leu *Episcopum* por *Archiepiscopum.* Vej. a Certidão de 11 de junho de 1721, que se passou em Braga dos dictos Instrumentos, remettidos ao Arcebispo, tirada do tom. 1 *Rer. Memorabil.* do Arch. da Sé de Braga, fol. 1 e seg. e vem na Diss. cit. do Benef. *Ferreira* Append. n.º 1.º A Certidão do 1.º de set. de 1722 foi passada na presença do D. Abbade Geral de Alcobaça, do P. D. Raphael Bluteau, e do dr. fr. Manuel da Rocha. As folhas, que faltam no Cod. são 5, e não 3, como se diz nas Certidões de 13 de junho e 11 de julho de 1605.

[2] Vej. a Cart. de *Brito* de 29 de out. de 1606 Diss. cit. App. n.º 3.º Por ventura seria a letra do tal Cod. antiquissimo semelhante á do Cod. 113? Naquelle leu o copista Archiepiscopum *por ser a letra muito má de ler:* e neste Cod. 113, onde a letra, que eu mesmo vi, he grada, sem ligações, e tão legivel como a de imprensa, leu *Episcopum* por *Archiepiscopum:* tudo lia ao contrario!

[3] Todos sabem que o sr. D. Henrique foi nomeado cardeal muito depois de 1540; e quasi todos concordam, principalmente os Historiadores Italianos, em que fôra em 1545, a 16 de dezemb., e se *Cunha* data

do Index se perdera, e eu creio que nunca existiu.»

Na mesma memoria diz ainda fr. Joaquim de S. Agostinho a respeito do Codex CCLXXXVIII:

«A fol. 8 d'este Codex col. 2, se escreveu em caracteres do seculo XVI a Epist. de *Aldeberto* a *Samerio,* diversa da que vem no Cod. 113. Principia: *Per misericordiam Dei;* e acaba *De eventu eritis certiores.* A Epistola do mesmo *Aldeberto* a *Pamerio* vem a fol. 8 vers. col. I e II escrita no mesmo tempo. Principia: *Quæritis de statu nostro;* acaba: *Tu ora pro Ecclesia Dei, et pro me. Vale.* Estas duas cartas são da mesma letra, e mão, que a do Codex 113, e que a da memoria do Codex 6, fol. ultima, col. I e II. Pelo que se pode julgar que o auctor d'ellas, como o d'estas duas cartas de *Aldeberto,* foi o monge de Alcobaça *Fr. Fernando;* porque no fim se lê: *Has epistolas transduxi ego Ferdinandus Monachus Alcubatiae ex Codice perantiquo et pene deleto jussu Reverendissimi Abbatis D. Georgii de Mello, sit gloria Christo Dño nostro amen.* He superfluo dizer sobre esta rubrica o mesmo, que deixo escripto sobre a do Cod. 113 e semelhantes[1].»

Outro critico respeitavel e auctorisado, fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, tem tambem na conta de apocryphos os documentos a que nos temos referido, não duvidando acoimar o que os apresentou de *impostor* e *forjador de mentiras*[2].

Em contraposição á opinião dos dois criticos mencionados, a authenticidade d'aquelles documentos é sustentada pelo chantre de Evora *Manuel Severim de Faria* e pelo beneficiado da Sé de Coimbra *Francisco Leitão Ferreira.* A apreciação dos argumentos apresentados de parte a parte, e a averiguação da verdade neste ponto, deixamos aos curiosos, que nós vamos continuar com a nossa resenha.

(Continúa). A. M. SIMÕES DE CASTRO.

---

esta nomeação do anno de 1546, seria porque só neste anno se fez publica em Portugal a promoção do Inf. áquella dignidade. Mas como desculparia *Lusitano Philopatrio* este anachronismo? Disse que se devia ler 1546, e que a haste do algarismo 6 *com o tempo se apagaria de sorte que parecesse aos copistas uma cifra.* Eis aqui o que este Apologista chama *conjectura bem fundada e verosimil.* Se elle entendesse de Diplomatica e Critica, se visse a Rubrica e o Codex, nunca avançaria conjecturas tão destituidas de verosimilidade, e tão alheias do bom senso. D'aquelle modo tudo se ajusta; e arrisca-se toda a Chronologia. Vej. a Diss. Crit. e Apolog. da authent. do I Concil. Bracar. 1773, pag. 74. O mesmo A. l. c. pag. 24 proferiu a sentença contra o Réo, que defendia: *Se Brito he impostor em uma cousa; com muito fundamento se pode julgar que o he em todas* (devia dizer: em todas as que se fundam puramente na sua auctoridade etc.): *e as Regras da boa critica mandam, que não se lhe dê credito em facto algum, que affirmar; porque quem huma vez he máo sempre se presume máo no mesmo genero de mal. Concedido isto, segue-se que devemos collocar a Monarchia Lusitana entre os falsos Chronicões, e a fr. Bernardo de Brito no numero dos impostores Hespanhoes, e o seu Retrato entre os de Heguera, e dos seus socios. Porque não ha maior causa para que fr. Bernardo de Brito fingisse o monumento do primeiro Concilio Bracarense, e não fingisse todos os outros, em que funda a sua Historia. Ora todos os Portuguezes comprehendem muito bem os absurdos, que se seguem de admittir que fr. Bernardo de Brito foi um impostor.* Que absurdos serão estes! Veja o leitor o que dizemos aos Cod. n.º 6.º: 113, 207, 288, 354, 355, 356, 359.

[1] *Mem. de Litteratura Portug.,* t. V.

[2] *Elucidario,* t. I, pag. 329.

O BISPO DE COIMBRA D. FR. ALVARO DE S. BOAVENTURA

Archivámos no ultimo numero do *Instituto* um escripto desconhecido do bispo de Coimbra, D. fr. Alvaro de S. Boaventura, cuja publicação nos pareceu de utilidade, porque o achámos elaborado com certa correcção e elegancia, e porque apresentava noticias interessantes e circumstancias pouco sabidas, e algumas ignoradas, do estado em que no seu tempo se encontrava a cidade do Coimbra. Era uma carta ao collegio cardinalicio, desculpando-se de não ir fazer a visita *ad sacra limina,* e apresentando um relatorio da sua Egreja.

Para que bem se possa entender o motivo da carta, é de saber que, segundo as prescripções do direito canonico, são os bispos obrigados a visitar os sagrados limines; isto para tres fins principalmente: a utilidade da visita material, a prestação de obediencia e respeito ao summo pontifice, e a apresentação do relatorio das respectivas dioceses.

A obrigação d'esta visita acha-se consignada na bulla de Xisto V — *Romanus Pontifex* — de 20 de dezembro de 1585; no *Pontifical Romano* tit. *de consecratione electi,* e na bulla de Benedicto XIV — *Quod sancta* de 23 de novembro de 1740.

Esta visita, por parte dos bispos portuguezes, deve ser feita todos os quatro annos pelos do reino e ilhas; de cinco em cinco pelos da Africa; e de dez em dez pelos da Asia.

No caso de justo impedimento é-lhes permittido satisfazer a esta obrigação por procurador.

Achamos a proposito apresentar aos nossos leitores alguns esclarecimentos biographicos ácerca do auctor d'aquelle curioso escripto.

D. fr. Alvaro foi natural de Madrid, mas oriundo de Portugal. Pertenceu a uma das mais distinctas e qualificadas familias do reino, pois que teve por progenitores a D. Manrique da Silva, primeiro marquez de Gouvêa, sexto conde de Portalegre, mordomo-mor d'el-rei D. João IV e do seu conselho de estado, e a D. Maria de Lencastre, filha de D. Alvaro

de Lencastre, terceiro duque de Aveiro, e da duqueza D. Juliana, sua sobrinha.

Sendo provido em um canonicato da Sé de Coimbra, renunciou a esta dignidade sem que d'ella chegasse a tomar posse, para tomar o habito de religioso franciscano da provincia de Sancto Antonio dos Capuchos, em cuja religião entrou no dia 28 de maio de 1651.

Na vida claustral foi tão observante, que, por não sahir da obediencia da clausura, recusou a mitra de Lamego, que em 1670 lhe foi offerecida; mas depois teve de acceitar a da Guarda.

Vagando, por fallecimento de D. Manuel de Noronha, o bispado de Coimbra, foi transferido para esta Sé, e tomou posse por procurador em 16 de agosto de 1672.

No anno de 1677 a 29 de outubro procedeu á pomposa trasladação do corpo da Rainha Sancta Isabel, do convento antigo de Sancta Clara, que o Mondego havia alagado com suas enchentes e alluviões, para o novo que el-rei D. João IV mandara edificar no monte de Nossa Senhora da Esperança.

No dia 31 de agosto de 1681 sagrou a sua sé, como consta da inscripção commemorativa, enxerida no topo da capella mór, por detraz do altar; a qual reza assim:

ANNO DÑI 1681 DIE
31 MENSIS AVGVSTI
EGO D. F. ALVARVS SÃBON-
AVENTVRA EPISCOPVS
COMES HANC ECCLESI-
AM CONSECRAVI

O principe D. Pedro, regente do reino no impedimento de D. Affonso VI, lhe deu a nomina de cardeal nacional, mas não chegou o bispo a conseguir esta dignidade, porque falleceu a 19 de janeiro de 1683, tres annos antes que o papa Innocencio XI procedesse á nomeação dos cardeaes.

Foi sepultado no cruzeiro da Sé em frente da capella-mór, em sepultura raza, onde tem este epitaphio:

AQVI IAZ D. F. ALVÃRO D' S BOAVEN
TVRA DA SAG. ORD. DOS MENORES
NA PROV.ª DE S. ANT.º DE PORTVGAL
BPÕ Q FOI DAS SS. IGR'. GVARDA
E COIMBRA CONDE DE ARGAN-
IL &.c FILHO DE D. MANRIQVE DA
SILVA MARQVEZ DE GOVVEA
. . D. MARIA DE LANCASTRO, NE-
TO DOS DVQVES DE AVEIRO
FALECEO EM XIX. DE IAÑ. DO AÑ
M.DC.LXXX. DE IDADE DE 55 ÃN

III.

O epitaphio é precedido de brasão, que é composto de escudo dividido em pala, tendo á direita as armas de Portugal, á esquerda leão rompente, e por timbre corôa ducal e chapeo prelaticio.

A. M. SIMÕES DE CASTRO.

CARTAS FAMILIARES

I

Belem

Onde o licor mistura e branca arêa
Co'o salgado Neptuno o doce Tejo.
CAMÕES.

Meu Amigo. Fui hontem a Belem; e pela primeira vez pisei aquellas praias famosas, donde sahiram mar em fóra os nossos argonautas. Pouco lhe posso dizer das minhas sensações, porque tive tantas, que quasi as inutilisou a confusão. Mas uma sobre todas me ficou indelevel, que foi a do profundo convencimento da nossa antiga superioridade maritima.

Eu me explico. O portuguez como navegante excede na minha opinião a todos os povos do preterito, e ainda do presente. E não é exaggerado este asserto: nenhum dos antigos conseguiu tanto, nenhum dos modernos chegou tão longe. E nem uns nem outros com menos effusão de sangue, com tanta desinteresse e moralidade politica. É abrir a historia, ler e comparar.

O phenicio foi traficante e de proverbial deslealdade. Os seus lenhos aravam habitualmente o Mediterraneo, e raras vezes passaram a bôcca do estreito. E estes quasi que foram os limites da navegação dos outros povos. As epopeas antigas salvaram-se pelo merito litterario; os seus heroes cahiram. O poeta tinha horisontes immensos, e mais vastos ainda que o navegante.

Os limites maritimos dos antigos foram alargados pelos portuguezes de tal modo, que ainda hoje, no nosso tristissimo occaso, a ligeireza dos vapores modernos não venceu nunca a meta dos nossos antigos e pesados galeões. O estandarte das Quinas talhara nos mares maior imperio do que nas terras as antigas aguias da famosa Roma.

Isto é verdade; e se por ventura parece suspeito na nossa penna, podemos abrir qualquer extrangeiro, que tracte das nossas coisas, em bem ou em mal, que n'este ponto nenhum nos nega justiça. Lembro-me de alguns; mas, como tenho á mão o Edgar Quinet, copiar-lhe-ei dois ou tres paragraphos d'um capitulo que trata de Lisboa. O estylo é primoroso, valente a animação; e nenhum portuguez descreveria melhor e mais energicamente as glorias do seu passado. Ora ouça; eil-o que en-

tra pelo Tejo dentro, e nos falla de Belem, d'este mesmo Belem, de que tambem lhe estou fallando:

«....No dia seguinte, depois de termos navegado alto mar sem ver terra em quasi toda a viagem, entravamos no Tejo, que estava agitado por uma brisa fortissima do norte. As collinas, arredondando-se ao longe, assemelham-se a uma concha immensa, onde a cidade se ostenta em espiraes nacaradas até aos cumes. Eu procurava ver algum muro ennegrecido, contemporaneo de Camões; e avistei em frente um monumento antigo, cuja impressão ficará para mim unida sempre com a de Portugal. Imaginae no Tejo uma velha cidadella, cujas torres gothicas se apoiam sobre gigantescos cavallos-marinhos de granito, nadando alguns á superficie da agua, revolvendo-se outros nas arêas. Affigurava-se-me esta fortaleza caminhando pelo rio ao encontro do mar. Das ventas de pedra, batidas pelas vagas, sahia um mugido, que semelhava o d'um povo amphibio. Imaginava eu a cidadella empavesada, conduzida por animaes maritimos através dos estreitos e dos oceanos de Vasco da Gama, de Magalhães e de Albuquerque; e os Lusiadas naufragados me appareciam nas cristas das ameias, que ora se abaixavam ora se elevavam com o susurro das vagas, confundido com as badaladas do sino da tarde.

«Quando os antigos navegantes, depois de terem conquistado mundos, volviam ao seu paiz, vinham desembarcar em frente ao limiar do mosteiro de Belem; era a porta *por onde haviam de entrar n'este reino os triumphos*[1].

«Apressei-me a visitar este sitio singular no mundo, e vi um monumento de tão singela e original sublimidade, que todo o pensamento do povo portuguez me pareceu identificado n'elle. Ainda quando o terremoto não deixasse nenhuma outra ruina, e que todas as chronicas se perdessem, este monumento bastaria e fallaria só por si; a alma maritima de Portugal viviria em cada uma das suas pedras.

«El-rei D. Manuel erigiu um templo na margem do Tejo, onde se embarcou Vasco da Gama em demanda das terras indianas, n'esta *praia de lagrimas*[2], que viu tão fortes emoções de receio, de esperança e de dor, tantas separações, abraços e despedidas, tantos regressos triumphantes. A sua architectura é gothica, mas o genio concentrou alli todos os caracteres da vida do mar: cordões de pedra, que ligam entre si os pilares gothicos; altos mastros de mezena, que sustentam as ogivas, os florões e as abobadas, em quanto que a vela da humanidade se enfuna, em pleno seculo dezeseis, com o halito do céu.

«É ainda a casa do Deus da edade-media, mas preparada como um navio ao soltar das velas. Se entrais no claustro, vereis já colhidos e pendurados nos baixos relevos os fructos e plantas dos continentes ha pouco descobertos, como os côcos e os ananazes. O espirito aventureiro dos portuguezes, a sua destemidez, profunda sciencia e o arrojo das suas descobertas entendem-se melhor n'estas paredes do que em nenhuma chronica. Ressumbra d'ellas a impressão do momento de inexprimivel enthusiasmo, quando Christovão Colombo, Vasco da Gama e Magalhães entoam de joelhos o *Gloria in excelsis,* amainando as velas deante de terras desconhecidas...»

Mas basta, meu amigo, que insensivelmente se me alongava a transcripção. O passeio até Belem é lindissimo, principalmente pelo rio. O Tejo não possue a graça do Mondego, ou a severa majestade do Douro; mas é grandioso e esplendido. Não tem as margens viçosas do primeiro, nem as asperas penedias do segundo; mas espelha-se-lhe na corrente a graciosa cidade de marmore e de granito. O murmurio do nosso rio é languido e amoroso como os suspiros de Ignez ou de Dona Laida; o ruido do Douro, energico e selvatico, semelha o tropel d'um exercito em dias de batalha; mas o Tejo entôa no susurro das suas aguas canções de gloria, é o rio dos nossos triumphos do mar, e que acolheu em seu seio as pareas de todo o Oriente.

Lisboa — setembro de 1863.

II

Passos Manuel

...ego postera
Crescam laude recens...
Hor.

Meu amigo. Trouxe-nos o correio n'um dos ultimos dias uma noticia bem desagradavel, pelo menos para os que amam a nossa terra, e vêem descer á sepultura no vigor da edade os seus melhores ornamentos. Deve saber que alludo á morte de Manuel da Silva Passos, um dos caudilhos mais notaveis do partido liberal, e que, sendo chefe d'uma facção, escuta na campa ainda meio cerrada os gemidos de todas, a voz plangente da patria, que deplora a perda d'um filho benemerito.

A simples noticia da morte d'este homem é um facto notavel, e resume em si um necrologio inteiro. Ha nomes assim. Valem um capitulo da historia; e basta enuncial-os, que despertam logo ideas grandes.

Filho do povo, enterrou se com o nome herdado de seus paes e o peito limpo de condecorações. A revolução fel-o seu chefe; concedeu titulos e honras como rei, mas nunca

[1] Palavras de João de Barros no tomo 1.º da sua *Asia*.

[2] Ibidem.

mascarou o appellido honrado de familia com a vaidade pueril de tantos homens de hoje. É este o seu maximo elogio.

Manuel Passos foi dos poucos homens que nas nossas lutas da liberdade fazem lembrar os vultos austeros das republicas antigas. O povo não teve tribuno mais audaz, conselheiro mais leal, nem procurador mais zeloso. Como Graccho sustentou impavido nos comicios os foros e regalias populares, e como Franklin serviu constante a philosophia que esclarece, e a civilisação que regula o progresso da humanidade. Este juizo ha de o registar a historia um dia, quando o tempo tiver esmagado nas rodas do seu carro as paixões dos seus contemporaneos. A vida para o homem grande é um campo de batalha; o fumo denso das paixões que se agitam entenebrece-lhe o vulto: quando morre, o tumulo ainda lhe é penumbra; mas o nome, que fica por herança ás gerações futuras, é para estas muitas vezes a columna de fogo que as dirige no caminho da verdade.

Pagam todos os seculos pesado tributo de guerras e revoluções, porque a discordia parece ser a feição predominante das sociedades. Rompe a alliança dos povos, quebra a união das familias, e, se Prometheu roubou o fogo do céo para animar a estatua, ella, mais poderosa, arma o braço do homem com o raio da morte. Ultrapassa porém o seculo XIX talvez os seus predecessores, pois por pouco que lhe folheemos a historia, os dedos se nos mancham de sangue; e sangue escorre a mesma pagina em que hoje vamos involvidos.

D'este cataclysmo surgiu para nós a aurora da redempção, e com preço de altos sacrificios se levantou em terra portugueza o edificio da liberdade. Rasgaram-se-lhe profundos os alicerces em 1820; lançou-se-lhe a primeira pedra em 1834; coroou-lhe nobremente a cupula o ultimo reinado. Está consummada a obra!

Comtudo os obreiros vão rareando, os monarchas constitucionaes, estes simplices reaes que modelaram o monumento, desapparecem; mas o edificio já não desaba, porque a argamassa solidificou, amassada com o sangue de martyres e endurecida com os ventos das discussões.

Foi n'este cyclo memoravel que sobresahiu Manuel Passos. Tendo nascido nos principios d'este seculo, a revolução de 20 encontrou-o na idade florescente de 19 annos e no curso universitario de Leis. Fez-se logo seu adepto, e junctamente com seu irmão José redigiu o jornal *Amigo do povo,* que advogava os principios liberaes. Soffreu a expatriação no governo de D. Miguel, e no reinado de D. Maria II distinguiu-se nas duas revoluções de 36 e 46. O seu logar foi sempre ao lado do povo, a sua causa a do bem. Queria o povo livre e a realeza presidindo aos seus destinos, e d'esta maneira alliava as tradições monarchicas com os sanctos principios da liberdade; e assim na tentativa de Belem foi elle que sustentou a coroa na cabeça da Rainha, mantendo com firmeza os direitos populares.

Este homem foi ministro só uma vez e por pouco tempo; mas foi o unico ministro que seguiu as pisadas de Mousinho da Silveira. Pela sua iniciativa abriram-se academias, escholas e museus, e decretaram se muitas leis importantissimas.

A sua actividade ingenita inclinava-o sempre para o bem, e quando depois da guerra fratricida de 34 se depozeram as armas, elle depoz tambem os odios, e nas côrtes advogou com energia a causa dos vencidos, conquistando com este generoso procedimento a estima e grátidão indelevel dos seus contrarios.

Seria prolixo e extenso se lhe expozesse tudo o que sei e tudo o que penso d'este homem extraordinario. Era chefe d'um partido, e d'aquelle que toma por fito o progresso, por divisa a liberdade; e entre os seus era realmente o primeiro, porque ninguem o excedia na sinceridade e nos esforços com que concorreu para a realisação d'aquelles dois principios. Morreu, e n'esta hora solemne, em que morre tambem todo o prestigio pessoal, a tribuna faz-lhe o panegyrico, que a imprensa ratifica. E o povo no seu admiravel instincto, com que conhece os que lhe são fieis, orvalha-lhe o ataude com as lagrimas, murmurando nos templos as ultimas preces christãs. Esta homenagem posthuma é o seu elogio, e raros archiva a historia d'estes epitaphios.

Coimbra — 1862.

III

O mar

O mar, o mar, que em sua furia brava
Ninguem domina com servil grilhão!
SOARES DE PASSOS.

Meu Amigo. Accusou-me a recepção da minha carta de 7 com tal delicadeza, que ao mesmo tempo que me obriga a escrever-lhe de novo, confunde-me de modo que não sei o que hei de dizer-lhe. Pedi-lhe que nos viesse fazer companhia; e, privando-nos da sua amabilissima convivencia, impõe-me ainda em cima a tarefa de mais escripta. Escrever-lhe-ei pois, mas sómente em termos que consiga ainda attrahil-o a estas praias.

N'uma terra maritima e no mez de setembro só convem fallar do mar e dos banhos. São as novidades que mais nos respeitam, a nós que no resto do anno nem vemos o mar nem tomamos os seus banhos. E é isto o que nos move as attenções, porque o mar des-

perta a imaginação e os banhos retemperam a saude.

Colloquemos o homem nos campos, ouvindo o ramalhar das arvores ou o murmurio dos arroios, e elle nos comporá idylios, doces canções afinadas pela brandura e amenidade da vida campestre. Levemol-o aos montes, e nos seus cumes mais altos aproximemol-o dos céus; dar-nos-ha um hymno, todo repassado de profunda uncção religiosa. Internemol-o nas cidade e nos gozos da civilisação social, e em regrados epodos nos descreverá as maravilhas do ingenho humano. Mas ponhamol-o nas aguas com um abysmo sob os pés e outro sobre a cabeça, e elle nos entoará uma epopea, sublime como os céus e profunda como os mares.

Nem os prados com as suas numerosas plantas, nem os céus com myriades de estrellas, nem as capitaes com os portentos da industria arrancam do homem grito mais energico da que o revolto oceano. Lêem-se Theocrito e Gessner, Horacio e Dellile, mas esquecem; só Homero e Virgilio e Camões, que cantaram a navegação, lembram sempre. Decoram se os seus versos e passam tradicionalmente de geração em geração, eternisando na memoria dos povos o maior dos nossos feitos, que foi e será sempre a conquista do mar.

Laborioso é sempre o officio do homem; o trabalho foi o seu destino. Com este motor tem caminhado constante a despeito de todos os obstaculos, e tem vencido as mais tenazes e porfiadas resistencias. Como os Titães devassou o Olympo; não sotopoz montes sobre montes para subir, mas aproximou o firmamento da terra, e fez descer os astros medindo-lhes a distancia, e calculando-lhes a velocidade dos raios. Roubou o fogo do céu como Prometheu, e illuminou a noite accudindo á ausencia do sol. Como Theseu penetrou nas entranhas da terra, e tenta ainda como Dedalo invadir os ares. Por toda a parte estende o sceptro da sua intelligencia e domina como rei supremo.

Mas o mar é o elemento que o homem tem encontrado mais indocil; todas as descobertas e inventos foram ou tornaram-se pacificos, e o oceano luta sempre. Insociavel por natureza, indomito de caracter, é um inimigo implacavel, que ainda hoje e sempre ha de custar caro a toda a humanidade. O homem atravessa-lhe a superficie, sonda-lhe o abysmo, mas nunca o subjuga; são innumeros os naufragos que em todos os tempos têm sido victimas das suas furias.

Eis o que é o mar, typo do homem e emblema da liberdade. Liso como o espelho ou bravo como o leão, imita as paixões humanas, que são umas vezes doces sentimentos, outras furacões impetuosos. E se não sujeita o collo á tyrannia dos senhores da terra, não ha de certo semelhança mais perfeita da liberdade dos povos que repellem com energia o peso do despotismo.

Estas e outras considerações nunca foram novas, *nihil sub sole novum;* e occorrem facilmente a quem se vê em frente do majestoso espectaculo das ondas. É este o que nos attrahe a todos, e que torna frequentissimo o passeio da praia.

Aquelle vasto semicirculo de arêa, que se retorce entre a Figueira e o cabo Mondego, povoa-se ás tardes d'esta multidão errante e nomada dos banhistas, que aspiram a largos sorvos as auras maritimas com deliciosa satisfação. Eil-os que se agrupam nos passeios, ou se divertem no areal; estes brincam com as ondas nas orlas da praia, aquelles enxameiam em torno das redes da pesca. Ao pôr do sol quantos olhos saudosos miram a descida lenta e pausada do astro luminoso, sepultando-se no abysmo dos mares! Quando o crepusculo vai desfolhando em trevas as ultimas rosas da tarde, eleva-se o espirito insensivelmente e impregna-se de terna melancolia.

Comtudo o mais curioso panorama á beira mar é de manhã durante o tempo dos banhos. Quando as estrellas se despedem, deixam já muitos banhistas salgando-se no mar; e os primeiros raios do sol da madrugada assentam logo de chofre sobre o alegre acampamento das barracas, que formam uma perspectiva graciosa e pittoresca. Depois a concorrencia nunca afrouxa até alto dia.

É então muito de ver o mar convertido em medicina, esta vasta therapeutica curando uns, reforçando outros e retemperando a todos a saude e o vigor. Neste immenso laboratorio podem estudar-se á vontade os genios e condições de cada um, á semelhança d'aquelle pae de familias, que espreitava os actos dos filhos para lhes conhecer das indoles. Ora eu lhe conto a historia, que vem nos ineditos do padre João Baptista de Castro, e que não deixa de ser interessante e curiosa. E releve-me o conto, que tem larga applicação em toda a parte.

Diz-nos o nosso padre que um pae, querendo saber a inclinação de seus filhos, comprara um pato e o dera aos rapazes para que folgassem e fizessem d'elle o que quizessem. E logo se poz a espreital-os a ver o que succederia. Ficaram contentissimos aquelles mocinhos, e disse logo o mais velho que atassem o pato, e que fosse cada um com a espada do pae a ver quem lhe cortava a cabeça. Assentou logo o pae de si para si que aquelle seria soldado. Accudiu immediatamente o segundo, e disse: não façamos tal; melhor é vendel-o e repartirmos entre nós o dinheiro, que então cada um comprará o que quizer. Julgou o pae que este estava azado para mercador. O terceiro por fim aconselhou que o assassem, comessem e se regalassem.

E assim o viu o pae appropriadissimo para clerigo.

E se houvesse um quarto filho que opinasse pela liberdade e vida do animal, que diria o pae?.. Diz-me o nosso F. S. que de certo lhe daria a vida de poeta, que é a mais indecifravel e endiabrada occupação do homem.

Ora na praia, em frente dos banhos, neste curto e pequeno choque entre o homem e o mar, póde o observador colher ampla e farta lição da variedade da natureza humana. Verá o arrojo do primeiro filho na destemidez com que uns se lançam ás aguas, o calculo do negociante na arithmetica com que outros enumeram as ondas que tomam e os minutos que gastam; o mimo do clerigo na prudencia e cautela com que estes se banham, o enthusiasmo do poeta no alvoroço com que aquelles saudam o oceano; mas em todos verá a nossa reconhecida fraqueza perante aquelle terrivel elemento.

E desculpe-me finalmente toda esta apologia maritima, que tem por fim ver se o incito ainda a vir á Figueira e a presenciar o que em acanhado esboço aqui lhe apresento.

Figueira da Foz — 1867.

A. A. DA FONSECA PINTO.

BIBLIOGRAPHIA

D. ANTONIO DA COSTA

A Historia da Instrucção Popular em Portugal

A Abilio Augusto da Fonseca Pinto

A personalidade do homem, meu amigo, existe na actividade; é para ella que ha coração e intelligencia, e n'uns perfumes e impulsos, na outra clarões e conselhos; mas, se a actividade é um fim, como todo o fim, é necessario que seja um resultado, um fructo; e se os da natureza physica, não medram, nem sazonam sem a luz e o calor do sol; espontanea ou voluntaria, a actividade não será boa, se a intelligencia não a involver n'uma atmosphera de luz, luz que, cahindo sobre o coração, se faça calor, calor que se faça movimento. O homem é uma agulha de marear que necessita, para se deixar attrahir do seu norte, de o ver profundamente distincto do que não é elle.

Fartos de oppressão, e não podendo com ella, impellidos pela paixão, e deixando-se guiar dos relampagos que ella fuzila, tendo o instincto dos seus direitos, instincto de fogo e de colera, os povos tomam as armas em nome da liberdade, fazem-se governo, e decretam-n'a; mas nos povos, como em cada homem, a aurora da liberdade só alvorece com a da razão, e o grito que determina a existencia d'aquella só é proficuo e serio, quando o acompanha est'outro. Faça-se a luz.

Ou o liberalismo, dizia Mousinho da Silveira no seu testamento, ha de matar as facções, ou as facções hão de matar o liberalismo; é infelizmente o liberalismo que se estorce e estrubucha avexado pelos partidos. Governos que fossem verdadeiramente liberaes, cujo liberalismo fosse uma convicção da intelligencia, uma crença e um affecto do coração, e não uma necessidade do estomago, e uma opinião com que se pavoneia a vaidade, teriam sido diligentes em derramar pelo povo a instrucção, em lhe dar liberdade, dando-lhe luz. Mas não interessando o existencia dos ministerios, não sendo questão de partidos, a questão da instrucção popular não lhes tem merecido as attenções. Cada governo incumbe um dos seus satellites de a resolver entre os devaneios e phantasias com que se despede um somno e os bocejos e labyrinthos de idéas com que começa um outro.

Da litteratura, que devia bater á porta dos governos, bradar-lhes o — é já hora de surgir do somno — do Evangelho, a parte mais valiosa milita nas questões da politica, a outra, chocalhando juizos, contrafazendo o *espirito* e a grammatica, torna alvar e fatuo um povo, que necessitava e podia ser illustrado.

No meio da indifferença de uns e do amor do eu dos outros levanta-se nos arraiaes da litteratura e da politica, cheio de fé, e dispertando-a um escriptor, que, ja conhecido por trabalhos de valia, religiosos e sociaes, se tornou apostolo da instrucção popular.

É D. Antonio da Costa.

Com a *Instrucção Nacional,* um livro de ouro, ouro nas idéas e no estylo, idéas que são razão, estylo que é de sentimento, inaugurou elle o seu apostolado. Segue-se este livro d'um outro publicado agora, a — *Historia da Instrucção Popular em Portugal.*

Comparando o estado da nossa instrucção primaria com o das nações civilisadas, a *Instrucção Nacional,* mostrando-nos o que são os outros, faz-nos conhecer o que nós somos, a que kilometros estamos na estrada do progresso, relvosa e fertil, mas empinada e indefinida. É um livro do presente e do futuro, circumgyrando os olhos para todos os pontos d'aquelle, prolongando-os para este, delineando-o com o pensamento, e abrindo o coração e a phantasia para chover sobre elle flores e amor, que o tornem risonho e suave.

A *Historia da Instrucção Popular em Portugal,* de que lhe venho fallar, é o que o seu titulo indica, um livro que prende o passado da instrucção popular no nosso paiz com o o seu dia de hoje. Os resultados principaes do livro ahi vão; são os primeiros alvores que pronunciaram uma aurora até hoje, que ainda não é dia.

Fundando a monarchia, D. Affonso Hen-

riques encontrou a nação na ignorancia; só o clero, deixe-me assim dizer, sabia o abc, e o secular sabia-o tão mal, que os bispos tinham de lhes impôr a obrigação de saberem o evangelho e os livros rituaes. O direito vivia do uso, as escripturas que memoravam os contractos da assignatura do notario apostolico e d'outras em cruz; e ou por ignorancia ou por desprezo das letras, os cinco primeiros reis não nos deixaram a sua em documento algum.

Nas cathedraes havia o ensino, mas projectando pouca luz para fora do templo; instituiram-se mosteiros, tomaram estes a si o encargo educativo d'aquellas, esforçaram-se, e a instrucção melhorou muito; mas o ensino estendia-se só aos que pretendiam abraçar, e seguiam a vida ecclesiastica.

Adoptando a lingua vulgar para lingua official, mandando traduzir, e principalmente fundando a universidade, D. Diniz secularisou a instrucção; os resultados porem da secularisação não se produziram logo.

Subindo ao throno D. João I, a universidade reforma-se, o direito romano que já no tempo de D. Affonso III e de D. Diniz penetrara entre nós, toma definitivamente raizes e foro de cidade; põe-se todo o empenho em se colligir a legislação; os filhos do mestre de Aviz protegem umas escholas, abrem outras, formam livrarias, estudam e escrevem livros. Seguindo as palavras de D. Antonio da Costa — toda aquella raça do rei popular foi educada á luz do preceito de que a familia real não existia para usufruir nas doçuras do ocio as rendas que recebia da nação, mas sim para augmentar a extensão e a gloria da patria pelo pensamento da sua alma e pelo sangue do seu corpo.

Ao tempo de D. Affonso V, pretendendo fundar uma outra universidade, o rei dizia: as sciencias é a sabedoria a nenhum outro dom podem ser comparadas; por ordem regia compunham-se livros, escrevia-se historia, e n'este como no reinado seguinte, os escriptores eram seculares.

No tempo de D. Manuel, e ainda mais no de D. João III, a instrucção melhora; no reinado d'este ultimo a Universidade transfere-se de Lisboa para Coimbra, reforma-se, e na theologia e no direito, na medicina e na mathematica recebe das outras nações methodos e professores novos. O ensino das humanidades surge pela primeira vez em Portugal; ao ensino secundario official accresce o ecclesiastico e a este o particular. «Mas o ensino primario, sirvo-me das palavras de D. Antonio da Costa, não apparece, nem pode apparecer como vida propria. É ainda, onde existe, um simples instrumento, uma acção mechanica para o ensino superior ou para as necessidades especiaes de certa ordem de carreiras. O estado ainda não reconhece no povo um direito, nem no poder constituido uma obrigação de desinvolver a intelligencia nacional.» Estava-se com effeito numa eponha ainda aristocratica; a instrucção seguia a sucessão de todas as formas sociaes, e, seguindo-as, revestia-a do espirito, que primeiramente religiosa, *divina,* em seguida heroica, cavalheiresca, sobe d'aqui á unidade, para descer á totalidade, e assentar, alargando-a, a corôa da soberania na frente do povo. Um facto extraordinario fez com que a sociedade portugueza não passasse da forma aristocratica para a monarchia — estado, e d'ahi para a liberdade. Esse facto levou mais de duzentos annos a passar. O reinado do Marquez de Pombal, que ou não existiria, ou deveria continuar o de D. João II, foi atirado para o seculo dezoito, resurgindo, consubstanciando-se e identificando-se nelle a existencia de duas individualidades poderosas — D. Pedro, o *crú,* e o *principe perfeito*. Destramada e desfeita, a obra de ambos teve com effeito de se refazer. Esse facto foi o Jesuitismo. A instrucção já secularisada dessecularisou-se, a historia despe os fatos da côrte e veste a reupeta, retrahe-se do periodo aristocratico ao *divino,* distanciando-se assim a epocha democratica, e com ella a da autonomia da instrucção popular.

Na verdade, pouco depois de 1540 os jesuitas penetram em Portugal. O collegio das artes é-lhes entregue; poucos tempos mais, sem a certidão de frequencia d'este não podiam os estudantes matricular-se em canones e em theologia; a Universidade apezar d'isto não estava subjugada; por isso, e para assentarem ahi os jesuitas os seus arraiaes, cria-se uma outra em Evora; as escholas particulares que havia na cidade são mandadas fechar; as ordens todas são obrigadas a restringir o ensino aos seus religiosos; e depois de ter assim nas mãos o ensino superior e secundario, a companhia de Jesus, generalisando o pulpito, apodera-se do povo, para attrahir o qual tinha jubileus especiaes.

No reinado de D. João V, um livro de Verney — *O Verdadeiro Methodo de estudar* — ataca o methodo de estudos dos jesuitas; a congregação do oratorio ganhou a causa, e o hospicio das Necessidades fundado para ella por D. João V tornou-se o collegio principal do ensino publico.

Depois veio o Marquez de Pombal. «O Marquez de Pombal, transcrevo, começou por contrapor ao ensino jesuitico outro ensino tambem religioso, o das congregações, ás quaes concedeu que estendessem a todos os seus collegios das provincias o privilegio de examinarem os alumnos seculares, como D. João V permittira á congregação da côrte. D'este modo a Universidade de Coimbra libertava-se em parte da influencia jesuitica. D'ahi a tres annos o patriarcha de Lisboa determinava — pelos justos motivos do serviço de Deus e do

estado—que ficassem suspensos os jesuitas de prégar e confessar.

Fóra dos paços reaes, sem o imperio nas consciencias dos reis, sem o pulpito, sem o monopolio do ensino, a companhia teve de recuar palmo a palmo na educação nacional, exactamente por onde vimos anteriormente que tinha caminhado, até que foi dispensada completamente da direcção dos estudos no anno de 1759. Tres mezes depois os jesuitas eram expulsos do reino.

Tirada aos jesuitas a direcção do ensino publico, a instituição immortal de 6 de novembro de 1772 organisou a instrucção primaria, sanccionando principios verdadeiramente liberaes. A instrucção popular nasceu naquelle dia.»

De 1772 até hoje ha progressos, todavia não tão rapidos, nem tantos, como o dever e a utilidade o pediam. «A iniciação da instrucção primaria do Marquez de Pombal recebeu (no reinado de D. Maria I) golpes tão profundos nas proprias bases, que mais parecia ser intento o despedaçal-a.»

A revolução de 1820 regenerou a instrucção nacional. «A reacção em onze annos, diz D. Antonio da Costa, desde 1809 a 1820 creara vinte e uma cadeiras de ensino primario; a revolução em quatorze mezes creou cincoenta e nove. A revolução dotou pela primeira vez este paiz com o grande principio da liberdade do ensino, estreou o ensino primario do sexo feminino na cidade do Porto, e estendeu ás ilhas a direcção da junta. Todas estas providencias practicas tinham sido precedidas da resolução do congresso, garantindo a instrucção primaria a *Todos* os cidadãos.»

Em 1835, por decreto de 7 de setembro, Rodrigo da Fonseca Magalhães reforma a instrucção primaria; a reforma era ampla, mas não chegou a executar-se; foi, como diz D. Antonio da Costa, um meteoro que deixou um rasto luminoso.

A revolução de setembro reformou tambem, em 1836, a instrucção primaria; as bases d'esta reforma foram: «liberdade do ensino, nas capitaes dos districtos uma eschola do sexo feminino e uma de ensino mutuo, que servisse tambem de normal, a jubilação, o processo judiciario para a demissão, um jury nos assumptos do ensino, as commissões locaes inspectoras, e o subsidio ao professor de 20$000 réis, pela camara municipal.»

Em 1844 a instrucção primaria foi tambem reformada; a reforma porem foi medrosa

Em 1870 da revolta com que o Duque de Saldanha vingou os seus resentimentos e zombou do paiz sahiu uma cousa seria — a creação do ministerio de instrucção publica e os decretos por elle publicados. As camaras deram, depois da queda da dictadura, bill de indemnidade aos seus actos; aboliram porem o ministerio de instrucção publica e revogaram a legislação promulgada por elle.

A *Historia da Instrucção Popular* tem ainda uma parte que tracta do ensino primario não official; não tendo a ligação que têm as providencias dos governos, apparecendo aqui um raio de luz, alem outro, não posso traçar-lhe planos, nem fazer resumos.

Está esboçado o livro, conversemos.

Filha de memoria, como todas as musas, a da historia, recorda-se e julga, é testemunha e juiz, e D. Antonio da Costa é fiel na narração, sensato e judicioso na critica, não é porém a fidelidade a unica virtude de quem relata; o bom senso tem muito em que se exercer na escolha do que se ha de relatar no traçar da area em que se tem de circumscrever essa escolha. Em historia, como em litteratura, é necessario, para haver verdade, que haja abstracção e limites; abstracção que só aproveite o que é significativo, o que tem expressão; limites que á obra que se escreve dão individualidade, e com ella energia de caracter.

A abstracção que produza a verdade, destacando-a do que só é real, fez-se; D. Antonio da Costa soube com effeito esquecer os factos não significativos; lendo porém a *Historia da Instrucção Popular*, parece que o livro vai além do titulo, que ha um rio que transborda e que leva fóra do leito os caudaes das suas aguas, deixando n'elle, e a derivar esperguiçando-se, e a arrastar-se como lesura, um fio que nem regato se poderia chamar; o livro é de instrucção popular, e uma boa parte d'elle falla-nos de instrucção secundaria e superior. Será um defeito?

É, mas defeito da realidade, defeito da historia, e não do historiador. Durante as phases aristocraticas da instrucção, nos bruxuleios tenues que primeiro foi arraiando, e nos tiros de luz que depois convergiu nalguns pontos, a instrucção popular, a primaria, foi por muito tempo, como viu, uma aresta de luz involvida em jorros. Para separar aquella d'estes é necessario, bem sabe, a presença de uma e das outras. D. Antonio da Costa vê-se obrigado a andar escolhendo o que é instrucção popular, o que vive para ella, e o que, destinando-se a outro fim, todavia a aviventa.

Narrativa fiel e conveniente, critica imparcial e profunda, eis a alma da historia e a do livro de que lhe fallo; se estas qualidades porém substanciam a historia, se são a sua alma, o estylo é o crystal que a reverbera, é ella mesma. O de D. Antonio da Costa, formoso, como sabe que é, tendo a formosura viril, que dão, reunindo-se, a intelligencia culta e a sensibilidade e a phantasia nobres e vivas, não é nesta obra tão sustentado como na *Instrucção Nacional*.

A historia é severa, placida e regular, como uma estatua da antiguidade; tem a severidade

e a placidez da justiça, e a regularidade de uma obra vasada num molde, e o estylo da *Historia da Instrucção Popular* varía da temperatura, tem desleixos, vôos, oasis, e nalguns d'estes as flores travam-se superabudantemente e alteia-se de mais a verdura.

Sendo historiador, D. Antonio da Costa quiz ser tambem apostolo, reunir, como na *Instrucção Nacional,* o zelo d'um á memoria e critica do outro, mas o assumpto d'aquelle livro palpitante de vida e de esperanças, porque é o presente e o futuro, prestava-se a ser tractado por uma penna, que, dirigida pela razão, todavia activasse os traços e as perfumasse na velocidade e nos effluvios do enthusiasmo. Se porém o livro perdeu em bondade e belleza real com o levantado do estylo n'algumas partes ganhou talvez em utilidade de momento; porque a severidade, com que o povo se assusta, afastando-se, deixa-o aproximar.

Eis o que penso em geral da *Historia da Instrucção Popular;* descendo a pormenores, apontar-lhe-hei ainda um ou outro defeito; dir-lhe-hei quaes são as paginas em que ha mais bellezas.

Ha no livro um capitulo — o Methodo Portuguez — que me parece que sôa em falso. N'um mar de estylo, que se alimenta de periphrases, de comparações e de imagens, apparecem as idéas como os nautas de que nos falla Virgilio, raras. Evidenceia-se que o assumpto foi, não pensado pela cabeça, mas pela phantasia e pelo coração.

Defeitos de estylo e de energia de idéas me parece haver tambem a pag. 229. D. Antonio da Costa julga ahi o modo por que lhe destruiram a reforma da instrucção primaria; mas nem encontramos a critica severa do historiador, nem o amor ardente e cheio de eloquencia de quem iniciou uma idéa, nem a energia do polemista, que, defendendo as suas, esmaga uma a uma as razões que lhe oppõem. Por unica vingança da destruição de uma obra sonhada e idealisada de dia e de noite, estudada e contemplada a toda a hora, estremecida como filha, não gosto de ver, seguidas de exclamações, estas simples palavras — sublime, sublime, sublimissimo. São meigos os pombos, mas, bem sabe se lhes bolem no ninho, cada penna das azas é um flagello temivel.

Os capitulos — Os Jesuitas — e — O Marquez de Pombal, — o relatorio que precede a reforma da instrucção primaria, e esta são de muita valia. Nos *Jesuitas* e no *Marquez de Pombal* as idéas e o estylo correm firmes e engrandecem-se, medindo-se pelos vultos gigantes que contornam e avaliam; o relatorio é erudito e sensato, tem a erudição e sensatez que dá o estudo profundo, a seriedade e o socego que inspiram os grandes assumptos.

Não tenho tempo de lhe avaliar um por um os artigos da reforma; d'elles porém ha um que, por muito exigente, me parece inexequivel.

Art. 29.° A instrucção primaria do primeiro grau é obrigatoria para todos os portuguezes de ambos os sexos, desde a idade de sete a quinze annos.

Art. 30.° Os paes, tutores, ou quem suas vezes fizer são obrigados a mandar os alumnos á eschola, e a conserval-os nella até concluirem o ensino primario.

Exceptuam-se:

1.° Os que mostrarem que lhes dão o ensino em sua casa, ou em escholas livres;

2.° Os que não poderem mandal-os á eschola por motivo de extrema pobreza.

A aprendizagem dos officios e a agricultura exigem para si a maioria das idades que o artigo reclama para a eschola; o n.° 2.° da excepção acolhel-as-hia á sua sombra, a eschola ficaria deserta e o artigo inutil. Na terra donde lhe escrevo não haveria forças que obrigassem ao cumprimento do artigo; e se a instrucção que se exige é a do primeiro grau, não é coherencia acabar a obrigação de ir á eschola, não n'uma idade determinada, mas logo que se tenha obtido tal grau de instrucção?

Mesmo o artigo 30.° está em contradicção com o artigo 29.°, posto porém o termo no numero dos annos, conciliar-se-hia tambem tudo ou muito, se, onde não houvesse escholas nocturnas, em vez de darem aula de manhã e de tarde, os professores fossem obrigados a dal-a pela manhã e á noite; dos oito ou nove aos quinze annos a obrigação poderia cumprir-se frequentando a eschola nocturna; a officina e a eschola não disputariam, não se locupletariam uma á custa da outra, e seriam irmãs e amigas; poucos poderiam exceptuar-se, e voltar as costas á instrucção, dizendo-lhe — sou pobre.

Paremos aqui. Talvez lhe pareça, pelo diminuto das phrases que gastei em elogial-o, que acho no livro de que lhe fallo mais que reprehender do que louvar. Não é assim. Quando a belleza é o usual, são os senões que se apontam, estes, além d'isso, porque são aberrações d'um centro, atiram-nos longe, só á custa de tempo se deixam julgar.

Quando os Vascos da Gama chegam á gloria, as nações a que elles pertencem chegam á prosperidade. Indo na litteratura portugueza por onde ninguem foi, abrindo um caminho novo, o auctor da *Instrucção Nacional* e da *Historia da Instrucção Popular,* livros do presente e do passado que devem chegar ambos ao futuro, abriu-o para si e para o seu paiz. Por onde o homem sobe ao porvir, pode com effeito a nação ir em busca da felicidade.

Castello de Vide, 4 de setembro de 1871.

J. Frederico Laranjo.

AS AGUAS MINERAES DE MOLEDO

Sua composição chimica, acções physiologicas e effeitos therapeuticos

POR

Miguel Leite Ferreira Leão

Lente Cathedratico de Philosophia, e Director do Laboratorio Chimico da Universidade

Francisco Antonio Alves e Lourenço d'Almeida Azevedo

Lentes Cathedraticos de Medicina

Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871

I

Quando em 1865 publicámos alguns apontamentos sobre a hydrologia medica portugueza, precedemol-os das seguintes considerações:

«Parece-nos que é chegada a epocha, em que os poderes publicos, reconhecendo alfim a necessidade de possuir o inventario completo de uma das mais preciosas riquezas do paiz, as aguas mineraes, hão de mandar proceder á organisação de tão importante obra.»

«É consequencia necessaria e complementar de outros trabalhos emprehendidos a expensas da nação, que nem se recommendam por mais uteis, nem se nos figuram tão necessarios; referimo-nos aos do instituto geographico, aos da commissão geodesica, etc. etc.»

«Está evidentemente demonstrada a inefficacia das antigas e modernas providencias para organisar a nossa hydrologia medica. Possuimos, é verdade, interessantes escriptos sobre o assumpto, devidos, na maxima parte, á dedicação de alguns membros da nossa classe e da pharmaceutica; são, porem, insufficientes e incompletos; e, para os colligir e rectificar, é indispensavel uma commissão largamente retribuida, que percorra o paiz, que perscrute e explore nos proprios jazigos estas opulentas minas de saude.»

«É obra de muitos annos, e de muitos homens, que não só movidos pelo amor da sciencia, mas pelo de um lucro honesto, queiram unanimemente concorrer para tão util fim.»

«Medicos e chimicos distinctos devem compôr esta commissão, associando-se-lhe os facultativos das localidades ou visinhanças das aguas, para lhe ministrarem todas as noções, que possuirem ácerca das respectivas propriedades therapeuticas.»

«Alem dos reagentes e apparelhos necessarios para as analyses, deve prover-se a commissão dos principaes instrumentos physicos, para determinar a meteorologia da região, em que brotam as aguas, durante o exame e estudo, que d'ellas se fizer.»

«É sobre estas observações, sobre as geologicas, e noticias historicas, que constarem dos nossos e extranhos escriptores, que se ha de fundar a hydrologia nacional, modelada pelos mais celebres tractados de aguas mineraes, que já possuem as nações cultas; porque a nossa, por mofina, é a que ainda carece de tão importante obra[1].»

Mal esperavamos nós, quando escreviamos estas linhas, que fossem illudidas as nossas esperanças, não se havendo até ao presente organisado a commissão que propunhamos, a fim de compor a hydrologia medica portugueza, como requer todo o genero de conveniencias.

O que não fez, nem visos ha por ora que venha a fazer, a sollicitude do governo, vai-o emprehendendo a particular dedicação de alguns professores do nosso primeiro estabelecimento scientifico.

Folgamos de registar com o applauso que merecem os nomes d'estes illustres cathedraticos, os srs. drs. Miguel Leite Ferreira Leão, da faculdade de philosophia, Francisco Antonio Alves e Lourenço d'Almeida Azevedo, da faculdade de medicina da Universidade de Coimbra.

A estes eximios professores devemos a posse de uma ampla e cabal monographia das aguas mineraes de Moledo, da qual nos propomos dar noticia.

I

Constituem as *Aguas Mineraes de Moledo* uma obra importantissima, como reconhecerão nossos leitores

Divide-se em duas partes; comprehende-se na primeira a *introducção* e oito capitulos com as seguintes epigraphes:

I Analyse sulphydrometrica.

II Analyse chimica qualitativa das aguas do primeiro grupo.

III Analyse chimica qualitativa das aguas da mina-antiga da estrada.

IV Analyse chimica qualitativa das aguas do segundo grupo.

V Analyse chimica quantitativa das aguas do banho contraforte da Lameira.

VI Analyse chimica qualitativa das aguas do terceiro grupo.

VII Analyse chimica quantitativa das aguas do banho oleoso ou contraforte do rio.

VIII Conclusão.

Comprehendem-se na segunda parte *considerações geraes*, e cinco capitulos com as seguintes epigraphes:

I Breve noticia das caldas de Moledo, e divisão das suas aguas relativamente á sua thermalidade e composição.

II Acção physiologica das aguas da primeira secção.

[1] *Gazeta Medica de Lisboa—Anno de* 1865—*pag.* 111.—O que escrevemos sobre hydrologia medica portugueza lê-se a paginas 141, 202, 226, 259, 337, 368, 397 da mesma *Gazeta*.

III Acção physiologica das aguas da segunda e terceira secção.

IV Usos hygienicos das aguas mineraes de Moledos.

V Effeitos therapeuticos das aguas mineraes de Moledo.

D'esta simples indicação já se deprehende, que os auctores da preciosa monographia, de que tractamos, nada omittiram, que podesse illustrar o assumpto; procederam a todas as investigações, que podiam illucidal-o, guiando-se pelos mais bem acabados modelos neste genero de trabalhos.

Classificando as aguas mineraes de Moledo nas sulphuricas sodicas, reconheceram que era o sodio o principio que predominava nestas aguas thermaes; principio muito importante; porque, reunindo-se ao enxofre, e formando o mono-sulphureto de sodio, dá-lhes caracter particular, em relação ás virtudes therapeuticas e usos medicos.

Demonstraram ainda, por um mappa comparativo, que têm as aguas mineraes de Moledo, na sua composição chimica, e no modo de mineralisação, grande semelhança com as aguas sulphurosas sodicas dos Pyreneos, podendo conseguintemente substituil-as nas applicações therapeuticas.

Conclue-se ainda do exame d'aquelle mappa, que existe incontestavel analogia entre as aguas de Moledo e as de Barèges, Luchon, Ax, e de outras nascentes sulphurosas mais notaveis de França.

III

Parece-nos que as *Aguas Mineraes de Moledo* são a primeira obra methodica, regular e perfeita, que d'este genero se ha publicado em Portugal nos tempos modernos.

Poderá, por ventura, oppor-se-lhe como paradigma de merito distincto o *relatorio sobre as aguas mineraes de Vidago, de Vilarelho da raia e das caldas do concelho de Chaves,* devido á penna esclarecida do sr. dr. Agostinho Vicente Lourenço[1]; os que, porem, podem apreciar estas duas obras, reconhecerão facilmente, que á organisação da monographia das aguas mineraes de Moledo presidiram vistas mais largas, espirito mais scientifico.

Os auctores da monographia instituiram junto das proprias origens os trabalhos relativos á analyse sulphydrometrica, determinação de temperatura, e colheita de gazes.

O auctor do relatorio não pôde visitar, pessoalmente, as nascentes das aguas, que analysou, e por isso nelle faltam algumas observações e experiencias, que deveriam ser feitas perto das fontes.

Illustra as *Aguas Mineraes de Moledo* a planta da povoação, e posição das aguas thermaes; ás de Vidago e Vilarelho da raia falta este valioso subsidio.

A um insigne professor da Faculdade de Medicina devemos a *Noticia dos Banhos de Luso* publicada em 1859[1]; a outros dois illustres professores da mesma Faculdade, e a um da de Philosophia se deve agora o conhecimento cabal das *Aguas Mineraes de Moledo.*

Felicitamos os preclarissimos cathedraticos por tão proficuos trabalhos, que, alem de sobremaneira difficeis[2], avultam por seus transcendentes resultados em beneficio da humanidade enferma.

Fôra para desejar, que tivessem muitos imitadores estes exemplos; porque, *sendo Portugal o paiz da Europa, que, havendo respeito á sua pequena extensão, possue maior numero de aguas mineraes, principalmente das que se denominam thermaes*[3], é por desgraça o unico paiz que ainda carece de uma hydrologia medica peculiar e privativa[4], como requer o estado actual da sciencia.

Á conta de tão lamentavel falta mais recommendaveis se devem reputar ainda estes singulares trabalhos, que, reunidos a outros congeneres, encherão, no futuro, a feia lacuna que desaira a medicina portugueza.

Congratulamo-nos pois segunda vez com os srs. drs. Leão, Alves, e Azevedo, pelo seu nobre commettimento e feliz desempenho.

Como benemeritos da sciencia e da humanidade os denunciamos á gratidão publica, desejando que seus nomes se inscrevam no livro d'ouro, a par dos de outros varões prestantes.

Portalegre, 16 de agosto de 1871.

F. A. Rodrigues de Gusmão.

[1] Foi publicado este relatorio na parte official do *Diario de Lisboa de 22 de maio de* 1865, — n.º 115, e depois impresso avulso no Porto nesse mesmo anno.

[1] Referimo-nos ao sr. dr. A. A. da Costa Simões. Sobre a *Noticia dos Banhos de Luso* publicámos o nosso juizo critico na *Gazeta Medica de Lisboa— Anno* 1861 — *pag.* 152.

[2] As difficuldades de uma boa analyse chimica demonstrou largamente o dr. Thomé Rodrigues Sobral, um dos lentes mais distinctos da Faculdade de Philosophia, no *Jornal de Coimbra—Num.* XXXVI—*part.* 1.ª, *pagg.* 251 *a* 265.

[3] Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, etc. par Adrien Balbi—Tom. 1.er, pag. 127.

[4] O dr. Rotureau, membro da sociedade de hydrologia medica de Paris, quando tracta de Portugal na sua obra *Des principales eaux minerales de l'Europe*, somente descreve os banhos de Lisboa como puramente hygienicos!!!

Recordamo-nos de que Merat e De Lens apontam no seu *Dictionnaire Universel de Matière Médicale* etc. algumas das nossas caldas, e nomeadamente as de Moledo, referindo-se a Alibert (J.—L.) *Precis historique sur les eaux minerales les plus usitées en medecine. Paris*, 1826, *in*—8.º

É por isso de todo o ponto injustificavel a supina ignorancia do dr. Rotureau ácerca das aguas mineraes de Portugal, mórmente pertencendo a uma sociedade, a quem tal assumpto não podia ser desconhecido sem grave quebra de seu credito scientifico.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O Instituto

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

VOLUME XV—N.º 6

	Pag.
A Liberdade de industria nas suas relações com a Economia Politica e com a historia da civilisação — por *Candido de Figueiredo*.....	121
Estudos economicos e sociaes — Alfandegas — por *Luiz Jardim*.....	124
A Eschola allemã em Histologia Pathologica — por *F. A. Alves*.....	130
Meteorologia — Saraiva — por *S. de C.*	132
O Brasão de Coimbra — por *A. M. Simões de Castro*.....	135
Sempre noiva — Chronica eborense — por *A. Filippe Simões*.....	139
Regimento que el-rei D. João II mandou á camara de Evora, para se fazerem n'esta cidade as festas do casamento do principe.....	143

Setembro de 1871

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O Instituto

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

A LIBERDADE DE INDUSTRIA

nas suas relações com a Economia Politica, e com a historia da civilisação

VII

Argumentos practicos em favor da liberdade de industria

Do que levamos dicto logicamente se infere que é infundada e temeraria a proposição que o visconde de Bargemont, de mãos dadas com o socialismo, formúla entre os seus estudos economicos:—«O pauperismo é uma chaga moderna, filha do industrialismo.»—

Industrialismo é a sarcastica expressão com que os pretendidos Aristophanes do progresso da industria desacatam e insultam o desenvolvimento que as artes manifestam, secundadas pela sciencia. Não se esbofem porém os economistas em desmantelar alcaçovas que por si se esboroam, e tenhamos presente o profundo senso que se manifesta naquella sentença do notabilissimo lord Macaulay:—«As miserias são antigas; o que é novo é a intelligencia que as descobre e os sentimentos de humanidade que as consolam.»—

Não occultamos todavia, não desejamos nem podemos occultar, que o desenvolvimento da industria, e particularmente as invenções, filhas do genio e da liberdade, descarregam sempre um golpe, mais ou menos profundo, e mais ou menos duradoiro, no interesse d'aquelles operarios, em cujas profissões se realisou um progresso qualquer. Assim, a invenção de Guttenberg prejudicou, inutilisou mesmo, a industria dos copistas; os caminhos de ferro feriram mortalmente a industria da recovagem; os inventos de Jacquard, de Arkwright, de Hargreaves, tiraram o trabalho a milhares de operarios. Mas não nos illudamos: a Economia é uma sciencia social; e, quando vê d'um lado o interesse d'um individuo ou d'uma corporação, e do outro o interesse da sociedade, não reconhece força no dilemma, e toma o partido do interesse social.

Tambem somos individualista. Queremos a segurança plenissima de todos os direitos e todas as liberdades individuaes. Mas, assim como não queremos que á sociedade se sacrifique o individuo, assim tambem não queremos que a sociedade, quando tenha de avançar um passo no caminho do progresso, hesite e retroceda ao dar de rosto num interesse particular.

É naturalissima a opposição que os productores, acastellados em privilegios e monopolios, fazem ás invenções, e á invasão da concorrencia. Lembram-nos aqui as palavras de Montaigne:—«Ao architecto apraz sempre a ruina dos edificios; os officiaes de justiça gostam de processos e querelas; a honra, até, de que se cercam os ministros da religião, deriva da nossa morte e dos nossos vicios; não ha medico que folgue com a saude de seus proprios amigos e visinhos; etc.»[1]—

Se a marcha da civilisação se interrompesse todas as vezes que se désse um attrito entre as rodas do progresso e os muros das officinas, a civilisação sería uma mentira, e a humanidade ficaria eternamente no seu ponto de partida.

Mas, objecta o socialismo, não ha progresso parcial; se por um lado a liberdade de industria enriquece e aformosenta a vida social, por outro lado cobre-a de pustulas, e empobrece-a, porque tira o trabalho a muitos braços. Perguntemos: esses braços a que a liberdade de industria tira o trabalho, ficam irremediavelmente condemnados á inacção? Não ficam; o que ficam é livres para novas occupações, e é na multiplicação dos braços, e na sua variada applicação a muitos e novos mestéres que se cifra o melhoramento e o progresso da humanidade.

É evidente que o caminho do progresso, na sua illimitada extensão, não pode ser perfeitamente plano e desatravancado, e é egualmente evidente que a humanidade não caminha do mal para o bem, mas sim do máo para o menos máo.[2]

Mas, sobre admittirmos como evidentes estas considerações, temos ainda por incontestavel que as invenções, filhas da liberdade de industria, após um pequeno mal, podem comsigo importar beneficios grandes aos operarios, pouco antes queixosos. Provando e exemplificando: a imprensa a vapor inutilisou realmente, por algum tempo, muitos e muitos braços; mas, pela multiplicação e universalisação da imprensa, quantos milhares de braços não retomaram esta industria! Antes de 1773, na Inglaterra, havia sete a oito mil operarios empregados na fiadura e tecelagem do algodão; appareceram as invenções de Hargreaves e Arkwright, e já em 1787 havia na Inglaterra duzentos e quarenta e sete mil tecelões, e cento e cinco mil fiandeiros!

Ponderava judiciosamente um operario lionnez, que a questão da liberdade de industria tem tido contra si o apparecer sob formas muito geraes, e o involver-se em axiomas scientificos, que para uns a tornaram ininteligivel, e impossivel para outros.

[1] Citados nuns artigos sobre a liberdade de commercio, firmados por Duarte Gustavo Nogueira Soares, e publicados em 1860 num periodico lisbonense, a *Revolução de Setembro*.

[2] Se bem nos recordamos, é de F. Passy a formula d'esta proposição.

Dirijamo-nos pois á intelligencia de todos com a logica dos factos, e vejamos que só a liberdade poderia substituir o grande pensamento de Leibnitz — ligar todas as nacionalidades pelos vinculos d'uma lingua universal. Passemos por cima de muitas especialidades e questiunculas, que é costume ventilarem-se quando se tracta da liberdade de industria, e chamemos em abono das verdades e leis economicas o testimunho da industria franceza e da industria ingleza.

Houve uma epocha, na historia da França, em que as aguias imperiaes abarcavam sob as suas azas a maior e melhor parte da Europa. Do mal derivou o bem. Da conquista nasceu a demonstração practica do principio economico da concorrencia illimitada. O poder napoleonico, espraiando-se por sobre as nacionalidades humilhadas, arrasou barreiras e derruiu alfandegas. Era um beneficio impensado, involuntario até, mas um beneficio enorme para a liberdade e para a industria.

Os gados e os cereaes entravam livremente em França e livremente sahiam. Tinha desapparecido a protecção ás chamadas industrias nacionaes, e a espada do rival de Alexandre ia arredando para longe as barreiras da prohibição.

Se fundados fossem os receios que os protecionistas e os prohibicionistas apparentam deante da liberdade de industria e da reforma dos systemas aduaneiros, nação alguma lhes podia suggerir objecções mais solidas do que a França desde o consulado até 1822. E todavia os factos comprovaram as verdades da sciencia. Durante esse periodo não houve uma só crise nem desequilibrio commercial. Graças á concorrencia florescia a agricultura, e prosperavam as artes.

Prostrada porém nos campos de Waterloo a aguia de Napoleão; agrilhoado o heroe ás fragas de Sancta Helena, e devorado pelo abutre da historia, como ás fragas do Caucaso o paganismo agrilhoara Prometheu devorado pelo abutre da fabula, surgiram as nacionalidades extinctas, e separaram-se de novo, reconstruindo barreiras e alfandegas.

Estava-se já em 1822. Os grandes proprietarios predominavam nas duas camaras legislativas francezas. Deslembrados da prosperidade que a industria e o commercio sentiram nos dias do primeiro imperio, e mais zelosos do interesse proprio do que do interesse publico, levantaram alto o gladio da prohibição, e descarregaram-no impiedosamente sobre o commercio dos gados e cereaes.

Foi profundo esse golpe, que ainda hoje sangra no coração da França. O preço dos productos agricolas subiu de ponto; e, desde 1822, a vida dos operarios e a subsistencia do povo está nas mãos dos grandes proprietarios e dos grandes capitalistas. O pão, o ferro, o azeite, vendem-se mais caro, 50,60 e 75 por cento, do que viriam da America, da Russia, da Belgica, da Suissa, senão fosse o estorvo da prohibição.

Lancemos agora uma vista de olhos sobre a historia moderna da industria ingleza, que lá se nos deparam tambem eloquentes exemplos, comprovativos da necessidade social de se effectivar o direito absoluto da liberdade de industria.

Temos de alludir, embora rapidamente, ao grande facto economico, a *Liga ingleza,* porque a notavel reforma de Robert Peel, porque a legislação que na Inglaterra reconheceu o principio da liberdade industrial, tem a *Liga* por causa, fonte e ponto de partida.

A Inglaterra entrava no calamitoso periodo de 1838 a 1843. A miseria cravava as garras no coração d'aquelle paiz, e da miseria, como de fonte envénenada, saíam as epidemias, os salteadores, os assassinos, os incendiarios.

Essa miseria, a nosso ver, tinha causas remotas e causas proximas: as proximas foram — a má colheita de 1838 e a fome que por aquelle tempo assolava os Estados Unidos, motivando o enfraquecimento das manufacturas inglezas; as causas remotas, podemos cifral-as no poderio e nos privilegios excessivos da aristocracia britannica.

Tem-se conservado alli, através de seculos, um antagonismo profundo entre as duas raças, entre a raça saxonia, a nacional, a vencida, e a raça normanda, aristocrata, a vencedora.

Um homem que se notabilisou por ter passado a vida no tentamen de alliar e fundir num só facto os factos mais antinomicos, o conde de Montalembert, o conhecido auctor de *L'Église libre dans d'État libre,* entende que a futura prosperidade da Inglaterra derivará da alliança das tradições e dos privilegios aristocraticos com os direitos do povo e com as pretenções da democracia moderna[1]. Ingenua crença, a que escasseiam os proselytos, e que os factos destróem! Á hora em que escrevemos[2], está-se evidenciando, na camara dos *lords* e e na camara dos *communs,* o alludido antagonismo. Discute-se desassombradamente a lista civil. O brado eterno de Cormenin repercute-se na consciencia do povo inglez, accorda-o por mostrar-lhe a manhã que vem rasgando os nevoeiros do Tamisa e a estatua do tradicionalismo vacilla na sua peanha de barro.

«A aristocracia normanda,— diz um publicista,— pela instituição dos direitos da primogenitura, tornou-se adjudicatoria do solo; pela lei da prohibição sobre os cereaes, adjudicou-se os productos do mesmo solo. Depois de assim haver dividido entre si todo o paiz, reservou ainda para si as colonias, os postos lucrativos, as sinecuras innumeraveis, os bene-

[1] Montalembert, *De l'avenir politique de l'Angleterre.*

[2] Agosto de 1871.

ficios ecclesiasticos para apanagio dos filhos segundos[1].»

D'esta organisação derivou naturalmente o insulto que em 1815 o governo inglez arrojou á face da nação: um decreto prohibiu a importação dos cereaes extrangeiros em quanto os inglezes não chegassem a um preço elevado (5:600 réis por hectolitro, aproximadamente).

Pretendeu-se conservar o monopolio da aristocracia a troco da miseria da nação. A nação reclamou, pedindo a liberdade commercial; mas a lei de prohibição poucas modificações soffreu, e foi preciso que a fome de 1838 ferisse mortalmente as classes operarias, e abalasse a grande alma de Cobden, para que a liberdade commercial realisasse as vagas tentativas de Huskîsson, e os votos do povo inglez.

Em 1835 o preço dos cereaes elevou-se, sessenta e quatro por cento, acima do preço que conservara nos annos anteriores. Os salarios afrouxaram, extinguiram-se quasi. A miseria estendia por toda a Inglaterra um vasto sudario de horrores, e as povoações, allucinadas pela fome, revoltavam-se e devastavam e roubavam a esmo, agrupando-se em torno d'uma bandeira negra.

Data d'esta epocha sinistra a celebrada canção de Thomas Hood,— *The song of the shirt*[2]. Era o canto, meio desesperado e meio resignado, da indigencia opprimida.

A agitação era geral, mas era ainda um problema. Para o resolver, determinando o valor da incognita, era mister uma linha de direcção, um systema, um centro de acção.

Manchester foi o centro d'aquella agitação, iniciada ali pelo doutor Bowring. Nesta cidade, tão conhecida em todo o mundo pelo seu desenvolvimento industrial, reuniram-se em outubro de 1838 sete homens, que juraram solemnemente «destruir todos os monopolios por meios legaes, e realisar, sem effusão de sangue, só pela força da opinião, uma das mais importantes revoluções sociaes.

Não attendeu porém o parlamento as representações dos delegados da camara commercial de Manchester. O parlamento não quiz revogar as leis sobre os cereaes e o consumo; mas a agitação, longe de se applacar e esmorecer deante d'essa recusa, recrudesceu, e appellou do parlamento para a nação.

Foi nesta conjunctura que á frente dos agitadores se postou o seu mais denodado campeão, Cobden.

Bright, Fox, Paulton, Wilson, Thompson, e todos os energicos propagandistas do pensamento de Manchester, ficam abaixo da plana em que a historia da civilisação gravou o nome de Cobden.

Cobden era filho d'um rendeiro do condado de Sussex. Agricultor nos seus primeiros annos, como seu pae, poude comprehender ao depois como a *protecção* ás industrias opprimia e enfraquecia a agricultura.

Foi em Manchester director de fabricas de algodão; viajou pelo oriente, tornou-se publicista, e foi, na qualidade de manufactor distincto, nomeado membro da camara commercial de Manchester.

A petição contra as leis dos cereaes, enviada ao parlamento pela camara commercial de Manchester, foi obra de Cobden, por proposta do qual a mesma camara declarou que:

«Sem a abolição immediata das leis sobre os cereaes, a ruina das manufacturas era inevitavel, e só a applicação do principio da liberdade commercial, na maior escala, podia assegurar a prosperidade da industria e a tranquillidade do paiz[1].»

— Das nossas grandes cidades, exclamava Cobden, formemos uma *Liga* destinada a derrubar as iniquidades da nossa aristocracia feudal; e os castellos arrasados do Rheno e do Elba sejam, para os nossos adversarios, uma revelação do que os espera, se persistem na sua luta contra as classes industriaes da nação. —

Effectivamente organisou-se a *Liga*. Além do seu chefe intellectual, Cobden, a *Liga* tinha por si oradores como Paulton, Bowring e Williers, publicistas como Prentice e Hickin. Era a formação d'um partido novo, um partido que não tinha nada com os *tories* nem com os *whigs*, um partido que, para nos servirmos das palavras de Bastiat, não tem precedentes nos annaes dos povos constitucionaes, um partido decidido a não sacrificar nunca a verdade absoluta, a justiça aboluta, os principios absolutos ás questões pessoaes, ás com-

[1] Georges Anné, *Le libre-échange.*

[2] Embora nos exponhamos a ser arguido de lançar uma lamina de oiro num repositorio de prosas e cifras e positivismo, daremos aqui a traducção de algumas estrophes d'aquelle sentidissimo *canto da costureira:*

— «Trabalha! trabalha! trabalha! Dês que ao longe canta o gallo até que as estrellas scintillem através do tecto, trabalha, trabalha sempre!

.....

«Homens, vós tendes irmãs queridas! homens, vós tendes mães e esposas! E o linho que *vestís é tecido* com a vida de creaturas humanas! Pontos, pontos, mais pontos! Fome, degradação e miseria!

«*Cóse ao mesmo tempo, com um fio duplo,* as camisas d'elles e o teu sudario!

.....

«Trabalha, trabalha, trabalha sem descanso nem tréguas! e a troco de que salario! Uma cama de palha, uma côdea de pão, uns andrajos, um telhado em ruina, uma mesa e uma cadeira quebrada, e uma parede tão despida, que abençôo a minha sombra quando lá se projecta.

.....

«O céo por cima da minha cabeça, a relva aos meus pés, e não poder eu aspirar as fragrancias da doce primavera! Não poder eu, por uma hora, uma hora apenas, sentir o que eu sentia outr'ora, antes de sentir as angustias da fome!»—

[1] Joseph Garnier, *Richard Cobden, les ligueur et la ligue, précis de l'histoire de la dernière révolution économique et financière en Angleterre.*

binações e estrategias dos ministerios e das opposições [1].

Gostosamente advertiremos de passagem que novecentos ministros de religiões diversas, anglicanos, catholicos, protestantes, methodistas, wellesleyanos, etc., secundaram os esforços e a palavra dos campeões da *Liga,* declarando numa reunião solemne, em 1841:

«As leis sobre cereaes violam a lei do Senhor, e restringem os beneficios da Providencia.»

A opinião publica estava pela *anti corn law association* (associação contra as leis dos cereaes). A *Liga* tinha em seu favor a força moral, e uma grande força material. Quando ella viu desattendidas pelo parlamento as suas reclamações, appellou para os meios eleitoraes e levou ao parlamento numerosos representantes, entre os quaes se contava Cobden, deputado por Storkport.

Ao ministerio de Melbourne Russell, ministerio wigh, succedera em 1841 o ministerio Peel, ministerio torie.

Robert Peel era sectario do systema protector. Mas tanto poude nelle a força da opinião publica, e tão bem dirigiu os seus juizos de consummado estadista, que adoptou o programma dos proclamadores da liberdade commercial. Os tories com Peel, e os wighs com Russel, approximaram-se do partido da Liga; e, a despeito da opposição da aristocracia e até do grande orador. Disraëli, fez Robert Peel passar uma lei, que, ao fim d'um curto periodo de transição, importava comsigo a liberdade de industria. Depois d'esta grande conquista, o commercio e a industria britannica não temem rivaes, e, no meio das festas do trabalho, assiste a Inglaterra aos paroxismos dos privilegios e da aristocracia feudal.

Longe iriamos, se nos propozessemos percorrer a longa historia dos esforços que o trabalho e a intelligencia têm consumido na obra da sua emancipação, e enumerar todos os passos que os povos andam nas vias da prosperidade e da civilisação quando a liberdade os liga, fazendo solidarios e harmonicos todos os interesses da humanidade. Lembremonos porém ainda de Carthago e Tyro e Florença e Genova e Pisa; da Hollanda, da Suissa, das communas de Flandres, das cidades anseaticas. Em todos os tempos e em todos os povos a riqueza se desenvolveu na proporção da liberdade de industria.

Aberta aos nossos olhos a historia de todos os povos, enunciado e resolvido pela *Liga* ingleza o grande problema da liberdade industrial, só resta esforçarmo-nos pela applicação d'este principio onde quer que ainda não penetrou em cheio a luz das grandes reformas, nem achou echo a voz da grande politica de Huskisson.

(Continúa). CANDIDO DE FIGUEIREDO.

[1] BASTIAT, *Cobden et la Ligue.*

ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAES

Alfandegas

CAPITULO I

A industria é a vida activa do homem.—Os governos devem protecção á industria.—Como essa protecção foi entendida antes de 1789.—Depois da revolução franceza.—A constituição de 1791 introduziu na industria a liberdade civil e a egualdade perante a lei.—As guerras da Europa restabeleceram o antigo systema.—A protecção nos povos modernos.—Modificações no sentido da liberdade.—Necessidade de inaugurar um systema inteiramente novo: objecto d'estes estudos.

A industria, ou como synonimo de trabalho, ou abrangendo apenas as tres grandes espheras da humana actividade na ordem economica,—a agricultura, a manufactura, e o commercio,—em face da instituição, que nas sociedades mantém a justiça, necessita, como todas as creações da vontade, ordem e segurança. A industria é a vida activa do homem, é o homem na applicação das suas faculdades á producção; demanda por isso da parte dos poderes politicos aquelle favor que exige o respeito á dignidade humana, e o cuidado especial pela existencia, riqueza e progresso dos povos. Presentiram-se estas verdades no passado, mas então o direito era o privilegio; a dignidade mera concessão da cidade; a riqueza d'um povo a pobreza das outras nações. Antes de 1789 protegiam os governos as industrias manufactoras, mas essa protecção era especial aos chefes que as dirigiam: d'ahi as mestrias e jurandas, e ainda os regulamentos reaes das fabricas. Os governos protegiam a agricultura e o commercio; mas essa protecção laborava no mesmo erro; porque impostos elevados rechaçavam na fronteira as mercadorias extrangeiras.

O governo representa na sociedade o interesse collectivo, o bem geral e não o de qualquer minoria: é a synthese de todos os interesses, tem em vista realisar o direito, a ordem, a justiça, e este fim ultimo, a sua mais bella expressão, jámais póde ser um privilegio. Firme nestas idéas, a revolução franceza introduziu na industria a liberdade civil e a egualdade perante a lei, e logo o systema de protecção, adoptado na constituição de 1791, foi liberal e em harmonia com o direito commum. Esta generosa tentativa foi apenas o prenuncio d'uma epocha nova; em breve as guerras sangrentas da Europa se completaram com a guerra das pautas, e as sociedades modernas voltaram ao antigo systema.

Este systema tem um codigo:—as leis do privilegio; uma cidadella:—as alfandegas; uma arma de dois gumes:—a pauta. Chama-se protector, mas impropriamente; porque as alfandegas, cercando por toda a parte as fronteiras, têm em vista fiscalisar a recepção dos direi-

tos com que a lei onera as mercadorias que entram ou sahem do paiz, e bem assim impedir as importações e exportações prohibidas. Esses direitos, pagos pelos mercadores, á entrada e sahida dos generos, e rehavidos das mãos do consumidor, são verdadeiros impostos indirectos; o consumidor, pagando-os, não os dá directamente ao estado. Os menos gravosos poder-se-hão explicar, até certo ponto, como medida fiscal; hoje porém as tradições do passado, reforçando theorias modernas, e até a propria indole dos governos, têm dado á instituição, que nas sociedades mantém a ordem e realisa a justiça, attribuições alheias ao seu fim. D'este modo não é só como recurso fiscal, mas como influencia reguladora e previdente, que a alfandega actualmente funcciona, e d'ahi, em relação ao commercio internacional, as differentes disposições, que, pretendendo supprir a liberdade, têm elevado o preço das mercadorias, affectado a producção, e restringido o consumo.

Hoje, nos povos que se dizem livres, as pautas das alfandegas prohibem expressamente a entrada ou sahida de certas mercadorias, e oneram outras tão gravosamente com elevados impostos, que o mesmo é feril-as de prohibição. Consente-se o tracto mercantil de muitos productos; mas aqui ainda, sobre objectos identicos, recahem impostos differentes no valor, conforme a procedencia d'essas mercadorias, conforme o navio que as traz, ou o tractado de commercio celebrado com o povo donde provêm. Impede o systema aduaneiro de alguns povos a entrada de certos productos pelos portos seccos, não lh'a vedando pelos portos de mar. Emfim, fazem objecto d'uma outra pauta, egualmente variada, os direitos de navegação, que as alfandegas egualmente percebem.

As complicações das pautas provieram sempre de doutrinas erroneas em materia economica. Por muito tempo os metaes preciosos foram considerados como a principal riqueza d'um povo, e leis prohibitivas lhes vedaram a sahida. Em virtude das qualidades do numerario, essas leis não conseguiram o seu fim: combinações aduaneiras, porém, favorecendo a exportação e restringindo a importação, pretenderam obter um saldo em numerario, e nasceu a *balança do commercio*. No meio de taes erros, paizes, conquistados a povos selvagens, ou já decadentes dos esplendores da civilisação, tidos como monopolio do paiz conquistador, foram separados do commercio dos outros povos, e nasceu o *systema colonial*. Estes erros e principios, fomentando guerras devastadoras, promovendo pelo contrabando a desobediencia á lei, e causando directamente a miseria das populações e a depauperação, deviam condemnar o passado; e pelo reconhecimento dos direitos do homem e das necessidades publicas, abrira mais ampla esphera ao dominio da liberdade. Infelizmente não succedeu assim.

A prohibição da sahida de certos productos, restringindo-lhes a amplitude do mercado, em vez de favorecer os povos, é-lhes nociva, porque a producção, não auferindo legitimos interesses, restringe-se e diminue. A prohibição de importar, obstando á livre e franca concorrencia no paiz que assim estatue, vai beneficiar alguns productores com um imposto lançado sobre todos os consumidores, e d'este modo, encarecendo objectos talvez essenciaes á vida, dá logar a crises, não poucas vezes repetidas nos tempos modernos.

Os direitos elevados são prohibições; os differenciaes, conforme a procedencia das mercadorias, ou conforme o navio que as transporta, são privilegios que muito coarctam o commercio. Com tal systema, industrias, que nunca teriam nascido, têm vivido e vivem á sombra da protecção; e o que é peor, o privilegio, cobrindo-se com falsas apparencias de philantropia, pretende illudir a opinião publica, dizendo-se defensor das classes, que hoje soffrem com tal systema. Os governos não desconhecem a errada direcção economica das sociedades, e por isso têm attenuado a ruindade d'aquellas medidas com certas concessões feitas ao commercio externo. Hoje já as leis das alfandegas admittem os portos francos ou imporios intermedios, a restituição dos direitos de entrada, a franquia de transito de mercadorias através do paiz para serem exportadas, e comprehendem os tractados de commercio. Taes disposições têm ainda complicado o codigo aduaneiro, e como providencias protectoras são inefficazes. A felicidade dos povos requer medidas mais rasgadas. É já tempo de inaugurar um systema novo, que dê ampla garantia aos direitos do homem, e cabal satisfação a suas necessidades. A demonstração do que acabamos de dizer só póde ser feita pela analyse dos factos e á face dos principios economicos. A politica virá mais tarde. Os factos superabundam em Portugal, e por isso limitar-nos hemos a procural-os entre nós.

CAPITULO II

A historia das alfandegas tem tres epochas.—As alfandegas interiores na edade-media.—As Ordenações Affonsinas confirmam as disposições dos foraes.—O commercio externo depois de Affonso III.—Alfandegas exteriores.—II De que modo esta instituição influiu na civilisação dos povos.—Qual era o systema economico na edade-media.—Contribuições indirectas.—Directas.—Posturas dos concelhos.—Fundição da moeda.—Como todas estas disposições concorreram para o atrazo da nação.—Queixas dos povos em 1361.—Riqueza do rei e pobreza do povo.—A organisação politica da sociedade portugueza, e a falta de systema nos erros economicos.

A historia da instituição que estudamos é a historia dos erros economicos do passado; intimamente ligada com a vida social, aspi-

rações e civilisação dos povos, tem seguido as phases, por que tem passado a vida das gerações. Desde o começo da edade-media até á renascença, esta instituição participa do espirito descentralisador, que então predomina. Cada localidade tem a sua alfandega; o feudalismo tem as suas, e egualmente as tem o rei. Com a renascença consolida-se o poder absoluto, funda-se a unidade politica, e os municipios desapparecem. Se continuam as alfandegas interiores, pelo menos tem desapparecido o feudalismo. Pela quéda do Baixo-imperio as letras, as artes e a philosophia tem enfraquecido a rudeza dos seculos precedentes. O commercio, graças á descoberta de novos mundos e novos inventos, tem em frente de si largo horisonte; mas o poder absoluto é um monopolio, e como tal imprime o seu caracter a tudo que o cerca: o commercio e a civilisação retrogradam, e só renascem mais tarde, quando lhes vem dar impulso a philosophia do seculo XVIII.

Estas grandes datas da historia da humanidade, o municipio, o poder absoluto, e a philosophia do seculo XVIII, abrem entre nós tres grandes epochas. A primeira principia com a fundação da monarchia, e vai até ás côrtes de Coimbra de 1385. A segunda principia com este grande facto nacional, e vai até á invasão franceza. A terceira estende-se até nossos dias.

I

Portugal constitue-se reino independente no seculo XII. Sob os primeiros reis a sociedade organisa-se, e ao passo que vai agricultando os logares desertos, accrescenta os germens de cada povoação, e constitue cada uma d'estas com o seu foral. O codigo wisigotico, e os concilios de Leão, Coyança e Ovetense governaram, é certo, os povos do esforçado D. Henrique, antes porém como tradição juridica do que como lei escripta. Em breve essa tradição desappareceu; e como os povos, organisando-se em gremios, obedeciam a outras necessidades, o foral foi a lei vigente que veio dar corpo ás tendencias e ás aspirações do seculo[1]. Na edade-media o foral cria na peninsula differentes entidades politicas, ligadas sómente ao poder central pelo lado do imposto: imposto em dinheiro ou generos, em serviços ou sangue. Viviam os povos como que desmembrados, e só se encontravam no dia do combate contra os arabes.

De D. Affonso II em deante continúa o movimento foraleiro, e é debalde que o rei, escudado no direito romano, pretende estabelecer uma certa unidade politica. Durante toda esta elaboração da sociedade portugueza o commercio era fraco. Os monumentos, que nos restam dos primeiros seculos, dizem que a agricultura era o principal cuidado dos imperantes civis e dos povos. Em tempos rudes, em que não existiam as mil necessidades que alimentam as industrias modernas, e em que a principal occupação dos povos era a guerra, e guerra de morte, porque se firmava no fanatismo religioso, era natural que se cuidasse principalmente da agricultura. Cada povo só podia contar com os recursos do solo que habitava: do extrangeiro só tinha o espolio das batalhas.

Florescia pois a agricultura, e, vista a contingencia dos tempos, sob a protecção das cidades, dos mosteiros e dos castellos. As relações commerciaes entre as povoações eram quasi nullas; não só porque as communicações eram difficeis, mas tambem porque no estado cahotico da sociedade, o poder e a ferocidade do rico-homem amedrontava as pacificas transacções dos burguezes[1]. Apezar da estreiteza d'essas relações já existiam todavia as alfandegas interiores. Quem ler com attenção os foraes vê que o seu fim principal foi organisar os impostos; ou, por outra, que os povos, sujeitos a grande arbitrariedade em materia de exacções, desejaram fixal-as pelo foral; nelles, depois de varios impostos, em que principalmente se taxa a compra e venda, não raras vezes se lança o imposto sobre os homens de *fóra parte,* ou, como diz a Ordenação Affonsina, de fóra de villa e termo[2]. As portagens, portaticos, passagens e outras costumagens eram já o começo das alfandegas interiores[3]. Não apparecem todavia em todos os foraes do seculo XII[4], o que nos prova que eram pouco estreitas as relações entre as villas e cidades, e a tal ponto, que o foral algumas vezes não falla nellas para lhes lançar o imposto. Existindo por tanto já esta instituição não é um facto generico; não existe em todas as villas[5]. Em

[1] Já fizemos sentir esta verdade neste jornal, vol. XIV, n.º 8, *pag.* 169.

[1] Póde ver-se a lei de 1211, em que D. Affonso II defende *que nenhum não corte vinhas nem queime casas. Leges et consuetudines*, pag. 166; e egualmente a Ord. Aff., liv 2, tit. 60 — *Das malfeitorias...* etc.

[2] Da Ord. Aff., liv. 2, tit. 21, § 1.º, se vê que, alem do rei, havia outros senhorios que recebiam portagens, passagens, e custumagens.

[3] Os direitos de portagem pagavam-se, tanto pela entrada, como pela sahida das mercadorias. Sr. A. Herculano, *Historia de Portugal*, vol. IV, pag. 422.

[4] Entre os foraes do seculo XII podemos citar o de Panoias, onde se lê — *Homines que venerint de fóra parte dent portagine.* Depois d'uma lista dos objectos que pagam os homens de fóra parte, diz — *Et pro nullo habere que venditus fuerit pro minus de* XII *denarius non dent portaticum. Leges et consuetudines*, pag. 352. O primeiro foral de Coimbra do conde D. Henrique concede como privilegio aos de Coimbra — *Non detis portaticum vel alcavalam aut cibariam custodibus civitatis vel porte.* Signal evidente de que os de fóra pagavam essas portagens. Póde tambem ver-se o foral de Santarem de 1179.

[5] No seculo XII os foraes das principaes cidades e villas é que fallam das portagens e impostos sobre os homens de fóra parte. Vide os foraes de Santarem, Coimbra, Lisboa, Abrantes, Covilhã.

muitos foraes taxam-se as vendas, o rendimento e os crimes; estabelecem-se os foros e os serviços, etc., mas não se falla em portagens, *nem da dizima das cousas que vêm á cidade por terra ou agua.*

A contar do seculo XIII os foraes são uma verdadeira pauta de impostos indirectos, principalmente sobre os homens de fóra parte[1]. D'esta epocha em deante, principiando os imperantes civis a adoptar as tradições bysantinas, principia a constituir-se uma tal ou qual centralisação. O que melhor se vê das inquirições geraes, feitas em todo o reino ácerca das doações regias. Esta centralisação e a necessidade de recursos para sustentar a guerra levam os reis de Portugal a crear grande numero de impostos indirectos. Os nobres não concurriam para essas despesas, antes recebiam pingues soldadas em dinheiro: d'ahi a necessidade de sobrecarregar o concelho[2].

Este systema continúa em toda a edade-media, e as alfandegas interiores, robustecidas e aperfeiçoados no tempo do poder absoluto, ainda se encontram em 1820. O foral dado a Coimbra pelo conde D. Henrique, reformado por Fernão de Pina no governo de D. Manuel, era lei vigente ainda nos tempos modernos[3]! Quando falla da portagem por cargas, amplia as suas disposições a todo o reino, e ahi determina,... «que a pessoa que houver de pagar a dicta portagem, *seja de fóra da cidade e termo, e traga ahi de fóra do dicto termo cousas para vender, ou as compre no tal logar,* onde assim não for vizinho, e morador, e as tire para fóra do dicto termo, tirando algumas, que particularmente atraz neste foral ficam logo declaradas, de que os vizinhos paguem portagem por ser assim justo pelo dicto foral.»

Deixando agora o livro das leis e posturas ou das leis antigas, as Ordenações de D. Duarte, e as leis geraes que foram junctas aos cadernos de alguns concelhos[1], para só consultar a este respeito as Ordenações Affonsinas, codigo em que na verdade se acha toda a legislação anterior ácerca d'esta materia, podemos affirmar que ácerca das alfandegas interiores conserva de pé as mesmas disposições do foral. Da portagem sómente são excluidos os vizinhos e os clerigos[2]. Os judeus porém e os mouros, ainda que morassem longamente em alguma villa, não eram isentos da portagem[3]. Assim aquelles que mais deviam ser protegidos, porque a sua actividade intelligente influiria poderosamente no commercio, esses eram principalmente sobrecarregados, porque contra elles militava o antagonismo religioso.

Em quanto ao commercio externo, é elle quasi nullo antes de Affonso III; existia já então em Portugal marinha militar, pois que, apenas constituido o reino, sahiram d'elle frotas de guerra a desafiar as galés mouriscas do estreito[4]; e as conquistas no Algarve, ainda que auxiliadas pelas cruzadas, foram principalmente devidas á marinha portugueza. Mas a marinha mercante só apparece mais tarde, quando Portugal, já conhecido como nacionalidade forte, obrigou com o respeito do seu nome a respeitar o seu pavilhão[5].

Com D. Affonso III toma o commercio externo verdadeiro incremento. Assistindo ao movimento commercial de Flandres, este rei, que alem de ser grande ambicioso era grande politico, devia desejar para o reino que administrava as vantagens d'um paiz commerciante. Durante o seu governo, fundam-se em Portugal varios municipios, e nas cartas d'esses gremios populares o rei tracta de animar o commercio, concedendo o foro de cavalleiro aos negociantes de grosso tracto e armadores de navios[6].

O nosso povo, então na adolescencia, e vigorado pelos colonos allemães, francos, e saxonios que tinham vindo estabelecer-se na peninsula, facilmente obedeceu ao impulso intelligente da realeza. Esse impulso encontrou echo lá fóra. Os reis portuguezes estavam alliados pelo casamento com as filhas dos monarchas extrangeiros. Assim, a lei de 26 de dezembro de 1253, tentando evitar o au-

[1] O foral de Benavente depois de lançar portagem sobre o troxel (carga segundo Sancta Roza de Viterbo) de cavallo, sobre os pannos, lãs, linhos, pescados, bois, carneiros, etc., accrescenta — *Iste portagem est de hominibus foris ville. Leges et consuetudines*, p. 512. Egualmente se encontra identica disposição no de Cezimbra de 1201, porque depois de lançar portagem sobre muitas mais mercadorias accrescenta — *Istud portagium debent dare illi qui non fuerint de sizimbria*. O foral de Alpedrinha de 1202 diz tambem — *moratores de alpreada non dent portagem*. O mesmo determina o foral de Monte-mór o Novo, de Teixeira e Souto Rodrigo, de Pinhel e muitos outros do seculo XIII. *Leges et consuetudines*, pp. 526 e 534.

[2] Vide o que dissemos a este respeito no *Instituto*, vol. XIV, p. 170.

[3] O *Jornal de Coimbra* de 1820, n.º 87, p. 76, publicando o antigo foral de Coimbra dado por D. Affonso Henriques e reformado por D. Manuel, entre as razões que allega d'essa publicação menciona a seguinte:—«Alem d'isto: sendo o *foral lei*, e não podendo aproveitar-se do da camara, porque se deve conservar no seu archivo; e importando bastante dinheiro a copia do da Torre do Tombo; tudo juncto nos decidiu a tomar este trabalho, bem persuadidos da sua utilidade: por quanto, havendo facilidade em ser lido menos occasião ha de practicarem os rendeiros abusos, prevaricações e vexames.»

[1] Estes documentos podem vêr-se nos *Monumentos historicos de Portugal*, da Academia.

[2] Ord. Aff. liv. 2, tit. 21; Ord. Aff. liv. 2, tit. 30; Ord. Aff. liv. 1, tit. 3, § 9; Ord. Aff. liv. 1, tit. 27, § 9.

[3] Ord. Aff. liv. 2, tit. 69, e a Ord. Aff. liv. 2, tit. 108.

[4] C. R. Acenheiro, *Cron. dos S. R. de Portugal* (Ineditos da *Historia port.*, collec. da Acad.).

[5] As invasões dos Normandos pelas costas de Portugal e Galliza impediam qualquer navegação costeira.

[6] Foral de Vianna, obtido em 1258 e confirmado em 1262.

gmento dos preços, em virtude da nova fundição da moeda, quando regula os salarios e as vendas das mercadorias, já falla nos tecidos provenientes de varias cidades de Flandres, da França, da Inglaterra, e bem assim de Castella[1]. O movimento commercial continua depois. D. Diniz fundou varias feiras e mercados publicos; com o intento de animar a navegação mandou vir da Italia o almirante Pessanha, e restaurou varios logares do litoral, taes como Silves, Tavira, Faro, Vianna na foz do Lima, Villa Nova de Cerveira, Caminha e outros[2]. Em 1290 já os portuguezes tinham feitorias nos reinos extrangeiros[3].

No seculo XIV estreitam-se as relações de commercio com os reinos principaes da Europa; e já então os portuguezes, impellidos pelo seu caracter celta e aventureiro, incetam o periodo das emprezas maritimas, com a descoberta das ilhas Canarias. Garantir essas relações de commercio internacional era uma necessidade; assim Affonso IV celebra com Eduardo III de Inglaterra o tractado de 20 de outubro de 1353, destinado a durar 50 annos; e em que se estabelece o modo de decidir varias questões a respeito do commercio maritimo. Celebrado em nome dos mercadores e communidades das cidades e villas maritimas de Portugal, mostra este diploma qual o incremento que já tinha o commercio; e o artigo 8, auctorisando os portuguezes a pescar no canal da Mancha, evidenceia-nos, alem d'isso, qual já então o arrojo dos nossos pescadores, que se aventuravam aos mares britannicos[4]. Uma carta de D. Pedro I dá como estabelecidos em Lisboa mercadores genovezes, escocezes e milanezes. Dos negociantes inglezes falla uma carta de lei de D. Fernando de 29 de outubro de 1367, e das prosperidades commerciaes do começo d'este reinado, mais de espaço, na sua prosa sincera, Fernão Lopes, este Froissart da nossa historia. O que tudo é confirmado por Faria e Sousa[5].

Com o crescimento do commercio internacional apparecem as alfandegas exteriores: não para proteger industrias, que quasi não existiam, mas para accudir por meio do imposto ás despesas do Estado. As leis do seculo XIII e XIV revelam não só a existencia das alfandegas maritimas e dos portos seccos, mas ainda quaes os principios que as dominavam. Vigorando já nestes seculos o systema mercantil, que considerava um paiz tanto mais rico, quanto maior era a quantidade de numerario que possuia[1], este systema influiu na legislação, que regulava o commercio externo. A lei de 26 de dezembro de 1253 prohibe as importações, a que não correspondesse uma exportação equivalente em valores. Assim, para que os metaes preciosos ficassem no reino, obrigava essa lei aos mercadores a empregarem o producto da venda em generos nacionaes[2]. Tal disposição ainda vigorava em tempos de D. Fernando. Fernão Lopes diz que no reinado d'este rei,—*os retornos* consistiam em partidas avultadas de vinhos, de azeite, de sal, de peixe salgado, de fructas verdes e seccas. D'este regimen nasceram os preceitos restrictivos chamados *alealdamentos;* em conformidade com elles tinham os negociantes extrangeiros de manifestar os generos importados, e os retornos em fazendas nacionaes, não faltando os varejos e balanços aos mercadores portuguezes. O intento do fisco era atalhar a contrabandos e fraudes, conferindo as existencias e as vendas com as entradas registadas nos livros das alfandegas maritimas[3]. Ascendiam a 10 por cento os direitos de entrada que recahiam indistinctamente sobre o valor das mercadorias; crescia porém depois esse onus, porque as pautas dos concelhos gravavam o commercio de retalho, e as localidades taxavam o transito[4].

1 L. de 26 de dezembro de 1253. Vide *Diss. Chron.*, de J. P. Ribeiro, app. n.º 21, pag. 59, sr. Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, t. IV, pag. 504. Sr. A. Herculano, *Historia de Portugal*, t. III, liv. IV.

2 Sr. Rebello da Silva, *Historia*, t. IV, pag. 504.

3 Por carta de 1290, Philippe o Bello concedeu privilegios, e fez concessões aos mercadores portuguezes estabelecidos em Honfleur. Em Ruão eram tantos, que tinham na cidade um bairro e uma egreja. Nos fins do seculo XIII, mas ainda em tempos d'el-rei D. Diniz (1293) tinham os mercadores portuguezes fundado em Flandres uma bolsa de 100 marcos de prata «a fim de acudir ás despesas suscitadas pelos pleitos, embargos, apresamentos, e outros embaraços, com que naquella epocha o tracto mercantil luctava quotidianamente». Sr. Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, t. IV, pag. 590. Esta instituição foi renovada em 1357 por D. Fernando.

4 Pardessus, *Collection des Lois Maritimes anterieures au* XVIII *siècle*, Paris, 1828-1839, 5 vol.

5 Fernão Lopes, *Chronica de D. João* I. *Epitome*, part. IV, cap. 7.

1 Idéas professadas claramente pela Ord. Aff., liv. 5, tit. 47, que manda guardar duas leis, uma de D. Affonso IV o *bravo*, e outra de D. João I. A primeira é a resposta a um artigo proposto em côrtes de Santarem.

2 *Mando et deffendo quod nullius mercator de extra regnum sequet merchandiam de regnus, nisi duxerit alium pro illa.* L de 26 de dezembro de 1253.

3 Sr. Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, vol. IV, pag. 507.

4 É impossivel dizer hoje, por falta de documentos, que direitos recahiam sobre a exportação. As Ordenações Affonsinas, considerando como direitos reaes —«os portos de mar, onde os navios costumam de ancorar; e as rendas e direitos, que *dantigamente* costumam de pagar as mercadorias que a elles são trazidas,»—não nos diz que direitos eram esses, ainda que pela palavra *dantigamente* se conheça que sancciona um uso já ha muito estabelecido. Entendemos que eram 10 por cento do valor das mercadorias, não só porque isto parece deduzir-se do que diz Fernão Lopes na chronica de D. Fernando, mas porque no seculo XV, ampliado o systema dos seculos precedentes, é esse o imposto que frequentes vezes recahe sobre a exportação. Vide a Ord. Aff., liv. 2.º, tit. 57. É certo que os direitos reaes abrangiam os impostos sobre a importação e exportação. Ord. Aff., liv. 2.º, tit. 24, §§ 6 e 7. Direitos de que eram isentos aquelles a que

II

O movimento do commercio portuguez na edade-media, diminuto em comparação com o movimento hodierno, era grande para a epocha, e vistas as circumstancias dos tempos, de sobejo prova a vigorosa adolescencia do nosso povo. Era então mais do que ousado, porque os mares eram infestados de corsarios, e o interior eivado de despotismos, a que nem sempre podia chegar a voz do rei, fazendo-se sentir na lei geral. Não nos deixemos porém illudir com o que dizem os chronistas. As leis dos seculos XII, XIII e XIV, se nos indicam já certo movimento commercial, mostram principalmente os desejos, que tinham os imperantes civis, de modificar até certo ponto o estado anarchico da sociedade, para que podessem desenvolver-se as transacções. Infelizmente esses desejos nem sempre podiam realisar-se; as *portagens, açougagens, passagens,* e outros impostos indirectos, taes como as *ochavas,* e a *relegagem*[1], incidindo sobre esse tal ou qual movimento mercantil da epocha, embaraçavam as permutações, e augmentavam o preço dos objectos de consumo. Era grande o vexame d'essas contribuições, porque, faltando-lhes base fixa, inconveniente que já hoje se lhes nota, demandavam grande numero de agentes fiscaes. Ao mal do immenso numero de empregados accrescia o mal das arrematações de que se usava. O arrematante, pagando certa renda, levado pelo interesse proprio, era ainda mais vexatorio do que o empregado do fisco. Alem dos impostos mencionados, accresciam ainda em dinheiro, em generos e em serviços, outros que, sendo pagos directamente pelos gremios ao estado, peoravam as circumstancias dos povos. Esses impostos eram os fossados, anuduvas, jugadas, tributos sobre a criminalidade, colheitas, montados, direito de caça, e o quinto dos despojos da guerra[2]. D'este modo a industria agricola, que fornece as materias primas, a fabril que as accommoda ás necessidades individuaes, e a commercial, que põe os productos ao alcance do consumidor, todas na edade-media eram tributadas, e sem alguma base ou systema fixo: assim não admira, a pezar das leis que prohibiam a sahida do pão e gados para fóra do reino, que as fomes se repetissem, e que já no tempo de D. Fernando a agricultura estivesse deserta e abandonada[1]. Por outro lado taxavam os concelhos; e as leis geraes os generos e obras[2], e obrigavam todos os mesteiraes a usar sómente dos seus mesteres, dando mantimento em abundancia, e sem exorbitar as vereações e posturas do concelho[3]. Era de uso no velho regimen augmentar os recursos do estado, pela fundição das moedas, substituindo d'este modo as antigas por outras de menor valor, mas d'um preço mais elevado, cousa altamente nociva ao commercio, logo que se taxavam as mercadorias; assim comprehende-se facilmente que aquelles males deviam ainda ser aggravados. As miserias do povo, resultantes de tal systema economico, bem as fizeram conhecer os procuradores dos concelhos, nas côrtes de Elvas de 1361; e ahi se declarou que os officiaes das alfandegas abusavam dos cargos, despachando ás portas fechadas, com o intento de matarem toda a concorrencia, ficando com as fazendas por preços vís. A tudo o que vai dicto accresciam outras circumstancias devidas ao atrazo e rudeza do tempo. Faltavam caes para embarque e desembarque. Em muitos sitios não havia barcos de passagem. Faltavam para as cargas os muares apenados para o serviço dos poderosos. Eram caros os fretes, já nos barcos já nos navios, e cruel a agiotagem dos judeus, acremente censurada pelos povos[4]. No seculo XIV era grande a riqueza do rei, mas geral a pobreza do povo[5].

Não devemos porém esquecer:

Duas causas concorreram na edade-media para attenuar de certo modo os soffrimentos dos povos: a primeira foi a organisação politica da nossa sociedade; a segunda foi a falta de systema nos erros economicos. A organisação politica,— porque os municipios espalhados por toda a extensão do territorio portuguez tinham uma autonomia propria, e no meio do estado cahotico da sociedade, era facil opporem-se a cada um dos elementos

acontecesse algum perigo no mar. Ord. Aff., liv. 2.º, tit. 32; disposição esta que já estava em vigor no tempo de Affonso II. Vide *Portugalliae monumenta Hist.*

[1] Do relego já falla o foral de Santarem (1179) quando diz — Quem relego de el-rei romper e no relego seu vinho vender... etc. O foral de Lisboa tambem fala do relego de el-rei, e mais tarde este privilegio foi tambem estabelecido a favor da cidade de Lisboa e seu termo pela lei de 26 de outubro de 1765, § 26, em que se determinava — que nos tres mezes de janeiro, fevereiro e março de cada anno se não possam nellas (freguezias de Lisboa) vender vinhos de fóra, se tanto for necessario para o consumo dos vinhos, que os lavradores d'ellas colherem dentro nos seus respectivos districtos. Vid. Ord., Manuel, liv. 2, tit. 34.

[2] A explicação de cada um d'estes impostos póde ver-se na *Historia de Portugal,* do sr. A. Herculano, vol. IV, de p. 401 em deante.

[1] Vide a lei das Sesmarias na Ord. Aff., liv. 4, tit. 81.

[2] Já no tempo de Affonso III tinham sido taxados os objectos de consumo, as materias primas, e os productos manufacturados. *Diss. chr.* de J. P. Ribeiro, app. n.º 21, p. 59.

[3] Ord. Aff., liv. 1.º, tit. 28, § 3.

[4] Visconde de Santarem. *Documentos para servirem de Provas ás Memorias para a Historia e Theoria das Côrtes Geraes,* p. 3–56, *apud* R. da Silva.

[5] D. Fernando achou depositadas por seu pae na Torre do Haver do Castello de Lisboa 100 mil peças de oiro e 400 mil marcos de prata, alem das moedas e mais sommas guardadas em outros logares do reino. Vide Fernão Lopes, *Chr. do S. R. D. Fernando*

sociaes, nobreza ou rei, e lutar com elles; esta força era a garantia de seus direitos. Como ainda qualquer d'aquelles elementos não tinha obtido o predominio, era facil ao municipio, regulando-se a si proprio, conseguir o respeito da sua lei. Ligados esses gremios ao poder central pelo lado do imposto, a sua importancia politica, muitas vezes fazia caducar a disposição vexatoria, que cahia em desuso, porque o rei necessitava do auxilio da communidade burgueza. Por outro lado, na edade-media as instituições são locaes. O direito não se estende unico e absoluto por sobre a sociedade. Se uns concelhos tinham nos foraes identicas disposições, outros abraçavam-se aos seus privilegios, e necessitavam d'elles para a sua existencia. Assim o imposto indirecto recahia sobre uns lugares, abandonava outros completamente, e com a debil fiscalisação d'esses tempos era facil o que hoje se chama contrabando, o qual, illudindo a lei, favorecia os povos. Esta descentralisação e as circumstancias da epocha foram por tanto um palliativo, que de certo modo attenuava o vexame das leis fiscaes. Alem disso, sem algum conhecimento das leis economicas, mas attentos ás desgraças publicas, os reis, se por um lado punham obstaculos ao commercio, por outro tractavam, como vimos, de o favorecer por todos os meios ao seu alcance. D'esta contradicção de duas forças emanava uma resultante, que minorava os soffrimentos dos povos. Assim não raras vezes se encontra o rei, emprestando do seu bolço para armar navios[1]; estabelecendo feiras francas para animar as transacções;[2] concedendo nos foraes privilegios aos mercadores[3]; castigando os exactores quando abusavam[4]; mobilisando a propriedade, por leis de desamortisação[5]; celebrando contractos com os soberanos extrangeiros para garantir o commercio maritimo[6]; castigando os nobres quando attentavam contra a propriedade[7]. Emfim determinando que se não levasse a terça parte das cousas, que se vendiam para comer[8]. Depende o commercio essencialmente da liberdade, e por tanto estas medidas eram só palliativos. É certo, porém, que no estado excepcional das sociedades de então Portugal foi talvez durante a edade-media o povo que menos soffreu, graças á intelligencia e vontade esclarecida dos reis da primeira dynastia.

(Continúa) LUIZ JARDIM.

1 Fernão Lopes, *Chr. do S. R. D. Fernando*, t. IV p. 123.

2 Schoefer, *Historia de Portugal*, liv. I, cap. VII.

3 Vide os foraes do seculo XIII, e principalmente o *Foral de Vianna*.

4 Foral de Coimbra.

5 Leis de desamortisação dos bens das corporações ecclesiasticas, de D. Diniz. Ord. Aff., liv. 2, tit. 14 e 15.

6 Em toda a edade-media foi esse o principal cuidado dos reis. Vide a *Historia de Portugal* do sr. Rebello da Silva, vol. IV, cap. III.

7 Vide a lei de 1211 de Affonso II, cit. a p. 126, e as leis de D. Diniz e D. Fernando, nas Ordenações Aff., liv. 2, tit. 50–52.

8 Lei de D. Affonso II na Ord. Aff., liv. 2, tit. 31, § 1.

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

A ESCHOLA ALLEMÃ EM HISTOLOGIA PATHOLOGICA

II

(Continuado de paginas 106)

Na Histologia Normal fundamenta-se a Histologia Pathologica. Os tecidos morbidos dependem quasi sempre do nascimento, reproducção e desinvolvimento de elementos anatomicos normaes, verificando-se comtudo em condições mui diversas das que pertencem ao estado physiologico. Do conhecimento das leis reguladoras do organismo deduzem-se os principios que regem a genese e a evolução dos tecidos morbidos; e assim as questões que se ventilam em Histologia Normal trazem tambem divididos em campos oppostos os mais celebres anatomo-pathologistas.

O desvio do estado physiologico nem sempre é characterizado por apparecer um elemento anatomico distincto dos que compõem os tecidos normaes. Pertence a cada tecido certa e determinada proporção dos seus elementos constituintes; e têm estes volume e forma que lhes é propria. Do arranjo privativo e especial dos elementos anatomicos deriva a textura; cabe-lhes certo logar no organismo; e o seu apparecimento effeitua-se em epocha fixa e invariavel. Assim como não é indifferente o modo de apparição, tambem o não é o logar e tempo em que se manifesta.

Se alguns ou todos os elementos componentes d'um tecido ultrapassam em quantidade, ou volume, os limites physiologicos, verifica-se a heterometria, que recebe mais especialmente o nome de hypergenese, hypertrophia numerica, ou hyperplasia, quando a modificação é quantitativa. Nos elementos cellulares patentêa-se mais frequentemente esta anomalia, que nem sempre invade ao mesmo tempo todas as partes constituintes d'um tecido, se a structura d'este é complexa. A hypergenese produz então alterações muito para notar. Elementos que eram accessorios, adquirem o character de fundamentaes; e a sua disposição diversa dá logar a nova contextura.

Estas especies morbidas filiam-se na genese

exaggerada, ou creação de elementos anatomicos á custa d'um blastema organizador, cuja faculdade geradora muito póde augmentar. E não deve desprezar-se o excesso na propriedade proliferativa de elementos anatomicos cellulares preexistentes, e muitas vezes a sua evolução ulterior e progressiva em outros de ordem mais elevada, sendo sempre similhantes aos que formam o tecido, que lhes serve de séde: d'este modo realiza-se a lei de analogia de formação, proclamada por Vogel.

Nenhuma das escholas rivaes tem podido cantar victoria; pois que estas neoplasias hypertrophicas, mais proprias dos pontos em que abundam os elementos cellulares, ou exclusivamente constituidas por elles, podem explicar-se tanto pela grande facilidade que o blastema tem em se organizar tomando a forma de cellula, como pela grande força reproductora das cellulas preexistentes. Os factos apregoam que a eschola alemã não pode sustentar o exclusivismo a que pretende ter direito.

Compõe-se e decompõe-se a substancia dos elementos anatomicos sem estes se destruirem (*nutrilité* de Robin). As moleculas estão num movimento continuo; novos principios são constantemente fornecidos ao elemento anatomico, que os elabora de modo especial, e os assimila, indo assim substituir outros que se perdem pela desassimilação. Do equilibrio d'estes dois actos resulta a permanencia da forma e volume. Maior desassimilação produz a atrophia; excesso de assimilação causa a hypertrophia simples ou em volume; e esta alteração, reflectindo-se no tecido de que faz parte o elemento anatomico assim modificado, dá origem a uma especie morbida, tambem de ordem hypertrophica.

Na causa d'estas neoplasias estão de accordo as duas escholas. Se a assimilação predomina, o desinvolvimento organico segue direcção ascendente ou trophica; se a desassimilação prepondera, a evolução toma marcha descendente ou atrophica. As leis do volume, e até da fórma do elemento organico estão subordinadas a estes dois actos distinctos, mas simultaneos: fixação por combinação isomerica dos principios vindos de fóra; desdobramento das substancias organicas em outros que devem ser eliminados. A individualidade do elemento nunca se perde, apezar da instabilidade da materia que o constitue.

Nascem os elementos anatomicos (*natalité* de Robin); e quer o nascimento se effeitue na edade fetal, quer no estado adulto, devem verificar-se as condições de logar e epocha. Da sua realização resulta a normalidade; da sua falta depende o estado morbido. O erro de origem é causa de especies morbidas muito importantes. Os tecidos que então formam estes neoplasmas, têm ordinariamente a cellula por elemento organico; e não se notam nelles outras propriedades além das vegetativas. As propriedades animaes, em que se comprehende a contractilidade, patenteada pela contracção lenta ou rapida, a nevrilidade com a sua tripla manifestação—sensibilidade, faculdade motriz, e pensamento instinctivo e intellectual,—raras vezes se encontram nos tecidos que têm experimentado a heterotopia trophica; a qual só por excepção, e muito em duvida, se admitte nos tecidos de ordem superior. Não está ainda hoje averiguado se os tecidos muscular e nervoso, em que mui notaveis se mostram as correspondentes propriedades animaes, apparecem em regiões distinctas das que normalmente lhes pertencem.

Como explicar os neoplasmas heterotopicos? Os novos tecidos dependerão da genese de elementos anatomicos normaes, que tiveram nascimento num blastema organizavel, preparado de modos mui diversos, como pretende a eschola franceza? Ou serão elles o resultado da multiplicação e evolução particular de cellulas preexistentes no tecido conjunctivo, que se encontra tão generalizado em toda a economia? Mas quem dirige numa ou noutra hypothese este desinvolvimento especial em quanto ao logar em que se realiza? Qual a causa porque num ponto onde devia desinvolver-se um elemento de ordem inferior, apparece outro de ordem mais elevada, e vice-versa? Como se perturbou a lei de analogia de formação, tão considerada por Vogel?

Taes são os problemas que até hoje nenhuma das escholas tem conseguido resolver; e mui grande é a difficuldade do assumpto. Quando a physiologia nos tiver dicto a razão por que certos tecidos se desinvolvem em logares determinados, então a anatomia pathologica, sufficientemente esclarecida, nos poderá explicar esta aberração trophica, que busca sua origem na organização anormal do blastema, ou na proliferação de cellula e sua consecutiva evolução anomala, como julga a eschola de Além-Rheno.

O exclusivismo das doutrinas allemãs ainda neste caso não se compadece com os factos observados. Se notamos a formação primordial d'um tecido, de que não se conhece elemento anatomico algum que lhe seja proprio, se no ovulo apparecem elementos figurados em logar e periodos certos sem haver precedencia d'outros que lhes sejam similhantes, ou que com elles tenham relação genesica, não custa a conceber que no estado adulto se passem identicos phenomenos, e que ahi se verifique tambem a chamada geração espontanea, como a denomina Robin.

Ha tecidos que só apparecem em certas epochas. São notaveis estes factos na serie das edades do individuo. Mas ainda neste caso as leis organogenicas se perturbam, e os tecidos proprios d'uma edade deixam de apparecer para se patentearem em outra mui diversa. A heterochronia *(aberratio temporis)*,

..

apontada por Virchow, é reconhecida por todos os anatomo-pathologistas. Geram-se assim especies anatomicas morbidas, que, apezar de pouco frequentes, são muito importantes.

Em todos os neoplasmas que temos descripto, repete-se a organização normal. A anomalia vae filiar-se apenas na quantidade ou no volume dos elementos anatomicos, e no apparecimento d'estes em logar e tempo mui diverso do que devia effeituar-se. O homœomorphismo é reconhecido pelas duas escholas, que são unanimes em o admittir para estas neoplasias; e as divergencias limitam-se ao modo como se produzem estes novos tecidos, e aos elementos que lhes servem de ponto de partida. Ha porém outras especies morbidas ácerca das quaes a discordancia é maior, e ahi a lucta tem sido mais encarniçada, apresentando-se por ambos os lados argumentos de muita valia.

(Continúa). F. A. Alves.

METEOROLOGIA

Saraiva

É hoje geralmente apreciado o valor scientifico e utilidade practica dos estudos meteorologicos. A physica geral do globo, a navegação, a hygiene, a medicina, o commercio, a industria e a agricultura, tudo deve ás descobertas e progressos da meteorologia os mais relevantes serviços.

Não ha ninguem que não sinta em si mesmo, no seu estado physico ou moral, a influencia do bom ou máo tempo, d'um dia nublado e chuvoso, ou d'um céo limpido e sereno. O estudo dos climas e dos meteoros, e até mesmo dos mais insignificantes phenomenos atmosphericos, tem relação com as maiores necessidades da vida, e com os mais caros interesses da sociedade e da civilisação.

Para quem vive no centro das cidades, no meio da abundancia e das commodidades, o frio ou calor, o tempo secco ou chuvoso, um dia ventoso ou sereno, são circumstancias que merecem importancia, pela influencia que exercem sobre a saude, sobre as distracções e regalos da vida. Mas se reflectirmos que a população animal depende essencialmente da fertilidade da terra e da producção vegetal, e que esta fertilidade e producção são consequencias necessarias dos phenomenos atmosphericos, não podemos deixar de reconhecer immediatamente, que a subsistencia do homem, a alimentação dos outros animaes, todos os productos de origem organica que abastecem as necessidades da industria e commercio, em summa, os mais essenciaes elementos de força, riqueza e economia das nações, tudo está subordinado á influencia dos meteoros.

As observações meteorologicas têm concorrido, para descobrir a causa de muitas molestias, a razão da frequencia e gravidade de certas epidemias, e a influencia das constituições medicas. O estudo do ozone atmospherico tem adquirido verdadeira celebridade nestes ultimos tempos, e está averiguado, que este mysterioso agente exerce uma influencia capital nas condições chimicas do ar e no estado de salubridade.

Está demonstrado, que a acção de faiscas electricas sobre o oxygeneo, transforma este corpo em ozone; logo, a electricidade atmospherica deve converter constantemente neste principio o oxygeneo exhalado pelas plantas, e o que provém da decomposição da agua e de todas as acções chimicas, que se opéram á superficie do globo. É provavelmente este agente, que se respira na aragem pura das serras e bosques, na brisa fresca e perfumada do mar, e na atmosphera embalsamada após uma chuva de tempestade.

Este corpo tão singular parece destinado a exercer grande influencia nos progressos da meteorologia, da chimica e da physiologia. Como as suas propriedades differem das do oxygeneo ordinario, e como os phenomenos de oxidação se opéram muito mais energicamente com este novo estado allotropico d'aquelle gaz, não pode deixar de influir poderosamente esta circumstancia nas acções chimicas, que tem por theatro o involucro aereo do globo, e em todos os actos da vida animal e vegetal. Talvez se possa attribuir ao predominio do ozone atmospherico a pureza e salubridade do ar do campo, e o effeito benefico dos arvoredos nos phenomenos meteorologicos.

Não são menos valiosas e interessantes as applicações da meteorologia á navegação, ao commercio e industria. As cartas dos rumos dos ventos e das correntes oceanicas, o diverso estado do céo, a forma das nuvens, tudo serve, junctamente com as indicações da bussola e do barometro, para dirigir o nauta nas mais longas e perigosas viagens.

Pelas observações barometricas se podem prever e prognosticar muitas borrascas, tempestades e furacões; e talvez que para o futuro seja mais facil precaver-nos contra os funestos effeitos das tormentas atmospericas do que contra as desordens e desvarios do homem e da sociedade.

Em 14 de novembro de 1854 soffreram as esquadras ingleza e franceza no Mar Negro um horroroso temporal, de que resultaram gravissimas perdas e avarias e os mais desastrosos naufragios. Se nessa epocha houvesse a rede de linhas telegraphicas, que hoje ha, e observatorios meteorologicos bem organisados nas principaes cidades da Europa, talvez que se tivesse evitado tamanho desastre; porque essa grande perturbação atmospherica foi prognosticada em quasi toda a Europa quatro dias

antes, e o telegrapho electrico tinha tempo de annunciar para a Crimea com a devida antecipação a proximidade da grande catastrophe, que se propagava de occidente para o oriente.

São tambem de maxima importancia as applicações da meteorologia á agricultura. O estudo dos climas e meteoros é indispensavel, quando pretendemos enriquecer a flora util de qualquer paiz, e dirigir com acerto e segurança os ensaios de acclimação das mais interessantes especies vegetaes. Todos sabem como os agentes meteorologicos fazem variar os productos agricolas nas diversas regiões do globo, e influem poderosamente sobre a actividade da vegetação e força productiva do solo. A geographia botanica demonstra com toda a clareza a ordem e regularidade, que preside á distribuição das floras, desde as zonas polares até o equador.

São sufficientes estas indicações, para tornar bem patente a importancia e utilidade da meteorologia. Estudemos agora um dos meteoros, que por seus effeitos desastrosos, e por sua origem e formação, mais tem merecido a attenção dos physicos.

***

A saraiva é um dos phenomenos mais grandiosos da meteorologia, e um dos maiores flagellos da agricultura. A historia dos terriveis desastres, produzidos pela chuva de pedra, e as theorias embaraçosas sobre suas causas e modo de formação, occupam longas paginas nos annaes da sciencia. Este meteoro é uma verdadeira metralha, arrojada sobre a superficie da terra com uma velocidade quasi tão grande como a do vento, devida esta impetuosidade, não só á acção da gravidade, mas ao impulso communicado pelas mais tumultuosas correntes atmospphericas. Citemos alguns factos.

Um dos exemplos mais notaveis na historia d'este flagello é a tempestade que assolou a França e Hollanda a 13 de julho de 1788. Propagou-se esta desastrosa tempestade simultaneamente por duas zonas quasi parallelas, tendo cada uma d'ellas umas poucas de leguas de largura. Principiando nos Pyreneus, percorreu até o Baltico uma distancia de mais de 200 leguas, com uma velocidade media de 16 leguas e meia por hora. Em cada logar a saraiva não durou mais de 7 a 8 minutos, cahindo pedras com mais de 8 onças de peso. Só em França foram devastadas 1039 freguezias, e os prejuizos foram calculados em 25 milhões de francos.

Na Italia, só nos antigos estados da Sardenha, calculam-se em 23 milhões de cruzados as perdas occasionadas pela saraiva desde 1820 até 1828.

Em 9 de junho de 1861 uma furiosa saraivada assolou os arrabaldes de Lucerna. Poucos minutos bastaram, para que os campos mais ferteis e viçosos ficassem litteralmente cobertos d'uma camada de gelo de muitos decimetros de espessura. Parecia que um exercito de cavallaria tinha talado e devastado os prados e searas, e que um furacão havia arrancado pela raiz ou despedaçado muitas arvores. As ruas da cidade appareceram juncadas de telhas, tijolos e vidros, e os edificios mais expostos soffreram grandes prejuizos. Muitos animaes foram victimas da catastrophe. Por um inquerito, mandado fazer pelo governo, foram avaliadas as perdas em mais de um milhão e 200 mil francos. A cidade de Lucerna perdeu mais de 23 mil vidros.

No mez de setembro ultimo foram frequentes os temporaes em diversos paizes. Genebra e seus arredores foram açoitados por um dos mais violentos e desabridos. Um vento furioso, acompanhado de chuva de pedra, arrojava uma verdadeira metralha contra as paredes, telhados e janellas, causando prejuizos consideraveis nos campos, vinhedos e arvores de fructo. Caíram pedras, que pesavam 4 onças. Só por este facto se podem facilmente avaliar os estragos produzidos pela tempestade.

Podiamos citar outros muitos exemplos, para demonstrar os terriveis effeitos da saraiva. Vamos agora discutir algumas das theorias mais importantes, para explicar as causas e formação d'este meteoro.

***

Uma das hypotheses, que tem merecido mais acceitação, attribue a formação da saraiva a um phenomeno quasi instantaneo, resultado d'um choque electrico violento entre nuvens impellidas por dous ventos oppostos.

Graves objecções porém combatem esta theoria. Muitas considerações, baseadas sobre factos incontestaveis, não permittem admittir, que a saraiva se possa formar pela influencia instantanea da electricidade sobre as gotas d'agua ou vapor aquoso das nuvens. Nem a forma dos fragmentos da saraiva, nem o seu volume, nem o seu peso, nem as impurezas terrosas que apparecem em muitos globulos, nem a similhança com pedaços de gelo despedaçado por um choque violento; nada d'isto se póde conciliar com uma causa e phenomeno instantaneo.

A saraiva não apresenta formas crystallinas constantes e regulares. Na mesma saraivada cáem pedras de volume e peso extremamente variavel; e abundam os exemplos de pedaços de gelo pesando mais d'um kilogramma, que na sua queda despedaçam arvores collossaes, esmagam animaes corpulentos, arrombam telhados, e abrem na terra profundos fossos.

Como explicar a formação d'estas massas enormes de saraiva no seio da atmosphera, unicamente pela intervenção da electricidade? Será crivel que no decurso rapido da chuva de pedra as gotas de gelo se agglutinem e

soldem entre si? Parece-nos inadmissivel esta supposição; porque os globulos de saraiva na sua quéda precipitada devem chocar-se violentamente através da atmosphera, e este choque e movimento tumultuoso, longe de favorecer a adherencia e agglutinação, deve pelo contrario concorrer para que a saraiva se fracture, se divida e se pulverise; a forma d'estas grandes massas de gelo revela que são o producto da fractura, e não de agglutinação; accrescendo ainda que, se houvesse tal aglomeração, essas massas de gelo não deviam apparecer homogeneas, compactas e transparentes, mas com o aspecto, formas e estructura d'um conglomerado.

Outra consideração, que se oppõe á theoria que discutimos, é a direcção e extensão limitada da saraivada. A saraiva viaja; não se dissemina; e o que dimana da electricidade não procede assim. A chuva propaga-se em todas as direcções, e a saraiva segue sempre uma zona estreita.

Se este meteoro fosse o resultado de influencias electricas entre as nuvens, a saraiva não devia ser o caso excepcional das tempestades, principalmente das grandes borrascas que assolam uma região durante muitos dias successivos; pelo contrario devia ser um phenomeno inseparavel; e a cada detonação da trovoada devia succeder a chuva de pedra; numa palavra, a saraiva devia ser continua, durante uma trovoada, porque as circumstancias que a produzem, segundo esta theoria, estão sempre em presença e em acção no acto d'uma tempestade.

Se a formação de nuvens tempestuosas, e o choque violento entre ellas, é a causa e a origem da saraiva, não vemos razão para que os nevoeiros e nuvens rasteiras não produzam saraiva, ou ao menos granizo ou pedrisco; porque os nevoeiros terrestres devem ser tanto ou mais carregados de electricidade, do que as nuvens ou nevoeiros aereos, pelo facto da proximidade da terra: todavia nunca se observou tal phenomeno.

Um principio philosophico, e uma idéa altamente engenhosa, que se pode propôr para explicar a formação da saraiva, é a existencia nas altas regiões da atmosphera de nuvens de gelo, de geleiras aereas, como as que existem á superficie da terra, e especialmente nos mares do norte. Admittido isto, a theoria da saraiva é um simples corollario d'este principio.

O encontro d'estas massas de gelo na atmosphera, chocando-se com mais ou menos violencia, deve dar em resultado a sua fractura, e a divisão em grande numero de estilhaços, de todas as formas e grandezas. As particulas mais tenues do gelo, atravessando na sua queda camadas mais quentes de ar, transformam-se em gotas de chuva, e os outros fragmentos maiores chegam á superficie da terra com formas e dimensões variaveis, constituindo a saraiva.

Bem sei que parece inacreditavel a existencia d'estas geleiras viajando na atmosphera, como as ilhas de gelo fluctuam nos mares polares; mas muitos factos e considerações tornam plausivel tal supposição.

Primeiramente, devemos ponderar que as nuvens nunca estão suspensas, estacionarias e immoveis na atmosphera; mudam constantemente de posição, e as nuvens de agua gelada descem incessantemente em virtude do seu proprio peso. Mas este descenso não é perpendicular, porque não cáem no vacuo, e seguirá uma diagonal, que é a resultante do peso da nuvem e da resistencia do ar; e por tanto, esta diagonal será tanto mais longa, quanto maior for a altura donde desce a nuvem, e mais extensa a lamina de gelo.

Por outro lado, o gelo formado nas altas regiões da atmosphera é tanto mais leve, quanto mais elevada for essa região; porque a agua, quando congela, condensa o ar que tem dissolvido, e condensa-o tanto mais, quanto mais baixa é a temperatura; e demais, o ar, sendo muito mais rarefeito nas grandes alturas da atmosphera, interpondo-se entre as moleculas do gelo, serve de verdadeiro aerostato á nuvem gelada.

Segundo estes principios torna-se muito mais facil de comprehender a formação e suspensão das geleiras atmosphericas; e todos os phenomenos, e especialmente os mais maravilhosos, que caracterisam a saraiva, explicam-se muito melhor pelo choque de massas solidas, do que pelo conflicto de massas aerias e nuvens de vapor, que o vento facilmente dissipa no espaço.

Desejavamos ainda expôr outras theorias, e apenas faremos menção de mais duas, mas sem as desenvolver.

Uma é a que considera a saraiva como a consequencia d'uma tromba, ou turbilhão, que deve formar-se, quer nas regiões superiores entre duas nuvens tempestuosas, quer entre uma nuvem e a terra.

Esta hypothese dá conta das principaes circumstancias, que acompanham a formação d'este meteoro. Em primeiro logar, comprehende-se bem o grande peso que podem adquirir alguns fragmentos de saraiva, porque a tromba os póde conservar em suspensão por muito tempo no seio d'uma atmosphera muito fria e muito aquosa.

Em segundo logar, concebe-se a razão, por que a saraiva, em geral, não cáe senão em logares muito circumscriptos, porque a tromba que concorre essencialmente para a producção d'este meteoro é limitada a uma zona estreita, embora extensa e irregular em comprimento.

Em terceiro logar, vê-se bem, como pode caír uma enorme quantidade de saraiva em

curto espaço de tempo, porque uma tromba atravessa num instante o espaço que separa duas nuvens, arrastando comsigo e congelando quasi subitamente uma grande massa de agua e de vapor aquoso.

Em quarto logar, explica-se plausivelmente a origem de muitas substancias que apparecem misturadas nos globulos da saraiva, como palha, materias terrosas, e metallicas, porque a tromba, formando-se entre uma nuvem e a terra, aspira pela sua ponta conica todas essas impurezas.

Outra theoria, digna de se mencionar, é de Moigno, que em summa se reduz ao seguinte. As nuvens sobrepõem-se umas ás outras na atmosphera por ordem inversa da sua temperatura; isto é, as mais quentes na parte inferior, e as mais frias na parte superior. Mas por effeito dos ventos, e pela acção do calor, esta ordem pode ser alterada, vindo uma nuvem muito fria para as regiões inferiores, e outra nuvem quente para as regiões superiores. Resfriado o vapor d'esta precipita-se em chuva ou granizo sobre a nuvem algida inferior, através da qual se acaba de congelar, engrossando nesta passagem com a addição de novas camadas de gelo, que lhe ministra a nuvem fria.

Desejavamos apresentar ainda outras hypotheses mais ou menos engenhosas; mas terminamos aqui esta exposição, que vai já longa, sobre a historia e theoria d'um dos mais curiosos phenomenos da meteorologia.

S. DE C.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

O BRASÃO DE COIMBRA

(Continuado de paginas 110)

Não deixam de ter aqui bom cabimento as famosas allegorias a que deram assumpto as armas de Coimbra por parte dos illustres filhos d'el-rei D. João I, os infantes D. Pedro e D. Henrique.

Sahindo uma occasião da cidade pela porta da ponte disse o nosso grande navegador para o regente, apontando para a divisa que alli se via numa pedra:

—Bem se pode, senhor irmão, comparar a vós esta figura, pois tambem de uma parte daes mantimento ao Leão, que é Castella, e da outra a Portugal, que é a Serpe do nosso timbre.

—É verdade, acudiu o infante; mas vêde a mulher, e considerae, que está sobre calix, que significa sangue; com que mais claro parece, que de meus trabalhos, serviços, e beneficios, esse ha de ser meu galardão[1].

E não se enganou em seu presagio! O empenho com que procurava bem servir a sua patria, e os grandes serviços que desveladamente lhe prestou foram-lhe pagos com invejas, malquerenças, intrigas e calumnias, que deram em resultado a sua desgraçada morte nos infames plainos de Alfarrobeira.

Francisco de Sá de Miranda traz em suas obras uma composição em castelhano, intitulada *Fabula do Mondego*, que dedicou a el-rei D. João III. Nesta fabula tambem o illustre poeta conimbricense allude ao brasão da sua patria. Versa a fabula sobre uns desgraçados amores entre um mancebo por nome *Diego* com uma ninfa do rio *Monda*. Refere que por memoria d'elles trocara o rio o nome em *Mondego*, e diz na est. XLV e XLVI:

Por cierta prueva del antigo cuento,
Conforme a lo que os he señor contado,
Parece de Coymbra en el pendon,
Qual lo vemos al ayre desplegado,
La Nympha en forma de un encantamiento,
Que la guarda un gran Drago, y un Leon,
Y con justo blason
(Pues que el Reyno pregona
Que es alli su corona)
A la Nympha, corona fue añadida,
Que por el agua vá medio metida,
Quanto mano pintar la pudo hermosa,
Pero, como offendida
Turbada toda, y toda desdeñosa.

Otros dan tal pintura a la Donzella,
Que dio nombre a los montes Pirineos,
De Hercules por amor despedaçada,
El cuerpo de las fieras, de desseos
El alma, mientras sola se querella,
Porque estando con el no teme nada:
Otros âquella Hada
Que fue medio Serpiente
Que el mismo en Oriente
De si en cinta dexó, dexole um vaso
Rico, porque bebia, ora del caso
Vós sabeis todo, a quien nada escaece,
(Musas del gran Parnaso)
A nós el tiempo todo lo escurece.

Esta fabula encontra-se no vol. I da edição de 1784 a pag. 17.

Outro escriptor, não menos famoso, da mesma epocha, se occupou tambem das armas de Coimbra, e egualmente em obsequio d'el-rei D. João III. Gil Vicente, o inaugurador do theatro portuguez, compoz uma comedia, que intitulou *Comedia sobre a divisa da cidade de Coimbra,* a qual foi representada

[1] Vide *Dialogos* de Mariz, dial. IV, cap. VII; *Memorias para a Hist. de Portug. que comprehendem o governo de D. João* I por José Soares da Silva, t. 1.º, pag. 329; e *Conquista de Coimbra,* por Antonio Coelho Gasco, cap. IX.

nesta cidade em presença do monarcha. Encontra-se a pag. 105 do t. 2.º das suas Obras (edição de Hamburgo, 1834), e vem precedida da seguinte nota:

Comedia representada ao muito alto, poderoso, e não menos christianissimo Rei D. João terceiro em Portugal deste nome, estando na sua muito honrada, nobre e sempre leal cidade de Coimbra. Na qual comedia se tracta o que deve significar aquella Princeza, Leão, e Serpente, e Calix, ou fonte, que tem por divisa: e assi este nome de Coimbra donde procede, e assi o nome do rio, e outras antiguidades de que não hé sabido verdadeiramente sua origem. Tudo composto em louvor e honra da sobredita cidade. Feita e representada era do Senhor 1527.

Toda a substancia da comedia se reduz no seguinte: *Colimena,* filha de Ceridon, rei de Cordova, e Andaluzia, foi captiva por um selvagem chamado *Monderigon,* o qual a encerrou barbaramente em uma forte prisão acastellada.

Depois de longo captiveiro é libertada a princeza por uma serpe e por um leão; e edificando posteriormente a cidade de Coimbra, deu-lhe por armas, em memoria do seu livramento, a sua figura numa torre, tendo aos lados os dois animaes que lhe deram a liberdade, e a subtrahiram á crueldade do tyrano Monderigon. Quasi no fim da comedia diz Colimena:

Eu assentei aqui esta cidade;
E eu sou Coimbra; que vem de Colimena.
Tomei por divisa aqueste Leão
E aquesta Serpente, por que fui livrada;
E o calix do meio é cousa errada,
Porque ha de ser torre com uma prisão.
E porque fui livre por graça de Deos
Tomei estas armas, fazendo saber
Que tudo Deos faz e pode fazer,
E as cousas da terra procedem dos Ceos [1].

Ignacio de Moraes, um dos famosos professores, que por convite d'el-rei D. João III illustraram a universidade logo depois de transferida para Coimbra em 1537, imprimiu em 1553 um curioso livro, hoje muito raro (*) intitulado *Conimbricæ Encomium,* que dedicou ao principe D. Antonio, filho do infante D. Luiz. Esta interessante composição é escripta em formosos versos elegiacos, nos quaes, seu auctor imita admiravelmente a majestade de Virgilio e a suavidade de Ovidio. Nella descreve com summa elegancia a cidade de Coimbra, mencionando os seus principaes monumentos, os edificios mais notaveis e as cercanias e logares mais celebrados pelos seus mimos e encantos.

Quanto á fundação e armas da cidade apresenta Ignacio de Moraes uma interessante narrativa, baseada toda na fabula—

Apaixonado Hercules por Pyrene, filha de Bebryx, taes cousas diz á formosa donzella, que consegue a satisfação de ardentes desejos.

Apenas Pyrene conhece que traz no seio o fructo dos seus amores, foge, envergonhada, das vistas de seu pae, e vai acoitar-se numa gruta no meio d'um espesso bosque. Completado o tempo da gravidez, em vez de creatura humana (caso maravilhoso!) dá a desgraçada donzella á luz uma monstruosa serpente alada. Á vista d'um acontecimento tão estupendo, Pyrene fica horrorisada; e pallida e tremula e fóra de si corre pelo bosque banhada em pranto, lastimando-se magoadamente, e implorando em altas vozes os deuses em seu auxilio.

Então as feras da selva, despertadas por tamanha grita, sahem de seus antros, e lançando-se sobre a desgraçada, em breve a despedaçam.

Procurada depois por seu extremoso amante, elle só encontra no meio da floresta a parte superior da sua infeliz Pyrene; e cheio de dor por tão fatal acontecimento, recolhe-a com religioso respeito em uma formosa urna.

Hercules funda pouco depois a cidade de Coimbra, e para commemorar o lastimoso caso da sua Pyrene, e como monumento da sua dor, dá-lhe por brasão uma urna com meio corpo de mulher, tendo d'um lado uma serpente, representativa da que ella dera á luz, e do outro um leão, em memoria dos crueis leões que a despedaçaram.

Eis a narrativa de Ignacio de Moraes:

Antiquas reddit studiis Conimbrica Athenas:
Et docta prestat Pallade, et armigera.
Nam Lusitanos reges prima edidit olim,
Fortia qui in Mauros arma tulere truces.
Illa et totius fuit arx fortissima regni,
Constanti servans integritate fidem.
Illam, dum Hispanas olim penetravit in oras
Condidit (ut fama est) Amphitryoniades.
Nam cúm Geryonis fœcundos ibat in agros.
Rapturus victo prœmia opima, boves:
Ad Pyreneos montes diverterat hospes:
Ardua Bebrycis quæ loca regis erant [1].
Hujus regali formæ excellebat honore
Filia Pyrene, spesque parentis erat.
Hanc videt Alcides, subitoque exæstuat igne,
Audet et hospitii contemerare fidem.
Forte aberat Bebryx tunc, cúm Tirynthius heros
Apta videt votis tempora adesse suis.
Cúmque Cupidineis Bachæos adderet ignes:
Membraque forte epulis tunc saturata forent:
Vim facit: et nymphæ demulcens pectora dictis,
Erepto spolio virginitatis, abit.

---

[1] Nesta comedia se faz derivar de Monderigon o rio Mondego, pois nella se diz:

Monderigon morto, segundo se prova,
Fizeram-lhe a cova lá cima num pego,
Pelo qual se chama este rio Mondego
E a sepultura se diz Pena-cova.

* Na bibliotheca de Evora existe uma copia manuscripta. Nós possuimos um exemplar impresso, e ainda não vimos outro.

[1] De Bebryce rege montis Pyrenei, et de ejus filia Pyrene meminit Silius Italicus lib. 3.º

Illa (fide maius) gravida conceperat alvo
Serpentem: tumidæ crescere cæpit onus.
In sylvas abijt Pyrene, ac lustra ferarum,
Victa metu, et fugiens victa pudore patrem
Serpentem interea aligerum (mirabile dictu)
Edidit, et partus horruit ipsa suos:
Hos simul effugit, solis seque abdidit antris:
Flet misera indignas et notat ungue genas.
Herculis implorat frustra promissa, fidemque:
Clamat et iratum supplice voce patrem.
Thesea non aliter surdus clamabat ad undas,
Cùm se deserta Gnosis abisse videt.
Fundebat mæsto tales ex ore querelas,
Cùm vela infidæ solverat ille irati:
Ac dum Pyrenè curarum fluctuat æstu,
Et fusa in ventos, irrita verba jacit:
Pallentem et trepidam, atque invicti tela vocantem
Hospitis, invadunt, diripiuntque feræ.
At vero Alcides victor, funesta reversus
In loca, Pyrenes fataque acerba dolens,
Lustravit colles, sed tantum membra priora
Invenit, inque urnam virginis ora tulit.
Et stupit visis, totoque expellavit ore,
Quamvis non illo fortior alter erat.
Implevit late mæstis ululatibus auras:
Et penitus montis contremuere juga.
Pyrenem clamat, Pyrenem rura sonabant.
Diffugiunt trepidæ per nemus omne feræ.
Sic olim tristes gemitus deduxit ab imo
Pectore, et amissum sic quoque flevit Hyllam.
Perfunctus tandem lachrymis, et honore sepulchri,
Pergit ab infesto mæstus abire loco
Custodita feris tumulo nunc ossa quiescunt
Mons a Pyrene virgine nomen habet.
Nec post hæc multo fertur Tirynthius urbem
Hanc nostram, et sedem constituisse sibi:
Pyrenesque suæ casum et monumenta doloris
Perpetuo cives jussit habere suos.
Stemmataque urbanis et sculpta insignia muris
Urna (vides) laceræ virginis ora capit.
Serpens, quem peperit, lateri conjuctus adhæret,
Atque leo: Herculeum seu quia tegmen erat,
Seu quia per sævos fuerat discerpta leones,
Cùm trepido infælix fugit in antra gradu.
Tempora cur habeat (quæris) poœincta corona?
Indicium hoc genitam rege fuisse notat.
Fundatore igitur tanto Conimbrica gaudet:
Cui cessere homines, indomitæque feræ.

Por curiosidade transcrevemos a traducção de Filinto da passagem de Silio Italico, a que allude Ignacio de Moraes:

Ora o Poeno, turvando a paz no mundo,
Busca as frondosas cimas de Pyrene;
Pyrene, que da altura desmedida
Do tempestuoso pico avista ao largo
Os Iberos, dos Celtas, divididos,
E ás grandes terras põe divorcio eterno.
Deduziram seu nome estes penhascos
Da donzella Bebrycia; e o crime accusam
Da hospedagem de Alcides, que por sorte
De seus trabalhos, os extensos agros
Do tricorporeo Gerião buscando,
Tomado de Lyeo, no crú palacio
De Bebryx, a chorar desfeiada e morta,
Sem virgindade, o Deus deixou Pyrene.
Deus o motivo foi (se é dado crel-o),
Da morte da mesquinha, que parindo
Uma serpe, e temendo iras paternas,
Deixou turbada logo os doces Lares,
E foi carpir nas solitarias furnas
A herculea noite; do varão contando
A promessa aos opacos arvoredos;
Até que, lamentando o amor ingrato
Do roubador, a quem as mãos erguia,
Do seu hospede as armas provocando,
A espedaçaram feras. O Tirynthio,
Voltando vencedor, banhou de prantos
Os lacerados membros, infiou louco,
Quando o rosto encontrou da amada virgem.
Tremeram pelos cumes abalados,
Aos clamores de Alcides, os rochedos,
Quando com triste voz sôa:—Pyrene—
As serras todas, os covís das feras
—Pyrene—lhe rebombam. Logo occulta-lhe
Os membros num jazigo, o—adeos—chorando.
Guarda, ha seculos, o nome tão sentido
(Honras, que evo não gasta) inda a montanha.

Fr. Heitor Pinto tambem apresenta na sua *Imagem da Vida Christã* uma interpretação das armas de Coimbra.

É muito digno de ler-se esse interessante trecho do nosso famoso classico. Alem das bellezas de estylo e locução, torna-se notavel pela sua aquilatada moral, e pela profunda erudição que ahi se apresenta.

Cavou muito no campo das lettras, segundo diz, para desenterrar estas armas da sepultura do esquecimento como a thesouro escondido. Assim é, com effeito; mas se muito se recommenda pela erudição, quanto á verdade historica nada temos que aproveitar.

Diz elle que aquellas armas significam a formosa e rica imagem da nossa alma mettida no fragil e caduco vaso do nosso corpo, combatida de ambas as bandas de diversas tentações, umas brandas e mimosas, outras asperas e crueis, mas todas perigosas e enganosas. Na donzella symbolisa a alma, no vaso o corpo, no leão e na serpente as tentações do demonio, umas com a brandura da serpente, outras com as asperezas do leão.

Não reproduzimos aqui a interessante passagem do douto monge jeronymo, porque já se acha no vol. 10.° d'este jornal a pag. 158.

Pedro de Mariz nos seus *Dialogos de varia Historia* dedica um extenso capitulo á exposição das armas de Coimbra.

Resumamos o principal d'esta exposição: Attribue o nosso escriptor a fundação da cidade a Hercules, o Egypcio, e diz que, costumando os principes d'aquelles tempos acercar-se de astrologos, encantadores e agoureiros, para com elles se aconselharem nas suas emprezas e acções, era de presumir que Hercules trouxesse alguns em sua companhia para que as cousas grandes, que na sua viagem lhe acontecessem, fossem por elles governadas. Conjectura que os referidos astrologos seriam os que lhe aconselharam a fundação da cidade, e que compozeram suas armas.

Com relação a este ponto diz: «E o que mais nos importa, e em que elles haviam de cuidar, que mais perpetuavam sua fama, e os

apregoava por maiores sabios, havia de ser nas insignias das armas, que aqui deixaram, de que ora fallamos; se ellas são tão antigas como a cidade. Porque indo pouco mais ou menos conjecturando, que pelas boas partes dos moradores d'esta cidade haviam elles de ser invejados, e que por isto, ou por outras occasiões (que nunca no mundo faltaram) lhes fariam guerra muitos, e os conquistariam; e porque estes, ora haviam de ser homens de grande animo, ora de baixo, e acanhado espirito (como ordinariamente acontece) quizeram, que uns se entendessem pelo Leão, que a Donzella está combatendo; e outros pela Serpente, que da outra parte lhe faz o mesmo. Comtudo, como seja ordinario de animos temperados, não se acanharem aos soberbos, e levantados, nem se ensoberbecerem com os baixos e apoucados (que é ficar sempre com a victoria) quizeram, que a Donzella, a que figuraram por esta cidade, estivesse coroada em signal de nunca ser tão vencida, que de todo se extinguisse. E porque com o que depois succedeu, acabamos de verificar o que os outros podiam ir rastejando: pelo Leão, que a Donzella está combatendo, se podem entender os castelhanos Leonezes que muitas vezes conquistaram esta cidade.....

.....

Pois pela Serpente, que a Donzella está combatendo, não duvido eu, que já tereis entendido, quererem os auctores d'estas insignias com ella demonstrar quantas vezes pelos Arabes Mauritanos, chamados corruptamente Mouros, e outros barbaros da terra, havia de ser conquistada esta cidade. Porque assim como o Leão, comparado aos Hespanhoes, entre todos os animaes é o mais excellente; assim a Serpente, que comparamos com estes barbaros, é o mais baixo e acanhado animal de todos elles.....

.....

E a differença, que estes animaes, Leão e Serpente, têm entre si, haveis de achar, que é a mesma, que tem os Hespanhoes com os barbaros, que digo: e os effeitos, que sua natureza nesta cidade causou, tambem foram differentes. Porque os Hespanhoes como furiosos Leões, a conquistaram, e tomaram, não para lhe beberem o sangue, como é proprio de Leões, pois o não eram, senão no esforço, e grandeza de animo, mas para em defensão da Fé de Christo derramarem o seu, com o qual a esta cidade fizeram digna de glorioso triunfo, e a elles de immortal fama. E os barbaros, e Mouros quando a entraram, com muita crueldade a senhorearam, destruindo e assolando toda a terra, e enchendo-a de miserias, e lagrimas.....

Pelo que fica claro que não faltaria razão, a quem estas armas aqui deixou (se alguma cousa sabia das cousas futuras) para por conjecturas entender pelo Leão, que a Donzella está combatendo, os valorosos Castelhanos Leonezes, que por algumas vezes a conquistaram. E pela Serpente as muitas entradas, que os barbaros Mouros nella fizeram. E se das futuras cousas não tinham mais noticia, que a que humanamente se pode alcançar, bem podiam (como já disse) dar a entender com ellas, que umas vezes havia de ser combatida por animos ferozes e esforçados, e outras vezes por acanhados e baixos. E que nem as valorosas conquistas de uns, nem os assaltos feros e deshumanos de outros (como já ouvistes) seriam bastantes para de todo a extinguirem: sendo-o outras, que na fortaleza do sitio, e edificios, e na multidão dos defensores lhe levaram muita vantagem.....

.....»

O douto escriptor conimbricense espraia-se ainda em largas considerações, que omittimos, porque bem se podem escusar para o nosso proposito.

Vasco Mousinho de Quebedo no seu poema *Affonso Africano*, canto III, apresenta a historia do brasão de Coimbra, segundo a narrativa de fr. Bernardo de Brito.

Diz o poeta:

E porque se apparelha alegre historia
Do Leão, da Donzella, e da Serpente,
Pretendo fazer della aqui memoria,
Que a conjuncção disposta mo consente.
No tempo, que mostrou seu raio a gloria
Dos Alanos, altiva, e forte gente,
Que as armas dos Romanos desprezando,
Os vão de Hespanha a seu pezar lançando

Ataces orgulhoso, que entendia
Em reparar Coimbra, e reformal-a
D'algumas quebras grandes, que alli via,
Que a guerra, e o tempo fez, que tudo escala:
Por novas apressadas soube um dia,
Que *Hermenerico* Rei, contra elle abala
De Galliza, onde tinha sceptro, e mando,
De barbaros Suevos grande bando.

Elle que descuidado em paz estava,
(Mas erra, quem descuida do inimigo)
Sua gente comtudo apparelhava
Co' a pressa, que convinha a tal perigo:
E marchando a jornadas encontrava
O Suevo, a quem deu logo o castigo;
Mas elle, que se viu desbaratado,
Pazes lhe pede, como acautelado.

Promette de lhe dar em casamento
Uma filha de tal belleza, e graça,
Que tinha singular contentamento,
Com que largos desejos satisfaça:
Solemnisa-se a paz com juramento,
Para que nenhum delles a desfaça,
Nascendo daquelle odio uma alliança,
Em que nunca jamais houve mudança.

Já por Coimbra entrava a nobre Esposa,
Qual entra em Troia a celebrada Helena,
Com tanta graça, e brio, e tão formosa,
Que o proprio vento amansa, e o ar serena:
Ataces, que co'a vista a vista gosa,
Bastante a dar allivio a qualquer pena,
Julga por felicissima uma guerra,
Que o maior bem lhe trouxe, que ha na terra.

E como ella abrandou a feridade
Do Dragão, que nas Armas do Pai vinha,
Fazendo novas pazes, e amizade
C'o Leão, que por armas elle tinha:
Por gloria, e por memoria da cidade,
Que por seu gosto celebrar convinha
Lhe deu por armas esta insignia ufana
Que hoje alça contra a furia mauritana.

No mez de outubro de 1625 celebrou o bispo de Coimbra, D. João Manuel, grandiosas festas para solemnisar a canonisação da Rainha Sancta Isabel. A Universidade tambem concorreu para tornar mais pomposa e luzida a solemnidade, e prégou por essa occasião o lente de vespera de Escriptura, fr. Jorge Pinheiro, da ordem dos prégadores. No seu sermão, que foi impresso com varias composições poeticas em um livro intitulado *Sanctissimae Reginæ Elisabethæ Poëticum Certamen dedicat, et consecrat Academia Conimbricensis jussu Illustrissimi D. Francisci de Brito de Menezes à Consiliis Catholicæ Majestatis, et ejusdem Academiæ Rectoris — Conimbricæ 1626,* explicou fr. Jorge Pinheiro allegoricamente o brasão de Coimbra da seguinte maneira:

«E já agora, Coimbra, acabarás de entender o sentido das tuas armas, sobre o qual tantas cousas se disseram. Dizem uns que Hercules Egypcio te fundou, e para isso trouxe do Egypto homens sabios (que tanto ha, que em ti as letras têm morada e assento, que nellas estás fundada). E te deram as tuas armas significadoras do que depois te havia de acontecer. Que são uma Rainha com coroa na cabeça, sahindo de um vaso, os olhos postos no ceo, como que a elle pede favor, e ajuda, entre um Leão e uma Serpente. Dizem outros que esta rainha foi uma, que por via de casamento fez pazes entre o Rei de Galliza, e de Portugal, dos quaes um tinha por armas um Leão, outro uma Serpente. Digam o que quizerem, que o que a mim me parece é, que esta Rainha com coroa na cabeça, os olhos no ceo é a tua Rainha, que pondo os olhos no ceo, está pedindo a Deos para ti favor e ajuda. Está saindo de um vaso, e entre Leão, e Serpente, como fazendo pazes entre elles, porque quando passou desta vida saindo do vaso de barro do corpo, pazes fez entre o Leão de Castella, e a Serpente de Portugal: que este é o seu timbre de suas armas, a Serpente de metal de Moysés figura de Christo crucificado: que esta quizeram os reis de Portugal tomar por timbre das suas armas, para que todas ellas fossem uma representação da paixão de Christo. E tambem está fazendo pazes entre o leão da tribu de Judá Christo seu esposo, e entre Portugal, que para isto este Senhor a poz á sua mão direita.

«*Gloriosa dicta sunt de te civitas Dei* (*Psal. 86*) Cidade de Coimbra, muitas grandezas se dizem de ti, mas nenhuma como esta, que tenhas á tua Rainha por teu escudo de defensa. Tenha embora Lisboa uma náo com dois corvos por armas, discorrendo de pôpa á proa; tenha Evora um homem a cavallo, e na mão uma cabeça de um homem pelos cabellos pendurada; tenham as mais cidades por armas castellos, rios, bosques, arvores, que tu tens á tua Rainha com os olhos no ceo, pedindo para ti favor e ajuda; alegra-te pois, que todos te vem dar o parabem de tua sorte ditosa, alegrando-se todos comtigo, *sicut lætantium omnium habitatio est in te,* todos em ti se mostram alegres com tua venturosa sorte.»

(Continúa). A. M. Simões de Castro.

SEMPRE-NOIVA

Chronica eborense

INTRODUCÇÃO

Eis a nobre cidade...
Lusiadas, canto III.

Evora gloriosa é o titulo geral da historia que d'esta cidade escreveu o padre Fonseca, resumindo n'um só que imprimiu os quatro encorpados tomos que deixára ineditos o padre Fialho[1]. E, como tractasse de pessoas e cousas a seu parecer divisiveis em varias classes, fez ingenhosamente d'uma cidade cinco por esta forma:

Evora profana.
Evora pia.
Evora pontificia.
Evora religiosa.
Evora douta.

Correspondem estes titulos a outras tantas partes do livro, abundante de falsidades e de exaggerações, o maior numero, do auctor ori-

[1] A *Evora Gloriosa* foi impressa em Roma no anno de 1728. Depois d'uma noticia preliminar ou prologo do auctor vem o seguinte curioso «*Avertimento dello stampatore:* La favella portughese é cosi poco usata in questi nostri paesi, che questa è la prima volta, che l'hanno parlato i mei caratteri, essendo necessario a tal fine, non solamente di formar nuove lettere, ma di più andar copiando l'originale a maniera di quei, che copiano le pitture: maravigliandosi non poco i compositore di vedere, che parlavano colla stamparcio, che non sapevano proferire con la lingua, e però doverá il benevolo lettore compatire benignamente gl'errori.»

Da obra do padre Manuel Fialho conservam-se na bibliotheca de Evora o 1.º e 3.º tomos promptos para impressão, com as licenças necessarias; o 2.º e 4.º acham-se, não sabemos como, na bibliotheca nacional de Lisboa. A falta d'estes dois tomos foi supprida em Evora, a do 2.º por uma copia de letra de José Lopes de Mira e a do 4.º pelo borrão autographo do auctor.

ginal, algumas do extractor, e todas devidas á piedosa devoção e ao férvido amor patrio que os inflammava. Eram ambos filhos de Evora, ambos jesuitas, ambos, por conseguinte, empenhados em nobilitar e engrandecer a terra em que nasceram e nada escrupulosos na escolha dos meios para conseguir esse fim. Relativamente a meios e fins sabem todos a memoravel maxima da Companhia. Porém, força é confessar que n'aquelle e n'outros similhantes empenhos a maxima a que alludimos agradou a muitos, que não vestiam a roupeta de S. Ignacio.

Ora nós, que nos propomos escrever tambem das cousas antigas de Evora, posto que d'uma certa e determinada epocha, não queremos de modo nenhum que nos chamem alumno de tal eschola. O seculo XIX, Deus louvado, não herdou a parva credulidade dos seculos que o precederam. Cá em Portugal, se uns sabem e não acreditam as proezas de Viriato, as maravilhas de Sertorio, os milagres de S. Manços, as artimanhas de Giraldo e os prodigios dos beatos e beatas que os chronistas monasticos canonisaram de sanctos, muitos, muitissimos ignoram tão inteiramente essas e outras tradições, como as dos assyrios ou dos egypcios. Uns não acreditam, porque sabem; outros não acreditam, porque ignoram. E cança-se a gente a estudar em busca d'um fructo que tantos recolhem sem trabalho! *Oh! miseras hominum mentes!*

As grossas fabulas dos dois padres jesuitas não se receie, pois, que as venhamos aqui reproduzir. Descancem em paz no pó das estantes, como seus auctores no dos tumulos. Tranquillize-se o leitor (julgamos necessaria a protestação n'estes tempos de philosophia e de critica, em que ninguem ahi fala ou escreve sem saber e sem provar o que diz) tranquillise-se o leitor, que, pela nossa parte, não tencionamos referir cousa que se não demonstre com documentos, com tradições, ou que, ao menos, não pareça verosimil. Ainda assim, revelaremos successos extraordinarios e singulares, factos tão interessantes como desconhecidos

«E tudo sem mentir puras verdades.

Um exemplo unico, por nos sahir de molde, tomaremos do padre Fonseca. Será considerar n'uma só Evora muitas. Não as cinco referidas, que de nada servem ao nosso proposito, porém mais racionalmente quatro em correspondencia a quatro epochas notaveis, que se succederam por ordem chronologica desde a fundação da monarchia até ao presente. Convém a saber:

A *Evora guerreira,* lidadora incançavel, flagello da moirisma, terror de castelhanos.

A *Evora fidalga,* residencia predilecta dos reis D. Affonso V, D. João II, D. Manuel e D. João III.

A *Evora piedosa,* pejada de trinta e mais communidades, theatro dos milagres do sapateiro sancto e da beata[1].

[1] O *sapateiro sancto,* foi Simão Gomes, um dos mais notaveis instrumentos de que se serviram os jesuitas. Attribuiram-lhe a virtude de fazer milagres e o dom da prophecia. Para exemplo dos primeiros daremos o seguinte, que o seu biographo, o padre Manuel da Veiga, conta entre muitos outros. Uma vez, com a força do calor, seccaram as foutes de Evora. O sapateiro chegou com a sua quarta á fonte da praça, e, collocando-a debaixo da bica, logo entrou a agua a correr. Espantados da novidade os moços presentes começaram a gritar: *Resuscitou a agua da prata! Resuscitou a agua da prata!* Com as prophecias que attribuiram a Simão Gomes quizeram primeiro os jesuitas robustecer a crença da vinda d'el-rei D. Sebastião, e depois, voltando-lhes o sentido, justificar a aeclamação de D. João IV.

O caso da beata, com quanto menos conhecido, é muito mais extraordinario. Pelos annos de 1791, pouco mais ou menos, começou a tomar corpo em Evora uma especie de seita de quietistas. Muitas mulheres vestidas com habitos de S. Francisco, ou usando de escapularios sobre os seus vestidos, frequentavam com demasiada assiduidade algumas egrejas, confessando-se e entretendo-se com os seus confessores em prolongados exercicios.

Entre estas beatas havia uma rapariga de vinte e dois annos, chamada Anna de Jesus, a qual tinha por director um religioso carmelita descalço, fr. Felix de Sancta Thereza, do convento de Nossa Senhora dos Remedios, situado da parte de fóra da porta de Alconxel. Da parte de dentro d'esta porta, a poucos passos do convento, ainda hoje se vê a casa em que a beata residia.

Entrou o padre a divulgar muitas coisas de virtude e sanctidade, obradas pela sua confessada, e veio por fim a affirmar que ella por dom particular da prophecia vaticinára a propria morte, que havia de succeder ás nove horas da noite do dia de S. Miguel, 29 de setembro de 1792, anniversario d'aquelle em que nascera.

Tudo isto foi acreditado por muita gente da cidade. O prior dos Mariannos mandou tanger os sinos do convento pela finada, que em sua casa se fingia morta, enlevando com os milagres de falar e de mover os braços, depois de perdida a vida, ás beatas que se haviam congregado para lhe assistir, e a outra muita gente que concorrera a beijar-lhe os pés, onde o padre director mostrava as chagas que por intercessão de Jesus Christo lhe tinham apparecido. Até o prior dos Mariannos e a communidade, excepto quatro frades, vieram ao beija-pé, auctorisando assim o milagre.

Entrando, porém, estes religiosos e os padres da parochia em questão sobre quaes lograriam a ventura de herdar o precioso deposito do corpo da beata, e divulgando-se as circumstancias da morte, que faziam suspeitar de que não fosse verdadeira, interveiu a auctoridade ecclesiastica. Requisitou o arcebispo, D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, uma guarda para a porta da casa e ordenou que alguns peritos fossem examinar a supposta defuncta. Bastou a applicação de umas ventosas para que ao milagre da morte se seguisse o da resurreição da beata com grande vergonha e confusão dos que tinham concorrido ao beija-pé e conservavam já, como reliquias, pedaços de lenços e de vestidos d'aquella supposta sancta.

A beata, com outras duas que serviram de comparsas, entraram nos carceres da inquisição. Condemnado por este tribunal, fr. Felix de Sancta Thereza, como impostor e monstro de luxuria, e privado das ordens *in perpetuum*, foi clausurado no convento de Coimbra. Da beata ouvimos contar a alguem que ainda pelos annos de 1840 a vira numa quinta pouco distante do Carregado, casada e conservando signaes de sua antiga formosura.

A *Evora burgueza,* emfim, cuja qualificação deixaremos á posteridade.

Cada uma d'ellas teve sua architectura particular e caracteristica.

A primeira alevantou muralhas.

A segunda edificou paços grandiosos.

A terceira construiu conventos e carceres inquisitoriaes.

A quarta, depois de ter demolido ou mutilado ou emplastrado o que as anteriores lhe legaram, emprehende (oh! maravilha!) a restauração de algumas das restantes reliquias architectonicas, não sem clamorosas lamurias dos demolidores e emplastradores, que vêem talvez n'este empenho um passo retrogrado, elles, os caranguejos do progresso[1]!

Ás pessoas, que não ignoram como é hoje a cidade de Evora, parecerá talvez que nos excedemos em dar-lhe demasiada importancia, e que, depois de ter condemnado as exaggerações dos escriptores eborenses, nos deixamos cahir exactamente no mesmo defeito. N'este, como em muitos casos, é um erro grande querer provar o passado pelo presente, ou o segundo pelo primeiro. Se quizessemos adoptar similhante systema dialectico, demonstrariamos sem difficuldade que na marinha de guerra jámais nos avantajámos a qualquer dos povos menores do interior da Europa, faltos de colonias e pobres de littoral; que as tropas portuguezas tiveram sempre de ceder aos selvagens da Africa; e, finalmente, que nunca entre nós se distinguiram os administradores da fazenda publica senão pela habilidade com que nos enriqueceram de... dividas!

Em Evora e n'outras partes ahi temos os monumentos da architectura, embora mutilados ou em ruinas, a evidenciar a opulencia do reinado de D. Manuel; a dizer em suas paginas de pedra quanto Portugal decahiu da passada grandeza; a attestar, emfim, que tambem n'este reino se verificou a lei, de que a historia nos offerece numerosos exemplos, e é que, ás grandes conquistas ou importantes victorias alcançadas por uma nação, se segue o rapido e geral desenvolvimento d'aquella arte. Ergueram-se os mais notaveis monumentos da architectura grega depois das victorias de Salamina e Marathona; e colhidos os fructos das conquistas de Cesar, se en gran deceu o imperio romano com infinitas e sumptuosas fabricas. Assim tambem os successos gloriosos d'alem-mar na Africa, Asia e America influiram de tal sorte na architectura portugueza, que em tempo nenhum floresceu como no primeiro quartel do seculo XVI. Fizeram-se tantas edificações religiosas e profanas em as principaes terras do reino, que, sómente a relacionar as de real iniciativa, encheu Damião de Goes quasi todo um capitulo da sua chronica. Em Evora predominou a architectura civil, cujas obras magnificas e graciosas cahiram pela maior parte aos golpes do camartello. D'algumas, porém, encontram-se ainda interessantes vestigios meio encobertos pelo reboco. O reboco é o veu ignobil em que os que chamam barbaras ás gerações passadas parece pretenderem esconder-lhe a superioridade artistica.

Estes vestigios (cousa notavel!) têm feições do estylo arabe muito mais que os das outras cidades de Portugal. E no topo da galeria dos paços de D. Manuel se vê a arcada d'uma varanda, em que se ostenta aquelle estylo tão puro, como nos edificios que os moiros deixaram em Cordova ou Granada[1]. Nas outras partes não se encontra com a mesma pureza e individualidade, porem combinado com outros generos, sobre os quaes ás vezes predomina.

Claramente se denuncia a origem e a data de taes reliquias architectonicas. Pela variedade de formas, de ornatos e até de materiaes correspondem com certeza ao ultimo periodo do estylo ogival, cuja terminação se annunciou particularmente neste reino por uma anarchia esplendida, por uma confusão brilhante de todos os generos e de todos os systemas. A grande opulencia da nação e o muito que el-rei D. Manuel amava as artes foram causa de se desenvolver mais entre nós que no resto da Europa esse estylo eclectico, de tomar feições peculiares que lhe dão o foro de nacional, e emfim de resistir victoriosamente, em quanto viveu o venturoso monarcha, á renovação da architectura greco-romana, preponderante já nos outros paizes desde os primeiros annos do seculo XVI e antecedentemente na Italia. Em Portugal com razão herdou o nome do rei aquelle estylo notavel, representante das glorias do reinado.

Foi no estylo manuelino ou portuguez, manifestação particular da architectura ogival em seu ultimo periodo, que ella mais veio a perder o seu elemento carecteristico. Á ogiva,

[1] As principaes d'estas restaurações vêm a ser: As *ruinas fingidas* do passeio publico, onde se salvaram da perda, a que fatalmente estavam condemnadas, algumas janellas e portas de granito e de marmore, que pertenceram aos paços dos condes de Vimioso defronte da Sé. A galeria manuelina dos paços reaes no mesmo passeio. O templo romano, cujos elegantes restos foram desobstruidos, por diligencias que para isso empregámos, em 1870. Vej. o nosso *Relatorio ácerca da renovação do Museu Cenaculo,* e os artigos que escrevemos no *Archivo Pittoresco,* tom. XI, pag. 281 e no *Commercio do Porto,* n.os 213 e 214 de 6 e 7 de setembro de 1870.

[1] Arcos de tijolo em forma de ferradura, construidos nos seculos XV ou XIV, não os vimos ainda em Portugal senão em Evora. Alem dos mais notaveis, que são os da galeria dos paços reaes, conservam-se outros nos antigos paços de Olivença, hoje do duque do Cadaval, na casa que foi dos inquisidores e n'outras casas antigas. Por sobre estes arcos vêem-se n'algumas partes corucheus conicos.

symbolo da organisação politica derrocada por Luiz XI em França, por D. João II em Portugal, á ogiva, que dominara absoluta e quasi exclusivamente em todas as construcções desde os primeiros tempos da monarchia, succederam outros elementos, que assignalaram a degeneração e por conseguinte o fim do estylo que florescera puro e sem mancha na Batalha, no Carmo e n'outros edificios coetaneos. Os arcos que substituiram commummente os ogivaes foram os de sarapanel e os de volta inteira, o crescente, a ferradura e o empinado. Acham-se umas vezes combinados em archivoltas polycentricas ornadas com florões, maçanetas, pinhas, dormideiras, laços e cordas torcidas, como na elegante janella da casa de Garcia de Resende. Outras e mais vezes apparecem singelos ou emparelhados nas janellas e portas simples ou geminadas. Neste ultimo caso as duas voltas de granito semicirculares ou em forma de ferradura, lisas, torcidas ou com recortes, simulam as pernas d'um M gothico para memorar, dizem, o nome do rei edificador[1]. Unidas as duas voltas, ficam tres pontas em baixo, que se estribam em tres columnellos de marmore com suas bases e capiteis lavrados. E como os exteriores encostam ás hombreiras, forma o do meio, ou mainel, duas luzes em cada vão. Taes se vêem ainda, livres ou embebidos nas paredes, perfeitos ou em parte rebocados, ou mutilados ou mal restaurados nos paços reaes, na torre das cinco quinas, nos paços do pateo de S. Miguel, na porta da casa do capitulo dos Loios, nas ruinas proximas da porta de Alconxel, n'uma casa da rua da Alagoa etc.

A grande copia d'estes e d'outros vestigios permitte-nos o restituir a Evora manuelina. Com menores bases e mais incertas se alevantam muito maiores fabricas.

Imaginemos nas praças e nas ruas da cidade, por entre as casas de modesta ou humilde apparencia, os paços dos nobres e as habitações dos burguezes mais abastados construidas com taes elementos. Que bella e interessante perspectiva! As montêas dos edificios não têm, como as dos modernos, a exagerada singeleza, nem a regularidade monotona e triste, nem, finalmente, aquelles erros grosseiros da arte, que hoje offendem os olhos em tantas construcções affectadas e extravagantes. Conforme um dos preceitos da architectura ogival, poucas são as partes exactamente eguaes, mas, sujeitas em sua variedade ás leis da symetria, e sobre tudo á combinação harmonica dependente do gosto dos architectos, formando conjunctos elegantes e graciosos, em que a harmonia e a boa proporção das partes como que augmentam as dimensões do todo. Para que pareçam grandes não precisam do attributo da vastidão estes notaveis edificios manuelinos!

Aqui, as janellas rasgadas, em que a denegrida côr do granito contrasta com a alvura do marmore, deixam avistar dentro nas salas as delicadas esculpturas dos tectos de carvalho, os alizares de azulejos multicores, as variegadas pinturas a fresco e os quadros historicos ou mythologicos dos pannos de raz. Acolá, aprumam-se na parte superior da casa as arcadas das soteas, cujas voltas recortadas e columnas delgadissimas e balaustres enfileirados se desenham graciosamente no azul do ceu quando sustentam, não só na frente mas tambem na parte lateral, ou na posterior, o tecto acoruchado. Em maior altura ainda elevam-se as torres circulares terminadas em pinaculos ou corucheus de forma conica e guarnecidos nas bases de ameias contorneadas. Alem, ao frontespicio, em que destacam os lavores dos arcos das janellas e das archivoltas dos portaes, segue-se, com o jorramento necessario para resistir á pressão da terra interior, o muro liso do jardim, ou do pomar, como d'antes lhe chamavam. Erguem-se nos angulos esbeltos miradouros. Por baixo de suas cupulas pyramidaes ou hemisphericas o ar e a luz não acham outro obstaculo senão as esguias columnas, por onde sobem e se enroscam as trepadeiras a entrelaçar com os refolhos brancos dos capiteis a sua verde folhagem. Algumas casas têm espaçosos atrios ou vestibulos com grandes arcadas e abobadas, onde se cruzam com bocetes, ou sem elles, os artezões convergentes sobre os pilares, por entre os quaes passam os cavallos e os carros para os pateos interiores.

Não basta a penna (demais sendo meneiada por mão inhabil) para dar clara idêa da architectura eborense no primeiro quartel do seculo XVI. Se um prodigio, leitor, te remontasse ao meio d'aquelles ricos e majestosos edificios, como te não ririas com desdem da nossa pobre e acanhada alvenaria contemporanea!

A grandes paços nobres senhores.

Vêem-se ainda hoje no passeio publico os restos dos paços reaes, que D. Affonso V começara e seus successores continuaram. Nelles habitavam tanto ou mais tempo que nos da

[1] Onde melhor se desenhava esta forma era nas janellas da galeria dos paços reaes, por faltar pouco ás voltas de ferradura para serem circulos completos. Mas quando as restauraram, mettendo-lhes de novo os columnelos e capiteis do meio que em todas faltavam, ficaram estes capiteis menores do que deveriam ser, d'onde resultou parecerem as janellas desproporcionadas, tornando-se muito salientes as pontas das voltas. Para remediar tal inconveniente cortaram os bicos, ou pontas das voltas do granito, alterando assim o verdadeiro desenho das janellas, o qual ainda hoje se vê numa similhante que se conserva n'aquella casa proxima do passeio, onde actualmente habita o sr. Joaquim Francisco de Salles. Não é a janella (tambem manuelina) que dá sobre a rua, mas outra que fica para o lado d'um quintal interior.

Ribeira em Lisboa el rei D. Manuel, a rainha D. Maria e grande parte das numerosissimas pessoas de suas casas. A guarda dos ginetes e a dos alabardeiros lá tinham tambem seus alojamentos.

Na praça eram os *Estaos,* antigos paços reaes, reedificados, não sabemos para que, em 1500, pouco mais ou menos, pois ainda ha quarenta ou cincoenta annos tinham janellas manuelinas. Do mesmo lado da praça e contigua aos *Estaos* foi construida pelo mesmo tempo e no mesmo estylo a casa de Ruy de Sande, fidalgo illustre das côrtes do D. João II, e de D. Manuel.

Os duques de Bragança tinham seus paços na rua da Mesquita. Da antiga fabrica d'este edificio, transformado em convento no seculo XVII por concessão de D. Affonso VI, não resta hoje mais que o portal da egreja. É feito de grossos troncos e de grandes nós de granito, allusivos á sabida empresa do duque D. Jayme e de seus descendentes até D. João IV, que, por subir ao throno, pôde deixar de dizer: DEPOIS DE VÓS.

Competiam em vastidão e opulencia com os paços reaes os dos condes de Olivença, dos Mellos illustres, que sepultavam os seus em tumulos de marmore e sob campas de bronze, dando-lhes ainda depois de mortos o vanglorioso epitheto de *magnificos*. Estes paços e o convento contiguo de conegos regrantes de S. João Evangelista, piedoso instituto do primeiro conde, occupavam e ainda hoje occupam grande parte da cidade antiga desde juncto da sé até á muralha romana. No tempo, a que nos vamos referindo, pertenciam tão vastos dominios urbanos a D. Rodrigo de Mello, conde de Tentugal e mais tarde marquez de Ferreira, sobrinho do duque de Bragança, D. Fernando II, de cujo irmão D. Alvaro, ou o *Senhor* D. Aivaro, como lhe chamavam os contemporaneos respeitosos, era filho. Seu cunhado, o *Senhor* D. Jorge, filho d'el-rei D. João II, e duque de Coimbra teve, segundo dizem, uns paços no largo de S. Francisco, dos quaes não resta hoje o menor vestigio.

Defronte da Sé viam-se os paços do bispo D. Affonso de Portugal, outro neto d'um duque de Bragança, os quaes foram depois o solar dos condes de Vimioso, seus descendentes. No pateo de S. Miguel os dos Castros, de quem procederam os condes de Basto. Ao Poço de S. Manços a casa de Garcia de Resende; juncto da porta de Alconxel a de Francisco de Mendanha, que andou nas guerras de Africa; na rua da Alagôa a do pae do desditoso Manuel de Souza de Sepulveda; a de Vasco da Gama no largo, que lhe conserva o nome; e muitas, emfim, que seria longo enumerar, nas quaes restam os brasões das familias a que pertenceram e vestigios da architectura manuelina, em cujo estylo foram edificadas[1]. Outras, e entre ellas algumas das que designámos, acham-se totalmente substituidas por construcções modernas. Como não fossem do gosto dos novos possuidores os marmores e granitos lavrados, arrancaram-nos e encheram de alvenaria os logares que occupavam!

Eis como era a cidade de Evora em tempo d'el-rei D. Manuel, estudada á luz dos documentos e de vestigios materiaes, que dentro em pouco terão quasi todos desapparecido. Por mofina, succedeu que, escrevendo muitos auctores longamente das antiguidades, tradições e milagres eborenses, não houve um só que nos deixasse memoria dos sumptuosos edificios que ennobreceram aquella cidade na grande epocha do venturoso monarcha. A vontade de preencher tamanha falta; o empenho de patentear ao leitor curioso o theatro em que se passaram a maior parte das scenas que temos de referir; o desejo emfim de dar essas noticias interessantes á historia da architectura em Portugal, e em particular á da cidade de Evora no periodo em que nos propômos resuscital-a, foram causa de nos alongarmos, talvez mais do que convinha, pelo campo da archeologia. Causa tão justa e attendivel, que bem podemos dizer com o poeta

«Valha a desculpa, se não vale o canto.

A. FILIPPE SIMÕES.

Regimento que el-rei D. João II mandou á camara de Evora, para se fazerem n'esta cidade as festas do casamento do principe.

Juizes, vereadores, fidalgos, escudeiros, procurador e homens bons: Nós el-rei vos enviamos muito saudar. A princeza nossa muito amada e prezada filha ha de ser vinda a estes regnos, prazendo a Nosso Senhor, por todo o mez d'outubro que ora virá e porém vol-o notificamos assi. E as coisas que

[1] Em 1467 o bohemio Tetzel não achou em Evora senão dois palacios dignos de nota: o episcopal e o que elle attribuiu ao duque, irmão d'el-rei D. Affonso V. Eis aqui a sua descripção: «N'esta cidade, uma das principaes de Portugal, encontrámos o rei com a côrte. Tem esta cidade um castello. Palacios insignes apenas encerra dois: o episcopal um, o outro é do duque, irmão do monarcha. O paço episcopal é contiguo á egreja, cujo frontal é primorosamente lavrado e tem ao lado um ameno pomar de arvores e arbustos. Assenta a cidade sobre esplanada, circumvallam-na vinhedos, que produzem licor tão energico e generoso, que só temperado com agua pode beber-se. Ha aqui muitos sarracenos e negros. É muito de notar-se o exactissimo facto de amadurecer aqui o trigo tres mezes depois de semeado.» Ora o duque, irmão do rei, era D. Fernando, duque de Vizeu. Não ha memoria nenhuma de que tivesse paços em Evora. Existindo, porém, a esse tempo os do duque de Bragança, é possivel que o bohemio erradamente lhe chamasse irmão do rei, e que fossem esses os que pretendeu mencionar. Se os caracteres architectonicos não marcassem com certeza a epocha do grande desenvolvimento da architectura civil em Evora, bastaria esta noticia para provar que foi posterior ao reinado de D. Affonso V.

ordenamos que se façam em esta cidade são as seguintes: e vós n'aquellas em que logo cumpre de prover logo o fazei com toda a diligencia, como virdes que o caso requer. E porem vós outros vos apartae tres ou quatro pera verdes logo em todalas coisas que se hão de fazer continuando cada dia o que cumprir pera se todo dar a execução.

Item: Todalas ruas em esta cidade hão de ser mui limpas e tiradas todas as esterqueiras; e as ruas emparamentadas das janellas para baixo de todo o melhor que cada um tiver e poder haver, por quanto a rua por onde ha de vir ha de ser toldada de pannos de Inglaterra e de Flandres, os quaes nós aqui mandamos vir.

Item: Os caminhos e calçadas hão de ser mui bem corregidas.

Item: Hão de ser feitas muito grandes luminarias a noite seguinte como ella chegar por todalas torres e polos campanairos das egrejas de tal maneira que dure a maior parte da noite.

Item: Nós mandamos trazer muitos tiros de fogo e polvora em abastança, os quaes hão de tirar á sua chegada e assim pela noite toda.

Item: Hão de ser apendoadas todalas torres e campanairos e antre torre e torre pelo muro de bandeiras nossas que vos nós mandaremos dar em abastança. E na torre de juncto com os açougues sómente ha de estar uma bandeira das nossas armas. E á porta desta cidade per onde ha de entrar uma bandeira das armas da dita princeza. E assi em todolos cadafalsos que se hão de fazer em cada um sua bandeira das armas d'ella.

Item: Ha de ser recebida com pallio de brocado de pello, posto sobre seis varas altas e bem pintadas, o qual pallio ha de ser levado por João Mendes d'Oliveira e Diogo de Goes e Gonçalo de Sousa e Alvaro Mendes o esporão e Fernão Brandão e Henrique de Macedo, os quaes hão de ser vestidos de opas de damasquim ametade roxo e ametade branco; e jubões de setim preto e chapeus de veludo preto.

Item: Os juizes e vereadores e procurador e escrivão da camara irão com suas varas na mão pintadas, regendo a gente toda da dita cidade que hão de ir a pé.

Item: De fóra da porta de Santa Maria do Espinheiro, per onde ha de vir, ali estarão todolos fidalgos, cavalleiros, escudeiros e povo desta cidade e assi mulheres d'escudeiros e d'ahi pera baixo juntamente e a bandeira desta cidade, a qual se não é rica e boa logo seja feita. E ali estará o pallio e estarão trombetas e outros instrumentos de tanger que haver poderdes todos, e outras festas e pellas.

Item: Os judeus e moiros irão ávante do chafariz, onde sohem de ir a receber-nos. E com os judeus irão todolos das villas que temos ordenado de ajudarem a esta cidade, sendo os mais honrados d'entre elles e outros mancebos de folias. E outros de Lisboa virão aqui de Setubal e do Algarve e estarão segundo já lhe temos mandado.

Item: Á porta da dita cidade per onde ha de entrar se ha de fazer cadafalso de uma parte e da outra, com representação e personagens o melhor que se poder fazer.

Item: Alem do cadafalso que assim a dita cidade ha de fazer ácerca da porta per onde ha de entrar; o cabido e clerezia ha de fazer outro no tavoleiro da Sé; e S. Domingos outro á Porta Nova; e S. Francisco outro a par da horta de S. Francisco, onde vendem a herva.

Item: Á procissão ha de estar em ella em pontifical o arcebispo de Braga e todolos outros prelados e clerezia, da qual ha de ter carrego o nosso capellão mór, e ha de estar no fim da rua da Sellaria quando quer entrar a praça.

Item: Todolos officiaes e pessoas desta villa hão de ser repartidos cada um com seus officios. E quando o officio não for tão grande, ajuntados dois outros, assim como se fez da outra vez. E cada um com sua bandeira e com suas folias o melhor e mais em ponto que se fazer poder.

Item: A dita cidade dará vinte e quatro toiros pera se correrem.

Item: Ha de dar de presente cento e vinte carneiros, e de gallinhas mil e duzentas, e cento e cincoenta patos e cem cabritos e sessenta leitões e quantos coelhos e perdizes se poderem achar até doze mil réis, e sete arrobas de confeitos e cinco arrobas de tamaras, e cincoenta alguidares de frito e trinta alguidares de farteces.

Item: As villas que hão de ajudar com as terças de um anno ao terço destas despezas que esta cidade em isto faz são estas: Beja, Moura, Serpa, Alvito, Vianna, Portel, Redondo, Evora-monte, Vimieiro, Vidigueira, Torrão, Alcaçovas, Alcacer do Sal, Montemor, Arrayollos.

E, quanto aos dois terços que monta nas ditas despezas, nós vol-os mandaremos dar. Em conta dos ditos dois terços que assim de nós haveis de haver vos mandaremos dar o brocado do pallio e toda a seda pera o vestido dos seis que hão de levar o dito pallio, e alem d'isto vos serão logo dados cento e cincoenta mil réis em pagamento dos ditos terços nossos. Escripta em Evora aos 6 dias d'agosto. *Miguel de Sá* a fez. Anno de 1490 —Rey.

Segue-se uma carta de D. Martinho dizendo á camara da parte d'el-rei que não serão vinte e quatro os toiros, porem cincoenta, e que sejam bem gordos e fortes.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

REDACTORES

J. C. DA FONSECA PINTO — A. M. SINGEU DE CASTRO — CANDIDO DE FIGUEIREDO

JOSÉ FEITEIRA DE GOUVEIA

PREÇOS DA ASSIGNATURA

Para fóra do Estado (moeda fraca) ..... 1$000

Para fóra do Estado, estrangeiro ..... 1$800

Por anno em Coimbra ..... 1$200

Assigna-se na Empreza do Instituto — Coimbra: rua do Infante D. Henrique.

Para o Brazil (moeda fraca) ..... 1$000

Para fóra do Estado, estrangeiro ..... 1$800

Por anno em Coimbra ..... 1$200

Avulso (não somente para os socios e assignantes) ..... 40r.

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

REDACTORES

José Teixeira de Queiroz

A. A. da Fonseca Pinto — A. M. Simões de Castro — Candido de Figueiredo

Luiz Carlos — Luiz Garrido — Vieira de Meirelles

Preços da Assignatura

Por anno em Coimbra.....	1$500
Para fóra de Coimbra, estampilhado	1$800
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000
Avulso (tão sómente para os socios e assignantes)	160

Assigna-se no Gabinete do Instituto — Coimbra, rua do Infante D. Augusto.

O Instituto

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

VOLUME XV—N.º 7

	Pag.
A Liberdade de industria nas suas relações com a Economia Politica e com a historia da civilisação — por *Candido de Figueiredo*	145
Estudos economicos e sociaes — Alfandegas — por *Luiz Jardim*	147
A Eschola allemã em Histologia Pathologica — por *F. A. Alves*	152
Botanica — Distribuição geographica dos vegetaes — por *S. de C.*	155
Suspiros (poesia) — por *Luiz Carlos*	160
O Brasão de Coimbra — por *A. M. Simões de Castro*	161
Sempre noiva — Chronica eborense — por *A. Filippe Simões*	164
Obras offerecidas ao Instituto	168

Outubro de 1871

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

A LIBERDADE DE INDUSTRIA

nas suas relações com a Economia Politica, e com a historia da civilisação

VIII

O Estado, as alfandegas e a paz universal

Ligada estreitamente á liberdade politica, a liberdade economica é, praticamente, mais ou menos amplificada, consoante a organisação do Estado se abeira mais ou menos do principio soberano da descentralisação.

Longe vão já os tempos em que a industria, confundida com os trabalhos domesticos, e encerrada nos gyneceus, não tinha com o Estado outras relações além das do imposto; e não poucos annos volveram já por cima da corôa do despota, que, das alturas d'uma soberania imaginaria, mostrava ao povo aquella nefasta legenda: — *O Estado sou eu!* —

Hoje, a philosophia politica e a philosophia da industria, dando-se as mãos no estudo dos mais graves problemas sociaes e economicos, chegaram a soluções identicas; e, preconisando a solidariedade de todas as liberdades, disseram ao Estado: — O teu ser, a tua força, tudo o que és, aos cidadãos o deves; és o deposito e o representante dos direitos collectivos; se suffocas esses direitos, se matas a iniciativa industrial, suffocas-te a ti, suicidas-te; se pretenderes substituir os individuos no exercicio das suas faculdades, na responsabilidade das suas combinações e transacções, farás uma sociedade automatica, immovel, corrupta, e nunca uma sociedade energica e digna: rejeitamos pois a tua protecção ás industrias com regulamentos preventivos, as tuas combinações de tarifas, as tuas prohibições aduaneiras. Já que a sociedade te não pode dispensar ainda, faze que se executem as leis, mantem a ordem geral; reprime as tyrannias particulares das castas e das classes, promove a harmonia do desinvolvimento individual com o desinvolvimento collectivo, mas não passarás d'ahi. —

A democracia intendeu finalmente que a liberdade de acção é a medida mais exacta da riqueza d'um povo; e, afastando-se d'ess'outra democracia mantenedora da centralisação communista, arranca das mãos do Estado os regulamentos preventivos, e trabalha na organisação d'um Estado, em face do qual se levantem illesos e garantidos o interesse das communas e os direitos do cidadão. Ha ahi o lidar na obra do futuro, e o remirar as lições da historia. Quando a ambição se desatava em pugnas sangrentas entre os papas e os imperadores, as republicas italianas tomaram o partido de se governar por si; as letras, as artes, as industrias, desabrochavam á luz da liberdade; e Venesa, Genova, Florença caíam, mas legavam á humanidade forças bastantes para não succumbir nas lutas da civilisação.

Morreu ha muito a theoria materialista de Hobbes. A força nunca será legitima, nem servirá de base aos governos despoticos e centralisados. Ha uma justiça universal, anterior a todas as convenções. A politica espiritualista oppõe essa justiça á theoria de Hobbes.

E todavia, ha um seculo a esta parte, em muitos paizes, que se dizem cultos, se têm manifestado tendencias as mais centralisadoras. Mas, diga-se em abono da verdade, não são exclusivamente as theorias disciplinares do monarchismo o que tem ido centralisando os poderes publicos; a propria revolução ha cooperado nesta obra anti-liberal. Commungando nas idêas do philosopho de Genebra, democratas ha que, em vez de deduzirem da liberdade a unidade, demandam a mais completa unidade por chegarem á liberdade, e collocam nas mãos do Estado o trabalho, o pensamento, a vida dos cidadãos. O communismo tem na sua historia este grande peccado, de que o não purificam as theorias humanitarias de Fourier e Owen e Cabet e Saint-Simon e Louis Blanc.

A democracia liberal, — seja-nos permittido adjectival-a assim para que se distinga da democracia communista, — repelle a legitimidade e a necessidade de suffocar, em nome d'uma idéa, todas as resistencias, advoga a necessidade da coexistencia de focos de actividade e vida no seio da nação, sustenta que só assim terão valor as individualidades, e julga que ha contra-senso nas leis que, negando aos individuos esclarecidos e dignos a participação nos direitos mais modestos, chamam nullidades privilegiadas para o exercicio dos mais elevados direitos politicos.

A questão da descentralisação é, para a liberdade de industria, como para todas as liberdades, uma questão de vida. De duas maneiras lesam a prosperidade publica os governos centralisados, — observa Odilon Barrot: — primeiro, aniquilam aquella energia moral, que é o grande productor em toda a sociedade que vive do seu trabalho; depois, acabam sempre por esgotar, em despesas improductivas, as fontes do trabalho[1].

A verdade d'estes principios vai calando

[1] Odilon Barrot, *De la centralisation et de ses effets.*

na consciencia universal e arruinando os systemas proteccionista e prohibicionista. Felizmente para a civilisação, governos ha que, compenetrados d'essa verdade, vão já substituindo a *prohibição* pelos direitos fiscaes; e outros que, sem forças para arcar com a corrente das idéas, começam a desafrontar de perniciosa protecção o commercio e a industria. Haja vista a politica financeira de Robert Peel.

Infelizmente porém os preconceitos de nossos maiores, em materia economica, geraram as alfandegas; os systemas aduaneiros enraizaram-se nas legislações de todos os povos; foram, mesmo ao resurgir da sciencia, justificados pelos publicistas, que não chegaram a formar uma idéa exacta sobre a natureza das riquezas; e, como escarneo á civilisação e protesto contra as verdades e leis economicas, vemos de pé, em todos os paizes, alfandegas e velhissimos systemas aduaneiros.

Quando a Revolução Franceza alçou a secure que havia de abater a arvore secular dos privilegios e das oppressões, a opinião publica achava-se já disposta para as reformas que estabelecessem uma tarifa uniforme e supprimissem as alfandegas interiores. Mas os principios da sciencia economica e da sciencia financeira não estavam ainda bem definidos; o povo começava a comprehendel-os; e foi mister que o tempo marcasse mais algumas horas no quadrante da civilisação, para que a sciencia economica, tornando-se orgão dos interesses publicos, reclamasse a extincção das alfandegas.

Pouco diremos aqui de questões aduaneiras, objecto de um estudo especial, que opportunamente daremos á estampa. O importantissimo assumpto das alfandegas merece-nos mais demorada attenção. Indispensavel se nos antolha todavia o dizer que a plena liberdade de industria é impossivel em face de qualquer systema aduaneiro. Não se extingam embora de um só golpe as alfandegas; não desprezemos em cheio interesses que os seculos parece terem solidificado; mas não desfitemos a raiz do mal, comecemos por cercear-lhe dessombradamente as ramificações, e, logo que a operação possa fazer-se sem notavel desequilibrio no corpo social, arranque-se o cancro envenenado que paralysou os braços da industria e tolheu os passos da civilisação.

Se, como dizem os paladinos do *statu quo,* os direitos de alfandega são contribuições indirectas de que o Estado precisa, attentas as despesas que faz, mormente as despesas com os exercitos permanentes, pedimos que se attente nas consequencias legitimas e provaveis da completa extincção das alfandegas. Quando as nações não estiverem separadas por alfandegas, a divisão do trabalho e a amplificação das transacções commerciaes terão secundado a electricidade e o vapor na solidariedade dos interesses de todas as nações. Será pois de interesse universal a paz perpetua; e, visto que, em tempo de guerra, padecem sobremaneira as industrias e o commercio, todos os povos se esforçarão em conservar inalteraveis as boas relações que os liguem. D'esse esforço, auxiliado, permitta-se a hypothese, por um direito *cosmopolitico,* derivará a difficuldade, senão a impossibilidade da guerra. Garantida uma paz geral, cessa a necessidade do imposto de sangue, dado mesmo que este não podesse substituir-se por uma organisação militar mais liberal e menos dispendiosa que os exercitos permanentes. Ora, a desnecessidade do imposto de sangue fere mortalmente as contribuições indirectas, e vêm os factos em abono da verdadeira theoria do imposto.

Pensadores ha, que, julgando-se na posse de profundo senso e claro espirito, não se pejam de affirmar com o conde de Maistre a triste necessidade da guerra, e de lançar á conta dos *Sonhos de um homem de bem*[1] a idéa de uma paz universal. No emtanto, os que mais ás claras olham a marcha da civilisação, os que não descrêm das leis do progresso, os que mais attentamente hão estudado as tendencias e o espirito dos povos modernos, têm por inconcussa a necessidade da paz, e observam que as maravilhas da sciencia e a luz da liberdade vão transformando a face do mundo, e encaminhando os povos para uma federação geral.

—«O vapor, diz o apreciavel economista Faucher, levará, voando, as nossas tarifas e os nossos preconceitos. As restricções commerciaes cairão diante da locomotiva, como as algemas do pensamento cairam já diante da imprensa.»

Quando desapparecerem os preconceitos, as tarifas, as restricções, que separam as nacionalidades, que estorvos encontrará a federação dos povos e a paz universal?

Façamos pois guerra ás alfandegas, por amor á paz, e levantemos contra os exercitos permanentes o anathema de Kant, visto que elles, segundo as palavras do philosopho de Koenigsberg, ameaçam os estados visinhos, e incitam-os a augmentar indefinidamente os seus exercitos.

Os sentimentos humanitarios estão caracterisando o espirito do seculo dezenove. Aos filhos do seculo corre-lhes o dever estreito de advogar a causa, tres vezes sancta, da federação dos povos, e de serem echo, embora froixo, da grande voz de Montaigne e Erasmo, as primeiras intelligencias, que, do seio da Renascença, lançaram aos ventos do futuro a idéa d'uma paz universal.

(Continúa). CANDIDO DE FIGUEIREDO.

[1] Obra do abbade Saint-Pierre.

ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAES

Alfandegas

(Continuado de paginas 130)

CAPITULO III

1—O estudo do direito romano robusteceu o poder absoluto dos reis.—Entre nós o poder absoluto cresceu escudado nas crenças do povo.—O rei e seus descendentes dando impulso ás grandes navegações.—Influencia d'estas no commercio de Portugal e de toda a Europa. II—As leis restrictivas, os erros economicos, e os abusos da edade media foram em continuo crescimento a contar do seculo XV.—A reforma dos foraes feita por Fernão de Pina.—Continuam e augmentam os impostos indirectos nos concelhos.—O systema prohibitivo arvorado em principio economico pelas leis geraes.—O systema mercantil apoiado pela nação.—A lei dos alealdamentos.—Qual era o seu fim.—Instituições que lhe dão vigor.—As alfandegas no seculo XVI.—Direitos que pagavam as mercadorias nos seculos XVI e XVII—Tendencia centralisadora das leis da fazenda.—Vasto systema de alfandegas nos seculos XVII e XVIII.

As instituições municipaes da edade media, cheias de energia nos seculos XII e XIII, em breve se foram enfraquecendo em presença do vigor cada vez maior que tomou o direito justinianeo. Entre nós ao lado dos reis encontra-se quasi sempre grandes romanistas. O trabalho d'esses homens, se foi de grande utilidade nas relações da vida civil, foi todavia altamente nocivo pelo lado politico, porque, resuscitando as tradições imperiaes, creou o poder absoluto. Este, favorecido pelo renascimento das letras gregas e romanas no seculo XV, consolida-se completamente nessa epocha em todos os povos. Aniquilado o feudalismo pelas communas e pelas cruzadas, as compilações e leis geraes já poderam estabelecer a unidade politica, levando o pensamento do rei, ou do imperador, do centro ao extremo do imperio. Então tudo se vai uniformisando, e a centralisação cresce: a descoberta do *Cabo* vem dar favor novo a uma nova classe—a dos negociantes; o commercio, porém, depende essencialmente da liberdade, e o poder absoluto, á frente dos negocios, foi a causa da sua decadencia.

Portugal, nesta segunda epocha, dominado pelo poder absoluto, não poude furtar-se a esta lei, que a observação physiologica do corpo social tem evidenciado. Acostumando-se todos a pensar e a dirigir-se pela cabeça d'um só homem, os erros e as paixões da realeza foram os erros e as paixões do nosso povo. Beneficios da descentralisação, experiencia practica da vida, a concurrencia de todos os interesses, a liberdade de todas as transacções, emfim a iniciativa individual na sua maior expansão, nada d'isso existiu nesta segunda epocha, que abrange tres seculos. O poder absoluto regulou e legislou sobre tudo; e os seus officios foram tanto mais nocivos, quanto, cercando-se da aureola que lhe davam as conquistas, cresceu escudado nas crenças do povo.

D. João I foi o tronco da raça illustre, que cedo se collocou á frente da civilisação. Ao impulso que esse rei deu á marinha militar, aos esforços que fez para attrahir o commercio[1], ás relações amigaveis que o nosso paiz estreitou durante o seu governo com Flandres, Brabante e o Hainault (hoje provincias belgas), accresceram em breve os esforços reiterados dos seus descendentes para engrandecer a marinha mercante. A tomada de Ceuta destruiu o ninho, donde os corsarios saíam a infestar os mares amedrontando qualquer navegação. Em seguida as descobertas do infante D. Henrique, a volta feliz de Nuno Tristão, os lucros dos descobrimentos depois de 1443, a doação que o papa Martinho V concedera á corôa de Portugal de todas as terras que se descobrissem pelo Oceano desde o cabo Bojador até ás Indias, emfim a perseverança do proprio infante até 1460, tudo concorreu, no meio do enthusiasmo pelo vulto da realeza, para alargar os limites do nosso commercio. Affonso V seguiu o impulso, continuando os descobrimentos até 1481, restando a D. João II a gloria de consolidar na Africa o imperio portuguez[2].

D. Manuel aproveitou-se dos grandes preparativos de D. João II, a quem chamaram o *rei* dos mercadores; e, mandando ao descobrimento da India Vasco da Gama pelo cabo da Boa-Esperança, concurreu ainda para maior esplendor da nação. Em breve a todas as conquistas accresceu a da terra de Sancta Cruz.

As victorias dos portuguezes operaram completa revolução no commercio do Oriente e do mundo. As relações commerciaes da Asia com o Occidente, florescentes em quanto tinham florescido Alexandria, Constantinopla e Caffa, estavam agora mortas, mortas tambem essas cidades sob o dominio musulmano. Genovezes, Florentinos e Venezianos eram os unicos que então commerciavam com a Asia; mas como as mercadorias, antes de chegar á Europa, passavam pelas mãos dos Arabes, mamelucos e dos italianos, adquiriam valor exorbitante, além de escassearem em todos os mercados. Os portuguezes, atravessando a immensidade dos mares da India e do Atlantico, trouxeram a Lisboa as mercadorias com menores despesas; mudaram é certo o rumo do commercio; mas, acabando

[1] F. Lopes, Chr. de D. João I, capp. 111 e 121.

[2] Em 1413 o papa Alexandre VI, na qualidade de vigario de Jesus Christo, dá ainda por uma bulla a Fernando e Isabel as terras do novo mundo descoberto por Colombo, e traça a linha de demarcação para os portuguezes e hespanhoes no Oceano Atlantico.

com o monopolio egypcio e veneziano, deram grande impulso ao commercio de Portugal e de toda a Europa.

Em 1521 era Lisboa a grande feira, onde se vinham abastecer todos os povos. Innumeros navios enchiam a vasta bahia do Tejo; e aconteceu muitas vezes elevarem-se as transacções ao valor de 700:000 cruzados em um só dia[1].

Tal foi o resultado das conquistas. Em geral lucrou a civilisação pelo descobrimento do novo roteiro para a India, mas em verdade a grandeza de Portugal foi ephemera, porque no systema economico do paiz, e no que foi inaugurado com as colonias, existiam superabundantes causas de ruina e decadencia.

II

No paiz as leis restrictivas, os erros economicos e os abusos da edade-media foram em continuo crescimento a contar do seculo XV. As côrtes de 1472 a 1473, fazendo conhecer o estado precario dos agricultores, a ruindade das leis fiscaes, e os abusos reiterados dos prepotentes, mostram o quadro sombrio, que empana a gloria das conquistas, e evidenceiam o estado miseravel a que tinha chegado a nação. A reforma dos foraes, que entre nós sempre teve logar após as grandes crises e revoluções, era urgente; e a ser conforme ao desejo dos povos, devia pôr cobro a tal estado de cousas. Concessão porém do poder absoluto, essa reforma, feita por Fernão de Pina, só teve em vista cercear as garantias locaes, e o *bôo arrecadamento* das rendas do rei. D'este modo, perdida a feição politica, que lhes tinha dado valor na edade media, os foraes no seculo XVI são principalmente pauta complicada de impostos indirectos. Desde as drogas para medicamentos até á palha de bunho, tudo nelles foi taxado; e as novas pautas de 1517 abrangem no concelho as materias primas, os artefactos, o peixe, o gado, os generos, as fructas, as especiarias, e até em ultimo logar o proprio homem (escravo)[2].

Não esqueceu no trabalho de Fernão de Pina o imposto, percebido na casa da portagem, sobre os homens de *fóra parte,* e já no seculo XVI propriamente se pode chamar a tal instituição alfandega interior; porque, nos foraes das cidades, paragraphos privativos, e até onde os não havia, os novos foraes de portagem[3] vieram, pela designação especial dos artigos sobre que recaía este imposto, e pelas disposições ácerca da sua fiscalisação, equiparal-a ás alfandegas exteriores, em que se percebia o imposto sobre o commercio externo.

Comprehende-se, pela multiplicidade e variedade do imposto indirecto, e ainda pelo aperfeiçoado organismo fiscal garantindo a sua percepção, que no seculo XVI a sorte dos povos não podia melhorar; e até, que a isenção do imposto de alguns objectos de consumo[1], e o ter sido abolido o direito de passagem[2], não eram resposta sufficiente ás queixas feitas pelos povos em 1473.

Veio a reforma fixar os impostos nos concelhos, e cortou pela arbitrariedade dos donatarios e senhores directos; mas, em verdade, o mal só foi deslocado, da nobreza para o rei. Aquella classe, isenta por muito tempo de contribuir para as despezas do estado, continuou a ser classe improductiva, emquanto as contribuições, recahindo sobre o povo, extenuavam as forças do homem de trabalho[3].

Tal era o systema economico, que predominava nos concelhos; não era melhor o que estabeleciam as leis geraes.

O systema prohibitivo vigora nesta epocha, e com maior força ainda do que nos seculos precedentes. As Ordenações de D. Manuel prohibem levar para fóra do reino os gados, trigo, farinha, cevada, milho, ou outro pão de qualquer natureza que seja, nem couros de vacca ou pelles de cabra. Para taes providencias dava a lei como razão, não só o querer obviar ao levantamento do preço dos generos, mas o gastarem-se então mais mantimentos do que noutro tempo, por causa do descobrimento da India e outras terras e ilhas[4].

Tambem era prohibido levar para fora do reino cavallos, rocins, eguas, e além d'isso armas[5], e do mesmo modo não se podiam vender aos extrangeiros caravellas e naus. Os naturaes não as podiam construir fóra do reino, e era prohibido exportar o panno de velas, e o taboado do costado de navios[6].

Revalida a Ordenação Philippina todas estas disposições; e, ampliando-as, prohibe além d'isso a exportação dos pannos de lã feitos no reino, a do burel, almafega, lã, pannos

---

[1] A. Bouchot, *Portugal et ses colonies,* p. 156.

[2] Dr. A. dos S. P. Jardim, *Estudos sobre direito financial,* p. 151. Vide os Foraes mandados publicar pela camara do Porto, em vereação de 16 de março de 1823, na collecção de leis de 1447 a 1820 de J. P. Ribeiro.

[3] «Aonde não houver Foral dará Foral de Portagem, a saber: Os lugares da Estremadura haverão a Portagem do Foral de Santarem, e nos mais lugares, que tiverem Foral, *neste se lançará a dita Portagem, quando nelle não estivesse posta.* 7.ª Base para a reforma dos foraes, na *Diss. Hist. sobre os Foraes,* de João Pedro Ribeiro. Vide no Foral de Coimbra o § que se inscreve—*Mercadorias que entram por terra arrecadam com o portageiro.*»

[1] Foral do Porto, §—*Cousas de que se não paga portagem.* Esta disposição acha-se em vigor em todos os foraes devidos á reforma de D. Manuel.

[2] Foral de Coimbra, §—*Passagem.*

[3] Eram immunes do imposto da portagem as pessoas ecclesiasticas de todos os mosteiros, os clerigos de ordens sacras, e os beneficiados de ordens menores. Vide o Foral do Porto § LVI. Egual disposição se encontra em todos os foraes.

[4] Ord. Manuel., liv. 5, tit. 88.

[5] Vide § 6.

[6] Vide §§ 11.

de linho, ou de estôpa, liteiro, linho em rama, mel, cera e cebo[1].

Estas medidas prohibitivas, recaíndo exactamente sobre os productos, que entravam como elemento principal nas transacções com os outros povos, restringiam muito o commercio: não se limitava porém a lei a taes prohibições. Nesta epocha os mercadores extrangeiros não podiam vender a retalho pannos ou outras mercadorias[2], nem abastecerem-se fora da cidade de Lisboa e fora de alguns portos do Algarve[3].

Podiam, é certo, fóra dos logares mencionados, comprar por si ou por outrem vinhos, fructa e sal, mas em qualquer dos casos deviam carregar esses productos para fóra, e não compral-os para ahi os vender ou trocar[4].

O casamento de D. Manuel com duas infantas de Castella podia estreitar o commercio com o reino visinho, ou pelo menos ir preparando pela boa amizade nas relações sociaes a futura confederação dos dois povos. Infelizmente não foi assim: os regimentos, leis e provisões não abrandaram o rigor restrictivo em attenção á amizade que então sustentavamos com a Hespanha. Prohibidas de entrar pelas alfandegas da raia as fazendas de Flandres, da Allemanha e da Inglaterra, da Hespanha só podiam vir os pannos de lã, cujo preço não excedesse a 130 reaes por vara ou covado, e nem podiam ser vendidas no paiz por um preço superior[5]. Leis do seculo XVII[6], inspiradas de melhores principios, modificaram as restricções que acabâmos de esboçar; abriram a raia dos dois reinos á entrada dos cereaes, carnes, couros, e outros artigos, sujeitando-os apenas ao direito de 10 %, e bem assim franquearam, a contar de 1 de janeiro de 1605, os portos seccos aos rebanhos e manadas. No tempo dos Philipes, e em attenção ás queixas dos povos nas côrtes de Thomar, mais se libertou o commercio com Castella, porque o foral da alfandega de Lisboa de 1587 permittiu que entrassem pelos portos de terra pannos finos, cujo preço excedesse a 250 réis o covado ou vara, e todo o genero de sedas, tecidos, e voltas, retrozes, burates, telas, brocados, e todos as mais mercadorías feitas nos ditos reinos de Castella, defesas de por ahi entrar pelos regimentos anteriores[1].

Todavia as medidas vexatorias que acompanhavam tal concessão, annullavam-na em parte, porque estas mercadorias, se entravam pelos portos de terra, tinham de ir á cidade de Lisboa, e era obrigado o individuo, que as trazia, a declarar na alfandega d'aquella cidade o porto de terra por onde as queria introduzir, a sua quantidade, e especies differentes, e até se lhe marcava um praso, dentro do qual era obrigado a trazel-as[2].

Esta e outras medidas restrictivas, erguendo por toda a parte obstaculos ao commercio, completavam-se com a peior de todas as prohibições, isto é, a da sahida do numerario.

Nos seculos XV e XVI domina principalmente o systema mercantil; mas já não é o erro d'um só homem, é o erro de todo um povo[3]. Para attrahir e conservar os metaes preciosos, e geralmente o numerario, são innumeros os regimentos e provisões, e D. Manuel não cessa de legislar a este respeito[4]. É nesta epocha, mais do que no passado, que recebe novo vigor a lei dos alealdamentos[5]. Dois fins tinha em vista essa lei: impedir que o numerario sahisse do reino, e auferir a maior somma de direitos, visto que os retornos se faziam em mercadorias, que tinham de sahir pelas alfandegas. Para que taes disposições não fossem letra morta, já no seculo XVI as alfandegas obedecem a uma tal ou qual centralisação, e são completadas pelos alcaides das sacas[6]. Pelo regimento de 17 de outubro de 1516, continuado com a carta de 3 de agosto de 1563[7], conhece-se quaes eram os portos de terra por onde os mercadores podiam entrar ou sahir com suas mercadorias, indo ou vindo de Castella. Os mer-

1 Ord. Phillip., liv. 5, tit. 112, pr., e §§ 1, 2, 6 e 7. Podem ver-se as Ord. Phillip., liv. 1, tit. 76 e liv. 5, tit. 115, que prohibem a sahida dos gados. A sahida das lãs já fôra prohibida no reinado de D. João III, mas sempre zombara da vigilancia fiscal. Só em Evora se compravam todos os annos com dinheiro extrangeiro para cima de 8:000 a 9:000 arrobas. Rebello da Silva, *Hist.*, vol. IV, p. 462.

2 Ord. Manuel., liv. 4, tit. 2. Regimento das sisas de 6 de março de 1709, § 5. Coll. de J. R. Monteiro de Campos, vol. I, p. 210. Era já a disposição de uma lei de D. Fernando de 1375.

3 Ord. Manuel., liv. 4, tit. 2, § 2.

4 Ord. Manuel., liv. 4, tit. 2, § 2.

5 Regim. de 17 de outubro de 1516.

6 Alvará de 22 de dezembro de 1604.

1 Foral da Alfandega de Lisboa de 1587, cap. LIII.

2 Vide capp. LIV, LX, LXI, LXII e seguintes.

3 Em côrtes de Coimbra de 1472–1473 representaram os procuradores do povo contra os abusos introduzidos na fiscalisação dos *alcaldamentos*, queixando-se de que os extrangeiros compravam menos productos do paiz do que diziam, e de que a balança desequilibrada se inclinava toda a favor d'elles, *sahindo os metaes preciosos, e crescendo a raridade do numerario, e com elle o preço das cousas.* Eguaes queixas ainda apparecem nas côrtes de Evora de 1481–1482, notando-se tambem então, *que a sacca do oiro e da prata devia ser attribuida principalmente aos inglezes, e nascia da má fiscalisação nos alealdamentos e retornos.* Visconde de Santarem, *Documentos para servir de Provas á Parte* II *das Memorias para a Historia e Theoria das Côrtes Geraes.* Ord. Aff., liv. 5, tit. 47.

4 Regim. de 17 de outubro de 1516. *Coll. dos Regim. reaes, pertencentes á administração da fazenda real, dados á luz por José Roberto Monteiro de Campos*, p. 150. *Ord. Manuel.*, liv. 5, tit. 88, § 4.

5 Vide coll. cit., p. 153.

6 A Ordenação Manuelina, liv. 5, tit. 89 revalida as antigas disposições das Ordenações Affonsinas, relativamente aos alcaides das sacas.

7 *Leis extravagantes, colligidas e relatadas pelo licenseado, Duarte Nunes de Lião*, p. 655.

cadores da comarca d'entre Douro e Minho e de Traz-os-Montes, que iam buscar pannos e mercadorias a Castella, eram obrigados a entrar por Miranda, Bragança, Freixo, e pela alfandega de Valença do Minho. Os da commarca d'entre Tejo e Guadiana, que traziam pannos e marçarias, entravam por Arronches, Serpa e Elvas: os que traziam marçarias, e cousas a que se não punha sêllo, podiam entrar por Olivença, Marvão e Mourão. Os da comarca da Extremadura entravam pelos portos de todas as quatro comarcas; e as do reino do Algarve pelo porto e nova alfandega de Castro Marim.

Pelos portos designados podiam entrar os mercadores, e por causa dos alealdamentos eram obrigados a sahir com os retornos; não o podiam fazer por nenhuns outros logares, com o risco de perderem os pannos, mercadorias, e as bestas que traziam[1]. Além d'estas alfandegas e d'outras menos importantes por onde podia sahir o sal e o pescado, comprehende a organisação fiscal no seculo XVI e principios do XVII outras instituições devidas ao grande commercio das conquistas. Em Lisboa apparece-nos a casa da India, de Guiné e da Mina[2], onde se despachavam os carregamentos d'aquellas procedencias; as casas do Haver do Peso, Marçaria e Herdades, a casa da siza da Fructa, a casa da Portagem, a casa da Carne, e do Paço da Madeira, a da siza do Peixe, e a do Terreiro do Trigo, em que se desimavam os generos e productos vendidos e trocados na cidade[3].

Pelo Paço da Madeira entravam as madeiras expedidas de Biscaia, de Galliza, das Asturias, e as vigas de castanho, arcos de tanoaria, e fructas verdes e seccas da Galliza. Os mercadores faziam os retornos em sal na proporção d'um milheiro de sal por vinte de fructa por tonelada de arqueação dos navios. O esparto, os mastros e vergas, as castanhas, nozes e avelãs, o tabuado, os artefactos de pao, como escudelas, escanhos, cadeiras e mesas, as obras de verga, as pipas e toneis, o carvão de pedra e de sepa, a cortiça, os carros, leitos, bocetas, e outros artigos, pertenciam tambem á jurisdicção d'esta casa fiscal, assim como o pao Brazil, e as madeiras da America portugueza[4].

Nas outras casas fiscaes, depois unidas em uma só repartição com a designação de *casa dos cinco,* e mais tarde com a de *sete casas*, despachavam-se não só as fazendas de Portugal e de Castella, ou d'outras naturalidades, conduzidas por terra ou pelo Tejo, mas não entradas pela barra, salvo o linho[2]; mas as que deviam ao fisco portagem, como o vinho, o azeite, as carnes, o pescado, as fructas, o carvão, as lenhas, os escravos, e entre outros artefactos do paiz os pannos de linho e de lã, os cobertores, as fitas de Lamego, e os chapeos e baetilhas[3].

Pelos foraes das alfandegas, e mais regimentos da fazenda, vê-se que as mercadorias pagavam no seculo XVI o imposto de 20 %, sendo 10 de dizima e 10 de siza[4]. Verdadeiramente os direitos aduaneiros eram 10 % de dizima, como já estava em vigor no seculo XV; mas por diminuir varejos e oppressões, que os rendeiros e officiaes faziam ás partes, e ainda para facilitar o grande tracto de negocios do seu tempo, D. Manuel tinha determinado que os pannos e outras mercadorias, declarados nos artigos dos regimentos, não pagassem, como dantes, siza de cada vez que se comprassem ou vendessem, mas a pagassem uma só vez por entrada[5]. Tal systema continua no seculo XVII, e as mercadorias, avaliadas previamente, segundo a pauta que todos os annos enviava o provedor da alfandega de Lisboa[6], ou segundo o preço dado pelos feitores das alfandegas, sobre declaração dos interessados, solviam os direitos em numerario ou em mercadorias.

O governo, que taxa no interior do paiz certos objectos de consumo vê-se obrigado a taxar na fronteira os objectos similhantes, mas de procedencia extranha. Sem querer affirmar que este pensamento influisse no systema das alfandegas exteriores, é certo que

[1] Regim. de 17 de outubro de 1516. Coll. já cit., p. 148. Carta de 3 de agosto de 1563. Coll. de D. N. de Lião, p. 655.

[2] O quadro da casa da India era formado de 52 empregados, e a companhia braçal pelo menos de 60. O juizo da India, Guiné e Mina sustentava 4 escrivães, 2 enqueredores, 1 promotor e 1 porteiro. A casa da Mina 9 funccionarios. Os armazens da India e Guiné 30 pessoas, a alfandega 47, e mais de 20 trabalhadores braçaes, as tres casas fiscaes do Haver do Peso, Marçaria e Herdades 32, a do paço da madeira 13, a da imposição nova e velha dos vinhos 14, a da sisa do peixe 22, a das carnes 9, e a da fruta 22. Christovam Rodrigues de Oliveira. *Summario de algumas cousas assim ecclesiasticas, como seculares que ha na cidade de Lisboa.* Anno de 1551.

[3] Rebello da Silva, *Hist.*, vol. IV, p. 543.

[1] Cap. VI do Regim. do Paço da Madeira de 7 de setembro de 1644. Coll. de R. M. de Campos, p. 238. *Hist.* cit., p. 563.

[2] Cap. II do Regim. da Casa dos Cinco de 18 de janeiro de 1620. Vide D. Raphael Bluteau. Verbo *alfandega.*

[3] Cap. IX do Regim. da Casa dos Cinco.

[4] Foral da Alfandega de Lisboa de 15 de outubro de 1587, cap. LXXII. Foral da Alfandega do Porto, cap. LXXXIX. Diz o regimento de 17 de outubro de 1516 na coll. já cit., p. 147—«de dez pagarão um de dizima, e tirada a dita dizima, de cada dez que ficarem, nos pagarão outro de siza; e quando não chegar o numero de que se possa tirar a dizima e ciza nas cousas qae assim trazem, então pagarão a dita dizima e ciza da quantia em que os ditos pannos forem avaliados pelos ditos nossos officiaes.»

[5] Regim. de 17 de outubro de 1516 § 1. Nas côrtes de Coimbra de 1387 D. João I obteve do povo a cisa (10 % da venda) e nos de Braga do mesmo anno a *cisa dobrada.* Em 1641, 1645 e 1646 as côrtes de Lisboa estabeleceram as decimas para sustentar as guerras da acclamação. Vide Visconde de Santarem.

[6] Foral da Alfandega de Lisboa, cap. LXIII.

durante o governo absoluto os direitos feriam sem distincção, á sahida ou á entrada, as mercadorias, os productos fabris, os generos alimenticios, e até os escravos, imitando neste ponto a regra seguida nos foraes dos concelhos.

Nos foraes das alfandegas tambem se encontram as mesmas excepções, que já vimos nos foraes de portagem.

Assim, os mosteiros e pessoas ecclesiasticas, commendadores da ordem de Christo e de S. João, e até alguns fidalgos (por exemplo o duque de Cadaval) não pagavam direitos nas alfandegas das mercadorias, que mandavam vir para uso e provimento de suas casas[1].

A regra geral, que apontamos, tambem soffria excepções, porque já nesta epocha, quer na entrada, quer na sahida, havia mercadorias, que eram isentas completamente de pagar os 20 % de dizima e siza, e outros que pagavam taxas mais diminuidas. Assim, só davam 5 % de dizima, e 5 % de siza, por determinação dos foraes, as sedas de fóra do reino, e os brocados e telas. O pao Brazil e as madeiras da America portugueza davam só metade da siza. A madeira, importada para obras de torneiro, só pagava 5 % de siza, e 10 % de dizima. As obras de marcenaria, como bronzes dourados, pinturas, prata ou oiro embutidos, sem ornatos, e as obras de esparto, de tanoaria, e as arcas encouradas, ou sem couro, pagavam 6 ¼ por cento de direitos de exportação. Só pagava dizima o trigo, centeio, milho, cevada, farinhas, legumes e carnes, que vinham da ilha Terceira, da ilha da Madeira e do reino do Algarve. E se vinham de qualquer parte do reino a Lisboa pagavam a portagem.

Eram isentos completamente de direitos o trigo, cevada, centeio, milho, legumes, que entravam em Lisboa e no Porto com procedencia de fóra do reino; e do mesmo modo as carnes, queijos, manteigas, e bem assim as armas, polvora, cavallos, ouro e prata em pastas, e em moeda, e os livros. Para favorecer a construcção naval, era tambem immune dos direitos o taboado de costado de navios, que á cidade de Lisboa traziam os Ostraligs da Allemanha; e para animar a industria mineria não se pagava siza nem dizima dos metaes que se tiravam no reino[2].

Muitas são as leis fiscaes dos seculos XV e XVI; as que apontamos são sufficientes para conhecermos que direitos o fisco percebia do commercio externo. Essas leis repetem-se, não porque viessem trazer disposição nova, mas porque a má organisação do pessoal dava aso a que os abusos se repetissem; e o rei julgava remedial-os, renovando leis que tinham cahido em desuso[1].

Em todos prevalecem os direitos de dizima, siza, e algumas vezes de portagem, quando as mercadorias, ainda que entrassem pelos portos de terra, vinham a Lisboa ou Porto. Se essas leis apenas copiam as antigas disposições, como ellas quasi sempre declaram, é certo, porém, que o seu fim visivel é principalmente centralisar o serviço das alfandegas, e prover de modo que se evitem os descaminhos dos direitos reaes; é por isso grande a penalidade até contra as pequenas infracções, e na practica, grandes e vexatorias as cautelas do fisco. A idéa centralisadora dá logar a que já nos fins do seculo XVII e principio do seculo XVIII nós encontremos em Portugal um vasto e completo systema de alfandegas maritimas e dos portos seccos, que não faremos mais do que esboçar.

Nos fins do seculo XVII, as leis da fazenda dão noticia, em Lisboa, d'uma grande alfandega, aonde se despachavam as mercadorias extrangeiras. Com um administrador, nove escrivães da mesa grande, differentes officiaes, taes como thesoureiros, feitores, escrivães de descargas, e sellador mór[2], era esta instituição dividida em differentes secções onde se despachavam artigos particulares; taes eram a mesa do sal, o paço da madeira, os portos seccos, etc. Ao lado d'esta alfandega, aonde se fiscalisava a entrada das mercadorias, que no porto de Lisboa vinham trocar-se pelos productos das colonias, levantava-se a *alfandega das sete casas,* onde se recebiam os direitos dos productos do paiz, trazidos a Lisboa para consumo dos seus habitantes. Com um administrador para fiscalisar os interesses da fazenda real, um inspector das contadorias, officiaes, thesoureiros, recebedores e escrivães, era esta alfandega dividida em differentes secções separadas; taes eram a *mesa do vinho, do azeite, da carne, fructa, pescado, herdades, cavalgaduras e da portagem,* arrendados ordinariamente a particulares, que os administravam com obrigação de dar contas ao *administrador da fazenda,* e com recurso

[1] Foral da Alfandega de Lisboa, cap. CXXI, CXXII, LII e outros. Carta de 3 de agosto de 1563 na Coll. de D. N. de Leão, p. 659.

[2] Carta de 3 de julho de 1516 — Carta de 24 de agosto de 1522 — Alvará de 3 de junho de 1516 — Carta de 10 de janeiro de 1511 — Alvará de 8 de dezembro de 1517.—Vide a *Coll. das Extrav. colligidas por D. N. de Leão,* p. 642 e seguintes, cap. LXXII e LXXXIX dos foraes das alfandegas de Lisboa e Porto. Coll. de J. R. Monteiro de Campos, vol. II, p. 197.— Regim. de 18 de janeiro de 1620.

[1] Outras razões influiriam tambem para que essas leis se repetissem: recaindo os direitos sobre as mercadorias avaliadas previamente, com o correr dos tempos, era necessario renovar as pautas. Com as pautas reformadas reeditavam-se os regimentos antigos; o que tambem acontecia, quando as guerras tinham fechado os portos, e era necessario abril-os na paz subsequente.

[2] Que sellava as mercadorias que se vendiam em Lisboa, e quinze leguas em redondo. Vide o Foral da Alfandega de Lisboa.

para o concelho da fazenda, como tribunal superior.

O grande incremento do commercio das colonias, como já dissemos, cedo tinha feito sentir a utilidade de depositos, onde se vendessem as mercadorias do rei, e dos poucos privilegiados. As casas da India, Guiné, e Mina vieram satisfazer a esta necessidade [1]. Creadas como simples deposito, em breve alargaram a sua esphera e tornaram-se verdadeiras alfandegas; porém nos fins do seculo XVII, decadente o commercio africano, ficaram reduzidas a uma unica alfandega com o nome de casa da India. O pessoal d'esta casa, identico ao das alfandegas já mencionadas, era numeroso; todavia, como ainda fosse grande o movimento dos negocios, foi necessario confiar o despacho dos coiros e do assucar á alfandega grande de Lisboa, e o do tabaco a uma alfandega especial. Grande numero de productos coloniaes saiam para as differentes nações da Europa nas mãos dos mercadores extrangeiros; foi por isso necessario completar a alfandega da casa da India com a *mesa do consulado geral da saida,* que tinha a seu cargo receber as declarações das mercadorias que saiam de Lisboa.

O Porto, cidade importante, onde já no seculo XIV fermentava população activa e intelligente, tem no seculo XVIII uma vasta alfandega, que era a principal da provincia. Com um numeroso pessoal, dirigido por um superintendente, desembargador da relação, pela sua pauta pagavam-se os mesmos direitos que na alfandega de Lisboa.

Em todas as provincias havia, ao longo da fronteira hespanhola, alfandegas, que segundo a sua posição se chamavam (como ainda hoje) de portos seccos e molhados.

No Algarve havia uma alfandega de porto secco em Alcoutim, e de portos molhados, em Tavira, Lagos, Portimão, Villa-Real de Sancto Antonio e Faro. No Alem-Tejo só existiam alfandegas de portos seccos, taes eram as de Mertola, Serpa, Moura, Mourão, Terena, Elvas, Campo Maior, Aronches, Alegrete, Marvão, Castello de Vide e Monte Alvão. Na Extremadura existiam alfandegas de portos molhados em Setubal e Peniche. Os portos molhados da Beira eram na Figueira, Buarcos e Aveiro; os portos seccos, em Penamacôr, Idanha a Nova, Sabugal, Almeida, Villar-Maior, Castello-Branco e Villar Torpim. Os portos molhados do Minho eram no Porto, Espozende, Caminha, Vianna e Villa do Conde; os portos seccos, Barca, Outeiro, Monção e Valença. Eram de portos seccos as alfandegas da provincia de Traz os Montes, e já no seculo XVII eram em Miranda, Bragança, Vinhaes, Freixo de Espada á Cinta, Bemposta, Vimioso, Chaves, Monte Alegre e Villa-Nova de Cerveira.

(Continúa) LUIZ JARDIM.

[1] Vide p. 150.

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

A ESCHOLA ALLEMÃ EM HISTOLOGIA PATHOLOGICA

III

(Continuado de paginas 132)

Quando se principiou a dar a devida importancia á Histologia Pathologica, procurou-se logo conhecer a natureza dos tecidos anormaes, e determinar não só a sua structura, mas tambem a textura propria. Não se contentam porém com isto os histologistas modernos; e levam as suas investigações até ao elemento anatomico que entra na constituição dos neoplasmas. A observação mais rigorosa, os processos stœchiologicos mais delicados evidenciam que alguns elementos anatomicos dos tecidos anormaes têm representantes no organismo physiologico; e que a especie morbida não está então ligada de modo algum a alterações elementologicas. A generalizar esta idéa tendem todos os esforços da eschola allemã. O heteromorphismo só depende da qualidade do tecido, e não busca sua origem na especificidade do elemento anatomico, que é sempre normal e physiologico. A heterologia liga-se com a heterotopia; e os seus diversos gráus representam maior ou menor antagonismo entre o tecido novamente formado e aquelle onde assenta a neoplasia. Um tumor cartilagineo, apparecendo no tecido conjunctivo, ou no systema osseo, occupa na escala heterologica logar menos elevado, do que uma nova-formação epithelial, ou muscular, que ahi se manifestasse. D'estas differenças, e tambem da variada quantidade de succos parenchymatosos, e da riqueza vascular do pseudo-plasma, deriva a malignidade dos tumores, e sua propriedade infectante.

Não existem elementos anatomicos especificos. O corpusculo tuberculoso tem o seu representante na cellula dos ganglios lymphaticos, analoga tambem á cellula scrofulosa, estabelecendo por este modo as mais intimas relações entre o tuberculo e a scrofula. O tuberculo é uma formação heteroplasica de cellulas lymphoides; a scrofula uma hyperplasia directa d'estes mesmos elementos.

O acto inicial é sempre o mesmo, e de natureza sempre irritativa, numa ou noutra neoplasia; e a elle se segue a proliferação de elementos cellulares preexistentes. Não é porém da mesma especie a cellula que experimenta a irritação; nem a scrofulose é condição essencial da tuberculose, posto que ás vezes a preceda, ou tenham ambas desinvolvimento parallelo á custa de diversos elementos cellulares do mesmo ganglio lymphatico. A cellula cancrosa exprime a formação heterotopica de certo e determinado elemento epithelial; ou tambem a hypertrophia cellular com hypergenese do nucleo e nucleolo. O elemento cellular do pus é o leucocyto que atravessou a parede dos vasos sanguineos no ponto inflammado; ou representa o producto d'uma nova formação com characteres completamente identicos aos dos globulos brancos.

Eis as proposições em que se fundamenta a eschola allemã, e os principios com que procura combater o heteromorphismo do elemento anatomico; e, rejeitando a especificidade morbida d'esta parte componente do organismo, admitte comtudo os tecidos especificos, que não têm analogos no estado physiologico, para o que muito concorre, segundo Virchow, a natureza e intensidade da irritação, e o ponto em que esta se exerceu. O tecido do cancro é especial, e da mesma prerogativa goza o tecido tuberculoso.

A eschola allemã, apezar de adoptada hoje por alguns histologistas francezes, não conta em seu abono as mais fortes razões. E os factos vêm confirmar o que nos diz o raciocinio.

Apparece o elemento anatomico; mas nem sempre mostra desde logo as qualidades que mais tarde deve possuir. O seu estado embryonnar é reconhecido por todos. Ás propriedades de genese, reproducção, e nutrição, já conhecidas, juncta-se a faculdade evolutiva; e o elemento anatomico, novamente formado, percorre differentes phases até se completar. Muda a sua forma, o seu volume, e muitas vezes a structura; traça-se a curva evolutiva sem transmutação de especie, segundo alguns histologistas, ou havendo esta mudança, conforme o pensar de outros que admittem a cellula como o elemento anatomico, do qual derivam todos os de ordem mais elevada.

Passa-se isto no estado physiologico, e, *tendo* cada elemento sua individualidade propria normal e morbida, seu modo especial de se desinvolver, nutrir, e alterar, acontecerá que as mudanças effeituadas durante a sua evolução tragam tal desarranjo na structura, que elle não só seja differente do que era no estado embryonnar, mas se distinga completamente de todos os outros, que normalmente compõem o organismo. A marcha evolutiva nem sempre ha de ser ascendente e trophica, ou descendente e atrophica. Pode haver aberrações taes, que, na phrase de Robin, afastem do estado physiologico o elemento anatomico sem o aproximar pathologicamente de qualquer especie normal.

Estas idêas, em perfeita harmonia com os verdadeiros principios histogeneticos, levam-nos a admittir a heteromorphia do elemento anatomico, e a defender a existencia de neoplasias heterologas não só pela especialidade do tecido, segundo já queria Forster, mas ainda pela structura especial do seu elemento constituinte. Não é necessario recorrer a blastemas distinctos dos do estado normal, ou pathologicos. A observação mais delicada, os melhores processos chimicos não mostram differenças sensiveis na materia amorpha, onde se organizam elementos figurados mui diversos. A existencia do succo cacoplastico, admittido por Lobstein, não passa de pura hypothese. Pela nutrição regular conserva o elemento anatomico a forma e o volume que lhe é proprio; e da assimilação de certos principios, e do arranjo particular que elles tomam, depende a evolução. O desvio do estado normal não consiste sómente em se exaggerar, ou diminuir, o acto assimilador. Se assim fosse, haviamos de notar no elemento anatomico apenas mudanças de volume; comtudo a perturbação vai mais longe; chega ao arranjo particular que tomam os principios assimilados. Dispõem-se de modo diverso; a forma do elemento altera-se; e não só este character de ordem mathematica, mas tambem os characteres mui importantes de ordem organica ou de structura.

Serão verdadeiras as considerações que acabamos de expôr? As observações microscopicas mostrarão nos elementos anatomicos figurados de algumas neoplasias uma structura e formas particulares, que só a elles competem, e que nos levam a consideral-as como heteromorphas, não só pela especialidade do tecido, mas pelos characteres do seu elemento constituinte?

Assim o julgamos. E posto que o campo do heteromorphismo, tal como o concebemos, esteja muito limitado, não deixamos de admittir ainda como seus representantes o tuberculo, e o cancro.

Villemin é sectario das doutrinas de Alem-Rheno. Considera a substancia conjunctiva como a séde da evolução do neoplasma tuberculoso, qualquer que seja o orgão onde este se apresente. Os tecidos que compõem o *systema vegetativo*, ou *fundamental*, constituidos por elementos cellulares e substancia intermedia, e a que Villemin reune o apparelho lymphatico, são os escolhidos para nelles se desenvolverem as especies morbidas de que nos occupamos. O globulo tuberculoso não é elemento morphologico especifico. Os nucleos e pequenas cellulas agglomeradas numa gra-

nulação ou nodulo encontram-se tambem noutros processos pathologicos extranhos á tuberculose, e têm seus analogos nos elementos normaes da lympha, e de todos os orgãos lymphoides. E esta analogia é reforçada pela identidade de modificações de ordem regressiva que experimentam tanto os globulos tuberculosos, como as cellulas lymphaticas. Characteriza a tuberculose a especificidade da causa morbida, actuando sobre os elementos anatomicos d'uma maneira tambem especifica, e provocando assim a manifestação pathologica.

A especificidade anatomica deduz-se da reacção pura e simples do elemento impressionado. Se a causa irritante era especifica, o elemento anatomico devia necessariamente soffrer uma impressão a que responderia d'um modo particular. Transformado em elemento embryonnar, no caso de não ter já este character, e apto assim para se desinvolver directamente, ou presidir á evolução de elementos d'outra ordem, havia de levar o cunho da impressão que recebêra. O novo elemento é pois anatomicamente especifico; e da sua structura especial hão de resultar propriedades tambem distinctas, e muito characteristicas. Não vae longe d'estas idéas o proprio Villemin quando, referindo-se aos productos morbidos em que a cellula lymphatica existe como parte constituinte, affirma que alguns dos seus elementos anatomicos têm o character transitorio, e são extremamente caducos, como diz Virchow. E não será isto uma especialidade, e um modo particular de viver do elemento anatomico, que indubitavelmente ha de estar ligado a uma structura tambem especial?

Os factos corroboram a theoria. A observação microscopica dá ao globulo tuberculoso characteres que só a elle pertencem. Com o typo cellular, e a forma redonda ou oval, apresenta dimensões varias; e ora é mais pequeno que os globulos brancos do sangue, ora tão volumoso que chega a ter o duplo ou o triplo d'estes elementos. O seu conteúdo é incolor, transparente, pouco granuloso, e facil de destruir-se pela pressão, pela mistura com agua, e tambem com a ammonia. Um pequeno nucleo simples e homogeneo, e nas cellulas maiores cheio de granulações e nucleolos completa a structura do globulo tuberculoso, tal como o descreve o proprio Virchow.

Toda a granulação tuberculosa, affirma Villemin, conta como elementos constituintes pequenos nucleos brilhantes, ou granulosos, e pequenas cellulas, cujo involucro está mui proximo do nucleo, tendo este a mesma apparencia dos que são livres. Cellulas mais volumosas, e contendo variado numero de nucleos, formam tambem a granulação. Distribuindo-se por tres zonas concentricas, é na mais externa que se notam as maiores cellulas, pertencem á zona media elementos cellulares de diversas dimensões, e abundantemente nucleados, representando assim a camada proliferante, que tem por termo a zona interna, ou central. Nesta se observam cellulas pequenas, pobres em protoplasma, e em que bem se patentêa o ultimo producto da proliferação dos elementos cellulares do tecido gerador.

O globulo tuberculoso reveste estes ultimos characteres; e considerado por Cornil como uma cellula embryonnar da substancia conjunctiva com tendencia á atrophia, a descripção, que fazem os partidarios do homœomorphismo d'este elemento, o distancêa ainda muito das cellulas com que o pretendem comparar. Se é licito recorrer a observações proprias, diremos que as achamos em harmonia com as doutrinas de Lebert e Gluge. O globulo tuberculoso appareceu-nos com a forma spherica, e em alguns casos mais ou menos angulosa. No seu conteúdo encontramos alguns granulos, mas pouco numerosos, e dispostos sem regularidade; não distinguimos nucleo algum. A côr do globulo era branca, e o seu aspecto era brilhante.

Nenhum dos elementos dos ganglios lymphaticos offerece similhantes characteres. Nucleos esphericos, e muito granulosos; cellulas com um ou dois d'estes nucleos; outras mais pequenas, e contendo um só nucleo que as enche completamente; algumas cellulas pavimentosas de nucleo volumoso; eis as qualidades que Robin assigna aos elementos cellulares e nucleares, constituintes da polpa semi-solida que enche as areolas formadas pelas trabeculas e vasos sanguineos dos ganglios lymphaticos.

Os elementos lymphoides são de natureza cellular, e forma arredondada, como affirmam todos os histologistas. O seu conteúdo é granuloso; mas nota-se sempre o nucleo, que bem distincto se mostra pela addição do acido acetico, e que ás vezes não é unico.

Estas propriedades de structura não competem ao elemento do tuberculo completamente formado, e quando pela sua reunião com outros identicos compõe a zona interna da granulação ou nodulo, antes de apparecer a transformação caseosa, que tão facil e promptamente se manifesta.

Em eguaes circumstancias está o elemento characteristico do cancro, que se considera analogo á cellula epithelial das vias urinarias. Recorre-se, como a argumento de grande valor, á polymorphia da cellula cancrosa, e á variedade de formas que offerecem os elementos epithelicos d'alguns pontos dos canaes uriniferos.

Mas a irregularidade de contornos do macrocyto apparece espontaneamente, posto que este elemento, nadando no succo proprio, experimente em todos os sentidos pres-

sões eguaes, que se neutralizam. Depende pois d'um acto de evolução especial da propria cellula, e não como no epithelio, da posição que ella occupa relativamente a outras que lhe sejam contiguas. A sua riqueza em nucleos, o seu volume notavel, tudo indica um desinvolvimento exaggerado, e extraordinaria força evolutiva, que não se observa na cellula de epithelio em condições normaes, e que é uma especialidade muito para attender. É tão sensivel o heteromorphismo d'alguns elementos anatomicos do cancro, que o proprio Follin considera esta neoplasia como heterologa, não só pela qualidade do tecido, que não tem analogo no organismo physiologico, mas tambem pela existencia d'um elemento em que se ostenta o cunho da especificidade anatomica.

(Continúa). F. A. Alves.

BOTANICA

Distribuição geographica dos vegetaes

As floras variadas, que povoam a superficie da terra, estão sujeitas a uma ordem e regularidade admiraveis. Os interessantes phenomenos da geographia botanica têm contribuido poderosamente para os progressos da sciencia, pelo estudo das leis da vegetação, e pelas mais uteis applicações aos factos agricolas.

Estudar a vida da planta nas suas relações com o clima e solo, é estudar as mais importantes leis de physiologia vegetal, e fundar as verdadeiras bases, para a acclimação das especies, e para o estabelecimento dos systemas de cultura.

A vegetação não está uniformemente espalhada sobre a superficie da terra. A *estação,* a *habitação,* e a *area* das numerosas especies vegetaes são phenomenos dependentes de certas leis geographicas; e d'este estudo deriva o estabelecimento de regiões botanicas, bem localisadas e bem caracteristicas.

As causas d'estes phenomenos não dependem sómente das circumstancias actuaes; estão tambem subordinadas ás condições que presidiram á creação dos seres organisados. A geologia e paleontologia revelam a existencia de floras geologicas, anteriores á forma actual dos nossos continentes e aos climas, que caracterisam a epocha em que vivemos.

É tão grande e tão manifesta a influencia d'estas causas antigas, que muitos naturalistas a consideram como a principal e predominante, reputando a distribuição actual dos vegetaes principalmente dependente da sua originaria e primordial dispersão pela superficie da terra.

Pela nossa parte, não podemos ver nas floras de hoje uma imitação mais ou menos perfeita das floras antigas, que povoaram o globo terrestre; não podemos ver no theatro vegetal da epocha actual a copia, nos traços principaes, da vegetação primitiva da terra.

A geologia demonstra hoje evidentemente os supremos progressos da creação. Em cada pagina das obras da natureza encontramos escripta essa lei admiravel. O geologo, estudando os terrenos que compõem a crusta terrestre, lê em cada camada os autos do Genesis, escriptos de um modo authentico. A terra é o grande livro subterraneo, a edição mais original da biblia, onde se lêem pagina por pagina os progressos successivos da creação.

A origem do globo já não é uma ficção, mais ou menos poetica, sobre que a imaginação do homem póde discutir livremente. A terra principiou por um immenso fóco de calor. Com o decorrer dos tempos, o Omnipotente interpoz entre o fogo e a atmosphera uma abobada de granito; semeou sobre este primeiro andar do edificio uma camada de humidade e de humus; e foi então que a vida surgiu, e a planta germinou sobre este leito primitivo da creação.

A flora d'essa epocha era a infancia da vegetação: isto é, os musgos, as algas, os fetos, os esboços e as formas vegetaes, mais simples, mais pobres, e mais uniformes: é o que se vê inscripto nos herbarios fosseis d'esse periodo. Não havia ainda mimos e riqueza de vegetação, porque nem uma flor havia em tudo isso; e se por excepção alguma planta parecia florescer, a morte logo succedia após esse esforço de amor e poesia.

Outra circumstancia notavel caracterisa esta phase de vida do globo. Como os vulcões surdiam por toda a parte, através das fendas do granito, e derramavam no ar nuvens de acido carbonico, as plantas, plethoricas de carbono, e excitadas por uma temperatura elevada, cresciam a alturas prodigiosas. Os fetos, que actualmente são plantas humildes e rasteiras, cresciam n'essa epocha a tal altura, que excediam as copas mais elevadas das arvores actuaes. Essa vegetação primitiva era por tanto um ensaio inexperiente d'um mundo ainda virgem, em comparação da belleza, variedade e riqueza das floras, que hoje povoam a terra.

Desde esta epocha, que se póde chamar a infancia do globo, até hoje, que se póde dizer a sua edade madura, que vemos nós, senão uma promoção immensa de seres vivos, cada vez mais nobre, mais rica, mais bella, e mais variada? O globo actual é por tanto um progresso em relação ao globo antigo. Esse immenso ossario e herbario primitivos ahi estão, para attestar e proclamar a inferioridade das especies e raças antigas, comparadas com as que hoje vivem.

Além d'estas considerações, deduzidas da paleontologia, outras razões fortalecem a nossa opinião. Para que a distribuição primitiva das

plantas, ha milhares de seculos, fosse ainda a influencia predominante na flora actual, é indispensavel admittir: primo, que as condições physicas e meteorologicas d'essa epocha remota são ainda hoje as mesmas: secundo, que as causas que tanto fazem variar a dispersão das plantas, são incapases de modificar a patria primitiva da população vegetal; mas nenhuma d'estas cousas é doutrina acceitavel.

Ha uma lei de harmonia entre a vida dos seres organisados e as condições da sua existencia, que estabelece laços intimos entre o seu organismo e o meio em que vive. As differentes epochas da historia da terra coincidem com alterações manifestas na organisação dos seres vivos, porque a differença de condições externas, que actuam incessantemente sobre a producção e mecanismo das funcções, deve exigir profundas alterações nos phenomenos vitaes. A natureza, sempre previdente e activa, obedecendo a um impulso eterno, e a um movimento irresistivel, imprime um desenvolvimento progressivo a todos os seres vivos, a todas as obras da creação organica.

Entremos agora no exame das causas actuaes, que influem tão directa e poderosamente na distribuição dos vegetaes á superficie da terra.

O clima e solo exercem uma influencia manifesta sobre a natureza e aspecto da vegetação; e como estes agentes variam em cada paiz e em cada região, d'aqui resulta o matiz extremamente variado, que caracterisa a distribuição das especies vegetaes, constituindo floras distinctas nas diversas zonas geographicas.

Para apreciar a importancia das condições climatericas e telluricas na vida da planta, basta reflectir, que o calor, humidade, atmosphera e solo são os agentes essenciaes da vegetação. A planta vive do ar, onde respira, e d'onde extrae muitos principios para o seu crescimento; vive da terra, em que firma as suas raizes, e d'onde recebe a principal nutrição; vive da agua, que é a sua seiva, o seu chylo e o seu sangue; e vive do clima, que lhe dá os estimulos indispensaveis para a vida nutritiva e para a reproducção da especie.

Onde ha mais riquezas vegetaes? Onde mostraa natureza mais força e mais rapido desenvolvimento na vida da planta? É nas regiões tropicaes, onde o calor e humidade actuam com mais energia. E não se diga, que é antes um agente do que outro, que produz esse luxo de vegetação; porque o calor sem agua produz o deserto, e a agua sem calor produz o pantano, regiões estereis e amaldiçoadas, onde a raça humana lucta incessantemente contra a miseria e contra a morte.

A temperatura, humidade e luz são os agentes climatericos, que principalmente influem sobre a vida da planta. Muitas condições fazem variar esta influencia, sendo as principaes: a latitude, altitude, exposição, natureza do terreno, distribuição relativa das terras e mares, quantidade das chuvas, visinhança de montanhas e florestas, direcção dos ventos, e estado da atmosphera.

Não cabe nos limites de um artigo estudar a acção de todas estas circumstancias na distribuição geographica dos vegetaes: para o fazer com o conveniente desenvolvimento, teriamos de escrever um livro volumoso. Esbocemos apenas em ligeiro quadro os factos principaes.

A vegetação enfesada, triste e monotona das regiões polares constitue um verdadeiro contraste com a flora pomposa e variada do equador. As differenças nestes dois extremos não se limitam sómente ao numero das especies, generos e familias; mas traduzem-se tambem pela maior variedade de formas, de côres, de aspecto e belleza. Nas regiões intermedias ha zonas bem caracterisadas por certos typos de uma physionomia particular, havendo sempre transições insensiveis, que tornam difficil traçar linhas de rigorosa separação.

O que se observa nos diversos gráos de latitude tem logar de modo analogo com a altitude. As montanhas desde a base até o cume apresentam em resumo as floras das regiões quente, temperada, fria e glacial.

A exposição, relevo e natureza do terreno tem uma influencia directa sobre a temperatura e humidade do ar, e sobre a nutrição da planta. Nas duas vertentes, norte e sul, d'uma serra a vegetação é diversa. Na segunda exposição, em que os raios solares batem com mais força e duração, a côr verde das plantas é mais viva, o tecido lenhoso mais compacto, as flores mais aromaticas, os fructos mais saborosos, as resinas e os oleos mais abundantes, porque a respiração e exhalação são mais activas, e a reducção dos compostos carbonados é mais energica.

A natureza do terreno é outra causa que influe poderosamente sobre a vegetação. A planta não pode ser indifferente ás propriedades physicas e composição chimica do solo em que vive. O desenvolvimento e firmeza de suas raizes, o accesso facil do ar e aguas através das camadas araveis, as acções chimicas que têm logar neste laboratorio subterraneo, tudo é indispensavel para as funcções vegetaes. Ha plantas caracteristicas das terras calcareas, siliciosas, argillosas e humosas; e o aspecto da vegetação é um indicio que pode servir com vantagem, para apreciar a natureza dos terrenos. Se ha plantas espontaneas, vagabundas e cosmopolitas, que podem viver indifferentemente em qualquer torrão, ha outras, mais frias e estacionarias, que definham e morrem fóra da sua localidade predilecta. Basta citar os exemplos das plantas proprias dos terrenos salgados, das terras arenosas, das

terras pantanosas, das regiões graniticas, vulcanicas, etc.

A situação relativa dos continentes e mares é outra condição importante, a que se deve attender no estudo da geographia botanica. Os climas maritimos, insulares, e continentaes imprimem uma feição caracteristica nas suas floras. A vegetação das ilhas e do litoral não é a mesma, que a do interior dos continentes; porque a temperatura, os ventos e a humidade variam consideravelmente. O inverno é mais frio e rigoroso nas regiões continentaes, e mais suave e temperado nas ilhas; e o verão mais secco e calmoso nas primeiras, e mais fresco nas segundas.

A distribuição e quantidade das chuvas são extremamente variaveis segundo as estações e os climas, assim como os outros meteoros aquosos. Quasi nunca chove em certos desertos da Africa, e em muitas regiões meridionaes da Asia. É um facto bem averiguado a falta de chuvas no Perú, o que é compensado pelos densos e frequentes nevoeiros. A mesma penuria se observa em grande parte da costa occidental da America. Pelo contrario, chove muito e regularmente em certas epochas do anno, debaixo da zona torrida, na costa oriental da America, e occidental da Africa. Se não fossem as chuvas tropicaes, como podia ahi manter-se a pompa das florestas, e a vegetação preciosa, que dá o café, o cacau, o algodão, o assucar, as essencias e as especiarias?

São as chuvas, que corrigem os effeitos da extrema seccura. Sem esta irrigação natural do globo, não se formavam esses depositos subterraneos, que alimentam os rios e as fontes, não se reparavam as perdas incessantes occasionadas pela constante evaporação, nem era possivel a vegetação variada e abundante dos paizes meridionaes, em que a par das mais bellas arvores florestaes e fructiferas, se criam os prados, os legumes e hortaliças.

A antiguidade tinha tanta fé no poder creador da agua, que não deriva d'outro principio o culto das fontes, e da veneração pelos rios sagrados. Feliz privilegio gozam os paizes, em que o clima proporciona nas convenientes condições o calor e a humidade.

A influencia das montanhas e florestas nos phenomenos meteorologicos, e por consequencia na constituição do clima, é assumpto interessantissimo, que merecia largo desenvolvimento. Diremos apenas resumidamente o mais essencial.

As chuvas devem ao relevo das serras e á arborisação florestal uma das causas mais poderosas de sua formação. Os ventos humidos, batendo contra estes obstaculos, elevam-se; o ar rarefaz-se e esfria; e d'aqui resulta a condensação do vapor aquoso, e a producção da chuva. É por esta razão, que no nosso paiz os ventos do mar são os mais chuvosos, e constituem o principal abastecimento dos rios e fontes. Os Alpes são a origem dos mais famosos rios da Europa, como a nossa serra da Estrella é do rio Mondego e de seus affluentes.

As florestas valem o mesmo que as cordilheiras dos montes na producção das chuvas. Os factos abundam para demonstrar esta influencia. Pelo plantio de extensos arvoredos, apparecem muitas fontes, e augmentam os rios e lagos; succede o contrario, pela destruição imprudente das florestas. Está averiguado que muitos lagos da America têm baixado de nivel, pela desarborisação das terras proximas, não acontecendo o mesmo a outros, juncto dos quaes têm permanecido intactos os bosques. As chuvas eram antigamente mais abundantes nas ilhas Canarias, na Madeira, nos Açores, e no archipelago de Cabo Verde, quando bosques magnificos cobriam estas ilhas, e que hoje têm quasi totalmente desapparecido.

O sr. J. B. d'Andrade já em 1815 se queixava das devastações florestaes em Portugal. Sem matas, dizia o illustre professor, a humidade necessaria para a vida do globo vai faltando entre nós, e a terra fazendo-se arida e núa. Diminuindo os orvalhos e as chuvas, diminuem os mananciaes dos rios e das fontes. Os paizes que têm perdido as suas matas vão decaindo da sua antiga fertilidade e população; e a Portugal vai succedendo o que succedeu á Palestina, á Syria, á Phenicia, e a outros paizes. Já o grande naturalista Humboldt, estudando os mesmos phenomenos na America, lavrou a sentença memoravel, que deve servir de lição para todos os povos —Destruindo os arvoredos que coroam o fuste e ladeiras dos montes, os homens da geração actual preparam duas calamidades ás gerações futuras, falta de combustivel e falta de agua.

Parece-nos sufficiente o que temos ponderado a respeito da influencia dos agentes meteorologicos nas condições dos climas, e por consequencia na vida da planta e na distribuição geographica dos vegetaes. Desejavamos muito fazer uma resenha das principaes regiões botanicas, e das plantas mais caracteristicas de cada uma; mas este trabalho levava-nos muito longe, e exigia largo espaço. Basta dizer, que o numero, extensão e situação respectiva d'estas regiões varia muito, conforme as diversas classificações propostas pelos seus auctores.

Sprengel dividiu o globo em quinze regiões botanicas. De-Candolle admitte cincoenta. Na classificação do segundo auctor, a terceira região, que é a *mediterranea*, comprehende Portugal e Hespanha, que se divide ainda em cinco zonas,—a septentrional, caracterisada pela abundancia de prados, de castanheiros, carvalhos, pinheiros, etc.,—a central, escassa

de prados e selvas, mas abundante em cereaes e oliveiras,—a occidental, participando dos caracteres das duas primeiras,—e a oriental e meridional, notaveis pela videira, larangeira, oliveira, etc.

Na Europa admittem alguns auctores sete regiões,—a quente—quente temperada, a que pertence Portugal—temperada humida—temperada secca — temperada mixta — fria temperada — e fria.

O clima do nosso paiz é extremamente variavel. Não obstante suas extensas costas maritimas, e os muitos rios que o percorrem, que deviam imprimir-lhe uma temperatura pouco variavel, propria de um clima insular, ha comtudo outras circumstancias, sendo as principaes o relevo accidentado e a diversidade de exposição e da natureza de seus terrenos, que concorrem para tornar o clima das nossas provincias pouco uniforme e muito variado. As provincias do norte são as mais montanhosas, e as do sul com ondulações mais suaves, e offerecendo mais extensas planicies.

As differenças de climas nas diversas localidades e regiões do nosso paiz são de tal ordem, que temos representada em tão pequeno espaço a vegetação de quasi toda a Europa. No Algarve vivem plantas proprias das zonas quentes, e em algumas serras mais elevadas de outras provincias encontram-se especies representantes das regiões frias. A riqueza da nossa flora está calculada em mais de quatro mil especies, numero superior ao de outros paizes, dada a mesma superficie. Um facto, que confirma plenamente esta variedade de climas, é a diversa epocha da florescencia e fructificação de muitas plantas. Algumas arvores fructiferas mais temporãs florescem no principio de fevereiro no Algarve, e em Traz-os-Montes só no fim de março e principio de abril.

A região mais quente de Portugal, e a mais uniforme em temperatura, e que vai augmentando gradualmente de norte para sul, é a costa da beira-mar; sendo o clima do Algarve o mais ameno, e o mais similhante ao da Madeira. As regiões mais frias e de temperatura mais variavel são o alto Minho, a maior parte de Traz-os-Montes, e a parte central da Beira, mais afastada do mar; sendo as outras provincias mais temperadas em relação áquellas, encontrando-se porem em cada uma diversas zonas com grandes irregularidades de temperatura.

Terminamos aqui o estudo das condições climatologicas e meteorologicas, nas suas relações com a distribuição geographica dos vegetaes, e vamos agora fallar das muitas causas, que todos os dias concorrem para alterar e modificar a ordem e regularidade desta distribuição. Vamos estudar as causas da dispersão e disseminação das plantas.

A natureza emprega diversos meios de transporte, que não podem deixar de influir poderosamente na dispersão das sementes e emigração das plantas. Os ventos, que sopram em todas as direcções, e na extensão de centenares de leguas, as tempestades, as trombas e os furacões, transportam a distancias remotas muitas sementes, principalmente aquellas que por sua leveza e estructura melhor se prestam a estas viagens aereas.

Os sporos das cryptogamycas, tão leves e tenues como grãos de pó, são transportados pelos ventos a distancias immensas. Musgos da Jamaica apparecem sobre o tronco das arvores em alguns pontos do litoral da França. O fructo de muitas synantheraceas, que é revestido d'um pennacho felpudo, que se abre em forma de aza pela acção do vento, deve a esta circumstancia a facilidade de suas longas viagens atmosphericas. A mais pequena brisa transporta-o do fundo dos valles para as cristas das montanhas. Se a tempestade cresce, arrastado pelo turbilhão, é impellido pelas nuvens tempestuosas, transpõe a grande altura vasta extensão do Oceano, e vai implantar-se em praias longinquas. Ha quem affirme, que certos furacões juncam o solo da Hespanha com diversas sementes provenientes da America. O erigero canadense tem sido importado por esta forma na Europa, e infesta hoje o norte da França.

Os mares e rios não são meios de transporte menos efficazes. Ha muitos fructos, que pelo seu peso não podem ser transportados pelos ventos, mas que realisam longas viagens nauticas, atravessando o mar. Muitos cocos são arrastados pelas correntes maritimas, e vão juncar as costas do Malabar, fazendo um trajecto de mais de 400 leguas. Os habitantes, maravilhados por esta fecundidade, que se repete todos os annos, explicam o prodigio, suppondo que vivem na profundidade do Oceano as arvores que produzem estes fructos.

As drupas do coqueiro commum, as vagens de uma mimosa trepadeira, que tem muitas vezes quasi um metro de comprimento, e muitos outros fructos da America equatorial, são muitas vezes transportadas pelas ondas do mar até ás praias da Scandinavia, onde a falta de calor e de luz não permitte o seu desenvolvimento.

As correntes pelagicas, que apresentam o espectaculo singular de grandes rios de agua salgada no meio do Oceano, transportam muitas plantas cosmopolitas da America para a Europa e para a Africa. E não vale dizer-se, que deve ser muito limitada esta influencia, porque a immersão por muito tempo em agua salgada deve destruir a força germinativa das sementes; porque muitas d'ellas têm uma casca impermeavel, que resiste tenazmente á acção da humidade; e alem d'isto os factos são positivos. Pelo menos treze especies de plantas

do Brasil têm sido transportadas por esta forma para as praias africanas do Congo. Uma grande corrente maritima, que atravessa immenso espaço da zona torrida, traz fructos das costas da India para o litoral do Brasil.

Os rios e outras correntes de agua doce concorrem da mesma forma para as mais curiosas emigrações das plantas. Nas campinas de Munich apparecem algumas especies da flora alpina, que para alli foram levadas pelas correntes que nascem das geleiras dos Alpes. Na foz do Orenoco encontram-se plantas, que desceram das vertentes da cordilheira dos Andes. Nas margens formosas do delta do Ganges vivem especies, que procedem das regiões glaciaes do Hymalaia. Um musgo, o *bryum alpinum*, é trazido pelas correntes de agua até os arredores de Halle. Os peceguei-ros e larangeiras, que em grande quantidade povoam a foz do Paraná, nasceram dos fructos trazidos na corrente do rio.

Tambem é importante o transporte das plantas pelos gelos do mar. Na epocha actual todos os annos se destacam das regiões polares ilhas fluctuantes de gelo, que, vogando á superficie do mar, vem fundir-se junto do littoral de outros paizes, muito longe da sua origem, depositando ahi os productos d'aquellas inhospitas paragens. Este meio porem devia ser mais poderoso nas epochas anti-historicas do globo. No tempo, em que immensos e soberbos mares de gelo cobriam vastas superficies, onde hoje reina uma suave temperatura, e onde cresce a mais pomposa vegetação, algumas plantas deviam descer do vertice das montanhas para a profundidade dos valles. As pedras erraticas, transportadas pelas geleiras, no periodo glacial, tambem deviam concorrer para o mesmo fim. É por esta forma que se explica a existencia actual de algumas plantas no norte da Allemanha, que evidentemente procedem das montanhas da Scandinavia.

Os animaes, e especialmente o homem, tambem são agentes efficazes da disseminação e emigração dos vegetaes. Entre os mamiferos, as marmotas, os arganazes, os ratos cricetos do norte, e os esquilos, fazem grande consumo de fructos e sementes, e espalham pela terra muitos germens de plantas. Outros animaes, nas suas curiosas peregrinações, levam presos aos pellos e lã muitas sementes, e assim as vão espalhando pelas regiões que percorrem. Outras sementes são refractarias á acção digestiva, e vão germinar muito longe da sua terra natal.

As aves, que viajam tão facilmente, percorrendo immensas distancias, são agentes activos da dispersão das plantas. As aves transportam as sementes no bico, nas pennas, nos pés, e no canal digestivo. Este ultimo meio é o mais efficaz. São muitos e extremamente curiosos os factos. Citaremos alguns dos mais notaveis.

Certas ilhas devem a sua vegetação á agencia d'estes animaes. A flora da Islandia foi povoada com especies da Groelandia e Europa boreal pelas sementes levadas por bandos de aves, que todos os annos emigram com a maior regularidade. Os hollandezes, com o fim de concentrar a cultura da noz moscada em Ceylão, destruiram esta planta em muitas ilhas da India; mas certas pombas, que são muito avidas d'este fructo, encarregaram-se de combater o vandalismo hollandez, povoando novamente grande parte d'aquellas ilhas.

Em Bordeus foi importada da America uma planta, a herva dos cachos da India, para dar côr aos vinhos; e d'este ponto tem sido disseminada pelas aves em todo o sul da França e até nos desfiladeiros mais desertos dos Pyreneus. Em Ceylão ha uma pega, a quem os habitantes concedem ampla protecção, que se encarrega de semear e propagar por toda a parte a arvore da canella. No Colyseu de Roma já se contam mais de 200 especies vegetaes, implantadas nos seus muros e porticos arruinados, desde as mais humildes gramineas até á figueira e outras arvores, e que todas ahi foram semeadas pelas aves.

Cumpre-nos agora fallar da influencia do homem na geographia botanica, e vamos ver como esta causa é a mais poderosa, e capaz só por si de alterar profundamente a flora de qualquer paiz.

O homem, guiado por sua intelligencia soberana e por sua vontade imperiosa, tem mudado a face da terra. Que o diga a vegetação florestal, que cobria os continentes, antes da apparição da especie humana, comparada com a que agora os povoa. Quem tem substituido os arvoredos majestosos d'essas eras remotas pelas humildes plantas das searas e dos prados, pelas estradas e cidades?

Condemnado a principio ao regimen caçador e pastoril, o homem passou d'essa vida nomada e contingente para o estado mais perfeito de agricultor, até chegar ás nobres condições da sociedade, da familia e da propriedade. A destruição das matas e florestas acompanhou o desenvolvimento progressivo da especie humana, e seguiu os passos da civilisação na superficie da terra, passando da Asia á Europa, e do velho ao novo mundo. Passados mais alguns seculos, essas florestas virgens, cheias de majestade e de encantos, que povoavam a America, irão desapparecendo aos golpes de machado do agricultor indigena e do colono europeu.

Alem das modificações relativas á vegetação florestal, o homem, voluntaria ou involuntariamente, concorre poderosamente para a diffusão de muitas especies vegetaes. Transportando as plantas ou os seus fructos para regiões distantes d'onde são originarias, altera consi-

deravelmente a flora primitiva dos diversos paizes. O homem, que abandona a sua patria, para ir viver em terras extranhas e remotas, quer ter nas plantas que leva comsigo uma saudosa memoria e uma viva imagem, que lhe reconstitua na mente o aspecto querido do seu paiz natal. É por este motivo, que os escravos levam para as colonias do novo mundo muitas plantas proprias da Africa. É d'este modo, que os viajantes e conquistadores conduzem certas plantas do seu paiz, tra zendo outras em troca. A historia de muitas plantas alimentares, industriaes e medicinaes, e de muitos vegetaes damninhos não tem outra origem.

A maior parte das nossas plantas alimentares são originarias da Asia. O trigo veiu da Persia, onde foi observado no estado silvestre. A videira, oliveira, e nogueira crescem espontaneamente nas montanhas da Asia. A patria da larangeira é a China. A luzerna, que é indigena das planicies da Asia central, foi trazida para a Europa pelo exercito de Xerxes. O saramago, a nigella, a papoula e a centaurea, que esmaltam de tão vivas côres as nossas searas, acompanharam clandestinamente os cereaes, importados da Asia. Os melões e pepinos vieram das margens do Euphrates O lyrio é indigena das montanhas da Syria. O chorão foi importado dos campos de Babylonia para a Europa. A hortensia é do Japão, e só veiu em 1788. As camelias têm a mesma procedencia. As dahlias vieram da America, e grande parte dos cactos do Mexico.

Os exercitos são tambem um meio efficaz de permutação e emigração vegetal. As expedições de Alexandre, dos romanos, dos cruzados e de Napoleão diffundiram por muitos paizes certas plantas, até então desconhecidas, e que depois se tornaram vulgares. Os governos, as sociedades agricolas, e os proprietarios instruidos promovem a acclimação de grande numero de vegetaes exoticos, mandando-os vir de climas remotos.

Ha certas plantas, tanto uteis, como damninhas, que seguem os passos do homem por toda a parte: tal é a ortiga. Muitas especies exoticas, semeadas ou plantadas nos jardins botanicos, propagaram-se depois prodigiosamente pelas terrenos proximos; o *oxalis cernua;* transportado para o Jardim Botanico de Coimbra, espalhou-se depois pelos campos dos arredores d'esta cidade, onde hoje é vulgar, sendo difficil extirpal-o.

Têm apparecido na Europa muitas plantas exoticas, cujas sementes foram trazidas com as mercadorias. Perto de Montpellier ha um prado, onde se lavam e se enxugam as lãs do oriente, e todos os annos ahi apparecem especies exoticas. Nas proximidades dos portos maritimos encontram-se ãs vezes plantas extranhas, que foram trazidas nas cargas e lastros dos navios.

Parecem-nos sufficientes os factos e consideraçõe que temos exposto, para demonstrar o immenso dominio do homem sobre a geographia botanica. Por esta influencia prodigiosa, e por todas as outras causas de alteração, que mencionámos, ficam explicados os principaes phenomenos da distribuição, dispersão e emigração das plantas, e como as floras que caracterisam as diversas regiões do globo estão sujeitas a tantas e tão consideraveis variações.

S. DE C.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

SUSPIROS

Que seio de granito
Se não enternecera;
Quem não se commovera
De ouvir-te suspirar;
Quem, ao fitar-te o rosto
Tão pallido, tão lindo,
Não vira nelle infindo,
Insolito pezar!

As lagrimas, ao menos,
Vêm dar allivio á mágoa;
Nos olhos rasos d'agua
Ha inda brilho e luz;
Não sei que desafogo
Tão intimo, tão sancto
Ha sempre quando o pranto
Nos brota d'alma a flux!

Mas ah! Gemer anciosa,
Vergando á tempestade,
Sentir a immensidade
D'um desditoso amor!
E ter de a cada instante
Falsear o sentimento...
Não ha maior tormento,
Nem mais acerba dor!

Crear a imagem linda
D'um sonho idolatrado,
Das crenças do passado
Formar-lhe o pedestal,

E ver em curto espaço
Cobril-a um manto escuro...
Não ha soffrer mais duro,
Nem sorte mais fatal!

Pendeste ao cru martyrio,
Estatua de alabastro,
Mais bella do que um astro
Brilhando na amplidão:
Tu ris: mas que amargura
No teu fugaz sorriso!...
Fulgor do paraizo
Nas lavas d'um vulcão!

Ai! As tristezas fundas
Jámais se desvanecem;
As mágoas transparecem,
Revelam-se por fim!
Embora em nosso peito
Tentemos resguardal-as,
Não ha como occultal-as,
Não ha poder assim!

Inda hontem a ventura
Te illuminava o rosto,
E agora... que desgosto
Nas sombras d'esse olhar!..
Teu seio é vasto campo
De lutas encontradas,
Quaes ondas agitadas
De procelloso mar!

Teus languidos suspiros,
Como elles vôam soltos,
Perdendo-se, revoltos,
Na immensa vastidão!
Que pena, flor, eu tenho,
Tão intima, de ouvil-os:
Mas ha, para sentil-os,
Ha inda... um coração!...

1871 LUIZ CARLOS.

O BRASÃO DE COIMBRA

(Continuado de paginas 139)

Miguel Leitão d'Andrade, no dialogo XV da sua *Miscellanea,* tractando da antiga Coimbra, situada onde hoje é Condeixa Velha, diz o seguinte:

«....lhe pozeram o nome de Colimbriga. Outros dizem, que de uma grande serpente que por alli habitava chamada Colubris, a qual pelos muitos damnos que fazia, e medo que causava, não deixava que por muitas legoas ao redor se povoasse, e sendo morta por grande ventura por um cavalleiro que por amores de uma princeza se veiu provar ventura com esta serpente, e a matou por admiravel valentia, e ardil, que seria largo de contar. Porém que casando depois desse feito com essa princeza, por cujo respeito acabara tamanha façanha, e na memoria della, edificou no mesmo logar uma cidade, e do nome de *Colubris* que elle matou, e de *briga* que nesses tempos era muito commum e ordinario nome nas povoações, lhe pozera este de *Colimbriga,* dando-lhe por armas e empresa a mesma serpente, e princeza sua dama, em virtude da qual dizia acabara essa empresa, tudo em uma salva de prata; e desta maneira as trazia elle em seu escudo, e isto se tem por menos fabuloso, ou por mais certo, vendo-se ainda hoje estas mesmas armas as ter a nossa Coimbra, que dizem das reliquias desta Colimbriga foi edificada.

.....

Esta é agora nossa Coimbra, que depois foi amplificada e ennobrecida por aquelle famoso Hercules, com aquelle castello tão forte que nella fabricou, e famosa torre que ainda hoje se chama do seu nome. Cidade tão florescente em letras com uma Universidade tão famosa da Hespanha, como depois de sua edificação o foi em armas, ficando-lhe sempre as que foram dadas á antiga Colimbriga, da serpente, e princeza, por ella significada a sabedoria de Minerva, e por aquella o esforço dos cavalleiros. No presagio de haver de ser sempre princeza nas letras, como é que vemos aos letrados de aqui ordinarios, irem a outras Universidades, onde logo são os principaes lentes de prima e vespera; e nas armas se podem chamar os cavalleiros que daqui sahiram Hercules, como seu fundador desta sua fortaleza, ou serpes, nascidos, e creados nesta terra, dos dentes desta serpente Colubris; quaes as fabulas dizem nasceram da serpente, que Cadmo matador della semeou; e da maneira que a náu que Lisboa tomou por divisa, e armas, foi presagio, e pronostico das grandes, e estupendas navegações, descubrimentos e conquistas que della se haviam de fazer. Pois se pode com verdade dizer dos cavalleiros de Coimbra, que todos foram Hercules, e serpes, e ella conquistadora de todo este reino de Portugal, de tantas cidades, villas, e castellos, e com tão pouca gente tantas victorias que pareceram incrediveis poderem-se alcançar sem manifesto milagre, qual foi a do Campo de Ourique, e com outras muitas.»

Gabriel Pereira de Castro no seu poema *Ullyssea* allude ás armas de Coimbra quando fala dos alliados que accorreram a Gorgoris contra Ulysses, e diz (canto VIII, est. LVII e LVIII):

Traz Gorgoris comsigo a Valinferno
Grão Capitão de muita gente armada,
Que tem o famosissimo governo
Da cidade por Hercules fundada:
Onde o Mondego com licor eterno
Os fortes muros beija, e a dourada
Margem regando com saudosa vea,
Cerca de crystal puro ilhas de ares.

E de aço na fortissima corrente
Traz duras feras, com que pelejava,
Um Lybico leão, uma serpente,
Bravo, e fero o leão, a serpe brava:
Entre as valentes feras, mais valente,
Que quem da garra e bocca lhe escapava
Se na massa (que é um pinho inteiro) toca,
Tem mór perigo, que na garra e bocca.

Antonio Carvalho da Costa na sua *Corographia Portug.*, t. 2, pag. 4 segue a narrativa de fr. Bernardo de Brito. Diz o illustre chorographo: «Tem por armas uma donzella chamada Cindazunda, mulher de Ataces, rei dos Alanos, o qual lançou fóra d'esta cidade aos romanos, muito antes que viessem os godos a Hespanha: a qual Rainha está posta com coroa em uma taça com os olhos e mãos levantadas ao Ceo, de uma parte a combate um leão, e da outra uma Serpe. O emphase destas figuras é que, andando o dito rei mui occupado na reedificação de Coimbra, que estava arruinada por causa das guerras, veiu contra elle seu antigo emulo Hermenerico, rei dos Suevos em Galliza, com grande poder; o que sabendo Ataces, deixando a nova reedificação, lhe saiu ao encontro, e de tal modo se houve, que o inimigo ficou vencido, e viera a maiores calamidades, se não pedira pazes ao vencedor, e lhe offerecera por mulher sua filha a infanta Cindazunda, prodigio de formosura, milagre da natureza, e emulação da Aurora; cuja belleza podera obrigar a todo o monarcha não só a recebel-a por esposa, mas tambem a sugeitar-se a todos seus conselhos. Cumprindo-se a palavra, tornou Hermenerico dahi a pouco tempo com a filha, e se celebraram as vodas significadas na taça, e tão satisfeito ficou Ataces com a esposa, que mandou logo que a cidade tomasse por timbre sua imagem posta entre um leão, que elle tinha por armas, e um dragão verde que o sogro trazia em suas bandeiras, para que a todos fosse manifesto que aquellas duas insignias, leão, e serpe, pouco antes tão contrarias, estavam já unidas em paz, e amizade.

Alguns disseram que o leão denotava os Leonezes, e a Serpente os Mouros enganosos como ella, porque ambas estas nações conquistaram Coimbra: de qualquer sorte que seja, esta cidade leva vantagem a outras muitas, as quaes parece que ameaçam e espantam os hospedes com a carranca de suas armas, como Beja com o seu Touro, Milão em Italia com a fera monstruosa, Austum em França com as Serpes, e a cidade de Leão com o animal de seu nome; que esta mesma tenção tiveram os heroes da antiguidade, quando se armavam com semelhantes carrancas, como Turno com a Chimera inflammada, Amphioras com o Dragão, Capeno com a Hydra, e Alexandre com o Leão; mas Coimbra, como disse, é linda, fermosa, e tão engraçada, que parece se está rindo para todos, como disse na sua patria aquelle italiano Mestre Frey Lourenço Justiniano, affirmando que vira em Portugal quatro cousas principaes, que eram, o mundo recopilado pela cidade de Lisboa, uma Villa cercada de pedras preciosas, que era Setubal, o tempo de Salomão, que era o admiravel edificio da Batalha, e uma cidade que se estava rindo, que é a celebrada e alegre cidade de Coimbra.»

D. José Barbosa, na sua obra intitulada *Archiathenæum Lusitanum*, narrando a historia de Coimbra, figura a cidade falando a D. Fernando Magno e pedindo-lhe a livrasse do jugo mauritano. Começa esta prosopopea pelos seguintes versos, nos quaes se encontra a descripção e explicação da divisa da cidade segundo a narrativa de fr. Bernardo de Brito:

Rex Auguste, potens regni dominator Iberi,
Cujus ad aspectum pallescunt ora cruenti
Maurûsi, subitusque nigros pavor occupat artus:
Proh dolor! illa potens fueram Collimbria quondam
Tangere quae poteram sublimi vertice coelum:
Illa fui, quae jura dedi, cum fortis Ataces
Imperium regeret, palmasque ex hoste referret.
Nobile sit testis, turres quod stemma coronat,
Conjugis Augustae quo picta videtur imago
Cindasundae, oculis, manibusque superna vocantis
Auxilia, inclusae paterâ, frontemque coronâ
Cingentis, quam gemma facit Gangetica pulchram.
Ad dextram insurgit paterae leo martius ungue,
Explicat ad laevam sinuosa volumina serpens:
Diruta nam sapiens reficit dum moenia Princeps,
Ermenericus adest, qui Regis honore Suevis
Imperat, et bello deperdere tentat Atacem.
Non tulit ille moras, hostem petit impiger armis,
Jam caedi dant signa tubae, jam caesa Suevûm
Turba cadit, fuso tinctus Rex ipse cruore
Praecipiti dat terga fugâ, jam pacis amicae
Foedera deposcit, firmantur foedera, gnatam
Conjugio jungit stabili, pax alma triumphat.
Victor ubique volens studii dare signa jugalis,
Nobilitat sponsae regali stemma figurâ.
Indicat auratus Crater genialia jura,
Signat utrumque leo Regem serpensque potentem,
Utraque nam fulget serpente, et parma leone.

José Corrêa de Mello e Britto de Alvim Pinto no seu poema *Joanneida*, canto III, est. LXXIII e seguintes, apresenta o seguinte episodio ácerca das armas de Coimbra, no qual segue a narrativa de fr. Bernardo de Brito:

Resplandiano fora o rei primeiro,
Que os Alanos guiara á terra Lusa,
De quem Ataces foi filho, ou herdeiro
No governo cruel da gente intrusa:
Era Ataces mancebo, era guerreiro
De esfera não vulgar, bem que confusa,
Por falta de instrucção; mas valoroso,
Incançavel, robusto, e ambicioso.

Este depois de haver com mão pesada
Domado Portuguezes, e Romanos
Na provincia, que fora em sorte dada
Ás tyrannas empresas dos Alanos,
Movido de ambição desordenada
De estender os limites soberanos,
Contra os mesmos suevos seus amigos
Convertia das armas os castigos.

Com presteza fatal, com mão potente
Sobre a antiga Collimbria em fim dispara
Toda a furia da raiva impaciente,
Que a guerra ordena, que o rigor prepara:
Arrasada a cidade inteiramente,
Resta apenas do nome a fama rara;
Mas tão pouco distincta, que só deixa
Ver que fora Collimbria onde é Condeixa.

Das cinzas quentes deste estrago duro
Nova Fenis Coimbra se levanta,
Onde o barbaro Rey para o futuro
Por padrão da victoria os seus transplanta;
Mas no mesmo esplendor do novo muro
Segundo Pharaó ao mundo espanta,
Ataces fero, que a pensoens vulgares
Sujeitava os Ministros dos altares.

Alli se via com assombro, e susto,
Entre a plebe grosseira equivocado,
O sacerdote santo, o Bispo justo,
Aos mais duros serviços condemnado:
A grossa barra, o alvião robusto,
A paviola, o cesto, e o mal lavrado
Braço do cabrestante era o exercicio
Da mão usada ao Santo sacrificio.

Em quanto desta sorte entre insolencias,
Crescia de Coimbra o muro altivo,
Igualmente manchado de indecencias,
Que illustrado de adorno defensivo,
Os Suevos movidos das violencias,
A que as tropas de Ataces dão motivo,
Desde as praias do Lima vêm correndo
A castigar estrago tão horrendo.

Mas temendo igualmente os dois partidos
O successo fatal de uma batalha,
Ou de antigos affectos commovidos,
Que a politica voz astuta espalha,
Dos impulsos das iras esquecidos;
Cada qual pela doce paz trabalha,
E terminam-se os tristes embaraços
No fim ditoso de suaves laços.

Do Rey Suevo Hermenerico a filha
Cindasunda, Princeza respeitavel,
Em quem no summo gráo se ostenta e brilha
A virtude, e belleza incomparavel,
Foi de Ataces o premio, a que se humilha
Tanto a sua soberba incontrastavel,
Que trocada a braveza em rendimento
Fez de um barbaro amor um culto attento.

Da força illustre deste affecto claro
Tira a nova Coimbra o timbre augusto,
Que Ataces lhe entregou do objecto charo
Representado em marmore robusto,
Alli dura, apezar do tempo avaro,
Da famosa princeza, o nobre busto
Entre uma Serpe e um leão mettido,
Que insignias são do Pay e do Marido.

Da historia do brasão de Coimbra formou o sr. José Freire de Serpa um mimoso solau, no qual segue tambem a narrativa de fr. Bernardo de Brito. Para fecharmos com chave de ouro a nossa resenha aqui estampamos os versos com que o harmonioso poeta conimbricense termina aquella sua interessante composição:

«Senhor pai, aqui me tendes;
«Morta venho;
«Mas, pai meu, para salvar-vos
«Me despenho.

. .

«Senhor Ataces valente,
«Que fazeis!
«Falla-me Deos que estas guerras
«Acabeis.

«Para que é derramar sangue
«Tão coitado!
«Ai! se eu salvar-vos podéra,
«Mal peccado!

«Senhores reis, muito amigos
«Vos quedae;
«E o meu só, se é mister sangue,
«Derramae.

«Acabemos co' esta guerra,
«E vamos á nossa terra.

.
. .

Assim fallou Cindasunda.
—Disse o pai:—«ó filha minha!»
E Ataces disse, enfiando
A espada pela bainha:

«Soldados, soldados meus!
«Já não tendes capitão;
«Abaixae as vossas armas,
«Enrolae vosso pendão,
«Quebrae as unhas e os dentes
«Ao vosso rubro leão.

«Senhor rei Hermenerico,
«Já não quero guerrear,
«Façamos pazes aqui,
«Amigos hemos quedar;
«Olhos d'ella me renderam,
«Vossa filha me heis de dar.

«Dona minha, Cindasunda,
«Aqui tens o meu pendão,
«Aqui tens os meus soldados,
«Aqui tens o meu leão;
«Os teus olhos me renderam,
«Aqui tens meu coração.

«Senhor rei Hermenerico,
«Já não quero guerrear,
«Façamos pazes aqui,
«Amigos hemos quedar;
«Olhos d'ella me renderam,
«Vossa filha me heis de dar.

.
. .

Deram as mãos os guerreiros,
E beijaram-se;
Largaram hostes as armas,
E abraçaram-se;
Drago, e leão, ambos quietos,
Cortejaram-se;
Ao ceo tangeres alegres
Elevaram-se;
As faces de Cindasunda
Purpuraram-se;
Os seus olhos tão formosos
Abaixaram-se.

.
. .

E a mão do godo
Tostada, immunda,
Co' a mão tão nivea
De Cindasunda;

E as faces d'ella
Meigas, rosadas,
Co' as faces delle
Rubro-tisnadas;

E o corpo d'ella
Curto, e formoso
E o corpo d'elle
Gigante, e airoso;

E o pai ao lado,
Rude dragão,
Sustendo a raiva
No coração;

E dos dois chefes
A dextra irada
Poisando a furto
Na quente espada;

E olhos de feras
Cruzando ainda
De um lado, e outro
Da moça linda;

E ella aos guerreiros
Com riso brando
Surdos furores
Amenisando:

Assim caminho
De Coimbra bella
Vem ante as alas
O godo, e ella.

E assim, c'roada
Em copa d'oiro,
De paz, e graças
Rico thesoiro,

De Coimbra Ataces
A fez brasão,
D'um lado a serpe
D'outro o leão.

E já de seculos
Grossa dezena
Passou correndo
Por esta scena;

E ainda os dois brutos,
Inda a donzella
São a divisa
De Coimbra bella.

Ainda nos resta mencionar dois escriptores notaveis que se occuparam do brasão de Coimbra: João Rodrigues de Sá, e Manuel Severim de Faria. Occupou-se d'elle o primeiro no seu *Tractado da Cidade de Coimbra*, o segundo na sua obra intitulada *Armas das cidades de Portugal, e razão porque as tomaram*. Não pudémos ver estas obras, que ambas ficaram ineditas, e apenas as conhecemos por as termos visto mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*.

Em 1866 publicou o sr. A. M. Seabra de Albuquerque um valioso escripto intitulado *Considerações sobre o brasão da cidade de Coimbra*, no qual o seu illustrado auctor teve em vista convencer que muitas das divisas de Coimbra modernamente esculpidas em varios edificios por ordem da camara municipal não foram executadas em conformidade com as prescripções da heraldica. Todos conhecem este interessante folheto, no qual o sr. Seabra em uma bem deduzida exposição conseguiu demonstrar cabalmente o que se propoz, chegando á conclusão de que o verdadeiro modo de representar as armas de Coimbra é o que descreve no trecho que tomamos por epigraphe d'esta nossa resenha.

Eis o que temos encontrado de mais interessante nos nossos mais notaveis escriptores ácerca da divisa de Coimbra.

É pois certo que nenhum dos brasões das nossas cidades tem sido mais honrosamente celebrado.

A. M. Simões de Castro.

SEMPRE-NOIVA

Chronica eborense

(Continuado de paginas 144)

I

RETRATOS

Vimos homens estimados
per manhas auentajados,
vimos damas muy fermosas,
muy discretas, e manhosas
e galantes afamados.

G. de Resende — Miscellania.

El-rei D. Manuel colheu os fructos do talento e do trabalho de seus predecessores, e, sem as qualidades eminentes que os distinguiram, tornou-se mais poderoso e respeitado que elles entre as nações do mundo. Não teve os altos espiritos de D. João I, nem a sciencia de D. Duarte, nem o genio cavalleiroso de D. Affonso V, nem a inquebrantavel energia de D. João II, mas excedeu-os a todos na arte de viver em paz. Define-o exactamente uma phrase muito usada hoje em Portugal com significação algum tanto ironica: *foi um habil politico*.

Apunhalara-lhe o irmão em Setubal D. João II. E quando este monarcha, no mesmo dia, apoz o criminoso castigo, o chamou áquella villa para o fazer duque de Beja, e outorgar-lhe generosamente os bens do assassinado, que por direito pertenciam á corôa, D. Manuel, de joelhos em terra e com grande acatamento, beijou as mãos bemfazejas, ainda tinctas do sangue de seu irmão primogenito. É que, de certo, não tinha menos amizade ao duque de Vizeu que ao rei de Portugal, que, diz Garcia de Resende, «o creou em sua cama, mesa e nos conselhos e boas doutrinas com mostranças e obras de verdadeiro amor de filho[1].»

[1] Os nossos costumes de agora fazem parecer quasi incriveis os dos antigos. Tão differentes são. Numa só cama dormiam muitas pessoas da mesma familia. Aos pés do leito de D. Manuel, diz Damião de Goes, dormiam numa cama, depois da morte da rainha D. Maria, o principe e o infante D. Luiz. A maior

As grandes tormentas do reinado de D. João II passou-as incolume o duque de Beja disfructando as mercês do real favor, em quanto, de seus parentes e amigos, uns succumbiam ás mãos ou á ordem do monarcha, outros esmolavam fóra da patria o pão do exilio.

Pela morte desastrosa do principe D. Affonso, em Santarem, e prematuro fallecimento de D. João II, lhe abrira a fortuna o caminho do throno. Empunhando o sceptro, longe de seguir a politica repressora do seu antecessor, procedeu muito pelo contrario. Chamou ao reino os filhos do duque de Bragança, decapitado na praça de Evora, e os outros fidalgos que haviam sido conjuntamente desterrados, e a todos reintegrou nos feudos perdidos. Indemnisando com generosidade áquelles que por mercê de D. João II os possuiam, ganhou a dedicação d'uns sem fazer dos outros inimigos. Não lhe faltaram, é certo, censores de taes liberalidades, por onerosas á nação, por desconformes com as decisões da justiça no anterior reinado, e até por transgredirem manifestamente a seguinte clausula do testamento de D. João II: «Que lhe encommendava (a D. Manuel), per justos respeitos, que todos aquelles que contra elle foram tredores, e desleaes que andavam fora d'estes Regnos, nem a elles, nem a seus filhos recolhesse n'elles, e que encomendava a todolos de seu conselho, e do dicto Duque seu primo, que sempre lhe lembrassem que devia isto muito fazer.»

Mas, cumprido o testamento na parte que mais lhe importava, qual era a que o instituia por herdeiro de «todos Regnos e Senhorios» de seu primo, o novo rei podia dispensar-se de observar aquella clausula ou quaesquer outras que menos lhe agradassem. Aos grandes e poderosos, aos que tinham força para se fazer ouvir, a esses calara-os D. Manuel com sua real generosidade, embora á custa dos pequenos, cujas censuras e queixas não chegavam á altura do throno.

Porque não reproduziu uma politica tão contraria á de D. João II os mesmos excessos que esta reprimira? É que tanto pelas raizes cortara o filho de D. Affonso V a arvore corpolenta do feudalismo, que impossivel para sempre lhe fizera o recrescer em solo portuguez. Asperrima e temerosa fora a lição para que a nobreza se esquecesse d'ella. Por outra parte, occupados nas empresas maritimas, que então absorviam as attenções e levantavam os espiritos, ambiciosos da gloria e das riquezas que as guerras d'alem-mar lhes promettiam em vastissimos campos, contentados e favorecidos pela indole conciliadora e generosa do soberano, os fidalgos não chegaram uma só vez a conspirar contra a sua existencia ou contra a grandeza do seu poder absoluto.

Os francezes attribuem a Francisco I a invenção da côrte, como seguro meio de conservar sujeitos e conformes os fidalgos á vontade e caprichos reaes. Já antecedentemente D. Manuel se servira d'aquelle meio para conseguir este mesmo fim. Sem o ferro do punhal ou do cutello do algoz, a que tivera de recorrer seu primo e antecessor D. João II, mas pelos attractivos do luxo, dos prazeres e das pensões manteve illesa e indisputada a auctoridade real, trazendo submissos e atrellados ao seu carro de triumpho os senhores mais poderosos do reino. No reinado antecedente a liga do povo com o soberano dera em terra com o feudalismo. Porém sujeitados os nobres e desvanecido todo o receio de que tentassem rehaver o perdido poderio, logo o povo entrou a sentir os effeitos do absolutismo que ajudara a estabelecer. Não podera libertar-se d'um jugo sem curvar a cerviz a outro jugo não menos pesado. Quieto e impassivel, deixou que D. Manuel lhe cerceasse as regalias, lhe offendesse os direitos e lhe lançasse novos impostos. Nas côrtes celebradas neste reinado bem claro se viu o enfraquecimento do nervo popular, que nas anteriores muitas vezes repellira com força as demasias e excessos dos monarchas ou dos senhores feudaes. Começara com a indifferença da nação para as coisas, que mais lhe interessavam, aquella geral apathia e commum indolencia que precedem as grandes catastrophes.

Faltaram a D. Manuel a energia e outras qualidades que muito bem ficariam em tão poderoso rei; mas, em compensação, algumas virtudes teve, a que devemos prestar homenagem. Amou extremosamente a seus numerosos filhos e á rainha D. Maria, a quem, affirma Damião de Goes, guardara constante fé conjugal. Era tão pouco amigo de castigar, que a uns divertia a justiça a outros a alongava. Accessivel, porém, a suspeitas infundadas e a baixas intrigas, punia ás vezes sem motivos e com dureza.

O amor do bello, esse nobre sentimento que só cabe em nobres corações, era em D. Manuel uma feição proeminente. Dedicado ao culto das letras, deleitava-se na leitura dos historiadores e dos poetas, e estimava em muito a conversação dos homens eruditos, assim nacionaes como extrangeiros. A musica amava-a tanto, que pouco tempo estava sem a ouvir; até á mesa e na caça o acompanhava. Se em algum tempo houve uma eschola nacional de pintura, comparavel ás das nações em que esta arte ha chegado a maior perfeição, parece ter sido no venturoso reinado de D. Manuel. Attrahindo os pintores extran-

prova de amizade ou protecção que o rei ou outro grande personagem podia dar a algum parente ou intimo era conceder-lhe logar na cama. Este costume passou ainda alem do reinado de D. Manuel, pois se lhe refere, se bem nos recordamos, o sr. Rebello da Silva na Historia de Portugal dos seculos XVII e XVIII.

geiros com premios e recompensas, e mandando os naturaes estudar fóra do reino, fez logar a que dissesse Garcia de Resende:

Pinctores, luminadores
agora no cume estão,
ourivezes, esculptores
sam mais sotis, e melhores,
que quantos passados sam;
vimos o gran Michael,
Alberto, e Raphael,
e em Portugal ha taes,
tam grandes e naturaes,
que vem quasi ao liuel.

Mas a arte, de que o rei se mostrou mais apaixonado, foi, sem duvida, a architectura. Como se quizesse perpetuar a memoria dos illustres feitos de seus vassallos, como que desejando legar aos vindouros signaes immarcessiveis da altura aonde pode chegar o nome portuguez, engrandeceu o reino com innumeros edificios, em cujas pedras deixou gravadas as tradições gloriosas do seu reinado. Os fidalgos imitavam o real exemplo, edificando tambem, e as riquezas que traziam os galeões d'alem-mar a todos facultavam a ostentação luxuosa das sumptuosidades architectonicas. D'est'arte se desenvolveu mais do que em qualquer epocha a architectura civil em Evora no primeiro quartel do seculo XVI.

Dos fidalgos que por esse tempo residiam nesta cidade o mais notavel edificador foi o bispo D. Affonso de Portugal. Antes porém que digamos a historia das obras que deixou, importa-nos informar o leitor d'algumas particularidades interessantes.

Sob o mesmo tecto viviam o bispo e seus filhos. Não se assustem os moralistas austeros nem se alegrem os amadores d'escandalos, que não é caso nem para uma nem para outra coisa. Os filhos do bispo D. Affonso de Portugal haviam nascido sendo elle secular, antes que el-rei D. *João II* o obrigasse a fazer-se clerigo para lhe cingir a mitra eborense em 1585. Não tinham, por tanto, um e outros de soffrer reciproca vergonha, e a expressão *filhos do bispo d'Evora* nada significava deslustrador ou aviltante. Andava-lhe demais associada a idéa de tantos actos caritativos e generosos, que ninguem do povo eborense a ouvia sem se sentir tomado de veneração e respeito.

Era D. Affonso primo co-irmão da infanta D. Beatriz, mãe d'el-rei D. Manuel, e filho unico e natural de D. Affonso, marquez de Valença, neto de D. João I e herdeiro presumptivo da casa de Bragança por ser o primogenito do primeiro duque, e de sua mulher D. Brites Pereira, filha do condestavel. Fallecendo, porém, o marquez de Valença em 1460, ainda em vida de seu pae e sem ter legitimado a D. Affonso de Portugal, não pôde este succeder no ducado, em cuja posse entrou D. Fernando, seu tio, e filho segundo do primeiro duque D. Affonso. A este D. Fernando, segundo duque de Bragança, succedeu seu filho do mesmo nome, que foi degolado na praça de Evora em 21 de junho de 1483. Este facto, renovando as esperanças da successão em D. Affonso de Portugal, seria talvez a causa por que D. João II o obrigou a ordenar-se. A politica previdente do imitador de Luiz XI levava-o assim no espaço de dois annos a fazer subir um dos primos ao cadafalso e o outro ao solio episcopal.

No tempo em que succederam os factos que nos propomos referir nos capitulos seguintes, de 1507 a 1510, o bispo D. Affonso de Portugal conservava-se ainda bem disposto, apezar dos seus sessenta annos. Sómente a gota que então começava a padecer o fazia ás vezes manquejar um pouco, obrigando-o a firmar-se num bordão em forma de T, como se pode ver no retrato que se guarda no cabido eborense. Era de estatura mais que mediana. Os olhos castanhos e rasgados exprimiam energia e franqueza. Tinha os labios rosados e as mãos tão alvas e pequenas, que pareciam de mulher. Por ser de sua condição isempto e livre e por suas maneiras cavalleirosas parecia fóra da cathedral mais um grande fidalgo secular que um antistite sagrado. Dir-se-hia até que não queria parecer bispo senão no exercicio de suas funcções.

Não faltava quem lhe estranhasse tamanho desapego.

Cingir a mitra esplendente, empunhar o alteroso baculo, arreiar-se das vestes roçagantes, fruir as pingues rendas, usar das immunidades, direitos e poderes episcopaes eram prerogativas para causar ambições nuns, noutros invejas, em muitos temor e respeito. Tudo isto, porém, valia tão pouco aos olhos do filho do marquez de Valença que não bastava a compensar lhe o sacrificio a que se sujeitara, tomando um estado menos conforme á educação que recebera, ao seu caracter cavalleiroso e ao amor da gloria que o attrahia para as empresas militares, no tempo em que a lei suprema da real vontade lhe impozera o pacifico mister de pastor da egreja eborense.

Uma coisa o fazia tambem parecer antes secular que ecclesiastico. Era o viver sem reparos nem censuras no gremio de sua familia. A este respeito achava-se em vantajosa excepção relativamente aos padres que tinham de engeitar ou de esconder os filhos. O clero, em grande parte, não observava então melhor do que hoje o preceito do celibato, embora digam o contrario os que, por serem detractores do presente, se fazem apologistas do passado. Os remoques de Gil Vicente, alguns artigos das ordenações do reino e o das constituições do bispado de Evora, que impunha graves penas aos clerigos que baptisassem seus proprios filhos, provam com evidencia

que foi sempre custoso aos calidos temperamentos do meio-dia a observancia d'um preceito, que os fleugmaticos do norte revogaram já por desconforme á natureza humana.

Mas os filhos do bispo de Evora não eram sacrilegos, porque nasceram, como dissemos, em quanto o pae vivia no estado secular. Este não tinha por tanto de os negar ou occultar. Vivia com elles sob o mesmo tecto e acompanhava-os em publico sem vergonha dos ecclesiasticos nem escandalo dos fieis. A ninguem parecia immoral aquillo que não passava de singular.

Herdara de seus antepassados as tradições cavalleirosas da côrte de D. João I o bisneto de seu filho D. Affonso e do grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Quando a nobreza começava a perder o espirito puro da cavallaria que brilhara com viva luz por entre as sombras da edade media, o bispo de Evora educava seus filhos transmittindo-lhes aquelles sublimes sentimentos de abnegação e de generosidade, como antidoto contrario ao influxo das riquezas d'alem-mar e do tracto mercantil com tantos povos, veneno que em meio d'uma grande opulencia ia pouco e pouco alterando e corrompendo os costumes das classes media e superior. Tal systema de educação produziu um dos mais nobres caracteres da fidalguia do seculo XVI, o primeiro conde de Vimioso, a quem chamaram o *Catão portuguez*.

D. Francisco de Portugal não era ainda titular em 1507, porém um gentil cavalleiro, que D. Manuel comparava á joia mais preciosa das que lhe adornavam a coroa de rei. Casado de dois annos com D. Brites de Vilhena, filha do senhor de Unhão e mordomo da rainha, Ruy Telles de Menezes, amava-a como a unica mulher capaz de retribuir-lhe plenamente o seu amor. Tinha já por fructo este reciproco sentimento uma criança de pouco mais de um anno, por nome Guiomar, fadada para vir a ser, com o titulo de condessa da Vidigueirau, ma das mais illustres damas do reino.

A D. Francisco de Portugal haviam-lhe grangeado distincções, que muitos inutilmente ambicionavam, o parentesco em que estava com el-rei e a grande capacidade que revelara logo na flor dos annos. Contava apenas vinte, quando em 1498 acompanhou a Castella a el-rei D. Manuel e á rainha D. Isabel, que D. Fernando o Catholico fizera jurar herdeiros d'aquelle reino. O valor e prudencia que provara nas desordens que nalgumas cidades se suscitaram entre castelhanos e portuguezes, a abnegação com que numa d'estas lutas encarniçadas arriscara a propria vida para salvar a do seu maior inimigo, que poucos mezes antes o quizera apunhalar traiçoeiramente, augmentavam a estimação em que o tinha o monarcha. Não lhe faltavam emulos e invejosos numa corte como a de el-rei D. Manuel. D. Francisco de Portugal contentava-se de reprehender-lhes em sua propria presença os vicios e os defeitos, e bem assim os de todos que não seguiam a estrada do dever e da honra. Ás vezes fazia-o por meio de trovas, algumas das quaes nos conservou Garcia de Resende no Cancioneiro.

D. Martinho de Portugal, mais novo que D. Francisco, frequentava neste tempo com distincção a universidade para vir a ser mais tarde, no reinado de D. João III, governador do bispado de Vizeu, embaixador em Roma, nuncio do papa em Portugal, prior do mosteiro de S. Jorge de conegos regrantes juncto de Coimbra, arcebispo do Funchal e primaz das Indias, etc., etc. Entretanto a convivencia com os que tractavam de introduzir a inquisição no reino mareou-lhe os nobres sentimentos que distinguiam os outros membros da sua familia.

Tinha tambem o bispo de Evora uma filha formosissima.

Por um singular paradoxo, se lhe podemos chamar assim, a expressão da bella physionomia de Beatriz de Portugal indicava mais reflexão e gravidade qne de ordinario se encontram na mulher até aos vinte e quatro ou vinte e cinco annos, em quanto o conjuncto physico de suas feições parecia de mais tenra juventude. Na fronte espaçosa e altiva, que denotava grande intelligencia, destacavam os dois traços nitidos e salientes das sobrancelhas, loiras da cor dos cabellos. Os olhos, mais azues que o céo das regiões meridionaes, retratavam um espirito resoluto e decidido, capaz de grandes sentimentos e de nobre dedicação. O nariz delgado e aquilino, formando com as sobrancelhas dois bem desenhados angulos, tornava-lhe mais energica e reflexiva a expressão do semblante. A essas tres linhas correspondia admiravelmente o pequeno traço que na bocca deixavam entre si os labios finos e delicados, o superior mais que o inferior, em que não faltava de todo o signal caracteristico da familia de Bragança. O rosto era alvo, porém não muito, e antes d'aquella tez rosada que dá a expressão do enthusiasmo, da contemplação e da crença aos anjos dos quadros flamengos. Comparal-o-hiamos, se fosse licito misturar o sagrado com o profano, ao que os bons artistas d'esta eschola imaginaram em Jesus, pintando-o ao collo da Virgem ou a discutir no templo com os doutores.

A graça e as boas proporções do corpo faziam parecer a estatura mais alta do que em verdade era; collo branco, hombros largos, cintura delgada, braços bem contorneados, mãos e pés pequenissimos.

Sendo ainda criança, manifestara-se logo superior ás outras da mesma edade, nos jogos e brinquedos infantís. Aprendera depois a

musica, a dança, os lavores proprios do sexo e a arte da equitação, em que as damas da nobreza se exercitavam muito mais nos tempos antigos que em nossos dias. Tanto na caça como em jornadas arrostava serena e destemida com os perigos que se lhe deparavam, ao passo que, por outra singularidade notavel do seu caracter, chegava a desmaiar quando via algum dos irmãos, a quem amava com extremo, a lutar de frente com os javalis ou a atravessar a cavallo a corrente caudalosa do ribeiro, engrossado com as ultimas chuvas do inverno.

A mão de D. Beatriz de Portugal fora promettida a um castelhano, que de modo nenhum parecia digno de tal felicidade. Era aquelle mesmo sujeito, de quem Gil Vicente, ou alguem por elle, escrevera: «e andava então na corte um Gonçalo de Ayola, castelhano muito fallador e medrava muito» querendo assim explicar os seguintes versos d'uma carta, em que se lhe referia sem a menor sombra de favor:

Muito debaixo da sola
Trouxera quanto desejo,
S'eu aprendera na escola
Onde Gonçalo d'Ayola
Aprendeu tanto despejo.

Se o leitor, não satisfeito com as deficientes explicações do nosso Plauto, deseja saber como veio o castelhano á corte de D. Manuel, lembre-se de que este monarcha desposou em 1500 a infanta D. Maria, filha de D. Fernando o Catholico e irmã de D. Isabel, que a precedeu no regio thalamo e succumbiu em 1498, dando á luz o principe D. Miguel, herdeiro jurado dos reinos de Castella e de Portugal. Um dos extrangeiros que passaram ao reino em companhia da nova rainha foi Gonçalo de Ayola, cuja elevação e augmento muitos titulos garantiam: grande riqueza que lhe permittia ostentar, não magnificencia porque era mui pequeno, porém dessaborido e impertinente luxo; o despejo, que Gil Vicente lhe notou, que o tornava atrevido e cruel para com os inferiores, bajulador e submisso para com os superiores; e finalmente o proximo gráu de parentesco em que estava com Diogo Deza, confessor de suas altezas catholicas e dignissimo successor de Torquemada no cargo de inquisidor geral, depois de ter servido de mestre ao principe das Asturias, fallecido em 1499.

As intimas relações que D. Manuel manteve com a corte de Castella, as tentativas feitas já em seu reinado para se introduzir a inquisição em Portugal, as barbaras perseguições tantas vezes repetidas contra os moiros e judeus, que fugiam com frequencia de um para outro reino, tudo isto fazia logar a uma politica internacional cheia de negocios embaraçosos e complicados, para cuja solução muito convinha a Diogo Deza ter na corte portugueza agentes fieis e seguros e a D. Manuel satisfazer e contentar ao poderoso inquisidor.

Não admira, por tanto, que, medrando no real valimento o despejado castelhano, e conhecendo el-rei sua bem-querença a D. Beatriz, quizesse fazer-lhe a mercê de lembrar a seu primo D. Affonso de Portugal a conveniencia de casar a filha com o sobrinho do inquisidor.

Entre os principios que o bispo de Evora seguia, como regras invariaveis de bem viver, estava o da cega obediencia ás ordens do rei. Obrigado por D. João II a tomar o estado clerical, para que se não sentia com vocação, não resistiu a essa ordem que poderia turvar-lhe o futuro de tristezas e desgostos. Agora, com quanto preferisse não contrariar os impulsos do coração de Beatriz, acatou egualmente o desejo de el-rei e persuadiu a seus filhos que o respeitassem tambem. Estes, a quem o pae educara com as suas proprias maximas, curvaram-se desgostosos, mas resignados á força superior, que não ousavam contrastar. Assim, admittiram o rico pretendente D. Affonso, D. Francisco e D. Beatriz de Portugal, a quem o povo chamava já *a noiva de Gonçalo de Ayola*.

(Continúa) A. FILIPPE SIMÕES.

OBRAS OFFERECIDAS AO INSTITUTO

Reliquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal — por Augusto Filippe Simões.

Historia da Instrucção Popular em Portugal — por D. Antonio da Costa.

Beneficencia Publica. A Roda dos Expostos — pelo Dr. Manuel Emygdio Garcia.

Ensaios Historicos e Criticos — por Luiz Garrido.

Étude sur le Drosophylum Lusitanicum — por Aimé de Soland.

La Literatura Portuguesa en el Siglo XIX — por D. Antonio Romero Ortiz.

O Esgoto, a Limpeza e o Abastecimento das Aguas em Lisboa — pelo Dr. Bernardino Antonio Gomes.

Discursos recitados em Côrtes — pelo Visconde de S. Jeronymo.

Noticia do Archipelago dos Açores — por Accurcio Garcia Ramos.

Pasatiempos Literarios — por D. Enrique del Castillo y Alba.

As Aguas Mineraes de Moledo — por Miguel Leite Ferreira Leão, Francisco Antonio Alves e Lourenço d'Almeida e Azevedo.

Portugal, suas Dynastias e Governos — por Joaquim Lopes Carreira de Mello.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

REDACTORES

José Teixeira de Queiroz

A. A. da Fonseca Pinto — A. M. Simões de Castro — Candido de Figueiredo

Luiz Carlos — Luiz Garrido — Vieira de Meirelles

Preços da Assignatura

Por anno em Coimbra.....	1$500
Para fóra de Coimbra, estampilhado	1$800
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000
Avulso (tão sómente para os socios e assignantes)	160

Assigna-se no Gabinete do Instituto — Coimbra, rua do Infante D. Augusto.

O Instituto

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

VOLUME XV—N.° 8

	Pag.
A Instrucção popular — Conferencia, feita em 10 de setembro de 1871 na casa da Camara de Castello de Vide, no acto da inauguração do Gremio — Illustração Popular — por *J. A. Serrano*	169
A Eschola allemã em Histologia Pathologica — por *F. A. Alves*	173
Opinião sobre o Projecto d'um caes para ligar a estação do caminho de ferro de Leste com a Alfandega grande de Lisboa, Memoria descriptiva pelo Capitão de Engenharia, D. Antonio de Almeida — por *José de Saldanha Oliveira e Sousa*	175
Sempre noiva — Chronica eborense — por *A. Filippe Simões*	181
Cartas familiares — por *A. A. da Fonseca Pinto*	184
Alguns subsidios para a biographia de Garcia de Resende — por *A. Filippe Simões*	189

Novembro de 1871

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

A INSTRUCÇÃO POPULAR

Conferencia, feita em 10 de setembro de 1871 na casa da Camara de Castello de Vide, no acto da inauguração do Gremio—Illustração Popular.

Meus Senhores.—Ha muitos mil annos que um pobre pária, reprovado de todas as sociedades, sendo o sustentaculo d'ellas, no porte humilde, apezar de robusto como uma fortaleza, no animo esforçado e intrepido, como um leão, arrasta sobre a terra uma vida pesadissima de provações e desalento.

Hoje, vendido nas praças publicas por vilissimo preço, ámanhã trucidado nos campos de batalha pela ambição dos reis, agora esvaindo-se de cançaço, logo succumbindo á fome; ignorante no seio do progresso, embora martyr do progresso; embrutecido no seio da civilisação, embora martyr da civilisação; martyr, sobretudo, do trabalho e do patriotismo, lá caminha sempre, renascendo a cada passo das proprias cinzas como a phenix, atravessando os seculos, impenetravel á morte como o judeu da lenda.

Este pária, senhores, chama-se...—o Povo.

Que poema extranhamente grandioso que esta palavra encerra—o povo!—Que inexplicavel composto de contradicções, que aggregado mysterioso de elementos os mais inconciliaveis!

Manso no lar domestico, quanto encarniçado na luta, alma de ferro e coração de criança, é capaz dos maiores desvarios para apanhar uma borboleta, e não duvida malbaratar o seu sangue em pró d'uma idéa nobre.

Conhece os vicios mais repellentes, como a mais acrisolada virtude; produz genios sublimes, e é crassamente ignorante; conquista mundos para os outros, e deixa-se manietar a si. Qualquer tyrannete o esmaga, qualquer lacaio o fustiga.

O povo, senhores, é forçoso repetil-o, tem sido o pária de todas as sociedades. Que longo e angustioso soffrer, que oppressões odiosas, que immolações sangrentas!

Mas através da escurissima noite do passado, transparece, bruxuleando, o suspirado alvorecer da idéa nova.

A arvore da liberdade, cypreste para tantas vidas, enraiza-se mais e mais no solo das nações cultas; o commercio da escravatura, em vão refugiado nas florestas do novo mundo, bate em retirada ante a mão poderosa do progresso; e a guilhotina, aluida nos fundamentos, decepará ainda philantropicamente algumas cabeças, mas vai prestes desabar a um impulso mais arrojado da civilisação.

Emfim, senhores, por toda a parte se assentam, pressurosamente, os arraiaes d'uma nova cruzada, a mais assombrosa depois do christianismo,—a cruzada da illustração do povo.

A este chamamento civilisador, a esta cruzada, que é a idéa momentosa do nosso seculo, como tem correspondido Portugal?

Desde já occorre triste a resposta:—De longe em longe tremeluzem amortecidos alguns fachos de luz, que por muito raros tentam, debalde, dissipar as trevas espessissimas em que se perdem.

A associação porém, senhores, a que hoje lançamos a primeira pedra, não toma enfatuadamente a peito fazer chispar luz até aos covis mais reconditos, onde a ignorancia se aninha; não promette ser pharol esplendoroso em paragens tão incertas, e em regiões tão temerosas.

Instituição puramente local, e tendo de repartir parcamente as suas forças por dois pontos distantes, mirando ao mesmo tempo a instruir-se e a instruir, será, senhores, o navio que voga, e não o pharol que allumia.

Aquelles a quem uma fé robusta fortaleça e edifique, aquelles a quem sobeje animo aguerrido e audacioso, sigam-nos neste caminho pouco trilhado, ou sejam-nos guia nesta sympathica peregrinação.

O que é actualmente a eschola

I

Proponho-me fallar-vos da instrucção popular no nosso paiz.

A questão da instrucção primaria, a magna questão do ensinamento do povo, está escripta com letras de oiro no programma dos tempos futuros. A eschola, senhores, implantada triumphantemente sobre o Golgotha da nossa ignorancia, ha de ser a cruz de regeneração das gerações por vir.

Hoje, a craveira das nações cultas é ainda a força material de que dispõem. A Inglaterra, a maritima Inglaterra, assoberba ovante os mares com o apparato bellicoso da sua poderosa armada; eis o seu poder. A Allemanha, a filha das selvas, inunda em poucas horas um paiz inteiro com o diluvio torrencial dos seus exercitos; é esta a sua força.

Ámanhã, senhores, a medida das nações civilisadas não ha de ser o tamanho dos canhões, mas o numero das escholas; o seu poderio, a sua grandeza firmar-se-ha menos no numero prodigioso de metralhadoras, do que no pequenissimo numero de analphabetos.

Lá fóra ergueu-se já o grito de guerra, guerra santa de evangelisação, guerra sem sangue nem armas, onde cada qual, offegante na conquista do futuro, arca braço a braço com a ignorancia. Porque o futuro escreveu nos humbraes das suas portas:—*Aqui não*

entram ignorantes,—como Balzac estampou na primeira pagina de um dos seus livros:—*Aqui não entram senhoras.*—

Porém nós, os portuguezes, senhores, sem fé no presente, que corre alcatifado de espinhos, sem esperança no futuro, que nem nos concede um sorriso, quasi sem reminiscencias do passado, que a traça vai roendo manso e manso, para onde volveremos os olhos?...

Attentae no estado lastimoso da instrucção do nosso povo, lêde-o e meditae... Mas embora o quadro seja desolador, embora para derramar lagrimas, a todos os espiritos não obsecados pela descrença será antes incentivo para emprehender e proseguir, do que razão futil de vacillações e desesperança.

Dizendo, por agora, *o que é actualmente* a instrucção primaria entre nós,—expondo por ventura mais tarde *o que ella deve ser,* para sequer não envergonharmos a Europa;—apoiando os passos mal seguros por este caminho longo e difficil, no livro primoroso de D. Antonio da Costa—A Instrucção Nacional,—vou timidamente entrar no assumpto.

Quatro milhões de homens pisam, comnosco, o solo feracissimo d'este torrão do occidente; cento e trinta e dois mil e duzentos era, em 1867 a 1868, o numero dos alumnos de instrucção primaria, existentes no nosso paiz.

Pasmae da desproporção, senhores, que ficará mais desgraçadamente patente, se vos disser que, havendo em Portugal 750:000 crianças de 7 a 15 annos, ficam pelo facto 600:000 desajudadas da luz do ensino, e immersas numa completa ignorancia.

Mas façamos ainda mais resaltar o sudario; levemos esta miseranda estatistica ante as nações civilisadas, e amesquinhemo-nos perante ellas do apoucado da nossa instrucção.

A França com os seus 39 milhões de habitantes, e 4 milhões de alumnos de instrucção primaria, tem apenas metade dos alumnos que possuem os Estados Unidos, cuja população é de 2 milhões de menos. Pois na França, senhores, que, tendo numero duplo de habitantes, confrontada com a Prussia, tem quasi o mesmo numero de alumnos—3 milhões nesta, 4 naquella,—na França todavia, por muito tenebroso que se nos affigure o quadro, a proporção dos alumnos e dos habitantes é de 1 para 8, e entre nós é de 1 para 32. Em Portugal, em 4 milhões de habitantes, ha 600:000 crianças privadas de ensino; na França existe numero egual numa população decupla.

Doloroso confronto!

Mas vejamos as pequenas nacionalidades como a nossa, ou mais pequenas do que a nossa.

A Belgica e a Baviera, povoadas em numero egual, ou excedendo apenas em centenas de milhares a nossa população portugueza, possuem a primeira 4 vezes mais, e a segunda 5 vezes mais alumnos, do que este desgraçado paiz.

Entremos na Suissa.

A sobria Suissa, o berço doirado da liberdade europea, a patria de Guilherme Tell e de Pestalozzi,—um o libertador, outro o educador do povo,—pouco excede, em população, metade da população de Portugal; pois bem, senhores, o numero dos seus alumnos é 3 vezes mais consideravel do que o nosso!

Resumamos emfim de salto, mas confrontemos, maduramente, as proporções relativas de alumnos e habitantes, nas diversas nacionalidades cultas; a separação pronunciada e frisantissima dos povos do norte e do sul pode ser-nos assumpto de graves cogitações.

Um alumno para trinta e dois habitantes em Portugal, 1 para 15 na Italia, 1 para 14 na Hespanha, 1 para 8 em França eis a triste linguagem dos numeros, para os povos da raça latina; na Inglaterra, Hollanda e Belgica 1 para 7; 1 para 6 na Prussia, Suecia e Baviera; 1 para 5 na Suissa; 1 para 4 e para 3 na republica dos Estados Unidos.

Occupamos, senhores, bem o vedes, a cabeceira da lista; congratulemo-nos com os turcos e com os gregos, porque estamos, como elles, acima de todos, na ignorancia e na incuria.

Mas levemos mais fundo o escalpello, busquemos o parallelo entre as escholas.

Tres mil e setecentos era, em 1868, o numero total das escholas de instrucção primaria, das quaes 1:400 livres, e 2:300 sustentadas á custa do Estado. Havendo no reino 700:000 crianças de 7 a 15 annos, contando 50 por cada escola, deveramos ter 14:000 escholas, e temos apenas 3:700. Quasi 5 vezes menos.

Consideremo-nos mais uma vez como nação civilisada, e faça-se o confronto com as outras.

Entre nós ha 1 eschola para 1:100 habitantes; partindo do conhecimento das relações respectivas, vejamos successivamente quantas escholas deveramos ter, para que o numero das nossas fosse proporcional ao das outras nações. Os algarismos dizem-nos:—7:000 com respeito á Hespanha, 8:000 relativamente á França, Belgica e Baviera, 9 a 12:000 para egualarmos, em proporção, a Inglaterra e a Hollanda, Suecia, Suissa e Prussia, e 21:000 para hombrearmos com os Estados Unidos. E temos, em vez d'isto, disse-o ha pouco, 2:300 escholas, ou 3:700 incluindo as livres.

Deve aterrar-vos o parallelo.

As nações do meio-dia, esta mesquinha congregação a que pertencemos, pagam hoje, com usura, os cegos desvarios d'outr'ora; os desvarios de Roma e da Italia, os desvarios da França e da Hespanha, os nossos desatinos emfim.

Ainda escorre em sangue, senhores, o solo de uma nação, que era hontem o orgulho da sua raça. Esmagou-a o phantasma da guerra;

mas naquella luta abrasada de gigantes, naquelle porfiado brandir contra a civilisação, não foram as boccas temerosas de alguns canhões de Krüp, nem a certeira pontaria de innumeras espingardas d'agulha, que depozeram a victoria nas mãos da moderna Germania.

Por entre o estridor sanguinolento das batalhas, em meio das teias emmaranhadas da politica, lá estava para os allemães a eschola, sacrificando aos deuses, conjurando os astros, e, como o levita nos combates dos tempos primitivos, anciosa de ver operar-se o milagre.

Sim, as forças eram muito deseguaes; naquella peleja fratricida de dois povos, um illustrado outro ignorante, a instrucção pesava mais na concha da Allemanha, e coube-lhe honrosamente o triumpho.

São os primeiros louros de que se engrinalda a eschola moderna. Fixemos, senhores, esta fatal lição, que só morrerá com a historia.

II

Transportámo-nos para o centro da Europa, batemos á porta de todas as nações, e revendo-nos no numero elevadissimo das suas escholas e dos seus alumnos, pudemos alfim convencermo-nos do diminuto numero dos nossos.

Pois intimo-vos a acreditardes, senhores, que a Hespanha com 24 mil escholas e a Italia com 39 mil, a Belgica com 7 mil e a França com 73 mil, deploram todavia, até ás lagrimas, o estado de abatimento da sua instrucção.

E nós mal tocámos ainda no amago da ferida!

O numero pouco avultado de escholas que possuimos, e o numero pouco consideravel de alumnos que as frequentam,—aquellas em condições pessimas de construcção, estes intractaveis e sem aproveitamento,—são apenas a tristissima consequencia da organisação absurda e rachitica, da dotação pobrissima e miseravel da instrucção primaria no nosso paiz.

E senão, abramos um longo parenthese, e interroguemos mais uma vez as nações extrangeiras.

Tres systemas de organisação das escholas se digladiam actualmente no mundo civilisado. D'uma parte os Estados Unidos como representantes do elemento local, d'outro lado a Inglaterra adoptando o elemento particular, a França e a Prussia, emfim, com o elemento *local* mais ou menos soccorrido pelo Estado, formam os typos fundamentaes dos tres systemas que vamos expor.

A algumas centenas de leguas distante de nós, banhado por outros mares, bafejado por outros climas, o novo mundo emancipou-se da tutela aviltante da Europa, e corre sosinho em demanda do progresso.

E o progresso como um rio famoso nos plainos espraiados da humanidade, tincto não raro com o seu sangue, temperado de continuo pelas suas lagrimas, e a que a chuva fecundante do trabalho, nas suas manifestações variadissimas, vai mais e mais engrossando as aguas;—o progresso, senhores, o Nilo fertilissimo de todas as regiões, que teve a sua nascente na Asia, que corre hoje na Europa, quem sabe se não nos deixará ámanhã para ir soffregamente espreguiçar-se nas vastas campinas da America! O novo mundo substituirá então o velho, como a Europa substituiu a Asia.

Os Estados Unidos, a republica-modelo e a realisação de tantos sonhos de utopistas, semearam no seu solo, cultivado de poucos annos, o mais completo e o mais productivo systema de organisação da eschola.

Alli o municipio é tudo, e o elemento local é o que obra.

Alli, diz D. Antonio da Costa, «a instrucção primaria pertence ao municipio, mas pertence-lhe como obrigação juridica. O governo pode intentar uma acção judiciaria contra o municipio que não possua as escholas necessarias, e as familias têm o direito de exigir do municipio perdas e damnos, se não ministrar aos seus filhos o ensino elementar.»

Um pessimo trabalhador pode, senhores, ser um olheiro magnifico, e o Estado que não pode ou não quer ser um centimano, e que em geral descura sempre o que muito intimamente lhe não toca, reservou para si nos Estados Unidos o papel de olheiro, mas desempenha-o excellentemente.

Agora deixo á vossa comprehensão imaginar a vida afanosa do municipio americano. Sustentando por si a misericordia e a parochia, a eschola e a bibliotheca municipal, podendo quasi seguir com os olhos o dinheiro com que modestamente contribue, até vel-o lançar d'alguma d'estas fontes meritorias, não se arreceia dos profundos sorvedouros dos systemas centralisadores, e, naquella doce exhuberancia de vida, não poderá, senhores, assemelhar-se em nada á podre estagnação do municipio em Portugal.

Em Inglaterra o elemento particular substitue o elemento local do systema americano.

Associações poderosas e numerosissimas, em que o Estado não tem a menor ingerencia, e em que não intervém senão para inspeccionar, derramam a flux, por todos os pontos do paiz, as escholas necessarias para o ensino do povo.

«O Estado, diz o auctor do livro que já citámos, limita-se a subsidiar as escholas das associações particulares, que requerem a inspecção official, mas essas mesmas escholas subsidiadas gozam da mais ampla liberdade, restringindo-se a inspecção ao exame dos factos, e á simples publicação d'elles.»

Porque é necessario dizer-vos, senhores, que a Inglaterra é o paiz da Europa, onde a

opinião publica mais se acata e se respeita, e onde os protestos e os clamores do povo não são unicamente o vozear da *canalha*.

Ao elemento — associação — vem juntar-se um outro elemento, que é outro modo de ser da iniciativa particular na Inglaterra. São as — Fundações, — consistindo em legados e doações de particulares, que só por si erguem diariamente, no territorio inglez, numero não pouco consideravel de escholas de instrucção primaria.

Mas passemos rapidamente em revista algumas das principaes associações escholares.

A Sociedade Nacional, essencialmente protestante, ministrando ensino a mais de milhão e meio de alumnos, sustenta escholas normaes e primarias, asylos e bibliothecas, e tem ramificações vigorosas na Africa, America e Indias. *A Sociedade Britannica e Extrangeira,* que timbra no não-exclusivismo de religião, eguala de resto aquella nos recursos inexhauriveis de que dispõe.

A Sociedade de Educação Patria e Colonial tem em vista, tão sómente, a educação exclusiva de professores. Emfim, senhores, a *Sociedade Escholar para os indigentes* desempenha, na Inglaterra, uma bem mais elevada missão.

Todas as grandes cidades contêm, no seu ambito, os grandes crimes e as grandes miserias; e Londres, a gigantesca Londres, o colosso da industria e do trabalho, sob os alicerces fortissimos das suas fabricas e das suas manufacturas, debaixo dos pés açodados de tantos milhares de operarios, encerra uma população ignobil, que vive abjectamente nas trevas, que chafurda sordidamente na lama e cujo pão quotidiano é tirado do latrocinio e do assassinato.

Lançar ousadamente um raio de luz nesta tenebrosa escuridão do crime, levar o pão do sustento e o pão do espirito a estes esquecidos da sociedade, era uma divisa de heroes, e é a que escolheu para si a corajosa associação ingleza.

Nos bairros mais sujos e nas mais immundas ruas de Londres, estão estabelecidas as suas escholas; fornecendo alimentos aos seus alumnos, facilitando-lhes a emigração para as colonias, ensinando-lhes officios, a associação procura, por todos os meios ao seu alcance, atropellando perigosissimos embaraços, conseguir a rehabilitação social d'aquella extranha multidão.

Sustentar a eschola pela localidade, e coadjuvar neste empenho o municipio, com os cofres do governo, eis o terceiro systema de organisação escholar, o mais universalmente seguido pelas nacionalidades europeas.

A Prussia e a França em primeira plana, e com ellas a Belgica e a Hollanda, a Baviera, Italia e Suissa adoptaram todas no seu seio este systema de caracter mixto, em que o estado, todavia, apenas intervem com fracos recursos.

No systema prussiano a instrucção superior está exclusivamente a cargo do governo, a secundaria pertence ás provincias, e a primaria incumbe ao municipio.

Os orçamentos municipaes, os fundos de sociedades obrigatorias, a retribuição dos alumnos abonados, e tributos repartidos pelos paes de familia são as fontes em que se apoia a dotação das escholas na Prussia.

A iniciativa particular, traduzindo-se em doações e legados, que constituem, como na Inglaterra, outro auxiliar poderoso — as fundações, — não permanece impassivel ante este movimento de illustração.

Emfim, senhores, todas as classes operarias accorrem com ardor a este brado progressista, e fundam diariamente, na Allemanha, innumeras associações de ensino. A associação dos operarios de Berlim, que abriu conferencias populares, cursos nocturnos e bibliothecas, conta hoje, no seu gremio, para cima de 3:000 socios.

Sendo em 1833 ministro da instrucção em França, o sr. Guizot instalou no seu paiz, modificando-o, o systema allemão importado da Prussia; foi a regeneração da eschola franceza. E hoje a *Associação Polytechnica,* tendo só na capital mais de 200 cursos gratuitos, a *Sociedade para a instrucção elementar* em Paris, e ainda hontem a *Sociedade do ensino primario* em Metz, attestam que, embora a distancia, a França partilha o impulso geral.

Na Belgica e na Baviera, na Hollanda e na Italia, o systema prussiano, mais ou menos refundido, desata-se, por toda a parte, em fructos sazonados e abundantes.

Na Suissa, senhores,... mas dispenso-me de fallar-vos da Suissa; o estado florescente da instrucção do seu povo basta para nol-o comprovar um facto bem significativo. Pretendendo inaugurar, em Genebra, o seu methodo de ensino de adultos, um vogal da Sociedade Helvetica fez chamar, por toda a cidade, os adultos analphabetos que ahi existissem. Depois de pesquizas frustradas, apoz muito revolver, um só poude encontrar-se, um só! ouvide bem, senhores, um só, e esse... não era suisso, mas italiano.

Finalmente lá fóra, bem o vêdes, a eschola será, dentro de pouco, o centro de revolução do progresso; para ella convergem todas as intelligencias, em torno d'ella gravitam todas as forças, como gravitam os astros em volta do centro planetario. E mais tarde — ámanhã, — quando o seculo vinte descerrar as suas portas, quando todas as nações da terra correrem a apresentar os titulos, para a sua existencia futura, a eschola será o passaporte almejado, e os mais valiosos pergaminhos hão de ser a instrucção do povo.

(Continúa) J. A. SERRANO.

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

A ESCHOLA ALLEMÃ EM HISTOLOGIA PATHOLOGICA

(Continuado de paginas 155)

IV

Nem todos os anatomo-pathologistas interpretam do mesmo modo as differentes phases do processo inflammatorio, e nem por todos é egualmente avaliada a natureza dos productos phlegmasicos.

São muito para notar as alterações que a inflammação acarreta aos tecidos onde se manifesta, e o elemento sanguineo representa neste estado morbido papel muito importante. A desordem vascular é para alguns pathologistas o facto primordial, e constante, da inflammação; para outros não basta este elemento, nem é o essencial; e a perturbação cellular fórma por si só o processo inflammatorio. Exageração na actividade nutriente das cellulas do tecido conjunctivo intersticial, ou do epithelio da parte inflammada, formando a irritação nutritiva de Virchow; excesso no funccionalismo da cellula, ou irritação funccional; eis os characteres que competem ao primeiro periodo da phlegmasia. Multiplicação das cellulas, e ás vezes sua evolução ulterior em elementos anatomicos de ordem mais elevada, e mui diversos, marcam o segundo periodo, a que Virchow chamou de irritação formadora.

O elemento vascular não tem, segundo esta theoria, importancia alguma. A marcha da inflammação é identica tanto nas partes vasculares como nas que não são dotadas de vasos; e ainda aqui a cellula representa o unico e exclusivo papel na producção d'esta entidade morbida. Comtudo nem todos os sectarios da eschola allemã admittem a proliferação das cellulas do tecido conjunctivo da parte inflammada; pois alguns julgam que os elemeutos cellulares ahi encontrados em numero e disposição anormal, são os proprios leucocytos vindos do sangue, dos quaes dependem todos os neoplasmas desinvolvidos durante a phlegmasia.

Na eschola franceza dá-se grande valor ao exsudato; considera-se como um elemento quasi constante da inflammação, e que a ella está quasi sempre ligado. Depende directamente do sangue, e as suas qualidades organizadoras reflectem as condições mui diversas em que se encontra o liquido nutritivo; quer o humor exsudado se apresente livre á superficie dos orgãos; quer se infiltre nas malhas do seu tecido intersticial, ou encha os elementos cellulares do tecido inflammado.

Neste exsudato se geram os productos da inflammação; representa elle o papel de blastema, e nelle tambem apparecem por genese novos elementos embryoplasticos, e laminosos, traduzindo assim os phenomenos nutritivos hypertrophicos, a que se dá tanta importancia na eschola allemã, e que ás vezes têm como resultado a atrophia do tecido proprio do orgão.

Rejeitando completamente a existencia do exsudato, tal como o concebe a eschola franceza, assigna Virchow origem dupla ao que se denomina fibrinoso.

Produz-se nos orgãos inflammados a materia fibrinogenetica; reune-se ao liquido seroso que transsuda dos vasos; mostra-se á superficie dos tecidos a mistura assim formada, ou é absorvida em totalidade, ou em parte, pelos lymphaticos ahi existentes, e, levada depois até á corrente circulatoria, augmenta a proporção da fibrina no liquido sanguineo.

A histologia pathologica, estudando, e apreciando devidamente todos os phenomenos que se succedem no tecido inflammado, desde que começam a manifestar-se alterações anatomicas, tanto nos solidos como nos humores, não pode deixar de reconhecer que a desordem vascular, como lhe chama Jaccoub, vale muito no processo phlegmasico; e nas partes ricas em vasos é ella o acto inicial e constante.

A perturbação nutritiva extra-vascular vem depois, e nem sempre se patentêa. Nas partes não-vasculares ainda as modernas observações de Feltz evidenciam a fluxão de liquidos como o facto-principio da inflammação; havendo toda a analogia com o que se passa nos tecidos ricos em vasos sanguineos.

A inflammação demorada num orgão indica a permanencia da causa irritante, ou que a sua acção foi energica, e seus effeitos custam a dissipar-se. Os tecidos não podem soffrer indifferentemente este estado anormal. Os elementos cellulares, que entram nelles, devem receber maior somma de liquidos em proporção com os que anormalmente affluem á parte inflammada; o volume da cellula deve augmentar, e mais activos devem ser os actos de assimilação.

Ha a hypertrophia em volume, sempre a primeira a manifestar-se. Levada esta a certo ponto, e adquirindo a irritação determinado gráu, apparece a proliferação cellular; os elementos embryonnarios novamente formados desinvolvem-se de modo mui diverso, e tomam origem tecidos permanentes, ou elementos transitorios.

A hyperplasia do tecido conjunctivo intersticial, produzindo ás vezes a sclerose, e o augmento numerico dos elementos anatomicos que fundamentalmente constituem o tecido, são phenomenos que então se observam, e nenhuma das escholas póde negar. Mas

não são elles os primeiros a manifestar-se. A inflammação existe muito antes da perturbação nutritiva. O augmento de volume nos elementos anatomicos, o seu maior numero, devido á proliferação dos preexistentes, ou á genese de novos no blastema exsudado dos vasos sanguineos, são actos consecutivos á desordem vascular. Não são constantes, nem os unicos que apparecem. Se assim fosse, confundir-se-hia a nutrição com a phlegmasia; e as partes ricas em cellulas, onde o processo nutritivo é mais facil e mais rapido, seriam aquellas em que as inflammações se patentearíam com maior frequencia. Os factos não auctorisam tal principio; antes favorecem a doutrina dos que dão grande importancia ao elemento vascular.

A presença do pus indica um dos modos de terminação do processo inflammatorio. É uma neoformação, como muitas outras que apparecem nas plegmasias, diz Cornil. Humor complexo, formado de parte liquida e elementos anatomicos figurados, o pus tem sido objecto das mais graves discussões entre os homens eminentes, que professam as sciencias medicas. Diversifica muito o pensar dos histologistas ácerca da natureza dos globulos, nadando no liquido purulento, e que, segundo alguns anatomicos, lhe dão caracter muito particular pelas qualidades especificas de que os julgam dotados. Não estão de accordo tambem a respeito do modo de origem d'estes elementos; e os pareceres são mui diversos, apoiados todos em estudos experimentaes, e nos principios theoricos que dominam as differentes escholas.

O globulo purulento é o analogo do leucocyto do sangue, e o seu verdadeiro representante. Competem-lhe todas as propriedades de ordem mathematica e organica dos globulos brancos; ha perfeita identidade de structuras, e não é possivel distinguil-os uns dos outros. Estas idéas em opposição com a antiga doutrina, que concedia aos globulos do pus qualidades privativas, são hoje adoptadas por quasi todos os histologistas, e têm em seu abono observações mui rigorosas.

A heteromorphia do globulo purulento, é combatida por Virchow, Cohnheim, Feltz, Robin, e outros anatomicos mui celebres; e o pus é considerado como um producto accidental, composto de principios e elementos homœomorphos, que apparecem em logar onde normalmente não deviam encontrar-se.

Á heteromorphia succedeu pois a heterotopia. Mas qual a origem dos elementos constituintes do pus? Como apparecem nos tecidos inflammados os globulos purulentos, e o liquido onde elles nadam? Serão estes globulos o producto da genese num blastema dependente da perturbação circulatoria capillar, e em virtude da qual os liquidos passam através dos vasos, e se derramam nas partes inflamadas? D'este modo pensa Robin, emquanto Virchow recorre á proliferação excessiva das cellulas do tecido conjunctivo intersticial para assim dar logar ao apparecimento de corpusculos com todos os caracteres que pertencem ao globulo purulento.

Negam outros toda a influencia do tecido conjunctivo na producção do pus; rejeitam ainda a idéa de que o blastema seja o liquido onde se formem os globulos purulentos; e sustentam que estes não tomam origem nos logares onde se encontram, mas que são os proprios leucocytos do sangue, que atravessaram as paredes dos vasos onde circulavam. Esta theoria de Cohnheim, apoiada por Hayem, e Billroth, é combatida por Feltz, Ballog e Picot.

A emigração dos leucocytos para constituirem o pus no interior dos tecidos inflammados, facilita-se, segundo os sectarios d'esta opinião, pela fórma alongada que tomam os globulos brancos em consequencia dos movimentos amiboides, que lhes são proprios; e tambem pela stase sanguinea, ou pelas lacunas causadas por amollecimento e desagregação que experimentam as cellulas parietaes dos capillares, tornando assim possivel a sahida dos elementos solidos do sangue.

Que os globulos purulentos apparecem na face externa dos capillares sanguineos, e ao longo da parede vascular, é facto que os estudos experimentaes de Feltz tornaram bem evidente, e que por isso não póde negar-se. Accresciam porem as difficuldades na explicação do grande numero de leucocytos que era necessario haver dentro dos vasos sanguineos para supprir a emigração constante que d'elles se estava fazendo. Não vale para isso recorrer á proliferação d'estes elementos no interior dos proprios vasos, nem á sua producção em orgãos ligados ás funcções hematopóeticas, taes como as glandulas lymphaticas; pois seria necessario demonstrar na phlogose a preexistencia de um estado leucocythemico do sangue, proporcional á intensidade da phlegmasia suppurativa. Observações repetidas mostram que ás inflammações não está ligado, directa nem indirectamente, o augmento de globulos brancos; antes o contrario é que se manifesta. A existencia dos leucocytos juncto da parede externa dos vasos na inflammação suppurativa não é demonstração rigorosa da sua emigração através das paredes vasculares. Formam-se no blastema então exsudado, que, sendo tanto mais rico em principios plasticos, quanto mais proximo se acha dos vasos, deve dar origem mui facil e prompta aos elementos cellulares. A doutrina da eschola franceza, de que Robin é o mais illustre propugnador, tem aqui argumentos mui valiosos, e é seguida por histologistas de primeira ordem.

No estado actual da sciencia julgamos que são estes os verdadeiros principios. Uma eschola não exclue a outra. Se a genese dos tecidos á custa d'um blastema é facil em admittir-se, a evolução contínua proclamada por Virchow, não póde, nem deve, desprezar-se. O heteromorphismo não occupa hoje campo tão extenso como antigamente offerecia. Acham-se mais circumscriptos os seus limites; e o pus, que se considerava como um producto heterologo, é hoje tido como o resultado de uma heterotopia de elementos normaes do organismo.

Progridem os estudos de anatomia pathologica geral; entram em combate os maiores vultos das duas escholas; os trabalhos micrographicos e experimentaes tomam grande incremento; e as especies morbidas tendem a ser melhor definidas, e mais bem determinadas. Com esta direcção tão natural e scientifica, que tem tomado a histologia pathologica, é de esperar que dentro em pouco tempo se esclareçam muitos pontos duvidosos, e se resolvam os mais intrincados problemas, de que depende o conhecimento da organização morbida.

F. A. Alves.

OPINIÃO

SOBRE O

Projecto d'um caes para ligar a estação do caminho de ferro de Leste com a Alfandega grande de Lisboa, Memoria Descriptiva pelo Capitão de Engenheria, D. Antonio de Almeida.

Publicada no n.º 16 do tomo 2.º da *Revista de Obras Publicas e Minas* da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes [1].

Todos os dias se ouve dizer que a saude é o melhor dos bens temporaes, que sem ella as honras são luz de sol eclipsado, as riquezas importunas e as delicias sem sabor; e comtudo esse estado do corpo, que merece que se empregue e empenhe tudo para o lograr, é geralmente, antes de perdido, pouco estimado. Dos que recorrem aos medicos, quando os saltea a doença, quantos não seriam os illesos, se tivessem executado, antes de perdida a saude, os preceitos d'essa sciencia ou d'essa arte chamada *hygiene,* e que é tão velha como a humanidade?!

A um seu amigo deu Hippocrates, para conservar a saude, esta receita:

Cibus, potus, somni, Venus, omnia moderata sint.

Na antiga gentilidade houve idolatras, que só á saude levantaram altares.

No monte Quirino adoraram os romanos a saude, figurada numa estatua coroada de hervas medicinaes, e segurando na mão direita uma serpente. Ostentava-se coberta de cabellos, que as mulheres cortavam em sua honra.

O imperador Domiciano levantou á saude outro templo, vendo-se livre do perigo, em que esteve na vinda de Vitellio a Roma.

Os escriptos dos legisladores, dos philosophos e dos medicos da antiguidade provam que já nessas epochas eram muitos os conhecimentos relativos á saude individual e á saude publica; o que não é para estranhar, porque, sendo então a força physica e a belleza das formas exteriores muito apreciadas, os meios de desenvolver e de augmentar uma e outra foram muito procurados, e d'elles se fez muita conta.

Sem querermos discutir a definição de hygiene, consideramol-a a arte de conservar a vida, descobrindo e utilisando os meios de prevenir as doenças e de robustecer os convalescentes.

A hygiene, que se occupa da saude do individuo, tem o nome de *hygiene particular;* a que se refere á saude das populações chama-se *hygiene publica.*

As causas, que podem alterar a saude, dividem-se naturalmente em *causas exteriores* e *causas individuaes:* as segundas encontram-se no homem; as primeiras fóra d'elle.

O homem, collocado sobre o globo terrestre, está exposto á acção dos agentes e dos phenomenos physicos e chimicos, que o rodeam, isto é, á acção:

dos astros e dos movimentos da terra (dia e noite);
da gravidade;
do ar atmospherico e das suas alterações;
da electricidade;
da luz;
da temperatura;
da humidade, excesso ou falta da mesma;
dos climas;
das estações;
da configuração, das desigualdades, do estado da superficie, etc. do solo;
das aguas das chuvas, dos rios, do mar, etc.;
das doenças endemicas, epidemicas e contagiosas, etc.

Á acção de todos estes agentes oppõe o homem:

as habitações;
os vestidos;
os banhos;

[1] Obras, que podem ser consultadas sobre os assumptos indicados no texto:

L'hygiène ou l'art de conserver la santé, par le dr. Beaugrand, Paris, 1855.

Revue des Deux Mondes, tom. 69 e 70, Paris, 1867.

Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, tomo 35.

O Esgoto, a Limpeza e o Abastecimento das aguas em Lisboa, o que foram ou são, e o que devem ser, considerado tudo á luz das boas practicas e doutrinas pelo dr. Bernardino Antonio Gomes, Lisboa, 1871.

Traité de Chimie Technique, appliquée aux arts et à l'industrie, à la pharmacie et à l'agriculture par M. G. Barruel, tom 6 e 7, Paris, 1863.

O estrume e os adubos chimicos — José Street de Arriaga e Cunha, Lisboa, 1870.

O estrume e os adubos mineraes — Caetano da Silva Luz, Lisboa, 1871.

mas como estes tres meios hygienicos podem ser uteis ou prejudiciaes á economia, consoante são bem ou mal empregados, é evidente que tambem constituem uma classe de agentes bem distinctos d'aquelles, a que nos referimos anteriormente.

É tambem de meios exteriores, isto é, dos alimentos, das bebidas, do tabaco, do chá, etc., que o homem lança mão para satisfazer certas e determinadas necessidades, que, tendo a sua origem no proprio individuo, constituem a transição ou linha de separação entre as *causas exteriores* e as *causas individuaes,* que são a edade, os sexos, os temperamentos, as constituições, etc.

O emprego das medidas hygienicas, que dizem respeito a cada pessoa, é, geralmente, deixado ao arbitrio de cada um; e o Governo apenas intervem na hygiene particular, officiosamente e por meio da persuasão, quando se manifestam circumstancias graves, por exemplo, epidemias, etc.; mas as auctoridades devem occupar-se seriamente da investigação de tudo o que póde influir na saude e na mortalidade publica, principalmente hoje que se conhece que, excedendo a mortalidade em qualquer povoação uma determinada cifra, a sua causa é com certeza um erro de hygiene.

Esse dever é imposto pela existencia de grandes centros de população, cada vez mais crescidos em numero; pelo desenvolvimento immenso da industria, que submette aos seus processos as substancias as mais nocivas á saude do homem; pelos costumes, que soffrem com difficuldade tudo o que impressiona desagradavelmente a vista e o olfacto; pelos estudos medicos, que têm feito ver que a falta de precauções hygienicas concorre muito para o desenvolvimento das doenças; pelo aformoseamento das cidades, etc.

Dá-se o nome de ar atmospherico á massa gazosa, que envolve o globo terrestre. Esse ar é o alimento da respiração, e não se pode viver sem elle.

A parte solida do globo, a chamada terra, é aquella sobre a qual o homem vive mais geralmente e que cultiva.

A parte liquida do globo terrestre, a agua, constitue os mares, os rios, etc.

Esses tres *elementos,* essenciaes á vida do homem, são tambem os tres vehiculos da infecção, que a hygiene publica estuda, e por isso vejamos como é que elles se podem tornar prejudiciaes á saude publica.

O fumo que lançam as fabricas e as locomotivas; os vapores nitrosos e sulfurosos, que se desenvolvem na fabricação de acido sulfurico; o acido chlorhydrico, produzido nos fornos, onde tem logar a conversão do sal marinho em soda; as exhalações, que se levantam das fundições de chumbo; o cheiro, que se sente nas fabricas, em que se preparam os cebos, as gorduras, os adubos artificiaes; etc. fazem má impressão nos sentidos, actuam como veneno sobre os vegetaes e sobre os animaes, corrompendo o ar.

Os residuos das fabricas tambem alteram mais ou menos completamente a pureza e limpeza das aguas: podem converter as correntes de agua em verdadeiros canos de esgoto, como tem succedido em Gand, Mons e Verviers, na Belgica; Manchester, Birmingham, Leeds e Sheffield, na Inglaterra; em Mulhouse e até em Paris, etc. e fazer com que a agua dos rios seja má para bebida e para nella viverem os peixes. As fabricas de soda, as que produzem as côres por meio do alcatrão da hulha, as tinturarias, as fabricas de destillação, a preparação do linho e do canhamo concorrem poderosamente para tornar nociva a composição das aguas.

O solo, que pisamos, tambem é modificado pelos productos da industria. Quem vive nas povoações, em que se emprega o gaz para a illuminação publica, sabe que, quando se descalça uma rua e se descobre um cano de gaz, a terra, que o envolvia, tem um cheiro de tal sorte caracteristico, que até o sub-solo o exhala em certos casos. Os liquidos, que sahem das fabricas e que se deixam perder no terreno, alteram a pureza d'este.

Para evitar os inconvenientes do fumo, dos vapores e dos máos cheiros de certas fabricas, tem-se recorrido ao emprego de chaminés muito altas.

Em França as chaminés das fabricas têm, ordinariamente, de 30 a 40 metros de altura, e em Ruão existe uma que mede 74 metros.

Em Inglaterra encontram-se chaminés ainda mais altas, e em Glasgow ha uma, que tem 142 metros de altura.

Convém notar que, por mais elevada que seja uma d'essas chaminés, as suas emanações cahem forçosamente no chão, a maior ou menor distancia, e por isso está hoje admittido que o meio efficaz para evitar os inconvenientes apontados consiste no emprego das fornalhas fumivoras, que têm por fim impedir que os gazes, sahidos das chaminés, sejam acompanhados de particulas carbonaceas, que os tornam espessos e pesados.

Em certos casos os principios nocivos das emanações são obrigados a condensar-se antes de estas chegarem ao ar livre; e, quando não basta algum dos systemas apontados, interrompem-se, durante certas epochas do anno, os trabalhos das fabricas.

Está provado, por exemplo, que até 600 ou 800 metros de distancia o fumo, que deitam os fornos de cal, actua sobre as vinhas por forma, que a uva e o vinho adquirem um gosto desagradavel, e por isso na Borgonha esses fornos deixam de trabalhar desde a floração da vinha até ás vindimas.

Para impedir que os residuos das fabricas

alterem a pureza e limpeza das aguas têm-se empregado diversos systemas.

Em Shields uma fabrica de soda foi obrigada a embarcar todos os dias os seus residuos, e a fazel-os lançar no mar a dois kilometros da praia.

Uma fabrica de Lyão, que produzia côres por meio do alcatrão da hulha, teve de mandar para Marselha em barricas os seus residuos, que eram depois lançados no Mediterraneo.

Em Gand foi necessario desviar o leito do Lys.

No norte da França as tinturarias viram-se forçadas a fazer clarificar as aguas-residuos, por meio da decantação simples, ou servindo-se de agentes chimicos, antes de deixarem sahir para fóra essas aguas.

Para evitar os inconvenientes, devidos á preparação do linho e do canhamo, tem-se recorrido ao emprego de agentes chimicos, mas esses agentes atacam a fibra vegetal.

A alteração da pureza do solo deve ser impedida por todos os meios possiveis, porque sobrevive ás causas que a produziram.

Para evitar os inconvenientes devidos aos tubos de gaz de illuminação têm estes sido algumas vezes revestidos de uns segundos tubos, mas é forçoso confessar que o remedio não é radical.

Em todos os pontos da terra onde o homem vive, apresentam-se necessariamente duas causas de infecção, pela corrupção do ar, da agua e do solo. Essas duas causas são: os cemiterios e as immundicias domesticas.

Deixando de parte a questão dos cemiterios, acceitando-os taes quaes elles se acham hoje estabelecidos entre nós, é evidente que as immundicias domesticas constituem uma chaga e um embaraço na vida dos povos:— uma chaga, uma podridão, porque as suas exhalações são inimigas da saude do homem e dos animaes; um embaraço, porque não é facil impedir a formação d'essas exhalações ou pelo menos obstar aos seus máos effeitos.

Os inglezes, depois de muitos estudos e de muitos trabalhos, chegaram á conclusão de que o melhor meio de tornar inertes os germens da fermentação putrida consiste em afogal-os numa grande quantidade de agua; e hoje o systema, que prevalece em Inglaterra para o esgoto e limpeza das habitações, é o do *water-closet,* das latrinas inodoras, nas quaes a agua serve de excipiente, que dilue as materias e lhes facilita o curso ao longo das canalisações que têm a percorrer.

A perfeição d'este systema está em remover, desde logo e para longe das habitações, com o menor incommodo dos sentidos tudo quanto ha neste objecto de nocivo ou desagradavel.

O sr. D. Antonio de Almeida, quando fez os seus estudos com o fim de apresentar o projecto de um caes para ligar a estação do caminho de ferro de Leste com a Alfandega grande de Lisboa, não podia perder de vista que, para o estabelecimento definitivo da muralha do novo caes era indispensavel indicar o que se deveria fazer em relação aos canos de limpeza da parte oriental da cidade; parece que o mais simples seria prolongar os canos até á nova muralha; mas o sr. D. Antonio entendeu que, por este modo, os canos nessa parte da capital continuariam a despejar no Tejo, com grande incommodo da população, prejuizo para a saude publica e perda de riqueza para a agricultura. Offerecendo uma nova solução para o problema da limpeza d'essa parte da cidade, aconselha a construcção de duas cisternas estrumeiras; e para tornar evidente a necessidade e a conveniencia de taes construcções, bastará demonstrar que ha necessidade e conveniencia de impedir que os canos continuem a despejar no Tejo, que as dejecções do homem são um manancial de riqueza para a agricultura, e que os canos de limpeza podem, taes quaes hoje se acham estabelecidos, servir para as cisternas-estrumeiras, na parte oriental da cidade de Lisboa.

Tentemos a demonstração.

1.º

Existem canos na cidade de Lisboa desde o seculo XV, mas para pouco mais serviam do que para o esgoto das aguas meteoricas: os despojos das habitações eram vasados nas praias e nas montureiras, ou immediatamente nas ruas, para d'ahi serem varridos e levados ao primeiro d'estes destinos.

No seculo XVIII, em julho de 1734, foi prohibido lançar as immundicias nos canos da cidade, e, pelo receio de enxovalhar o leito do rio ou de obstruir o porto, foram as materias vasadas fóra da barra ou na cova do Aljube.

Depois do grande terremoto construiu-se a canalisação da cidade, e com o tempo appareceu o actual systema de limpeza.

No livro ultimamente publicado pelo sr. dr. Bernardino Antonio Gomes sobre o esgoto, a limpeza e o abastecimento das aguas em Lisboa, encontram-se apontadas todas as deficiencias do nosso systema, e, depois de fazer sobre ellas varias considerações, declara o auctor que a mais sensivel é a da agua, que deve diluir e arrastar as materias na extensão toda da sua canalisação. Fallando do esgoto, diz o sr. dr. Bernardino Antonio Gomes que no litoral da cidade, se os canos abrissem na linha do peyráo, a corrente descendente do rio ou a ascendente da maré arrastariam facilmente todas as materias para não mais incommodarem a capital; e accrescenta que, não chegando a essa linha as boccas dos canos, e vasando estes no espaço, onde essa maior corrente falta, succede demorarem-se, accumularem-se mesmo nas praias adjacentes essas materias, pondo-se a descoberto na baixa-mar, e concorrendo assim a uma

infecção, que é alli sensivel, que se prolonga por todo o litoral, e se ajunta ás emanações do interior da cidade para lhe viciar o ar que respiramos.

Este mal podia ser remediado levando o aterro e os canos até á linha do peyráo, e vasando nella as materias da limpeza, confiando-as assim desde logo á maior corrente; mas contra este projecto apresentamos nós os seguintes argumentos:

1.º O muito que a obra custaria.

2.º A impossibilidade ou grande difficuldade practica de dar um declive sufficiente aos canos, prolongados até ao peyráo.

3.º Diminuir excessivamente ou reduzir a zero o espaço comprehendido entre a linha do peyráo e o extremo marginal da cidade, quando os melhores engenheiros hydraulicos declaram que, para não prejudicar a profundidade das barras, nunca se deve fazer trabalho algum que produza a diminuição do volume das aguas de fluxo e a approximação do limite das marés.

4.º Provado que a construcção da torre de Belem e outras obras no litoral da cidade de Lisboa, e em muitos outros pontos do rio Tejo, têm sido feitas em prejuizo do leito do rio e da profundidade da barra, é claro que se pode pôr em duvida que a corrente descendente do rio ou a ascendente da maré arrastassem facilmente todas as materias para não mais viciarem a cidade. Na maré alta poderiam ellas ser repellidas para o interior da canalisação, e em todo o caso a impureza da agua poderia tornar esta verdadeiro foco pestilencial, devido até a uma ou mais fossas existentes no rio.

5.º Não está provado que não seja possivel empregar, para aperfeiçoar o actual systema de esgoto e limpeza da cidade de Lisboa, outro meio mais simples, mais efficaz e mais em harmonia com os recursos pecuniarios do municipio ou do Governo.

6.º Não se restitue por este systema á terra o que d'ella sae, completando assim o circulo da producção e da vida.

7.º Estas obras dependem de outras, que devam ser emprehendidas nas margens do rio.

O sr. Aguiar, para impedir que o litoral da cidade de Lisboa continue a ser enxovalhado pela descarga dos canos, concorrendo assim para a impureza do ar atmospherico, lembrou a construcção d'um grande collector marginal; mas contra este projecto apresentamos o seguinte:

1.º O grande custo da obra.

2.º A impossibilidade de dar um declive sufficiente ao collector e a necessidade do emprego constante do bombas a vapor para completar o esgoto da canalisação.

3.º Construido para o lado do Carregado ou para o lado de Pedrouços, é evidente, sem apontar os inconvenientes que poderiam resultar de lançar sobre as areias das chamadas *praias* as immundicias do collector, que com o tempo seria necessario recorrer á formação de reservatorios, para nelles recolher essas immundicias e depois transportal-as para outros pontos distantes, ou deixal-as correr para o rio; o que tudo se pode fazer sem construir o collector.

4.º Tal systema, como intermedio aos canos e ao rio, deve ser rejeitado, porque é obra de gasto permanente e mais dispendiosa do que o prolongar os canos até ao peyráo; e como meio de aproveitar na cultura as materias de esgoto e limpeza da cidade tambem deve ser posto de parte, porque, além da despesa de construcção, seria necessario recorrer mais tarde ou mais cedo á construcção de reservatorios, e entre estes e os canos pode e deve prescindir-se d'um intermedio, constituido pelo collector.

Alguns homens de sciencia, e até poetas, têm-se empenhado em demonstrar que a falta dos estrumes, mal de que todos se queixam, pode ser compensada pelo aproveitamento na cultura das materias do esgoto e limpeza das povoações; mas para isso é necessario não lançar os excretos e as immundicias nas aguas dos rios, e facilitar aos lavradores a acquisição d'essas substancias.

Evidenciado que esses dejectos são um manancial de riqueza para a agricultura, que a construcção do collector, lembrado pelo sr. Aguiar, apresenta os inconvenientes apontados, provada a necessidade de construir reservatorios, a que esses dejectos sejam levados, conclue-se, depois de lido tambem o que o sr. D. Antonio escreve sobre a construcção das suas *cisternas-estrumeiras,* que nenhum outro systema pode competir com este pelas razões seguintes:

1.ª A construcção das cisternas-estrumeiras está numa completa independencia de quaesquer trabalhos, que devam ser feitos nas margens do Tejo.

2.ª Não obriga a prolongar muito os canos actualmente existentes, e por conseguinte não pode ser embaraçada pela questão do declive d'esses prolongamentos.

3.ª Impede que na maré alta os dejectos sejam repellidos para o interior da canalisação, e evita o recorrer aos processos de immediata desobstrucção na extremidade inferior dos canos.

4.ª Obsta a que os dejectos sujem as praias, e que as materias ahi accumuladas incommodem, sobretudo na occasião da baixa-mar, pela infecção de que são causa, e que se ajunta ás emanações do interior da cidade, para lhe viciar o ar, que respiramos.

5.ª Impedirá que a expansão dos gazes provenientes da decomposição das materias das latrinas e dos canos para o interior das casas, e para as ruas, seja ajudada pela pres-

são do ar entrado pela extremidade inferior dos mesmos canos.

6.ª As cisternas-estrumeiras com chaminés de ventilação, construidas, não como as indicou o sr. dr. Berdardino Antonio Gomes, mas baixas e com as modificações que lembrámos ao sr. D. Antonio d'Almeida, poderão obstar aos inconvenientes ultimamente apontados.

7.ª A construção das cisternas-estrumeiras permittirá finalmente o aproveitar para a agricultura todas as dejecções que a ellas forem levadas; e nessas mesmas estrumeiras será possivel, se isso se tornar necessario ou conveniente, separar as dejecções solidas das liquidas.

O sr. dr. Bernardino Antonio Gomes falla no seu livro ácerca da limpeza da cidade de Bruxellas e dos seus ultimos melhoramentos; e diz que a revolução no systema de limpeza nesta capital é no sentido de supprimir as fossas fixas e moveis, e de substituir a tudo o *water-closet;* mas não se conclua d'isso que tal systema é perfeito.

No jornal — *L'Indépendance Belge* de 26 de maio de 1871 encontra-se uma correspondencia dirigida ao director d'esse jornal, e em que se lêm as seguintes expressões:

«... Si les assainisseurs des champs de bataille voulaient bien regarder autour d'eux, ils trouveraient à la porte de leurs maisons de quoi occuper leur zèle de désinfection.

Nos égouts sont la cause de sérieuses maladies.

Ils repandont une odeur fétide.»

Esta correspondencia obrigou o dr. Guillery a dirigir ao primeiro redactor d'esse mesmo jornal uma carta que transcrevemos em parte, porque é um argumento a favor da construcção das chaminés que tinhamos indicado ao sr. D. Antonio de Almeida, e dos bons resultados, que d'ellas devemos esperar.

«Les miasmes, que l'on connaît par leurs effets, sans les connaître dans leur nature intime, sont des particules gazeuses, qui se dégagent de tout ce qui fermente ou se putréfie. Ceux qui se dégagent des marais et des polders donnent la fièvre intermittente. Il s'en dégage du sol des villes, quand on le remue. Il s'en dégage des égouts: ceux-ci affectent vivement notre odorat, et sont des plus dangereux; ils déterminent en nous plusieurs espèces de maladies depuis l'abattement nerveux jusqu'à l'empoisonnement le mieux caractérisé[1].

Assainir une ville, c'est faire pénétrer la lumière partout; c'est donner à l'air une circulation constante et facile; c'est éloigner de nous, par des voies sûres et rapides, par des lavages fréquents, les produits de nos fonctions organiques; enfin, c'est détruire le miasme sur place quand on ne peut l'éloigner.

Je déplore la pauvreté de notre rivière, la stagnation du canal et l'imperfection de nos égouts; mais je reconnais que le remède radical à ces maux ne peut arriver que lentement et je loue les efforts de ceux qui s'en préoccupent.

L'administration communal de Bruxelles fait exécuter en ce moment des travaux d'assainissement qui seront un jour sa gloire la plus légitime; mais l'exécution de ces travaux demande du temps, beaucoup de temps, et pendant ce temps l'épidémie nous menace. L'affection typhoïde semble vouloir succéder à la variole.

En attendant les remèdes radicaux, ne pourrions-nous pas recourrir â quelques palliatifs?

Je voudrais qu'il y eut dans tout égout un courant d'air constant dirigé du regard vers l'embouchure.

Le moyen de déterminer ce courant consisterait à élever à chaque embouchure une cheminée d'appel, au bas de laquelle on ferait un bon feu. L'air chaud, gagnant le haut de la chaminée, attirerait l'air froid et établirait dans les égouts le courant demandé.

M. de Vaux, l'inspecteur gènèral des mines, dont la science déplore la perte, et dont j'avais l'honneur d'être l'ami, était si convaincu de la nécessité du renouvellement de l'air dans les égouts, qu'il avait proposé d'établir, á chaque embouchure, un ventilateur puissant mû par une machine à vapeur. Cette idée était des plus ingénieuses; mais je lui préfère encore la simple action d'un foyer incandescent, car je crois que le feu a une action spéciale sur la décomposition des miasmes....»

2.°

Os adubos organicos formam-se por todas as substancias do reino vegetal e do reino animal, que são fornecidas ao solo, separadamente ou misturadas entre si; e d'aqui nascem as tres classes de adubos vegetaes, animaes e mixtos.

Os adubos animaes comprehendem:

1.° As dejecções do homem e dos individuos de todo o reino animal.

2.° Os animaes mortos e certas substancias, que elles fornecem durante a vida, como são a lã, a crina, etc.

As ourinas são um dos adubos mais importantes, por causa da sua abundancia e da sua riqueza em azoto, em saes e em materias organicas.

No quadro seguinte encontram-se indicados os resultados de algumas analyses, feitas com o fim de determinar as proporções de agua, de materias organicas e de saes, que contêm as ourinas:

	Agua	Materias organicas	Saes
Homem	952	35	13
Cavallo	876	45	79
Vacca	883	70	47
Porco	979	5	16
Carneiro	894	80	26
Cabra	982	9	9

[1] *L'Indépendance Belge*, 28 de mai, 1871.

Nas materias organicas comprehende-se a urea, o acido urico, o acido lactico e as materias extractivas; nos saes conta-se, além do lactato e do chlorhydrato de ammoniaco, os formados pelo chloro, acido sulphurico, acido phosphorico, e ás vezes pela silica, com a potassa, a soda, a cal, a magnesia, e em certos casos com o oxydo de ferro.

A ourina é um adubo, que convem a todas as culturas, mas é hoje especialmente empregado nas hortas.

Quando a ourina tem de servir para os prados, é necessario diluil-a em tres ou quatro vezes, segundo uns, cinco ou dez vezes, segundo outros, o seu volume de agua, a fim de não destruir as folhas das plantas; e, para substituir o trabalho da diluição, que sempre traz comsigo despesa, aconselha-se regar as terras com ourina pura, antes da ultima lavra, a qual deve ser feita logo depois da rega para não haver perda de saes ammoniacaes, produzida pelo seu rapido desenvolvimento, que é tambem muitas vezes, como fica indicado, prejudicial á vegetação.

Este inconveniente não se dá com o emprego das ourinas desinfectadas, porque a sua transformação tem logar no solo, e é mais demorada.

O melhor meio de empregar as ourinas na agricultura é espalhal-as sobre o solo; e para se generalisar tal emprego tem sido obstaculo a difficuldade em as conservar e transportar. A ourina exposta á acção do ar altera-se, e desorganisa-se. O azoto concorre para a formação do carbonato de ammoniaco.

Para impedir esta alteração tem-se recorrido ao emprego dos acidos mineraes, taes como o acido sulfurico, e o acido chlorhydrico; do sulfato de soda, de ferro, de cal, de zinco, de magnesia e do carvão; tambem se usa a distillação, e tem-se conseguido, em certos casos, o fim desejado sem fazer subir muito o preço do adubo; mas é para notar que os adubos artificiaes organicos nunca podem, em these, dar os mesmos resultados que os adubos naturaes.

Em todo o caso o que a experiencia e a practica dizem é que as ourinas devem ser applicadas moderadamente, porque o estimulo que produzem na vegetação, faz empobrecer muito e com rapidez os compostos humicos do solo, que não podem substituir completamente os estrumes, porque não fornecem todos os elementos, de que as plantas carecem. Empregadas junctamente com os estrumes dão bons resultados.

As ourinas tractadas pelo gesso, e sulfato de cal, têm aproveitado na cultura das plantas oleaginosas e das leguminosas destinadas para forragem.

O valor ou riqueza das ourinas depende da percentagem de azoto, de materias organicas e de cinzas.

De todas as dejecções solidas dos animaes as do homem são as unicas empregadas directamente como adubo.

As dos outros animaes misturam-se com os estrumes, de que são parte constituinte.

As analyses chimicas feitas nas dejecções solidas do homem são muito incompletas. Barral obteve, por meio de quatro series de experiencias, os seguintes resultados:

Agua.....	770
Materias organicas...	190
Materias mineraes ...	40
Total.....	1000

As substancias mineraes salinas são: carbonato de soda, chlorureto de sodio, sulfato de soda, phosphato de cal, phosphato de ammoniaco e de magnesia, silica, e sulfato de cal.

Diversos meios têm sido empregados para o aproveitamento das dejecções solidas do homem como adubo da terra, e que são misturadas geralmente com ourina.

O inquerito, a que o parlamento inglez mandou proceder em 1864, provou, entre outras cousas, que o solo e as raizes das plantas no trabalho da vegetação eram capazes de transformar essas materias, verdadeiro manancial de riqueza para a agricultura, augmentando a quantidade dos estrumes, e na mesma proporção a faculdade productiva das terras; e bastaria isto para demonstrar que num paiz, como Portugal, onde ha falta de estrumes, é dever dos que se interessam pelo bem do povo fazer aproveitar como adubos da terra as materias da limpeza das cidades. É ainda conveniente encarar esta questão debaixo de um outro ponto de vista. De todos os elementos, de que as plantas carecem, o azoto é incomparavelmente o mais caro; e tambem é certo que este principio preparado nas nitreiras agricolas, que o sr. João Ignacio Ferreira Lapa aconselha, sae por muito menor preço do que nos mineraes.

Na formação d'essas nitreiras entra o estrume, o qual adquire nellas ainda mais azoto do que realmente possue; e por isso convém comparar as dejecções humanas com o estrume de estabulo.

Segundo Payen a media dos estrumes de estabulo contêm apenas 4 por 1.000 de azoto em quanto a ourina humana contém 26 por 1.000; e segundo Liebig os excretos tanto liquidos como solidos do homem contêm 30 por 1.000, o que dá 4 por 1.000 de azoto para os excretos solidos.

Admittido que o valor dos estrumes é proporcional ás quantidades de azoto, e evidenciado como já indicamos, que as ourinas do homem dão bons resultados, quando são empregadas com os estrumes, conclue-se que ha conveniencia em misturar as ourinas do homem com os excretos solidos, os quaes augmentam a proporção do azoto e de outros elementos.

3.°

É sabido que a canalisação, destinada immediatamente ás habitações da cidade de Lisboa, deve ser reformada, e que os novos canos devem ser construidos de tubos de grés, perfeitamente fabricados na Abrigada; mas, pondo de parte essa questão, bem como a do maior abastecimento de agua, vejamos se o actual systema de canalisação, com todos os seus defeitos, pode ser melhorado, com economia, por meio da construcção das cisternas-estrumeiras, dando em resultado o aproveitamento das materias da limpeza como adubo da terra.

O que fica escripto prova:

1.° Que a construcção das cisternas-estrumeiras ha de impedir que na maré alta os dejectos sejam repellidos para o interior da canalisação, e ha de evitar o recorrer-se aos processos immediatos de desobstrucção na extremidade inferior dos canos.

2.° Que ha de impedir que os dejectos sujem as praias, e as materias ahi accumuladas incommodem, sobretudo na occasião da baixa-mar, pelas emanações que produzem, e que se ajuntam ás do interior da cidade, para lhe viciar o ar que se respira.

3.° Que obstará a espalhar-se os gazes provenientes da decomposição das materias das latrinas e dos canos para o interior das casas e para as ruas; o que é ajudado pela pressão do ar que entra pela extremidade inferior dos mesmos canos.

4.° Que as chaminés de ventilação, collocadas nas cisternas-estrumeiras, permittirão estabelecer uma corrente d'ar, que arraste comsigo o ar viciado dos canos e das latrinas.

5.° Que o liquido recolhido nas cisternas-estrumeiras ha de sempre apresentar-se rico em productos fertilisantes devidos á abundancia da ourina e á passagem do liquido sobre os dejectos solidos, quando estes não chegarem ás cisternas e se demorarem na canalisação. No inverno, quando as aguas da chuva cahirem abundantes, as adufas automoveis permittirão dar ás correntes dos canos maior ou menor sahida para o rio, se assim se julgar conveniente.

6.° Que o estado do litoral da cidade dá certeza de que ás cisternas-estrumeiras hão de necessariamente ir ter os dejectos, solidos e liquidos, lançados nos canos.

7.° Que o pendor das ruas na parte oriental da cidade, e por conseguinte nos canos, que ahi se encontram, justificam a construcção das cisternas-estrumeiras para nellas se receber a limpeza d'esses canos.

Em quanto á parte central e occidental de Lisboa esperamos que o sr. D. Antonio d'Almeida nos dirá brevemente o resultado dos estudos, a que promette dedicar-se no seu projecto.

Lisboa, 8 de junho de 1871.

JOSÉ DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

SEMPRE-NOIVA

Chronica eborense

(Continuado de paginas 168)

II

A CAÇADA

Caça, guerra e amores,
Por um prazer cem dores.

ADAGIO ANTIGO.

Em tempo d'el-rei D. Manuel a caça de altanaria não tinha ainda cahido naquelle geral desuso, que em 1616 um mestre da arte reprehendia e lamentava com razões suasorias e com palavras sentidas. Frequentemente a exercitavam, nos dias mais felizes e opulentos de Portugal, clero, nobreza e povo, sem que a ninguem lembrasse que, antes de um seculo andado, os publicos infortunios tornariam despraziveis os passatempos venatorios, como todos os que mal se compadecem com os prantos e tristezas d'uma nação avexada e opprimida.

Segundo referem as chronicas, o venturoso monarcha muitas vezes matinava e saía ao campo, acompanhado de musicos, por melhor folgar e se divertir dos cuidados do governo. E o infante D. Duarte, seu filho, era tal caçador de aves e feras, que chegava a andar sem comer um dia todo, embrenhado por matos e florestas.

Todos os annos vinham de fóra do reino, da Noruega, da Suecia, de Castella e d'outras partes muitas aves de rapina que se vendiam por varios preços, conforme suas qualidades; os falcões, açores e gaviões mais caros que as outras castas de menos estimação: os treinados mais e os primas que os pollos e treçós. Não faltavam traficantes a vender tartaranhas e bilhafres por açores que todos em pequenos se confundem.

Costumava el-rei D. Manuel, em quanto residia em Evora, caçar pelos campos circumvisinhos. Seguiam o real exemplo muitos dos principaes fidalgos do reino, que temporaria ou permanentemente habitavam tambem nesta cidade. Não raras vezes succedia afastarem-se os caçadores na distancia de tres, quatro e mais leguas, tanto por gosar a variedade dos logares, como por descobrir caça

mais abundante. No anno de 1507, vespera de Nossa Senhora de setembro, pela manhã cedo, dirigia-se uma d'estas frequentes cavalgadas para os sitios de Arrayollos. Sahira de Evora ao romper da aurora e vingava em pequeno espaço de tempo as tres leguas que separam as duas povoações. Eram tão bons corredores os palafrens que as damas donairosamente cavalgavam, tão ligeiros e fogosos os corceis dos cavalleiros, que precisariam antes da repressão do freio que da correcção do latego ou do estimulo das esporas.

Não corriam, porém, de modo que os camponezes que se encaminhavam aos quotidianos lavores não conhecessem e cortejassem, entre as pessoas da comitiva, a D. Brites de Vilhena e aos filhos do bispo de Evora, D. Beatriz e D. Francisco.

D. Brites de Vilhena foi a primeira a romper o silencio que, havia quasi meia hora, todos guardavam:

—Que é do sñr. D. Francisco de Portugal? Dá-me alguem novas do muito illustre e espirituoso cavalleiro, que não gosta de estar callado nem de que os outros o estejam?

O proprio D. Francisco, sendo quem melhor podia ouvir a pergunta, respondeu:

—Por quem vós perguntaes, snr.ª D. Brites! Esse homem está de tal sorte enfeitiçado por sua linda esposa que não vive senão para ella.

— Razão tem de queixar-se a snr.ª D. Brites, disse um dos cavalleiros, tambem eu vos estranho hoje por mui triste. Será presagio d'alguma desgraça? *Plega a Dios e su madre...*

— Não creio em agoiros e presagios, sñr. Gonçalo d'Ayola. Só Deus sabe o que tem de succeder. A sua bondade é infinita; e comtudo não poucas vezes lhe attribuimos os infortunios que sobre nós proprios chamamos por nossas irreflexões e desacertos.

Estas palavras foram pronunciadas com algum azedume, que D. Francisco tentou corrigir o mais que poude com a expressão affavel e doce do semblante. Quem, entretanto, observasse as duas damas notaria um quasi imperceptivel franzir de sobrancelhas, que significava a respeito de Gonçalo d'Ayola: «Importuno interlocutor!» D'esta vez, como d'outras, a natural repugnancia que sentiam para com o futuro membro da sua familia, venceu a convencional franqueza, com que o tractavam por ordem d'el rei.

A tenção dos caçadores era buscar na coutada do duque de Bragança em Arrayollos a caça que lhes faltava nas terras mais proximas de Evora, por muito batidas e exploradas. Como, porém, lhes parecessem abundantes de aves e de lebres as margens do Divor, áquem d'aquella villa, determinaram não passar adeante em quanto não as despovoassem.

Os primeiros rebates da caça deu-os D. Francisco de Portugal. Avistara uma garça num sitio em que as aguas do ribeiro corriam pouco profundas entre juncos e loendros. Pediu a um creado um sacre que immediatamente rendeu a ave no pego em que se levantou. Mas, como esta se erguesse antes que a outra a aferrasse, e sahisse contra a parte d'onde ia D. Francisco, rasteira e sem poder tomar vôo alto, por lhe faltar vento, começou o cavalleiro a perseguil-a, e com tal felicidade, que, seguindo traz ella com o cavallo, a alcançou e tomou ás mãos[1].

Festejaram todos a um tempo a singularidade do caso e a destreza do caçador, e, animados com a boa estreia, começaram a correr o campo em varias direcções com os galgos e com as aves de rapina.

Gonçalo d'Ayola seguia distrahido e machinalmente os caçadores. Preoccupado por alguma idéa fixa, não despregava os olhos da estrada, que parecia merecer-lhe mais attenção que todas as evoluções venatorias. Durou a sua impaciencia uma hora, até que na estrada, vindo da parte da cidade, appareceu um homem a cavallo. O castelhano deixou logo os caçadores, os quaes, entretidos com o prazer da caça, não deram pela sua ausencia, e correu pressuroso á estrada. O outro, apenas o viu, tirou humildemente o chapeu.

—Onde vem Pero Ortiz com as mulas? Perguntou Gonçalo d'Ayola.

— Não tarda aqui dez minutos. Respondeu o interrogado.

— Espera-o neste logar, e logo que chegue vão ter commigo sem tardança áquellas pedras. E apontou-lhe para uma anta derruida, que se avistava a alguma distancia por entre a calva que ali havia no arvoredo.

— Que excellente sitio! Disse elle comsigo mesmo, chegando e apeiando-se. Nem preparado de proposito! Esta pedra grande servirá de mesa e as outras de assentos. D. Francisco e D. Beatriz ficarão encantados com a surpresa! Uma refeição no campo, á sombra das arvores, juncto da agua a correr... Hão de ficar-me agradecidos e contentes com a lembrança... Olá se hão de!...

Gonçalo de Ayola esfregou as mãos de satisfeito, sentou-se numa pedra e continuou:

— Neste assento cabem duas pessoas. Não muito á vontade, é certo... Será para mim e para a minha futura esposa... A la fé, Señor Gonçalo d'Ayola, que van hacer á usted el hombre mas venturoso que hay bajo la luna!

E tão risonho, como ridiculo, afagava com prazer as nedias faces, cantarolando o principio d'um velho romance:

Por mayo, era por mayo
quãdo los grãdes calores
quãdo los enamorados
van servir a sus amores.

[1] Conta um caso similhante succedido a D. Antonio, prior do Crato, Diogo Fernandes Ferreira em sua *Arte da Caça d'altaneria.*

Entretanto chegaram os criados, que, obedecendo ás ordens do amo, descarregaram as mulas dos pesados canastrões. Abriram-n'os para tirar de dentro d'elles carnes frias, fructas e doces, de que cobriram a toalha, que estenderam sobre a pedra maior.

Esta e as outras pedras, já o dissemos, tinham sido antigamente um dolmen. A superior, que denominam *mesa,* e que de mesa servia agora, estava estendida no chão e cercada pelas restantes, derribadas e em grande parte mettidas na terra. Parecia, com effeito, haverem sido dispostas para o fim que o amphytrião trazia em vista. Algumas velhas azinheiras alargavam por cima d'ellas os ramos e folhagem. Outras muito mais numerosas formavam uma grande espessura, que se prolongava com a estrada tanto para a parte de Evora, como para a de Arrayollos. Brotavam d'uma fonte proxima, aberta ao natural na rocha, crystallinas aguas que mansamente corriam com doce murmurio afluindo ao Divor, onde se misturavam a pequena distancia da nascente. Da parte de leste, e parallelamente á estrada, cortava a planicie o ribeiro, cujas aguas ora se espraiavam á flor da terra, ora corriam confrangidas e profundas entre as ribanceiras orladas de chôpos. Era o terreno para álem do Divor liso e plano em grande extensão, menos da banda do norte, onde começam as primeiras elevações da serra, que só mais longe toma corpo e avulta no horisonte.

Nos valles, formados por aquellas primeiras arqueaduras do solo, ou nas encostas cobertas de oliveiras e de zambujeiros andavam as damas caçando com seus falcões e açores. Não tinham querido acompanhar a D. Francisco de Portugal e aos outros caçadores no exercicio incommodo e violento de correr na planicie atrás das lebres.

Seguiam, pois, a cavallo o caminho que colleava um outeiro, quando subito se alevantou em baixo, no valle, uma abetarda e fugiu para o lado da planicie com o vôo vagaroso que lhe deu o nome. D. Beatriz de Portugal tirou o caparão ao açor que levava em punho, e largou-o, peito a vento, contra a grande abetarda. Sereno e rapido, como a flecha, o açor cortou o ar e aferrou o corpo da ave duas vezes maior que o seu. A abetarda continuou a voar transportando-o comsigo, em quanto elle se dependurava á terra e siava as azas para a fazer cahir com o peso. A gentil caçadora soltou uma exclamação de alegria, e desceu á pressa pelo atalho que vinha dar na planicie.

Parecia extremamente bella assim, entregue ao prazer da caça. Os olhos brilhavam-lhe com juvenil enthusiasmo. Corava-lhe um vivo rubor a branca e mimosa cutis. A embalsamada, fresca aragem da manhã agitava-lhe as plumas do chapéo, que mal continha as fartas madeixas de cabello. O vestido de chamelote vermelho descia muito abaixo do estribo, e o manto curto, preso sob o collar de finas rendas, fluctuava-lhe graciosamente com a rapidez do movimento. Ninguem sobre a terra e longe das espheras superiores melhor poderia inspirar ao poeta aquelles versos:

> E como ia affrontada do caminho,
> Tão fermosa no gesto se mostrava,
> Que as estrellas, o ceu e o ar visinho
> E tudo quanto a via namorava.

Quando D. Beatriz de Portugal acabou de descer o atalho, viu que a presa do açor continuava a arrastal-o para longe, debatendo-se com força por se livrar das garras que a seguravam. Attendendo unicamente na luta das aves e na carreira dos galgos que as seguiam a distancia, não apercebeu uma pequena manada que pastava da outra banda do outeiro, num valle parallelo áquelle d'onde se erguera a abetarda. Juncto com o gado manso andava um toiro corpulento, que a vista dos cavalleiros e os sons das trompas de caça haviam já posto nesse dia inquieto e espantadiço. Agora, vendo alli tão proxima a dama a cavallo, e irritado pela côr vermelha do vestido, arremetteu furioso contra ella. Viu-o correr D. Brites de Vilhena da altura em que vinha, e gritou — guar-te! — á companheira, que, ouvindo-a e voltando-se, conheceu o perigo em que estava.

Ao tempo que o toiro, já proximo, curvava a cabeça para levar com força as ponteagudas armas contra a dama e o cavallo, a primeira com animo superior ao perigo, puxou de repente as redeas á parte opposta para furtar o segundo ao temeroso choque. Este movimento não foi, porém, tão rapido que o toiro não ferisse de ponta uma anca do cavallo, com o golpe que destinara a rasgar lhe o ventre. O cavallo pulou, como se nos musculos tivera molas de aço, e despediu em velocissima carreira pelo meio da extensa planicie.

No principio, a ligeireza, como lhe désse grande vantagem sobre o seu perseguidor, fazia cada vez maior o espaço que os separava. Beatriz julgou-se salva. Passado, porém, algum tempo, entrou o cavallo a tardinhar, embora a dama fizesse por despertar-lhe os brios com a voz e com a varinha com que o fustigava. Presumiu, e não se enganou, que nalguma ferida grave estaria a causa por que elle assim enfraquecia. Abrira-lhe, em verdade, o toiro uma veia, d'onde sahia o sangue em tanto maior quantidade, quanto maiores eram as contracções musculares para accelerar a carreira. A filha do bispo de Evora começou a receiar que viessem a faltar-lhe as forças para se não deixar alcançar.

A direcção da corrida era perpendicular ao Divor, que se alongava na planicie, como um traço escuro e sinuoso quasi parallelo á es-

trada. D. Beatriz viu este obstaculo, que lhe poderia ser util ou prejudicial, e conheceu tambem a Gonçalo de Ayola que corria com os criados para o sitio em que ella havia de atravessar o ribeiro.

O cavallo aproximou-se da margem. Animado pelos gritos com que a dama o incitava, chegou á ribanceira. Ahi, bem como se chamasse com supremo esforço todo o alento restante, fincou as patas no bordo resistente do corrego, ergueu-se rapido e saltou. As ferraduras polidas reflectiram por um momento os raios brilhantes do sol.

Beatriz cobrou nova esperança.

Todavia, a fera, correndo sempre na planicie, chegou da mesma sorte ao ribeiro. O castelhano e os criados, que estavam da outra banda, entraram a espantal-a com gestos e algazarras a ver se a obrigavam a voltar atrás. O toiro desviou os olhos do fito em que os levava, e cravou-os torvos e enfurecidos em seus provocadores, dispondo-se a saltar contra o sitio em que os via.

Gonçalo d'Ayola teve medo. Não se importou mais de espantar a alimaria, porém de aproximar-se de uma arvore para lhe servir de refugio em caso de necessidade. Os criados fizeram o mesmo. Cada um buscou seu asylo.

Isto não queria o amo; faça-se-lhe justiça. Pela sua parte, não ousava expor-se, mas entendia que os outros haviam de ter a caridade e a coragem que lhe faltavam. Puxou da bolsa, e, levantando-a numa das mãos, de modo que todos a vissem, em quanto segurava com a outra o ramo d'um sobreiro, gritou com voz tremula de susto:

— Para... para... para quem a salvar!

Os criados não se desencostaram das arvores a que se haviam conchegado. O toiro e o medo eram grandes, a bolsa pequena.

D. Beatriz de Portugal, quando transpoz o ribeiro, deixou-se ir á mercê do cavallo na direcção em que vinha correndo. Mas este enfraquecia e vacillava de tal sorte, que a dama conheceu que não tardaria muito a cahir por terra, e a arrastal-a na queda. Por se livrar d'este novo perigo, apeiou-se d'um salto. O nobre animal, parecendo comprehender que já não era necessario, abateu-se extenuado e ficou sem movimento estendido no chão.

Ao tempo em que se apeiou, e só então, viu D. Beatriz a cobardia de Gonçalo d'Ayola e a feroz pertinacia do toiro que saltara o ribeiro. Convenceu-se de que estava de todo perdida. Quiz ainda fugir a pé, mas acabaram-se-lhe as forças e cahiu de joelhos. Assim se poz a orar fervorosamente esperando a morte.

O toiro corria sempre.

Estava a trinta passos da victima.

Subito, do arvoredo que se prolongava com a estrada sahiu um homem desconhecido. Correu de encontro á fera e oppoz-se-lhe intrepido e resoluto. Ella parou, como que assombrada de tamanha temeridade. Recuperando, porém, logo a furia horrivel, e pondo os olhos injectados de sangue naquelle que assim a affrontava e lhe servia de obstaculo, abaixou a cabeça para o atirar ao alto. Neste momento o desconhecido arremessou-se-lhe dextramente por entre os cornos e agarrou-lhe a cerviz com braços de ferro.

Os criados de Gonçalo d'Ayola soltaram gritos de espanto, e, instinctivamente, ou transportados com aquelle exemplo de grande valor, ou, emfim, por ter cessado a maior gravidade do perigo, correram ao toiro, que se esforçava com bramidos e com desordenados arrancos para lançar fóra de si o importuno hospede. Este amoldava-se com summa habilidade aos meneios do animal, e ora se sentia bater com os pés no chão, ora elevar-se a grande altura.

Os criados agarraram o toiro, pegando-lhe de cernelha e pela cauda. Gonçalo d'Ayola quando o viu bem seguro, encheu-se de animo, puxou da espada e enterrou-lh'a no coração.

Entretanto haviam chegado ao logar da luta D. Francisco de Portugal e outros caçadores, os quaes, correndo a toda a brida, observaram o que succedera desde que D. Beatriz saltara o ribeiro.

O desconhecido ia a retirar-se para fugir aos agradecimentos de todos, quando Gonçalo d'Ayola o segurou e lhe offereceu a bolsa que estendera aos criados.

— Acceitae-a, disse elle, ninguem melhor a mereceu.

O salvador de Beatriz de Portugal olhou com supremo desprezo para o castelhano, repelliu-lhe a mão com a bolsa e disse-lhe apontando para o toiro:

— Se eu tivesse uma espada, como vós, matal-o-hia logo.

E desappareceu na espessura d'onde sahira.

(Continua) A. Filippe Simões.

CARTAS FAMILIARES

IV

Lobato Pires

Quanto é bello trazer a melancholica
Imagem do passado, e collocal-a
No altar da saudade,
Onde o presente vai ajoelhar-se
E magoado medita...

Lobato Pires.

Meu Amigo. Ha largo tempo que lhe não escrevo; mas, apezar d'isso, bem sabe que o meu affecto é sempre o mesmo. As diversas pensões a que tenho a vida ligada nem sempre me permittem ser meu; mas de certo não são dois ou tres mezes de involuntario silencio que desatam sympathias, de ha muito firmadas

pela sua dedicação d'um lado e pelo meu reconhecimento do outro. E esta separação forçada em que vivemos robora ainda mais, se é possivel, a mutua affeição que nos prende, nunca turvada sequer pela sombra de pequenino despeito.

Escrever-lhe-hei pois agora, e mais vezes, quantas puder, para que tambem o incite a retribuir-me com novas suas, que me são sempre muito agradaveis.

Carteemo-nos por tanto, meu amigo, porque as cartas são meio efficaz de adoçar saudades, este espinho acerbo de delicioso pungir, como disse o Garrett, e que o meu amigo Sanctos Valente tão doce definiu nestes maviosos versos:

Saudade! grato aroma que perfumas
O seio do que soffre! Almo repouso
Em que adormece a magoa que nos punge,
Como a onda socega ao sôpro ameno!

E como, apoz a invocação, tão meigo a exora!

Entorna sobre mim teu doce balsamo,
Urna sagrada das estancias puras!
Oh! chove-me consolos, que este peito
Anceia por quedar a dor que o fere!

Poeta das *saudades* chamaram ao nosso Bernardim Ribeiro, tão conhecido pela lenda dos seus romanescos amores; e raro é o alumno de Apollo que não tenha ferido em honra d'este sentimento a corda mais melodiosa da sua lyra.

E a proposito de saudades e de poetas não imagina, nem de modo nenhum pode avaliar a magoa sincera que experimentei com a noticia de ter enlouquecido o poeta Jorge Guilherme Lobato Pires! São os poetas uns doidos, diz o vulgo. . mas são uns doidos sublimes, que dizem com o grande lyrico *Odi profanum vulgus et arceo*... Scentelha da divindade, o genio que os inspira levanta monumentos mais firmes que o bronze, que as reaes Pyramides mais altos... O *ecce deus* que os opprime dicta-lhes poemas superiores ao tempo e ao espaço, eternos mas sempre jovens. Quando o fogo sacro se extingue e a razão desapparece... que pena!. .que dolorosa pena ..

Eu não sei se é mais de lastimar a morte, se a loucura. Ambas são fataes, ambas terriveis; por uma perdemos a vida, por outra a intelligencia. Se um cemiterio é a sepultura do corpo, é um hospital a sepultura do espirito

A segunda comtudo me parece mais temerosa. O morto lega-nos a saudade, o louco causa-nos uma dor perenne. A alma, roto o involucro fragil, vôa livre a um mundo novo, que a religião e a consciencia nos ensinam a crer bom; mas pela loucura, privada da razão, é ave que se debate no visco da desgraça, é borboleta que cresta as azas no fogo do desespero. Miseraveis as duas, os momentos que lhe restam não são já vida, mas uma agonia lenta e pavorosa sem nome condigno em linguagem d'homens.

Semelha o louco o preso que no carcere estendem sobre o pôtro, a quem dilaceram os membros e retalham as carnes, sem que pelas feridas lhe possa fugir a vida, unico meio que o livraria dos tormentos. Sobre a campa do extincto o coração ainda encontra um alivio, o labio uma prece; mas sobre a prisão do desvairado a mão implacavel do destino como que gravou o verso do Dante:

Lasciati ogni speranza, voi, che entrate.

A nossa litteratura soffreu a perda d'um bom poeta, perda prematura, que excita as lagrimas dos corações sensiveis pela desgraça que a promoveu. Foram duas as perdas: perdeu o poeta o juizo, a litteratura o poeta. E ambos perderam muito; este o fogo do ceu que anima a estatua, o raio do sol que illumina o homem, a intelligencia; aquella um operario da sua officina, que era penhor da sua gloria e um florão da sua corôa.

Trajem luto as letras, que se finou um nobre espirito, que as cultivava com desvelo; embora reste ainda como monumento um corpo tornado automato, sacrario vasio sem o Deus que o animava.

Triste condição, tristissimo desengano este necrologio em vida, este epitaphio da alma que se obscureceu por entre as nuvens da desdita, legando ao mundo algumas paginas brilhantes entrelaçadas com uma memoria deploravel!

Tinha o infeliz espada e lyra; e o louro d'uma e o myrto d'outra murcharam ambos ao suão mirrador do fado adverso!! Bem cabe citar-lhe aqui a sentida estrophe que elle compoz outr'ora em agro instante de prophetica intuição:

Quanto é bello trazer a melancholica
Imagem do passado, e collocal-a
No altar da saudade,
Onde o presente vai ajoelhar-se,
E magoado medita...

Lobato Pires espalhou pelas folhas volantes dos jornaes trechos lyricos magnificos, que, reunidos em volume, completariam um formoso cancioneiro. Li-os sempre com enthusiasmo, e sem attentar num ou noutro defeito, quinhão da critica, acompanhava o poeta nos seus rasgos de genio com o tributo da minha sympathia. Ora veja o meu amigo com que majestade elle saudava a realisação do fio electrico transatlantico:

Que mais te guarda, Oceano, a sombra do porvir?
É agora que o véo começa a s'entre-abrir!...
Inda ha pouco o progresso, o homem que não cança,
Te illudiu esse abysmo, e a distancia, elle só!
Atando um mundo a outro em portentoso nó!!
Eis a electrica força a devassar-te os mares,
E a rir do teu fragor, e a rir dos teus azares!
Oceano! tu és grande, és altivo... mas vê
Que é só o homem rei, quando trabalha e crê!!...

E como elle afinava com o plectro d'ouro seus hymnos d'amor...

Tu foste, amiga, a incarnação sublime
Do aroma e da harmonia,
Em harmonias teu amor se exprime,
Aromas teu sorriso nos envia.
.....
Tens na face o pudor da fresca rosa,
Tens n'alma o fogo de eternal ventura.

E como noutra parte assim descrevia o progresso...

O progresso em seu transito não pára;
Como o rio que a arvore desthrona,
Elle rasga no espaço larga zona,
Calcando sceptros, desviando a tiara.

Quão formosas as definições dos dois conhecidos poetas, o Ovidio e o Horacio francezes...

No diadema do seculo reinante
Resplendem, como o orvalho sobre a rosa,
Lamartine, essa perola mimosa,
Victor Hugo, esse fulgido diamante.

O lyrismo biblico nascia-lhe facil e naturalmente grande...

Fiat lux: ó Senhor, do céu disseste,
E os soes alumiaram!
E de amor e de jubilo celeste
O espaço, os sóes, os mundos palpitaram!
Não te bastara, ó Deus, que o espaço domem
Milhões de astros no eterno movimento;
Faltava á creação mais um portento:
Fallaste, ergueu-se o homem.

Mas ainda não basta. A crença intima elevava-o a mais sublimes arrojos poeticos...

Ó céo, ó céo, que encanto que respira
O teu silencio austero!
Quando te contemplo arrôba-se-me a lyra,
E, crente e absorto, o Creador venero.
Não chega lá da estolida cidade
O borborinho em que estrebucha e morre;
Só chega o pensamento que percorre
A tua immensidade.

Estes fragmentos, que respiguei ao acaso nos versos que se me depararam firmados com o seu nome, atraiçoam talvez algum desalinho, mas revelam incontestavelmente um grande talento, que promettia ás nossas letras um peregrino poeta.

Mallograram-se porem tão formosos auspicios; os hymnos calaram-se, a lyra emmudeceu, seccou a penna. O presente ajoelha-se ante o altar do passado, e magoado medita...

Estes versos de hontem já são memorias hoje. Fulgiu um instante o raio do genio, e o proprio fogo lhe consumiu as forças. Curvemonos deante da desventura, e prestemos o tributo do respeito a essa sombra do que já foi grande.

Coimbra, 1863.

V

Impressões de viagem

Je n'ai pu voir... sans faire quelques réflexions. Ces réflexions... sont restées sur mon journal de route.

CHATEAUBRIAND.

Meu Amigo.— Parti de Coimbra no dia 12 pelas seis horas da manhã com tempo ameaçador; mas compoz-se logo, e tive um riquissimo dia de jornada. Vi Condeixa com os seus palacios, Pombal com o seu celebre forno e castello derrocado, e pelas cinco horas da tarde entrei na pequena cidade de Leiria.

A estrada pelas proximidades de Condeixa é variada de panoramas, mas depois é quasi insupportavel pelas feiissimas charnecas que atravessa.

Quando cheguei andava o 6 de caçadores em exercicio no Rocio. Depois de ver algumas evoluções percorri as duas margens do Liz, e trepei a um monte que se levanta em frente da povoação, e onde campeia uma capella da Annunciação da Virgem. Para aqui se sobe por uma escadaria, que me fez lembrar um pouco os escadorios do Bom Jesus de Braga. Diz um letreiro que a primeira pedra fora lançada a 24 de setembro de 1588.

D'aquelle alto se avistam dilatados horisontes. Em frente da capella destaca-se a casaria da cidade estendida por um pequeno plano, formando o fundo do quadro o famoso castello, que se ergue num monte quasi parallelo a este. Por detrás descortina-se extensa varzea, cortada por dois pequenos rios, que me pareceu unirem-se depois num só, e vão serpeando de manso por alli abaixo «fazendo azenhas de bom serviço.» Devem ser naturalmente o Liz e o Lena, celebres pelos seus dois poetas, Rodrigues Lobo e Rodrigues Cordeiro. No seu trajecto pela cidade é o rio orlado de duas lindissimas alamedas, que formam um passeio de singular amenidade.

Fiquei em Leiria nessa noite; e, levantando-me pela madrugada no dia seguinte, fui ver nascer o sol do alto do castello, onde a cidade apresenta uma perspectiva graciosa e agradavel. Corri varias praças e ruas, que não têm importancia. Só notei que algumas são condecoradas com os nomes das auctoridades; e o proprio «escrivão da camara» tem a sua rua.

Sahi cedo d'esta cidade, e cheguei á Batalha depois das sete horas, onde me demorei a manhã quasi inteira.

Digo-lhe que raro tenho experimentado sensação tão viva como quando avistei o templo, quando me aproximei d'elle, e principalmente quando entrei. Costumado a admirar pela fama tão rico monumento, tendo lido por vezes as descripções de fr. Luiz de Sousa e fr. Francisco de S. Luiz, dois *luizes* de subido quilate

litterario, e até a de Mousinho de Albuquerque, sabia o valor que tem aquella mole de pedra, bordada pelo genio do homem; mas descripção nenhuma é bastante. As mesmas pennas do suaviloquo dominico e do douto benedictino são inferiores ao seu assumpto. Satisfaz-me sómente o romancinho do A. Herculano, a nossa tão conhecida e relida *Abobada*.

Hei de um dia voltar á Batalha com o romance debaixo do braço, e lêl-o d'um folego na famosa casa do capitulo. Ao volver na imaginação a historia de Affonso Domingues, referida pelo nosso historiador debaixo da forma agradavel do romance historico, redobra o respeito por aquelle primor architectonico.

Esta casa do capitulo pela sua abobada, e o templo pela sua singela mas portentosa majestade, são as cousas que mais nos captivam as attenções.

O fundador, D. João I, tem capella sua e sumptuosa, onde jaz com sua mulher D. Filippa de Lencastre em tumulo levantado no centro. Anichados na parede fronteira á porta da entrada estão os de seus filhos, D. Pedro, o celebrado regente do reino, D. Henrique, o famoso impulsor da navegação, D. João, e D. Fernando, o infante sancto. A estatua de D. Henrique estende-se sobre o seu tumulo; seus irmãos repousam debaixo de seus escudos.

O rei D. Duarte jaz na capella mór, exactamente nos degráus mais proximos do suppedaneo. D. João II tem um tumulo provisorio numa capella lateral, pois o logar destinado era uma das capellas imperfeitas. O principe D. Affonso, seu filho, e D. Affonso V estão, tambem provisoriamente, no centro da casa do capitulo.

Por aqui vê, meu amigo, que não se dá um passo neste grandioso edificio que não occorra logo um capitulo da nossa historia.

Nem digo mais. A Batalha vê-se, não se descreve: deve ser visitada em peregrinação por nós todos; é obrigação que corre rigorosa a quem se presa de ser filho d'esta nobre terra portugueza.

É este templo o melhor symbolo da nossa gloria, como elle majestosa, tão formosa como os rendados da sua pedra, tão firme e segura como as suas valentes abobadas.

Abalámos d'aqui, e, depois de passarmos por S. Jorge, Cumieira e Aljubarrota, chegámos a Alcobaça, á antiga côrte dos frades bernardos.

Visitámos o convento e a egreja miudamente. O primeiro encontra-se em deploravel estado; vasto como uma cidade, com immensos claustros, uma chaminé gigantesca, um rio por fonte, que no interior da casa servia para todos os usos, move pasmo pelo poder e riqueza que ainda ostenta. A egreja é grandiosa, mas não inspira o sentimento especial e unico da egreja da Batalha.

Num vasto salão, á esquerda da entrada, se acha um dos celebrados caldeirões, e as estatuas de pedra dos nossos reis em vulto inteiro natural desde o primeiro Affonso até D. José. Faltam já as do cardeal D. Henrique e D. João IV; e as de D. João III e D. Sebastião acham-se muito damnificadas.

Em capella especial se vêem os tumulos de D. Pedro e D. Ignez de Castro.

De Alcobaça chegámos antes da noite á pequena e encantadora villa das Caldas da Rainha. É excellente e aceiadissimo o estabelecimento dos banhos, e notaveis a casa do club, o passeio publico e a mata real, pequeno arremedo do Bussaco. Os poucos mas agradaveis momentos que aqui passei jámais se riscarão da minha lembrança.

Ao romper do dia partimos, passámos em frente da villa de Obidos, patria dos Malhões, e fomos almoçar ao Cercal. Nestes sitios é pouco deleitosa a estrada, e monotonos, ainda que vastos, os horisontes até passar por Alemquer. Então me lembrou uma historia que ouvira em criança, e que não deixa de ser curiosa. Ora attenda-me.

Era uma vez um rei... e mouro por signal, que os christãos cercavam com apertado sitio numa das suas praças. Dormia o bom do rei com o seu cão aos pés. A esta sentinella confiara a sua segurança. Chamava-se Alão o animal, o rei não sei como se chamava.

Dera-se o assalto, e o cão não tugia nem mugia; dormitava sempre. O alarido dos christãos, a algazarra dos mouros, o estrondo das trombetas e dos anafís, nada o sobresaltava; era o somno dos sete dormentes.

Acordou o rei, mas não acordou o cão. Ouviu o barulho, mas não se mecheu; com ouvidos e olhos álerta, os primeiros attentos para o ruido, os segundos para o guarda fiel, não dava um passo nem fazia movimento. Esperava que o cão ladrasse; mas o cão moita.

Foram levados os muros de escalada, o castello tomado e o rei preso. *Alão quer* dizia o monarcha, quando lhe lançavam as algemas....

Foi neste conto que pensei, quando, dobrando o carro uma volta da estrada, se me offereceu aos olhos a industriosa villa de Alemquer, que se pendura graciosamente por uma pequena collina.

Passados poucos instantes estava no Carregado, na primeira estação do caminho de ferro que via, e onde esperei perto de duas horas que chegasse o comboio.

Logo que soou o silvo da locomotiva, correram os passageiros a postos; e eis-me correndo a vapor numa camara elegante, commodamente estofada, com regalos que os antigos estiveram longe de imaginar..... para as jornadas.

Experimentei sincera alegria neste momento, porque sou enthusiasta de todo o progresso, e admiro a serie de prodigios operados pelo genio do homem. Todos os seculos inventam

ou aperfeiçoam, e nenhum passa desapercebido ou ingrato para a sociedade. É copiosa e variada a historia das artes: são innumeros os seus capitulos, multiplices os seus generos, e ainda não se lhe cerrou a ultima folha do livro!

Mas ao mesmo tempo como custam a desenvolver-se as grandes idéas, e a firmar-se os grandes descobrimentos!.... como é lenta a sua marcha! que difficuldades que encontram! que lutas que sustentam! que perigos e sacrificios que assignalam a sua carreira! Cem annos antes de Christo descobriu Héron de Alexandria a applicação da força expansiva do vapor ás machinas, e só hoje o seu invento adquiriu a perfeição que nos espanta!

A ignorancia cruza-se com a intelligencia, e vence muitas vezes. A luz cega os espiritos costumados ás trevas. Luta o genio contra os embaraços, e não os subjuga. Agora Galileu é martyr da Inquisição, depois Salomão de Cós é victima da pretenciosa ignorancia de Richelieu. Cada passo é um combate, e cada combate nem sempre é uma victoria.

Nisto e noutras muitas cousas ia eu pensando quando o comboio chegou por fim a Sancta Apollonia. Eis-me em Lisboa!

E estando eu agora em Lisboa, de certo que espera minuciosa descripção da capital; mas é impossivel. Nem ha vagar, nem tenho os elementos precisos. Quanto mais que apenas lhe vou expondo succinta e superficialmente um ou outro apontamento que colhi, esta ou aquella sensação que experimentei.

Lisboa é uma cidade grande para um provinciano que nunca viu mundo. Costumado a povoações irregularissimas, como são as nossas cidades e villas, pasma naturalmente da primeira terra onde vê a symetria das ruas e praças, que o bom senso indica, mas que o homem não segue quasi nunca.

Esta mesma cidade deve o seu maximo aperfeiçoamento ao terremoto e ao marquez de Pombal. Foram estes dois despotismos que a poliram. O primeiro destruiu-a com violencia para que o segundo a restaurasse com energia. Se não fosse isso, Lisboa não seria com certeza a elegante e donosa casquilha que se remira no Tejo.

Ora o nobre marquez vi eu no terreiro do Paço aos pés do cavallo de seu amo, e fitava com desassombro e carrancudo a corrente do rio. Mas embirrei com tal figura, e a proposito da estatua lembrou-me logo o desgraçado Garção e mais os seus versos, assim como as outras gentilezas do famoso despota. Que eu não quero mal ao ministro de D. José, e até folgo que fosse parar ás ilhas *beatas;* mas isto de regenerar christãos com justiça de mouros, ainda que seja por boa politica, desagrada-me, e muito. E dizem, valha-nos Deus! que ha por ahi visionario que préga que o rigor do homem preparou o systema que hoje nos rege, e o proclama precursor da liberdade, como S. João o foi de Christo.... Pobres d'aquelles venerandos patriarchas de 20, Fernandes Thomaz e outros, que os sumiram já no limbo do esquecimento!...

Fui com o nosso B. P. ver o cemiterio do Alto de S. João, e estive deante dos tumulos de Filinto Elysio, e D. José d'Almada, o auctor dos *Contos sem arte.* Entre outros sobresahem os da familia Bessone e de João Egreja, que são palacios de marmore. Vê-se que eram abastados. Os dos dois escriptores são modestos. Tive de indagar onde estaria o de D. José, e foi-me custoso achar o de Filinto.

Noutro dia fui ao cemiterio dos Prazeres, e vi varios outros monumentos e tumulos, entre os quaes se distingue o immenso jazigo Palmella pela area que occupa. Tem uma capella da configuração d'uma pyramide do Egypto, coroada pela estatua da Fé, e a cuja entrada leva uma rua orlada de formosos cyprestes, sob a qual deve haver amplos carneiros, alumiados escassamente por algumas frestas.

Um dos meus primeiros cuidados foi visitar a celebrada capella de S. João Baptista erecta na egreja de S. Roque, mandada fazer em Roma por D. João V, e que custou dinheiro louco. É na verdade primorosa, e tem riquissimos paramentos e alfaias. Para d'ella fazer idéa, aqui lhe ponho a resumida descripção que costumam dar aos visitantes:

«O quadro do centro representa S. João baptizando Christo no Jordão, o do lado direito a Annunciação da Virgem Sanctissima, e o do lado esquerdo a descida do Espirito Sancto. E estes quadros foram executados segundo os desenhos de insignes artistas: — o de S. João pelo de Miguel Angelo, — o da Annunciação pelo de Guido, — e o do Espirito Sancto pelo de Raphael Urbino. Levaram quinze annos a fazer os mesmos quadros pelos mais habeis artistas que no seculo existiram. No centro do pavimento, que tambem é de mosaico, se acha desenhado um globo, como para significar serem estes quadros os mais preciosos em toda a Europa. Os dois retabulos do tecto são de marmore de Carrara, feitos debaixo da direcção do insigne esculptor Mayne, coadjuvado por Alexandre Giusti, que veio conduzir a capella, e ficou em Portugal. Ha na referida capella oito columnas de lapis-lazuli, e as mais pedras de que ella é construida são amethista, alabastro e granito do Egypto, roxo antigo, verde antigo, marmore de Roma, porfido, e jaulo antigo; os ornatos são todos de bronze dourado. Em 1744 foi esta capella armada na egreja de S. Pedro em Roma, e Benedicto XIV a sagrou, e nella disse missa; sendo depois desarmada e transportada para Portugal, onde em 1746 foi collocada na egreja de S. Roque.»

Causa pena considerarmos como se nos ia

o dinheiro nestas e noutras sumptuosidades nullas, que nem engrandeciam a religião nem estimulavam o gosto artistico no reino. O rei magnificente merecia bem o celebre epigramma de trocadilhos que um dia lhe metteram no bolso da casaca:

Na serie dos nossos reis
Houve já cinco Joões;
Os quatro valem milhões,
O quinto nem cinco réis.

«É fino e atilado o auctor da quadra, disse o rei, tomara-lhe eu a cabeça...»

Como por aqui tenciono demorar-me, nas seguintes lhe direi mais do que tenho visto e admirado.

Lisboa, setembro de 1863.

A. A. da Fonseca Pinto.

ALGUNS SUBSIDIOS PARA A BIOGRAPHIA DE GARCIA DE RESENDE

Francisco de Resende, natural de Resende, juncto a Lamego, foi casado com Brites Botto, de quem teve Garcia de Resende e Jorge de Resende, ambos fallecidos em Evora.

Garcia de Resende não casou, mas teve os seguintes filhos naturaes: Francisco de Resende, Sebastião de Resende, Antonio de Resende e Maria de Resende. Esta ultima foi casada com Garcia de Resende, seu primo, filho de Jorge de Resende[1].

Os assentos de baptismo de filhos de Garcia de Resende e de Maria de Resende, achados em Evora pelo sr. Telles de Mattos e mencionados pelo sr. Innocencio Francisco da Silva,[2] referem-se por tanto aos netos do chronista.

O assento de obito, achado tambem pelo sr. Telles de Mattos e egualmente citado pelo sr. Innocencio, a Garcia de Rezende se ha de referir com toda a probabilidade. Com effeito, nas duas cartas que junctamente com estas linhas publicamos, numa datada de 20 de novembro de 1535, se queixava Garcia de Resende de suas doenças que poucas vezes o deixavam ir ao paço; na outra sem data, mas que, pelo conteudo, parece do mez de maio de 1535, se escusava o chronista, pela mesma razão, de não comparecer na casa da camara. Assim, estando Garcia de Resende doente em maio e novembro de 1535, viria a fallecer em 3 de fevereiro de 1536, data do referido obito.

Poeta, musico e pintor, o chronista de D. João II deixou claras provas do gosto e conhecimento que tinha das artes liberaes no desenho da torre de Belem que lhe anda attribuido[1], no da elegante janella da casa onde morreu, juncto do poço de S. Marcos em Evora, se é verdadeira a tradição, e no da graciosa capella que na cerca do convento do Espinheiro, a tres kilometros d'aquella cidade, mandou construir para sua derradeira morada. Lá se vê ainda por cima da porta a seguinte inscripção em gothico quadrado:

Esta Hermida e Fonte mandou fazer Garcia de Resende em louvor de Nossa S.ª Anno de M. D. XX.

Dentro na ermida e no meio do pavimento havia uma campa de marmore muito bem lavrada em baixo relevo, representando aves, flores, ramos e folhas com esta inscripção do mesmo gothico:

Sepult.ª de Garcia de Resende.

O desenho dos ornatos e a falta de data fazem suspeitar que ainda em vida do chronista e talvez pelos mesmos annos de 1520 teria sido esculpida.

O convento do Espinheiro não escapou á geral devastação que padeceram os edificios das ordens religiosas apoz a sua extincção em Portugal. Aos modernos vandalos, que arrancaram madeiras e pedrarias das casas do convento, não escapou a pobre ermidinha que Resende fora esconder por entre as arvores da cerca, para lhe não perturbarem a paz do tumulo naquelle retiro sagrado. Enganou-se. A sua sepultura foi profanada, lançaram-lhe os ossos ao vento, e, por cruel irrisão, venderam a campa de marmore para servir, como hoje serve, de mesa numa cosinha da cidade de Evora![2]

Na campa havia um e na porta da ermida outro escudo com duas cabras em pala, brasão dos Resendes.

Outras duas campas com similhantes escudos se conservavam em 1637, e talvez ainda

[1] Estas noticias extrahimos nós d'um nobiliario, codice $\frac{\text{CXVII}}{1-7}$ da bibliotheca publica de Evora, escripto pelos annos de 1667 pouco mais ou menos. O artigo em que se nos depararam intitula-se: *Resendes de Evora, segundo o dr. Diogo de Mello, mestre do marquez de Ferreira.* Ora, Diogo de Mello Pereira, segundo affirma Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, escreveu o *Nobiliario de Portugal*, o qual se imprimiu até folhas 80, e foi retirado da imprensa por justos respeitos e defeitos que tinha na composição, como escreveu Severim de Faria. Diogo de Mello Pereira falleceu depois do anno de 1606.

Lêse mais no citado artigo do nobiliario, a que primeiro alludimos, que Antonio de Resende, terceiro dos filhos naturaes de Garcia de Resende, fora pardo (mulato) musico e medico.

André Falcão de Resende foi um dos filhos de Jorge de Resende.

Lê-se tambem no citado artigo que em 1536 Garcia de Resende instituira o morgado da Anta no termo de Evora com o rendimento de quarenta moios.

[2] Dicc. bibliog. port. tomo IX pag. 411.

[1] Monumentos Nacionaes, pag. 193.

[2] Não vão longe muitos dias que seu dono a cedeu para a collecção archeologica de Evora.

hoje se conservem dentro da egreja do convento. Dizia uma:

Sepultura de Jorge de Resende. E de seus filhos.

E a outra:

Sepultura de Britis de Resende, filha de Jorge de Resende que Deos aja.[1]

Da seguinte carta de Garcia de Resende á camara de Evora se vê a influencia que elle tinha nos negocios da cidade:

«Senhores

eu estou tam mall sentido que nam poso hyr a chamado de vosas merces o q̃ muyto folgara de fazer e poryso pedy por merce ao Sõr andre boto q̃ fose dar esta escusa por my.

E lhe dyse q̃ lembrase a vosas merces q̃ os que me parece q̃ deviam de requerer pera serem nestas cortes eram os senhores craueyro e francisco de myranda. E por suas nobrezas de sangue vertudes e bom saber o faram muyto bem.

E q̃ devem de requerer a elRey noso Sõr q̃ polos muytos mereçimentos desta cidade como eu conpridamente mostrarey (e polo principe nosso Sõr e os senhores Ifantes dela serem naturaes) que o princepe noso Sõr aquy foy concebydo (e por yso o senhorio de frorença nã poem o ano do nacimento mas o ano da encarnação de nosso Sõr Jhũ xpõ e a xx b de março começa o seu ano).

q̃ sua alteza faça merce a esta cidade de todolos privilegios que tem e tever a cidade de Lixboa.

E que faça nela em cada hũ ano hũa feira franca pera se tornar a restaurar de quã perdida estaa.

E asy que pase aquy os estudos jeraes pera a cidade se povoar.

E isto senhores me parece neçesario cõ o mais q̃ a vossas merces parecer bem e beijo as mãos a vossas merces.

Garcia de Resende.[2]»

Era a este tempo vereador o irmão do chronista, Jorge de Resende, o qual assignou juntamente com outros vereadores uns longos apontamentos de pedidos em cortes. Entre estes achamos incluidos os que constam da carta. Mas com relação aos estudos pediam a el-rei que mandasse acabar os que o bispo D. Affonso começara[1].

A carta de Garcia de Resende assignala o principio da decadencia da cidade de Evora, mais evidenciada numa outra carta, que pelo mesmo tempo escreveu Nicolau Clenardo[2]. Na opinião do chronista e dos vereadores eborenses o maior mal que a cidade padecia era a falta de gente, que frequentes e mortiferas pestes haviam dizimado. O extrangeiro viu melhor o fundo da chaga, que, pouco e pouco, ia corroendo a sociedade portugueza e destruindo a força, a energia e os costumes puros e austeros da epocha de D. João I.

É muito mais curiosa a carta de Garcia de Resende a D. Francisco de Castello-Branco, retirado do paço por algum passageiro arrufo. Nella se retrata ao natural o velho cortezão de tres monarchas, habituado ás intrigas da côrte e habil em empregar a lisonja e a adulação para demover os grandes e fazer-lhes crer sua a propria conveniencia delle ou de outrem. Mui claramente se deprehende da carta que a razão que o levou a escrevêl-a foi o desejo de beneficiar parentes ou amigos que anciavam no paço pela presença do camareiro-mór. É tambem interessante ver aquelle velho, arrastado pela doença á beira da sepultura, confundir, como as beatas, idéas de compuncção com sentimentos mundanos, e voltar a todo o passo a cabeça para o céo fitando os olhos na terra. Justifica até certo ponto este documento a dureza com que o sr. Alexandre Herculano tractou ao chronista de D. João II[3].

[1] Estas inscripções e as anteriores transcrevemol-as do *Memorial das Sepulturas que estão no convento de Nossa Senhora do Espinheiro*, mss da bibliotheca publica de Evora. É collecção epigraphica do seculo XVII.

[2] Archivo municipal eborense. Liv. 9.º dos originaes a fol. 551. O sr. Rivara suppoz que o *craveiro* seria D. Diogo de Menezes, claveiro da ordem de Christo. Mas por esse tempo era claveiro da ordem de Christo João da Silveira, que residiu em Evora. Os procuradores de Evora nas côrtes de 1535 foram Vasco da Silveira e Francisco de Miranda. *Panorama*, tom. 8.º de 1844, pag. 370.

[1] Arch. munic. ebor. Liv. 12 dos orig. a fol. 551. O bispo D. Affonso, a quem alludem os requerentes, pode ser D. Affonso de Portugal, bispo de Evora de 1485 a 1522, ou o infante D. Affonso, que serviu este mesmo cargo em 1522 e 1523. Ao primeiro e não ao segundo havemos de entender que se referiram pelas razões seguintes:

Sendo estes pedidos em forma de requerimento dirigido a el rei D. João III, é claro que, alludindo ao infante seu irmão, não o fariam os requerentes sem o tractar com mais consideração, pois escreveram simplesmente *bispo D. Affonso*, sem ao menos lhe antepor a palavra senhor. Governando o infante D. Affonso apenas alguns mezes a diocese eborense, não é provavel que em tão pouco tempo désse principio a uma obra que demandava longos aprestos. Finalmente, a respeito de D. Affonso de Portugal diz Barbosa:

«Determinou edificar em Evora um collegio, onde se instruisse nas sciencias a mocidade transtagana, mas a morte lhe impediu a execução de tão nobre idêa.» Não sabemos de outras memorias d'este facto interessante á historia litteraria de Portugal, nem existirão de certo a não ser no cartorio do cabido. O documento do archivo da camara, referindo-se a *estudos começados*, adianta, por tanto, mais que a *Bibliotheca Lusitana*, onde apenas se attribue ao bispo D. Affonso a tenção de edificar um collegio de instrucção.

[2] Esta carta do celebre professor de grego e latim ao seu amigo Latomus foi escripta de Evora a 26 de março de 1535. Vej. a traducção no tom. 1.º dos *Annaes de Sciencias e Lettras*. Classe 2.ª 1857.

[3] *Panorama*, tom. 4.º 1840, pag. 221.

Carta de Garcia de Resende a D. Francisco de Castello Branco, camareiro mór de el-rei D. João III, quando não servia o officio[1].

«Se cartas não fossem cartas, muitas vezes escreveria a V. M. como desejo, mas porque o são o não ouso de fazer, pois as não leva o vento, como palavras e prumas, antes se guardam tão bem, que a todo o tempo se pode pedir razão de como se escreveram e porque as escreveram. E, se nellas reprehendesse a V. M. a virtuosa e descançada e boa vida que tem, por sem duvida e certo tenho que não folgaria com isso, mas antes lhe pesaria e me pediria razão do que assi lhe escrevesse; e tambem se lh'a louvar não se poderá fazer sem deslouvar outra vida que sempre se ha de louvar e exalçar sobre todas. E com todos estes pejos, pois V. M. me manda e escreve que lhe escreva, fal-o-hei, Sñr., de modo que não vá ao mar nem á terra, nem se lance mão de mim no mal ou bem que fallar. E d'esta maneira digo que V. M. está na melhor e mais viçosa cidade que ha no mundo, onde é dos mais principaes e n'ella tem as melhores e mais polidas e atiladas casas e assi a melhor quinta que ha em todo seu termo. Ahi tem mui honradas e avisadas pessoas para conversar, muitos e devotos mosteiros para visitar, e prudentes, honestos e virtuosos religiosos com quem fallar e ouvir suas pregações, nas quaes entram as do reverendo padre mestre Baltezar. E, para passeiar e vêr, a graciosa Ribeira com o labyrinto de diversas vendedeiras e as grandes ruas novas com tão grandes mercadores e tantos officiaes e tantas mulheres fermosas e tanta gente estrangeira. O muito nobre Rocio com os sumptuosos edificios do Carmo do Sprital Sam Domingos e os estaos; as hortas de Santo Antão, de Santos e Enxobregas, a Boa vista e Alvalade seus viços e rouxinoes. E sem V. M. sahir de casa, dos vossos graciosos eirados e muito boas janellas se vê tão fermosa vista que não ha que melhorar a grandeza e fermosura d'esse rio, de tantas e nobres villas e honradas e nobres quintas que ao longo d'elle estão, as muitas naus ancoradas e as que entram e sahem e o gran trafego de tudo, que não ha olhos que se fartem de ver as diversidades de cousas, nem orelhas de ouvir novas de todas as partes do mundo, e tem, Deus seja louvado, para bem isto lograr, mulher muito fermosa e a seu contentamento, e senhorio e renda egual com a dos maiores, e vida tão ordenada que, pagando muitas dividas que fez por fazer virtude com a senhora sua irmã e a casar muito bem, não deve já cousa alguma, antes faz tantas esmolas que é nisso mui louvado, e dá vida a muitas vidas. Não tem lá muito cuidado de alçar cedo, cançar tarde e tambem comer de pressa e ter estos no paço, atural-o de contino, sopear desgostos, paixões e competitencias de dentro e de fora, mil achaques de nescios moucarrões por quererem entrar onde não devem nem é razão; nem perseguições de parentes e amigos desvalidos que por propria força querem que vós os façaes valer; nem visitações de visitadores, que um pouco que em casa quereis repousar ou cuidar no que vos cumpre, vos cançam e atormentam e destruem a compreição, afora os muitos e injustos requerimentos de cobiçosos desenvergonhados sobejos e importunos e os offerecimentos falsos dos que andam com o tempo, o mentir dos mentirosos e as falas e arengas d'alguns que cuidam que sabem, e o querer dar conselhos quem os não sabe tomar e os desentoamentos de muitos desentoados e maos ensinos de mal ensinados e o enfadar de enfadonhos e feder de fedorentos com seus fedores no verão, e outras muitas mais coisas que os grandes officiaes padecem e por força hão de soffrer: perseguem tanto os bons homens que mil vezes trocariam suas desejadas vidas por muitas avorrecidas cheias de necessidades, e assim não se soffreriam muitas sem grande amor a el-rei nosso Senhor ou ás suas grandes mercês, ás honras e ás riquezas para ajuntar para os filhos, ou, por vos falar mais claro, si não houvesse cobiça. E porem Sñr. que tudo isto vos avorrece, como avorrece a alguns, ha V. M. de ver que não nascemos para nós mesmos somente, senão Sñr. para muitos, porque a figueira sem fructo mandou Deus que se cortasse. Por isso, contra nossa vontade havemos de suster vida por fazer vontade a outrem e conservar o que temos e ficou de nossos padres e não se perder em nós, que grão mal é não medrar, mas muito mór desmedrar. E o que o Sñr. governador D. Gonçalo, vosso avô, alcançou com tantos e bons serviços, com saber e diligencia, e o Sñr. conde, vosso pae, com muitos e mui honrados serviços e grandes cargos e officios de quatro reis com tantos merecimentos, soffrimentos e trabalhos por cumprir com sua honra, sua vida e de seus filhos, não deveis Sñr. deixar; e principalmente por V. M. se não apartar do serviço, communicação e vista d'el-rei nosso Senhor que de menino sempre serviu e conversou. E que ahi haja alguns desgostos por culpa do tempo ou d'alguem, cuide e lembre-lhe bem que nesta misera vida não ha ahi contentamento e assi das grandes voltas que o mundo sempre dá e nunca deixa de andar nem está quedo n'um ser e hoje máo e demanhã bom, como cada dia vemos e dizem que os que soffrem acabam muito bem suas cousas.

[1] Conservámos a orthographia propria da primeira carta por estar o original no archivo da camara. Alterámos e corrigimos a da segunda carta por ser copia de letra dos principios do seculo XVII, como se pode ver a fol. 80 v.º e seg., do cod. $\frac{\text{CIII}}{2-26}$ da biblioth. public. de Evora.

Isto se viu mui claro no conde Luiz da Silveira, que teve mui mais favor e muitos mais desfavores do que V. M. teve, e com pairar e soffrer acabou requerimentos e foi conde de Sortelha, e se logo não morrera houvera de tornar a privar e valer muito, porque el-rei Nosso Sñr. mui naturalmente é de mui real condição e mui grande liberal, e o rei que estas tem e outras mui singulares partes que aqui, Sñr., não digo, polas V. M. saber, não deve o seu camareiro-mor apartar-se nunca d'elle, porque o que se não faz n'um dia se acabará em outro; e não tem V. M. edade, virtudes e merecimentos para isto deixar de ser, antes para ter grande esperança e lembrar-lhe muitas vezes quanto valeu e mandou o conde de Penamacor, e por muito enfadado e ocioso que estê não lhe lembrar Dom Bernaldo que nunca em al trabalhou senão em se destruir; quanto mais que el-rei N. Sñr. tem tanta nobreza e bondade que, como V. M. quizer o que elle quer, elle quererá o que vós quereis. E tambem, Sñr. lhe lembro que para lhe falardes quando quizerdes não haveis de buscar tempo nem pedir a outrem que vos deixe para isso entrar, pois vós mandaes entrar todos, que uma das principaes coisas que os requerentes desejam é poderem falar á sua vontade, e que n'isso não ganhasseis mais que contentar S. A. era pera V. M. ter grande contentamento, afora recolher tão honrados irmãos e parentes e muitos bons amigos, os quaes andam derramados por o pastor ser ferido; que o fervor, honra e mercê que estes por isso perdem, hão de cuidar ou dizer que é só por vossa culpa. E, se algum inimigo tendes, não pode mais desejar que o que, Sñr., fazeis em andar fora da corte e deixardes vosso officio de maneira que daes prazer a vossos inimigos e pezar aos amigos, que é contra a natureza e contra toda a razão, e que não fosse por mais que por vingar-se de ruins que lhe agora não fazem o que lhe sohiam fazer bem aos bons em que achou amizade devia de o fazer; e tambem por não andarem requerendo suas cousas os seus officiaes sem poder haver despacho, os quaes estando vós aqui requereriam; mais o haveriam mister que V. M. a elles. E cá pode aproveitar a muitos e lá a poucos. As esmolas que lá faz cá se fariam melhor, que sempre nas grandes cortes ha grandes necessidades. Cá tendes solemnes missas e mui sanctas prégações do padre fr. João Soares. Se quizerdes servir a Deus cá o podereis fazer tão bem como nos desertos, e será mais proveitoso. Servindo V. M. a el-rei N. Sñr. muitos servirão a vós, e á Rainha N. Snr.ª servirieis a gran vontade que tem de vos fazer mercê. E vereis as gentis damas que tanto folgaveis vêr. Cá estão os excellentes principes e muito altos infantes. Cá tendes o sñr. duque e muitos outros senhores. Aqui está a real corte. Aqui tendes touros, canas, e seraos de nobres damas. Se quizerdes passear tendes terreiro e rocio e tambem hortas como lá, e ruas largas e bem chãas, cidade bem assombrada com solemnes mosteiros. Se sahirdes fora aqui estão os verdes campos cheios de todalas casas, e, se pescar pescarias, e, se desejardes jogar, jogos achareis que farte e banquetes mui sobejos. Cá foi vossa criação que é como natureza. Ca reformareis vossa casa e ajuntareis os irmãos, os parentes e amigos; encaminhareis errados e satisfareis a muitos. Se V. M. disser que na corte ha muitos odios, não no tenhaes a ninguem. Se vos pesar com mentiras, falae vós sempre verdade. Se vos avorrecerem mexericos, não ouçaes mexeriqueiros. Se quereis mal a malsins, não entrem em vossa casa. Se souberdes tyrannias, afastae vos de tyrannos. Se tendes odio á inveja, apartae-vos de invejosos. Fugi de blasfemadores maos christãos renegadores. Se alguem virdes fazer mal, vejam a vós fazer bem. Se vos agastarem tristes, buscae homens alegres, folgae com vossos amigos, conversae com virtuosos. Se vos desprezarem ruins, aprazer-vos-hão os bons. Se vos enfadarem pecos, falae com os avisados. Se vos carregam soberbos, sede Sñr. mui humilde. Se vos pena haver ladrões trabalhae que os não haja, e, se maos despachadores, não será por vossa culpa. Se enfastiam maldizentes, não nos ouçaes nem vejaes. Se vos anojam baixezas, cá são todalas altezas. Não querendo ouvir homens ireis ouvir gentis damas. Se quizerdes que vos louvem ha cá tantos lisongeiros que vos alçarão no ar. Cá crescerão vossas rendas e lá hão de vos minguar. Se, Sñr. vos parecer que ha cá pouca virtude a vossa será então muita. Tambem Sñr. lhe lembro que pessoas que se foram e despediram da corte não desejam outro bem senão tornarem a ella e com um aceno d'el-rei viriam logo voando, e S. A., vos disse tantas e boas palavras que isto abastaria para o Sñr. fazerdes. Em quanto fostes doente tinheis escusas que dar, mas agora que sois são não vos serão recebidas. Eu falo tão solto n'isto, porque não podem dizer fazel-o por interesse, pois que por minhas doenças poucas vezes vou ao paço. Mas quem bem o quizer vêr, verá, Sñr. que o faço pelo sobejo amor que ha muito que lhe tenho; pelo qual V. M. me perdôe se falei cousa com que não folgasse, pois a tenção é tão boa que não pode ser melhor; e se bem quizer ver tudo verá que lhe falo bem. Beijo mil vezes as mãos, Sñr., a V. M. D'Evora 20 de novembro de 1535[1].»

A. Filippe Simões.

[1] É coisa mui digna de nota que os ultimos periodos d'esta carta, que principiam por orações condicionaes, se resolvem, pela maior parte, em versos de sete syllabas não rimados.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

REDACTORES

José Teixeira de Queiroz

A. A. da Fonseca Pinto — A. M. Simões de Castro — Candido de Figueiredo

Luiz Carlos — Luiz Garrido — Vieira de Meirelles

Preços da Assignatura

Por anno em Coimbra.....	1$500
Para fóra de Coimbra, estampilhado	1$800
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000
Avulso (tão sómente para os socios e assignantes)	160

Assigna-se no Gabinete do Instituto — Coimbra, rua do Infante D. Augusto.

O Instituto

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

VOLUME XV—N.° 9

24

A Liberdade de industria nas suas relações com a Economia Politica e com a historia da civilisação — por *Candido de Figueiredo* ..... Pag. 193

A Instrucção popular — Conferencia, feita em 10 de setembro de 1871 na casa da Camara de Castello de Vide, no acto da inauguração do Gremio — Illustração Popular — por *J. A. Serrano* 195

Estudos analyticos sobre as aguas mineraes de Luso — por *F. A. Alves* ... 198

Um capitulo de Hygiene Bromatologica portugueza — por *V. de M.* 200

Animo! — (Diante da estatua de Bocage) — por *Candido de Figueiredo*..... Pag. 204

A convenção de 30 de agosto de 1808. (Vulgarmente chamada a Convenção de Cintra). Adeus a Cintra. Um erro de lord Byron — por *Alberto Telles*.. 205

Sempre noiva — Chronica eborense — por *A. Filippe Simões*..... 209

Bibliographia — Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia, por José Silvestre Ribeiro — por *F. A. Rodrigues de Gusmão*..... 214

Dezembro de 1871

7

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

A LIBERDADE DE INDUSTRIA

nas suas relações com a Economia Politica, e com a historia da civilisação

(Continuado de paginas 146)

IX

O presente e o futuro do trabalho

Na historia da civilisação apparecem, donde em onde, certos periodos de transição em que para o sociologista é sobremodo embaraçoso, se não impossivel, aquilatar os factos, apreciar o estado dos espiritos, e antever a resultante dos phenomenos que estuda.

A nossa época é uma época de transição. Fugidos do seio de uma edade de bronze, todos demandamos uma edade de oiro, cada qual por seu caminho. Encontram-se as theorias, abatem-se e levantam-se os systemas; ha gladiadores que succumbem e gladiadores que marcham combatendo; peregrinos que se sentam á beira do caminho, indecisos e desalentados, e peregrinos que se arriscam á viagem do futuro sem mais arrimo que as esperanças no dia de ámanhã. Na sciencia, na litteratura, na religião, na industria, identicas perplexidades, lutas e aspirações. De um lado, a acção e a reacção em campanha aberta; do outro, o eclectismo que vacilla, e a duvida que martyrisa.

D'este embate de theorias e systemas, d'esta confusão cahotica de crenças e descrenças, d'este pandemonium turbulento, em que a sombra do passado se levanta contra as visões radiosas de um futuro paradisiaco, resalta sempre um pensamento generoso e nobre, uma idéa a tal ponto luminosa que a não extinguem os clarões do combate, nem as tempestades da revolução: é a sorte do povo, é a sorte do operario.

Esta idéa, haviam-na suffocado os seculos debaixo dos arminhos da realeza, e debaixo das pedras do castello feudal, erguidas pelo povo, e do sangue do povo humedecidas. É verdade que essa idéa armara já o braço de Harmodio e Aristogiton, reunira no Aventino os plebeus conculcados pelo patriciado romano, accendera a revolução foraleira do seculo XII, inflammara a Jacqueria no seculo XIV, e inspirara o martyr Savonarola; mas tudo isso não passava de meios vagos, era a ante-manhã do dia do resgate. E esse dia chegou: quando o povo deletreou a grande lei da egualdade humana, quando a voz do direito e a voz da justiça lhe instillaram no peito uma energia nunca d'antes conhecida, levantou-se como um só homem e exigiu o reconhecimento da sua emancipação. Embalde se lhe oppozeram as guardas pretorianas de caruchosos pergaminhos: a rasoira da justiça passava por cima da humanidade, e a revolução do seculo XVIII legava ao seculo XIX a reivindicação da dignidade humana.

Ergueu-se uma bandeira em frente da outra, lindaram-se arenas, e travou-se a luta. A luta fere-se ainda, mais ou menos desnorteada, com planos mais ou menos firmes, mas sempre encarniçada e tentando golpes decisivos.

O trabalho, aviltado largos annos pelos privilegios, feudos e poderios, acostumou-se a ter o capital como inimigo, em vez de filho. O capitalista, esquecido de que o capital deve ser filho legitimo do trabalho, tem-se muitas vezes locupletado explorando o trabalho alheio, e accumulando em seu proveito exclusivo as fadigas do operario. D'ahi a separação real de dois campos que, na ordem das ideas economicas, se nos apresentam como estreitamente unidos e eternamente inseparaveis,— o trabalho e o capital.

Preterindo por agora uma detida analyse dos direitos e das armas com que se abroquela o capital, façamos um ligeiro estudo dos titulos que o trabalho exhibe para legitimar a revolução em que se empenha.

Publicistas ha, que, dominados por uma extrema boa fé, ou por uma culpavel nesciencia, apresentam como prospera a situação do operario da actualidade, para d'ahi deduzirem a illegitimidade da revolução operaria e dos clamores da industria. Temos á vista um exemplo: Mézières [1], não podendo aliás contestar que um dos principaes distinctivos da nossa época é uma geral emulação no melhoramento da sorte do povo, abandeia-se com Thiers [2] para avançar que, a despeito das declamações que exaggeram o quadro das miserias populares, ha não só um certo bem-estar senão até uma especie de *abundancia* no seio do povo, especialmente do povo da cidade.

Ora nós não podemos deixar de vêr que em verdade o homem do povo, o homem que vive do seu trabalho, chega muitas vezes a vestir-se de linho, de algodão e talvez de sêda, em quanto que o operario do mundo antigo considerava muitas vezes uma simples camisa como um luxo inaccessivel. Mas isso só revela que é rigorosamente exacta esta observação d'um grande homem do nosso tempo: —«A maquina, que, pela centralisação dos capitaes que ella suppõe, parece uma força de todo o ponto aristocratica, torna-se, pela vulgarisação dos seus productos, um

[1] No seu livro *L'économie ou remède au pauperisme.*

[2] *De la propriété.*

poderosissimo agente do progresso democratico; ao alcance ainda dos mais pobres são por ella collocados muitos objectos de utilidade, de luxo mesmo e de arte[1].»—

Para avaliarmos a situação real das classes operarias, não basta consultar estatisticas no recesso d'um gabinete, e vasar ponderações nos moldes estafados dos tradicionalistas de todas as côres: é mister transpôr os umbraes da officina e da mansarda, passar uma noite sob os alpendres do proletario, provar o pão negro da miseria, e perguntar depois á propria consciencia se são ou não de todo infundadas as reclamações do proletariado.

É incontestavel que estamos assistindo a uma guerra social, accêsa por esse dualismo, — o trabalho e o capital, — dualismo hoje em dia tão antinomico como o dualismo do poder e da liberdade, que em todos os tempos accendeu as revoluções politicas.

Sem offender os direitos do capital, somos, pela corrente dos factos, levados a confessar que a burguezia se ha por vezes esquecido de quanto lhe custou a sua emancipação, e ha feito ao proletariado o que em tempos ominosos lhe fez a ella o clero e a nobreza.

Ao lado porém da antithese destruidora, ao lado da negação peculiar ao espirito de classe, deve a sciencia, imparcial e serena, determinar as suas fórmas affirmativas, conciliadoras, syntheticas.

A questão entre o capital e o trabalho póde, reduzida a outros termos, representar-se por duas bandeiras, uma das quaes tem por divisa a *propriedade individual*, e outra o *communismo*.

O communismo, entre-sonhado por Platão na antiguidade, rejuvenescido pela *Utopia* de Morus, tem despido, vestido e revestido fórmas varias desde a *Cidade do Sol* de Campanella até ao phalansterio de Fourier, ao saint-simonismo e ás theorias societarias de Owen e Cabet[2].

Appareceu a sociedade sobre a terra, e para logo surgiram duas necessidades, que têm parallelamente acompanhado a marcha da humanidade: a necessidade da appropriação commum, e a necessidade da appropriação individual. Cada uma d'estas necessidades, aliás diversas, traz sua origem de fundamentos legitimos.

A appropriação commum funda-se no direito originario, que todo o homem tem, de viver, e de fecundar a terra,—capital primitivo do genero humano, capital que, segundo as palavras do fantasioso fundador do phalansterianismo, Deus concedeu a todos, aos homens e ás mulheres, aos novos e aos velhos aos ricos e aos pobres, aos christãos e aos musulmanos[1].

As tradições da India, da Palestina, da Grecia, do Egypto, attestam o facto da appropriação commum nos primeiros periodos sociaes. O espirito de communidade manifestou-se nos agapes dos tempos primitivos do christianismo, na organisação dos conventos, no movimento religioso dos gnosticos, dos anabaptistas, e dos irmãos moravios; e é evidente que a propria organisação da familia, nas sociedades modernas, é um reflexo d'esse espirito de communidade.

O direito natural e a historia não condemnam pois a propriedade commum; mas, ao lado da propriedade commum, diz-nos a historia e o direito, que é indispensavel a manutenção da propriedade individual. Sem propriedade individual, desappareceria a actividade social, a liberdade, a civilisação. O interesse particular e a responsabilidade pessoal, fonte dos commettimentos que se traduzem nos grandes factos do progresso, seriam absorvidos pelo interesse commum.

É certo que a propriedade, perante a historia, se acha muita vezes fundada na força e na conquista, da mesma sorte que a religião, a liberdade e a justiça tiveram, de tempos em tempos, de manchar a sua clamyde alvissima em lutas sangrentas, sem que por isso a verdade deixasse de ser filha de Deus, e estrella polar do espirito humano.

Preterindo erros e abusos, que nada provam contra a pureza d'um principio social, vêmos a propriedade cimentada no direito natural, e nas exigencias de todas as sociedades bem organizadas. Desde que o homem nasce, tem necessidade absoluta de fazer *seus* os elementos da sua natureza physica.—o ar, a luz, o vestido e os alimentos.

A razão do movimento das sciencias e da industria deriva do reconhecimento, virtual ao menos, da propriedade particular, do direito, que o homem tem de se apropriar d'aquillo em que imprime o cunho da sua personalidade.

E comtudo, assim como a exaggeração do espirito de communidade cooperou na apparição do individulismo, assim o abuso do direito da propriedade individual tem suscitado a reacção do communismo. O direito commum opprimia o individuo, e o individuo emancipou-se; o direito individual desfita o direito commum, esquece-o, e o direito commum chama-o para o campo da luta.

As oscillações e o desequilibrio do direito social e do direito individual, e sobretudo as violações do direito economico[2], têm pertur-

1 Michelet, *Le Peuple*.

2 Alfred Soudre, *Histoire du communisme*. O livro de Soudre, longe de ser uma obra de critica imparcial, é todavia digno de ler-se, quando se pretenda abranger num lance de olhos as evoluções historicas do communismo.

1 Fourier, *Théorie de l'unité universelle*.

2 Ces causes (du pauperisme et du crime) se réduisent à une seule: le droit economique partout violé. (Proudhon, *De la capacité politique des classes ouvrières*).

bado o maquinismo industrial, e acordado a discussão dos direitos do operario. Não se diga porém que o operario é estranho ás causas que lhe têm aggravado a situação. A economia e a moralidade, condições indispensaveis da prosperidade publica e particular, quantas vezes não têm sido esquecidas pelo operario, que num dia vae dissipar á taberna e ao alcoice a tressuada féria! Quando a baixa dos salarios, ou uma crise imprevista, fere impiedosamente as classes operarias, a miseria é de ordinario aggravada pela imprevidencia propria.

O operario, que nos dias de abundancia não pensou no abysmo que lhe interceptaria os passos, vê-se, num momento dado, a braços com uma situação desesperada: d'um lado vê o trabalho mal remunerado, a exploração do capitalista e dos patrões, as vexações dos impostos indirectos; e, do outro, um recurso extremo, a *greve*.

(Continúa) CANDIDO DE FIGUEIREDO.

A INSTRUCÇÃO POPULAR

Conferencia, feita em 10 de setembro de 1871, na casa da Camara de Castello de Vide, no acto da inauguração do Gremio—Illustração Popular.

(Continuado de paginas 172)

III

Agora relanceemos os olhos para a nossa organisação escholar; que vemos? qual das nações mais adiantadas escolhemos para modelo, ou que peregrino systema instituimos no nosso paiz?

O edificio da instrucção elementar em Portugal, senhores, é uma mole tosca e disforme, onde é impossivel deparar arrendados, onde não se enxerga feição caracteristica.

Descançando num indifferentismo assustador, sem comprehender a elevada missão da eschola, o municipio recosta-se languidamente sobre o districto, abandonando-lhe a vida e a bolsa; a acção individual, encapotada num egoismo atroz, dormitando, inerte, ao canto da lareira, tem em pouco qualquer idéa grande, que possa dulcificar os destinos da patria; e as associações particulares de ensino—as que se atrevem, por acaso, a erguer-se,—hão de luctar com desesperada constancia, primeiro que consigam firmar os passos.

Emfim, esmolando de porta em porta, a eschola em Portugal só encontrou apoio no estado; fomos nós os innovadores de um systema, de que deveramos tirar privilegio!

Mas consideremos mais de espaço a economia de todos estes elementos, que de dia para dia vemos, lá fóra, tomarem incremento tão extraordinario.

A acção local no campo da nossa instrução primaria é um zero sem significação, de que nos cabem amargas censuras. Á inepcia dos governos, que põem sempre, acima de todas, a questão financeira, devem pedir-se estreitas contas, de que a eschola entre nós não esteja ainda aclimada.

Porque o não está, senhores. Em quanto o povo não amar a eschola, com o affecto com que estremece a egreja da sua parochia, ou com o respeito com que bemdiz a misericordia do seu concelho; em quanto os governos forem avaros d'alguns contos de réis, com que se alliviaria a classe tão degradada do magisterio primario, e em quanto cruzarem ociosamente os braços deante d'uma questão de tanta magnitude, a eschola não poderá crear raizes, nem deitar vergonteas robustas, em solo tão esteril, e em tão mal amanhado terreno.

E em vão alguns governos menos timoratos, ou alguns reformadores de mais largas vistas têm pretendido nacionalisar a eschola, por meio de medidas sãs e decisivas; vêem bem depressa baqueiar a sua obra ante o vandalismo dos que lhes succedem.

Na sabia organisação de 1835, a mais completa desde 1772, e a mais perfeita até 1870, a descentralisação da instrucção primaria e a localisação da eschola, a liberdade de ensino e o ensino obrigatorio eram os pontos capitaes que Rodrigo da Fonseca proclamava. Dois mezes depois, Mousinho d'Albuquerque, acalentando por ventura mais audaciosos planos, fez letra morta a reforma do ministro eminente, sem dar de si outra que a substituisse.

Passos Manuel, o campeão setembrista, decretava entre applausos, um anno mais tarde, a celebre reforma de 1836; se não attingiu a balisa demandada por Rodrigo da Fonseca, se não poude seguir-lhe os passos melhorando a situação precaria do magisterio, e propondo abertamente a descentralisação, a sua reforma chegou a ser posta em vigor, e deixou entrever á instrucção primaria dias auspiciosos no futuro. A gratificação mesquinha de 20$000 réis, paga ainda actualmente pelas camaras, e que era um dos artigos da reforma de Passos Manuel, foi a primeira tentativa posta em practica, para accender a acção municipal. Tentativa infructuosa, sem a descentralisação que devia precedel-a.

A reforma de 1844 do sr. conde de Thomar pouco adiantou em principios novos; fez reviver alguns da organisação de 1835, aboliu outros de summa importancia na constituição litteraria da eschola.

Pois esta insufficiencia das leis, senhores, ainda é aggravada cada dia pela incuria dos governos em fazer ponctualmente cumprir os decretos. O ensino obrigatorio, legislado,

ha muito, pela reforma de 1844, foi deslembrado pelos governos subsequentes, e embora existente na lei nunca teve applicação na practica.

Até 1870 adoptaram-se medidas de pouca monta.

Neste anno um homem prestante, a quem o valor da espada grangeara uma fama europea, que provara a intrepidez do seu peito em mil combates successivos, que implantara, com mão animosa, tantos marcos na estrada liberal, deslustrou um pouco, toda uma vida de louros e de victorias. Este homem subiu ao poder, e, numa dictadura de cem dias, mostrou á anciosa expectação, de que era alvo, que lhe pesava mais a pasta tão invejada de ministro do que o bastão pomposo de marechal.

Mas no meio d'este debate, um só homem firme nas suas crenças, immutavel na sua idéa, não desceu um ponto da justissima consideração em que era tido.

Innovador d'um apostolado em Portugal, — o da instrucção do povo, —proselyto o mais enthusiasta d'esse apostolado, os seus olhares perscrutadores, robustecidos pelas lucubrações d'uma vida laboriosa, convergiram irresistivelmente para um ponto — a reforma da instrucção primaria.

De facto, senhores, a reforma de 1870 foi um clarão immenso, na noite cerradissima da nossa instrucção popular.

Firmando-se numa descentralisação absoluta e confiando a eschola á vida local, adoptando o principio novissimo do capital escholar e instituindo por uma vez o ensino obrigatorio, abrindo, finalmente, ao magisterio uma carreira para estimular ambições, D. Antonio da Costa havia de fazer-nos comprehender, pelos resultados maravilhosos da sua colheita de instrucção, que a questão da organisação escholar devia discutir-se a cada instante, em todos os espiritos elevados.

Não logrou porém o seu intento, senhores; sendo victima d'uma devastação de barbaros, não ficou pedra sobre pedra naquelle edificio sumptuoso, e hoje retrogradamos covardemente até á epocha de 1836.

Ficaram de novo emmurchecidas as tentativas tão bem esperançadas da aclimação da eschola no nosso paiz; e se consultarmos mais uma vez o severo testimunho dos numeros, dir-nos-hão na sua linguagem imparcial que dispendendo o municipio na Italia 12 vezes mais do que gasta o Estado, 10 vezes mais na Prussia, na Suissa 9 vezes mais, em Portugal o municipio dispende só 4 vezes menos!

Mas sem transpôr o nosso territorio, citemos todavia alguns exemplos que animam, — honrosas excepções, tão honrosas quanto raras, oasis verdejantes no meio da esterilidade geral.

A Camara de Paredes — villa no districto do Porto — reforma sollicita, um por um, os edificios escholares do seu concelho; e sabeis, senhores, que na quasi totalidade dos concelhos, nem edificios proprios sequer existem.

A Camara de Coimbra estendendo a mão bemfazeja á Associação dos Artistas, empenha-se com ella no derramamento da instrucção popular.

Emfim, a Camara de Setubal, a benemerita Camara de Setubal, abre neste ponto o mais salutar exemplo. O lyceu municipal d'aquella cidade, instituido ha 13 annos por diligencias d'uma camara illustre, é um padrão glorioso na historia da instrucção do povo. Cerca de 200 alumnos das classes mais desprotegidas bebem alli, afóra o ensino primario, amplo desenvolvimento de educação religiosa e moral, noções succintas dos direitos e deveres dos cidadãos, ensino graduado de desenho em tres annos, as linguas portugueza e latina, franceza e ingleza, e conhecimentos de sciencias naturaes com applicação aos usos da vida.

Mas é licito perguntar, apezar de tudo, senhores, se na questão do ensino popular o papel do municipio em Portugal não será o d'um verdadeiro comparsa. Penso havel-o demonstrado.

A iniciativa individual, no nosso paiz, poucos assomos de vida tem manifestado na grande obra da educação do povo.

Seis é o numero modesto de estabelecimentos de ensino, sustentados em Lisboa e arrabaldes, pela acção de alguns cidadãos generosos. E se acrescentarmos que dois d'elles, sendo asylos, têm antes em vista o fim beneficente do que o ensino de alumnos, faremos idéa exactissima do debilitado exemplo que nos offerece a capital.

Na Inglaterra, senhores, todos os proprietarios endinheirados, todos os grandes fabricantes instituem escholas nos seus dominios, fundam cursos nocturnos nas suas fabricas. Em Portugal a familia de Bragança — a nobilissima familia de D. Pedro V, — as familias de Subserra e do Lavradio, de Resende e de Barbacena, e pouquissimas outras, apenas podem considerar-se excepções preciosissimas.

Rasgo verdadeiramente memoravel, exemplo edificante e digno de encomios só nos é apresentado pelo Conde de Ferreira.

Este homem, favorecido largamente pela fortuna, mas cujos maiores dotes eram os do coração, «convencido de que a instrucção publica, como elle nol-o diz, é um elemento essencial para o bem da sociedade», fallecia em 1866, legando á instrucção do povo, um auxilio valioso de 144 contos.

A construcção de 120 edificios escholares, repartidos por outras tantas cabeças de con-

celho, era o destino obrigado d'aquella avultada somma.

E ainda aqui havia de mostrar o municipio a má vontade com que é arrastado para qualquer commettimento civilisador. Convidadas todas as camaras, a habilitarem-se para serem contempladas, concorrendo pelo menos com 400$000 réis, 130 responderam ao convite, porém muitas retiraram a pretenção, recuando de assombradas ante a primeira ousadia.

Mas anteponhamos a doação do conde de Ferreira—*o facto mais saliente da nossa historia escholar*—a algum facto dos que, lá fóra, são relembrados com eternos louvores.

Quando em 1863 se decretou nos Estados Unidos a emancipação dos escravos, quando, á voz de Lincoln, resuscitavam na America milhares de individuos, que até ahi pela côr, haviam deixado de ser homens, a creação de escholas para os pretos foi o pensamento unico, que animou a todos os espiritos esclarecidos. *Meetings* numerosos, subscripções avultadas, todas estas creações de momento, em que a iniciativa particular se manifesta e se expande, de tudo se lançou mão para realisar tão philantropico intento.

Pois *só um cidadão americano*, senhores, —Peabody,—lançou generosamente, nos cofres da commissão, a somma quasi fabulosa de 1:000 contos de réis. Vêde como até no que parece engrandecer-nos, nos mostramos pequeninos deante das outras nações.

A associação—esta forma sublime e augusta, revestida pela iniciativa particular—não gosa talvez ainda, entre nós, dos foros de instituição social. E as associações escholares, minguadas em numero e em forças, concentrando-se a medo nas cidades, não se atrevem a estender os braços, esparzindo o ensino pelas provincias.

Por isso o *Gremio Popular* e a *Associação de D. Pedro 5.º*, a Sociedade—*Civilisação Popular* e o *Centro Promotor*, em Lisboa; em Coimbra a *Associação dos Artistas*; a *Sociedade Artistica* em Evora; e em S. Miguel a *Sociedade dos Amigos das Lettras*, são apenas um pallido reflexo das associações que vimos lá fóra.

Mas passemos sem detença, ante os olhos, as escholas sustentadas por influxo particular, quer puramente individual, quer constituido em associação.

Cento e vinte e cinco é, em todo o reino, o numero total d'estas escholas; e dir-vos-hei, para estabelecer confronto, senhores, que a Inglaterra, onde é nulla a cooperação do estado, onde o elemento official é cifra de nenhum valor, em logar de 120 escholas possue 59 mil, levando-nos infinita vantagem.

Pois tão escasso numero, que daria, repartido com egualdade, 5 escholas particulares em cada districto, vai ainda parecer-vos mais diminuto, attenta a sua distribuição irregular. Lisboa absorve 41 d'estes estabelecimentos escholares, 38 concentram-se no Porto e em Bragança, 46 cabem, apenas, ao reino e ilhas.

Não vos surprehenda, pois, saber, senhores, que ha muitos districtos em Portugal, onde a acção particular não chega a erguer uma eschola; e em todo o nosso districto com 64 escholas officiaes, só existe uma particular instituida em Portalegre por um legado do conde de Barbacena.

Mas penetremos ainda mais fundo, na triste realidade dos factos. Os 41 estabelecimentos de ensino, que a iniciativa particular levantou em Lisboa, e que, sem ultrapassar as fronteiras, nos podem parecer em numero avantajado, não têm verdadeiramente senão metade do valor que apparentam.

Entre elles ha 20 asylos e recolhimentos, que instituidos pela caridade, e embora sustentando escholas, no campo do ensino popular, se não perdem de valia pelos resultados, desmerecem não pouco pela intenção que os ergueu.

O Porto, emfim senhores, fornece-nos alguns exemplos de irmandades dotando escholas, de que Lisboa só nos offerece um.

Edificaria ver por toda a parte, á sombra dos pendões alçados das confrarias opulentas, em torno dos pobres pendões das irmandades pouco abastadas, o espectaculo das loiras crianças, commungando dentro da egreja á meza da instrucção, soletrando candidamente o doce nome... do Christo.

—A eschola juncto do altar, o sacerdocio amparando o magisterio—seria, senhores, reunir em amoroso amplexo a religião á instrucção, as crenças ao saber, o progresso ao christianismo...

IV

O estado é pois em Portugal o unico bordão da eschola.

Outorgando a si a missão civilisadora de instruir, arrogando-se o oneroso encargo de ensinar, como desempenha elle o grave compromisso que lhe incumbe?

Vimol-o de sobejo.

Pobre na cabeça e no coração, apoucado no animo e no espirito; avaro para os grandes commettimentos, perdulario nas pequenas futilidades, lançou a questão do ensino num barquinho de papel, e estende-se á beira-mar, resonando sanctamente.

Diga-o a vida angustiosa do operario, a situação atribulada do artista, o viver apertadissimo do lavrador; o trabalho que custa sangue, o pão que se come com lagrimas, e a rotina e a ignorancia, que nos estreitam num cinto de ferro.

Corre tormentoso o dia de hoje, senhores;

mas quereis o de amanhã opulento e brilhante? Erguei escholas, disseminae-as por toda a parte, alumiae com a sua luz todos os pontos do horisonte, aureolae com ella todas as intelligencias.

E quando ámanhã transpozermos as portas do futuro, quando a eschola fôr entre nós uma benção que fructifica, e não uma instituição que se impõe, teremos conquistado a mais benefica de todas as liberdades, não liberdade que se assoalha nos codigos, mas que se inscreve nos corações—a liberdade de sermos felizes.

A criança, diz D. Antonio da Costa, vai pedir á eschola a sciencia da felicidade.

J. A. SERRANO.

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

ESTUDOS ANALYTICOS

sobre as aguas mineraes de Luso

I

No concelho da Mealhada, districto de Aveiro, e na encosta occidental da extremidade N. da serra do Bussaco, entre as duas aldêas denominadas Luso da Egreja, e Luso de Alem ou de S. João, está situado o estabelecimento thermal, cujas aguas constituem o objecto dos nossos estudos.

Differentes ensaios chimicos executados nas aguas mineraes de Luso, lhes têm descuberto diversos principios; e em relação á maior parte d'estes são concordes todos os trabalhos. Data a primeira analyse qualitativa do anno de 1850; e foi feita pelo sr. dr. Costa Simões, a quem tanto devem os banhos de Luso, já mencionados pelo dr. Francisco da Fonseca Henriques no seu Aquilegio Medicinal, e descriptos pelo dr. Francisco Tavares. Acido carbonico livre, acido sulphydrico livre, carbonatos, sulphuretos, e chloruretos com bases de cal, magnesia, soda, e alumina; eis os principios mineralizadores então encontrados.

Em 1860 foram estas aguas analysadas em Paris pelo sr. dr. Mathias de Carvalho. Determinaram-se não só os seus elementos componentes, mas tambem as proporções em que estes se encontravam. Deu-se-lhes a composição representada no seguinte quadro:

Agua: um litro

Acido carbonico livre	vestigios	...
Acido carbonico no estado de carbonato neutro	gram.	0,0130
Chloro no estado de chlorureto		0,0095
Silica		0,0100
Potassa		0,0060
Soda		0,0140
Cal		0,0045
Magnesia		0,0010
Total		0,0580

Repetiram-se as analyses em 1862; e ainda por ellas se demonstrou a presença de acido carbonico livre, carbonato de cal, magnesia, soda, potassa, chloro, e pequenissima porção de acido sulphydrico (?)

A commissão nomeada para estudar a nossa hydrologia mineral, num opusculo impresso em 1867 com o titulo de — *Estudos preliminares das aguas mineraes do Reino* — menciona tambem os banhos de Luso. Em cada litro de agua encontrou-se 0,05917 gram. de residuo solido, formado de silica, chloruretos alcalinos, saes calcarios, e magnesianos, e mui pequenas quantidades de alumina e ferro.

Ultimamente tentámos trabalhos mais completos, tendo por fim a analyse qualitativa, e tambem a quantitativa; o que tudo praticámos no Gabinete de Chimica da Faculdade de Medicina.

II

As aguas mineraes de Luso são limpidas, incolores, inodoras, e offerecem sabor ligeiramente acre.

No ponto de emergencia é mui notavel o desinvolvimento de gazes, que rebentam em bolhas á superficie do liquido.

A densidade d'estas aguas medicinaes é de 1,00025. A sua thermalidade as faz considerar como temperadas.

Repetidos ensaios feitos pelo sr. dr. Antonio Augusto da Costa Simões, Lente da Faculdade de Medicina, e em epochas e circumstancias mui diversas, têm permittido determinar a temperatura da nascente no ponto de emergencia; mostrar a permanencia do seu calor proprio durante o longo periodo de vinte annos, e apezar das obras indispensaveis para a construcção do novo edificio; evidenciar que a agua nada perde em graduação no seu curso para as banheiras, e que a sua escala thermometrica muito differe da que pertence á agua do ribeiro de S. João situado mui proximo do estabelecimento balneo-therapico.

Eis em resumido mappa o resultado de doze observações effeituadas com o maior es-

crupulo e cuidado, e referidas sempre a um thermometro, que se tomou como padrão constante.

N.º de observações	Epochas em que foram feitas as observações	Temperatura da agua na nascente	Temperatura da agua na banheira	Temperatura da atmosphera (ar livre)	Temperatura da agua do Ribeiro de S. João
	1851				
1 (*a*)	27 de julho 11h. da manhã	26,5 C	—	20,9 C	?
	1854				
2 (*a*)	3 de julho 7h. da tarde	27,2	—	15,5	21,5 C
	1858				
3	15 de julho 11h. da manhã	27,2	27,2 C	?	18,1
4	6 de outubro 9h. da manhã	27,2	27,2	15,5	18,1
5	24 de dezembro 10h. da manhã	27,2	26,9	8,8	16,6
	1860				
6	10 de abril 3h. da tarde	26,8	?	12,5	17,5
7	14 de julho 3h. da tarde	27,1	26,8	17,8	18,1
8	20 de agosto 9h. da manhã	27,1	27,1	21,2	18,1
9	10 de setembro 11h. da manhã	27,1	27,1	17,5	18,1
10	28 de dezembro 3h. da tarde	27,1	27,1	14,3	16,2
	1861				
11	9 de maio 8h. da manhã	27,1	27,1	12,5	18,7
	1871				
12	1 de novembro 1h. da tarde	27,0	26,5	14,5	17,5

Media da temperatura da agua mineral na nascente ..... 27,05 C
Media da temperatura da agua mineral nas banheiras 27,00
Media da temperatura da atmosphera durante as observações 15,50
Media da temperatura da agua do Ribeiro de S. João 18,04

As aguas mineraes de Luso apresentaram reacção acida ao papel, e tinctura de tornasol, a que deram côr um pouco avermelhada; depois de aquecidas por algum tempo mostraram-se alcalinas.

Os gazes desinvolvidos espontaneamente na agua mineral, e mui abundantes no seu ponto de emergencia, sendo recebidos em hydrato de cal, precipitaram carbonato de cal, como se tornou evidente pela effervescencia e desinvolvimento de acido carbonico produzido no precipitado, quando sobre elle se lançava o acido sulphurico ou chlorhydrico.

(*a*) Estas duas observações foram feitas antes de construido o actual edificio dos banhos.

Colhidos estes gazes espontaneos, e convenientemente analysados, á temperatura de 0.º e á pressão de 0,m76, deram em 100.cc de mistura gazosa, 12,cc3 de acido carbonico, e 87,cc7 de um composto de oxygenio e azoto.

Separados os gazes em dissolução nas aguas de Luso, verificou-se que eram de natureza egual aos que espontaneamente d'ellas se evolviam. No volume de 100cc, á temperatura de 0º e á pressão de 0,m76, continham 10,cc1 de acido carbonico, e 89,cc9 de um mixto de oxygenio e azoto.

Uma porção de agua mineral de Luso, tractada na origem pela dissolução de acido arsenioso em acido chlorhydrico diluido, não deu precipitado algum.

Outra porção de agua, misturada com a solução de oxydo de chumbo em lixivia de soda, apresentou o precipitado branco de *carbonato* de chumbo.

Nova quantidade de agua mineral originou com a solução de iodureto de cadmio o precipitado branco de carbonato de cadmio.

O sulphydrometro de Dupasquier não nos patenteou a existencia de enxofre no estado de sulphureto, ou de acido sulphydrico.

A agua dos banhos de Luso, concentrada pelo calor, e acidulada pelo acido chlorhydrico, deu com o chlorureto de baryo precipitado branco, insoluvel no acido azotico. Este precipitado de sulphato de baryta evidenciava a existencia do acido *sulphurico*.

O azotato de prata produziu nestas aguas, previamente aciduladas com acido azotico, precipitado branco completamente soluvel na ammonia. Escurecendo pela acção da luz solar, denunciava ser formado de chlorureto de prata, e que as aguas continham *chloro*.

A agua mineral de Luso perturbou-se immediatamente com o hydrato de cal, e deu precipitado de *carbonato* de cal. Com a solução de acetato de chumbo appareceu o precipitado branco de *carbonato* de chumbo.

O acido oxalico, ou o oxalato de ammonia, deram precipitado branco de oxalato de *cal*, quando se misturaram com estas aguas medicinaes. Separados os precipitados, e ensaiado o liquido restante, neste se descubriu indicios de *magnesia*, pelo emprego da ammonia e do phosphato de soda.

O sulpho-cyanureto de potassio, lançado nestas aguas, aciduladas com acido azotico puro, deu-lhes côr rosada, o que fez suspeitar a existencia de compostos de *ferro*.

Evaporou-se até a seccura uma porção de agua mineral. Parte do residuo solvido novamente em agua distillada, manifestou reacções que confirmaram os ensaios já feitos. Outra parte, sendo tractada pelo maçarico juntamente com o phosphato duplo de soda e ammonia, mostrou uma substancia infusivel nadando na perola obtida pela fusão do sal de

phosphoro, e perturbando sua transparencia: era a *silica*.

Nova porção do residuo solido, tomado no fio de platina, e levado á chamma do gaz na lampada de Bunsen, mostrou a presença do *sodio*, como depois foi ainda confirmado pela analyse spectral, que tambem indicou a exis-cia do *potassio*.

A calcinação do residuo fazia-lhe adquirir côr escura, e desinvolver o cheiro especial da *materia organica* neste estado particular.

Concluimos pois que nas aguas thermaes de Luso existem os seguintes elementos mineralizadores: acido carbonico, acido sulphurico, chloro, cal, magnesia, pequenissima quantidade de ferro, sodio, potassio, e silica.

Estes resultados analyticos, obtidos em julho de 1871, estão em perfeita harmonia com as reacções que se notaram em porções da mesma agua colhida em epochas diversas, e conservada por muito tempo em garrafas bem tapadas.

Na agua apanhada pelo sr. dr. Costa Simões nos annos de 1854, 1855 e 1858, abertas as garrafas em 1859, tão sómente algumas das que se recolheram em 1854 e 1855, deram o cheiro do acido sulphydrico. Em agua da mesma procedencia, e em outra tambem colhida em 1859, destapadas as garrafas em 1871, não notamos o cheiro proprio do hydrogenio sulphurado.

Uma porção d'agua recolhida em 3 de setembro de 1855, misturada nessa epocha com a solução de acido arsenioso em acido chlorhydrico, e conservada a mistura até 1871, não produziu o precipitado de sulphureto de arsenico em todo este espaço de tempo.

Em agua colhida em 1855, e então misturada com chlorureto de calcio e ammonia, formou-se o precipitado de carbonato de cal. Agua apanhada em 1858, tractada nessa epocha pelo hydrato de cal e ammonia, ou pelo acetato de chumbo, manifestou, quando se abriram as garrafas em 1871, os precipitados de carbonato de cal, e carbonato de chumbo; e numa porção de agua, recolhida em 1855, tornou-se bem patente a existencia de preparados de ferro.

Em todas estas differentes analyses era mui notavel a existencia do acido carbonico livre. Não podem pois estas aguas deixar de ser consideradas como acidulas carbonicas; e, se o acido carbonico existe no estado de combinação formando carbonatos, e a soda é a base alcalina, que se encontra em maior proporção, devemos classificar as aguas mineraes de Luso entre as bicarbonatadas sodicas, seguindo a classificação proposta por Durand Fardel, e adoptada pelos mais notaveis hydrologistas.

(Continúa) F. A. Alves.

UM CAPITULO

DE HYGIENE BROMATOLOGICA PORTUGUEZA

I

D'entre os livros que tractam medicina e viram a luz em o nosso paiz, correndo a primeira metade do seculo dezoito, nenhum sobreleva, e raros egualam o *Portugal Medico*, na vastidão do argumento e licção do escriptor. Porque com tirar pelo natural ás idéas d'aquelle cyclo, em relação á sciencia da vida, esboça tambem mui claramente as disciplinas coevas, proprias das faculdades, que mais a auxiliam. E não só contorna umas e outras com o auctorisado parecer dos que melhor as professaram, senão que as emmoldura nos arabescos d'uma erudição variadissima. Por mui curiosa extremamos d'entre estes uma notavel mostra, que diz respeito á bromatologia, thema, que, como demonstraremos antes, tem desvellado as mais peregrinas intelligencias, com que a medicina se ennobrece.

A hygiene bromatologica, ou da alimentação, ascende aos afastados tempos de Hippocrates. E do muito que a presava o illustre medico de Cos são prova inequivoca os aturados estudos, que lhe dedicou. Registamos como principaes o excellente tractado— *Dos ares das aguas e dos lugares* e o *Do alimento*[1].

Cultivada com proveito por alguns contemporaneos e successores de Hippocrates a hygiene alimentar deveu a Celso particulares vantagens. E, se é certo que este nada mais fez que seguir as pégadas do ancião divino, tambem se não pode duvidar que muitos preceitos bromatologicos lh'os doutrinou a sua mesma observação[2].

O fino e primoroso ingenho de Galeno esclareceu ainda esta parte da hygiene, como allumiou todos os assumptos, para os quaes o celebrado medico de Pergamo fez convergir os raios luminosos do seu espirito. D'elle possuimos, além dos famosos commentarios aos já alludidos tractados de Hippocrates, tres livros *Das propriedades dos alimentos*, um *Dos alimentos que formam bons ou maus humores*, e outro *Do regimen attenuante*[3].

Da eschola arabica quasi nada temos a memorar neste ponto. A obra, que se inscreve *Tacuini sanitatis*, ou *Taboas da saude*, publicada em nome de Elluchasem Elimithar, medico de Bagdad, mas provavelmente escripta por Buhahyliha Bengesla e o judeu Ferraguthus, de Napoles, nenhumas noções adiantou.

[1] Oeuvres complètes d'Hippocrate, traduction nouvelle par É. Littré, t. II pag. 1, e IX pag. 99.

[2] Aurelii Cornelii Celsi, De Re medica libri octo etc., fol. 7, v. e segg., et alibi. Parisiis, 1529.

[3] Epitome Galeni Pergameni operum, Basileae, 1551.

As taboas, *tacuini,* eram quadros onde se viam enumeradas todas as substancias alimentares conhecidas, e os objectos relativos á hygiene. Casas, *domus,* destinadas aos differentes generos de observações, respectivas a cada substancia, enchiam, dividindo-os, os quadros. Na quarta columna, ou casa assignalavam-se os graus de calor, frio, humidade e seccura, que pareciam convir ás differentes substancias[1].

E o livro do celebrado medico Izhak-Ben-Soleimão, que a versão latina chamou *Liber de diætis universalibus et particularibus,* com ser gloria do auctor, não fez tambem avançar a sciencia[2].

Fallecem ainda de interesse em relação ao nosso proposito as escassissimas lembranças, que nos legou a eschola, chamada dos gregos modernos. Porque, como exceptuemos os imperfeitos esboços de Simeão Sethi ácerca da natureza do alimento, e as linhas incorrectas, traçadas pelo pulso pouco firme de Actuarius sobre o regimen e escolha dos alimentos, nada mais ha que mereça commemoração[3].

Chama-nos porém a eschola de Salerno, que flammejou como meteoro fugaz nas trevas da edade media. Aos monges de S. Bento devem as sciencias a fundação d'essa eschola, que já no seculo oitavo tinha o primado da medicina. Mas o seu explendor só data verdadeiramente do undecimo seculo, quando os filhos do Patriarcha de Nursia, meditando os trabalhos dos medicos gregos e arabes, lograram pelo estudo reflectido avantajar-se em muito aos seus contemporaneos. Demais favorecia-os a bem escolhida sede da eschola. Aquecida ao doirado sol da Italia e repassada do seu calor, espelhando-se no azul purissimo d'aquelle céo diaphano, beijada pelas ondas irrequietas do Mediterraneo, e embebida em aromas, vaporados dos arbustos balsamicos, que enverdeciam as collinas visinhas, Salerno não attrahia os estrangeiros somente pela fama universal do seu saber.

Era então a época cavalleirosa das cruzadas, e, como soassem longe os louvores dos medicos de Salerno e da formosura do lugar, exalçados pelas vozes de milhares de peregrinos, que, para readquirir a saude, intentavam a romagem da nova Epidauro, não poucos d'esses guerreiros da cruz, cortados pelo ferro dos sarracenos, ou avergados á doença, mandavam aproar suas galeras ás praias da cidade lettrada do occidente, em busca de remedio para as suas enfermidades. Foi assim que, voltando da Palestina, alli abordou no anno de 1100 o principe Roberto d'Inglaterra, filho de Guilherme, o *conquistador,* no intento de curar um braço d'uma ferida, que os cirurgiões não tinham sabido tractar. E, como ahi estanceasse algum tempo, parece que os medicos da cidade, e especialmente um d'elles por nome João de Milão, escreveram, e endereçaram ao principe inglez, uma obra em mais de mil versos leoninos, encellando farta collecção de preceitos dieteticos e bromatologicos, que, com nos chegar incompleta, dura até hoje[1]. Damos-lhe aqui o principio:

Anglorum regi scripsit schola tota salerni.
Si vis incolumem si vis te reddere sanum
Curas tolle graves: irasci crede prophanum.
Parce mero: cenato parum: non sit tibi vanum
Surgere post epulas: sonum fuge meridianum.
Non mictum retine: nec comprime fortite anum.
Hec bene si serves: tu longo tempore vives.
Si tibi deficiant medici: medici tibi fiant
Hec tria: mens leta: requies: moderata dieta.
Lumina mane manus surgens gelida lavet aqua
Hac illac modicum pergat: modicum sua membra
Extendat: crines pectat: dentes fricet: ista
Confortant cerebrum: et fortant cetera membra.
Lote: cale: sta: pasce: vel infrigesce minute.
Sit brevis aut nullus tibi somnus meridianus.
Febris pigrities: capitis dolor atque catarrus.
Hec tibi proveniunt ex somno meridiano.
Quatuor ex vento veniunt in ventre retento.
Spasmus: hydrops: colica: vertigo quatuor ista.
Ex magna cena stomacho fit maxima pena.
Ut sis nocte levis: sit tibi cena brevis[2].

Seguem numerosos preceitos hygienicos, que algumas regras da arte culinaria por vezes enliçam. Ambos alludem mais especialmente ao comer e beber, e ás carnes, fritura, aves domesticas, peixes, legumes, raizes, frutas, vinhos etc. E a pós todos depara-se-nos a enumeração de variados condimentos, anticipando a narrativa d'outras especies hygienicas, que andam mui distanciadas da bromatologia.

Foi tal obra, por muitos annos, brazão nobilissimo da Eschola de Salerno. Chamaram-lhe *flor da medicina,* e espiritos tão esclarecidos, como o de Arnaldo de Villanova pagaram-se de a commentar. Mais tarde porém cahiram no que era, e já Lommius, no seculo dezasete, proclamava sem rival o poema salernitano na incorreção da forma e na aridez das idéas. E a eschola, de que elle foi altisono pregão, nem sequer sobreviveu ao desluzimento desta gloria, pois que ao repontar do seculo decimo quinto já a illuminava apenas o reflexo d'aquella explendida luz, que nos dias de Romualdo e Egidio a aureolara[3].

Declinava a estrella de Salerno, e erguia-se o sol da renascença. Na penumbra que antecedeu a aurora da nova edade divisa-se sómente o vulto colossal d'Arnaldo de Villanova,

[1] J. Freind, Histoire de la medecine, pag. 221.—M. J. Mackenzie, Histoire de la santé, pag. 227, etc.
[2] Kurt Sprengel, Histoire de la médecine, tom. II, pag. 323.
[3] Dictionaire des sciences médicales, par une société de médecins et de chirurgiens, art. Hygiène, tome vingt-deuxième. Paris 1818.

[1] Kurt Sprengel, Histoire de la médecine, tom. II, pag. 354 e segg.
[2] Opera Arnaldi de Villa nova etc., fol. 145, e segg. Venetiys 1527.
[3] Kurt Sprengel, loc. cit. pag. 360 e segg.

repassando as velhas doutrinas bromatologicas nos commentarios á obra de João de Milão, no *Regimen da saude* e outros escriptos de menor tomo[1].

Com a alvorada da civilisação resurgem os espiritos para o trabalho feracissimo do estudo. Foi então o desbravar e arar terrenos safaros de toda a cultura, onde as sciencias vieram á maravilha. E a hygiene bromatologica cresceu, avigorou e fructificou como as outras suas irmãs. Frescos ainda na memoria de todos os conceituosos versos da eschola de Salerno, quiz ella preludiar as suas locubrações, inspirando-se nas musas do Lacio. Assim Eobanus, a quem em seu tempo chamaram indistinctamente Homero e Ovidio, escreveu um poema, que intitulou — *De tuenda bona valetudine,* e Castor Durante, medico de Sixto V, delineou — *Il tesoro della sanità*, que começa por esta breve, mas elegante descripção:

Si cupis incolumen vitam producere, caelum
Effuge corruptum nebulis, nidore, lacunis.
Quodque movet madidus morbosis Africus auris
Purum ama, et ad solem nascentem, et lumine apricum
Purgatumque Euro et Boreali frigore tersum[2].

Foram, a contar d'esse tempo, sobre gostosos tão variados os fructos em que a hygiene alimentar se desatou por toda Europa, que se nos antolha quasi impossivel enumeral-os todos. Diremos pois só dos principaes, que em Portugal viram a luz até ao fechar do seculo dezesete.

II

Sahido de mãos portuguesas, de nenhum escripto sabemos, com relação ao nosso intento, anterior ao que ora vamos registar.

Deve-se a Thomaz Rodrigues da Veiga e intitula-se — *Commentarii in libros Hipocratis de victus ratione.* Lugduni 1586. Escreveram doutissimas pennas o elogio d'aquelle varão preclaro, e, com parecer encarecido, não desdiz com os meritos do professor insigne. Escutado, durante quarenta e dous annos, como oraculo das sciencias medicas na universidade de Coimbra, acabou seus dias no elevado cargo de Fysico Mor.

São as outras obras pela ordem chronologica:

De Regimine cibi, ac potus, et de caeterarum rerum non naturalium usu nova ennarratio. Salmanticae 1594. Foi seu auctor Henrique Jorge Henriques, lente de prima na universidade de Coimbra, e grave e conspicua intelligencia, como attestam testimunhos insuspeitos.

De tuenda valetudine et producenda vita liber. Florentiae 1602. Pertence a Rodrigo da Fonseca, eminente toxicologista do seculo dezaseis, que regentou gloriosamente as cathedras de prima nas universidades de Pisa e Padua. Uma reverenciada auctoridade, o celebre Mackenzie, chamou áquella obra compilação judiciosissima e utilissima[1]. Dos louvores, que ao auctor dirigiram muitos medicos de abalisada sciencia, seria longo fallarmos.

Tractatus de sex rebus non naturalibus. Olyssipone 1602. Escreveu-o Fernando Rodrigues Cardoso, que foi lente de vespera em medicina na universidade de Coimbra, donde sahiu para Fysico Mor. De eximio professor o conceituou Zacuto, e Jeronimo Ramires chamou-o homem de rara erudicção.

De cibo, et potu. Matriti 1615. Deu á luz este livro o medico Jorge Henriques, do qual apenas sabemos que fora natural da Guarda e professor de medicina.

Regimento para conservar a saude, e vida dividido em dous Dialogos. O 1. trata de sex rebus non naturalibus: o 2. das qualidades do ar, sitios e mantimentos do termo de Lisboa. Lisboa 1626. Este curioso opusculo foi producção de Fernando Solis da Fonseca, mestre em Artes e professor na universidade de Coimbra, onde ensinava pelos annos de 1584 e 1585.

Commentarius in Hippocrates Coi, Libellum de alimento, in quo multiplici didascalia variae Controversiae in utramque partem disputantur, Argumentorum funibus, authorumque securibus Satyro Cornua *ligantur, confringuntur.* Florentiae 1635. Foi auctor d'esta obra Estevam Rodrigues de Castro. Fadou-o a natureza medico sagacissimo, philosopho perscrutador, e poeta e orador inspirado. Leu medicina na universidade de Pisa, onde occupou a cadeira de prima. Ao seu altissimo talento teceram bem merecidos elogios alguns escriptores nacionaes e estranhos.

De febrium curatione libri tres quibus accessere duo alii libelli de simplicium medicamentorum facultatibus; et alter de qualitatibus alimentorum, quae humani corporis nutritioni sunt apta. Villaviçosae 1636. É digna de attenção a parte d'esta obra, que diz respeito aos alimentos. Tirou-a a lume Andre Antonio de Castro, medico dos Duques de Bragança, e pela elevação ao throno de D. João IV, nomeado Fysico Mor. Zacuto appellidou-o de eruditissimo.

Tractatus de modo cibandi; quod amplius debet assumi in prandio, quam in Coena: ubi etiam quod somnus ad coctionem ventriculi juvet, examinatur, et qualis ordo in cibis assumendis debeat servari. De usu aquae frigidae; agitur de aliis ad id spectantibus. Romae 1675. Pertence esta obra a Paulo Correia, nome celebrado entre os portuguezes que cultivaram a medicina. Porque dictou brilhantemente esta sciencia na cadeira de

1 Opera Arnaldi de Villa nova, fol. 68 v., etc.
2 M. J. Mackenzie, loc. cit. pag. 232.

1 M. J. Mackenzie, loc. cit. pag. 305.

vespera em a universidade de Alcalá, e acompanhando depois a Roma o embaixador, Duque do Infantado, careou o applauso da cidade dos Papas, pelo acerto e novidade da sua therapeutica.

Schola Salernitana compilata. Joannes Mediolanensis notis illustratus, quem antea breviter illustraverat Arnoldus, de Villanova. Hagae Comitis 1683. É um novo commento ao poema de João de Milão escripto por Zacharias da Silva. D'elle ficou em memoria que professara com felicidade a medicina, exercendo-a em Amesterdam.

Estas as obras impressas, de que havemos noticia, em relação á bromatologia e no tempo apontado; mas não acabamos comnosco passar em silencio outras, que o doutissimo Abbade de Sever archivou na sua *Bibliotheca Lusitana*. São as seguintes:

De paranda Coena. Trabalhou este escripto Miguel Antonio, celebre professor de medicina, que mereceu a Zacuto o epitheto de medico *prudentissimo*.

De Alimentorum facultatibus. Este manuscripto de Fernando Alvares Cabral existia com outros do mesmo escriptor na livraria do Fysico Mor do Reino, Doutor Manuel Alvares Sereno. Cabral foi venerado no seu tempo com um luminar da sciencia medica, e grande sabedor das outras.

De Regimine Principum. Prestes a imprimir-se, esta obra de Zacuto Lusitano não chegou a lograr o beneficio da estampa. Áquelle nome illustrissimo e um dos maiores, senão o *maior* da medicina antiga portugueza, já não ha exalçar louvores, que lhe não tenham sido contados. Nós apontamol-o como uma gloria nacional, os estranhos acclamam-o luz da medicina e honra veneranda dos medicos.

III

Voltemos á curiosa cita, que nos suscitou a digressão precedente. Desentranhou-a Bras Luis de Abreu d'um escripto, que seu auctor, Carlos do Valle Carneiro, nomeara *Horas Portuguezas*. São preceitos de hygiene bromatologica á mistura com algumas regras de dietetica, allusivas a cada um dos mezes do anno.

Não se contentou com menos o escriptor do que pol-os em verso. Era aberto o exemplo, determinou-se em seguil-o. Assim o tinham feito antes Eobanus, Castor Durante, Fiera, Henrique de Rantzau, Scevola de Santa Marta, por ventura o poeta da *Callipœdia*, e outros. E, entrajando-os com a roupagem das musas, sublimava o assumpto e lograva estadear as galas luxuosas da sua imaginação opulenta. Desfalleceu-lhe porém o estro, e a doutrina não vingou salvar a obra. Mas como reflexo das idéas, professadas no assumpto pelos medicos da época, não se pode negar certo valor historico aos versos do malaventurado poeta. Assim os inseriu no seu mais notavel livro o imaginoso escriptor do *Sol nascido no Occidente e posto ao nascer do sol*, provando d'esta arte que lhe perfilhava os dictames. Fique-se porém na sua o descobridor da herva do chá em Aveiro[1], que hoje não ha poder justificar a maxima parte dos assertos do cantor das *Horas Portuguezas*.

Julgue o leitor per si, attentando nas oitavas que seguem:

Janeiro

Sem cauza urgente foge da sangria,
Bebe do vinho branco, e delicado,
Deixa o falso, naõ laves todavia
A Cabeça; usa sempre o mel Rozado.
Dos pomos goza a qualidade fria,
E em jejum da pimenta o graõ pizado,
De noute naõ passees ao sereno;
Porque para a saude isto he veneno.

Fevereiro

Uza da Confeiçaõ do mel Rozado
Porque resolve o frio, e da Cabeça
As dores tira; poem de parte o assado,
E o guisado cozido naõ te esqueça:
Uza a sangria para ser purgado,
Se queres que a saude se estableça;
Pois se livra quem estas regras ama
Da sarna, e do outro mal, que a França infama.

Março

Quem neste Mez saude ter dezeja
Beba do doce vinho, e seos manjares;
Seja doce; e o cozido porro seja;
De ervas cheirozas banhe o corpo em mares:
Naõ uze de sangrias, sem que esteja
Em perigo; os xaropes saõ azares:
Tome, se quer sarar, çumo de arruda,
Que fas bem á Cabeça, e a vista ajuda.

Abril

Na commum vea he valida a sangria,
Purgate, come carne recem morta,
Das raizes na cea te desvia,
Betonica, e hortelaã em çumo importa:
Do salgado uza apenas na iguaria;
Porque a sarna com isto se conforta,
Da Lùa he dia ultimo aziago
Descança o corpo, e foge a tanto estrago.

Maio

Lava a Cabeça, vivirás sadio
Come couzas de fresca qualidade,
Na sangria do figado me fio,
Pois he para a saude utilidade:
Comer pès de animal he desvario,
A Cabeça tambem menos te agrade;
Uza do funcho, e bebe da sua agoa,
Que alegra o coraçaõ, que vive em magoa.

[1] Bras Luis de Abreu, Portugal Medico, parte 1, pag. 307.

Junho

Bebe em Jejum de vinho hum copo breve,
Porque a Colera alimpa sem milagre;
Uza do bom comer suave, e leve,
E de alfaces molhadas em vinagre:
Á sobriedade (pois valia teve)
Teu ventre alem do uzo se consagre;
Passo velòz estuda no exercicio,
Que o ocio neste mez se julga vicio.

Julho

Naõ lisongees Venus, porque damno
Grande fazerte pode; medicina
Naõ tomes, nem sangria, que he engano:
Á arruda, e salva de menhaã te inclina:
Com paõ, e agoa nesta parte do anno,
O agraço no comer é saã doutrina.
Naõ comas muyta fruta te aconcelho,
A fresca alface ajuda ao Moço, e Velho.

Agosto

Bebe de branco vinho, e a carne come
De frangaons, e uza a recente vitella,
O agraço, a salva, e o melaõ se tome,
Naõ entre a couve nunca na panella:
E se houver quem da Lua os dia some,
No principio pro mào fuja de vella;
Faze à lanceta, e às demazias pauza,
Porque saõ da terçaã; e quartaã causa.

Septembro

Uza de toda a sorte de iguaria,
Que o tempo he de gentil serenidade,
Por adubo a panella ter devia,
Algum pó de Cordeal, que mais te agrade;
Promettote que gozes de alegria,
Guardando estes preceitos com verdade:
Gosta em Jejum, se queres tomar força,
O sumo de Betonica, que esforça.

Outubro

Bebe do vinho novo, que he sadio,
E come couzas frescas, que he proveito,
Bebe leite de cabra em largo rio,
Que apura ao sangue, e he ao bofe aceito,
Uza de pomos sem nenhum desvio,
Que tenho agora delles bom conceito:
Foge dos frutos que te causaõ damno;
Lavar Cabeça, e sangrar he engano.

Novembro

Naõ vàs a banhos, nem taõ pouco sayas
De caza antes que o Sol sua lux estenda;
Cardo, e alcaxofras, e das frescas prayas
O peyxe vivo ao gosto se te renda:
Se á sangria do figado te ensayas,
Te approvo, mas a estùfa naõ te offenda,
Que nesta, e em outra parte de suores
Se gèra a sarna, movemse os humores.

Dezembro

Come couves, cebollas, e sellada,
Aves, pomos, por sobremeza peras,
Come capoens, cabritos, que me agrada,
Raizes, perrexil, usa de veras:
O Nabo, que enterrou cinza apagada
Come tambem; se a tarde em caza esperas;
Mostra à carne de Vaca rostro esquivo,
Da Lua o dia ultimo he nocivo[1].

De Carlos do Valle Carneiro nenhumas noticias nos herdaram as memorias contemporaneas. E Diogo Barbosa Machado, que tão diligente se mostrou no mister de averiguar nomes de escriptores portuguezes, deslembrou aquelle na sua afamada *Bibliotheca Lusitana*.

Mas, com desconhecer-lhe todas as circumstancias da vida, não o esqueceu o incansavel e sabedor bibliographo, sr. Innocencio Francisco da Silva, assignalando-lhe a existencia na segunda metade do seculo dezesete e nomeando-o por auctor das — *Horas portuguezas do Officio da Virgem Nossa Senhora, e Ramalhete manual de diversas orações*[2]. Não vimos este livro, mas rastreamos que não foi d'elle que Abreu trasladou os versos, inseridos no *Portugal Medico*. Inscrevia-se porém com titulo identico, como indica o auctor d'este, o qual insinua tambem que tal escriptor não fora medico.

E assim se nos cerram todas as informações, que da sua vida e obras logramos desvendar.

V. DE M.

[1] Bras Luis de Abreu, loc. cit. pag. 544 e segg.
[2] Innocencio Francisco da Silva, Diccionario Bibliographico Portuguez, tom. segundo, verb. Carlos do Valle Carneiro.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ANIMO!

(Deante da estatua de Bocage)

Eu tenho visto lagrimas e lagrimas
na dolorosa estrada da poesia,
e tenho ouvido canticos de angustia
aos martyres que o genio supplicia.

Cançada de reler martyrologios,
a alma recolhe-se, e vacilla, e pensa;
e, muita vez, ao fim de cada pagina,
luta comsigo o somno da descrença.

Mas, d'entre o véo de angustiosas duvidas,
astro ignoto assoma rutilante;
e uma voz, que domina o espaço e os seculos,
deixa cahir no mundo um brado — ávante!

Poetas! remirae o astro fulgido
que no vosso horisonte Deus accende!
lassos romeiros, acolhei no intimo
o brado que de cima se desprende!

Eu sei que vos esmaga o estreito circulo
de uma existencia trabalhada e turva;
mas tambem sei que alfim á sorte barbara
ante a justiça se prosterna e acurva.

Almas de fogo, mysteriosas aguias,
que vos cançaes em sublimado adejo,
se á luz do sol vos desataes em canticos,
não sôa embalde cada vosso harpejo!

Nos echos do futuro repercutem-se
os cantos inspirados do vidente,
e a balança que exorna as mãos da historia
compensa as injustiças do presente!

¿Lutaes co' as ondas do oceano indomito?
¿ruge a tormenta em horisonte escuro?
crêde na luz que ha de raiar esplendida;
lançae a vista ás praias do futuro!

1871, 21 de dezembro.

CANDIDO DE FIGUEIREDO.

A CONVENÇÃO DE 30 DE AGOSTO DE 1808

(Vulgarmente chamada «Convenção de Cintra»). — Adeus a Cintra. — Um erro de lord Byron.

De um estudo inedito sobre a viagem de lord Byron a Portugal

Erfurt, 2 octobre 1808.

.....

Du moment où le duc d'Abrantès ou d'autres officiers de son armée seront débarqués, vous leur écrirez que j'ai appris la convention; que je ne sais si je dois l'approuver, mais qu'en attendant la relation que je dois recevoir je ne vois rien dans cet acte qui soit contraire à l'honneur, puisque les troupes n'ont pas posé les armes, qu'elles reviennent avec leurs drapeaux, qu'elles ne sont pas prisonnières, et qu'elles arrivent, non par une capitulation, mais par une convention plutôt politique que militaire.

CORRESPONDANCE DE NAPOLÉON I.er, t. XVII, pag. 619.

No dia immediato ao da gloriosa acção do Vimeiro, o general Junot propoz um armisticio ou suspensão de armas, com o fim de se tractar de uma convenção para o exercito francez evacuar o reino. Estava ainda tão recente a desgraça de Dupont em Baylen, que essa triste recordação, pesando sobre o presente, devia tornar o futuro assaz temeroso e incerto. Cumpre notar, porém, que o duque de Abrantes, aventurando um passo que a prudencia aconselhava, parece ter obedecido menos aos dictames d'ella do que a um impulso espontaneo do seu caracter audaz. Com effeito, não era possivel ser mais ouzado, nem tambem mais habil[1], se considerarmos que os francezes, depois de derrotados e na vespera de novos e, porventura, irreparaveis desastres, pretendiam ainda negociações com um exercito poderoso, animado pela victoria, bem-vindo para toda a nação e enthusiasticamente acclamado, durante a sua marcha, nas povoações, nas estradas e nos campos!

Nesse dia as tropas francezas do commando de Junot não excediam a 14 mil homens, e o exercito alliado, além dos 5 a 6 mil portuguezes do general Bernardim Freire de Andrade e dos reforços que os inglezes tinham no mar, compunha-se de 27 mil homens.

Discutir as propostas de Junot ou marchar logo sobre Lisboa — tal era a questão que foi levantar no acampamento britannico do Vimeiro o conde de Kellermann, negociador francez. Questão acceita e ventilada — o que é notavel! Questão resolvida em Portugal sem a presença de um só portuguez — o que é singular!

Os francezes pediam pouco. Offereciam-se para evacuar Portugal immediatamente, mas não como prisioneiros de guerra[2], e queriam ser transportados a França com artilheria, cavallos, armas, bagagem e propriedade particular, fosse qual fosse[3]. Outras cousas mais estatuia este accordo previo: — Protecção da pessoa e bens de todos os que haviam sido affectos aos francezes, quer naturaes do paiz, quer da França ou de nação sua alliada[4]; — a neutralidade do porto de Lisboa para que a esquadra russa, quando os inglezes tomassem posse da cidade, nem fosse inquietada, nem impedida de sair a barra, nem, finalmente, perseguida depois de o ter feito, senão passada a espera fixa pelas leis maritimas[5], etc. — Meras particularidades!... O necessario, o indispensavel, o essencial era aquillo. Partirem, levando a bom recado o fructo da violencia e das rapinas. Mais afortunados do que Francisco I em Pavia salvavam ao mesmo tempo a honra e a fazenda.

O fim da intervenção ingleza não podia ser outro senão a evacuação de Portugal por parte dos francezes; mas obtel-o, e já, sem mais perda de tempo e de vidas, foi, se pode dizer, irresistivel tentação. Acceitar o armisticio para depois accordar uma convenção era

[1] O duque de Abrantes affrontou a adversidade com valor, e houve-se com destreza antes e depois do revéz. — Sr. Rebello da Silva — *A Casa dos Fantasmas*, t. 2.º, pag. 204.

[2] Art. V.

[3] Artt. V e VIII.

[4] Art. VI.

[5] Art. VII.

acabar logo a guerra. Assim, para os inglezes, havia tudo a ganhar e nada a perder. Desgraçadamente era nosso tudo o que o inimigo podia levar, e ninguem se lhe dava disso. Absolutamente ninguem!

Mas, por outro lado, feita a convenção, a grande Inglaterra, triumphante na Roliça e no Vimeiro; depois de ter annunciado a victoria á sua opulenta capital pela bocca dos canhões da Torre de Londres; ver-se-hia por esse facto levada a sanccionar espoliações e roubos, e a presenciar a humiliação do transporte dos francezes a bordo das suas náus, das náus que commadava Nelson, e cujo pavilhão, fluctuando altivo desde os confins do Mediterraneo até o Atlantico, segurara o dominio dos mares com a façanha immortal de Trafalgar!

Apezar disso, apezar de tudo, terminado o armisticio[1], ultimou-se a convenção.

É desviado de meu intento referir aqui por menor os accidentes das negociações. Direi sómente que estiveram quasi rotas por mais de uma vez, e as hostilidades prestes a começar de novo. O duque de Abrantes, disputando sempre a maxima vantagem para os francezes, não queria perder a que já obtivera pelo artigo setimo da suspensão de armas; isto é, pretendia tambem salvar a esquadra russa, mas não o conseguiu, porque o almirante Cotton teve a energia que faltou a Dalrymple.

Como deveremos tomar as tremendas ameaças que fazia Junot de sepultar num montão de ruinas esta formosa princeza do Occidente, que se chama Lisboa, fazendo-a ir pelos ares á approximação dos inglezes? Eu sei! Talvez como uma explosão violenta do seu caracter fogoso, do seu genio arrebatado. Talvez tambem por artificio, com que aos outros e a si proprio illudia. Pois eram tão consideraveis as concessões que lhe faziam os inglezes na projectada convenção, que, postas a par das victorias por elles alcançadas, de pouco ou nada valia já ter desbaratado os francezes na Roliça e no Vimeiro. Dir-se-hia que por este pacto de eterno opprobrio ficaram vencedores os vencidos!

Assentou-se portanto:

Evacuarem Portugal os francezes, não como prisioneiros de guerra, mas com armas e bagagem, a sua artilheria com sessenta cartuchos para cada peça, a cavallaria e a caixa militar; serem a bordo de navios inglezes transportados a França, onde poderiam servir; e poderem levar ou dispor livremente da propriedade do exercito ou da *sua propriedade particular, de qualquer descripção que seja*[1];

Entregarem aos inglezes os arsenaes navaes e militares, toda a artilheria, armas, munições, praças e fortes do reino, a cidade, o porto, e os vasos de guerra, as tropas hespanholas detidas a bordo, os doentes e feridos que não podessem embarcar, e o resto dos provimentos do exercito francez[2];

Ficarem sob a protecção dos inglezes todas as pessoas notadas ou suspeitas de adhesão ao dominio dos francezes, quer naturaes do paiz, quer da França, ou de nação sua alliada, que não quizessem acompanhar o exercito francez, e todos os empregados por nomeação do governo portuguez ou francez[3];

Finalmente, poder o duque de Abrantes mandar a França numa embarcação ingleza um official com a noticia da convenção[4].

É para lamentar, como notou M. I. Martins Pamplona, depois conde de Subserra, que nesta convenção—«houvesse esquecido estipular condições reciprocas da troca de uma divisão do exercito do general Junot pelo exercito portuguez retido em França.» (*Mem. Justif.*, 18).—E accrescenta muito acertadamente:—«para este exercito a convenção de Cintra não data senão do 1.º de março de 1814, dia da entrada dos alliados em Paris». (*Idem*, 19).

Assim se perdeu uma excellente occasião de poder voltar á patria a *Legião Lusitana*.

Mal se pode fazer idéa dos clamores que levantou em Londres este convenio ignobil. Foi uma tempestade de indignação! O proverbial bom senso do povo inglez conheceu logo que não era só o valor de seus soldados e o lustre de suas armas que se offuscavam e perdiam com elle:—era tambem a honra da nação.

Entrando no vasto terreiro dos *Seteais*, lord Byron não deixou escapar a occasião que se lhe figurava propicia para desaggravar o sentimento nacional justamente ferido. E fel-o de teor e geito que não saberei dizer qual é mais para admirar, se a singularidade da invenção, se o colorido brilhante e vigoroso do seu pincel divino!

Eis como elle se exprime:

XXIV.

Behold the hall where chiefs were late convened![5]
Oh! dome displeasing unto British eye!
With diadem hibgt foolscap, lo! a fiend,
A little fiend that scoffs incessantly,

1 Não é exacto, como pretendem alguns, que o armisticio de 22 de agosto de 1808 fosse assignado em Cintra, porque naquelle dia estava ainda no Vimeiro o quartel general inglez.—Vej. *Selection from the dispatches and general orders of Field Marshall the Duke of Wellington* by Lieut. Colonel Gurwood, paginas 235 e 236;—*Mémoires* de madame la Duchesse d'Abrantès, t. 12.º, pag. 86–89;—Sr. S. J. da Luz Soriano—*Historia da Guerra Civil*—2.ª Ep., t. 1, pag. 416, 418 e 419.

1 Artt. II, III, IV, V e VI.
2 Artt. I, IV, IX, XII, XVIII—e II dos addiccionaes.
3 Artt. XVI e XVII.
4 Art. XXI.
5 The convention of Cintra was signed in the palace of the Marchese Marialva.

There sits in parchment robe array'd, and by
His side is hung a seal and sable scroll,
Where blazon'd glare names known to chivalry,
And sundry signatures adorn the roll,
Whereat the Urchin points and laughs with all his soul.

XXIV.—Este é o solar em que se congregaram os chefes [1]. Oh! mansão ingrata aos olhos de um inglez! Alli mora um espirito ruim que está a zombar perpetuamente. Coroado com o barrete da loucura e envolto em pergaminho, traz pendente ao lado um sello e um rolo negro de papel, em que refulgem nomes famosos nos annaes da cavalleria, e que adornam tambem varias assignaturas, para as quaes aponta e ri, a bom rir, o maldito!

XXV.

Convention is the dwarfish demon styled
That foil'd the knights in Marialva's dome:
Of brains (if brains they had) he them beguiled,
And turn'd a nation's shallow joy to gloom.
Here Folly dash'd to earth the victor's plume,
And Policy regain'd what arms had lost:
For chiefs like ours in vain may laurels bloom!
Woe to the conquering, not the conquer'd host,
Since baffled Triumph droops on Lusitania's coast!

XXV.—Convenção—é o nome desse anão do inferno, que teve artes para os embair no palacio dos Marialvas; e pondo-lhes os miólos a arder (se é que miólos tinham) mudou em longo dó a vangloria de uma nação. A loucura pisou aqui aos pés o pennacho do vencedor, e a politica reconquistou o que perdera a espada! Que louros pode haver para generaes como os nossos?... Ai do vencedor, não do vencido, desde que o triumpho, colhido por engano, esmorece nas praias lusitanas!

XXVI.

And ever since that martial synod met,
Britannia sickens, Cintra! at thy name;
And folks in office at they mention fret,
And fain would blush, if blush they could, for shame.
How will posterity the deed proclaim!
Will not our own and fellow-nations sneer,
To view these champions cheated of their fame,
By foes in fight o'erthrown, yet victors here,
Where Scorn her finger points through many a coming year?

XXVI.—E sempre, dês que se reuniu esse synodo marcial, a Inglaterra empallidece ao proferir-se o teu nome, ó Cintra! Vexam-se de o ouvir os homens do poder e, corridos de vergonha, córariam, se podessem!... Que juizo formará d'este facto a posteridade! Como a nossa nação e os nossos alliados não hão de escarnecer estes capitães privados da sua gloria por inimigos que tinham vencido na peleja, mas que triumpharam aqui, para onde fica o desprezo a apontar com o dedo por essas eras álem?

Lord Byron vai já deixar a poetica Cintra, e despede-se d'ella rendendo-lhe um ultimo louvor e tambem observando, como o nosso D. Francisco Manuel,—«que aquelles prazeres da tenra mocidade troca e engeita por outros exercicios, senão tão contentes, mais opportunos, a edade madura: julgando por deseguaes ou indignos os empregos em que a puericia faz seu lanço.» *(Epanaphora Tragica.)*

XXVII.

So deem'd the Childe, as o'er the mountains he
Did take his way in solitary guise:
Sweet was the scene, yet soon he thought to flee,
More restless than the swallow in the skies:
Though here awhile he learn'd to moralise,
For Meditation fix'd at times on him;
And conscious Reason whisper'd to despise
His early youth, misspent in maddest whim;
But as he gazed on truth his aching eyes grew dim.

XXVII.—Assim discorria Childe-Harold, caminhando solitario pela serra acima. Doce, amena estancia!... Elle, porém, mais irrequieto do que as andorinhas por esses ares, cuidava já de se abalar d'alli: E, todavia, aprendeu nesses logares a moralizar o seu tanto, pois meditava a espaços, e do intimo lhe segredou a razão que merecia desdem a sua tenra mocidade, empregada em desvarios rematadamente loucos; mas, ferido pela contemplação da verdade, a vista se lhe turvava.

Nada mais. Nem uma palavra ácerca do general Bernardim Freire. Pois olhem que é muito para agradecer este silencio!

Disse lord Byron, em prosa e verso, que a convenção de 30 de agosto de 1808 foi assignada no palacio dos marquezes de Marialva, vulgarmente chamado dos *Seteais*, em Cintra; donde parece inferir-se que por esta razão ficou sendo chamada—*convenção de Cintra.*

Ora, José Accursio das Neves diz assim:

«De toda esta combinação de principios, de opiniões e de contradicções resultou ultimamente a convenção definitiva que vou copiar, e que, apezar de tersi do concluida e datada em Lisboa, ratificada pelo general em chefe do exercito britannico em Torres Vedras, onde então se achava o seu quartel-general, é geralmente conhecida pelo nome de convenção de Cintra.»

Seguiu esta opinião o sr. Barros e Cunha, mas só na parte que respeita á celebração e assignatura, pois não falla da ratificação.

Affirma o auctor da *Cintra Pinturesca* que a convenção foi assignada no palacio dos *Seteais*, e diz o sr. Rebello da Silva que a convenção tomou o nome da villa de Cintra, aonde foi assignada.

O sr. Simão José da Luz Soriano diz tambem o seguinte:

«Concluiu-se finalmente em Lisboa no dia 30 de agosto a tão celebre quanto estigmatisada convenção de Cintra, assim chamada por ter sido ratificada em Cintra no dia 31 d'aquelle mez pelo general Dalrymple que neste mesmo dia havia transferido para a dita villa o seu quartel-general, posto que a negociação e assignatura de tal convenção se effeituassem na capital entre o coronel Murray e o general Kellermann.»

Ultimamente, o sr. Claudio de Chaby escreveu a este respeito:

«Sem que tivessem, porém, effeito novas hostilidades, negociações mais positivas se estabeleceram entre o general Junot e os commandantes inglezes, convindo-se, em conclusão, no ajuste feito em Lisboa e ratificado em Torres Vedras, então, e depois denominado —Convenção de Cintra.....
.....

[1] A convenção de Cintra foi assignada no palacio do marquez de Marialva.

«No dia 31 foi definitivamente ratificada a convenção;.....»

Quanto á *data* (31) da ratificação — esta opinião é a mesma que a do sr. Soriano — e quanto aos *logares* onde a convenção foi assignada (Lisboa) e ratificada (Torres Vedras) — seria a de José Accursio das Neves, se da generalidade com que o sr. Chaby falla da ratificação não se podesse concluir que os generaes em chefe, britannico e francez, ratificaram *ambos* a convenção em Torres Vedras.

Nova, inteiramente nova, é a asserção feita pelo sr. Soriano de que a convenção foi ratificada em Cintra pelo general Dalrymple no dia 31 de agosto de 1808. Infelizmente, como as de todos os mais escriptores citados, vem desprovida de qualquer prova justificativa da sua exactidão.

Não é materia de duvida que a convenção foi concluida e assignada em Lisboa. Que nós saibamos, ainda ninguem demonstrou, nem pretendeu demonstrar o contrario. Nesta parte, a opinião de José Accursio das Neves, adoptada pelos historiadores que lhe succederam foi até fortalecida por alguns. E se o leitor acceita datas, como argumento, indicio seguro ou, pelo menos, provavel, aqui tem as da assignatura da convenção e de seus artigos addiccionaes: — *Dado e concluido em Lisboa aos 30 de agosto de 1808.*

Accrescenta, porém, como vimos, o auctor da *Historia da Guerra Civil* que a convenção denominada de Cintra é: — «assim chamada por ter sido ratificada em Cintra no dia 31 d'aquelle mez *(agosto)* pelo general Dalrymple, que neste mesmo dia havia transferido para a dicta villa o seu quartel general.»

Sobre este ponto temos um despacho do proprio general Dalrymple, dirigido a lord Castlereagh e datado de Cintra a 5 de setembro de 1808[1]. É como se segue na parte que nos interessa:

«Depois de consideraveis discussões e repetidas referencias a mim, que fizeram com que me fosse necessario aproveitar do limitado periodo que se havia prescripto para a suspensão de armas, em ordem a mover o exercito para diante e pôr as differentes columnas nos caminhos por que deviam avançar; *se assignou a convenção e se trocou a ratificação aos 30 do mez passado* (agosto).»

Na *Proclamação* de 10 de setembro dos commissarios britannicos e francez, encarregados de fazer executar a convenção, lê-se isto:

«Julgamos egualmente necessario fazer saber a todos aquelles, a quem pertencer, que toda a compra dos artigos tirados de arsenaes publicos ou armazens, *desde o dia 30 de agosto*, ou qualquer objecto que legalmente se provar haver sido illegitimamente vendido ou distrahido em qualquer tempo, ainda anterior *ao dicto dia 30 de agosto*, será nullo e de nenhum effeito, e os artigos usurpados, e os compradores sujeitos á pena decretada pelas leis.

.....

« (Assignados) *W. C. Beresford*, major general.

O commissario francez para a execução do *Tratado de 30 de agosto*. *Proby*, tenente coronel, commissarios britannicos.»

O general Kellermann.

Lord Castlereagh escrevia ao general Dalrymple em 17 de setembro:

«Senhor! — Qualquer que seja o desgosto que S. M. tenha neste momento, vendo *a convenção concluida aos 30 do passado* (agosto), em tanto quanto diz respeito aos interesses da Gran-Bretanha, etc.»

E a 18 de outubro o governo de Lisboa dizia tambem para o Rio de Janeiro:

«No dia seguinte (*ao da acção do Vimeiro em 21 de agosto*) obteve o dicto Junot um armisticio tão vantajoso, que appareceu nesta capital como vencedor, e fez depois a 23 com a sua auctoridade as explicações que lhe pareceram. Entrou em negociação com os inglezes e conseguiu a faculdade de evacuar com as suas tropas, bagagem, caixa militar e outras prerogativas, *por uma convenção que se ratificou a 30*, etc.»

Estes documentos põem de manifesto que a convenção foi assignada e ratificada em 30 de agosto. Mas nesse dia, como se vê da passagem que citei da *Historia* do sr. Soriano, ainda se não achava em Cintra o quartel general inglez. Estava na villa de Torres Vedras, e foi lá que se fez a ratificação do general em chefe do exercito britannico, conforme a opinião de José Accursio das Neves; a declaração feita na defeza de Wellington[1], e a affirmativa do *Relatorio da meza da inquirição estabelecida* (em Londres) *para indagar as circumstancias da convenção de Cintra*. É certo que neste *Relatorio* e tambem na citada defeza de Wellington (que falla *por informações e nunca viu a convenção até chegar a Inglaterra*[2]) se diz que a ratificação do general Dalrymple foi feita no dia 31. Mas, para se receber similhante asserção, é mister suppor que o mesmo general, quando fazia o seu despacho de Cintra, no principio de setembro, já se esquecera do que havia passado alguns dias antes, ou que a negligencia delle

[1] Ha motivo para duvidar se foi de 5 ou de 3, em presença de um officio de Castlereagh para lord Mayor de 15 do mesmo mez e anno.—Vej. *Cor. Braz.* t. 1, pag. 307 (setembro de 1808).

[1] Cit. *Selection from the dispatches* etc., pag. 243 e 244.

[2] Idem — ib.

e dos governadores do reino chegava a ponto de commetterem um erro grosseiro, um erro de data, sobre factos recentissimos e de tão alta importancia. Taes supposições são de todo o ponto absurdas.

Concedendo, porém, que o *Relatorio* diz a pura verdade, e que são improcedentes, nullas, as provas directas e indirectas dos documentos officiaes adduzidos para mostrar que a convenção foi definitivamente ratificada no dia 30 de agosto de 1808, ainda assim ficaria liquidado:— 1.° que a convenção foi celebrada, concluida e assignada em Lisboa; — 2.° que o general Dalrymple a ratificou em Torres Vedras, *onde tinha o seu quartel general*; — 3.° que é erro manifesto pretender o contrario e, portanto, que não merece credito o que a esse respeito disse lord Byron. Ora, este ultimo ponto é só o que me cumpria apurar aqui.

Direi de caminho que o duque de Abrantes, por inadvertencia, não ratificou a convenção no mesmo acto em que ratificou os artigos addicionaes. Assim o mostra um officio de Dalrymple ao general Bernardim Freire de Andrade, datado de Cintra a 2 de setembro.

Diz:

«Senhor! — Tive a honra de transmittir a V. Ex.ª aos 23 do mez passado *(agosto)* varios artigos concordados para base de uma convenção para a evacuação de Portugal pelo exercito francez; e agora incluo uma copia da mesma convenção ratificada pelo general em chefe francez. Eu recebi o original d'este papel antes de hontem *(31 de agosto) mui cedo;* mas como o general francez omittiu accidentalmente o pôr a sua assignatura á convenção (assignando-se sómente no fim dos artigos addicionaes) fui obrigado a tornar-lh'a a mandar afim de corrigir este erro etc.»

Produzindo este documento por mera curiosidade, accrescentarei que Junot *corrigiu o erro* no dia 1 de setembro. Tal é, pelo menos, a interpretação mais plausivel destas expressões de sua esposa: — «Le 1.er septembre le traité avait été ratifié....»

Resta dizer que alguns escriptores estrangeiros tocaram tambem este assumpto sem o aclarar[1].

Lisboa, 1871.

ALBERTO TELLES.

[1] Vej. JOSÉ ACCURSIO DAS NEVES — *Hist. Cer. da Invasão dos Francezes;* — SR. J. G. DE BARROS E CUNHA — *Hist. da Lib. em Portugal;* — *Cintra Pittoresca;* — SR. L. A. REBELLO DA SILVA — *A Casa dos Fantasmas;* — SR. S. J. DA LUZ SORIANO — *Historia da Guerra Civil em Portugal;* — SR. CLAUDIO DE CHABY — *Excerptos Historicos* — cit. *Selection from the dispatches* etc.; — FERREIRA BORGES — *Col. de Trat. Conv.* etc.; — *Correio Braziliense;* — *Mém.* DE MADAME LA DUCHESSE DE ABRANTÉS, etc. etc. etc.

SEMPRE-NOIVA

Chronica eborense

(Continuado de paginas 184)

III

FR. JULIÃO

....não vistas do cordeiro a pelle!
Da razão, da moral o tom, que arrogas,
Jámais purificou teus labios...

BOCAGE, *Satyras.*

— É a pura verdade. A capella encheu-se de gente. Estão como sardinha na pilha.

— Não cabe lá mais ninguem?

— Não.

— Nem Madanela Vaz?

— Nem uma palha.

— Ieramá! que vos enganaes, Marta Gil. Não serei eu quem volte pelo mesmo caminho. Vim de proposito para assistir á festa de Nossa Senhora... Festa de espavento, e tão devota como hi não temos outra em toda a cidade.

Quem ha de gargantear *Krileisão?* Quereis saber? Fr. Mendo Gonçalves. Quem ha de entoar *Gloria inacelsa?* Fr. Miguel de S. Lourenço, aquella voz de seraphim. Quem ha de arrezoar uma fermosa prégação? Fr. Affonso de Monte-mór, que tanto grita por nos fazer carpir e arrepender de nossos peccados. Dizei-me agora em consciencia se posso desistir do meu proposito! Bofé! que não! Hei de vel-os e ouvil-os, os meus queridos frades!

— Pois ide e desenganae-vos, Madanela. Acontecer-vos-ha como a *mim*, que não pude entrar. Nem ao menos me deixaram ver o milagroso Sancto Antonio com o Menino Deus nos braços. Mais alta está a imagem da Virgem Nossa Senhora, e tive de retirar-me sem lhe fazer minha mesura e oração. A Paula, sómente, á bella Paula que vos acompanha, darão talvez logar as mulheres que vi sentadas á porta da capella. Mas nem eu nem vós somos filhas do Alfageme, nem temos a graça, gentileza e mocidade de Paula, que a todos encanta e seduz.

— Abem, abem! Fallae por vós, que estaes no caso. Cant'eu.... Dar-me-hão o logar que vos recusaram.

— Pardeus! que sois como S. Thomé! Ora ide, apalpade e crêde!

— Ah! que não comprehendeis as coisas, Marta Gil. Mestre Pero Vaz, Deus louvado! não é nenhum Jan-ninguem. Tem entrada em toda a parte; nas lojas dos mercadores, nas cellas dos frades, nas casas dos conegos, nos paços dos fidalgos, e sua mulher não vale menos por certo. Todos me conhecem e respeitam como a meu marido, como ao mais...

— Ao mais palrador barbeiro que Deus deitou ao mundo!

— Ao mais prestante visinho d'esta côrte. Vem commigo Paula, que ainda hei de achar quem nos dê o espaço de alguns palmos para nos ajoelharmos.

Magdalena Vaz e a sua companheira encaminharam-se para a capella de Sancto Antonio. Marta Gil permaneceu no mesmo logar, encolheu os hombros em signal do muito que desprezava a outra, e pespegou-lhe nas costas este anexim:

— Presumpção e agua benta cada qual toma a que quer.

E carregou-lhe mais com o seguinte prognostico:

— Ora cal'te, brazoneira, que não tardará muito que te veja corrida.

Anna ia já em distancia de nada ouvir, e, por tanto, faltou o empuxado sôco, digno remate de similhante dialogo.

Isto passava-se em 1507, a 8 de setembro, dia da Natividade de Nossa Senhora, em Evora, no convento de S. Francisco, dentro da egreja, cuja reedificação, principiada por el-rei D. Manuel, havia dez annos se interrompera. Os frades celebravam os officios divinos na capella de Sancto Antonio, que então se alargava debaixo do dormitorio por todo o espaço que hoje occupa a casa dos ossos, que não existia ainda no seculo XVI. Como agora, o povo tinha de passar pela egreja e pela casa do capitulo para entrar naquelle recinto; mas, em occasiões de festas solemnes bastavam as mais matutinas beatas para o encher e tirar todo o logar a quem viesse depois.

Magdalena Vaz, chegando á casa do capitulo, conheceu que Marta fallava verdade. A capella estava completamente cheia de mulheres. O chão parecia uma pinha animada, ou um tapete de côres varias e movediças. A mulher do barbeiro, com a gravidade de um general que tivesse de romper um quadrado, poz-se a imaginar em como havia de tornar penetravel aquella massa compacta. As palavras de Marta, que presumpçosamente rebatera, serviram-lhe para organisar o plano e ordenar o ataque. Disse a Paula que entrasse e dispoz-se para a seguir.

Paula fez-se côr de romã e perguntou ás mulheres que estavam sentadas junto da porta se lhes poderiam fazer logar. Estas acolheram o pedido com agrado, conchegaram-se umas ás outras, e permittiram a Paula ajoelhar-se entre ellas.

Convém saber que ha trezentos e sessenta annos ninguem mais em Evora mereceria tamanho favor. Mas Paula era a filha de Vasco Moniz, o popular alfageme, que muitas vezes tinha ido entre os homens bons ao senado pugnar pelos foros e regalias do povo eborense. Paula era a perola das raparigas da cidade. Todos a conheciam e estimavam. Todos a tinham visto com tanta graça como gentileza na ultima procissão de *Corpus* a fingir que matava o *Drago*[1] ao pé de S. Jorge, que o alfageme e os homens de armas galhardamente conduziam montado no seu cavallo branco. E d'essa vez, força é dizel-o, as vistas dos mancebos desviavam-se dos grandes olhos fixos, dos braços immoveis do corpo hirto do Sancto para se pregarem ávidas e lascivas nos olhos vivos e inquietos, nos braços lestos e contorneados, no corpo esbelto e flexivel da *Donzella,* que era a mais interessante figura de todo o prestito.

Paula voltou-se para a sua companheira, querendo interrogal-a com o olhar sobre o mais que poderia fazer para que ella entrasse tambem no recinto sagrado. Mas, deparou-se-lhe por detraz de Magdalena uma visão horrivel. Era o vulto de um franciscano. Com os braços cruzados sobre o peito, o capuz cahido para as costas, a cabeça estendida e attonita, olhava para a rapariga como a serpente que enroscada no tronco de uma arvore prende e fascina a avezinha que vai devorar. Paula sentiu um calafrio intenso a percorrer-lhe os ossos. Quiz voltar a cabeça, e não pôde. Parecia-lhe que estava soffrendo um terrivel pesadello.

Entretanto Magdalena Vaz, que não sabia a causa da estupefacção de Paula, vendo que ella não a auxiliava em sua empresa, resolveu-se a manobrar por si só. Mas, como cessasse de todo o movimento executado a favor da companheira, não havia onde lhe coubesse um pé.

— Ora pois, minhas cachopinhas, disse ella, deixae-me tambem entrar, que não estou aqui para outra coisa.

Ninguem se mexeu. Ficou tudo como estava.

— Anna Martins, Brazia Lopes, Maria Soares, dae logar á vossa amiga... Fazei-me favor...

A mesma immobilidade. Parecia que não a conheciam.

Não conseguindo nada com palavras, quiz empregar a força. Avançou um pé por cima dos hombros unidos de Brazia Lopes e Anna Martins. Esta repelliu-a com desabrimento, exclamando:

E Jesus! Credo! Vossê é impertinente, mulher! Não vê que não cabe aqui?!

— Vossês é que são umas alicantineiras, umas carapetentas! Pois entrou Paula Moniz, e eu não posso entrar? Eu, Madanela Vaz?

A mulher do barbeiro ia alevantando a

[1] Em cada anno se faziam em Evora quatro procissões similhantes, segundo o regimento mandado á camara por D. João II. Eram a de *Corpus* a do *Milagre da cera*, a de vespera de Sancta Maria de agosto e a do anniversario da batalha *dantre Toiro e Samora*. Entre os homens de armas ia S. Jorge a cavallo com seu pagem e uma donzella para matar o drago.

voz, e ao passo que a altercação se formava, crescia o murmurio dentro e fóra da capella. O frade, tendo acordado do extasis em que se ficara a contemplar a filha do alfageme, entendeu que deveria intervir. Dirigiu-se á provocadora da desordem, e disse-lhe:

—Que devoção é a vossa, que assim vindes fazer tumulto na casa do Senhor? Ora retirae-vos, Madanela; tende paciencia, que o mesmo aconteceu e continuará a acontecer a muito boa gente. Acompanhae-me para a egreja, e vós todos tambem, disse elle para as pessoas que estavam na casa do capitulo.

Magdalena obedeceu ás palavras imperiosas do franciscano, e com as outras mulheres e homens seguiu-o para o templo.

Marta Gil estava no mesmo sitio. Assomou-lhe aos labios um sorriso de escarneo, e disse com mal fingida compaixão.

—Tenho pena de vós, minha pobre Madanela! Não vos deixaram entrar. Pois o mesmo desgosto já eu soffri; o que não admira, que não temos eu e o meu marido entrada em tantas e tão boas casas, como vós.

— Mas fizeram logar a Paula; áquella espevitada! Disse Magdalena com despeito.

—E Paula não vale um de vossos cabellos, continuou Marta no mesmo tom. Foi mal feito, muito mal darem-lhe a preferencia.

—Deixa estar, minha fermusura, que eu me vingarei, disse Magdalena estendendo o punho fechado para a parte d'onde viera.

Estas ultimas palavras e o gesto concomitante não escaparam a Fr. Julião (assim se chamava o frade). Os olhos luziram-lhe por um momento com estranho fulgor, e appareceu-lhe na fronte uma ruga, que denunciaria, a quem o conhecesse, algum negro pensamento. Porém concertou logo a physionomia, e disse com voz pausada e grave:

—Na casa do Senhor todos são eguaes, e mal parecem injustas selecções. Resignae-vos, Madanela Vaz, que, segundo diz o Evangelho, os ultimos neste mundo serão os primeiros no outro. Ao que se lê no livro sagrado posso eu accrescentar que, para que se vos abram as portas do Céo, é mister que venhaes ao templo rezar e ouvir a palavra de Deus.

Fr. Julião era tão habil em se aproveitar das coisas que via e ouvia para fortalecer ou enfraquecer os sentimentos que exprimiam, como em provocar á sua vontade naquelles que o escutavam as idêas que melhor convinham ao fim que tinha em vista. As pessoas ignorantes e fanaticas eram á roda d'elle perfeitos manequins que agitava e movia, sem difficuldade nenhuma conforme seus desejos e caprichos. Com aquellas poucas palavras, repassadas de fingida uncção religiosa, conseguira não sómente augmentar a inveja de Magdalena, mas tambem produzir no espirito dos devotos, que o ouviam, as seguintes idéas:

—Mas se o templo está profanado e incapaz de servir ao culto, como quereis vós que o frequentemos?

—E ha dez annos, que assim nol-o deixaram sem tecto e sem vidraças.

—E com todas estas paredes não acabadas e estes arcos em cima á similhança de um viveiro de passaros.

—Por isso corre já em proverbio — *Quando o mestre acabar a gaiola* — que vale o mesmo que dizer—*quando as gallinhas tiverem dentes!*

— Mestre!?... Mestre!?... disse Mattheus Sanches, pedreiro, com desvanecimento; um alvaneu boçal que fugiu por não saber acabar a obra. E ha dez annos que vivemos á mercê de sua ignorancia, sem ter egreja, onde assistir aos officios divinos nesta devota casa de S. Francisco!

—Ha dez annos, continuou Fr. Julião com voz grave, que se não ouvem aqui dentro os canticos sagrados. As rezas dos religiosos e as supplicas dos fieis, o fumo do incenso e as luzes das lampadas não purificam este recinto nem afugentam o demonio. Ha dez annos que entra aqui o sol e cahe a chuva, como nas praças ou nos descampados. Alta noite, na minha cella, quando acordo para orar, oiço o vento a zunir por entre estas paredes incompletas e os gritos lugubres das aves nocturnas a que servem de morada. Ás vezes nas trevas e na solidão chego a persuadir-me de que os espiritos malignos enchem a casa do Senhor. Oh! mas não é de certo a mim sómente que taes idéas occorrem. Qual de vós se atreveria hoje a entrar aqui de noite?

—Não eu.

—Nem eu.

—Nem eu, tão pouco.

—João Martins viu um fantasma andar á meia noite sobre os arcos.

—Gonçalo de Portel sentiu bater d'azas e vozes lamentosas em vespera de finados.

—Diogo Sanches achou as paredes a bailarem numa noite de Natal.

—Tudo isso, meus filhos, são armadilhas do demonio para caçar vossas almas, para vos perder, para vos attrahir ás chammas ardentes do inferno. Em quanto a egreja não estiver acabada, andareis em constante perigo de salvação.

—E porque não manda el-rei concluir a obra?

Por que pagamos nós pretos e ceptis das cousas que trazemos á cidade para vender? Disse um lavrador de Nossa Senhora de Machede. O dinheiro é nosso; que o empregue em nosso proveito e de nossas almas.

—Dizeis bem, continuou o frade. Applica-se o dinheiro, que vós ganhaes com o suor do vosso rosto, em saraus e jantares, em armar galeões que levam os nossos irmãos para

servir de pasto aos peixes do mar e aos selvagens das terras, onde não ha religião, e deixam-nos sem egreja para orarmos a Deus! Que quereis vós? Os monarchas d'este tempo já não são como o sr. D. Affonso Henriques, que rezava com os conegos e com os frades. O nosso primeiro e santo rei fundava conventos e dava-lhes terras e dinheiro. Os seus descendentes, longe de lhe imitar o exemplo, têm-nos extorquido aquillo que nos pertencia, aquillo que os fieis, vossos paes e avós, nos haviam deixado por bem de suas almas.

Era interessante o grupo, que se occupava nesta obra de ignorancia e de fanatismo na egreja incompleta de S. Francisco. Fr. Julião catechisava em pé sobre um cubo de granito, que se erguia entre um montão de pedras no cruzeiro. Sentados numas, encostados noutras, com as cabeças levantadas e os olhos fitos nelle, escutavam-no homens e mulheres com religiosa attenção. Os raios do sol cahiam obliquos do lado da capella-mór dentro do templo, e illuminavam esta scena mais propria das trevas que da luz. Os seis arcos e paredes transversas que ligavam em cima as fachadas lateraes, e a outra parede que as cortava de nascente a poente e as prendia tambem em cima e á fachada anterior, projectavam grandes sombras no corpo da egreja, umas de lado a lado, outra longitudinal que as interceptava a todas. Ás vezes passavam em cima os milhafres de uma para outra banda, esvoaçando e soltando gritos ruidosos e estridentes.

— Esta casa, continuou Fr. Julião, era rica e opulenta. Alargava-se, por esse campo fóra até á muralha. A cêrca era uma grande quinta, o edificio do convento uma villa. Do olival, onde hoje estão as officinas dos paços reaes, tiravamos o azeite para as lampadas que ardiam todo o anno dia e noite deante do Senhor Sacramentado, e das imagens dos Santos. Da parte, que os reis transformaram em pomar de recreio, colhiamos a fructa com que regalavamos os pobres. Na segunda claustra, que vêdes mudada em pateo, enterravamos com devoção os fieis que morriam na cidade. Na casa dos estudos, emfim, que serve de aposento á rainha, davamos lições de moral e sagrada escriptura. De toda essa passada grandeza que resta? A egreja por acabar; um claustro e um dormitorio em ruinas; e da antiga cêrca tão pequenina parte, que mal chegaria de certo para enterrarmos os nossos irmãos defunctos, se nos faltasse o adro sagrado. De tudo nos despojaram os reis, que, devendo-nos ser protectores e bemfeitores, nos pozeram na miseria que vêdes. Ai de nós! Ai de nós! que se não lembram que estão aqui as sepulturas de muitos santos e letrados, que não entendem os castigos que lhes Deus dá! Sim, meus filhos, elles penam, sem duvida, no outro mundo, e nós soffremos neste calamidades e desventuras[1]. Crêdes vós, por acaso, que duraria por dois e mais annos a peste, matando-vos paes, mães, mulheres e irmãos, se não fossem assim esquecidas e contrariadas as vontades dos fieis testadores? Tudo isto são castigos do céo. Mas, paga o justo pelo peccador!

— Pois paguem os culpados! Façamos justiça por nossas mãos! Clamou com voz soturna um fanatico.

Conheceu o franciscano que se tinha adeantado mais do que devia, e cuidou logo de emendar a mão.

— Ah! meus filhos! Não vades augmentar os males que pesam sobre nós todos. Tende paciencia e resignação. Cumpra-se em tudo a divina vontade. Se ha algum meio licito de conseguirdes o que desejaes, empregae-o. Mas abstende-vos de fazer violencia para não chamar sobre vossas cabeças grandes e terriveis justiças.

— E porque não pedis vós a el-rei que ordene o que todos queremos, que é a conclusão da egreja? Perguntou Marta Gil, que no meio d'aquella turba fanatisada tinha o bom senso de julgar este alvitre preferivel ás declamações incendiarias do frade.

Todos os nossos rogos têm sido inuteis, replicou elle. Por muitas vezes havemos supplicado a el-rei que se compadeça de nossa miseria, e sua alteza responde-nos sempre que esperemos. Mas vós, que tendes egual jus a ser attendidos, porque não pedis tambem? Impetrarieis talvez o que, pela nossa parte, não obtivemos ainda.

— Dizeis bem, sr. Fr. Julião. Devemos pedir. Somos aqui mais de vinte. Vamos todos aos paços d'el-rei. Sua alteza não se recusará a ouvir o bom povo de Evora.

Se fossem menos de dez, nem por isso deixariam de representar a cidade inteira, o reino todo, se tanto fosse mister. Neste *meeting* do seculo XVI, tão differente do seculo XIX, não avultava muito a modestia entre as virtudes dos patriotas.

— Se quizerdes vir comnosco, sñr. Fr. Julião, e fallar a el-rei com vossa lingua de prata, de certo seremos attendidos. Disse Marta Gil.

O frade fitou-a com olhos perscrutadores, como se quizesse descobrir se naquelle vulto de mulher popular e rustica estaria incarnado algum espirito superior; não vendo, porém, nada que lhe justificasse a desconfiança, continuou.

— Creio, como vós, que sua alteza vos attenderá. Todavia não me parece conveniente que vos encaminheis aos paços. Antes d'el-rei está a guarda dos alabardeiros, que poderá despedir-vos rudemente com algumas contoadas immerecidas.

[1] A quem estranhar a linguagem do franciscano lembraremos que é a mesma de certa memoria que os padres Esperança e Belem transcreveram em suas chronicas no todo ou em parte.

— Mas vós ireis na frente, replicou Marta Gil. Não vos será difficil persuadil-os a que nos deixem entrar.

O franciscano desconfiou de novo por serem como um epigramma as primeiras d'aquellas palavras. As ultimas, porém, tranquillisaram-no.

— Eu não devo acompanhar-vos. Convém que el-rei não veja neste pedido senão uma supplica inteiramente popular. Se eu, ou alguem d'esta casa lá apparecesse, seria talvez motivo para que não fosseis mais bem succedidos do que nós até agora o havemos sido.

Em quanto ao logar em que vos convém fazer a vossa petição, tendes no dia de hoje um melhor, que o que vos lembrou. El-rei vai assistir á missa na sé. Esperae-o no adro da egreja, d'onde os alabardeiros não ousarão expulsar-vos, e fallae-lhe.

—Vamos para o adro! Gritaram algumas vozes unisonas.

— É cedo, continuou Fr. Julião. Sua alteza não estará na sé antes das onze horas, e não deram ainda nove. Se quizerdes seguir o meu conselho, ajunctareis muito mais gente, porque para com os reis a quantidade pode ás vezes mais que a simples qualidade.

— Iremos percorrer a cidade nas duas horas que nos restam, e engrossaremos o bando pelas ruas e praças.

— Ainda não ha de ser assim; porque, com quanto não vades ter com a guarda real, virá ella ao vosso encontro para vos dispersar. É melhor que vos separeis. Cada um de vós se encaminhe a sua parte. Qual ao mercado, qual á Porta Nova, qual ao largo de Aviz, qual á porta de Alagôa. Buscareis por toda a parte os vossos amigos e conhecidos. Fallae á gente do campo, que vem hoje numerosa á cidade. Todos quererão contribuir para obra tão meritoria. Aprazae-os para estarem no largo da sé ás onze horas, e, sendo duzentos ou trezentos, dirigi-vos a el-rei.

— E quem se atreverá a fallar-lhe?

— Eu não.

— Eu cá por mim tenho medo.

— Se não fosse ter de principiar... O acabar de fallar não é que me assusta.

Eram os ratos da fabula para prender o chocalho ao pescoço do gato.

Neste momento assomou á entrada da egreja um novo personagem. Ao ruido de seus passos, voltaram-se algumas cabeças. O frade, olhando tambem áquella parte, exclamou jubiloso:

— Deus seja louvado, que assim nos envia um homem!

Os circumstantes alegraram-se da mesma sorte, dizendo uns em voz baixa ás orelhas que lhes ficavam mais proximas:

— O bachiler!

E outros:

— O précurador!

E outros:

— O Azinheiro!

Aquelle a quem designavam por tres modos differentes era um homem de pouco mais de trinta annos, alto, pallido e magro. O seu trajo mui singelo consistia num pellote e calças de menim preto, num barrete dobrado da mesma côr. Trazia atraz da orelha, por distracção ou de proposito, uma penna de pato aparada na ponta e cortada pelo terço inferior da haste. Na magreza do rosto avultavam-lhe, feição proeminente, os olhos muito abertos e esbugalhados, como se tornam, á força de ouvir e de contar coisas sobrenaturaes, os das pessoas visionarias e credulas. Eram uns olhos pasmados e attonitos que pareciam ver a todo o instante algum phantasma, alma-penada, bruxa, abantesma, duende, trasgo ou lobishomem.

Eis o fiel retrato de Christovam Rodrigues Acenheiro, bacharel pela universidade de Lisboa, procurador, ou, como hoje dizemos, advogado, nas audiencias de Evora e auctor de umas insulsas chronicas dos *macabeus* e *emvemcycymos* reis de Portugal, para as quaes começava a esse tempo a colligir apontamentos.

Fr. Julião desceu da pedra, que lhe servira de tribuna, e veio cumprimentar affectuosamente ao Acenheiro.

— Esta boa gente, disse-lhe, quer pedir a terminação da obra da nossa egreja. Com outros muitos que se lhes hão de ajunctar, concorrerão logo no adro da sé ao encontro de el-rei. Falta-lhes, todavia, quem arrezoe por todos algumas palavras bem concertadas. Quereis vós encarregar-vos de as proferir? Grande serviço, acreditae-me, fareis a este convento, ao povo de Evora e á sancta religião.

— É coisa mui certa, respondeu Christovam Rodrigues, que d'al não cuido senão de servir a Deus e ao proximo, mas... mas... accrescentou hesitando, não me preparei para tal empresa, que por minha falta não desejo venha a ser mal succedida. Buscae a outrem, que neste caso vos seja mais prestadio do que eu, pobre procurador, que vivo entre vós e para vós, e sempre longe dos grandes e d'elles ignorado. Sr. Fr. Julião, pelo habito e pela rhetorica serieis mais facilmeute attendido. Porque não tomaes o cárrego que me propondes!

— De muito bom grado o tomaria, replicou o frade, se a isso não obstasse um motivo ponderoso, que já declarei aos que me cercam. Vêde que a petição ha de ser do povo, e só do povo. A nós outros, os frades, tem sua alteza por mais de uma vez indeferido. Não serei eu que vá por mim proprio provocar uma nova recusa.

— Arrezoae por nós, sr. bachiler!

— Sêde-nos tambem précurador neste negocio.

— Fallae por nós outros a el-rei!

Com taes palavras instavam alguns dos presentes ao Acenheiro a ver se o resolviam a acceitar a deputação. Mas elle, que lá tinha suas razões, continuou resistindo.

— Não teimeis numa coisa que não pode ser. Prometti a Nossa Senhora ouvir hoje missa na capella de Sancto Antonio, para onde me encaminho. Bem vêdes que não hei de faltar á minha promessa.

— Á fé! que faltareis, disse o franciscano. A capella está cheia. Não podereis entrar.

— Tambem nós não achámos logar, disse Mattheus Sanches.

— Ora attendei, proseguiu o frade. Cumprir a promessa é impossivel, e não haverá outro melhor meio de vos remirdes que pedindo a el-rei que mande acabar a nossa egreja, cujo estado é causa da falta que involuntariamente commetteis.

O Acenheiro, vendo-se apertado com a logica de Fr. Julião, e não sabendo que replicar-lhe levou instinctivamente dois dedos atraz da orelha e começou a esfregar a cabeça inclinada a um lado, como se por meio d'esta fricção lhe houvessem de brotar no cerebro as idéas que lá faltavam. Porém o unico effeito produzido foi a quéda da penna em terra. Christovam Rodrigues abaixou-se para a apanhar. A vista do seu utensilio fez o que a fricção não pôde.

— Ora, pois, disse elle, não irei comvosco ao adro. Se, porém, o quizerdes, dar-vos-hei escripto o arrezoado para algum de vós ou dos vossos dizer a el-rei.

Christovam Rodrigues Acenheiro foi demagogo até aos quarenta annos, antes que o real favor o levasse a mudar de opiniões, e de procedimento e do estylo em que principiara as suas chronicas. Lisonjeava as paixões populares, gritava contra a supremacia dos grandes, e, indagando toda a casta de oppressão, queixava-se ainda mais dolorosamente que os proprios opprimidos. Mas, frente a frente com os oppressores lisonjeava-os tambem, e, se podesse, de bom grado os persuadiria a fazerem vexames, para depois bradar contra elles. O seu fito, a sua ambição era subir, fosse qual fosse a classe que houvesse de o elevar, fossem quaes fossem os meios. *Subir por fas e por nefas,* seria a sua divisa se elle quizesse declaral-a. Hoje que já não ha demagogos, porém sómente democratas, ninguem, sem duvida, nos levará a mal que patenteemos este descredito do seculo de quinhentos, tão inferior em tal ponto áquelle em que vivemos.

Concordando todos com o Acenheiro, surgiu, porém, nova difficuldade. Quem metteria na cabeça o papel para o repetir em publico? A maior parte não sabia ler. Os que não estavam nesse caso não tinham o arrojo necessario.

— Pois nenhum de vós, disse o frade, se quer incumbir de fallar a el-rei, buscae a Pero Vaz. Esse sabe ler, e tem memoria tal que repetiria até um *autem genuit.*

— Pero Vaz não se ha de por certo calar. Observou Marta Gil.

— E se meu marido não apparecer, disse Magdalena ensoberbecida e animada com a escolha, fallarei eu, e sem papel e sem nada. Ora, que tem muito que dizer: «Senhor, nós somos o povo de Evora e o povo quer que mandeis acabar a egreja de S. Francisco!»

— E o chançarel que mande logo fazer alvará para o povo assignar ... de cruz! Disse Marta Gil de modo que ninguem a ouvisse.

O Acenheiro e os demais devotos e devotas encaminharam-se para a porta depois de se despedirem de Fr. Julião. Este, de pé, foi seguindo-os com os olhos, e quando viu o templo deserto, alevantou as mãos acima da cabeça e fazendo bailar os dedos e rindo com um riso de escarneo, exclamou como o fakih do *Alcaide de Santarem.*

— Pobres titeres!

(Continua) A. Filippe Simões.

BIBLIOGRAPHIA

Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia. Por José Silvestre Ribeiro, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo 1.º

I

Ainda que ao presente nos achamos decahidos da nossa pristina grandeza e seja minimo o vulto que fazemos entre as nações da terra, enchemol-as já, todavia, com o brado do nosso nome.

Quem rompeu os vedados mares do Oriente, descobriu novos céos e novos climas, junctando ao mundo antigo um mundo novo; quem fez que o oceano fosse nosso dominio, a civilisação da Europa nosso effeito, e o globo em todas as suas latitudes theatro da nossa gloria, pode consolar-se, com tantas recordações saudosas, da misera decadencia d'estes dias aziagos, a que se referia o immortal Garrett, quando cantava:

Fomos, não sômos já.

Fomos, em verdade, grandes por nossas aventuras maritimas e guerreiras, e tambem o não fomos somenos pelas artes e sciencias, em que praticámos brilhantes feitos. O que nos ha faltado são diligentes annalistas, que lançassem em particular escriptura estes memoraveis feitos.

Por mofina podemos repetir, sob este respeito, a exclamação com que, já em eras ar-

redadas, se lastimava João de Barros do nosso desamor, quasi desprezo pela gloria da patria:

«Certo grave e piedosa coisa de ouvir! Ver uma nação a que Deus deu tanto animo, que se tivesse creado outros mundos, já lá tivera mettido outros padrões de victorias, assim é descuidada na posteridade de seu nome, como se não fosse tão grande louvor dilatal-o pela penna como ganhal-o pela lança[1].»

Com o famoso auctor das Decadas censurava tambem ha pouco um distincto ingenho portuguez a nossa proverbial negligencia em registrar os valiosos serviços, que havemos prestado a um dos mais formosos ramos dos conhecimentos humanos:

«Devemos confessar, e com bastante pezar nosso, uma verdade para nós bem pouco lisongeira; não temos uma Historia das Bellas Artes em Portugal. Este facto não se commenta—é uma vergonha! Escondamos o rosto, que deve córar de pejo diante da Europa, que olha admirada para nós[2].»

«É triste (continúa o mesmo escriptor) ver estrangeiros mais abalisados nas cousas de Portugal do que os proprios nacionaes; em verdade, custa a confessar esta culpa a quem ainda tem em si um sentimento de honra e de dignidade; mas é forçoso fazer a dura confissão, não em segredo, perante o fôro limitado da nossa consciencia, mas em voz alta, diante do mundo civilisado; façamol-a, que é já meio caminho andado para o arrependimento sincero[3].»

Encheu, felizmente, parte d'esta feia lacuna, tão desairosa para as nossas letras, o benemerito escriptor, que assim se compungia, com a publicação dos seus *Musicos portuguezes*[4], promettendo-nos ainda obra mais cabal sobre o assumpto.

Com relação á musica, a esta sublime arte e sciencia, não continuaremos a ser peregrinos na propria terra, como nos acoimava outro celebre escriptor[5].

Não o seremos, tambem, em quanto aos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos do nosso paiz, graças ao acrysolado patriotismo e desvelado empenho em historial-os de um dos mais conspicuos ingenhos contemporaneos, o sr. José Silvestre Ribeiro.

Com a *Historia* d'estes estabelecimentos satisfez o illustre academico a uma grande necessidade. Sendo commum entre nós o conhecimento dos mais celebres institutos extrangeiros, sabendo-se quantos têm existido e existem em França, na Belgica, na Inglaterra e em outros paizes, com grave desar ignoravamos os que houve e ha em nossa patria, os que mais directamente nos devem interessar.

Felizmente já possuimos, em boa hora o digamos, uma obra preciosa, na qual encontrarão nacionaes e extrangeiros ampla noticia de todos os estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal, desde a fundação da monarchia.

II

Era empreza digna de um portuguez generoso historiar os acontecimentos e factos relativos á vida intellectual da nação, em cujo seio viu a luz do dia, nas differentes phases de sua cultura e policia.

Sobre digna era, porem, ardua e trabalhosa esta empreza, porque seria mister desentranhar de nossas chronicas, da legislação, de varias obras, e até de publicações periodicas, as noções indispensaveis, os testemunhos, que demonstrassem o progresso successivo da civilisação deste nobre povo.

Não fugiu ao claro entendimento, á perspicacia e sagacidade do sr. José Silvestre Ribeiro, a magnitude do commettimento, e as montanhas de difficuldades, que se oppunham ao seu desempenho; mas, se

As almas baixas o temor demonstra[1],

um nobre ousio denuncia altivos espiritos. O do illustrado academico era naturalmente impellido a contrastar este genero de difficuldades, que a outrem menos estudioso se antolhariam invenciveis; e, em verdade, logrou contrastal-as com admiravel galhardia.

Ennobreceram e ainda ennobrecem Portugal universidades, academias, seminarios, conservatorios, lyceus, collegios, bibliothecas, observatorios, museus, gabinetes, jardins botanicos, laboratorios, archivos, theatros e outros varios institutos, que seria longo memorar.

É indubitavel que teve sua particular genesis cada um destes estabelecimentos, que á sua creação presidiu uma idéa de utilidade publica, tendo em mira um fim trancendente.

Para descobrir a origem d'estas fundações, e avaliar o seu desinvolvimento, percorreu o sr. José Silvestre Ribeiro os diversos reinados; analysou em cada um d'elles as respectivas providencias legislativas e regulamentares; e em presença dos successivos diplomas authenticos foi compondo a *Historia* dos estabelecimentos.

1 Dec. I, liv. 5, cap. II.

2 *Os Musicos Portuguezes, por Joaquim de Vasconcellos*, vol. I, pag. X.

3 *Obra citada*, pag. XV.

4 D'esta importantissima obra deu ampla noticia, additando e corrigindo alguns de seus artigos, o *Jornal do Commercio* n.os 5160, 5161, 5165, 5166, 5167, de 5, 6, 12, 13 e 14 de janeiro de 1871.

5 *Rebello da Silva, Jornal das Bellas Artes*, n.º 1 1843.

1 *Degeneres animos timor arguit. Virg. AEn.*, liv. IV, v. 13.º

Para descrever os que derivaram de iniciativa particular, recorreu á sua instituição, examinou os estatutos, por que se regeram, e os escriptos que podiam esclarecer a sua origem, progresso, decadencia ou extincção.

Compraz-se o nosso espirito em ver surgir na tela da *Historia* esses vultos majestosos, a serie veneranda de personagens augustos e illustres, que ás sciencias e letras portuguezas prestaram distinctos serviços.

Folga o animo de ver a justiça e imparcialidade, com que o eximio academico vai distribuindo a estes personagens o galardão que mereceram por taes serviços, sem todavia os engrandecer com mal cabidas emphases.

Sobe porem de ponto o nosso jubilo, enchemo-nos de legitimo orgulho, quando, percorridas as quinhentas e vinte cinco paginas d'esta inestimavel *Historia*, achamos no complexo de suas doutrinas a demonstração evidente de que Portugal acompanhou sempre o desenvolvimento intellectual da humanidade, seguindo as pégadas das nações mais cultas, quando as não precedia nesta gloriosa carreira.

Em todos os periodos da existencia d'esta nação heroica se empenharam seus soberanos, com regia munificencia, se esforçaram todas as classes illustradas, com generoso patriotismo, em que aos portuguezes se ministrasse instrucção e ensino adequado; e souberam aproveital-o com decoro para o paiz, e luzimento para o proprio nome.

III

Havendo exposto o desenho, que seguiu o sr. José Silvestre Ribeiro na coordenação da sua *Historia*, e mencionado, em geral, os objectos, de que ella tracta, presumirá por ventura alguem que a estes objectos se limitara exclusivamente, menosprezando outras especies.

É a *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos* um vasto repositorio de multiplices e variadas curiosidades historicas e estastisticas, um thesouro opulento de erudição omnimoda. Vai espargindo o auctor pela sua narrativa, com discreta sobriedade, flores mimosas, que a enfeitam e amenisam. Aqui deixa cahir uma sentença apropriada; alli uma observação moral, que vem de molde; e de quando em quando uma anecdota, um apophthegma; e tudo entretecido com citações de nossos poetas e prosadores mais distinctos. E se por ventura topa algum diploma, que pela raridade ou importancia requer apreciação mais devida, transcreve-o na integra, ou extracta-o no que principalmente póde interessar.

Na escolha e disposição das materias, até onde lhe foi permittido, teve o illustre academico em vista a observancia de uma judiciosa maxima, que será de todos os tempos, embora a proferisse um dos mais insignes ingenhos da antiguidade.

Omne tulit punctum qui miscuit utile dulci[1].

Em verdade, sómente logra o conceito de escriptor primoroso o que sabe alliar o instructivo com o deleitoso. E d'este feliz condão pode ufanar-se o auctor da *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios, e artisticos de Portugal*. Para auxiliar a sua intelligencia reuniu-lhe o sr. José Silvestre Ribeiro cinco indices importantissimos:

I Indice geral d'este tomo.

II Indice dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos, e das providencias a respeito d'elles, de que se dá noticia neste tomo.

III Indice das pessoas ou corporações, de que se faz menção neste tomo.

IV Auctores e respectivos escriptos citados neste tomo.

V Collecções, repositorios, escriptos anonymos, jornaes litterarios, scientificos, etc, mencionados neste tomo.

Para que possa avaliar-se o indefesso trabalho, que teve o José Silvestre Ribeiro, para colligir os subsidios para a sua *Historia*, basta notar que foi obrigado a consultar cento e sentae seis obras de cento e trinta e dois auctores conhecidos, não mencionando as anonymas, as periodicas, as collecções de legislação, os diplomas avulsos, etc. etc.

Recorda-nos os aureos dias de nossa florente litteratura a *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e estatisticos de Portugal*, pela castidade e formosura da locução, pela exuberancia de doutrina e apurada critica.

Fazemos os mais sinceros votos para que seu autor leve á desejada terminação esta obra memoravel, que deverá ser a mais preciosa joia de seu diadema litterario.

F. A. Rodrigues de Gusmão.

[1] Horat.— De Art. Poet.

EXPEDIENTE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

Preços da assignatura

Por anno em Coimbra	1$500	réis
Para fóra de Coimbra (estampilhado)	1$800	»
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000	»
Avulso tão sómente para os socios e assignantes	160	»

Assigna-se no Gabinete do *Instituto*, rua do Infante D. Augusto.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

REDACTORES

José Teixeira de Queiroz

A. A. da Fonseca Pinto — A. M. Simões de Castro — Candido de Figueiredo

Luiz Carlos — Luiz Garrido — Vieira de Meirelles

Preços da Assignatura

Por anno em Coimbra.....	1$500
Para fóra de Coimbra, estampilhado	1$800
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000
Avulso (tão sómente para os socios e assignantes)	160

Assigna-se no Gabinete do Instituto — Coimbra, rua do Infante D. Augusto.

O Instituto

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

VOLUME XV—N.º 10

	Pag.
A Liberdade de industria nas suas relações com a Economia Politica e com a historia da civilisação — por *Candido de Figueiredo*	217
Estudos economicos e sociaes — Alfandegas — por *Luiz Jardim*	218
Estudos analyticos sobre as aguas mineraes de Luso — por *F. A. Alves*	222
Physiologia experimental em Coimbra — por *Costa Simões*	225
Theoria dos determinantes — por *José Falcão*	227
Os Meninos de Palhavã — Desterro de D. José e de D. Antonio no Bussaco — por *A. M. Simões de Castro*	232
Dois historiadores modernos — Augustin Thierry — Prescott — por *Luiz Garrido*	235
Sempre noiva — Chronica eborense — por *A. Filippe Simões*	238

Janeiro de 1872

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

A LIBERDADE DE INDUSTRIA

nas suas relações com a Economia Politica, e com a historia da civilisação

(Concluido de paginas 195)

Na actualidade, como nunca, vão as *grèves* assumindo largas e sérias proporções. Na França, na Inglaterra, em todos os grandes centros da industria, as *grèves* têm por muitas vezes prendido a attenção e o cuidado dos pensadores, e encravado as rodas do trabalho.

Não pretendemos defender os que, em proveito do capital, exploram o trabalho restringindo os salarios; nem tão pouco vimos lisongear o operario, aconselhando-lhe a *grève* quando a baixa dos salarios lhe cercear o legitimo e indispensavel interesse. Não ousamos condemnar a *grève,* porque é uma das manifestações do direito de petição, e nós queremos e sabemos respeitar todos os direitos; mas, em quanto a revolução social não hastear o labaro da justiça no mesmo Golgotha em que o passado levantou a cruz do operario, diremos ao homem do trabalho:— a *grève* é um recurso legitimo, mas a *grève* não te salva: é mais do que uma guerra ao capital, é uma guerra á industria, é o teu suicidio. Sê previdente e instrue-te: a instrucção e a previdencia salvaguardar-te-hão nas crises do trabalho.—

A previdencia pela associação parece-nos um preceito que o operario não poderá postergar, sem risco do seu futuro.

Sobre ser uma eschola mutua de bons costumes e de esforços intelligentes, ha nella o interesse pessoal, de incontestaveis vantagens economicas. Quanto possa dizer-se em abono da associação, no sentido generico da palavra, cabe especialissimamente ás sociedades cooperativas de credito, ás de producção e ás de consumo.

Sem nos demasiarmos por agora em largas considerações sobre credito, advertiremos de passagem que as sociedades cooperativas de producção e de consumo presuppõem quasi sempre as de credito, pois que, para estabelecer aquellas, é indispensavel aos fundadores um certo capital que elles, em quanto desconhecidos e pobres, só podem haver dos seus amigos ou companheiros de trabalho.

As sociedades de credito começaram a constituir-se na Allemanha ha pouco mais de vinte annos; acham-se diffundidas hoje por aquelle paiz, pela França, pela Inglaterra, são já depositarias de milhões, e tendem a satisfazer as maiores e mais variadas necessidades. Os capitaes, creados por estas sociedades, applicam-se de ordinario á fundação de sociedades de producção e de consumo, e provam diariamente que as sociedades cooperativas de credito são poderosos elementos de prosperidade, de moralidade, de previdencia.

Schulze, que em 1849 era um simples juiz de paz na cidade de Delitzsch, e que chegou a ser um dos mais notaveis deputados do parlamento prussiano, foi quem primeiro concebeu a feracissima idéa das associações cooperativas de credito. Essa idéa lançou as primeiras raizes na pequena cidade de Delitzsch, e, dentro de poucos annos, levou o seu maravilhoso influxo até aos confins da Europa, estabelecendo quasi um credito universal.

Em quanto as sociedades cooperativas de credito prosperam especialmente na Allemanha, as sociedades cooperativas de consumo, mais em harmonia com a aptidão commercial dos inglezes, têm principalmente florescido na Grã-Bretanha, desde que lhes deu o mais efficaz impulso a celebre sociedade dos *Consumidores de Rochdale.*

Em Rochdale, patria do grande Cobden, foram as primeiras idéas cooperativas semeadas por Owen. Não vingaram porém em fructos os planos do notavel communista, por isso que no seu systema escaceavam as garantias da responsabilidade e da propriedade. Os discipulos de Owen, vista a incompatibilidade das theorias do mestre com os interesses proprios, e depois de infructiferas e vagas tentativas de *grèves,* acordaram num meio de reduzir as despesas, comprando mais barato os objectos de consumo. Em novembro de 1844, vinte e oito operarios arrendaram uma pequena loja, onde se reuniam, em horas determinadas, para procederem á distribuição dos objectos comprados com as suas economias. Esta sociedade, de origem tão modesta, espalha hoje beneficios enormes, e possue um capital que se eleva a milhões.

E, já que fallamos da sociedade dos *Consumidores de Rochdale,* transcreveremos alguns artigos do seu programma:

—«Construir e comprar casas, onde possam residir os membros da sociedade que precisem de melhorar sua condição domestica e social.

—«Comprar e arrendar terras, para serem cultivadas pelos homens que não têm trabalho.

—«Fundar escholas, gabinetes de leitura, bibliothecas, visto que a instrucção é o pri-

meiro motor da civilisação e do verdadeiro progresso.

—«Soccorrer fraternalmente todas as associações analogas.»—

Ao lado das sociedades cooperativas de credito, e das de consumo, tem a França procurado desinvolver as de producção, recommendando-as, por maravilhosos resultados, á attenção de todo o mundo, e recrutando por toda a parte admiradores e imitadores. A organisação d'estas associações é mais complicada que a d'aquell'outras, mas é tambem certo que uma sociedade cooperativa de producção é de maior alcance, e pode realisar no mundo economico vantagens incalculaveis, e no mundo social vastos melhoramentos.

Todas as associações porém, de qualquer natureza que sejam, requerem, para chegar a bons resultados, moralidade, actividade e instrucção, da parte dos seus membros, se é que a instrucção, por si só, não leva á actividade e á moralidade.

Não se nos cancem nunca os olhos em reler este radioso thema da instrucção, que o espirito humano gravou em caracteres de oiro no frontal de todas as obras do progresso. As classes operarias têm já feito muito por meio da instrucção, muito mais porém hão de fazer ainda. A instrucção deixou-lhes abrir o catechismo dos seus direitos e dos seus deveres, e fez com que os preconceitos do velho mundo cedessem o passo á glorificação do trabalho.

Onde ha ignorancia, ha escravidão e barbarie; onde ha luz, ha liberdade e caminha-se. *Ubi spiritus ibi libertas.*

Foi a instrucção que derribou os privilegios, e acordou a consciencia do povo, e accendeu as revoluções do direito, e proclamou o verbo da justiça. É a instrucção a força mysteriosa que, enlaçando a liberdade com a egualdade e a fraternidade, deduzirá das premissas da revolução as conclusões immediatas, e converterá a historia do futuro na epopeia da democracia.

Á historia do passado levantai, se vos apraz, o véu que a ensombra; e, de todas as miserias que lá se vos deparam indicae uma só que não esteja estreitamente vinculada á ignorancia de nossos avós.

A todos importa a questão vital da instrucção; o operario tem porém nella um interesse duplo: o trabalho é tanto mais leve e fecundo quanto mais intelligente; o homem é tanto mais livre e digno quanto mais instruido.

O trabalho, por força das leis que noutro logar apontámos, tende continuamente a passar do mundo da materia para o mundo da intelligencia,—a immaterialisar-se. Ora, quanto mais intensa é a luz no espirito do que trabalha, mais glorificado é o trabalho, menor o esforço despendido, maiores e melhores os seus resultados.

A liberdade é arvore que esmorecerá á mingua de seiva, onde escassear a instrucção. Ora a liberdade é a primeira condição da prosperidade e fecundidade do trabalho. Quando as tutelas que a necessidade, se não a força, impõe ás nações, não reconhecem a maioridade de um povo instruido, esse povo pode exhibir um titulo de emancipação; e, quando esse titulo, a instrucção, não valer no tribunal dos que lucram com a servidão popular, a mesma instrucção ministrará energia e forças, efficazes para a conquista da liberdade.

A questão da instrucção não poderá jámais desligar-se da verdadeira theoria do progresso social: a instrucção é para a liberdade o mais solido e perduravel cimento, e a liberdade é a ultima palavra da sciencia da civilisação.

CANDIDO DE FIGUEIREDO.

ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAES

Alfandegas

(Continuado de paginas 152)

CAPITULO IV

Causas da decadencia do povo portuguez depois do seculo XV.—O systema politico da nação.—Viciosa organisação da propriedade.—Miseria dos agricultores.—Como os povos fizeram conhecer essas miserias nas côrtes de 1430, 1472 e 1473.—Fundamento das reclamações populares.—A reforma dos foraes.—Como deve entender-se.—Inconvenientes d'essa reforma.—Influencia do poder absoluto no systema economico da nação.—O pauperismo em Portugal.—Falta de capitaes.—Decadencia das industrias fabris.—Vicioso systema em materia de contribuições.—Multiplicidade do imposto.—Inconvenientes que d'ahi provieram.—A lei dos alcaldamentos.—Inefficacia dos melhoramentos introduzidos nas alfandegas.—Falta de segurança, de communicações, e de transportes no paiz.—Restricções e medidas vexatorias dos regimentos.—Quebra das immunidades e privilegios dos negociantes extrangeiros.—Extorsões feitas nos portos seccos aos mercadores portuguezes.—Como tudo concorreu para decadencia do nosso povo.—Os remedios empregados pelo poder absoluto não conseguem obstar á miseria do reino.—Descripção d'essa miseria por Manuel Severim de Faria.

O commercio de Portugal, florescente no seculo XVI, vai em contínua decadencia no seculo XVII, e é apenas luz bruxuleante no seculo XVIII. Duas causas principaes originaram essa rapida declinação. A primeira foi o

systema economico que deixámos esboçado, a segunda, o systema politico então em vigor em toda a Europa.

O commercio que se fazia em Lisboa era puramente ephemero, porque, apenas cessasse a importação das colonias, faltava logo ao nosso povo um dos elementos essenciaes para as transacções com as nações extrangeiras. Só é verdadeiramente rico o paiz productor, e Portugal nesta segunda epocha nem o era, nem o podia ser.

As populações agricolas, que pelo seu continuo amor pela terra, e que por sacrificios continuos, fazem brotar d'ella a grande riqueza, primaria e essencial ao progresso de um povo, no que diz respeito ás subsistencias, sem as quaes é sempre nocivo o augmento de população, não possuiam entre nós os terrenos que agricultavam. A propriedade estava immobilisada nas mãos das corporações de mão morta e dos morgados; immobilisada pelos *coutados, baldios* e maninhos, pertencentes á corôa, aos nobres, e aos conselhos. Sem duvida a emphyteuse, na edade media, tinha dado elementos de trabalho aos povos agricolas, mas atravessando uma epocha feudal, tinha-se resentido do systema de emprasamentos do direito germanico; e mais tarde sido aggravada com os preceitos, que neste ponto ensinava o direito romano [1].

No seculo XV continua a ser mister da nobreza a guerra, e agora as grandes expedições, offerecem ao seu genio audaz e aventureiro largo campo. Redobram por isso as despesas, e, para lhes accudir, as vexações e encargos sobre o povo. As leis e documentos, que a contar d'esta epocha dominam a sociedade portugueza, mostram-nos nas terras os rendeiros, emphyteutas, foreiros e jugadeiros.

Eram porém innumeros os tributos que recahiam sobre elles. Nos predios censuarios a substancia do lavrador era extenuada pelos numerosos foros e rações; nos predios livres recahia o fisco com os dizimos [2], cizas, portagens, açougagens, relegagens, e mil outros encargos onerosos.

Com um illustre escriptor nosso, podemos dizer:—«Os lavradores esmagados com o peso dos tributos, ou pela usura das rações e serviços dos predios não allodiaes, amaldiçoavam a sua sorte. Os senhorios, o clero e o fisco arrebatavam-lhes da eira e do lagar o melhor dos fructos, e a pobreza mais desconsoladora entristecia-lhes o lar, em que a presença dos filhos, motivo de alegria, até para os indigentes, vinha sentar o espectro da fome.»

Contra esse estado de cousas, muitas vezes reclamaram os povos; e já em 1430 os procuradores da cidade do Porto diziam em côrtes de Santarem, que essas extorsões—«haviam reduzido os coitados dos lavradores a serem tão pobres, que não tinham porque pagassem as rendas aos senhorios, nem avos (ao rei) os pedidos e avenças das cizas, nem para comprarem os bois nem gados, nem ferramentas, e cousas que havia mister para seu viver.» Doe imaginar tal miseria, principalmente quando se conhece que ella continuou. Em 1472 nas côrtes de Coimbra repetem os povos as suas queixas, e, pedindo a reforma dos abusos, terminam, «e esta senhor, será a mais honrada visitação, provisão e correição que vossa alteza possa fazer em vosso reino.» Nos capitulos 13 e 132 das côrtes, principiadcs em Evora, (1473) e acabados no anno seguinte em Vianna de Apar-de-Alvito, gritaram altamente os povos, já contra os alcaides-móres, que lhes faziam muitas oppressões, em lhes tomarem seu pão, roupas, e gallinhas, e que os obrigavam a servir como mouros; e já contra todas as ordens e egrejas.

Taes reclamações eram justissimas.

A boa fé dos povos, na edade media, tinha deixado perder como inuteis os titulos da propriedade [1]. Os legistas porém exigiam-nos [2], e, com difficuldade de appresentar esses titulos, ou de lutar com os romanistas, o povo depois de vexado com *tributos e costumes novos,* perdia o terreno a que tinha dado valor pelo trabalho.

Os ultimos acontecimentos do reinado de D. João II, rei que muito prezava o braço do povo, não permittiram, que attendesse ás reclamações das côrtes. D. Manuel pertendeu pôr côbro a estas desgraças publicas, e houve a grande reforma dos foraes. Quem seguir porém attentamente a nossa historia politica desde o começo da monarchia, convencer-se-ha de que essa reforma não foi mais do que o complemento, ou a ultima pedra collocada no edificio do poder absoluto.

No seculo XVI todas as leis têm como fim visivel coarctar o poder, por toda a parte onde elle existir, e reunil-o nas mãos de um só homem — o rei [3]. Assim os principios, que pre-

[1] «Com a mistura de clausulas proprias da natureza e costumes feudaes, e clausulas de natureza emphyteutica, se convencionavam nos primeiros seculos d'esta monarchia os emprasamentos. Lobão, App. ao D. Emph., tit. 1.º, § 7. A emphyteuse do direito romano, entre nós, só começou a tornar-se frequente depois de D. João I. *Hoc jus... apud nos frequentari praesertim caepit tempore Joannis* I. M. Freire, liv. 3, tit. 11, § 2, nota.

[2] Vide Rel. ácerca dos dizimos do sr. Sanct'Anna e Vasconcellos no jornal *America.*

[1] Alguns titulos da propriedade tinham-nos os povos perdido; outros como foraes dos donatarios, e por que então se regia a propriedade no reino, eram a — *maior parte falsificados, antrelinhados, rotos, não auctorisados.* Côrtes de Coimbra de 1472 e acabadas em Evora em 1473. Outros titulos não existiam, e d'ahi provém a renovação de posse de tres em tres annos.

[2] Damião de Goes, Chron. de D. Manuel, 6.ª cap. 25.

[3] Vide as Ordd. Manuel., liv. 5, tit. 69; liv. 5, tit. 91; liv. 2, tit. 45 e liv. 2, tit. 36, onde a titulo de beneficiar os povos, se revela bem claro o pensamento do poder absoluto.

sidiram á reforma dos foraes são identicos aos que originaram a revogabilidade das doações regias, a reversão, as confirmações geraes e a lei mental. São identicos aos que introduziram os corregedores na organisação judiciaria, o regimento da guerra nas ordenações, e que deram logar ao *livro velho das linhagens*[1]. Se a causa apparente d'essa reforma foi accudir ás miserias do povo, e reprimir a arbitrariedade dos nobres, é certo que a latente, mas que a philosophia da historia nos ensina, foi o tornar a lei uniforme para todos, sugeitando a sociedade a um unico homem. Existiam as collecções civis, era necessario que acabassem os privilegios dos foraes.

Assim esses diplomas, para o povo, ficaram sendo não só escripturas de obrigações emphyteuticas, mas principalmente codigo geral das contribuições, tanto directas, como indirectas, nos concelhos. Os foraes reformados das cidades, os novos foraes das alfandegas, e até os foraes de Portagem, são os codigos, onde depois do seculo XVI se encontram as leis da fazenda. D'este modo pode-se affirmar que a nova centralisação, deslocando o mal dos encargos que recahiam sobre o povo, ou antes aggravando-o, porque o regulava, nenhum lenitivo veio trazer á vida difficil do homem de trabalho.

Sem duvida ha nesta epocha a fixidez dos impostos indirectos; isentam-se de portagem alguns objectos de consumo, nas alfandegas interiores, e da dizima nas exteriores[2]. Porém, como já fizemos sentir, as garantias locaes do cidadão desapparecem, os foraes ficam sendo pauta de impostos, e o municipio, tão energico, tão cheio de vida na edade media, se conserva ainda o nome como gloriosa tradição, já não é o grande fôro onde os homens do concelho aprendiam a ser livres.

Ainda por outro lado, pequeno foi o beneficio d'essa reforma; se limitou a arbitrariedade em materia de exacções, deixou ficar vigorando a mesma organisação da propriedade; cresceram as contribuições indirectas, e alem d'esses impostos, pelas Ordenações, eram os agricultores obrigados a numerosos serviços, e a fornecer bois, cavallos e carros para os transportes, tudo a arbitrio do poder absoluto[1].

Com taes disposições acanhou-se a agricultura, e em breve arroteado apenas o terreno de grande fertilidade, a maior extensão do solo ficou maninho improductivo[2]. Decresceu sensivelmente a população, de que resultou o grande preço dos serviços, e por conseguinte a diminuição correspondente nos proventos do agricultor. Assim desde D. Manuel, principia um paiz dotado da maior riqueza agricola a alimentar-se de cereaes extrangeiros[3], e, despovoados os campos, o pauperismo apparece terrivel nas cidades[4].

Tal era a desgraça dos povos, e assim devia ser, porque, alem de tudo o que dissemos, faltava á industria agricola o capital, primeiro e poderoso elemento do trabalho. O codigo affonsino tinha condemnado os emprestimos com juros, e todos e quaesquer contractos, em que o dinheiro, o ouro e a prata auferissem lucros pela venda[5]. Estas restricções obrigaram os interesses necessitados a illudir a lei, mas por isso mesmo originaram pelo temor da perda, as clausulas vexatorias e a usura dos judeus: o resultado era facil de

1 Coarctar o poder da nobreza, coarctando-lhe os privilegios e regalias, que constituiam a sua força, tal é, como já o fizemos sentir mais de uma vez, o intento dos reis de Portugal, logo depois da constituição da nossa sociedade. A chronica vulgar mais antiga que nos resta, diz—«A qual renembrança serve a proll porque muitas vezes mostram perante ElRei nosso sennor e perante os seus juizes algumas doações e outras escripturas, *que fazem em prejuizo dos direitos e cousas da corôa dos Reinos*, fazendo taes cartas de doações mençom que foram outorgadas por hum Rei o quall segundo a dada dessa escriptura já era finado.» Vide *Portugaliae Monumenta historica.* — *Scriptores*, vol I, pag. 22.

O *Livro velho das linhagens* foi ainda um meio para obstar ás extorsões dos nobres feitos a titulo de padroeiros, e sob a forma de — *comedorias, casamentos, cavallarias*, ás egrejas e mosteiros. Aquelle livro, registo publico da aristocracia, era o documento por onde se deviam afferir esses direitos, para com as egrejas; assim como os registos dos bens da corôa eram o titulo, por onde se resolviam as questões de propriedade, e ainda as do privilegio. Vide o que diz o sr. A. Herculano, na introducção, aos *livros de linhagens*, *Portugaliae Monumenta*, pag. 135.

2 Foral do Porto, § XXXVII; Foral da Alfandega de Lisboa, cap. LXXII.

1 Ord. Aff., liv. 2, tit. 24; liv. 2, cit. 24, § 22. Ord. Manuel., liv. 2, tit. 15. Egual systema tinha logar em França no seculo XVII. Colbert pela declaração de 25 de janeiro de 1671 prohibiu que se tomassem as bestas dos rendeiros. A. Blanqui, *Historia da Economia Politica*, tom. II, pag. 5.

2 A Ord. Manuel., liv. 4, tit. 67 renovando a lei das sesmarias confirma a verdade do que dizemos.

3 Cartas de 3 de julho de 1516 e 24 de agosto de 1522. Coll. de D. N. de Leão, pag. 183. Baseado nos capitulos das côrtes de Evora e Torres Novas de 1525 e 1535, e das côrtes de 1562, diz o sr. Rebello da Silva:—«Chegou-se ao extremo de consumir annualmente perto de 500:000 cruzados em abastecer o paiz de cereaes, não contando os que entravam pela raia secca. *Historia*, vol. IV, pag. 437.

4 O pauperismo apparece em Portugal no reinado de D. Manuel. Foi este rei o primeiro que legislou ácerca dos soccorros devidos aos indigentes. Para os soccorrer estabeleceu o imposto de 1 % sobre todas as rendas reaes. A. Bouchot, *Portugal e suas colonias.*

5 Ord. Aff., liv. 2, tit. 57; liv. 4, tit. 3 e liv. 5, tit. 43. A lei de 16 de janeiro de 1570 de D. Sebastião, prohibe sob penas severas todo o interesse ou cambio do dinheiro, ou seja para feiras, ou seja para os logares do reino, ou de fóra; e com tanto rigor, como se não encontra no casuista o mais severo. Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo de Portugal*, pag. 137. Vide tambem Theoria e Legislação do Recambio do sr. Ernesto Hintze Ribeiro, pag. 1 e seguintes.

prever; ou os interesses auferidos pelo trabalho eram absorvidos pelos agiotas; ou não chegavam a satisfazel-os, e fazia-os recuar nos emprestimos. Em ambos os casos soffria o productor e toda a população.

Taes erros economicos, arvorados como lei pelo poder absoluto, e até sob o titulo de protecção, abafavam as forças productoras do paiz, estancando o manancial mais copioso da sua prosperidade,— a industria agricola; mas se as rendas elevadas, os salarios altos, a raridade dos capitaes, e de concelho para concelho as barreiras das pautas e prohibições municipaes, excluindo a venda dos productos, ou carregando-os de direitos pezados, tolhiam por toda a parte o desenvolvimento da agricultura, essas causas complicadas, com os regulamentos reaes das fabricas, com os direitos das alfandegas, e mais impostos, deviam obstar ao incremento das industrias fabris e ser a causa da sua decadencia.

E na verdade, neste periodo, as leis que pretendiam reger o trabalho manufactor, coarctavam a liberdade individual, procurando regular até as operações mais secundarias das industrias fabris. Essas restricções e regulamentos, apezar de estabelecerem premios pecuniarios e privilegios, para animar este ou aquelle ramo, tinham todavia o grande inconveniente de difficultar o adiantamento dos processos de fabricação, paralysando, em vez de estimular, o seu desenvolvimento [1]. Alem d'isso a acção fiscal, sugeitando a producção ao encargo do imposto de 10 por cento de entrada sobre as materias primas, ao tributo oneroso da ciza, 10 por cento sobre a venda, e em muitos casos á accumulação de outros 10 por cento de decima, deviam concorrer, e na verdade concorreram, para que as industrias no nosso paiz nunca sahissem d'uma infancia enfezada. Para lhes matar o desenvolvimento, alem d'estes impostos, lá estavam as pautas dos concelhos, os juros exorbitantes, a elevação dos salarios, a carestia das substancias, o alto preço das materias primas, o atrazo dos processos fabris, e até finalmente as corporações, ou gremios dos officios, artes e commercio.

Uma vez desconhecidas as leis naturaes que regem o mundo economico, succedem-se os erros, e uns como consequencia dos outros. A falta de productos agricolas e artefactos necessarios ao consumo da sociedade portugueza, aperfeiçou o systema prohibitivo, que vedou a sahida dos artigos principaes á existencia, e a do numerario. Esta prohibição, depois do quadro sombrio que acabámos de desenrolar, era injustissima, e principalmente, porque vigorando então as Ordenações, que mandavam taxar generos e obras [1], os productos não podiam ir procurar mercado onde auferissem ganho honesto, mas ficavam sugeitos no paiz á vontade dos almotacés, que não attendiam nem tinham em conta as despesas, os sacrificios e difficuldades da producção. Sem duvida, o systema prohibitivo não era completo, pois não vedava as importações, abria os portos aos cereaes extrangeiros, e até os direitos sobre alguns pannos de fóra nos apparecem diminuidos. A lei dos alealdamentos porém tornava inefficazes essas medidas. Sendo obrigados os mercadores a empregarem o producto da venda das mercadorias, em generos nacionaes; a escacez d'estes, e a prohibição da sua sahida, tornava limitada a offerta d'aquelles, e fazia diminuir o giro das permutações. Estas floresceram em Portugal no seculo XVI e Lisboa foi o grande centro commercial do universo; mas essa grandeza illusoria desfez-se rapidamente, logo que os hollandezes e inglezes nos levaram os melhores mercados coloniaes, e faltaram em Lisboa as especiarias e riquezas do oriente, para entrar nos retornos dos mercados estrangeiros.

(Continúa) LUIZ JARDIM.

[1] Vide o Regim. de 7 de janeiro de 1690, que manda observar rigorosamente o regimento de 1573 da Fabrica de pannos do reino, dado por D. Sebastião, e isto até ao capitulo 96; d'ahi em deante o poder real reformava — «segundo requer a mudança e variedade dos tempos, e conforme a experiencia que depois se teve, do que melhor convinha. Accrescenta mais onze capitulos.

[1] Os erros, que induziram o codigo affonsino a taxar generos e obras, e a negar a liberdade do trabalho, obrigando os mesteiraes a usar dos seus mesteres, sómente com a mira em ganhos honestos, determinados previamente, encontram-se formulados em lei na compilação de D. Manuel, e mais tarde na de Philipe II. Vide as Ordd. Manuel., liv. 2, tit. 46, §§ 13 e 27; liv. 2, tit. 49, §§ 3, 7, 8 e 9: e tambem as Ordd. Philip., liv. 1, tit. 18, § 1; liv. 1, tit. 68; liv. 5, tit. 76 e 77. Vide tambem o alvará de 27 de janeiro de 1640. Algumas camaras até punham almotaçaria ás fazendas que vinham de fóra do reino, o que foi prohibido pelo capitulo LV do Regimento de 1763. Só no seculo XVIII apparecem as leis que acabam com systema tão anticonomico.

O Alvará de 20 de fevereiro de 1765 aboliu a taxa dos generos para Lisboa e termo, permittindo unicamente a estiva do pão, azeite e palha; a lei de 11 de julho de 1821 e alvará de 12 de março de 1823 aboliram a excepção do *citado alvará*, prohibindo geralmente a taxa dos generos em todo o reino; e a portaria de 15 de janeiro de 1841 mandou requerer em juizo a annullação de uma postura municipal, que havia estabelecido taxas ao vinho e pão, como contrarias ás citadas leis; todavia a portaria de 7 de junho de 1843, *Angra*, declarou que a camara municipal podia fazer posturas ácerca da estiva do pão, porque esta não é taxa, mas simplesmente a designação da relação entre o preço do genero e a sua manufactura, tendo por fim regular o exercicio de uma industria, e sobretudo evitar um monopolio fraudulento.

A distincção feita por esta portaria entre *estiva* e *taxa* (diz o erudito annotador do Cod. Adm.) parece não passar de uma subtileza, e ainda que o seu fim fosse de incontestavel utilidade publica, o meio empregado não foi talvez o mais legal nem o mais efficaz:

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

ESTUDOS ANALYTICOS

sobre as aguas mineraes de Luso

(Concluido de paginas 200)

III

Residuo solido obtido pela evaporação em capsula de platina de um litro de agua mineral, e secco depois em estufa á temperatura de 180° C ..... gram. 0,042500

(1) Determinação do acido sulphurico

O precipitado de sulphato de baryta, obtido pelo chlorureto de baryo em cinco litros de agua, pesou 0,0250 gram. Corresponde a acido sulphurico 0,008585 gram.; por mil 0,001717

(2) Determinação do chloro

O precipitado de chlorureto de prata, obtido pelo azotato de prata em tres litros de agua mineral, pesou 0,1260 gram. Corresponde a chloro 0,031152 gram.; por mil.. 0,010384

(3) Determinação da silica

A porção de silica que, pela sua insolubilidade na agua distillada, se separou de dois litros de agua mineral, pesou 0,0246 gram ; por mil 0,012300

(4) Determinação do acido carbonico

Tractaram-se pelo chlorureto de baryo e ammonia dois litros da agua dos banhos de Luso. O precipitado sujeitou-se á acção do acido chlorhydrico diluido, manifestando-se effervescencia. A parte que então se solveu, separada pela filtração, e tractada pelo acido sulphurico, precipitou 0,737 gram. de sulphato de baryta. Corresponde a 0,623 gram. de carbonato de baryta, e a 0,1396 gram. de acido carbonico; por mil 0,069800

(5) Determinação da cal

O precipitado de oxalato de cal, obtido pelo oxalato de ammonia em quatro litros de agua mineral, e transformado em carbonato de cal, pesou 0,0076 gram. Corresponde a 0,00424 gram. de cal; por mil. 0,001060

(6) Determinação da magnesia

O liquido da operação precedente (5), depois de separado o oxalato de cal, deu com a ammonia e phosphato de soda uma porção indosavel de phosphato ammoniaco-magnesiano, mostrando assim tão sómente indicios de magnesia.

(7) Determinação do potassio

O precipitado de chlorureto duplo de platina e potassio, produzido pelo bichlorureto de platina na solução dos chloruretos alcalinos convenientemente obtidos de tres litros de agua mineral, pesou 0,03 gram. Corresponde a 0,009 gram. de chlorureto de potassio, e a 0,00471 gram. de potassio; por mil. gram. 0,001570

(8) Determinação do sodio

Os chloruretos alcalinos, obtidos na determinação antecedente, pesavam 0,108 gram. Sendo 0,009 gram. o peso do chlorureto de potassio, resta para chlorureto de sodio 0,099 gram. Corresponde a 0,038940 gram. de sodio; por mil. 0,012980

Segundo as determinações que ficam mencionadas, a agua mineral de Luso contem por litro:

1	Acido sulphurico	0,001717
2	Chloro	0,010384
3	Silica	0,012300
4	Acido carbonico	0,069800
5	Cal	0,001060
6	Potassio	0,001570
7	Sodio	0,012980
8	Magnesia	indicios
9	Ferro	indicios
10	Materia organica	quant.ind.

Calculo da analyse para a determinação das combinações existentes nas aguas mineraes de Luso

(a) Sulphato de soda

Acido sulphurico determinado (1) ..	0,001717
Combina-se com a quantidade equivalente de soda	0,001330
Formando de sulphato de soda...	0,003047

Sodio correspondente 0,000986 gram.

(*b*) **Chlorureto de sodio**

	gram.
Chloro determinado (2).....	0,010384
Combina-se com a quantidade equivalente de sodio	0,006732
Formando de chlorureto de sodio...	0,017116

(*c*) **Bicarbonato de soda**

	gram.	
Sodio determinado (7).....		0,012980
Sodio correspondente ao sulphato de soda (*a*).....	0,000986	
Sodio combinado com o chloro (*b*).....	0,006732	
		0,007718
Resta de sodio.....		0,005262
Corresponde a soda		0,007092
Combina-se com a quantidade equivalente de acido carbonico ..		0,010066
Formando de bicarbonato de soda.....		0,017158

(*d*) **Bicarbonato de cal**

Cal determinada (5).....	0,001060
Combina-se com a quantidade equivalente de acido carbonico ..	0,001665
Formando de bicarbonato de cal.	0,002725

(*e*) **Bicarbonato de potassa**

Potassio determinado (6).....	0,001570
Corresponde a potassa	0,001891
Combina-se com a quantidade equivalente de acido carbonico ..	0,001766
Formando de bicarbonato de potassa	0,003657

(*f*) **Acido carbonico**

	gram.	
Acido carbonico determinado....		0,069800
Acido carbonico combinado com a soda (*c*).....	0,010066	
Acido carbonico combinado com a cal (*d*)..	0,001665	
Acido carbonico combinado com a potassa (*e*).	0,001766	
		0,013497
Resta acido carbonico livre....		0,056303

(*g*) **Silica**

Silica determinada (3).....	0,012300

Segundo as combinações que ficam calculadas, cada litro de agua mineral de Luso contem em dissolução os seguintes principios:

	gram.
Sulphato de soda	0,003047
Chlorureto de sodio.....	0,017116
Bicarbonato de soda.....	0,017158
Bicarbonato de cal	0,002725
Bicarbonato de potassa.....	0,003657
Silica	0,012300
Peso dos principios calculados	0,056003
Diminuindo a quantidade de acido carbonico, que está unido aos carbonatos neutros para formar bicarbonatos	0,006748
Resta	0,049255
Residuo obtido pela evaporação.	0,042500
Differença	0,006755

Segundo as determinações, e os calculos precedentes, um litro de agua mineral de Luso tem a seguinte composição chimica:

	gram.
Bicarbonato de soda.....	0,017158
Bicarbonato de potassa.....	0,003657
Bicarbonato de cal	0,002725
Chlorureto de sodio.....	0,017116
Sulphato de soda.....	0,003047
Silica	0,012300
Magnesia.....	indicios
Peroxydo de ferro.....	indicios
Materia organica.....	quant.ind.
	0,056003
Acido carbonico livre.....	0,056303
	0,112306
O acido carbonico livre equivale, a 0°C. e á pressão de 0^{m}76, a..	28,^{cc}5

100^{cc} de gaz em dissolução na agua mineral de Luso, á temperatura de 0°C. e á pressão de 0^{m},76, contêm:

Acido carbonico	10,^{cc}1
Oxygenio / Azoto	89, 9
	100, 0

100^{cc} de gaz desinvolvido espontaneamente das aguas mineraes de Luso compõem-se de:

Acido carbonico	12,^{cc}3
Oxygenio / Azoto	87, 7
	100, 0

F. A. Alves.

Mappa comparativo das aguas mineraes de Luso com outras aguas bicarbonatadas sodicas nacionaes e estrangeiras

Agua: um litro

	Agua de Luso	Vidago	Villarelho da Raia	Algyogy	Bodok	Bondes ou Bards	Fellathale	Godesberg	Heilstein	Heppingen	Preblau	Salzbrunn	Sauxillanges	Wisenbad
Temperatura	27,°05C.	23°,8C.	16°,2C.	31°C.	13°C.	17,°5C.	9°C.	?	10°C.	?	10°C.	9°C.	?	21,°5C.
Acido carbonico livre	cc 28,5	cc 488,8	cc 293,7	cc 759	cc 888,1	indeterm.	cc 760,1	cc 237	cc 270,5	cc 238	cc 130,9	cc 140	indeterm.	cc 6,5
Principios fixos														
Bicarbonato de soda	gram. 0,017158	gram. 4,7329	gram. 2,3640	gram. 0,749	gram. 4,082	gram. 2,4548	gram. 2,648	gram. 0,880	gram. 0,800	gram. 0,768	gram. 3,024	gram. 0,970	gram. 2,0577	gram. 0,176
Bicarbonato de potassa	0,003657	0,0959	0,0022	»	»	indicios	»	»	»	»	»	»	»	»
Bicarbonato de cal	0,002725	0,8553	0,1612	0,295	0,583	0,9772	0,960	0,377	0,119	0,161	0,239	0,254	0,3448	0,095
Bicarbonato de magnesia	»	0,2641	0,0571	0,343	0,319	0,2275	0,083	0,060	0,052	0,297	»	0,225	0,0910	0,035
Bicarbonato de ferro	»	0,0104	»	»	0,035	0,0415	»	0,004	0,001	indicios	0,007	0,004	indicios	»
Sulphato de soda	0,003047	»	»	»	0,406	0,0800	0,410	0,255	»	»	0,303	»	»	»
Sulphato de cal	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
Chlorureto de sodio	0,017116	»	»	0,082	0,145	0,9510	0,183	0,066	0,026	0,372	0,063	0,074	0,0600	0,050
Chlorureto de potassio	»	0,1767	0,0634	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
Chlorureto de magnesio	»	»	»	»	»	»	»	0,030	»	»	0,063	»	»	»
Silica	0,012300	0,0640	0,0150	0,073	»	0,0350	»	»	0,039	»	0,072	0,036	0,0350	»
Magnesia	indicios	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
Alumina	»	indicios	indicios	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
Peroxydo de ferro	indicios	»	indicios	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
Materias organicas	quant. indet.	indicios	indicios	»	»	»	»	0,002	»	»	»	»	»	»
Total dos principios fixos determinados	0,056003	6,1993	2,6629	1,542	5,570	4,7670	4,284	1,674	1,037	1,858	3,866	1,876	2,6085	0,426

PHYSIOLOGIA EXPERIMENTAL EM COIMBRA

No livro, que estou escrevendo sobre a physiologia dos systemas organicos muscular e nervoso, ficarão conhecidos os instrumentos de trabalho que os professores e alumnos têm actualmente á sua disposição no gabinete de physiologia experimental da nossa faculdade de medicina.

A gravura d'esses apparelhos foi aberta sobre desenhos de origem photographica por um processo que poderá julgar-se novo, ou que pelo menos não me consta ter sido empregado anteriormente para esta ordem de trabalhos. O seu inventor, então meu discipulo, depois de collocados os apparelhos na posição que me convinha, tirava-lhes a prova photographica ao modo ordinario; e obtinha depois segunda prova muito descorada, onde se viam apenas pouco mais do que os contornos das differentes peças mais delicadas. Sobre esta ultima prova é que desenhava á mão o que faltava para o seu complemento, guiando-se pelo aspecto dos proprios apparelhos na mesma posição, e pelas provas photographicas ordinarias que tinha diante de si. Com estas precauções para uma fidelidade rigorosa do desenho, com a minha explicação verbal ao gravador sobre os desenhos já passados á madeira, e com um trabalho de gravura como o sabe desempenhar o sr. Caetano Alberto, de Lisboa, creio que ficará sufficientemente favorecida a descripção d'estes apparelhos.

Com a publicação d'aquelle meu livro ficará mais conhecida a superioridade da nossa collecção de apparelhos de physiologia experimental sobre as collecções francezas, e particularmente sobre as de Paris e Strasbourgo no estado em que se achavam, quando as visitei em 1865. Nesse anno disse eu no meu relatorio official de 31 de dezembro[1]: «Em «quanto á collecção de apparelhos (de physio«logia experimental), o gabinete de Coimbra «fica possuindo os melhores dos laboratorios «d'Allemanha, e que faltam em Paris; a que «reune a interessante collecção dos appare«lhos de Marey, que não vi nos laboratorios «d'Allemanha, nem ainda nos de Paris, com «a unica excepção do laboratorio particular «do seu inventor. Com esta collecção o nosso «gabinete de Coimbra já póde apresentar-se «ao lado dos laboratorios allemães, e fica «muito *superior* aos laboratorios france«zes».

A maior parte d'estes apparelhos ficaram encommendados, durante a minha viagem, em Berlim, Bonne, Breslau, Vienna, Munich, e Paris[1]; e d'então por diante outros se adquiriram tambem de Berlim e Paris, e alguns de Liège. Os de Berlim sahiram da officina de Sauerwald, constructor de grande conceito em toda a Allemanha; e o professor Du Bois-Reymond prestou-me o bom serviço de olhar pelo conveniente acabamento de todos os que eram de sua invenção. Devo egual fineza ao professor Schwan no que diz respeito ás construcções de Liège.

Neste jornal irei dando conhecimento d'alguns d'estes apparelhos cujo desenho e conveniente descripção não se encontra nas publicações francezas de que tenho noticia. Do myographo de Helmholtz, por exemplo, cuja descripção começarei neste artigo, apenas tenho visto, nos livros e jornaes francezes, o simples desenho do seu ponteiro registrador e do cylindro defumado, limitando-se a descripção que o acompanha a uma idéa geral dos processos, com que se consegue a medição do tempo de cada uma das phases por que vai passando a contracção muscular, e do tempo com que se avalia a velocidade da acção nervosa. Em logar d'aquelle desenho, tão distante da verdadeira representação do apparelho, e d'aquella idéa tão geral do fim a que se chega com esta ordem de experiencias, representarei em seis ou sete gravuras o apparelho armado e a sua decomposição em differentes grupos de peças; e farei por descrever tudo de modo que se conheça o mecanismo do seu trabalho e todas as particularidades do processo experimental.

Myographo de Helmholtz, modificado por Du Bois-Reymond

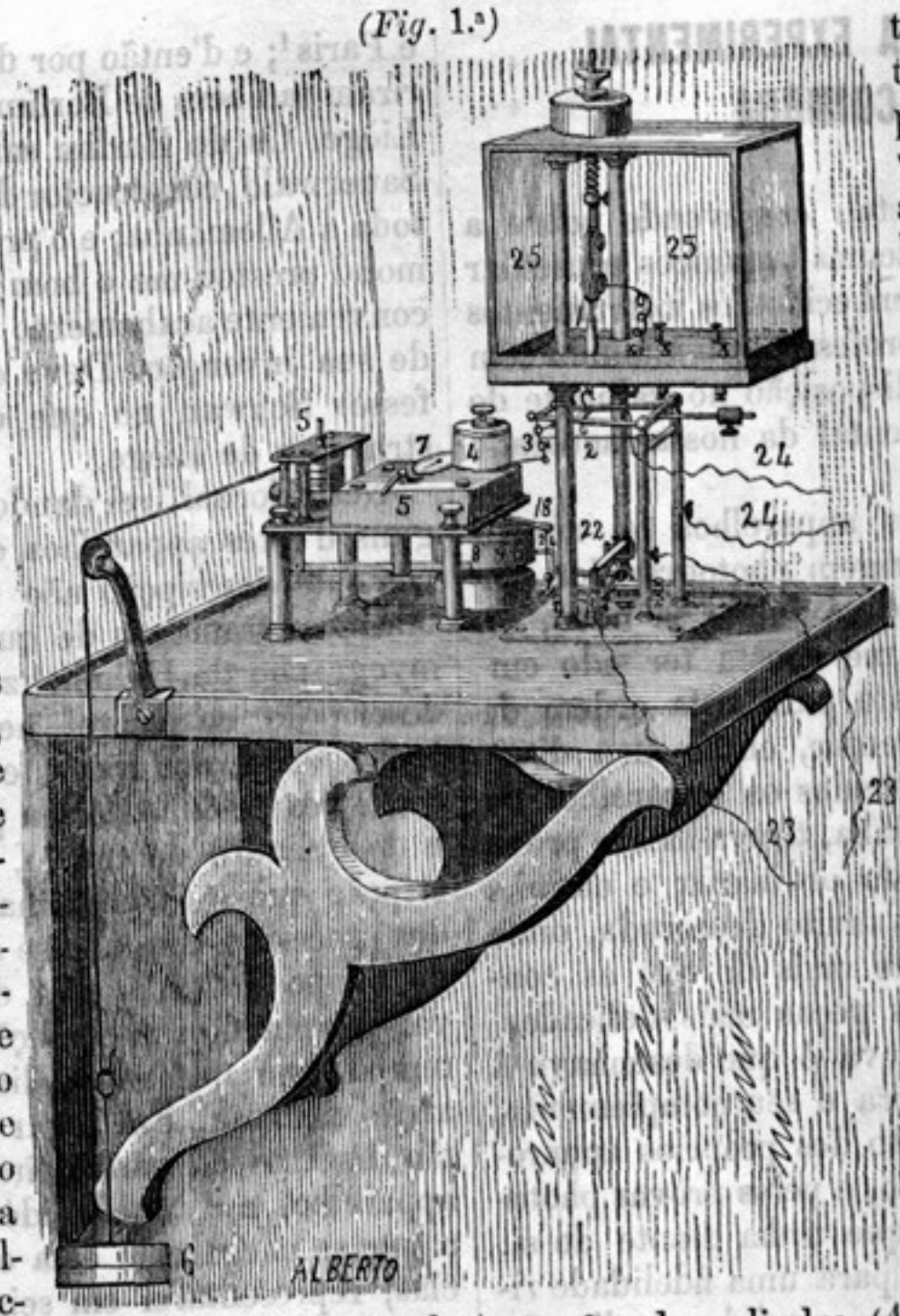
Com o myographo de Helmholtz registra-se a contracção muscular; e nessa curva traçada póde medir-se, em decimos e centesimos de segundo, o tempo que decorre — 1.º entre a applicação do estimulo e o começo da contracção (inercia ou perguiça muscular) — 2.º entre o começo da contracção e o seu maior auge — 3.º a partir d'este ponto até ao fim da contracção, que restitue o musculo á posição primitiva. E em certas condições da experiencia registra egualmente a velocidade da acção nervosa, marcando tambem em fracções de segundo o tempo que ella gasta a manifestar-se num ponto do cordão nervoso, depois da applicação do estimulo noutro ponto a distancia conhecida.

O myographo de Helmholtz é um dos apparelhos registradores mais complicados; mas, uma vez comprehendido o jogo do seu machinismo, presta-se a um trabalho facil; e os resultados que se procuram apparecem com simplicidade e clareza.

[1] Relatorios d'uma viagem scientifica por A. A. da Costa Simões, 1866, pag. 59.

[1] No citado folheto — Relatorios d'uma viagem scientifica — pode ver-se, a pag. 55, o catalogo dos apparelhos do Gabinete de Physiologia experimental de Coimbra em 1865.

(*Fig.* 1.ª)



Este apparelho (Fig. 1.ª) assenta em uma peça de madeira solidamente fixa na parede. Um mechanismo de relojoaria (5-5) com um peso de mais de 10 kilogrammas (6) dá movimento ao cylindro defumado, (4) onde vai tocar o ponteiro registrador (3). Superiormente vê-se uma caixa com paredes de vidro (25-25), dentro da qual se colloca o musculo de rã (1) sujeito á experiencia. Esta caixa, sem a qual o apparelho tambem pode funccionar, serve de abrigo ao musculo e dá-lhe um ambiente mais accommodado ás condições da sua vitalidade, principalmente quando funcciona de camara humida com chumaços de papel molhado em agua quente.

Os musculos da rã são os que mais se prestam a estas experiencias; e, entre elles escolhe-se de preferencia o gastrocnemio. Por uma das extremidades prende-se o musculo (1) a uma pinça que se fixa na posição conveniente por meio d'um cursor que lhe permitte a subida e descida, e por meio d'uma peça no alto do apparelho, que lhe communica movimentos lateraes até a fixar por um parafuso de pressão. Inferiormente a outra extremidade do musculo prende por um gancho a uma alavanca (2), equilibrada por um cursor que se vê á direita da figura, e articulada por outro lado com o ponteiro registrador (3). A alavanca (2), pelo seu peso previamente regulado, mantém o musculo naquella posição vertical; e o ponteiro (3), com que se acha articulada, roça na face defumada do cylindro de vidro (4). Já se vê por esta disposição que o musculo não póde contrahir-se ou encurtar-se sem que a alavanca e o ponteiro (2 e 3) se levantem, e sem que esta vertical descripta pelo ponteiro dê uma curva traçada na superficie do cylindro (4), cujo movimento de rotação se acha previamente regulado. Exprime esta curva a subida do ponteiro até á parte mais elevada da sua convexidade, e a descida do mesmo ponteiro desde esse limite até á horisontal correspondente ao ponto de partida. Representa pois a primeira parte da curva o encurtamento do musculo ou o primeiro periodo da contracção muscular (contracção propriamente dicta); e a segunda parte da mesma curva corresponde ao alongamento ou relaxação do musculo ou ao segundo periodo da contracção muscular. Vê-se tambem que a differença de tempo relativa a estes dois periodos da contracção é representada pela differença de obliquidade entre os dois ramos da mesma curva, cuja abertura tambem é proporcional ao tempo gasto na totalidade dos dois periodos da contracção. Mais adiante indicarei o meio de se medir na mesma curva o tempo relativo ao periodo da perguiça muscular.

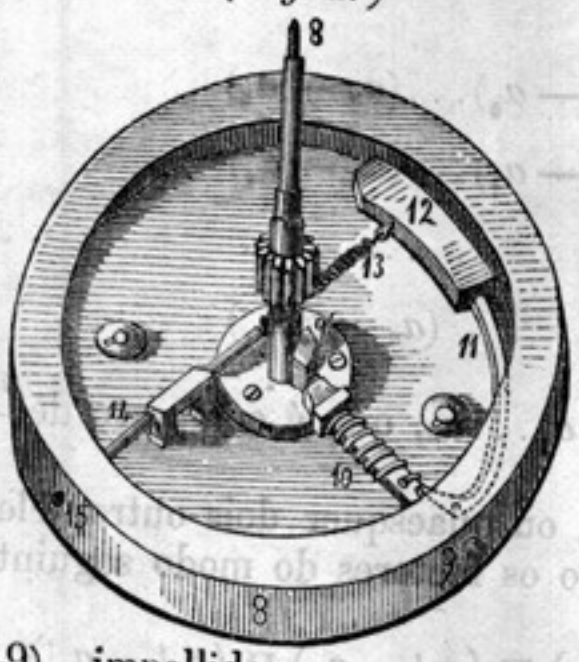
A velocidade da rotação do cylindro (4) é dada pelo mecanismo da relojoaria (5-5-6); e vai crescendo successivamente até ao determinado momento em que o musculo é tocado pelo estimulo.

Para que esta velocidade possa marcar-se previamente, ha no apparelho um indicador (7), que denuncia, por cada intervallo de seus resaltos, uma serie de 15 voltas do cylindro, qualquer que seja a velocidade da sua rotação. Com um chronometro ou com um simples lamiré ou metronomo, regulado numa determinada fracção de minuto, nós marcamos o tempo decorrido entre salto e salto do indicador naquelle dado momento, em que o musculo se ha de contrahir, marcando assim o tempo gasto por cada serie de 15 voltas do cylindro (4). Esta *afinação* previa do apparelho exige um certo cuidado e paciencia com a serie de tentativas que são indispensaveis, e nas quaes o ouvido tem de apanhar o numero de pancadas do metronomo, em cada um dos ultimos intervallos entre os resaltos do indicador na proximidade do momento em que se *destranca* a parte do apparelho, que ha de determinar o acto da estimulação do musculo por um mecanismo engenhoso, de que passo a dar conhecimento.

Convém advertir que a mencionada afinação do apparelho tem de repetir-se antes da experiencia, todas as vezes que tiverem decorrido muitos dias depois do ultimo trabalho; porque, faltando-lhe a devida limpeza e lubrificação, deixa conhecer grandes differenças naquella velocidade em que se tinha afinado.

É preciso saber-se como se determina a coincidencia do momento da estimulação do musculo com o momento em que a velocidade do cylindro attinge o gráu previamente marcado.

(*Fig.* 2.ª)

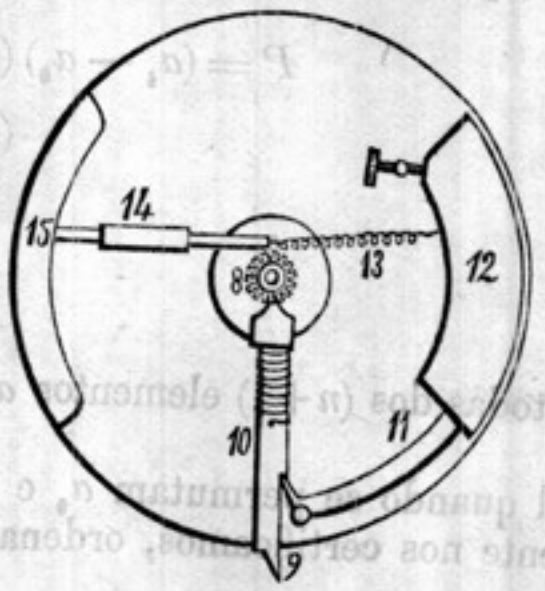


O eixo d'aquelle cylindro defumado tambem serve de eixo a um tambor (Fig. 1.ª e 2.ª-8), dentro do qual se acha o mecanismo que figura na determinação d'aquella coincidencia. Tem um dente (Fig. 1.ª, 2.ª e 3.ª-9), impellido por uma espira de aço (10), que tende a fazel-o sahir por fóra das paredes do tambor (8). Em quanto o dente está recolhido é sustentado nesta posição por um trinco ou extremidade d'uma alavanca curva (11-12) com o centro de movimento muito proximo do mesmo trinco.

A curvatura da alavanca (11-12) segue a curvatura das paredes do tambor (8), ficando-lhe a extremidade livre (12) a muita distancia do seu centro de movimento. Nestas condições concebe-se que, ao passo que for augmentando a velocidade do tambor (8), a força centrifuga irá actuando cada vez mais sobre a extremidade livre da alavanca (12), tendendo a fazel-a encostar ás paredes do tambor (8), e tendendo ao mesmo tempo a fazer saltar o trinco fóra da móça do dente (9). A uma determinada velocidade, o trinco salta e o dente sahe para fóra das paredes de tambor.

A extremidade livre (12) da alavanca acha-se repuxada por uma mola espiral (Fig. 2.ª e 3.ª-13) em sentido opposto ao da força centrifuga; e essa mola tem um regulador (14) para se lhe graduar a sua força; graduando-se por este modo a velocidade do cylindro (4) e

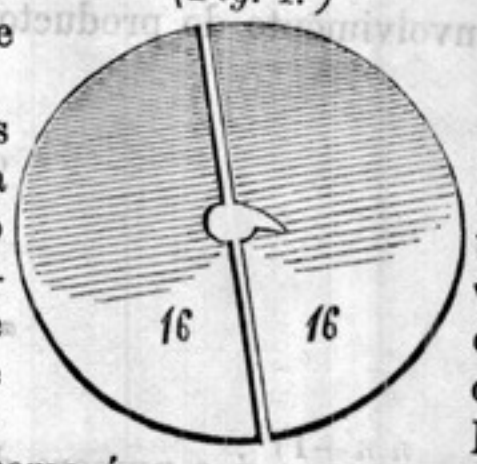
(*Fig.* 3.ª)



do tambor (8), com a qual a força centrifuga ha de fazer destrancar o trinco da alavanca (11 e 12).

Com uma pequena chave, que entra no orificio lateral (15) do tambor (8), afrouxamos a mola (13) deixando encolher a espira, se lhe damos movimento para a esquerda; e distendemos a espira reforçando a mola, se andamos com a chave para a direita. É preciso conhecer-se esta particularidade para podermos utilisar o regulador (14) na afinação da velocidade do apparelho, quando o tambor (8) se acha no seu logar, onde não deixa ver aquellas peças que tem no interior escondidas por duas laminas de latão (fig. 4.ª-16-16) que lhe servem de tampa.

(*Fig.* 4.ª)



Nestas alturas da descripção do apparelho, já se conhece que a sahida do dente (9) ha de corresponder a uma determinada velocidade do cylindro (4). Falta ainda saber como é que nesse mesmo momento se ha de dar a estimulação do musculo, de que depende a sua contracção.

(*Continúa*)

COSTA SIMÕES.

THEORIA DOS DETERMINANTES

Julgamos fazer algum serviço aos alumnos da Faculdade de Mathematica, publicando a theoria dos determinantes, extrahida do livro do distincto mathematico o dr. *Otto Hesse* — *Vorlesungen über Analytische Geometrie des Raumes*. Mas antes seja-nos permittido dizer duas palavras a proposito do valor actual d'esta theoria.

Não ha ainda vinte annos que em Paris morria, pobre e abandonado, o homem marcado pelo destino para ser o assombro dos seculos. Este homem chamava-se *Hoëne Wronski*. Creador da *Philosophia do Absoluto*, descobriu a sua immortal *Lei de Creação*, que rege todos os systemas de realidades. Por meio d'esta lei formou o quadro genetico da *Psychologia*, descobrindo assim, entre as *faculdades organicas*, a *Autonomia* e a *Heteronomia* do *saber humano*. Uma nova applicação da mesma lei classificou entre os systemas autonomicos do mesmo saber humano as *Mathematicas puras*, e entre os systemas heteronomicos as *Mathematicas applicadas*. Finalmente, uma nova applicação da lei de creação permittiu-lhe descobrir e resolver todos os problemas da mathematica.

A solução completa de muitos dos problemas secundarios, inherente á solução dos problemas primarios da sciencia, dependia da creação ou descoberta de instrumentos algorithmicos novos. O grande pensador empregava as horas de ocio nestas creações secundarias; e uma

d'estas creações produziu as *sommas combinatorias* ou *funcções schins*. Ora a theoria dos determinantes deriva de um caso *particularissimo* d'estas funcções! E todavia esta theoria tem dado uma face nova á sciencia, resultando do seu emprego novos methodos e novas soluções na Algebra, na Geometria Analytica, e no Calculo Differencial e Integral.

Passamos a expôr a mencionada theoria.

O producto

$$P = (a_1 - a_0)(a_2 - a_0)\ldots(a_n - a_0)$$
$$(a_2 - a_1)\ldots(a_n - a_1)$$
$$\ldots\ldots\ldots$$
$$(a_n - a_{n-1})$$

das differenças todas dos $(n+1)$ elementos $a_0, a_1 \ldots a_n$, que é composto de $\frac{n(n+1)}{2}$ factores, muda de signal quando se permutam a_0 e a_1, ou quaesquer dois outros elementos a_χ e a_λ. Do que facilmente nos certificamos, ordenando os factores do modo seguinte:

$$\pm P = (a_\chi - a_\lambda)\,\Pi\,(a_\chi' - a_\chi)\,\Pi\,(a_\lambda' - a_\lambda)\,\Pi\,(a_\chi' - a_\lambda'),$$

onde χ' e λ' representam todos os numeros $0,1\ldots n$ com excepção de χ e λ, e $\Pi\left(\frac{a_\chi - a_\chi}{\chi}\right)$ representa o producto dos factores $\left(\frac{a_\chi - a_\chi}{\chi}\right)$, etc.... Onde se vê que, pela referida permutação, só muda de signal o primeiro factor. O segundo e terceiro convertem-se um no outro. O ultimo, finalmente, não experimenta mudança alguma. Além d'isto sempre se annulla um dos factores de P, quando se substitue um dos elementos por outro, de modo que se podem concluir as seguintes notaveis propriedades do producto em questão.

O producto P só muda de signal, quando se permutam dois dos seus elementos.

O producto P annulla-se, quando se substitue um dos seus (n+1) *elementos por outro.*

O desenvolvimento do producto P dá termos da forma:

$$a_0^{\alpha_0} a_1^{\alpha_1} \ldots a_\chi^{\alpha_\chi} a_\lambda^{\alpha_\lambda} \ldots a_n^{\alpha_n},$$

onde:

$$\alpha_0 + \alpha_1 + \ldots \alpha_n = \frac{n(n+1)}{2},$$

por isso que $\frac{n(n+1)}{2}$ é o numero dos factores do producto. No mesmo desinvolvimento haverá tambem o termo:

$$-a_0^{\alpha_0} a_1^{\alpha_1} \ldots a_\lambda^{\alpha_\chi} a_\chi^{\alpha_\lambda} \ldots a_n^{\alpha_n},$$

Porque, pois que pela permutação de dois elementos a_λ e a_χ P se converte em $-P$, segue-se que o desenvolvimento é formado de grupos de termos dois a dois com signaes contrarios, e de modo tal, que em cada grupo um dos termos se converte no outro, abstrahindo do signal, pela referida permutação. D'aqui se segue que os expoentes α_χ e α_λ são todos numeros differentes; porque se fossem eguaes desappareceriam os dois termos do desinvolvimento. São tambem todos os numeros differentes os expoentes $\alpha_0, \alpha_1 \ldots \alpha_n$; mas como a sua somma é egual a $\frac{n(n+1)}{2}$, segue-se [1] que só podem ser os numeros:

$$0, 1, 2, \ldots n,$$

em qualquer ordem.

Esta consideração dá um meio facil de derivar do primeiro termo de P todos os restantes.

[1] $\frac{n(n+1)}{2}$ é a somma dos termos de uma progressão arithmetica, onde $(n+1)$ é o numero de termos, e 0 e n os dois extremos.

Pode tomar-se como primeiro termo positivo do desenvolvimento:

$$a_0^{\,0}\ a_1^{\,1}\ldots a_n^{\,n},$$

o qual se obtem, quando no producto P se multiplicam umas pelas outras as partes positivas das differenças. D'este termo positivo obtem-se pela permutação de dois elementos, ou, o que é o mesmo, de dois indices, um termo do desenvolvimento, ao qual se deve dar o signal negativo; d'este ultimo de novo se obtem um termo positivo, quando se permutam dois outros elementos ou indices; e assim por deante.

Assim se derivam do termo dado todos os mais, pela permutação dos $(n+1)$ elementos ou indices; não mudando os expoentes nesta permutação. Os signaes dos $1,2\ldots(n+1)$ termos assim formados do primeiro regulam-se de modo, que um determinado termo receba o signal positivo ou negativo, segundo elle deriva do primeiro por um numero par ou impar de permutações de dois indices.

Seja por exemplo $n=2$; então obtem-se, pelo processo indicado, o desenvolvimento do producto $P=(a_1-a_0)(a_2-a_0)(a_2-a_1)$, servindo-nos do primeiro termo $a_0^{\,0}\ a_1^{\,1}\ a_2^{\,2}$:

$$P=a_0^{\,0}\ a_1^{\,1}\ a_2^{\,2}-a_0^{\,0}\ a_2^{\,1}\ a_1^{\,2}+a_1^{\,0}\ a_2^{\,1}\ a_0^{\,2}-a_1^{\,0}\ a_0^{\,1}\ a_2^{\,2}+a_2^{\,0}\ a_0^{\,1}\ a_1^{\,2}-a_2^{\,0}\ a_1^{\,1}\ a_0^{\,2}$$

Pode-se tambem derivar do primeiro termo positivo de P todos os restantes pela permutação dos expoentes, não mudando os indices nesta permutação. Deve dar-se o signal positivo ou negativo a cada um dos termos assim obtidos, segundo elles derivarem do primeiro por um numero par ou impar de permutações de dois expoentes.

Como um dos termos do desenvolvimento de P é:

$$\pm\ a_0^{\alpha_0}a_1^{\alpha_1}\ldots a_\varkappa^{\alpha_\varkappa}a_\lambda^{\alpha_\lambda}\ldots a_n^{\alpha_n},$$

já sabemos que elle produz um segundo de signal contrario:

$$\mp\ a^{\alpha_0}\ a_1^{\alpha_1}\ldots a_\lambda^{\alpha_\varkappa}a_\varkappa^{\alpha_\lambda}\ldots a_n^{\alpha_n}$$

e que elles, abstrahindo do signal, se convertem um no outro quando se permutam $a_\varkappa$ com a_λ. Mas estes mesmos termos, abstrahindo do seu signal, tambem se convertem um no outro quando se permutam os expoentes $\alpha_\varkappa$ e α_λ. E assim ainda tambem o primeiro dos termos dados produz um segundo de signal contrario, que se obterá pela permutação de dois quaesquer expoentes $\alpha_\varkappa$ e α_λ Podemos pois concluir em relação aos expoentes, aquillo que atraz dissemos relativamente aos indices.

Quando no desenvolvimento de P consideramos os expoentes $0,1\ldots n$ dos $(n+1)$ elementos como indices superiores, temos uma expressão A de $(n+1)^2$ elementos $a_\varkappa^\lambda$ á qual se dá o nome de *Determinante*, na hypothese do symbolo $a_\varkappa^\lambda$ representar grandezas quaesquer, que mudam com $\varkappa$ e λ.

Como os termos do desenvolvimento de P derivam do primeiro pela permutação dos indices inferiores ou dos expoentes, tambem do primeiro termo positivo do determinante derivam todos os seus restantes termos, quer pela permutação dos indices inferiores, quer pela dos superiores. Uza-se simplesmente do primeiro termo do determinante para saber como d'elle se derivam os demais com os seus respectivos signaes. Assim designa-se o determinante A pela notação:

$$(1)\quad \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots A=\Sigma\pm a_0^{\,0}\ a_1^{\,1}\ldots a_n^{\,n}$$

Todavia não basta este modo de exprimir, no caso de haver a fazer determinadas operações com os proprios elementos. Neste caso usa-se da seguinte notação, que põe em evidencia todos os elementos do determinante:

$$(2)\quad \ldots\ldots\quad \ldots\ldots\ldots\ldots A=\begin{Vmatrix} a_0^{\,0}, & a_1^{\,0}\ldots a_n^{\,0} \\ a_0^{\,1}, & a_1^{\,1}\ldots a^1{}_n \\ \ldots\ldots\ldots\ldots & \\ a_0^{\,n}, & a_1^{\,n}\ldots a_n^{\,n} \end{Vmatrix}$$

Attendendo a que todos os termos do determinante se derivam do seu primeiro termo positivo pela permutação tanto dos indices inferiores, como dos superiores; e attendendo a que o mesmo primeiro termo se não altera quando, em cada um dos seus elementos, se trocam os indices superiores pelos inferiores, e reciprocamente; segue-se que tambem em todo o determinante se pode fazer aquella troca de indices em cada um dos seus elementos, sem que o determinante experimente mudança alguma. Por isso temos

$$(3) \quad \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots A = \begin{Vmatrix} a_0^0, & a_0^1, & \ldots a_0^n \\ a_1^0, & a_1^1, & \ldots a_1^n \\ \ldots\ldots & \ldots\ldots & \ldots\ldots \\ a_n^0, & a_n^1, & \ldots a_n^n \end{Vmatrix}$$

O determinante A mostra propriedades, que são completamente analogas ás do producto P, e que tambem se podem exprimir do modo seguinte:

(4) ... *O determinante só muda de signal quando se permutam dois indices inferiores ou dois indices superiores.*

(5) ... *O determinante annulla-se, quando se substitue um indice inferior por um outro inferior ou um indice superior por um outro superior.*

Estas propriedades do determinante A deduzem-se da consideração da somma dos dois termos do desenvolvimento de P ultimamente dados, que se convertem nos termos correspondentes do determinante, quando nelles se consideram os expoentes como indices superiores. Porque então tambem a somma dos dois termos do determinante só muda no signal, quando se permutam $a_\varkappa$ com a_λ, ou $\alpha_\varkappa$ com α_λ. Ora como o determinante é composto de identicos pares de termos que possuem as mesmas propriedades, tambem o determinante participa com elles das dictas propriedades.

Para pôr em evidencia ainda outras formas do determinante A, cuja lei de formação já démos, examinemos um qualquer dos seus termos:

$$\pm a_0^{\alpha_0} a_1^{\alpha_1} \ldots a_\varkappa^{\alpha} \ldots a_n^{\alpha_n}.$$

Como $\alpha_\varkappa$ designa qualquer dos numeros $0,1\ldots n$, vê-se que cada termo do determinante tem um factor $a_\varkappa$ com qualquer dos indices superiores $0,1\ldots n$. Designemos então por $A_\varkappa^\lambda\, a_\varkappa^\lambda$ a somma dos termos que tem o factor $a_\varkappa^\lambda$, e exprimamos o determinante como uma somma de productos do modo seguinte:

$$(6) \quad \ldots\ldots\ldots\ldots A = A_\varkappa^0\, a_\varkappa^0 + A_\varkappa^1\, a_\varkappa^1 + \ldots A_\varkappa^n\, a_\varkappa^n,$$

onde se deve notar, que $A_\varkappa^0, A_\varkappa^1 \ldots A_\varkappa^n$ não contém os elementos $a_\varkappa^0, a_\varkappa^1 \ldots a_\varkappa^n$; porque se alguma d'aquellas expressões contivesse um d'aquelles elementos respectivos, haveria no desenvolvimento de A um termo com dois factores affectados do mesmo indice inferior $\varkappa$.

Mas cada termo do determinante A tem tambem o factor $a^\varkappa$ com um qualquer dos indices inferiores $0,1\ldots n$. Donde se segue que o determinante, quando, como em cima, se designa por $A_\lambda^\varkappa\, a_\lambda^\varkappa$ a somma dos termos que tem o factor $a_\lambda^\varkappa$, se pode tambem representar do modo seguinte:

$$(7) \quad \ldots\ldots\ldots\ldots A = A_0^\varkappa\, a_0^\varkappa + A_1^\varkappa\, a_1^\varkappa + \ldots A_n^\varkappa\, a_n^\varkappa,$$

em que as expressões $A_0^\varkappa, A_1^\varkappa \ldots A_n^\varkappa$ não contém os elementos $a_0^\varkappa, a_1^\varkappa \ldots a_n^\varkappa$. D'onde se segue que a expressão $A_\varkappa^\lambda$ não contém os elementos $a_\varkappa^0, a_\varkappa^1 \ldots a_\varkappa^n$, nem $a_0^\lambda, a_1^\lambda \ldots a_n^\lambda$. Então substitua-se em (6) o indice inferior $\varkappa$ dos elementos por um outro inferior λ, ou em (7) o indice superior $\varkappa$ dos elementos por um outro indice superior λ, e obtem-se, attendendo a (5):

$$(8) \quad \ldots\ldots\ldots\ldots 0 = A_\varkappa^0\, a_\lambda^0 + A_\varkappa^1\, a_\lambda^1 + \ldots A_\varkappa^n\, a_\lambda^n.$$

(9) ..... $0 = A_0^x\ a^\lambda + A_1^x\ a_1^\lambda + \ldots A_n^x\ a_n^\lambda$.

As $(n+1)^2$ expressões A_x^λ podem tambem representar-se como coefficientes differenciaes parciaes do determinante, tomados em relação aos mesmos elementos. Porque se differenciarmos parcialmente em relação a a_x^λ a equação (6) ou (7), obtemos:

(10) ..... $\dfrac{\delta A}{\delta a_x^\lambda} = A_x^\lambda$.

Esta expressão considera-se tambem como determinante.

Tomemos agora por exemplo $x = a_0^1 = a_0^2 \ldots = a_0^n = 0$, e deduziremos de (6), attendendo a (2):

(11) ..... $\begin{Vmatrix} a_0^0, & a_1^0 \ldots a_n^0 \\ 0, & a_1^1 \ldots a_n^1 \\ \ldots\ldots\ldots & \\ 0, & a_1^n \ldots a_n^n \end{Vmatrix} = A_0^0\ a_0^0$;

do mesmo modo, attendendo a (2), se deduz de (7), quando se faz $x = a_1^0 = a_2^0 \ldots = a_n^0 = 0$:

(12) ..... $\begin{Vmatrix} a_0^0, & 0 \ldots 0 \\ a_0^1, & a_1^1 \ldots a_n^n \\ \ldots\ldots\ldots & \\ a_0^n, & a_1^n \ldots a_n^n \end{Vmatrix} = A_0^0\ a_0^0$.

Remontando ao modo de formação do determinante A pelo seu primeiro termo, e permutando todos os indices superiores ou inferiores $1,2 \ldots n$ (tendo em conta os signaes consequentes de cada termo), vemos que se obtem, não todos os termos do determinante, mas simplesmente aquelles termos que tem o factor a_0^0. Mas a somma d'estes termos é $A_0^0\ a_0^0$, portanto obtem-se, suprimindo o factor a_0^0:

(13) ..... $A_0^0 = \Sigma \pm a_1^1\ a_2^2 \ldots a_n^n$,

pelo que se obtem, comparando (11) com (12):

(14) ..... $\begin{Vmatrix} a_0^0, & a_1^0 \ldots a_n^0 \\ 0, & a_1^1 \ldots a_n^1 \\ \ldots\ldots\ldots & \\ 0, & a_1^n \ldots a_n^n \end{Vmatrix} = \begin{Vmatrix} a_0^0, & 0, \ldots 0 \\ a_0^1, & a_1^1 \ldots a_n^1 \\ \ldots\ldots\ldots & \\ a_0^n, & a_1^n \ldots a_n^n \end{Vmatrix} = a_0^0\ \Sigma \pm a_1^1\ a_2^2 \ldots a_n^n$.

Do mesmo se obtem do primeiro termo positivo do determinante A, pela permutação dos indices superiores ou dos inferiores $0,1 \ldots (n-1)$, a somma dos termos do determinante multiplicados por a_n^n, que é $a_n^n\ \Sigma \pm a_0^0\ a_1^1 \ldots a_{n-1}^{n-1}$. Mas esta somma é egual a $A_n^n\ a_n^n$; de modo que suprimindo o factor a_n^n obtem-se:

(15) ..... $A_n^n = \Sigma \pm a_0^0\ a_1^1 \ldots a_{n-1}^{n-1}$.

Segue-se d'aqui uma regra para formar por meio do determinante A o determinante parcial A_0^0 em (13) e o determinante parcial A_n^n em (15). A saber; supprimem-se no determinante A todos os elementos que estão na mesma linha horisontal ou vertical com a_0^0, e os restantes elementos formam o determinante A_0^0. O mesmo se diz do determinante A_n^n quando se considera o elemento a_n^n em vez do elemento a_0^0.

Por isso que por meio de repetidas permutações dos elementos de duas linhas horisontaes ou verticaes no determinante A, operação que só pode mudar o signal do determinante, se pode sempre trazer o elemento a_x^λ ao logar do primeiro elemento a_0^0, assim se vê que tambem todas as grandezas A_x^λ, que em (10) reconhecemos como os quocientes differenciaes parciaes do determinante A, se podem representar do mesmo modo que em (13) e (15), como determinantes de n^2 elementos.

(Continúa)

JOSÉ FALCÃO.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

OS MENINOS DE PALHAVÃ

Desterro de D. José e de D. Antonio no Bussaco

Todos sabem a vida aventurosa e turbulenta d'el-rei D. João V durante a sua mocidade. Rebello da Silva nol-a descreveu d'um modo encantador no seu mais bello romance.

Não foram sem fructo os amores do monarcha enamorado e galanteador. Tres filhos illegitimos, que se saiba, lhe resultaram d'elles: os infantes D. Gaspar, D. José e D. Antonio, aos quaes o vulgo denominou sempre, ainda durante a sua edade avançada, *meninos de Palhavã,* em razão de terem residido num palacio d'esta localidade.

Os annos da sua mocidade passaram estes infantes no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra[1], sendo ahi educados sob o cuidado e direcção do celebre reformador da ordem dos cruzios, o grande valido d'el-rei D. João V, fr. Gaspar da Encarnação.

Aconselhado por ventura por este seu particular ministro, ou talvez levado da affeição que consagrava aos infantes, ou ainda por escrupulos de consciencia, quiz o monarcha, achando-se gravemente enfermo nas Caldas da Rainha, deixar reconhecidos os seus filhos naturaes; e fez a seguinte curiosa declaração:

— Por entender que sou obrigado declaro que tenho tres filhos illegitimos de mulheres limpas de toda a infesta nação. Um se chama D. Antonio, outro D. Gaspar, que no baptismo se chamou Manuel, e outro D. José, que no baptismo se chamou tambem Manuel. A sua educação entreguei a fr. Gaspar da Encarnação, reformador dos conegos regrantes, o que executou com tanto cuidado e zelo, que tenho muito de que me agradar e lhe agradecer da educação dos dictos meus filhos.

Encommendo ao principe lhes dê aquelle estado que lhes for mais conveniente a suas pessoas, como seus irmãos. Eu sempre quiz que fossem encaminhados para o ecclesiastico.

Espero que o principe os favoreça e ajude de sorte, que na abundancia competente não necessitem de outra protecção mais que a sua.

Mandei fazer esta declaração pelo beneficiado Antonio Baptista, que a entregará ao dicto fr. Gaspar da Encarnação, para a apresentar no tempo que lhe tenho declarado. Caldas, 6 de Agosto de 1742 annos. *Com a rubrica de Sua Magestade.*

Sendo presente a el-rei D. José esta declaração de D. João V, passou aquelle o seguinte decreto, pelo qual confirmou o reconhecimento, que seu pae fizera:

— Por me ser presente a declaração, que el-rei meu senhor e pae fez por escripto, de serem seus filhos D. Antonio, D. Gaspar e D. José, que se educaram na congregação de Sancta Cruz, a qual o dicto senhor me mandou apresentar: hei por bem que d'aqui por deante sejam por taes reconhecidos, e que gosem das honras, privilegios, e isenções, que nestes reinos são concedidos aos filhos illegitimos dos reis; e pela secretaria de estado se lhes passem os despachos necessarios. Lisboa, 20 de abril de 1752. *Com a rubrica de Sua Magestade.*

A 18 de janeiro de 1755 mandou el-rei D. José ir para Lisboa seus irmãos, e os reconheceu e fez reconhecer pela côrte como taes, lhes deu casa, e ordenou fossem tractados com as distincções, honras e grandeza que convinham á sua hierarchia.

No anno seguinte nomeou a D. Gaspar arcebispo de Braga, o qual governou esta diocese até ao dia 18 de janeiro de 1789, em que falleceu.

Ao infante D. José nomeou seu irmão para o alto cargo de Inquisidor Geral.

Foi na epocha em que occupava este cargo, que succedeu o seu desterro para o Bussaco em companhia de seu irmão D. Antonio.

O motivo que originou o desterro dos infantes D. José e D. Antonio para o Bussaco ainda hoje não se acha bem averiguado, e correm sobre elle varias versões.

Na *Historia de Portugal escripta em inglez por uma sociedade de litteratos,* traduzida por Antonio de Moraes da Silva, se diz no t. 4.º a este respeito o seguinte:

«Aos 21 de Julho deste anno (1760) foram mandados, como presos, para o Bussaco os Senhores D. Antonio e D. José, irmãos bastardos d'El-Rei, mas reconhecidos e honrados como taes; de cuja desgraça melhor saberão a causa os nossos vindouros: e nós a não poderemos apresentar, salvo se quizermos arrojar-nos a conjecturas temerarias.»

Vê-se que um historiador contemporaneo ignora a causa do desterro, e que só por temerarias conjecturas a poderia rastrear. De certo anda nisto tremendo mysterio do governo do marquez de Pombal. Vejamos se nos escriptores, que se occuparam do grande marquez, poderemos encontrar algumas passagens que nos elucidem sobre este ponto.

Na obra intitulada *Les Prisons du marquis de Pombal, ministre de S. M. le roi de Portugal (1759-1777), journal publié per A.*

[1] Ainda hoje se vêem ali os restos de uma capella riquissima, construida de proposito para seu uso.

Carayon (1865?), tractando seu auctor a pag. 103 do processo do padre Malagrida, diz o seguinte:

«Relégué d'abord au collège de Sétuval, le P. Malagrida fut, quelques mois après l'attentat du 3 septembre 1758, renfermé dans la prison de Bélem; puis, quand on commença d'instruire son procès, il en fut tiré et jeté dans les cachots de l'Inquisition. La principale accusation dont on le chargeait n'était point du ressort de ce tribunal, puisque c'était un crime de lèse-majesté et non des erreurs contre la foi ou la doctrine de l'Église; mais il importait de le couvrir d'ignominie et de le faire passer, non-seulement pour un conspirateur, mais encore pour un blasphémateur et un hérésiarque. Les juges, chargés d'examiner sa cause, étaient presque tous vendus au pouvoir, et n'avaient aucune connaissance de la théologie. Indigné de la bassesse de leurs sentiments et de leur grossière ignorance, le grand inquisiteur de la foi, Dom Joseph, frère naturel du roi, donna sa démission plutôt que de tremper ses mains dans le sang de l'innocent. Pombal l'accepta avec colére, fit releguer Dom Joseph dans un monastère de Carmes et mit à sa place son propre frère, Paul de Carvalho.»

Se tal foi o motivo que originou o desterro de D. José de Bragança, muito honroso é elle para a sua memoria. Nós, porém, duvidamos da veracidade da narração que acabamos de transcrever, porque o auctor da obra citada afigura-se-nos parcialissimo a favor dos jesuitas e possuido de grande animosidade contra o marquez de Pombal, não perdendo occasião de o desconceituar, e de mostrar odioso o seu governo. É de notar que o auctor nada diz com respeito a D. Antonio, que acompanhou no desterro a seu irmão.

Outra causa se assigna ao desterro dos dois irmãos para o Bussaco, que temos por mais verosimil, sem que todavia a possamos considerar destituida de duvidas.

A expulsão dos jesuitas, e a ruptura das relações com a curia romana, foram acontecimentos de summa gravidade, que sobresaltaram extraordinariamente os espiritos; e o conde de Oeiras, depois marquez de Pombal, para os tranquillisar, promoveu a publicação de varios escriptos, em que se justificavam os seus actos, e se diffundiam ao mesmo tempo os principios do realismo e a preeminencia do poder real ao ecclesiastico, que tanto convinha ao seu systema de governo.

Um d'esses escriptos, que se julga mandado fazer por elle, foi o livro intitulado *De Potestate Regia in Ecclesiasticos,* elaborado em 1761 pelo intendente geral da policia, João Ignacio Ferreira Souto.

Desagradou esta obra á inquisição; e D. José de Bragança, inquisidor geral, considerando o livro um attentado contra os direitos da curia romana, intendeu que devia proceder contra tal ousadia, e ordenou aos dois familiares do Santo Officio, o conde de S. Lourenço e o visconde de Villa Nova de Cerveira, que fossem a casa de João Ignacio Ferreira Souto, o trouxessem preso para a inquisição, e lhe apprehendessem o authographo e todos os exemplares da obra.

Os emissarios parece terem só podido desempenhar a segunda parte das determinações do inquisidor, e quanto á primeira trocaram-se posteriormente os papeis. Sabedor o conde de Oeiras do acontecido, informou logo de tudo a el-rei; e o monarcha, extremamente indignado com o que se tinha passado, ordenou em continente que se prendessem os dois familiares da inquisição, e que o conde fosse em seu nome extranhar ao inquisidor geral a affronta que fizera á auctoridade real no desacato que praticara para com o intendente da policia.

Dirigiu-se o conde de Oeiras a casa do inquisidor a cumprir as ordens do soberano; mas, apenas D. José de Bragança ouviu a aspera censura que lhe dirigiu Carvalho e Mello, incolerisou-se por tal forma, que, levando-lhe arrebatadamente as mãos á cabelleira, lh'a arrancou, bateu-lhe com ella na cara, e chegou a avançar com um punhal sobre elle, mettendo-se de permeio D. Antonio, outro dos *Meninos de Palhavã.*

O conde de Oeiras, no estado de indignação que se pode imaginar, apresentou-se a el-rei a contar-lhe o novo succedimento. Convocou-se logo o conselho de estado para este caso, e nelle seriam os dois *Meninos de Palhavã* sentenciados á morte, se lhes não valessem as considerações do patriarcha Saldanha, fazendo dar-lhes castigo mais leve, que foi o desterro para o Bussaco[1].

No tomo terceiro, pag. 97 da obra intitulada *Vita di Sebastiano Giuseppe di Carvalho e Mello, march. di Pombal conte di Oeyras etc.*— impressa em 1781 (sem indicação do logar onde o foi) encontrámos tambem a historia do desterro dos meninos de Palhavã, mas com algumas variantes notaveis, e escripta de maneira a desculpar os infantes e a tornar odioso o procedimento de Pombal.

Aqui transcrevemos a passagem do livro italiano, na qual é de crer não estará a verdade, porque aquella obra anonyma é uma continua diatribe contra o marquez, escripta de proposito para o desconceituar.

—«Ma l'arresto più notabile ai primi giorni

[1] Recopilamos estes factos de uma narração que sahiu no *Jornal do Commercio,* reproduzida depois no *Commercio do Porto* n.º 233 de 1866. O sr. Simão José da Luz no seu livro *Administração do marquez de Pombal* e o sr. Pinheiro Chagas na sua *Historia de Portugal* seguem esta mesma narração.

di Luglio fu quello dell' Inquisitore Generale del Regno D. *Giuseppe,* e di D. *Antonio* Fratelli ambidue naturali del Re, ai quali il fedele Ministro del Conte di Oeyras l'Arcivescovo di *Ebora* a mezza notte intimò l'esilio a nome di S. M., e subito scortati da 40 soldati a cavallo partirono in un calesse pel deserto del Convento dei Carmelitani Scalzi di *Bossaco* poche leghe discosto da *Coimbra.* In anguste celle terinchiusi restarono alcun tempo senza veruna comunicazione: l'unica loro consolazione fu, che dispose l'astuto Ministro, che ad ognuno toccasse il romitorio dedicato al Santo del propio nome. Il motivo della disgrazia de' due Reali Infanti fu, perchè avendo il Desembargador Ignazio Ferreira composto un libro *de potestate Regia in Ecclesiasticos,* dedicato a Carvalho, volendolo stampare gli negò la licenza l'Inquisitor Generale l'Infante *Don Giuseppe.* Informatone il Ministro, che oltre la dedica avea accettata la protezione del libro, e dell' Autore, si stimò offeso e si presentò a S. M. dolendosi della condotta dell' Infante D. Giuseppe troppo offensiva l'autorità e nome di un primo Ministro, a cui era dedicata l'opera, e aggiunse che ben meritava almeno una seria riprensione. Pronto il Re gli rispose che facesse subito una tal parte in suo nome, o lo riprendesse come meritava. Contento Sebastiano ne accettò l'incombenza pasò immediatamente dal Reale Infante, e con parole poco convenienti ebbe la temerità di rinfacciare a S. A. R. il torto che gli avea fatto. Irritato oltremodo l'Infante a vista di tanta insolenza lo volle far tacere col licenziarlo, non senza ricordargli la sua dignità sublime: invece di contenersi Sebastiano alzò la voce con parole più forti. Accortosi del rumore l'Infante D. Antonio, che era nell' appartamento vicino, venne in fretta, e vedendo la maniera scortese non che insolente, con cui era trattato suo Fratello, totalmente si accese, e lo agitò il bollore del Regio sangue a vista di un vile temerario, quale perduto ogni rispetto ardiva insultare, che era per vendicarsene sul fatto, se pronto lo stesso fratello Don Giuseppe non lo conteneva. Frattanto Carvalho temendo fondatamente lo sdegno dell' Infante Don Antonio, si sottrasse tosto dalla sua presenza. Portatosi del Re gli rappresentò il fatto a suo modo dolendosi amaramente de' due Infanti, e quindi dopo un consiglio di Stato ne provenne il loro esilio. La prigionia dei suddetti Principi accrebbe universalmente molto più il timore e spavento in tutti gli ordini di Persone, vedendo cosi trattati personaggi di condizione superiore.»

Por 16 annos estiveram inclausurados no Bussaco os dois irmãos, até que pela morte d'el-rei D. José e decahimento do seu ministro, a Rainha D. Maria I os libertou em 1777, mandando-os recolher a Lisboa. Para este effeito se expediu ao corregedor da comarca de Coimbra o seguinte aviso:

—Sua Magestade é servida que v. m., logo que esta receber, desoccupando-se de toda e qualquer diligencia, em que se ache occupado, passe immediatamente ao convento do Bussaco, e fazendo-se annunciar a SS. AA. o sr. D. Antonio e o sr. D. José, se offereça ás suas ordens para executar tudo o que SS. AA. lhe determinarem, e quizerem: o que v. m. assim fará com toda a promptidão e actividade, não só em obsequio aos mesmos senhores, mas tambem porque S. Magestade assim o determina, confiando que v. m. nesta occasião praticará todas as demonstrações de civilidade e respeito, que convêm a pessoas de tão alta hierarchia. Nossa Senhora da Ajuda, 2 de Março de 1777—Ayres de Sá e Mello.—Sr. Corregedor da comarca de Coimbra.

Quando regressaram do Bussaco, vieram os infantes hospedar-se no mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra, aonde chegaram no dia 26 de maio, e aqui se demoraram até que em Lisboa lhes preparassem condigna residencia.

O D. Prior dos conegos regrantes tinha recebido antecipadamente o aviso seguinte:

—Suas Altezas, os srs. D. Antonio e D. José, hão de passar do convento do Bussaco para o de Sancta Cruz de Coimbra: e é S. Magestade servida que V. P. R. passe logo as ordens necessarias ao prior do dicto convento para que faça aos dictos senhores a mais obsequiosa e decente recepção e hospedagem nos dias que nelle se detiverem; praticando todas as demonstrações de civilidade, e executando tudo o que for de seu serviço: o que S. Magestade ha por muito recommendado.

Deus G.de a V. P. R. Paço, 2 de maio de 1777.—Senhor D. Prior dos Conegos Regulares de S. Agostinho.—Ayres de Sá e Mello.

Em virtude d'este aviso foram recebidos no mosteiro com grandes festas e apparato, sendo levados na egreja debaixo do pallio, e havendo *Te Deum.* Durante o tempo que em Coimbra se demoraram, foram visitados pela nobreza, universidade, cabido, religiões, inquisição, etc.

Em Lisboa foram os infantes recebidos tambem com grande jubilo, e a rainha e seu esposo lhes fizeram o mais lisonjeiro acolhimento, reintegrando-os em todas as suas honras, dignidades e prerogativas.

Em 1801 foram os dois *Meninos de Palhavã* declarados innocentes e limpos de toda a mancha de crime ou suspeita d'elle pelo seguinte decreto do principe regente, datado de 4 de fevereiro do referido anno.

«Havendo o Senhor Rei Dom José, Meu Augusto Avô, por particulares motivos determinado, que os Meus muito amados, e prezados Tios Dom Antonio, que Santa gloria

haja, e Dom José, Filhos illegitimos do Senhor Rei Dom João Quinto, passassem, como effectivamente passárão, a viver no retiro do Bussaco: E constando-Me outro sim, que de não se haverem publicado os referidos motivos resultára formarem-se no publico diversos juizos, que na opinião de algumas pessoas deixárão equivoca a reputação dos sobreditos Meus Tios, não obstante a regularidade de suas vidas, e a pureza de seus costumes, em todo o tempo exemplares: Houve por bem mandar fazer as mais serias indagações sobre quaes fossem as verdadeiras causas daquelle politico exilio: e não achando em consequencia d'ellas nem o minimo vestigio de que os expressados Meus Tios praticassem jamais acção alguma contra a Pessoa de Meu Augusto Avô, nem contra a sua Régia authoridade: Sou servido declarallos Innocentes, e limpos de toda a mancha de crime, ou suspeita delle. E para que esta Minha declaração possa chegar á noticia de todos, e produzir o effeito de desfazer de todo qualquer rumor, ou suspeita offensiva á reputação dos Meus honrados, e sempre amados Tios: Ordeno que o presente Decreto se faça publico por meio da impressão. Palacio de Queluz aos 4 de Fevereiro de 1801 — Com a Rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.»

Os restos de D. Antonio, com os de seu irmão D. José, repousam em uma capella no claustro do mosteiro de S. Vicente de Fóra.

Ainda apresentaremos um facto curioso relativo ao desterro dos *Meninos de Palhavã*, que recopilamos da interessante obra do sr. Simão José da Luz, *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, t. I.

Quando o marquez de Pombal decahiu, pela morte d'el-rei D. José, do seu fastigio e poderio, os seus inimigos humilharam-n o a ponto de o fazer responder a uns interrogatorios ácerca de certos actos da sua administração. Para este effeito foram mandados em fins de setembro de 1779 á villa de Pombal, onde o marquez se achava desterrado depois da sua quéda, dois juizes: o desembargador José Luiz de França, deputado da mesa de Consciencia e Ordens, com a categoria de interrogante, e o desembargador Bruno Manuel Monteiro, extravagante da Casa da Supplicação, como escrivão do inquerito. Sete mezes duraram os interrogatorios desde outubro de 1779 até ao fim de abril de 1780. Diz-se que o marquez, quando era apertado para dar certas explicações, respondia ordinariamente: *Assim o queria el-rei; não fiz mais que cumprir as suas ordens: obedecer era a minha obrigação.*

Um dos quesitos que lhe apresentaram era relativo á accusação que lhe dirigia o Cardeal da Cunha, assacando-lhe ter votado de morte no conselho de estado contra os dois infantes de Palhavã. Caso curioso: a isto respondeu que tudo quanto sabia a tal respeito se achava com uns papeis, que el-rei guardara numa gaveta; e examinados os papeis veiu-se no conhecimento de que fôra o proprio accusador Cardeal da Cunha o que no conselho de estado votara de morte contra os infantes!

A. M. Simões de Castro.

DOIS HISTORIADORES MODERNOS

Augustin Thierry — Prescott

I—Histoire de la conquête de l'Angleterre par les Normands.—Lettres sur l'histoire de France.—Dix ans d'études historiques.—Considérations sur l'histoire de France.—Récits des temps mérovingiens.—Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du Tiers-État. II — History of the reign of Ferdinand and Isabella.— History of the conquest of Mexico.—History of the conquest of Peru.— History of Philip II.

I

Ha mais de trinta e sete annos, o illustre auctor da *Historia da conquista da Inglaterra pelos Normandos* terminava o prefacio do livro em que reuniu os seus primeiros escriptos historicos com as seguintes palavras:

«Se, como quero crêr, o interesse da sciencia é um dos grandes interesses nacionaes, tenho dado ao meu paiz tudo o que lhe póde dar o soldado mutilado no campo da batalha. Qualquer que seja o destino dos meus trabalhos, espero que este exemplo não será esteril. Quizera eu que elle servisse para combater essa especie de desfallecimento moral que é a molestia da geração nova; que podesse reconduzir ao caminho direito alguma d'essas almas enervadas que se queixam de que lhes falta a fé, que não sabem a que se appliquem, e andam buscando por toda a parte, sem nunca encontrarem, um objecto de culto e dedicação. Porque hão de elles suppôr, tão amargamente, que, neste mundo, tal como se acha constituido, não se encontra ar para todos os peitos, emprego para todas as intelligencias? Não vêem o estudo sereno e serio? e não ha no estudo um refugio, uma esperança, uma carreira ao alcance de todos nós? Com elle, passam os dias maus sem lhes sentirmos o pêso; cada um cria o seu proprio destino; empregam todos nobremente a sua vida. Eis o que fiz, e eis o que faria, se tivesse de principiar outra vez: seguiria pela estrada que me trouxe aonde estou. Cego, soffrendo sem esperança e quasi sem treguas, posso dar um testemunho, que da minha parte não será suspeito: ha neste mundo alguma coisa que vale mais do que os gôzos materiaes, mais do que a fortuna, mais ainda do que a saude: é a dedicação á sciencia.»

Quando Augustin Thierry escrevia estas

..

nobres palavras, que são o espelho da sua alma e da sua vida, e o glorioso brazão da sciencia historica da França moderna, era ainda ignorado da Europa, do mundo litterario, o nome do eminente historiador americano que estava destinado a alcançar uma gloria não menos brilhante que a do chefe da eschola franceza. Quasi cego, como Thierry, como elle provado por uma doença nervosa que só terminou com a sua existencia, William Hickling Prescott tinha-se entregado com a mesma absoluta dedicação aos estudos historicos; mas o seu primeiro livro, a *Historia do reinado de Fernando e Isabel,* só foi publicado pouco antes das *Considerações sobre a historia da França,* e das *Narrações dos tempos merovingianos,* ultimos trabalhos completos de Thierry.

Eram os dois historiadores quasi da mesma idade, mas varias circumstancias, que mencionarei adiante, tinham concorrido para que as suas carreiras, em logar de seguir linhas parallellas, se distanceassem tanto que a de Prescott começou quando a de Thierry ia quasi a acabar. Com effeito, em quanto Thierry consumia os seus ultimos annos e o resto das suas quasi extinctas forças num trabalho de grande merito e grande prestimo, por certo, mas inferior em perfeição aos anteriores, o *Ensaio sobre a historia da formação e dos progressos do Terceiro-Estado,* Prescott, animado pelo applauso extraordinario que acolheu, em ambos os hemispherios, a obra que fôra, durante dez annos, o seu cuidado de todos os dias, proseguia sem descanso nos estudos de que resultaram a *Historia da conquista do Mexico,* a *Historia da conquista do Peru,* e a incompleta mas admiravel *Historia de Philippe II.* Não quero com isto dizer que o astro de Prescott se ergueu quando o de Thierry declinava. Não; o astro de Thierry é dos que se manteem immoveis no zenith, é d'aquelles que a barbaridade póde eclipsar, mas não consegue extinguir. Comtudo é incontestavel que, na epocha em que o nome de Prescott começou a ser conhecido e estimado na Europa, o de Thierry tinha alcançado as metas da celebridade.

A mais penosa enfermidade que póde acommetter um homem de lettras é, sem duvida alguma, a cegueira. Mas, para os que se occupam de trabalhos historicos, tem este flagello consequencias taes que bem se póde dizer, em regra, que os inhabilita de proseguir nos seus estudos. Só uma força de vontade extraordinaria, e um não menos extraordinario amor da sciencia, pódem inspirar a constancia e a fé necessaria para vencer os quasi insuperaveis obstaculos que se lhes oppõem. O que é comparativamente facil para poetas, para romancistas, para todos os que tomam de si mesmos o tudo ou o quasi tudo das suas obras, transforma-se numa immensa difficuldade para aquelles que são forçados a ler, a compulsar e a examinar uma enorme quantidade de livros, de manuscriptos, de monumentos figurados, a extractar e resumir todos os documentos, a discutir e apurar todas as opiniões, emfim a incarnar o resultado de tantos trabalhos preliminares numa obra que deve satisfazer ás condições essenciaes da arte, achando-se subordinada ás condições não menos rigorosas da sciencia.

Esta quasi impossibilidade foi realisada por Thierry e por Prescott, admiraveis artistas e eruditos completos; mas, se é verdade que á sua energia propria se deve principalmente o bom resultado, cumpre reconhecer que ambos foram favorecidos pelas circumstancias que, na sua deploravel condição, mais efficazmente o podiam produzir.

Thierry foi acommettido pela terrivel enfermidade quando tractava de redigir os ultimos capitulos da *Historia da conquista.* Orçava então pelos trinta annos, e os immensos trabalhos a que devia attribuir a privação da vista tinham feito do seu espirito como um vasto deposito de conhecimentos preciosos, que ninguem em França possuia tão amplamente naquella epocha. Além d'este valioso subsidio, tinham-lhe os seus dias felizes legado um habito excellente, que a sua nova condição necessariamente havia de aperfeiçoar. Refiro-me ao habito que elle diz ter contrahido nas bibliothecas publicas de Paris, onde o desejo de saber que o possuia concentrava a um ponto tal todas as forças do seu espirito sobre o livro ou manuscripto a cujo exame estava procedendo, que conseguia separal-o do mundo exterior, tornando-o inteiramente estranho ao que se passava em derredor.

Com a vasta bibliotheca interior de que dispunha, e com a força de concentração, de insulação intellectual, que as circumstancias e depois a necessidade tinham desenvolvido, tornou-se, não facil, mas possivel, a Thierry o escrever esses dois livros que de outra fórma nunca teriam visto a luz publica, e que são dois inexcediveis modelos de historia critica e de narração monographica, as *Considerações sobre a historia da França,* e as *Narrações dos tempos merovingianos.*

Estes livros suppõem leitura assidua e recente. A mais feliz das memorias não alcançaria o conservar, um dia que fosse, quanto mais annos e annos, a centesima parte dos factos que elles conteem. Thierry era indubitavelmente obrigado a soccorrer-se de auxilios estranhos para reunir os materiaes das suas obras, assim como para fixar o seu pensamento; mas a sua erudição facilitava-lhe as indagações, e os seus poderosos recursos intellectuaes subministravam-lhe o meio de redigir, por mão alheia, essas paginas, cujo estylo não cede em formosura ao dos escriptos da sua mocidade.

Thierry comprehendia a historia como os grandes mestres da antiguidade, e praticava melhor. Para elle, assim como para Thucydides, para Sallustio e para Tacito, a historia era uma sciencia e uma arte. Comtudo nas obras classicas a arte toma evidentemente o primeiro logar; nas modernas (Niebuhr, Guizot, Grote, Mommsen) é a sciencia que prevalece; e são rarissimos os escriptos em que os dois elementos se combinam harmoniosamente. Nestes ultimos, occupam o logar de honra não todos, mas alguns dos livros de Augustin Thierry, outros de seu irmão Amédée, e as quatro historias de Prescott.

Podemos admirar as mesmas qualidades em varios escriptos historicos do nosso seculo. Washington, Irving, Mignet, Macaulay, Michelet e outros, obtiveram mais de uma vez a feliz alliança, mas, a meu ver, com menos esplendor, e mais raramente. As obras dos dois Thierrys e as de William Prescott são, de quantas conheço, as que mais completamente satisfazem o meu espirito, offerecendo o mais elevado ideal da composição historica a que se tem chegado. Hoje que Augustin Thierry, Prescott, Macaulay e Irving dormem o somno eterno, e que o auctor da *Historia dos Gaulezes,* bem como o auctor de *Maria Stuart* e o auctor da *Historia da França,* passaram os limites odinarios da vida humana, a mais segura esperança de novas obras que satisfaçam ás verdadeiras exigencias da arte e da sciencia historica reside, creio eu, na pessoa de um homem que se não tem dado ainda a trabalhos de historia civil, mas que, se um dia se resolver a consagrar-lhes exclusivamente o seu luminoso engenho, a sua vastisima erudição e o seu raro estylo, deve produzir livros dignos de ser equiparados aos de Prescott e de Thierry. Este homem é o auctor da *Historia das linguas semiticas,* Ernest Renan.

Comtudo, ainda nos escriptores que, no meu entender, se avantajam a todos os contemporaneos, algumas differenças devem ser indicadas. Prescott, como acima deixei perceber, satisfaz mais vezes, mas Augustin Thierry satisfaz mais completamente. Provém isto, por uma parte, dos assumptos escolhidos, pela outra, das circumstancias que acompanharam a composição dos livros.

A obra capital de Thierry é, segundo a opinião geral, a *Historia da conquista.* O assumpto foi admiravelmente escolhido; foi um achado, d'esses que Deus concede aos homens de genio, porque só elles pódem comprehendel-os e aproveital-os. Thierry, escrevendo a historia da ultima conquista territorial que houve na Europa, estudando, no unico paiz em que esse estudo era possivel, os annaes sinistros de muitos seculos de oppressão e de miseria, escreveu tambem, nos pontos principaes, a historia das conquistas de que toda a Europa occidental foi victima desde o principio do quinto seculo. Encheu portanto d'esta fórma uma lacuna que não podiam encher, em razão das modificações successivas que tinham apagado em grande parte os vestigios das invasões, os trabalhos directos feitos sobre a historia dos primeiros tempos dos estados modernos; e a sua obra, de subido valor por outros lados, adquiriu, por este, um merecimento superior. As pacientes investigações de Thierry sobre a condição dos vencidos desde a invasão de Guilherme até que a conquista se achou consummada, não pelo anniquilamento do povo anglo-saxonio, mas pela sua definitiva sujeição, lançaram um immenso clarão, que foi allumiar os seculos anteriores dos outros estados europeus, e d'ahi se transmittiu aos tempos que nos ficam mais proximos. Com effeito, para comprehender as revoluções modernas é preciso conhecer a monarchia absoluta. A monarchia veio do feudalismo; o feudalismo, das invasões. Ora o verdadeiro caracter da conquista barbara só foi determinado pelos *Normandos* de Thierry.

Mas este livro é um escripto de mancebo, e, pôsto que de si admiravel, valia ainda mais como promessa. O homem a quem a prodiga natureza concedera o escrever, aos trinta annos, uma obra d'aquella ordem, devia, se a vida e a saude lhe não faltassem, erigir um monumento igual, talvez superior, ás *Decadas,* aos *Annaes,* á *Historia da guerra do Peloponeso.* Não o quiz a sorte avara. Quando chegou para Thierry a madureza do genio chegaram tambem as crueis enfermidades, e, com ellas, a impossibilidade de realisar as esperanças inspiradas pelos seus primeiros livros.

O grande historiador não se deu por vencido, e travou com a adversidade uma peleja feroz. Mas o triumphar era impossivel. As forças humanas são limitadissimas, e, pelo lado do inimigo, combatiam auxiliares formidaveis. Debelladas as trevas, com quem o padecente tinha, na sua phrase nobre e resignada, «travado amizade» sobrevieram soffrimentos agudos, um enfraquecimento geral, todos os indicios de uma grave doença nervosa. O athleta não desamparou o estadio, e a lucta continuou, mas o premio da victoria era todos os dias menor. As ambições litterarias de Thierry, que, ao principio, pretendia, em quanto seu irmão dava á França as origens celticas, offerecer-lhe elle as origens germanicas, foram-se tornando pouco a pouco mais modestas, e d'ahi vem que o seu unico livro de historia civil, composto depois da publicação dos *Normandos* é uma serie de narrações parciaes, de grande merecimento intrinseco, mas de nenhum modo comparaveis com o grande monumento que os annos vigorosos tinham visto levantar.

Os outros trabalhos do historiador martyr *(Considerações e Ensaio)* pertencem, pela sua

natureza, a um genero inferior. A historia critica não póde abrir ao genio do escriptor o vasto campo que lhe abre a historia civil. Aqui triumpha abertamente a sciencia. Por mais vivas que sejam as côres, por mais inspirado que seja o pincel, que vale, se não ha que pintar? Eis o motivo porque o eloquente interprete da Academia franceza, Abel Villemain, que, nos seus relatorios annuaes, mencionava sempre em primeiro logar o nome de Thierry, a quem as *Considerações* merecciam o grande premio Gobert, teve o cuidado de indicar uma vez, para que todos o soubessem, que o premio era dado ostensivamente, nos termos da instituição, ao auctor das *Considerações,* mas que ia recompensar realmente o auctor dos *Normandos*.

É portanto opinião minha que a expressão mais alta do genio de Thierry está na *Historia da Conquista,* e que este mesmo livro, a obra prima da eschola franceza, não nos dá, inda assim, tudo o que se achava virtualmente no espirito do grande escriptor. E eis tambem o motivo porque, apesar do muito, do muitissimo que Prescott vale para mim, apesar de eu talvez lhe dever, não em instrucção, mas em deleite intellectual, mais do que devo a Thierry, não ouso conceder o primeiro logar ao historiador americano.

Nem, para gloria de um ou de outro, vale a pena contestar primazias. Nas alturas a que ambos chegaram não ha senão iguaes. No Olympo litterario ignoram-se as hierarchias, e os dois historiadores já lá estão com os immortaes. Avaliando pela lição do passado, não podemos, inda mal, esperar que o progresso da arte dê logar, nos tempos por vir, á composição de obras superiores á *Historia da conquista da Inglaterra pelos Normandos,* e á *Historia da Conquista do Mexico*. Por isso, em quanto subsistirem a civilisação franceza e a civilisação ingleza, nem o nome de Thierry nem o nome de Prescott pódem perecer.

LUIZ GARRIDO.

(Continua).

SEMPRE-NOIVA

Chronica eborense

(Continuado de paginas 214)

IV

SUCCESSOS IMPREVISTOS

...Não olhando que honra havida de
mao titulo se torna em infamia.

F. DE MORAES—*Palmeirim de Inglaterra.*

Quando no velho sino do bispo D. Pedro[1] soaram onze horas, estava já no adro da Sé muito mais gente que a de costume em occasiões similhantes. Os emissarios de Fr. Julião viam com prazer que não lhes tinham sahido baldados os esforços, para ajuntar a quantidade que elle dissera capaz de mover a el-rei.

Agitava-se entre todos azafamado e ruidoso Pero Vaz, a quem os principaes da multidão lisonjeavam e acariciavam, como ao tribuno de cuja eloquencia, embora prestada, dependia o bom exito da empresa. Alguns estimulavam-lhe os brios com palavras animadoras e com exaggerados encomios, sem que a vaidade, que o cegava, lhe deixasse ver que taes lisonjarias eram apenas como a ração que se dá ao cavallo para não afrouxar na carreira.

—Á la fé! que sua alteza nos fará justiça, dizia um. Conceder-nos-ha o que desejamos em ouvindo a Pero Vaz...

—O arresoado do bachiler! Concluiu Martha Gil.

—Se não fora mestre Pero, accrescentava outro, bem poderiamos desistir do nosso intento. A nós o grão prol de se acabar a egreja. A elle a maior gloria de nol-o haver alcançado! Viva mestre Pero! O honrado mestre Pero! O incomparavel mestre Pero!

—Enganaes-vos, boa gente, se em meu cárrego achaes somente flores e não al; disse o barbeiro em tom de superioridade e mais por encarecer o serviço que ia prestar que por convicção propria. Vedes as rosas e não enxergaes os espinhos. Em vez dos loiros que me prometteis, quem sabe se virei a levar algumas duzias d'açoites pelas ruas da cidade, por fazer tumultos contra as determinações d'el-rei? Mas não será, de certo, esse receio que me ha de tapar a bocca. Ora sabei que muito quero ás minhas costas, porém mais ainda ao bem d'esta nossa terra e da santa religião. Sujeitar-me-hei, pois, a todo o risco, pequeno ou grande que venha a correr em tal negocio.

—E tambem por me servir, accrescentou Magdalena Vaz. Sem os meus rogos não o tereis agora aqui entre vós. Foi uma victoria que eu ganhei.

—E que vos consola do revés que soffrestes ha duas horas em S. Francisco, observou Martha Gil. Ainda bem, que tendes em vosso marido quem vos aprecie os merecimentos. Entretanto, permitta Deus que mestre Pero não repute superiores os de outrem. Não falta quem diga...

—É falso! É falso! Abra-te o demo a cova, perra tinhosa! Meu marido foi-me sempre fiel. De certas delambidas sei eu que têm pretendido roubar-me a sua bem-querença e jámais o conseguiram!

—Pschiu!... Leva rumor, mulheres do diabo! Gritou o mestre barbeiro.

[1] É o sino que ainda hoje dá as horas e foi fundido no anno de 1294, como se vê da seguinte inscripção: Hoc : signum : fecit : dõno : pet : epo : elboren : e : m : ccc : xxxii :

— Mulher do diabo será a d'elle! Exclamou Martha Gil.

— Caluda! Continuou aquelle com a mal dissimulada vaidade de quem não quer parecer desafortunado nos amores. Que lhe importa, snr.ª Madanela, a vida de seu marido? Estes particulares não são aqui para a rua. E mais que, no ponto das fidelidades ou infidelidades conjugaes, todos sabem que vocemecê, grandicissima presumpçosa, é parte suspeita. *Quod volumus facile credimus,* como diz aquella bocca de prata de Fr. Bernaldo Ravasco. Isto porém, repito, não é para agora. Tractemos do que mais importa. Um de vós disse elle, estendendo a mão com o arrezoado que lhe escrevera o Acenheiro, leia-me este papel que desejo refrescar a memoria.

— Eu não sei lêr.

— Nem eu.

— Nem eu.

— O diabo vos leve e a tanta ignorancia! Exclamou exasperado o barheiro.

— Alto lá! Senhor mestre Pero! Disse Matheus Sanches. Eu não sou nenhum ignorante. Sei fazer uma parede ou lavrar uma pedra melhor do que vós escanhoar a cara a um freguez. O meu escopro ainda até hoje não fez brotar sangue nem soltar queixumes!

— Negavam o saber, por modestia! Observou Martha Gil.

— Ahi está o mestre-eschola, tornou Matheus Sanches. Dae-lhe a elle o papel. Cada qual em seu officio! Ó mestre Janaffonso! Psiu! Ó mestre Janaffonso!

— Aqui estou! Disse um sujeito obeso e rosado, arrastando a custo a gordura por entre a plebe.

Mestre João Affonso salvou, como hoje diriamos, a situação. Acceitou das mãos de Pero Vaz o papel e, depois de alimpar com o lenço as bagas de suor que lhe inundavam o rosto, escarrou, tossiu e dispoz-se a lêr o arrezoado do Acenheiro.

Ha tresentos e sessenta annos o adro ou taboleiro da Sé, que assim lhe chamavam, fazia differença do que vemos hoje. Alargava-se mais para o lado do nascente, porque o paço episcopal, que era umas ruinas deshabitadas, em vez de sobresahir á fachada principal do templo, prolongava-se com ella. O arcebispo D. Theotonio de Bragança nos fins do seculo XVI mandou reconstruir aquella casa, tomando do taboleiro o espaço de duas varas para a alargar. E isto não sem opposição da parte do povo, que o prelado tractou de convencer numa curiosa carta, que de Lisboa dirigiu ao senado, a mostrar-lhe a necessidade de augmentar o edificio, que viam «quam ruim era e desaccommodado e pondo-lhe o seu proprio nome quão sujo.»

A fachada da egreja estava menos alindada e, por tanto, mais majestosa. Havia mais ogivas nas paredes, mais rendados na janella ou varanda do coro, mais elementos caracteristicos do estylo primordial, os quaes têm desapparecido pelo decurso do tempo, destruidos ou substituidos por outros que não pertencem a nenhum estylo conhecido. Uma das torres tinha, é verdade, já então a sua pyramide de azulejos, porque em todo o tempo houve amadores de anachronismos e barbarices, mas a outra ainda a guarneciam as ameias primitivas[1] que, juntamente com o restante que falta, davam ao templo mais veneranda apparencia.

No meio do adro erguia-se um pulpito de pedra[2], d'onde os conegos costumavam prégar ao povo em certos dias. Era uma caixa cylindrica de marmore, fixa sómente por uma parte da base no degrau superior de uma escada pequena de caracol. O pulpito ficava assim suspenso na altura de um homem ou pouco mais. Tinha, comtudo, por debaixo alguns espeques de madeira, como para obstar a que, despegando-se da escada, cahisse no chão. Haveria, em verdade, perigo de ruina imminente ou não sería mais que um receio infundado similhante áquelle que no seculo XVII fez que esteiassem na praça de Evora a grande fonte de marmore, que se conservou de pé até hoje, tendo apodrecido os espeques que a seguravam[3]? Não o sabemos ao certo. Os eborenses em todos os tempos se têm mostrado propensos a estes terrores panicos. No seculo XVI era o pulpito do adro da Sé, no seculo XVII a fonte da praça, no seculo XIX o templo romano, cujas columnas muitos receiam ver desabar, não tendo receiado antes o desmoronamento das fendidas paredes que as encobriam e conspurcavam. O caso do pulpito explicava-o Gil Vicente por outro modo. Dizia elle que o bispo D. Affonso de Portugal quizera, por meio dos espeques, impedir que o reverendo conego Lopo Fernandes, que era dos que mais costumavam prégar, desse em terra com o pulpito á força dos valentes murros que lhe assentava no parapeito por fortalecer e fazer mais persuasiva a sua eloquencia parenetica.

Grande parte do adro actual ficava naquelle tempo dentro do pomar ou laranjal cercado[4],

[1] No foral de D. Manuel, que se conserva no archivo da camara, ha um desenho colorido que representa a cidade de Evora em 1500 pouco mais ou menos. Na torre do templo, do lado do norte, vê-se o corucheu, tal qual hoje existe. A do sul não tem outro remate mais que as ameias.

[2] Este pulpito ainda existia pelos annos de 1550, como se vê na *Chronica de S. Agostinho* por Fr. Antonio da Purificação, tom. 2.º pag. 259, col. 1.ª.

[3] A anecdota da fonte refere-a o padre Fialho que neste ponto merece fé por ser contemporaneo do facto e nada atreito a referir coisas inglorias ásu a patria.

[4] Ao laranjal, ou pomar do bispo no logar mencionado, allude o bohemio Tetzel na viagem de que fallámos já numa das notas da Introducção, e tambem o arcebispo D. Theotonio de Bragança na carta de que fizemos menção no principio d'este capitulo.

que chegava desde os paços até á entrada da rua da Sellaria, occupando todo o terreno desde ahi até ao logar, onde, depois, se accommodou a inquisição. O poço, que hoje vemos no meio do adro, estava naquelle tempo dentro do pomar, cujas arvores e arbustos se regavam com a agua que d'elle se tirava por meio de uma roda com alcatruzes.

Em mui pequena distancia do pulpito abria-se a porta de um passadiço[1] o qual communicava com o taboleiro, em frente da Sé e por cima da calçada, as casas do bispo D. Affonso de Portugal.

O adro, que teria metade ou pouco mais da extensão que hoje tem, era, pois, mais alto que o largo adjacente em que terminavam tanto a calçada da Sé como a rua da Sellaria, guarnecendo-o alguns degraus que o faziam accessivel.

O mestre-eschola começou a lêr o papel, que recebera, em voz tão alta quanto o permittiam as camadas da gordura que lhe obstruia o canal da larynge. «Senhor! Muito alto e en... Muito alto e en...

—E en!.. E en!... E en!.. Exclamou enfadado Pero Vaz. Ó mestre Janaffonso, quão desafinadamente coinxaes! Maus lobos vos comam e aos emperrados gorgomilos!

—Não entendo o portuguez do papel que me destes para ler, disse fleugmaticamente o mestre-eschola.

—Não entendeis!... Não entendeis!... Não sabeis ler e ensinaes aos outros! Ora eis ahi porque ainda ha poucos instantes não havia quem pegasse nesse papel! O que vós mereceis é que façamos tambem petição a el-rei para que vos mande á eschola de outrem, depois de fechardes a vossa!

—P'ra eschola! P'ra eschola! Gritaram alguns.

João Affonso fez-se vermelho como um pimentão, apresentou o papel ao barbeiro e disse-lhe:

—Pois lêde vós.

Não preciso de ler, disse aquelle desviando orgulhosamente os olhos do manuscripto. A palavra em que embicastes sei eu muito bem. É *envencissimo*[2]. E, levantando vaidoso a cabeça, repetiu as primeiras palavras do arrezoado. «Senhor! Muito alto e envencissimo rei!»

A turba rompeu em applausos. Estava demonstrado á evidencia que o barbeiro sabia muito mais que o mestre-eschola. Este, porém, acossado pelas chufas que de varias partes lhe atiravam e sem esperar que serenasse a matinada, por lhe faltar já a fleugma que primeiro mostrara, replicou:

—Eu não disse que não sabia ler, affirmei e torno a affirmar que não entendo o portuguez do papel. Ora dizei-me vós, ó Pero Vaz, ó grão sabedor, que significa *envencissimo?*

A replica de João Affonso restituiu-lhe por momentos a opinião de uma parte do auditorio. Alguns, julgando que o barbeiro não sería capaz de responder, diziam já a meia voz:

—Que significa *envencicissimo?*

—Isto não é portuguez!

Outros porém:

—Era o que faltava que o mestre-eschola quizesse correger ao bachiler!

—Quem escreveu o arrezoado tem cabeça!

Hesitou Pero Vaz ao principio, porque, em verdade, decorara a palavra sem lhe ligar idéa alguma. Todavia, recuperando-se logo:

—A que tempos somos chegados! Exclamou com vóz compungida. Que tenha eu de ensinar ao mestre! *Envencicimo* quer dizer... Sim... quer dizer...

—Desembuxae, homem! Bradou João Affonso a quem se afigurava já que o seu adversario não sahiria da difficuldade.

—É como quem dissesse, proseguiu o outro, é como quem dissesse: «Muito alto e grandicissimo rei!»

—Assim é! Não pode ser outra coisa! Exclamaram algumas vozes; e outras:

—Envencicimo é grandecissimo! Pois não se está a metter pelos ouvidos!

—Todos nós o sabiamos menos o mestre-eschola!

—Olhem que mestre!

João Affonso, ferido na fibra mais sensivel qual era a do orgulho legitimo que tinha de saber do seu officio, fallou com voz mais clara ainda que das primeiras vezes:

—O que o Acenheiro quiz dizer, e não soube, foi *invencibilissimo* que vem do latim *invencibilis,* em portuguez *invencivel.* Invencibilissimo vale o mesmo que *mui muito invencivel!*

Uma gargalhada geral acolheu a explicação do mestre-eschola, verdadeira sim, porém durissima ás orelhas populares num tempo em que mal se começavam a usar os superlativos.

—Como lhe demos na manqueira do portuguez, disse o barbeiro tambem a rir, queria lançar-nos aos olhos a poeira do latinorio!

Fomos a Vilha Castim
Fallou-nos em latim.

—Pêco!
—Sandeu!
—Ignorantão!

(Continúa). A. Filippe Simões.

[1] Foi demolido já neste seculo.

[2] É palavra usada pelo Acenheiro no prologo das suas chronicas.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

REDACTORES

José Teixeira de Queiroz

A. A. da Fonseca Pinto — A. M. Simões de Castro — Candido de Figueiredo

Luiz Carlos — Luiz Garrido — Vieira de Meirelles

Preços da Assignatura

Por anno em Coimbra.....	1$500
Para fóra de Coimbra, estampilhado	1$800
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000
Avulso (tão sómente para os socios e assignantes)	160

Assigna-se no Gabinete do Instituto — Coimbra, rua do Infante D. Augusto.

O Instituto

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

VOLUME XV—N.º 11

	Pag.
Estudos economicos e sociaes — Alfandegas — por *Luiz Jardim*	241
Physiologia experimental em Coimbra — por *Costa Simões*	244
Theoria dos determinantes — por *José Falcão*	246
A Alguem (poesia) — por *Luiz Carlos*.	252
Dois historiadores modernos — Augustin Thierry — Prescott — por *Luiz Garrido*	252
Sempre noiva — Chronica eborense — por *A. Filippe Simões*	255
Xenophonte — por *A. I. Coelho de Moraes*	259
Cartas d'alguns Bispos portuguezes; a proposito da *Tentativa Theologica*..	263

Fevereiro de 1872

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAES

Alfandegas

(Continuado de paginas 221)

CAPITULO IV

Causas da decadencia do povo portuguez depois do seculo XV.—O systema politico da nação.—Viciosa organisação da propriedade.—Miseria dos agricultores.—Como os povos fizeram conhecer essas miserias nas côrtes de 1430, 1472 e 1473.—Fundamento das reclamações populares.—A reforma dos foraes.—Como deve entender-se.—Inconvenientes d'essa reforma.—Influencia do poder absoluto no systema economico da nação.—O pauperismo em Portugal.—Falta de capitaes.—Decadencia das industrias fabris.—Vicioso systema em materia de contribuições.—Multiplicidade do imposto.—Inconvenientes que d'ahi provieram.—A lei dos alealdamentos.—Inefficacia dos melhoramentos introduzidos nas alfandegas.—Falta de segurança, de communicações, e de transportes no paiz.—Restricções e medidas vexatorias dos regimentos.—Quebra das immunidades e privilegios dos negociantes estrangeiros.—Extorsões feitas nos portos seccos aos mercadores portuguezes.—Como tudo concorreu para a decadencia do nosso povo.—Os remedios empregados pelo poder absoluto não conseguem obstar á miseria do reino.—Descripção d'essa miseria por Manuel Severim de Faria.

Disposições legislativas que em outra qualquer epocha produziriam beneficos resultados, neste periodo da nossa historia economica foram inefficazes, porque eram fundos os vicios de todo o systema. Esta verdade que evidenceiam as leis economicas da epocha, é principalmente applicavel aos melhoramentos feitos nas leis aduaneiras.

Depois do seculo XVI a reforma dos foraes aboliu o imposto sobre o transito; as pautas fixaram direitos não muito elevados sobre as mercadorias; e os regimentos, estabelecendo um systema uniforme para a sua percepção, centralisaram o mais possivel o serviço das alfandegas.

De que valiam porém estas vantagens?

A suppressão dos direitos sobre o transito é um grande beneficio para o commercio, cuja vida activa demanda facilidade nos transportes e rapidez nas transacções. Nesta epocha porém a vantagem apontada não passou da letra dos foraes; para as mercadorias transitarem pelo interior de um paiz não é bastante o desapparecerem os direitos que tolhem essa livre circulação, é necessario tambem que as leis e as auctoridades garantam a segurança da propriedade. Pelos documentos legaes da epocha vê-se que tal segurança não existia[1]; e se faltava a segurança aos mercadores, não lhes sobejavam os carros para transporte e conducção, os almocreves para as cargas. O que porém mais difficultava o transito eram as estradas obstruidas e os caminhos intransitaveis. O poder absoluto recebia grande numero de impostos[1]; mas, attento e voltado para as grandes conquistas, se auferia grande acervo de contribuições, todas dispendia em obras ephemeras, que ostentavam sua grandeza, mas não curava dos uteis melhoramentos, de que os vassallos tirariam vantagem directa.

Nestas circumstancias não admira que a suppressão do direito de passagem pouco ou nada facilitasse o commercio; supprimido elle, lá estavam ainda, e mais augmentados, os impostos de barreiras, e até na cidade do Porto mercadorias entravam, que, tendo já pago uma dizima ao rei, iam de novo pagal-a á egreja. Além d'isso as disposições vexatorias dos regimentos das alfandegas não permittiam o gyro das mercadorias e o desenvolvimento das permutações no interior do reino.

Hoje as mercadorias vão aonde os justos interesses as enviam, e aonde é maior a sua procura; nessa epocha não acontecia assim. As mercadorias, que, despachadas numa alfandega, levavam guia para certo logar do reino, haviam por força de ir para esse logar dentro de certo praso, e não se podiam afastar de caminho direito[2]. Os mercadores, cujas fazendas eram despachadas para esses logares, tinham de apresentar dentro de quatro mezes certidões de como — «descarregaram as dictas fazendas nos logares para onde levavam despacho para nelles se gastarem; e os que lhes comprarem appresentarão certidão da dicta compra[3]». Além d'isso os officiaes das alfandegas, que despachavam fazendas que se destinavam aos logares da raia,

[1] Ord. Philip., liv. 5.º, tit. 86.

[1] Pelo regimento dos veedores da fazenda, ordenado em 1513, mas concluido em 1516, se conhece quaes eram nesta epocha as rendas e direitos que pertenciam ao rei, porque se ordenava que os dictos veedores arrecadassem — «todas as nossas rendas, direitos, foros, tributos, censos, emprazamentos, jugadas, oitavos, reguengos, montados, descaminhados, rios, pescarias d'elles, ressios, pacigos, contados, soutos, sesmarias, mattas, cazaes, herdades, olivaes, padroados de egrejas, bens de intestados, cousas de rendas de vento, peixes reaes, apparelhos de navios que se perdessem no mar, a que não fossem sabidos donos, e quaesquer outras cousas que nos pertencem, e devam e possam pertencer por qualquer via que seja em os dictos almoxarifados e comarcas de que cada um dos dictos officiaes teem cargo.»

[2] Capitulos XVIII e XX, do Regimento de 1763. Poz em vigor a este respeito as disposições dos regimentos dos seculos XVI e XVII.

[3] Cap. XXXIX do Regim. cit.

só podiam despachar a quantidade «que provavelmente se possa nelles gastar[1]».

Por estas e outras disposições[2], que a estreiteza d'este trabalho não consente enumerar, conhece-se que a abolição do direito de transito foi remedio insufficiente, visto todo o commercio estar subjeito a estas e outras medidas, que por todos os lados lhe suggeriam obstaculos. Assim a falta de communicações e transportes, os impostos onerosos á porta das cidades, os direitos nas alfandegas, e as restricções e medidas vexatorias dos regimentos, tudo nesta epocha, mais ainda do que no passado, devia tolher, pear e até suffocar todo o commercio no interior do reino.

Os direitos que pagavam as mercadorias nas alfandegas exteriores não eram muito elevados, pois que, ainda hoje, quer na entrada quer na saída, em algumas nações ha productos que pagam 20, 25 e 30 por cento; e até a egualdade de direitos para a generalidade das mercadorias nos indica que essas pautas não tinham em vista proteger industrias nacionaes: tinham simplesmente um caracter fiscal. Mas, se os mercadores não podiam queixar-se do gravoso dos direitos nas alfandegas, podiam fazel-o, e com justiça, contra a lei dos alealdamentos, cuja execução os reis fiscalisavam severamente, incitados pelas côrtes.

Podiam queixar-se contra o imposto da siza, que, recahindo sobre a transmissão dos immoveis, moveis e semoventes, na compra e venda por grosso, e na compra e venda a retalho, era altamente lesivo aos mercadores, por causa dos repetidos varejos e das oppressões a que os sujeitava; e até porque a compra e venda em nada accrescentava á riqueza publica, nem representava serviço feito pelo estado[3].

Além d'isso podiam queixar-se os mercadores estrangeiros das leis restrictivas, que lhes prohibiam a venda a retalho de suas mercadorias, que os obrigava a entrar por determinados portos, sujeitando-os ás avenças feitas na alfandega de Lisboa; contra a lei dos atravessadores; e, principalmente e sobretudo, da falta de segurança e dos abusos dos empregados fiscaes.

Como já acontecia na edade-media, depois do seculo XV eram os direitos das alfandegas arrendados a particulares: este systema, agora mais do que então, deu logar a que os empregados do fisco, de combinação com os rendeiros das receitas das alfandegas, vexassem, e quasi que impunemente, os negociantes estrangeiros, e principalmente os inglezes. Assim, apezar de haver siza certa para os productos exportados, siza a que o infante D. Pedro tinha addicionado 4 por cento, o que se conservou no tempo de D. Affonso V e de D. João II, apezar de D. Duarte ter concedido que na siza dos vinhos o tributo fosse pago segundo o preço da compra, quer a colheita procedesse dos vinhedos do Ribatejo e de Almada, quer da Azoia, Via Longa e Alemquer; é certo que os exactores, fingindo ignorar as disposições regias, abusavam a seu talante dos mercadores estrangeiros[1]. Egualmente commettiam extorsões nos portos seccos contra os mercadores portuguezes, demandando-os injustamente, ou perseguindo-os por direitos pagos tres e quatro annos antes[2].

Agora, em face de todos estes erros e abusos, comprehende-se facilmente quaes foram as causas que influiram na declinação rapida do nosso povo. O grande acervo de impostos, muitos dos quaes eram lançados a arbitrio do poder absoluto, e sem base ou systema fixo, pela sua exaggeração tolheram o desenvolvimento progressivo da materia contribuinte; ergueram obstaculos permanentes á desinvolução natural da riqueza publica; e por isso, causando o rebaixamento physico das populações, impossibilitaram todos os melhoramentos moraes e intellectuaes das classes infimas. O grande numero de empregados que recebiam essas contribuições eram outros tantos braços roubados aos trabalhos productivos.

[1] Cap. XXXX do Regim. cit.

[2] As leis contra os atravessadores tambem deviam concorrer para restringir o commercio no interior do reino, porque, obrigando os productores a levarem ao mercado a sua producção, iam contra o grande principio da divisão do trabalho, alem de tolherem a liberdade do individuo. Vide o Alv. de 11 de junho de 1644, em que se accrescentam as penas da Ord., liv. 5, tit. 76 contra os atravessadores de pão, e o Alv. de 20 de outubro de 1651, em que se determina que se não compre pão para revender, com pretexto de carta de visinhança, nem fóra dos logares deputados para a venda d'elle, etc.

[3] Severa era a fiscalisação do imposto da siza, e immediato o contacto dos empregados fiscaes com os mercadores. Repetiam-se os varejos, para examinar se nos logares existiam exactamente as mercadorias, registadas nos livros das alfandegas e nos livros das sizas; e quando os mercadores vendiam qualquer peça de panno levavam o ultimo retalho d'essa peça, com o sêllo da alfandega, ao escrivão d'esta, para depois de juntos todos os sêllos haver o pagamento da siza. Todo este processo tinha em vista evitar o contrabando e o descaminho dos direitos. Regim. das sizas de 6 de março de 1509; Coll. de Pedro Monteiro, vol. 1.º, pag. 258 a 281.

[1] O que melhor se conhece das queixas dos negociantes inglezes, a que tractou de providenciar a carta de 20 de fevereiro de 1458, em que D. Affonso V concede varios privilegios e immunidades aos negociantes estrangeiros. Isto foi em côrtes de Torres Novas; mas os abusos e vexames feitos aos estrangeiros continuaram até ao seculo XVIII, o que se deprehende das reclamações, que elles fizeram mais de uma vez para que aquelles privilegios lhes fossem confirmados; signal evidente de que tinham sido obliterados na pratica. Assim D. Manuel revalida esses privilegios no Alv. de 6 de março de 1536, tambem de Evora, e em 25 de abril de 1610 uma provisão de Philippe III manda passar aos negociantes britanicos certidão d'esses privilegios e immunidades, que já lhes tinham sido outorgadas em 1458.

[2] Côrtes de Evora, de 1481 a 1482.

Assim, na phrase de um classico, a vida do nosso povo foi nesta epocha sem descanço, cheia de trabalhos, dôres, afflicções grandissimas e sobretudo pobreza, que é o remate de todos os males.

As queixas nas côrtes de 1472 a 1473, nas côrtes de 1481 a 1482, nas de 1535, e nas de Thomar, contra as leis prohibitivas, contra as espoliações da nobreza, contra os abusos dos empregados fiscaes, e contra o grande numero de contribuições, que abafavam as forças productivas da nação, melhor fazem sentir essa miseria; são o triste commentario do povo, que, erguendo voz plangente, reclamava os direitos do homem, e assim enlutava o reinado feliz do governo absoluto, e do seu sequito brilhante.

Nas côrtes de Thomar a nação, avergada ao peso de tantas oppressões e desgraças, e sentindo fugir a vida, saudou (com diz um nosso illustre escriptor) — em Philippe II a sua ultima esperança. Queixou-se da pobreza das lavouras e da reforma dos foraes decretada por D. Manuel; requereu ao rei que abrisse as fronteiras de Castella á saida do trigo, das madeiras, dos cavallos e dos couros, para acudir ás exigencias do consumo, e que *moderasse os direitos exorbitantes e a cobrança vexatoria das pautas dos concelhos*. Representou a oppressão causada pela natureza dos prasos de muitos mosteiros e egrejas, e supplicou que fossem todos convertidos em fateusins perpetuos. Reconhecendo que a esterilidade existia ha muitos annos, rogou ao soberano que vedasse a exportação dos cereaes[1].

O rei respondeu como se vê da ordenação philipina[2]. Mas debalde. Algumas reformas parciaes e privilegios concedidos aos agricultores não eram remedio sufficiente, porque o mal estava no fundo das cousas. Só uma revolução profunda poderia acabar com os privilegios da egreja e dos fidalgos, e com o poder absoluto dos reis, e essa não poderia ser de iniciativa real. O braço do povo tambem a não poderia fazer; a contar do seculo XV, os parlamentos portuguezes tinham perdido o seu valor, e eram mais de apparato e pura formalidade que de substancia[3]. Convocados apenas, quando para os casamentos da casa real, ou para incetar novas guerras, era necessario lançar novos impostos, já não tinham a força que os fez respeitar na edade-media. Assim tudo foi em contínua decadencia. No governo de D. João III, digno de lastima é o estado do reino[4], moral e economicamente perdido; de 1530 a 1580 decresceu sensivelmente a população; e, se para essa depauperação não pouco concorreram os terremotos, as pestes repetidas, a expulsão dos mouros e judeos[2], a attracção de gente pelo claustro[3], e as guerras continuadas, é certo que de todos o flagello mais cruel nascia da accumulação dos dizimos com o tributo lesivo das jugadas, ou com as rações, forragens e serviços, aggravados pelas sizas, pelas fintas e talhas municipaes, e pelas pautas concelhias.

O systema prohibitivo e outras disposições relativas ás alfandegas mais exacerbavam a desgraça publica; e porisso no seculo XVII, após a grande esterilidade de 1632, mas em vida de Manuel Serverim de Faria, andavam esmolando pelas villas e cidades tão grande numero de vadios, homens e mulheres, que pareciam exercitos[4]: «e a desculpa que dão para pedirem é dizerem que não acham em que trabalhar». O desejo de um melhor futuro incitou desde logo a emigração. Iam uns para as conquistas, attrahidos pela sêde do ouro; outros, pela facilidade da visinhança, iam para Castella; assim, nesta epocha de tanta grandeza ephemera, poucos arroteavam as terras, e a producção era devida principalmente aos cafres e indios, trazidos das conquistas.

LUIZ JARDIM.

[1] Côrtes de Thomar, cap. XXIX e XXX; sr. Rebello da Silva, Hist. vol. IV, pag. 448.

[2] Ord. Philip., liv. 5, tit. 112 e 76; liv. 5, tit. 116 § 1 e 4 e 87 §§ 1 e 3; liv. 5, tit. 112 §§ 6 e 7; liv. 5, tit. 112, §§ 1, 2 e 3; liv. 2, tit. 58 e 33; liv. 3, tit. 86 § 24. Vide tambem o Alv. de 22 de dezembro de 1604, já citado.

[3] Sr. A. Herculano, *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, t. I, p. 182.

[1] Vide a descripção, que, do estado do paiz, faz o sr. A. Herculano na obra já citada, a pag. 184.

[2] A legislação, respectiva á tolerancia dos judeus. do liv. 2 do Cod. Aff., falta em ambos os do sr. rei D. Manuel, pag. XXI da intr. ás Ord. Manoel.

[3] Nas memorias de Mr. d'Ablancourt, embaixador de Luiz XIV em Portugal, memorias que encerram a historia politica da nação portugueza, desde o tractado dos Pyreneos de 1659 a 1668, encontra-se o seguinte a paginas 27:—«Todo este reino não é muito povoado, e o campo de Ourique que custou tanto sangue aos primeiros reis de Portugal, é hoje um campo deserto; esta falta de homens tem sua razão de ser na visinhança do mar, que incita, depois da descoberta das Indias, os pobres e desgraçados a tentar antes a fortuna das viagens de longo curso, do que ir forçados á guerra. Para moderar esta emigração constante e para que as terras não ficassem em pousio, teve-se em toda a Hespanha e Portugal a idéa de conceder a nobreza com o titulo de escudeiro a todo aquelle que se fizesse agricultor de boa fé; e, como em breve se conheceu que isto não era sufficiente para obrigar os particulares a cultivar a terra, accresceu a esta nobreza a exempção da guerra, o que teria produzido o effeito desejado, se as necessidades do estado não tivessem limitado este privilegio á pessoa do filho mais velho, donde provém que nestes dois reinos ainda se encontram actualmente mais terras em pousio do que agricultadas; pode-se accrescentar *que a grande quantidade de frades, que consentem nestas nações, não pouco contribue para que ellas estejam despovoadas;* a liberdade e impunidade de que gozam é a causa por que muitos mancebos, depois de se terem arruinado em extravagancias e crimes, procuram o convento como asylo, e a maior parte sem deixarem cá fora seus vicios, o que desvia bastante gente do casamento.»

[4] Noticias de Portugal, por Manuel Severim de Faria, pag. 17.

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

PHYSIOLOGIA EXPERIMENTAL EM COIMBRA

Myographo de Helmholtz, modificado por Du Bois-Reymond

(Continuado de paginas 227)

Esta coincidencia d'uma certa velocidade do cylindro com a estimulação do musculo não custa muito a comprehender.

Ao dente (Fig. 2.ª-9-10), que apparece na circumferencia do tambor (8–8), está ligada uma peça (9′), que se eleva ao longo do eixo do mesmo tambor para sobresair acima da tampa correspondente (Fig. 4.ª-16-16); de sorte que, quando o dente sahe, tambem avança no mesmo sentido a mencionada peça (Fig. 2.ª–9′). Nesta nova posição alcança um jogo de alavancas (Fig. 5.ª-17-18-19–20), por meio das quaes se abre a chave de correntes (22), que se acha num circuito inductor (23-23).

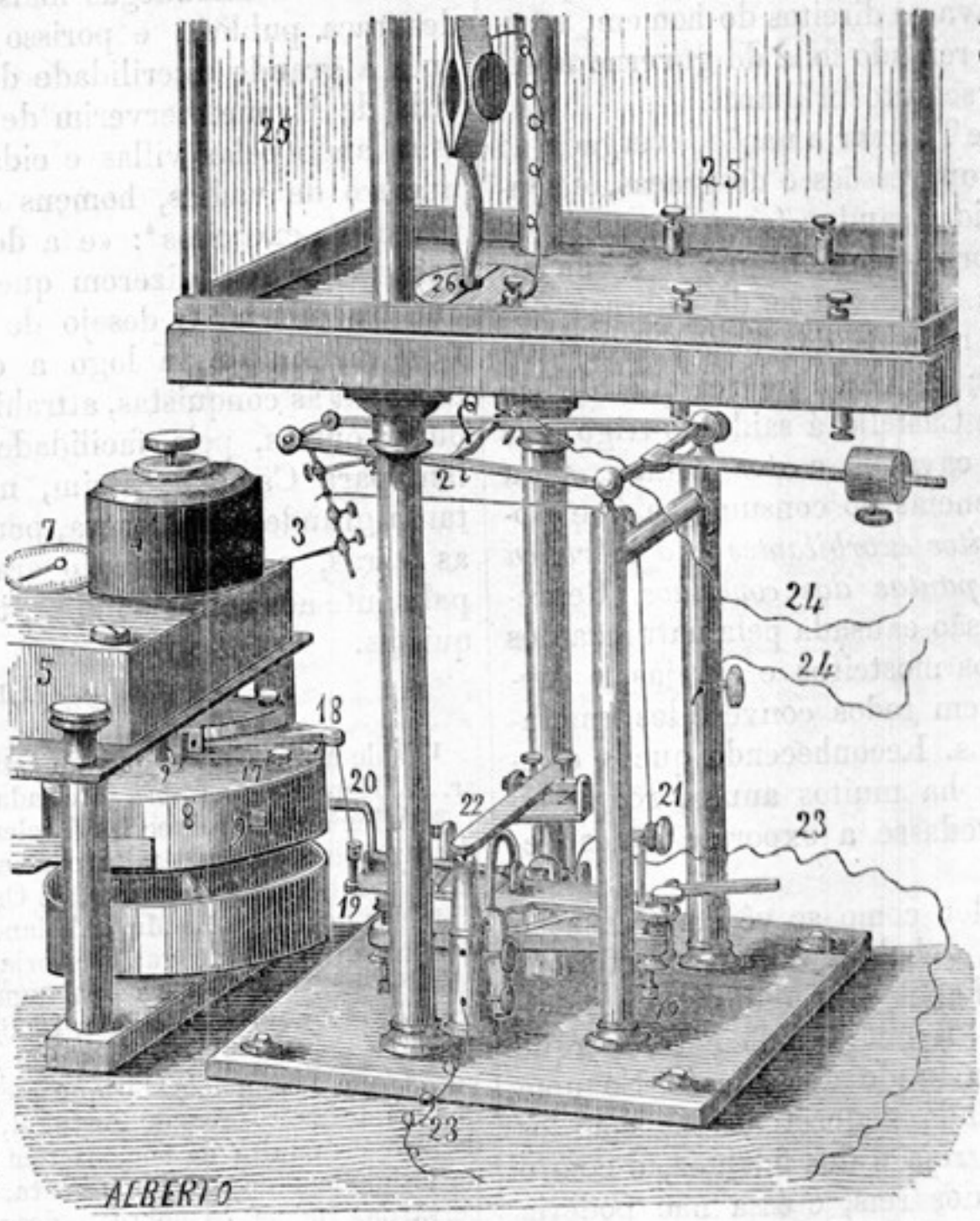
Esta abertura da corrente inductora faz apparecer a corrente de inducção (24-24), cujo choque promove a contracção do musculo que se vê passando entre duas peças de vidro (26) para se prender aos ganchos da alavanca (2). Com esta alavanca eleva-se o ponteiro (3), descrevendo a competente curva no cylindro defumado (4).

Terá agora opportunidade a descripção do mecanismo d'esta chave de corrente (Fig. 6.ª-22). Vê-se que funcciona como chave de correntes, porque assenta nas duas columnas a que prendem os dois fios do circuito (23-23), sabendo-se que a columna anterior tem uma base de materia isoladora. Debaixo d'esta chave (22) vê-se uma peça arqueada que faz corpo com a peça (20). No momento em que esta ultima muda de posição com a pancada que recebe do dente (9), a outra peça arqueada toca na chave (22), elevando-lhe a extremidade anterior que pousava sobre a columna respectiva; e d'este modo se determina a abertura da corrente.

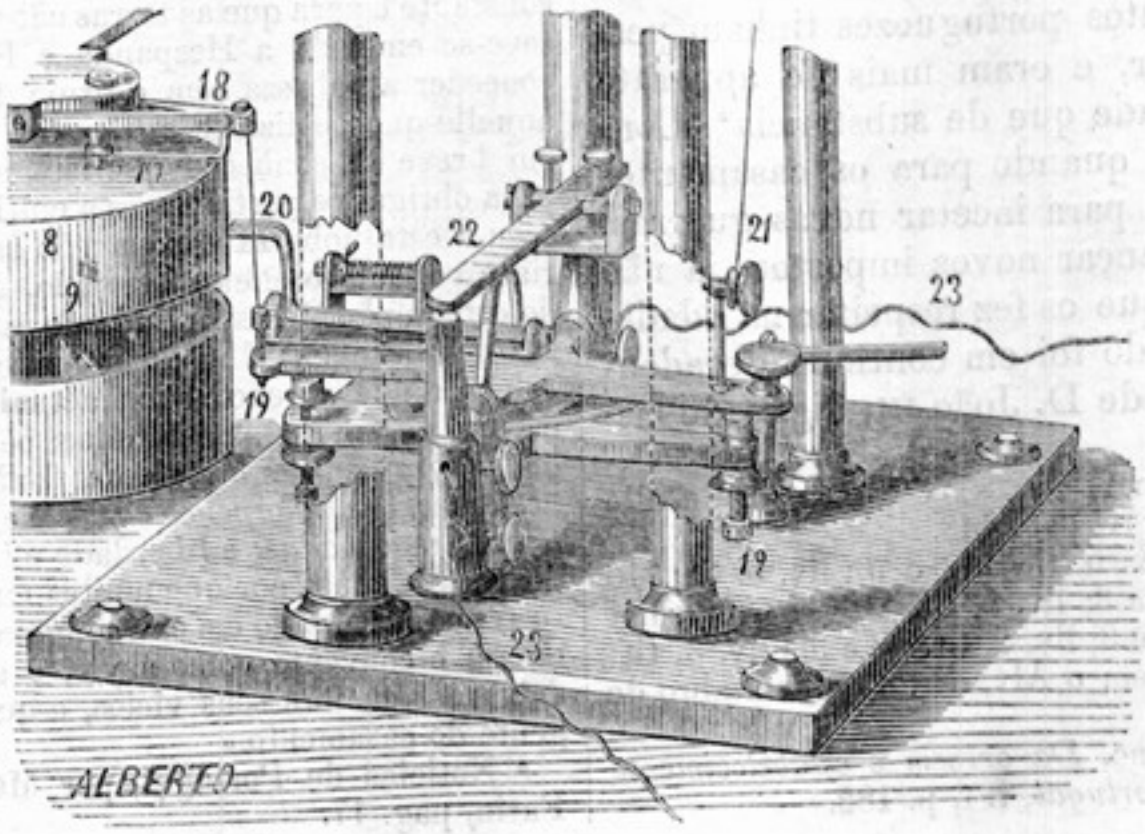
Para se evitar que a peça (20) possa resaltar sobre a espera quando é impellida pela pancada do dente (9), ha uma pequena mola espiral, que se vê entre os algarismos 20 e 22, com a extremidade forrada de cortiça, onde prende a mencionada peça (20) na posição que toma depois de tombada.

Ficava ainda por designar o uso do fio de

(*Fig.* 5.ª)



(*Fig.* 6.ª)



retroz, que se vê entre os algarismos 18 e 19, e do fio (21). O primeiro fio prende a peça (18) ás outras peças que figuram no jogo da chave de correntes (22), aproximando-as convenientemente por meio do parafuso (19). A alavanca (17), na posição indicada pela gravura, conserva levantada a peça (18), e com ella todo o mecanismo da chave (22). A extremidade posterior d'esta alavanca (17) é a que recebe a pancada da peça 9′ da (Fig. 2.ª), á sahida do dente 9, desandando de deante para traz. Com este movimento, a sua extremidade anterior, andando de traz para deante, sahe debaixo da peça (18); e esta, caíndo pelo proprio peso, deixa caír tambem todo o mecanismo da chave de correntes (22). Por esta nova posição, a peça (20) desce para a linha horisontal percorrida pelo dente (9), ficando, por isso mesmo e pela sahida d'este dente, ao alcance da pancada que a faz tombar, abrindo a chave de correntes pelo modo que já fica mencionado.

O outro fio (Fig. 5.ª-21), passando por uma roldana, que se acha encoberta por uma das columnas do apparelho, vai prender-se ao ponteiro (3). Com o parafuso, onde se enrola a outra extremidade deste fio, gradua-se a aproximação do mesmo ponteiro (3) ao cylindro defumado (4). Achando-se o ponteiro a distancia de um ou dois millimetros da superficie defumada quando todas as peças (18-19-20) estiverem elevadas, concebe-se que o mesmo ponteiro irá tocar no cylindro, quando as mesmas peças descerem, sabendo-se que terá de elevar-se a extremidade opposta d'essas peças com o parafuso e com o fio (21), por se mover todo este jogo sobre um eixo intermedio ás suas extremidades.

Neste ponto da descripção do apparelho já se comprehende como no momento em que o cylindro defumado (Fig. 5.ª-4) chega a um certo grau de velocidade, o musculo é estimulado pela corrente de inducção (24-24) por intermedio da abertura da corrente inductora (23-23) na chave de correntes (22).

Comprehende-se agora como a curva registrada no cylindro nos indica o tempo da contracção do musculo. Sabendo-se previamente que a velocidade do cylindro, no determinado momento, é de uns tantos millimetros por segundo; e, medindo-se com um compasso os millimetros que ha, na linha horisontal, entre o começo da curva e a sua terminação, facilmente se acha a fracção de segundo que lhe corresponde; e por um similhante processo achamos tambem a fracção de segundo correspondente a cada um dos ramos da curva (ascendente e descendente) ou a cada um dos periodos ascendente e descendentes da contracção muscular.

Para se medir o tempo da perguiça muscular ou a fracção de segundo que decorre entre o momento da estimulação do musculo e o momento em que elle começa a contrahir-se, ajusta-se o dente (9) á peça (20) na posição em que devem achar-se no acto da pancada a que me tenho referido; e marca-se no cylindro (4) um traço vertical com o ponteiro (3). Qualquer que seja a velocidade do cylindro, o ponteiro ha de forçosamente achar-se naquelle traço vertical no momento da pancada do dente (9) na peça (20) e por conseguinte no momento da estimulação do musculo. Se nesse mesmo instante começasse a contracção, o ramo ascendente da curva respectiva deveria começar no traço vertical; mas como começa mais adiante, mede-se com um compasso o numero de millimetros entre esses dois pontos, e entra-se com esse numero no processo geometrico para se conhecer a fracção de segundo que medeiou entre a estimulação do musculo e o principio da contracção, ficando assim determinado o tempo correspondente á perguiça muscular.

Obtido o registro da curva no cylindro defumado, é preciso passar este desenho para uma tira de papel gelatina, sem o que mal poderiamos obter a sua copia, donde podesse-mos tirar as competentes medições. Mette-se o cylindro com a curva registrada num cavallete (Fig. 7.ª), que o abraça no eixo, deixando-lhe livre a rotação; e faz-se correr a superficie defumada no papel gelatina convenientemente humedecido; o qual se guarda depois entre duas laminas de vidro até se seccar. D'este modo obtemos um desenho que se presta com facilidade a qualquer uso a que o destinemos.

(*Fig.* 7.ª)



O mencionado cavallete (Fig. 7.ª) tambem serve para defumarmos o cylindro. Para esse fim tem do lado posterior do eixo uma rodella de madeira, que, tocada com o dedo, communica ao mesmo cylindro um movimento de rotação. Com este movimento defuma-se com promptidão sobre a chama da terebenthina, ou do petroleo, e até mesmo do pavio de cera. As disposições d'este cylindro permittem que o passemos commodamente do cavallete para o myographo sem lhe tocarmos na superficie defumada.

Não será preciso descer a mais particularidades para se conhecer o mecanismo do apparelho, a facilidade com que se obtêm os seus registros, e o grau de precisão d'este processo experimental.

COSTA SIMÕES.

N.B.— Na pagina 226, columna 2.ª, linha 40, n.º 10, em logar de—*com um simples lamiré ou metronomo*—deve lêr-se—*com um simples metronomo.*

THEORIA DOS DETERMINANTES

(Concluido de paginas 231)

Vamos apresentar sem demonstração o modo de formar o determinante parcial $A^{\lambda}_{\varkappa}$ por meio do determinante A; demonstração que facilmente se deduz do que fica exposto.

«Do determinante A tira-se o determinante parcial $A^{\lambda}_{\varkappa}$ em relação ao seu valor absoluto, quando se supprimem em A todos os elementos que estão com $a^{\lambda}_{\varkappa}$ na mesma linha horisontal e vertical. O signal será positivo ou negativo segundo $(\varkappa+\lambda)$ for um numero par ou impar.»

Ponha-se na equação (7), na qual seja $\varkappa = n$, $a_n{}^n + p$ em vez de $a_n{}^n$; a equação converter-se-ha em:

$$\left\{\begin{matrix} a_0{}^0,\ a_1{}^0, \ldots a_n{}^0 \\ a_0{}^1,\ a_1{}^1, \ldots a_n{}^1 \\ \ldots\ldots\ldots\ldots \\ a_0{}^n,\ a_1{}^n, \ldots (a_n{}^n + p) \end{matrix}\right\} = A_0{}^n\, a_0{}^n + A_1{}^n\, a_1{}^n + \ldots A_n{}^n\, a_n{}^n + A_n{}^n\, p = A + A_n{}^n\, p,$$

ou em

$$(16)\ \ldots\ldots \left\{\begin{matrix} a_0{}^0,\ a_1{}^0, \ldots a_n{}^0 \\ a_0{}^1,\ a_1{}^1, \ldots a_n{}^1 \\ \ldots\ldots\ldots\ldots \\ a_0{}^n,\ a_1{}^n, \ldots (a_n{}^n + p) \end{matrix}\right\} = \Sigma \pm a_0{}^0\, a_1{}^1 \ldots a_n{}^n + p\, \Sigma \pm a_0{}^0\, a_1{}^1 \ldots a_{n-1}{}^{n-1}.$$

As equações (6) até (9) servem para resolver dois systemas de equações lineares com as $(n+1)$ incognitas $x_0, x_1 \ldots x_n$ e as $(n+1)$ $Y_0, Y_1 \ldots Y_n$, as quaes equações, na hypothese de λ representar os numeros $0,1 \ldots n$, tambem se escrevem da forma abreviada:

$$(17)\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ X_\lambda = a_0{}^\lambda\, x_0 + a_1{}^\lambda\, x_1 + \ldots a_n{}^\lambda\, x_n.$$

$$(18)\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ y_\lambda = a_\lambda{}^0\, Y_0 + a_\lambda{}^1\, Y_1 + \ldots a_\lambda{}^n\, Y_n.$$

Multiplique-se por $A^{\lambda}_{\varkappa}$; ponham-se em vez de λ todos os numeros $0,1 \ldots n$; e somme-se; ou então multiplique-se (18) por $A^{\varkappa}_{\lambda}$, pondo em vez de λ todos os numeros $0,1 \ldots n$; e somme-se; obteremos, attendendo ás formulas de (6) a (9):

$$(19)\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ Ax_\varkappa = A_\varkappa{}^0\, X_0 + A^1{}_\varkappa\, X_1 + \ldots A_\varkappa{}^n\, X_n.$$

$$(20)\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ AY_\varkappa = A_0{}^\varkappa y_0 + A_1{}^\varkappa y_1 + \ldots A_n{}^\varkappa y_n.$$

Estas duas equações representam ainda dois systemas de equações, nas quaes $\varkappa$ representa os numeros $0,1 \ldots n$; e dão os valores das incognitas $x_\varkappa$ como expressões lineares de $X_\varkappa$, e os valores das incognitas $Y_\varkappa$ como expressões lineares de $y_\varkappa$.

Os dois systemas de equações lineares (17) e (18) tem os mesmos $(n+1)^2$ coefficientes $a^{\lambda}_{\varkappa}$ das incognitas, mas com uma disposição differente. Cada $\varkappa$.ª linha horisontal de coefficientes num dos systemas é exactamente a $\varkappa$.ª linha vertical no outro. O mesmo acontece nas equações explicitas (19) e (20), como evidentemente se vê do seu exame. Por isso, para fazer a eliminação, usa-se tão sómente de um dos systemas (17) e (18). A resolução do outro deduz-se por si mesma em virtude do que acabamos de dizer.

As equações (19) e (20) tomam a forma mais simples:

$$(21)\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ x_\varkappa = e_\varkappa{}^0\, X_0 + e_\varkappa{}^1\, X_1 + \ldots e_\varkappa{}^n\, X_n,$$

(22) ..... $Y_{\varkappa} = e_0^{\varkappa} y_0 + e_1^{\varkappa} y_1 + \ldots e_n^{\varkappa} y_n,$

quando por brevidade se faz $\frac{A_{\varkappa}^{\lambda}}{A} = e_{\varkappa}^{\lambda}$. Pode pois estabelecer-se a regra seguinte:

(23) ... *Quando* (21) *são as soluções do systema linear de equações* (17), *tambem* (22) *são as soluções do systema de equações lineares* (18).

Para examinar um caso especial, supponha-se que para todos os valores de $\varkappa$ e λ seja $a_{\varkappa}^{\lambda} = a_{\lambda}^{\varkappa}$, e assim a $\varkappa$.ª linha horisontal de coefficientes em (17) torna-se egual á $\varkappa$.ª linha vertical nas mesmas equações; e estas equações, abstrahindo da letra por que representa mos as incognitas, convertem-se em (18), quando se faz $X_{\lambda} = y_{\lambda}$. Mas nesta hypothese os valores das incognitas, que são expressos por (21) e (22), devem ser respectivamente eguaes, quaesquer que sejam os valores de $X_{\lambda} = y_{\lambda}$; e assim se deduz, pela comparação de (21) com (22), que tambem $e_{\varkappa}^{\lambda} = e_{\lambda}^{\varkappa}$. Chega-se tambem ao mesmo resultado pela comparação das equações (6) ou (8) respectivamente com as equações (7) ou (9). As dictas equações (6) ou (8) representam um systema completo de $(n+1)$ equações, quando $\lambda = 0,1 \ldots n$.

As equações (7) ou (9) representam um segundo systema, na mesma hypothese. Se no primeiro systema considerarmos como incognitas $A_{\varkappa}^{0}, A_{\varkappa}^{1} \ldots A_{\varkappa}^{n}$, e $A_0^{\varkappa}, A_1^{\varkappa} \ldots A_n^{\varkappa}$ no segundo, teremos dois systemas de equações lineares, que simplesmente se distinguem pela notação das incognitas quando para todos os valores de $\varkappa$ e λ é $a_{\varkappa}^{\lambda} = a_{\lambda}^{\varkappa}$. Donde se segue $A_{\varkappa}^{0} = A_0^{\varkappa}$, $A_{\varkappa}^{1} = A_1^{\varkappa} \ldots A_{\varkappa}^{n} = A_n^{\varkappa}$, em virtude do que será, como em cima, $e_{\varkappa}^{\lambda} = e_{\lambda}^{\varkappa}$.

As equações lineares apresentam-se do modo descripto, quando se introduzem novas variaveis em vez dos quocientes differenciaes parciaes de uma funcção homogenea de segunda ordem. Então designe-se a somma $\Sigma\, a_{\varkappa}^{\lambda}\, x_{\varkappa}\, x_{\lambda}$, que é uma funcção de segunda ordem em relação ás variaveis $x_0, x_1 \ldots x_n$, com a notação:

(24) ..... $f(x_0, x_1, \ldots x_n) = \Sigma\, a_{\varkappa}^{\lambda}\, x_{\varkappa}\, x_{\lambda},$

assim podem-se (*), pela introducção de novas variaveis $X_{\varkappa}$ e na hypothese de ser $a_{\varkappa}^{\lambda} = a_{\lambda}^{\varkappa}$, representar tambem as equações (17) da seguinte forma:

(25) ..... $X_{\varkappa} = \frac{1}{2} f'(x_{\varkappa}).$

Se definirmos a funcção F como a somma:

(26) ..... $F(X_0, X_1, \ldots X_n) = \Sigma\, e_{\varkappa}^{\lambda}\, X_{\varkappa}\, X_{\lambda},$

(*) A equação (17) para $\lambda = \varkappa$ dá $X_{\varkappa} = a_0^{\varkappa} x_0 + a_1^{\varkappa} x_1 \ldots a_n^{\varkappa} x_n = \Sigma\, a_{\lambda}^{\varkappa}\, x_{\lambda}$, fazendo no sommatorio $\lambda = 0,1 \ldots n$; e (17) pode escrever-se $X_{\lambda} = \Sigma\, a_{\varkappa}^{\lambda}\, x_{\varkappa}$, fazendo $\varkappa = 0,1 \ldots n$. Mas derivando (24) vem $f'(x_{\varkappa}) = \Sigma\,(a_{\varkappa}^{\lambda} x_{\varkappa} + a_{\varkappa}^{\lambda} x_{\lambda}) = X_{\varkappa} + X_{\lambda}$ em virtude de seu $a_{\varkappa}^{\lambda} = a_{\lambda}^{\varkappa}$, mas como $\varkappa$ e λ hão de ter todos os valores $0,1 \ldots n$ será $f'(x_{\varkappa}) = 2 X_{\varkappa}$.

na qual é $e_{\varkappa}^{\lambda} = e_{\lambda}^{\varkappa}$, as soluções (21) das equações (25) tomam do mesmo modo uma forma simples, a saber:

(27) ..... $x_{\varkappa}^{\nu} = \frac{1}{2} F'(X_{\varkappa})$.

Estas considerações podem resumidamente encerrar-se na regra (Sätze) seguinte:

(28) ... *Quando se resolvem equações lineares da forma* (25), *tambem se representam as equações resolvidas sob a forma* (27).

A funcção F chama-se a *funcção reciproca* da funcção f, e f a funcção reciproca de F. Em virtude do que precede é facil ver como uma das funcções se pode deduzir da outra.

Do modo por que em (6) e (7) representamos o determinante A podem ainda deduzir-se outras regras (Sätze). Pode-se notar naquellas expressões, que A se converte em ρA, quando em vez de $a_{\varkappa}^{0}, a_{\varkappa}^{1}, \ldots a_{\varkappa}^{n}$ se substituem respectivamente $\rho a_{\varkappa}^{0}, \rho a_{\varkappa}^{1} \ldots \rho a_{\varkappa}^{n}$; ou quando em vez de $a_{0}^{\varkappa}, a_{1}^{\varkappa} \ldots a_{n}^{\varkappa}$ se substituem $\rho a_{0}^{\varkappa}, \rho a_{1}^{\varkappa} \ldots \rho a_{n}^{\varkappa}$. D'onde se deduz a seguinte regra:

(29) ... *Quando se multiplicam pelo mesmo factor todos os elementos de uma linha horisontal ou todos os elementos de uma linha vertical, o determinante converte-se no producto do determinante pelo dicto factor.*

Se em (6) substituirmos $a_{\varkappa}^{0} + \rho a_{\lambda}^{0}, a_{\varkappa}^{1} + \rho a_{\lambda}^{1}, \ldots a_{\varkappa}^{n} + \rho a_{\lambda}^{n}$ respectivamente em vez de $a_{\varkappa}^{0}, a_{\varkappa}^{1} \ldots a_{\varkappa}^{n}$, a equação não mudará, porque o factor de ρ no segundo membro da equação annulla-se em virtude de (8). Do mesmo modo se vê que a equação (7) não muda attendendo a (9), quando nella se substitue $a_{0}^{\varkappa} + \rho a_{0}^{\lambda}, a_{1}^{\varkappa} + \rho a_{1}^{\lambda} \ldots a_{n}^{\varkappa} + \rho a_{n}^{\lambda}$. Tambem estas considerações se podem exprimir pela regra seguinte:

(30) ... *O determinante não muda, quando se junctam aos elementos de uma das suas linhas horisontaes ou verticaes, os elementos correspondentes de uma outra linha horisontal ou vertical multiplicados por um mesmo factor.*

Em virtude d'isto podem-se tambem augmentar os elementos de uma linha horisontal ou vertical com os elementos correspondentes de muitas outras linhas horisontaes ou verticaes, multiplicadas cada uma d'estas linhas por um qualquer factor, sem que por isso se altere o determinante.

Depois de termos exposto no que precede as propriedades de um determinante, vamos agora apresentar em relação a muitos determinantes a regra fundamental da theoria dos determinantes, chamada *Theorema da multiplicação:*

(31) ... *Quando* $C = \Sigma \pm c_{0}^{0}\, c_{1}^{1} \ldots c_{n}^{n}$ e $A = \Sigma \pm a_{0}^{0}\, a_{1}^{1} \ldots a_{n}^{n}$, $B = \Sigma \pm b_{0}^{0}\, b_{1}^{1} \ldots b_{n}^{n}$,

tambem é $C = A.B$, na hypothese *de ser:*

$$c_{\varkappa}^{\lambda} = a_{0}^{\varkappa}\, b_{0}^{\lambda} + a_{1}^{\varkappa}\, b_{1}^{\lambda} + \ldots a_{n}^{\varkappa}\, b_{n}^{\lambda}.$$

A condição d'esta regra pode exprimir-se mais simplesmente do modo seguinte:

$$c_{\varkappa}^{\lambda} = \Sigma_{m}\, a_{m}^{\varkappa}\, b_{m}^{\lambda}$$

Em virtude d'isto o primeiro termo positivo do determinante, formado com os elementos c_{ν} é:

$$c_{0}^{0}\, c_{1}^{1} \ldots c_{n}^{n} = \Sigma_{m_{0}}\, a_{m_{0}}^{0}\, b_{m_{0}}^{0} \cdot \Sigma_{m_{1}}\, a_{m_{1}}^{1}\, b_{m_{1}}^{1} \ldots \Sigma_{m_{n}}\, a_{m_{n}}^{n}\, b_{m_{n}}^{n}$$

onde cada um dos indices $m_0, m_1 \ldots m_n$ representa todos os numeros $0,1 \ldots n$. Esta equação pode tambem representar-se do seguinte modo:

$$c_0^0\ c_1^1 \ldots c_n^n = \Sigma_{m_0\ m_1 \ldots m_n}\left(a^0_{m_0}\ a^1_{m_1} \ldots a^n_{m_n} \cdot b^0_{m_0}\ b^1_{m_1} \ldots b^n_{m_n}\right).$$

D'este primeiro termo do determinante derivam pois todos os seus restantes termos pela permutação dos indices inferiores do elemento c. Mas por este processo simplesmente se devem permutar dentro do sommatorio os indices superiores do elemento a, em quanto que os indices do elemento b ficam sem mudança alguma (*). Em virtude d'isto temos:

$$\Sigma \pm c_0^0\ c_1^1 \ldots c_n^n = \Sigma_{m_0\ m_1 \ldots m_n}\left[\left(\Sigma \pm a^0_{m_0}\ a^1_{m_1} \ldots a^n_{m_n}\right) . b^0_{m_0}\ b^1_{m_1} \ldots b^n_{m_n}\right].$$

Em virtude de (5) annulla-se o determinante $\Sigma \pm a^0_{m_0}\ a^1_{m_1} \ldots a^n_{m_n}$, todas as vezes que dois dos indices $m_0, m_1 \ldots m_n$ são eguaes, e com elle os termos correspondentes da somma do segundo membro da ultima equação. Por isso tambem nesta somma desapparecem os termos, em que são eguaes entre si dois ou mais indices $m_0, m_1 \ldots m_n$, quando cada um d'estes indices designa os numeros $0,1 \ldots n$ em qualquer ordem.

Mas nesta hypothese, de $m_0, m_1 \ldots m_n$ designarem $0,1 \ldots n$ em qualquer ordem, é em virtude de (4) $\Sigma \pm a^0_{m_0}\ a^1_{m_1} \ldots a^n_{m_n} = \pm \Sigma \pm a_0^0\ a_1^1 \ldots a_n^n$, segundo que a permutação $m_0\ m_1 \ldots m_n$ for derivada da permutação $0\,1 \ldots n$ por um numero par ou impar de permutações. Portanto, em vez do mencionado determinante, substitua-se na ultima equação o seu valor ultimamente dado, e affecte-se com o signal $\pm$ d'este valor o producto $b^0_{m_0}\ b^1_{m_1} \ldots b^n_{m_n}$, e assim obtemos:

$$\Sigma \pm c_0^0\ c_1^1 \ldots c_n^n = \Sigma \pm a_0^0\ a_1^1 \ldots a_n^n . \Sigma_{m_0\ m_1 \ldots m_n} \pm b^0_{m_0}\ b^1_{m_1} \ldots b^n_{m_n}.$$

Mas aqui, como se viu, $m_0, m_1 \ldots m_n$, representam os numeros $0,1 \ldots n$ numa ordem qualquer, e o producto $b_{m_0}\ b^1_{m_1} \ldots b^n_{m_n}$ tem na equação o signal positivo ou negativo, segundo que a permutação $m_0\ m_1 \ldots m_n$ foi deduzida da permutação $0\,1 \ldots n$ por um numero par ou impar de permutações de dois indices, portanto é $\Sigma_{m_0\ m_1 \ldots m_n} \pm b^0_{m_0}\ b^1_{m_1} \ldots b^n_{m_n} = \Sigma \pm b_0^0\ b_1^1 \ldots b_n^n$, e segue-se:

$$\Sigma \pm c_0^0\ c_1^1 \ldots c_n^n = \Sigma \pm a_0^0\ a_1^1 \ldots a_n^n . \Sigma \pm b_0^0\ b_1^1 \ldots b_n^n.$$

O theorema da multiplicação que se acaba de demonstrar serve, alem de outras coisas, para transformar certas formas de funcções, que vamos apresentar. Sejam:

$$a^0, a^1, \ldots a^n$$

quaesquer $(n+1)$ funcções dadas de egual numero de variaveis $x_0, x_1, \ldots x_n$. Substituamos em vez d'estas $(n+1)$ variaveis egual numero de outras novas variaveis $y_0, y_1 \ldots y_n$. Mas em vez das primeiras substituamos funcções das ultimas do seguinte modo:

$$x_0 = f_0(y),\ x_1 = f_1(y) \ldots x_n = f_n(y).$$

(*) Porque o dicto primeiro termo deduz-se de $c^\lambda_\varkappa = \Sigma_m\ a^\varkappa_m\ b^\lambda_m$, e o determinante deriva d'esta expressão, fazendo $\varkappa$ e λ eguaes a $0,1 \ldots n$ e permutando só os indices $\varkappa$.

Então cada uma das funcções primitivas a^λ tem os quocientes differenciaes parciaes

$$\frac{\delta a^\lambda}{\delta x_\varkappa} \text{ e } \frac{\partial a^\lambda}{\delta y_\varkappa},$$

se designarmos respectivamente cada um d'estes quocientes por $a^\lambda_\varkappa$ e $c^\lambda_\varkappa$, será (*):

$$c^\lambda_\varkappa = a^\lambda_0 \frac{\delta x_0}{\delta y_\varkappa} + a^\lambda_1 \frac{\delta x_1}{\delta y_\varkappa} + \ldots a^\lambda_n \frac{\delta x_n}{\delta y_\varkappa}.$$

Se fizermos $\frac{\delta x_\mu}{\delta y_\varkappa} = b^\varkappa_\mu$, tornar-se-ha esta ultima equação na equação de condição do theorema da multiplicação (31), em virtude do qual theorema temos evidentemente:

$$(31') \quad \ldots\ldots \Sigma \pm \frac{\delta a^0}{\delta y_0} \cdot \frac{\delta a^1}{\delta y_1} \cdots \frac{\delta a^n}{\delta y_n} = \Sigma \pm \frac{\delta a^0}{\delta x_0} \cdot \frac{\delta a^1}{\delta x_1} \cdots \frac{\delta a^n}{\delta x_n} \cdot \Sigma \pm \frac{\delta x_0}{\delta y_0} \cdot \frac{\delta x_1}{\delta y_1} \cdots \frac{\delta x_n}{\delta y_n}.$$

Na transformação de muitos integraes apresentam-se muitas expressões determinantes como aquella de que se formou esta equação. Estas funcções têm uma denominação commum.

A saber: sejam dadas m funcções de um egual numero de variaveis dadas, então chama-se *determinante funccional* o determinante formado com os m^2 quocientes differenciaes parciaes d'estas funcções. Se transformarmos as m funcções dadas por meio de uma substituição qualquer de egual numero de novas variaveis, teremos alem do dicto determinante funccional um determinante funccional da substituição e um determinante funccional da funcção dada, depois de transformada. Entre elles subsiste a equação (31'), á qual se pode dar mais largo emprego com o seguinte enunciado:

(32) ... *O determinante funccional da funcção dada transformada é egual ao producto do determinante funccional da substituição e do determinante funccional da funcção dada.*

Em virtude do theorema (31) pode-se representar como um determinante o producto de dois determinantes. Os quocientes differenciaes parciaes do primeiro, tomados em relação aos seus elementos, podem-se exprimir por meio dos quocientes differenciaes parciaes dos factores, da maneira indicada na seguinte regra:

(33) ... *Quando* $C = \Sigma \pm c^0_0\ c^1_1 \ldots c^n_n$ e $A = \Sigma \pm a^0_0\ a^1_1 \ldots a^n_n$, $B = \Sigma \pm b^0_0\ b^1_1 \ldots b^n_n$, *então é, na hypothese de ser:*

$$c^\lambda_\varkappa = a^\varkappa_0\ b^\lambda_0 + a^\varkappa_1\ b^\lambda_1 + \ldots a^\varkappa_n\ b^\lambda_n,$$

não só $C = A.B$, *mas tambem:*

$$\frac{\delta C}{\delta c^\lambda_\varkappa} = \frac{\delta A}{\delta a^\varkappa_0} \cdot \frac{\delta B}{\delta b^\lambda_0} + \frac{\delta A}{\delta a^\varkappa_1} \cdot \frac{\delta B}{\delta b^\lambda_1} + \ldots \frac{\delta A}{\delta a^\varkappa_n} \cdot \frac{\delta B}{\delta b^\lambda_n}.$$

(*) $$c^\lambda_\varkappa = \frac{\delta a^\lambda}{\delta y_\varkappa} = \frac{\delta a^\lambda}{\delta x_\varkappa} \cdot \frac{\delta x_\varkappa}{\delta y_\varkappa} = \frac{\delta a^\lambda}{\delta x_0} \cdot \frac{\delta x_0}{\delta y_\varkappa} + \frac{\delta a^\lambda}{\delta x_1} \cdot \frac{\delta x_1}{\delta y_\varkappa} + \ldots \frac{\delta a^\lambda}{\delta x_n} \frac{\delta x_n}{\delta y_\varkappa} = a^\lambda_0 \frac{\delta x_0}{\delta y_\varkappa} + a^\lambda_1 \frac{\delta x_1}{\delta y_\varkappa} + \ldots a^\lambda_n \frac{\delta x_n}{\delta y_\varkappa}.$$

Em virtude de (7) e (10) representa-se o determinante C do modo seguinte:

$$C = \frac{\delta C}{\delta c_0^\lambda} c_0^\lambda + \frac{\delta C}{\delta c_1^\lambda} c_1^\lambda + \cdots \frac{\delta C}{\delta c_n^\lambda} c_n^\lambda.$$

Mas como o elemento b_μ^λ se contém só nos elementos c_0^λ, $c_1^\lambda \ldots c_n^\lambda$ do determinante $C = A.B$, obtem-se pela differenciação em ordem a b_μ^λ da equação dada (*):

$$A \frac{\delta B}{\delta b_\mu^\lambda} = \frac{\delta C}{\delta c_0^\lambda} a_\mu^0 + \frac{\delta C}{\delta c_1^\lambda} a_\mu^1 + \cdots \frac{\delta C}{\delta c_n^\lambda} a_\mu^n.$$

Multiplicando esta equação por $A_\mu^\varkappa$, e fazendo μ successivamente egual a $0,1 \ldots n$ e sommando, acontecera em virtude de (9) e (7) que se annullam todos os termos do segundo membro da somma, com excepção (**) d'aquelle termo que contém o factor $\frac{\delta C}{\delta c_\varkappa^\lambda}$, sendo o factor d'este egual a A em virtude de (7). Por isso temos:

$$A\left[A_0^\varkappa \frac{\delta B}{\delta b_0^\lambda} + A_1^\varkappa \frac{\delta B}{\delta b_1^\lambda} + \cdots A_n^\varkappa \frac{\delta B}{\delta b_n^\lambda}\right] = A \frac{\delta C}{\delta c_\varkappa^\lambda},$$

equação que, com a supressão do factor de A e a introducção da notação (10), demonstra a segunda parte da regra (33).

A consideração de que a ultima equação de (33) é completamente formada dos quocientes differenciaes parciaes dos determinantes A, B, C, e de que a equação de condição da mesma regra é formada dos elementos dos mesmos determinantes, não só concorre para a mais facil comprehensão da regra, mas dá tambem occasião a poderem-se deduzir outras regras mais geraes.

O quociente differencial parcial $\frac{\delta C}{\delta c_\varkappa^\lambda}$ apresenta-se como a somma dos quadrados, quando os elementos do determinante A se tornam eguaes aos elementos correspondentes do determinante B.

A regra (33) estende-se ainda aos quocientes differenciaes de uma ordem mais elevada de tres determinantes.

JOSÉ FALCÃO.

(*) $c_\varkappa^\lambda = a_\mu^\varkappa b_\mu^\lambda$ fazendo $\mu = 0,1 \ldots n$; e $A \frac{\delta B}{\delta b_\mu^\lambda} = \frac{\delta C}{\delta c_\varkappa^\lambda} \cdot \frac{\delta c_\varkappa^\lambda}{\delta b_\mu^\lambda} = \frac{\delta C}{\delta c_\varkappa^\lambda} a_\mu^\varkappa$, mas como devo differenciar em relação aos elementos de C, que são c_0^λ, $c_1^\lambda \ldots c_n^\lambda$, devo fazer nesta ultima equação $\varkappa = 0,1 \ldots n$.

(**) Porque este termo fica $\frac{\delta C}{\delta c_\varkappa^\lambda} a_\mu^\varkappa A_\mu^\varkappa$, o qual fazendo $\mu = 0,1 \ldots n$, dá o segundo membro de (7) que é egual a A, e não o segundo membro de (9) que é nullo.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

A ALGUEM

Tens razão: vale uma c'rôa
Essa fronte de rainha;
Essa fronte esculptural,
Onde um diadema real
Quasi, ao vel-a, se adivinha!

Tens razão: esse teu collo
Devem cingil-o diamantes:
Embora percam a luz
Ante o brilho, que seduz,
De teus olhos chammejantes!

Tens razão: eu era louco,
Era mais que visionario!
Erguer a vista, e cuidar
Que era licito fitar
Esse teu peito — um sacrario!

Vê tu que loucura a minha!
Vê que ousadia tão alta!
Agora, que meditei,
Confesso que nem eu sei
Como esta mente se exalta!

Tem d'estas coisas quem ama!
Quem não reflecte e não pensa
Que é nada ter coração;
Que entre a vaidade e a paixão
Pode haver distancia immensa!

Que tinha eu para dar-te?
Tinha amor?! Que fossilismo!
Que escandecido ideal!
Fallar agora de tal
Em tempos de scepticismo!

Amor! Quem nisso acredita?..
Ouro sim, que esse é palpavel!
Tu fazes portanto bem:
Tu amas quem ouro tem,
E eu tenho... orgulho indomavel!

Nada mais: bem vês que é pouco!
Comprem lá com isso galas,
Rendas, velludo, setim,
Que teus hombros de marfim
Ostentem á luz das salas!

Esses teus hombros tão bellos,
Polidos como alabastro!
Creio até — não vás tu rir —
Que só os devem cobrir
Os raios puros d'um astro!

Não rias, não, que é verdade,
Não zombo da formosura:
E é tanta a belleza em ti,
Que eu juro que nunca a vi
Mais deslumbrante e mais pura!...

.....
.....
.....
.....
.....

Justo é pois: quebre-se o encanto,
Seja meu sonho desfeito!
Talvez mais tarde, talvez,
Sintas n'alma a languidez,
E o tedio te invada o leito!...

Que importa isso?... O teu leque
Disfarça bem um bocejo!
Nos bailes, quem te vir lá
Por certo não saberá
Se não tem fogo um teu beijo!

Quem falla de sentimento?!
Linda palavra em poesia,
Porém na vida... Meu Deus,
Que devaneios os meus!
Quem d'elles se não riria?!

Foi, certo, loucura minha!
E que ousadia tão alta!
Agora, que meditei,
Confesso eu proprio: não sei
Como esta mente se exalta!

1871. LUIZ CARLOS.

DOIS HISTORIADORES MODERNOS

Augustin Thierry — Prescott

(Concluido de paginas 238)

II

Os serviços prestados á sciencia por Augustin Thierry foram importantissimos; o seu nome, um dos primeiros do seculo, é dos que menos hão de perder com a censura da posteridade; a sua gloria assenta em fundamentos inabalaveis. Mas o exemplo da sua vida, d'essa existencia combatida de tantos e tão implacaveis flagellos, e todavia tão serena, tão constante, e de tão sancta edificação, não é menos digno de ser considerado. O historiador dos Normandos, o resuscitador dos primeiros Merovingianos, o excellente aprecia-

dor dos narradores e dos criticos da historia de França, o descobridor da lei historica que tem regido o desenvolvimento politico, social e territorial da nação franceza, foi, do primeiro ao ultimo dia da sua trabalhada peregrinação terrestre, um homem de bem e um espirito profundamente religioso. Os nossos vindouros, quando pronunciarem o seu nome com a veneração que exige a sua grande memoria, não se limitarão a invocar os seus titulos litterarios. Os titulos moraes, particularmente a sua resignação verdadeiramente christã, hão de valer, sem dúvida, pelo menos tanto como os primeiros.

Igual harmonia nos offerece o exame da vida e dos escriptos de William Prescott. Quem lê attentamente qualquer das suas obras, a *Historia da conquista do Mexico,* por exemplo, conhece logo que o auctor é uma alma bem formada, um espirito sensato, profundamente humano, imparcial e religioso. As crenças de Prescott estavam muito longe de ser orthodoxas. Segundo a relação do seu biographo, um dos mais distinctos litteratos da America, e amigo de infancia do historiador, George Ticknor, o exame rigoroso a que elle, por duas vezes, submetteu os fundamentos da fé christã tinha arreigado no seu espirito os principios da doutrina de Channing. Mas a fé dos unitarios, pouco fundada, assim como a das outras seitas protestantes, porém mais logica e d'ahi mais satisfactoria, contém, apesar dos seus erros, o germen inspirador das altas crenças e das puras virtudes christãs. De muitas d'estas foi Prescott, em toda a sua vida, um exemplar acabado.

A todos commove, e deve commover, a sancta resignação de Thierry. Um homem de genio, que se vê atacado e vencido da cegueira, no meio dos mais importantes trabalhos, quando parecia sorrir-lhe no horisonte do seu futuro um largo periodo de gloriosa applicação, e que não desanima, não solta um queixume, e prosegue, com os meios que Deus se dignava conservar-lhe, na carreira que tinham pisado os seus primeiros passos, dá aos contemporaneos, e lega á posteridade, um exemplo admiravel. Mas, aqui, bem como no campo litterario, o historiador americano não fica atrás do seu émulo europeu. Antes, pelo contrario, se, em factos d'esta ordem, não fosse, de certo modo, uma profanação o pesar merecimentos, a victoria deveria talvez pertencer a Prescott.

Com effeito, Thierry era já homem quando se viu forçado a renunciar á leitura. A sua vida anterior, os seus estudos, a consciencia que elle seguramente tinha do valor da obra que estava terminando, tudo devia dar-lhe uma grande força moral. Prescott foi, neste particular, muito menos protegido. Os seus padecimentos, causados por um desastre que lhe succedera ainda no collegio, e interrompidos, depois d'esta epocha, por um periodo de dois annos de apparente restabelecimento, findo o praso de misericordia, renovaram-se, com tamanha intensidade e com tão pronunciado caracter, que o deixaram, aos dezenove annos de idade, sem a minima esperança.

Mas Deus sabe medir as provações á força das nossas almas. Ainda nos golpes mais severos é visivel a sua mão providencial. Prescott tinha uma grande alma, tão resignada, que, durante os seus mais agudos e intoleraveis soffrimentos, nunca entrava sua mãi no escuro aposento por elle habitado que não ouvisse dos seus labios algumas palavras joviaes e consoladoras; tão generosa, que, por muitos annos, ninguem lhe ouviu pronunciar o nome do condiscipulo que o havia ferido involuntariamente, a ponto de chegarem a julgar os seus amigos que elle não sabia de que mão lhe tinha vindo o golpe fatal. Mas era ainda quasi uma criança. A cegueira completa teria porventura levado a melhor da sua constancia. Não o permittiu Deus. Até ao fim da sua vida, Prescott pôde ver os semblantes dos que lhe eram queridos, e contemplar as maravilhas da natureza. Quasi todos os dias podia ler, cinco minutos, um quarto de hora, nunca mais de meia hora: espaço mesquinho para os que temos vista, precioso para os desgraçados como elle. Finalmente, um aparelho engenhoso, conhecido pelo nome de *noctographo,* cuja descripção é feita minuciosamente por George Ticknor, habilitava-o a escrever por sua mão. Não via os caracteres que traçava; mas, inda assim, este instrumento era-lhe extremamente vantajoso. Graças a elle, Prescott nunca se viu obrigado a dictar.

Os que não crêem na Providencia poderão taxar de singulares as precedentes reflexões. Mas, sem embargo, vou citar outro facto ainda mais decisivo. Um dos olhos de Prescott era inteiramente inutil. O outro, que prestava algum serviço, soffreu, nos ultimos annos da vida do historiador, enfraquecimento sensivel. Não só diminuiu consideravelmente o espaço em que era possivel applical-o á leitura, mas os objectos que se lhe achavam expostos iam-se tornando cada vez menos distinctos. Ao mesmo tempo começaram a denunciar-se uns symptomas de surdez que levaram a consternação ao animo dos seus parentes e dos seus amigos. Que vida a d'aquelle nobre espirito, do homem bondoso e amavel, cujo tracto era um encanto para todos, quando se lhe tivessem inutilisado os dois orgãos informadores do mundo exterior! Que pavorosa união havia de ser essa de um espirito ardente e de um organismo mutilado, que não serviria senão para prolongar os mais acerbos padecimentos physicos e moraes! Mas esta ultima e mais que todas horrenda calamidade desviou-a de sobre a cabeça do historiador uma filha do

céu, que a todos, justos e peccadores, cedo ou tarde, nos visita. Antes que a cegueira e a surdez consummassem a sua obra destructiva, William Prescott deixou este mundo, na idade de sessenta e dois annos.

Comprehende-se agora o motivo por que eu disse que o merecimento particular dos dois historiadores, como artistas, podia ser explicado pelas circumstancias que acompanharam a composição das suas obras. Como se vê, Prescott nunca viveu em trevas completas. Tendo reconhecido, quando, depois do seu casamento, se achou em excellente situação de fortuna, que a applicação intellectual era para elle uma condição essencial de felicidade, resolveu consagrar a sua vida a trabalhos historicos, e, após algum tempo de hesitação entre a historia litteraria e a historia civil, preferiu esta. Mas, com um escrupulo de consciencia que lhe é extremamente honroso, entendeu que, antes de começar a occupar-se de um assumpto especial, devia preparar-se para o tractar dignamente, por meio de estudos preliminares, que o familiarizassem a elle com a historia da antiguidade e de todos os estados da Europa moderna, e com os correspondentes monumentos litterarios. As suas leituras, bem longe de ser restrictas a um paiz, ou a um grupo de conhecimentos, comprehenderam, não só as obras litterarias propriamente ditas, mas, com estas, os systemas philosophicos, as legislações, os tractados politicos, numa palavra, tudo, inclusivamente a rhetorica e os elementos das sciencias.

Com uma tão longa e laboriosa iniciação, e com o vagar que lhe era indispensavel para compôr, não admira que a sua apparição perante o publico se demorasse muito. Ticknor, a quem a litteratura hespanhola deve uma excellente historia, chamou a attenção do seu amigo para a lingua de Cervantes. Prescott estudou-a com vivo ardor e prompto aproveitamento, e, por meio d'ella, descobriu o assumpto que, havia muito, procurava. D'ahi a *Historia do reinado de Fernando e Isabel,* fructo de dez annos de constante applicação.

A esta succederam, com largos intervallos, as obras já apontadas. Todas se recommendam por qualidades muito apreciaveis e muito raras; mas a *Historia da conquista do Mexico* occupa, no conceito de quasi todos os criticos, o primeiro logar. É neste livro que mais esplendidamente se revela o genio de Prescott. Semelhantemente ao que succedera a Thierry com os *Normandos,* o assumpto d'esta obra quadrava perfeitamente ao historiador americano. Ambos souberam escolher o assumpto que mais lhes convinha, e foram igualmente felizes na maneira por que o tractaram. Por isso, quem quizer confrontar os dois escriptores deve tomar para base da comparação essas obras que são hoje classicas, tanto na Europa como na America.

Nos outros escriptos, Prescott leva vantagem ao auctor dos *Normandos.* Os seus processos de composição, inventados logo que elle começou a occupar-se de lettras, e aperfeiçoados no decurso dos annos, não soffreram nunca modificação importante. Desde os vinte annos, tinham-lhe imposto as suas enfermidades a obrigação de recorrer a certos artificios. Para a leitura dos escriptos que precisava de consultar não podia prescindir de secretario; mas, escrevendo, por meio do *noctographo,* e corrigindo, nos curtos espaços em que lhe era permittido ler, o que tinha escripto, repetindo as revisões tantas vezes quantas eram precisas para chegar ao seu ideal de estylo historico, conseguiu vencer os obstaculos que a cegueira oppõe ao historiador.

Não admira pois que encontremos nas suas obras certa unidade de estylo e de composição, seguramente muito invejavel. Comtudo todas as victorias, ainda as mais decisivas, têm de ser pagas por dolorosos sacrificios. Apesar das grandes bellezas que distinguem o *Mexico,* parece-me que esta obra não se aproxima da perfeição tanto como os *Normandos.* E mais o assumpto favorecia Prescott. Poucos se encontram nos annaes humanos tão simples, tão dramaticos e tão interessantes. Mas, por isso mesmo, creio que é mais digna de admiração a obra do escriptor que soube tirar de um assumpto por todos tido como ingratissimo, de um acervo de factos escuros, constantes de monumentos incompletos, pouco accessiveis, e alguns quasi inteiramente inexplorados, um primor de clareza e de energia, rico de noticias, e, de certo modo, com o caracter de uma revelação.

Resumindo em poucas linhas o resultado de todas estas considerações, póde-se dizer que, se os livros de Thierry foram, depois dos *Normandos,* escriptos por um cego, todos os de Prescott sahiram da penna de um homem quasi cego. A obra principal de Thierry foi composta por elle dos vinte e cinco aos trinta annos; quando appareceu a *Historia do reinado de Fernando e Isabel,* Prescott contava mais de quarenta. As historias d'este ultimo deviam portanto ser mais iguaes, e distinguir-se das de Thierry por um caracter mais pronunciado de madureza. Finalmente, as doenças que os affligiram provaram mais severamente o historiador francez. Prescott, graças a uma vida tão regular, que passava a mania, conservou sempre actividade bastante para sahir a pé e a cavallo, e para fazer viagens a paizes distantes, ao passo que Thierry teve de passar os seus ultimos annos prêso no leito ou numa cadeira de rodas, completamente cego, paralytico e soffrendo incessantemente.

Os trabalhos de historia critica, que devemos á penna de Augustin Thierry, são, como já indiquei, e todos reconhecem, de subido

valor. Mas tudo nos leva a crer que o desventurado escriptor, se Deus lhe tivesse dado outra sorte, teria consagrado com preferencia as suas vigilias a trabalhos de historia narrativa. Este caminho tem seguido Amédée Thierry, que só se distrahiu, um instante e com grande proveito nosso, para escrever o *Quadro do imperio romano;* e o mesmo exemplo offerecem quasi todos os grandes historiadores do seculo. Prescott, pela sua parte, foi sempre fiel ao genero que de principio escolhera. Exceptuando os ensaios que occasionalmente escrevia para a *North American Review,* todos os seus trabalhos foram exclusivamente applicados á historia civil; e tão escrupuloso era em não confundir o que deve ser distincto, que preferia tractar na introducção e nos appendices dos seus livros as questões ethnographicas, religiosas, sociaes e litterarias, que o assumpto lhe propunha, a fundil-as no seu texto, como tão maravilhosamente, e com uma arte incomparavel, fez Thierry nos *Normandos.*

O que este conseguiu é tentador; mas eu creio que o systema de Prescott, em regra, é mais seguro. Hoje, que as sciencias auxiliares da historia têm tomado um grande desenvolvimento, será muito difficil, numa obra que abranja um periodo consideravel, ou que se occupe de factos muito remotos no tempo, tractar o que pertence á historia narrativa juntamente com os dados fornecidos pela archeologia, pela philologia e pela critica, sem que d'ahi resulte certa confusão. O proprio Augustin Thierry seguiu outro systema quando preparou os volumes que contêm, com as *Narrações dos tempos merovingianos,* as *Considerações sobre a historia de França.*

Uma qualidade preciosa se tornava saliente no caracter dos dois historiadores, que em tantos pontos se assemelham, e que, seja dito de relance, sabiam estimar-se reciprocamente, como consta da sua correspondencia, do diario de Prescott e das informações de Ticknor: era a modestia. Seguramente, ambos tinham consciencia do que valiam, mas nenhum procurava exaltar os seus merecimentos, ou consentia que outros o fizessem, affirmando factos pouco exactos. Thierry, tendo em pouco a enorme difficuldade que todos os dias estava vencendo, aconselhava a Prescott que se habituasse a dictar, o que, accrescentava elle, era *facil,* logo que houvesse perseverança; e Prescott, pelo seu lado, tendo visto que a *Edimburg Review* o dava por cego, apressava-se a escrever ao director, rogando-lhe que rectificasse esta noticia, e, não satisfeito com a declaração, repetia-a, no prefacio da *Historia da conquista do Peru,* a todos os seus leitores, insistindo em que a sua enfermidade, apesar de severa, lhe deixava ainda muitos meios de trabalhar.

A modestia tem sido sempre uma qualidade muito amavel, mas é tão rara em nossos dias que me pareceu opportuno o apresentar aqui esta indicação. Mas, se eu fosse a entrar nas considerações que suscita a biographia de Prescott, se procurasse dar aos leitores d'este artigo uma idéa do que foi a vida d'aquelle justo, teria de escrever extensas paginas. Quem sentir o nobre desejo de conhecer de perto o sympathico caracter do historiador americano póde recorrer ao livro[1] em que George Ticknor como que nos apresenta uma photographia do seu amigo: tão minuciosa é a sua relação, e tão amplos são os documentos, correspondencia, diario, notas, informações particulares, em que a fundamenta.

A memoria de Augustin Thierry não recebeu ainda dos seus amigos um tributo tão piedoso. Mas basta ler os prefacios das suas obras, especialmente o dos *Dez annos de estudos historicos,* d'onde extractei as linhas que figuram no principio d'este artigo, para alcançar uma noção exacta do seu nobre caracter, e para ficar conhecendo a sua vida litteraria. Qualquer dos dois historiadores póde ser tomado como guia, não só nas lettras, mas na prática da vida. Os preceitos da moral christã são indispensaveis para alumiar e dirigir o entendimento, mas exemplos d'estes servem efficazmente para fortalecer a vontade. Da mesma sorte, os principios da arte regem inflexivelmente o espirito dos grandes escriptores; mas a sua realisação, isto é, o modelo, deve, quando estudado com independencia, concorrer de modo não menos poderoso para a composição de obras duraveis e verdadeiramente bellas. No campo das lettras historicas não conheço, no seculo actual, escriptos de mais seguro conselho do que os d'esses dois homens, que, vivendo na mesma epocha mas em paizes totalmente differentes, espontaneamente souberam crear o bello e praticar o bem.

LUIZ GARRIDO.

SEMPRE-NOIVA

Chronica eborense

IV

SUCCESSOS IMPREVISTOS

> ...Não olhando que honra havida de mao titulo se torna em infamia.
>
> F. DE MORAES—*Palmeirim de Inglaterra.*

(Continuado de paginas 240)

Mestre João Affonso retirou-se envergonhado, e tanto se doeu do modo por que em publico o tractaram, que, chegando a casa, cahiu fulminado por uma apoplexia.

Um moço imberbe, trovador famoso em desgarradas, aproximou-se e apanhou o papel

[1] *Life of Prescott, by George Ticknor*—Boston.

do chão, onde cahira das mãos do confuso e vencido mestre-eschola; e, sem preambulos, começou logo:

—«Senhor! Muito alto e envencissimo rei! Aos pés de vossa alteza veem supplicantes os moradores d'esta vossa antiga, nobre e sempre leal cidade de Evora, pedir que mandeis acabar a egreja de S. Francisco. A religião, senhor...

—Mestro Pero, disse Matheus Sanches interrompendo o leitor, haveis de metter-me ahi mais umas palavrinhas: «Que nós os moradores e tal e tal pedimos a sua alteza que mande acabar a egreja de S. Francisco por Matheus Sanches, homem sabedor, artifice excellente e mestre d'obras de pedraria.»

Sorriram-se alguns dos circumstantes do despejo com que o pedreiro, simples mesteiral, se inculcava assim mestre d'obras e capaz de concluir uma de conhecida difficuldade. Era, porém, tamanha a ambição que o dominava, que não quiz perder o ensejo que se lhe offerecia de converter em realidade o sonho de todas as noites, a idéa fixa de todas as horas — subir a um posto superior e deixar de ser mandado para mandar aos outros. Acabando por ordem d'el-rei uma obra, como a egreja de S. Francisco, não precisaria de mais para se acreditar. Com aquella especie de real diploma ficaria habilitado para emprehender e dirigir os melhores trabalhos architectonicos de Evora e do mundo todo. Havia naquelle tempo quem soubesse combinar á maravilha o interesse proprio com o geral e requerer conjunctamente o bem do paiz, como hoje diriamos, e um diploma da casa real.

—Agora, Matheus Sanches, disse o barbeiro com severidade, tractamos de pôr termo á obra e não de quem lh'o ha de pôr. E, como se não quizesse descontentar de todo ao pedreiro, accrescentou diplomaticamente: Entretanto, descançae. Prometto-vos a minha protecção. Isso, que vós tanto quereis, ficará para depois. Fallaremos mais devagar...

—Não temos que fallar, disse o pedreiro, irritado com esta lembrança d'adiamento que não esperava. É como o outro que diz «Não guardes para ámanhã o que podes fazer hoje.» Pois que rasão vos obriga a reservar para outro dia este pedido? Sabeis, por ventura, se outra occasião haverá como agora, para sermos attendidos? Demais, parecer-vos-ha bem que el-rei entregue a obra a algum sandeu para acabar o que outro começou? Quereis que se termine a gaiola tal qual foi principiada? Vêde que não ha de ser tamanho desacerto. Aquillo parece obra de moiro ou judeu que veiu zombar de nós outros os christãos. Má peste mate o auctor! Ha dez annos que fugiu e ninguem mais lhe poz a vista em cima. Oh! que se eu o apanhasse ás mãos, pendural-o-hia num dos arcos que nos deixou sobre as paredes da egreja. Que se revisse então na sua obra!

—Ora sus! Que has de obrar a façanha! Aqui me tens para me enforcares, D. Carrasco!

Taes palavras bradou com voz firme e vibrante um homem que sahiu da turba e cresceu resoluto contra o pedreiro.

Um raio que ali cahisse aos pés de Matheus Sanches, a descarga subita de todas as bombardas assestadas nas muralhas da cidade, o sino grande, que, deslocando-se de repente da ventana da torre, se precipitasse no meio dos interlocutores, espantariam por certo menos ao pedreiro que as palavras do recem-chegado.

—Martim Lourenço!

—O mestre da obra!

Clamaram differentes vozes, umas de admiração, outras de colera.

—Vamos ter nova briga! Disse Martha Gil. Mas este gallo tem outro cantar. Não ha de fugir para a capoeira. Antes despicará o mestre-eschola e cantará de poleiro!

Matheus Sanches, pondo todo o esforço para se reanimar do terror que lhe embargara a voz e tolhera os movimentos, fitou os olhos em Pero Vaz, indagando a impressão que lhe causava este subito e inesperado successo, e alegrou-se de não ver-lhe abrir os braços a Martim Lourenço. A maior ambição do pedreiro, como dissemos, era que o promovessem a architecto. Se viesse um dia em que el-rei o encarregasse de acabar a egreja de S. Francisco, esse dia, julgava elle, seria o primeiro de uma carreira afortunada, em que não lhe faltariam loiros para a cabeça e cruzados para a bolsa. Os successos dirigidos por Fr. Julião haviam-lhe fortalecido a esperança a ponto de quasi não duvidar de que viria a obter o que tanto desejava. Transtornara-lhe, porém, todo o seu plano a repentina apparição de Martim Lourenço.

Corria entre o povo um boato destituido de fundamento, mas geralmente acreditado, a saber: que el-rei D. Manuel mandava buscar por toda a parte o architecto e promettera até dar grande premio a quem o encontrasse. Se era para o punir, se para o obrigar a pôr fim á obra, que havia dez annos começara, ninguem o sabia. Matheus Sanches receiava que fosse verdadeira a ultima supposição e que, por tanto, houvesse de renunciar as idéas que lhe doiravam os horisontes do futuro. Occorreu-lhe a lembrança terrivel de se desembaraçar alli, de uma vez para sempre, do importuno que vinha estorvar-lhe os passos. Conhecia, porém, Martim Lourenço sob cuja direcção trabalhara na obra da egreja. Conhecia-lhe a dura tempera e a rijeza do pulso. Pronunciara aquella grande bravata, em que se propunha a enforcal-o, na supposição de que estaria ausente.

Mas a opinião desfavoravel, que o vulgo fazia da obra da egreja e do auctor, pareceu-lhe a egide de que precisava para arcar com Martim Lourenço. Não duvidou de que, se viesse a arremetter contra elle, o povo reunido no adro se poria da sua parte e de que a propria coragem do architecto o tornaria victima das iras populares. Neste presupposto, dirigiu-se aos que o cercavam:

— Que me dizeis vós do atrevimento inaudito d'este homem, que assim vem ter comnosco depois de haver desamparado a obra que não soube acabar pol-a principiar errada? Por sua culpa estamos ha dez annos privados da egreja que mais devotamente frequentavamos em toda a cidade.

— Porém, de certo a acabará agora. Advertiu Martha Gil.

— O que sería muito peior. Replicou Matheus Sanches. Crêdes vós, por ventura, que d'aquillo se possa formar um templo christão, sem demolir o que está feito?

— Gaiola está, gaiola ficará. Exclamou o trovador das desgarradas.

— Nunca se viu coisa assim! Disse Magdalena Vaz. Parece obra do diabo! E persignou-se com grande devoção.

— É um monstro de pedra e cal! Accrescentou um aprendiz de Matheus Sanches.

— Por Deus! que todos mentis! Bradou Martim Lourenço com voz retumbante e sem reprimir os assomos da cholera, que lhe afogueava o rosto, de ver a sua obra injustamente detrahida por aquelles ignorantes. Farme-heis justiça quando a egreja estiver completa. Achal-a-heis então, não a mais rica, porque me não deram marmores nem me mandaram fazer custosos lavores, mas a mais formosa de quantas ahi ha na cidade.

— Ui! que presumido! Disse Matheus Sanches, continuando a correr pelo plano inclinado em que já não podia parar. Ui! que entirrado! Pois o sandeu não quer agora que a sua escarnefuchada gaiola seja o melhor templo do mundo! Fóra, socarrão de judeu! Fide...

— Martim Lourenço cortou ao meio a injuria com uma rija bofetada, que, estalando ruidosamente nas faces de Matheus Sanches, o fez oscillar por alguns momentos e cair depois para a parte da escada, pela qual rebolou até á rua. Em vez de se levantar logo entrou a gritar:

— Aqui d'el-rei que me mataram! Aqui d'el-rei que estou morto! Matou-me Martim Lourenço! Vinguem-me! Vinguem-me! Dêem-lhe cabo da pelle!

Pero Vaz, irritado com um incidente que assim interrompia o seu ensaio geral, voltou-se para os circumstantes e disse-lhes com a firmeza e auctoridade que lhe dava o apoio da multidão:

— Agarrem esse toiro bravo! Prendam-no!

— Oh desalmado! Pois tens bocca e mandas assoprar! Clamou o architecto cego de furor. Agarra-me tu! Aprende para que servem os braços! E, levantando-o ao ar, arremessou-o pelos degraus abaixo para onde estava Matheus Sanches. O barbeiro ficou ali estatelado sem tugir nem mugir.

A turba enfureceu-se com tamanho attentado, o maior que naquella conjunctura Martim Lourenço poderia commetter. Tractar assim ao tribuno, pôl-o em estado de não poder fallar a el-rei, inutilisar num instante todas a diligencias feitas para o successo da empresa, por amor da qual toda aquella gente se ajuntara no adro, era uma ousadia inqualificavel, um crime que bradava aos céus e merecia o mais horrendo castigo que podesse imaginar cabeça de homem. Magdalena Vaz berrava como possessa. Toda a gente remexia tumultuosamente e sahiam já de differentes partes os gritos de: Morra! Morra!

Bem como no Oceano rebenta subito a procella e faz das mansas aguas bramidoras vagas, que levantam ás nuvens o baixel que, pouco antes, supportavam doceis, assim tambem a multidão, havia pouco socegada e tranquilla, se agitava agora enfurecida, e crescia em ondas ameaçadoras contra Martim Lourenço. Este, mal arremessara Pero Vaz pela escada abaixo, tomou um dos esteios que seguravam o pulpito, e, fazendo rodizio, conteve por algum espaço a sanha temerosa do povo. Mas a pressão que de longe e de todas as partes se fazia contra os que de mais perto cercavam ao architecto, sem se atreverem a tocar-lhe, estava certamente a ponto de inutilisar-lhe os esforços, quando clamaram algumas boccas assustadas:

— El-rei!

— Chega el-rei!

Estas vozes e os sinos da Sé, que se desataram em alegres repiques, fizeram cessar o tumulto como por encanto. Aquelle mar de cabeças tornou-se logo chão e silencioso. Martim Lourenço, arrogante e destemido no centro do circulo, que o povo não chegara a estreitar, não largava da mão a arma que empunhara para se defender.

Vinha, com effeito, rua da Sellaria acima o prestito real. Na frente atroavam os ares as trombetas e atambores; seguiam-se os mestres-salas, porteiros e reis d'armas, e logo após el-rei D. Manuel, montado á gineta num cavallo murzello. Acompanhava ao monarcha sua luzida côrte: o conde-prior mordomo-mor; D. Henrique de Noronha, camareiro-mor; Francisco da Silveira, coudel-mor; Vasco Eannes Corte-real, vedor; Antonio Carneiro, secretario d'estado; Garcia de Resende; D. Fernando de Castro; Gonçalo d'Ayola e muitos outros fidalgos, pela maior parte empregados na casa real. A guarda da camara fechava a comitiva.

O prestito parou junto dos degraus do adro. Francisco Homem, estribeiro-mor, aproximou-se d'el-rei que se apeiou. Fizeram logo o mesmo todos os cavalleiros, deixando os cavallos aos pagens para os segurarem.

D. Manuel trajava á flamenga com grande riqueza e elegancia, conforme seu costume. Pendia-lhe ao peito um riquissimo collar de pedraria sobre o jubão de setim azul golpeado de branco e em parte encoberto pela capa de velludo. Trazia na cabeça um chapéu ornado de plumas de grande valor. Quando se apeiou attrahiu a si, por sua nobre presença, as vistas da multidão. Não o amava o povo, como a el-rei D. João II, mas admirava-o pelos gloriosos successos que lhe grangearam o cognome de *Venturoso* e pelo fausto e opulencia da sua esplendida côrte.

Era D. Manuel um homem sympathico e de bom parecer. Tinha os olhos de côr verde clara. Os cabellos castanhos deixavam-lhe muito descoberta a fronte larga e altiva, que denotava os grandes pensamentos que lhe occupavam o espirito. O rosto era alvo e, com quanto risonho e prasenteiro, tão nobre e levantado que muito bem ficava a um grande rei. Usava barba, bigode e cabellos compridos. As suas feições exprimiam, como as do leão, a força sem a ferocidade. E tão notavel achavam os pintores esta analogia, que costumavam symbolisar a el-rei num leão coroado, em cuja cabeça o retratavam sem que o todo parecesse monstro. No corpo elegante e bem proporcionado não se notava outro defeito mais que o comprimento dos braços, pois quando os estendia tocava os joelhos com as mãos. Porém, tal defeito pareceria muito maior n'outrem, que não chegasse tão longe com o sceptro poderoso.

O rei viu Matheus Sanches e o companheiro, os quaes Magdalena Vaz e outras pessoas tractavam de levantar do chão. O primeiro teimava em se não querer erguer, repetindo que estava morto; o segundo, que não tinha o mesmo empenho, acceitava com gemidos lamentosos o auxilio que lhe prestavam. Ficara, porém, cheio de contusões, e das feridas da cabeça corria-lhe o sangue pelas faces. A mulher do barbeiro acabava de o fazer sentar num degrau, quando el-rei se apeiou. Deixando o marido entregue aos cuidados de alguns amigos e de Martha Gil, que em similhante conjunctura se não lembrou das anteriores desavanças, correu, desgrenhada e lacrymosa, com as feições descompostas e rasgando o pano da mantilha, para não arrancar os cabellos, a lançar-se aos pés do monarcha.

—Justiça! Real senhor! Justiça! Bradou prostrada no chão.

—Justiça tereis, boa mulher. Disse el-rei com a benevolencia que usava dispensar a todas as pessoas que se lhe dirigiam supplicantes. Justiça tereis. Mas contra quem? E porque?

—Contra um malvado que deitou a Matheus Sanches por estas escadas abaixo, e arremessou da mesma sorte, sem o menor respeito, a meu marido, o honrado Pero Vaz, e teve o atrevimento de lutar contra o bom povo de Evora, que está no adro e o arrojaria todo pelo mesmo caminho para a rua, se não fôra a chegada de vossa alteza!

—Um homem só affrontou tantos centos de pessoas! Que temeridade! Onde está esse Hercules?

—Hercules se chama! Que feio nome! Saiba vossa alteza que está no sitio em que varreu o adro de gente. Bem se conhece por seu atrevimento e impudencia, tornou Magdalena Vaz, apontando para o logar que dizia e tapando os olhos com os cabellos para não ver aquelle tigre de forma humana.

D. Manuel subiu os degraus e observou melhor a Martim Lourenço, que tinha já restituido ao pulpito o espeque de que se servira para se defender. Pareceu a el-rei que lhe não era desconhecido aquelle homem; porém no momento em que fazia por se lembrar de quando e onde o vira, abriu-se a porta do passadiço, que communicava o taboleiro da Sé com a casa do bispo D. Affonso, e sahiu por ella D. Francisco de Portugal, que se encaminhou logo para el-rei a beijar-lhe a mão. Notando, porém, a agitação do povo, os esgares de Magdalena Vaz e a desordem em que estava posta a real comitiva, e buscando a causa de tal novidade, deu de repente com os olhos em Martim Lourenço e, sem se lembrar das regras do ceremonial, sem pensar em mais nada, correu a abraçal-o.

O espanto de D. Manuel subiu de ponto. A admiração pintava-se em todos os rostos e a presença d'el-rei não parecia bastante para conter algumas exclamações. Perguntavam muitos a si proprios se sonhavam ou se estavam acordados, desejando todos anciosamente a explicação das coisas extraordinarias que presenciavam.

—Não me escapareis agora, disse D. Francisco. Salvastes hontem minha irmã e fugistes sem me deixardes tempo de agradecer-vos um serviço pelo qual daria a propria vida. Sois um homem esforçado e caridoso. Deus vos pague a vossa nobre dedicação. Em mim, em meu pae, em toda a minha familia achareis o reconhecimento de corações agradecidos pela singular abnegação com que vos expozestes a uma morte quasi certa para conservar a vida de D. Beatriz de Portugal.

— Encareceis por extremo um pequeno serviço, sñr. D. Francisco. Pela minha parte cumpri apenas um dever, qual é o de fazer aos outros aquillo que desejamos que nos façam a nós.

Não ha nada mais inconstante que a opi-

nião publica. Esta ultima scena commoveu aquelles que a presenciavam e que, excepto D. Manuel, que ouvira o caso por outro modo, sabiam já que na vespera d'aquelle dia um desconhecido salvara da morte a filha do bispo de Evora.

D. Francisco de Portugal curvou-se outra vez respeitosamente perante el-rei, dizendo:

— Perdôe-me vossa alteza, que não foi em mim vencer os impulsos do coração a ponto que não faltasse de algum modo ao respeito devido ao meu rei e senhor. Merecerei talvez desculpa, declarando a vossa alteza que este homem salvou hontem a minha irmã de um perigo de morte.

A admiração de D. Manuel em vez de diminuir augmentava.

— Como! Exclamou. Pois não foi Gonçalo d'Ayola quem matou o toiro que a perseguia? Elle proprio me encareceu este valeroso feito.

— O sñr. Gonçalo d'Ayola, replicou D. Francisco, está presente. Permitte-me Vossa alteza que o interrogue?

O rei fez um gesto de assentimento.

— Sñr. Gonçalo d'Ayola! Sñr. Gonçalo d'Ayola! Ainda agora aqui estaveis e já vos não vejo!

— Eil-o aqui! Eil-o aqui! Disse um homem que sahiu pressuroso de trás do pulpito puxando pelo braço ao castelhano, que ali se escondera, logo que viu o cariz da atmosphera a prenunciar tempestade proxima.

Gonçalo d'Ayola vinha encolhido, trémulo, desmaiado, cabisbaixo e sem se atrever a fugir do cadafalso de vergonha para onde o arrastavam. O outro, pelo contrario, levantava alegremente a cabeça. As feições contrahiam-se-lhe num riso fino e sardonico. Os olhos vivos e pequenos denunciavam um genio satyrico e jovial. Era Gil Vicente.

Avançou com engraçados trejeitos, como se estivera representando num de seus autos, trazendo com inexoravel pertinacia o pobre castelhano, que desejara estar a cem leguas d'aquelle sitio, á presença de D. Francisco.

— Ainda bem que apparecestes! Disse este. Não é verdade que sem o auxilio d'aquelle homem, que eu abracei, estaria hoje morta D. Beatriz de Portugal?

— É verdade... mas eu matei o toiro, como declarei a sua alteza.

— Matastes o toiro, sim, replicou D. Francisco, porém só depois que o vistes bem seguro por aquelles braços de ferro!

D. Manuel encolerisou-se contra o castelhano que o enganara. Comtudo reprimiu-se, e, attendendo que a dignidade real já demasiadamente se havia rebaixado perante o povo, avançou de repente para a egreja.

Não era sem tempo. O bispo e o cabido estavam cada vez mais cançados de esperar com o pallio á porta da Sé e não sabiam a que attribuir tamanha demora. O rei entrou no templo seguido da côrte.

Gil Vicente permaneceu entre o povo e, posto em modo extremamente comico, declamou em voz alta e com graça inimitavel o seguinte:

Este Gonçalo d'Ayola,
Cuja lingua não tem freio,
Disseram todos que veio
De Castella, dando á sola,
P'ra servir d'espelho e chefe
A patradores sandeus.
Enganaram-se! Pardeus!
Veiu para magarefe!

(Continúa). A. Filippe Simões.

XENOPHONTE

O terceiro grande historiador da Grecia é Xenophonte, o qual nasceu em Athenas no anno 450 antes de Jesus Christo segundo a opinião mais seguida, e no anno do mundo 3604: era filho de Gryllo da tribu Aegeide.

Foi general, homem de estado, philosopho e historiador, na guerra mui perito, valente, sagaz, temperante, soffredor de trabalhos, e exactissimo observante dos seus deveres.

Na edade de 16 annos começou a ser discipulo de Socrates, e continuou a frequentar a sua eschola com tanta assiduidade que ganhou a maior affeição do seu mestre, o qual chegou a salvar-lhe a vida numa batalha.

Xenophonte começou a militar no principio da guerra do Peloponneso, e assistiu á batalha de Delium, funesta aos athenienses, onde elle caindo do cavallo seria morto, se o seu mestre o não levantasse, e levasse aos hombros.

Na edade de 50 annos foi para o exercito de Cyro junior (ou menor), convidado pelo beocio Proxeno. Para intelligencia d'este acontecimento cumpre saber o seguinte:

Dario II, denominado Notho, ou Ocho, por ser filho natural de Artaxerxes (longimano), teve dois filhos, um chamado Artaxerxes *mnemon* por ter boa memoria, e outro chamado Cyro menor: o Artaxerxes foi rei da Persia, e o Cyro foi nomeado governador das provincias da Asia menor quando seu irmão subiu ao throno em o anno 404 antes de Jesus Christo.

O Cyro, devorado do desejo de reinar, marchou contra seu irmão com um exercito de 300:000 barbaros, no qual ía um corpo auxiliar de 13:000 gregos, 11:000 hoplitas, e cerca de 2:000 peltastas, que lhe foi arranjado por differentes generaes, e principalmente por Clearcho, general lacedemonio, o qual tinha sido condemnado á morte por ter abusado do seu poder em Bysancio, aonde fôra mandado como alliado, e por isso estava

retirado na côrte de Cyro. Xenophonte foi neste corpo auxiliar como official ás ordens de Clearcho, ou (antes) como voluntario.

Artaxerxes avançou contra seu irmão com um exercito de 900:500 homens, e encontrando-se perto de Cunaxa, villa da Mesopotamia meridional, proxima do Euphrates, travaram combate, onde Cyro foi morto por aquelle.

O corpo auxiliar dos gregos ficou vencedor nos logares onde combateu, mas o seu general Clearcho foi intimado para depôr as armas; como porém não obedecesse, e, feita uma convenção com Tissaphernes, começasse a marchar para voltar para a Grecia, ao terceiro dia indo ter uma conferencia com aquelle general foi morto por este á traição: então os gregos, reduzidos á desesperação, estavam a ponto de se render.

Xenophonte porém, assumindo o commando do exercito, exhortou-os para que não fizessem tal, e continuou a retirada por entre perigos inauditos, sempre acossado pelos inimigos, atravessando desertos, montanhas altissimas, soffrendo grandes privações e tempestades horrorosas, até que finalmente chegaram a Chrysopolis (h. Scutari) cidade da Bithynia fronteira a Bysancio; então embarcaram, e Xenophonte conduziu os restos dos 10:000 para a Jonia, os quaes ficaram ao serviço do rei de Sparta, Agesilau, com quem Xenophonte se ligou.

Agesilau conquistou aos Persas uma parte da Asia menor; venceu os beocios, os argivos, e os athenienses, e defendeu a Laconia contra Epaminondas. Xenophonte acompanhou Agesilau, na Asia e na Grecia, até á batalha de Cheronea, a que assistiu, e onde combateu contra os thebanos; foi então que os athenienses o declararam banido da patria; mas Xenophonte soffreu esta offensa com tão bom animo que, quando os athenienses foram auxiliar os lacedemonios contra os acheos, thebanos e arcades, mandou seus filhos Gryllo e Diodoro para se unirem aos athenienses: o Gryllo ficou morto na batalha de Mantinea depois de ter morto a Epaminondas.

Então os lacedemonios, em recompensa dos serviços prestados, deram a Xenophonte a cidade de Scilluns, proxima de Olympia, onde viveu por espaço de 24 annos com a sua familia, entregando-se ao exercicio da agricultura e da caça, e escrevendo as suas obras: como porém esta cidade tinha sido tirada aos eleos, estes a arrasaram, quando tiveram guerra com os lacedemonios, e então Xenophonte mudou para a de Lepreu. Os athenienses levantaram-lhe finalmente a pena do exilio; mas elle não voltou para Athenas, e fixou a sua residencia em Corintho, onde morreu na avançada edade de 90 annos.

As obras, que Xenophonte escreveu, são as Hellenicas,—a Anabase,—a Cyropedia,—Os memoraveis (dictos, etc.) de Socrates,—o Economico,—dois pequenos tractados a respeito das republicas de Athenas e de Sparta,—um tractado das rendas da Attica,—da equitação,—do officio do mestre de cavallaria;—o dialogo de Hieron rei de Syracusas com o poeta Simonides,—o banquete dos philosophos,—o elogio de Agesilau,—o tractado da caça,—e a apologia de Socrates.

As obras de Xenophonte podem considerar-se debaixo de tres respeitos: 1.° quanto ao seu argumento, objecto, ou assumpto; 2.° quanto á sua importancia; 3.° quanto á sua genuinidade.

Quanto ao argumento dividem-se em quatro classes: 1.ª historicas; 2.ª politicas, ou estatisticas; 3.ª de instrucção militar; 4.ª philosophicas.

Quanto á sua importancia: em maiores, e menores.

Quanto á sua genuinidade: em genuinas, e espurias.

São *historicas* — as Hellenicas, a Anabase, a Cyropedia, o elogio de Agesilau.

São *politicas* — os tractados das republicas de Athenas, e de Sparta, e o das rendas da Attica.

São *de instrucção militar* — a Equitação, — o Hipparchico,— o Cynegetico.

São *philosophicas* — os memoraveis de Socrates, — a sua apologia, — o banquete dos philosophos,— o Economico,— e o dialogo de Hieron.

São consideradas *maiores* — a Cyropedia,— a Anabase, e as Hellenicas,— as outras são consideradas menores.

São espurias, ou consideram-se como taes: — o epilogo, ou fim da Cyropedia, pois Herodoto representa Cyro, degollado pela rainha Tomyris, e Xenophonte representa-o morrendo no seio da sua familia; os tractados das duas republicas, — o elogio de Agesilau, que é attribuido a um sophista, ou rhetorico,— e a apologia de Socrates perante os juizes.

Indaguemos agora que principio dirigiu a Xenophonte na composição d'estas obras: em que este differe de Herodoto e de Thucydides? qual seu caracter, e estylo?

Todos os escriptos de Xenophonte annunciam um escriptor formado na eschola de Socrates; percebem-se em cada pagina os sentimentos religiosos, de que a sua alma estava penetrada, os principios de justiça e de moral, que tinha bebido na eschola de seu mestre, e todas as virtudes, de que era ornado; não se mostra poeta como Herodoto, nem homem de estado como Thucydides.

O principio, que o dirige em todo o seu modo de escrever a historia, é moral; elle faz sobresair sempre nas suas obras historicas o caracter moral dos personagens para os propôr como salutares exemplos e modelos para imitar na vida practica: espraia-se ácerca

das virtudes dos generaes, e não tem a sua vista completamente dirigida sobre o ponto capital das negociações politicas, como Thucydides; não desenvolve em seu proprio nome as occasiões, ou as causas dos acontecimentos; expõe os factos nús, e apresenta os motivos nos discursos e nas conversas dos seus heroes; não se espraia em reflexões, mostra todas as cousas na sua verdade rigorosa, na sua mais simples expressão.

O caracter proprio de Xenophonte é a moderação, que tem a sua intima séde no fundo mesmo do seu espirito, formado na eschola de Socrates.

Quanto á sua dicção: os antigos considerando a força, plenitude, grandeza, e riqueza de Thucydides, achavam a composição e a dicção de Xenophonte pobre, frouxa, e mesmo magra; mas o seu puro atticismo, a sua harmonia toda doria, a sua graça não affectada, a simplicidade, a clareza, a doçura encantadora do seu estylo, os seduziram de tal modo, que diziam admirados: que as musas tinham fallado pela bocca de Xenophonte, que as graças pareciam ter formado a sua lingua, a qual era mais doce que o mel, e que nella estava occulto um encanto inexplicavel; — «Inaffectatam ejus jucunditatem «nulla affectatio consequi potest, ita sermo«nem ipsius ipsæ Gratiæ finxisse videantur.» —(Quintil. 10,1.) Dionysio de Halicarn. Censur. de Veter. Scriptor).

Juizo, que os criticos fizeram das obras de Xenophonte

I

Das historicas

Ἑλληνίκα: as *Hellenicas* são a historia da Grecia em sete livros, e uma continuação da historia de Thucydides até á batalha de Mantinea, abrangendo um periodo de 48 a 49 annos desde 411—362 antes de Jesus Christo.

Xenophonte limita-se aqui ao modesto papel de continuador de Thucydides, sem outro preambulo senão o de μέτα δέ ταῦτα, e depois d'isto toma o fio da historia no fim do 21.º anno da guerra do Peloponeso, onde Thucydides a deixara. Esta historia quanto ao seu estylo está muito superior á *Cyropedia* e á *Anabase,* ainda que se notem desigualdades; porém os seus materiaes são mal escolhidos, e faltos de unidade, de modo que parece mais um esbôço, que uma obra acabada.

Xenophonte estava já em edade avançada quando a escreveu, e talvez que em muitas partes não lhe désse a ultima demão, e demais ella chegou a nós desfigurada por causa de numerosas lacunas, e graves alterações; o assumpto não tem ligação, e é por extremo embrulhado. Esta historia carece d'um principio, que a vivifique; as individuações por menor não se ligam a uma idéa principal; assim não mostra qual foi a influencia, que teve sobre toda a Grecia a guerra entre os athenienses, e os lacedemonios; entre estes, e os thebanos. Xenophonte passa com excessiva ligeiresa pelos acontecimontos de maior consequencia, como a paz de Antalcides, as batalhas dadas pelos arginuses em Aegos-potamos, e em Leuctras, e nada diz ácerca dos maiores heroes d'esta epocha, como Epaminondas, Pelopidas, Alcibiades, Conon, Iphicrates, e Timotheo; e além d'isto é manifesta a sua parcialidade em favôr de Sparta.

Ἀναβάσις, Καταβάσις, i. é, *Anabase,* e *Katabase.*

Esta obra, tambem composta de sete livros, intitula-se ἀναβάσις, e καταβάσις, por comprehender dois assumptos cada qual mais importante: 1.º a expedição de Cyro menor contra seu irmão Artaxerxes, (ἀναβάσις); 2.º a retirada dos 10:000 gregos (restos dos 13:000 dō corpo auxiliar) dirigida pelo proprio Xenophonte — καταβάσις.

Não é uma historia propriamente dicta, é antes uma obra de tactica militar, um dos mais antigos e preciosos monumentos da arte militar: a clareza da exposição, a tranquillidade que se faz sentir em a narração de tantos acontecimentos, fazem considerar esta obra como um dos mais bellos monumentos da arte historica na antiguidade.

Xenophonte nesta historia é como Cesar entre os romanos, ao mesmo tempo o historiador e o heroe, podendo dizer com toda a razão — *quorum pars magna fui.* (Virg. Aen. 11,6).

Tendo elle parte principal em tão glorioso acontecimento conta-o com a maior modestia.

Κύρου παιδεία, *Cyropedia.*

A *Cyropedia,* ou educação de Cyro, em oito livros, não é uma historia na verdadeira accepção da palavra, é antes um romance historico-politico no sentido do Telemaco francez. Xenophonte quiz traçar na pessoa de Cyro o retrato ideal do soberano, tal qual Socrates o concebia; é verdade que o heroe do romance é posto no campo da historia, mas é roubado ao mundo que o cerca, e ao seculo em que vive, e dotado de todas as vantagens da civilisação grega. Cicero mesmo na Epistola ad Q. fratrem 1,1, diz: «Cyrus «ille a Xenophonte non ad historiæ fidem «scriptus, sed ad effigiem justi imperii.»

A educação de Cyro tem o caracter das instituições lacedemonias, de que Xenophonte tanto apreço fazia; a sua cultura intellectual é toda attica; os principios da arte de governar, o amor, e a confiança, com que captiva a affeição dos subditos e dos alliados, e o piedoso respeito, que tem aos deuses, são emanações da sabedoria socratica. Xenophonte soube juntar por meio d'uma feliz alliança o espirito europeu com o espirito oriental, que se mostra de um modo tão sensivel

na simplicidade toda patriarchal de Cyro, opposta ao rei da Assyria.

Esta mistura da historia e da ficção, da moral e da politica, não é em geral para imitar; entretanto a Cyropedia é uma das obras mais perfeitas de Xenophonte.

O que pôde determinal-o a traçar o ideal do soberano foi talvez, entre outros motivos, a convicção profunda de que na constituição monarchica do reino da Persia eram evitados os numerosos males da democracia; Xenophonte parece ter querido oppôr á republica de Platão a sua Cyropedia, na qual parece ter cuidado mais que tudo dos episodios, os quaes até são escriptos num estylo mais elegante, e de um modo mais instructivo, que as outras partes da mesma obra.

(Advirta-se, porém, que o Cyro, que faz o assumpto d'esta obra, não é o Cyro menor, irmão de Artaxerxes, mas o Cyro, que foi rei da Persia, e que era filho de Cambyses, tambem rei da Persia, e de Mandane, filha de Astyages, rei da Media, e que nasceu no anno 599 antes de Jesus Christo).

Λόγος, εἰς Ἀγεσίλαον, *O elogio de Agesilau.*

Xenophonte escreveu este elogio (se é que o escreveu) porque tinha acompanhado este rei na sua expedição á Asia, e tinha sido testemunha das suas victorias, cujo resultado ía ser um ataque vigoroso ao grande imperio da alta Asia, quando a alliança de Thebas, Corintho, Argos, e Athenas contra Sparta, e o desbarate dos lacedemonios em Haliartus, obrigou a estes a chamarem o Agesilau. Xenophonte assistiu á batalha de Cheronea, onde o seu amigo desbaratou os alliados. Cicero diz que este elogio excede todas as estatuas erigidas a Agesilau. (Epist. ad. Famil. 5,12).

II

Philosophicas

Ἀπομνημονεύματα, *Memoraveis de Socrates.*

Os *Memoraveis de Socrates* são a melhor obra philosophica de Xenophonte; ella contém: —1.° a justificação de Socrates contra as arguições, que lhe tinham sido feitas, de ter querido introduzir o culto dos deuses estrangeiros em logar das divindades nacionaes, e de ter corrompido a mocidade com os seus exemplos e com as suas maximas;—2.° uma collecção de dialogos de Socrates ácerca de diversos objectos de moral.

Esta obra é dividida em quatro livros; mas crê-se que antigamente era mais volumosa: o 1.° tracta da religião, e prova da existencia de Deus pelas maravilhas da natureza; o 2.° versa sobre os deveres do homem para com seus paes e amigos; o 3.° sobre a cultura do espirito; o 4.° sobre todos os preceitos da moral, e practica da justiça.

É nesta obra que Xenophonte se applica a fazer conhecer o grande talento de seu mestre, e o seu methodo denominado—εἰρωνεία, —e que consiste em chegar á demonstração das verdades por meio de uma serie continua de perguntas. Mas esta obra, escripta com graça e elegancia, pecca algumas vezes contra as regras e fórma do dialogo, e torna-se então um verdadeiro monologo.

Apologia de Socrates

A *Apologia de Socrates* não é a defesa dos crimes e dos vicios, que lhe eram imputados: é antes o desenvolvimento dos motivos que o obrigaram a preferir a morte á humilhação de dirigir supplicas a juizes pervertidos.

Συμπόσιον, *O Banquete dos philosophos.*

O fim, que Xenophonte se propõe nesta obra intitulada—*Banquete dos philosophos,*—obra prima em relação á composição e ao estylo, foi o aclarar o mais possivel a pureza dos principios do seu mestre ácerca da amizade e do amor, e render homenagem á innocencia dos seus costumes.

Hieron, ou o Tyranno

Hieron ou o Tyranno, é um dialogo entre Hieron, rei de Syracusas, e o poeta Simonides, em que Xenophonte faz a comparação da vida desgraçada de um rei com a tranquilla de um particular, entremeiando observações sobre a arte de governar.

Οἰκονομικὸς λόγος, O *Economico.*

Esta obra é um dialogo entre Socrates e um seu discipulo, Critobulo, filho de Criton. Tracta da economia, mas é menos uma theoria, que o elogio da economia rural, ou um tractado moral applicado á vida rural e domestica: contém alguns detalhes ácerca da agricultura, e encontram-se tambem anecdotas a respeito de Cyro junior. Cicero traduziu esta obra em latim, e Virgilio bebeu aqui algumas passagens das suas Georgicas.

III

Politicas

Πόροι, ἢ περὶ πρυσιδῶν, *Das rendas.*

Nesta obra tracta Xenophonte das rendas da Attica, e quer fazer vêr que ellas, bem administradas, eram sufficientes para a sua população, sem ser necessario vexar os naturaes e os alliados.

Os *Tractados das republicas dos lacedemonios* e *dos athenienses,* são obras espurias.

IV

Instrucção militar

Περὶ ἱππικῆς, *Da equitação.*

Este tractado versa sobre o conhecimento dos cavallos, e é muito util porque explica os signaes pelos quaes se podem conhecer os cavallos, e os meios para os dirigir.

Ἱππαρχικός, O *official de cavallaria.*

Este tractado tem por objecto os deveres do official de cavallaria; depois de se ter dicto alguma cousa sobre o conhecimento que deve ter um official de cavallaria ácerca dos cavallos, dão-se as regras conforme as quaes o cavalleiro deve ser escolhido, e traçam-se depois os deveres do commandante.

Κυνηγετικός, *Da caça.*

É um tractado da caça, no qual Xenophonte faz o seu elogio e dá a theoria do seu exercicio.

As edições das obras de Xenophonte começam no principio do seculo XVI; e a primeira obra, que se imprimiu, foram as *Hellenicas* em Veneza em 1503, por Aldo, no fim da edição de Thucydides, com o titulo de *Paradipomena.*

Em 1516 fez-se uma nova edição em Florença, outra em 1527; porém nenhuma d'ellas traz as obras todas de Xenophonte.

A 1.ª edição completa foi impressa em Halla (Souabe), i. é, Halla Suevica (h. Schwœbische-Hall), cidade do reino de Wurtemberg, em tres vol. 8.° com o prefacio de Phil. Melanchthon.

Até aqui ainda não se tinha feito traducção alguma.

A 1.ª edição com traducção (grega-latina), e tambem completa, foi impressa em Basilea em 1545, in fol., por Nicol. Brylinger, o qual lhe ajuntou uma traducção latina. Fez-se segunda edição em 1555.

Merecem especial commemoração as edições feitas pelos Estevãos na França.

Henrique Estevão fez duas edições das obras de Xenophonte em Paris com a versão latina em separado: a 1.ª em 1561, e a 2.ª em 1581; se a 1.ª é correcta, a 2.ª é correctissima.—Antonio Estevão reimprimiu a 2.ª em 1625 em Paris.

A 1.ª edição de Henrique Estevão serviu de base a tres edições feitas por João Lewenklau (Leunclavius), em Basilea em 1569,—1572,—e em Francfort em 1594, acompanhadas da versão latina.—Esta foi repetida na imprensa real de Paris em 1625; e neste seculo não ha noticia d'outras edições.

Em 1703 o inglez Edward Wells deu á luz em Oxford uma edição com a versão latina, em cinco vol. 8.°, nitida, mas não correcta.

Esta edição foi repetida (mas emendada) em 1763 em Leipzig em quatro vol. 8.° com a versão latina por Ch. Aug. Thieme, á qual se juncta um lexicon começado por Thieme, e concluido por Sturz em quatro vol. desde 1801 até 1804. (É edição classica).

Em 1798–1804 Benj. Weiske publicou em Leipzig outra edição em seis vol. 8.° Não traz a versão, mas no 6.° vol. traz um commentario, com variantes e notas, que lhe foram communicadas por Villoison.

(Editio accurata, et critica).

Mr. J. B. Gail, depois de ter confrontado os manuscriptos que havia na bibliotheca do rei, publicou em Paris, desde 1804 ou já antes 1799–1816, uma edição das obras de Xenophonte em onze vol. 4.° com o texto, duas versões, uma latina e outra franceza, e um commentario; e em 1821 publicou um 12.° vol. com o titulo de —*Recherches historiques, etc.*

J. Aug. Schneider (ou o seu livreiro) fez uma edição em Leipzig em seis vol. 8.° desde 1815—1825, a qual é propriamente uma reunião das edições de obras destacadas de Xenophonte publicadas por J. Ch. Zeume desde 1778–1785.

O Schneider concluiu algumas, que o Zeune ainda não tinha concluido, e que já eram poucas.—Assim o 1.° vol. contém a *Cyropedia;*—o 2.° a *Anabase;*—o 3.° as *Hellenicas;*—o 4.° *os Memoraveis,* e *a apologia;*—o 5.° o *Economico,*—o *Banquete,*—o *Hieron,*—e o *Agesilau;*—o 6.° os opusculos politicos, equestres, e da caça, com o livrinho de Eliano tambem sobre a caça.

D'esta edição diz Grodeck—que é—*plena operum Xenophontis editio critica, et exegetica, novis maxime curis eruditissima;*—e Hebensthreit diz que é—*optima.*

Bouillet faz menção d'esta edição repetida em 1838 e 1849.

Quanto ás edições de Dindorf veja-se o catalogo de Didot de 1868, pag. 14.

Das obras de Xenophonte fizeram-se versões em italiano, francez, inglez, allemão, e hespanhol, não só de todas, mas de muitas das obras em separado, que foram adoptadas para uso das escholas de differentes nações.

Entre nós foi adoptada a *Cyropedia* (o livro 1.° todo, e excerptos dos outros); e dos *memoraveis* no livro 2.°, capitulo 1.°, § 21, etc., o *Hercules Socratico* ou *Prodicio de Xenophonte,* que é um dialogo de Socrates com Aristippo ácerca do prazer.—Vem nas selectas gregas, impressas em Lisboa em 1773 e em 1806.

A. I. Coelho de Moraes.

CARTAS D'ALGUNS BISPOS PORTUGUEZES

A proposito da *Tentativa Theologica*

Numa miscellanea de composições impressas e manuscriptas deparou-se-nos, entre outras d'esta especie, uma com a seguinte inscripção—*Copia de varias cartas, que alguns Bispos do reino escrevêrão ao P.e Antonio Pereira da Congregação do Oratorio de Lisboa, quando este lhes enviou o livro intitulado*—Tentativa Theologica—*de que elle é o Auctor.*

Estas cartas dizem o que da celebrada obra

do eminente theologo oratoriano pensaram alguns preladós diocesanos de Portugal. Tirando-as a lume, quizemos sómente fazer ver que havia entre os bispos portuguezes d'aquelle tempo quem rejeitasse corajosamente as doutrinas ultramontanas.

Carta do Bispo de Leiria, D. Fr. Miguel de Bulhoens, Religioso de S. Domingos

No mesmo correio em que recebi as letras de V. R.ma com a *Tentativa Theologica*, que V. R.ma me remeteu, devera logo gratificar a V. R.ma a remessa de hum tam excellente e precioso opusculo com o qual V. R.ma não só faz respeitavel o seo nome no orbe literario, mas imortaliza a honra e gloria deste reino; porem o gosto de o passar todo pelos olhos antes de dirigir a V. R.ma as expressões do meu reconhecimento, foi a causa total desta demora.

A clareza, a digestão e a energia com que V. R.ma soube reduzir á brevidade de um so volume toda a disciplina ecclesiastica antiga e moderna, fundando as suas resoluçoens nos principios mais solidos que se podem imaginar, quaes são a Escritura Sagrada, a tradição, as decisoens dos Concilios, os sentimentos dos primitivos Padres da Igreja, e dos Theologos mais famosos da christandade, não é possivel que deixem vacillantes os juizos e os animos dos Prelados Diocesanos no exercicio da ampla e illimitada jurisdição que lhes compete por direito divino, especialmente no cazo presente em que se acha embaraçado o recurso a Roma.

Eu, ainda que destituido das grandes luzes, com que V. R.ma me illumina, estava tão adherente a esta mesma opinião, que, achando-me o anno passado na Corte, disse a uma certa fidalga que se dezejava concluir o cazamento da sua filha passasse a ser domiciliaria deste bispado, porque eu nunca teria duvida alguma em dispensar-lhe o impedimento, que havia entre os futuros esposos.

Estes forão sempre os sentimentos que tive nesta materia, pois é evidente que se os Prelados Diocesanos em attenção e reverencia á Sé Apostolica lhe cederão nesta parte a sua jurisdição; como toda ella foi dada por Christo assim ao Papa como aos Bispos para edificação e não para destruição dos fieis, nem os Bispos a podião ceder, nem os Papas aceitar com tão grave detrimento do bem espiritual das ovelhas, que o mesmo Christo entregou ao cuidado de uns e outros.

Mas, sem embargo destes gravissimos fundamentos, parece-me que para se reduzirem a praxe as solidas doutrinas de V. R.ma seria preciso fazer-se um Concilio Nacional, que reprezentasse a Igreja Universal deste reino, no qual se tomasse a resolução, que cada um dos Prelados exercitasse nesta parte a sua jurisdição conforme a necessidade das suas respectivas ovelhas, á imitação do que se praticou em França no reinado de Carlos VI, como V. R.ma pondera no seu opusculo, que houvera por occasião do lamentavel scisma, que naquelle tempo opprimia a Igreja. Fico sempre para servir a V. R.ma com a mais rendida e fiel dedicação.

Deus Guarde a V. R.ma muitos annos. Leiria 2 de Novembro de 1766.

De V. R.ma
Mais reverente, obrig.do e fiel vener.or

Fr. Miguel Bispo de Leiria.

Carta do Bispo de Elvas, D. Lourenço de Lencastre, ao mesmo auctor e sobre o mesmo assumpto

A proveitosa instrucção, que V. R.ma offerece á Ordem Episcopal, deve merecer o maior apreço, e sempre julguei necessaria a sua pratica debaixo das prudentes circumstancias, que V. R.ma tão doutamente expoem para mais segura deliberação do melhor acerto.

Eu julgo o tenho tido nos cazos, que a precisa necessidade dos meus subditos para socego das suas consciencias e tambem minha me obrigarão a executar aquella, não lhes podendo de outro modo evitar seus danos, nem desobrigal-os da restituição dos mesmos: e pois as doutrinas de tantos auctores favorecem a minha, e legitimam o poder, e sempre em mim fizerão impressão deixar de as seguir; agora com as de Vossa R.ma espero conseguir a total segurança, pois no breve tempo que tive para ler o seu exordio, justificados motivos no meu conceito se imprimem para publicar o seu zelo e incessante trabalho, agradecendo a V. R.ma pela parte que me toca, e pedindo-lhe em dezempenho da offerta recebida occasioens de mostrar o quanto sei distinguir o seu merecimento. Deus Guarde a V. R.ma Elvas 24 de Outubro de 1766.

De V. R.ma
muito venerador

(Continúa) *Bispo de Elvas.*

EXPEDIENTE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

Preços da assignatura

Por anno em Coimbra	1$500 réis
Para fóra de Coimbra (estampilhado)	1$800 »
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000 »
Avulso tão sómente para os socios e assignantes	160 »

Assigna-se no Gabinete do *Instituto*, rua do Infante D. Augusto.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

REDACTORES

José Teixeira de Queiroz

A. A. da Fonseca Pinto — A. M. Simões de Castro — Candido de Figueiredo

Luiz Carlos — Luiz Garrido — Vieira de Meirelles

Preços da Assignatura

Por anno em Coimbra.....	1$500
Para fóra de Coimbra, estampilhado	1$800
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000
Avulso (tão sómente para os socios e assignantes)	160

Assigna-se no Gabinete do Instituto — Coimbra, rua do Infante D. Augusto.

O Instituto

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

VOLUME XV — N.° 12

	Pag.
Estudos de Direito Civil — O artigo XVI do Codigo Civil Portuguez — por *C. de F.*	265
O Monte de piedade de S. Thiago de Esporões — por *V. de M.*	267
Toxicologia — por *F. A. Alves*	270
Da Organogenia (esboço historico) — por *V. de M.*	272
Ainda a convenção de 30 de agosto de 1808 (vulgarmente chamada «Convenção de Cintra») — por *Alberto Telles.*	276
Sempre noiva — Chronica eborense — por *A. Filippe Simões*	279
Rapida reseña historica de la literatura dramatica española — por *Enrique del Castillo y Alba*	282
Um quadro de Josepha de Obidos — por *A. Filippe Simões*	288

Março de 1872

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

ESTUDOS DE DIREITO CIVIL

O artigo XVI do Codigo Civil Portuguez

I

Com o volver dos annos modificam-se as instituições, transformam-se as idéas, criam-se relações novas, surgem novas necessidades sociaes. Estas evoluções são fatalmente acompanhadas pelo direito positivo.

D'ahi a primeira inconveniencia das codificações, em abono da eschola historica de direito; d'ahi a necessidade constante de que o direito escripto se alargue nas manifestações practicas, e de que os encarregados da execução das leis não percam de vista o direito subsidiario.

Se a lei exprime e denuncía uma necessidade, se as necessidades surgem diversas, e até oppostas, cada dia e cada hora, racionalmente se conclue que a variabilidade das circumstancias não se compadece com a permanencia de um codigo. E em todos os tempos entenderam isso os mestres da jurisprudencia. A *Lei das XII tábuas* era a regra juridica dos primeiros jurisconsultos de Roma; mas andaram os tempos, e o que num dia se olhava como excepção, no outro convertia-se em regra: as *respostas dos prudentes* e o direito pretorio desacataram a respeitabilidade do direito escripto, e pozeram a voz dos oraculos na bocca dos jurisconsultos do imperio. Porém o novo direito romano, o direito *commum* tinha tambem de perder um dia a sua universalidade. E perdeu-a: o codigo wisigothico, as *Partidas,* as *Extravagantes,* e, entre nós, as *Ordenações* e os *Foraes,* aprofundaram o golpe na legislação do imperio, embora o direito romano lhes permanecesse subsidiario.

Não podia parar-se: a revolução accesa em França rasgou um horisonte novo e largo ás legislações dos povos modernos. Para as novas instituições, cimentadas na razão e na liberdade, requeriam-se novas regras que reçumassem o espirito da revolução.

O *Codigo civil* francez foi traducção, embora imperfeita, das idéas novas. Portalis e Maleville inauguraram as codificações liberaes da Europa, entre as quaes é de justiça dar cabida ao *Codigo civil* portuguez.

Codigo racional, redigido, na quasi totalidade dos seus artigos, consoante as idéas e as circumstancias do tempo, desprendendo-se até, algumas vezes, dos acanhados moldes do codigo fundamental, o *Codigo civil* portuguez não podia comtudo isentar-se do defeito peculiar a todas as codificações. Na impossibilidade de prevenir todas as hypotheses que têm de ser reguladas pela legislação civil, exhibe no artigo 16.º a disposição seguinte:

—«Se as questões sobre direitos e obrigações não puderem ser resolvidas, nem pelo texto da lei, nem pelo seu espirito, nem pelos casos analogos, prevenidos em outras leis, serão decididas pelos principios de direito natural, conforme as circumstancias do caso.»—

II

Para interpretarmos uma lei, ou reconstruirmos o pensamento do legislador, podemos lançar mão dos elementos de interpretação, preconisados por Savigny, e consignados na doutrina do artigo 16.º do *Codigo civil:* o grammatical, o systematico, o historico e o philosophico.

Para analysarmos o *texto da lei,* basta servirmo-nos do elemento grammatical. Por esta expressão não se intenda que devemos tomar em linha de conta todos os sentidos que uma palavra porventura offereça: o que devemos é confrontal-a com as outras da respectiva oração, confrontar esta com as que a lei abrange, etc.

A interpretação litteral é da maxima importancia no estudo da legislação; mas para que ella surta o desejado effeito, para que ella nos leve ao descobrimento da unidade synthetica, tem de salvar os escolhos da casuistica, e as exaggerações de juristas incautos e inexperientes.

III

O espirito da lei pode revelar-se-nos pela applicação de todos os elementos de interpretação, mas especialmente do historico.

Em toda a lei predomina uma unidade geral. Como que attraídas por uma força commum, todas as disposições d'um codigo devem grupar-se em torno d'um pensamento capital, de que são evolução.

Ao desenvolvimento d'esta unidade temos de applicar o elemento systematico. Mas acontece por vezes que entre o elemento systematico e o grammatical ha notavel antinomia que os desliga e separa. Nesta hypothese, lançamos mão do historico.

O elemento historico demanda a comparação da lei respectiva com as leis anteriores que se referem ao mesmo objecto.

Na historia predominam estas duas leis: se uma instituição assenta em bases racionaes, o tempo desenvolve-a e aperfeiçoa-a; se ella contraría a natureza, os direitos do homem,

a razão ou a liberdade, e se só a justificam as circumstancias de tempo em que se levantou, o tempo condul-a, de modificação em modificação, á aniquilação completa.

Haja vista, para exemplo, a historia da familia e a historia da escravatura. A familia, como filha da associação, não podia deixar de desenvolver-se com o tempo. O reconhecimento da personalidade individual, da libermento da personalidade individual, da liberdade e de todos os direitos absolutos do homem, reconhecimento derivado dos alvores da civilisação, havia de modificar o poder paternal, tirar das mãos do pae o latego do *senhor*, conceder garantias á mulher, e tornar o filho, como homem, susceptivel de amplos direitos.

Muito pelo contrario a escravatura, desconhecendo a egualdade entre os homens, injuriando os principios eternos do amor e da justiça, havia de soffrer os golpes do tempo, e caír para sempre deante da luz da civilisação.

O estudo das leis da historia e dos factos que d'ellas derivam importa verdadeira vantagem na interpretação da lei. O elemento historico não se cifra sómente em ver a fonte d'uma ou de outra disposição legislativa: é mister ver as circumstancias que promoveram o nascimento do facto; a organisação da sociedade coeva; e seguir o facto nas suas transformações, e causas d'ellas, através das edades. Póde bem ser que uma instituição, justificavel, se não necessaria, em certos e determinados tempos e logares, tenha de ceder o passo ás exigencias d'uma sociedade nova, e ás leis da philosophia.

IV

Vejamos agora o que entender-se deva por «casos analogos, prevenidos em outras leis,» de que fala o referido artigo do Codigo civil.

Para responder a alguns que, por essas leis entendem as civis anteriores ao *Codigo;* e a outros que trazem á balha o direito romano, bastará citar o artigo 5 da carta de lei de 1 de julho de 1867:

«Desde que principiar a ter vigor o Codigo civil, ficará revogada toda a legislação anterior, que recaír nas materias que o mesmo Codigo abrange, quer essa legislação seja geral, quer seja especial.»

Entende alguem que aquellas expressões «quer seja geral, quer seja especial,» abrangem só a legislação civil. Não póde ser: revogada a geral, considerar-se-ia revogada a especial. Para sabermos que legislação especial é esta, estudemos o artigo 3.º do Codigo civil:

«Se os direitos e obrigações se limitam ás relações reciprocas dos cidadãos entre si, como meros particulares, ou entre os cidadãos e o estado, em questões de propriedade ou de direitos puramente individuaes, esses direitos e obrigações constituem a capacidade civil dos cidadãos, denominam se direitos e obrigações civis, e são regidos pelo direito privado contido no Codigo civil, *excepto na parte que é regulada por lei especial.*»

Ora, esta lei especial refere-se ao direito commercial, o que manifestamente se conclue da leitura do *Projecto* do Codigo civil.

Conseguintemente o Codigo Civil revogou toda a legislação anterior, civil e commercial, que recair possa nas materias do mesmo Codigo.

E não só negamos ao Direito Romano auctoridade legal em vista do Codigo, mas até não podemos admittir que as *outras leis* de que fala o artigo 16.º sejam leis civis. Escoramos este asserto no artigo 6.º da citada carta de lei:

«Toda a modificação no direito, que de futuro se fizer sobre materia contida no codigo civil, será considerada como fazendo parte d'elle, e inserida no logar proprio.»

D'este artigo, cujas razões o sr. Barjona de Freitas exhibe no seu *Relatorio,* deduzimos que tambem as leis civis posteriores ao Codigo não lhe servem de subsidio, pois que ficam fazendo parte do mesmo codigo.

Em nosso entender, é, sobre este ponto, inadmissivel a doutrina dos eximios jurisconsultos Dias Ferreira, Seabra e Gil; e commungamos a idéa de que por *outras leis* se devem entender todos os ramos de direito, á excepção do civil, mas especialmente o direito commercial.

É claro que, para avançarmos esta proposição, temos de rejeitar as theorias de Delamarre que sustenta a independencia do direito civil e do direito commercial [1], e seguir a doutrina de Massé [2].

Ninguem contesta que o direito commercial, em presença da mobilisação crescente da riqueza, segundo as palavras de Massé, e em presença da diffusão dos valores industriaes, tende a deixar de ser o direito exclusivo dos commerciantes, para tornar-se o direito de todo o mundo.

Por isso não se estranha que muitos tratadistas de direito commercial estudem as relações do direito civil com as pessoas commerciantes, com as coisas que são objecto de commercio, e com as obrigações commerciaes.

Applicando ao nosso caso o que deixamos dicto, vemol-o confirmado pelo proprio auctor do nosso codigo commercial. Na dedicatoria da sua obra a D. Pedro IV dizia Ferreira Borges:

«Em o 2.º livro tractei com mais amplidão, do que em nenhum outro codigo commercial se acha tratado, das *obrigações* e *contractos* commerciaes, e modos por que se extinguem e dissolvem. Fiz assim mui acintemente para

1 *Traité théorique et pratique de droit commercial.*

2 *Le droit commercial dans ses rapports avec le droit des gens et le droit civil.* (M. G. Massé).

supprir de algum modo as faltas do nosso codigo civil actual. Como o direito commercial é direito de exceição, tornava-se necessario pôr a regra, e d'ahi a exceição para evitar o absurdo de legislar exceição a regra imaginada ou incerta, ou emfim não existente; e para deixar ao mesmo tempo já prompto para o compilador do codigo civil o fio, por onde o nosso codigo deve necessariamente, *em harmonia com aquelle,* atar-se, unir-se, e amalgamar-se um só e inteiro corpo de legislação.

«..... Não deixei de mencionar expressamente os casos em que se carecia de legislação penal, para que nenhuma hypothese escapasse, e os codigos de futuro jogassem de harmonia.»

V

Em logar do direito natural, indicado como subsidio do codigo civil, o *Projecto* do mesmo codigo indicava a equidade, — indicação inconvenientissima, porque, collocada entre a moral e o direito, olvidava os dictames do justo, que devem sempre presidir á applicação da lei, se é que a equidade pode ter uma definição exacta.

Para Aristoteles a equidade era uma mitigação da lei escripta por causa das circumstancias occorrentes. Para Grocio uma virtude correctiva d'aquillo, sobre que a lei nada dispoz, por causa da generalidade das suas palavras. Para Wolfio, uma virtude que nos inclina a dar a outro aquillo que só imperfeitamente é devido.

Correia Telles [1], citando essas definições, e não se atrevendo a censural-as á vista da sentença do Digesto — *Omnis definitio in jure civili periculosa,* — entende por equidade o mesmo que direito natural.

Sem nos determinarmos a avançar se a equidade favorece mais ou menos que o direito natural o arbitrio dos juizes e dos interpretes da lei, inclinamo-nos a que o notavel jurisconsulto não possuia a verdadeira noção de direito natural.

Não se imagine que vamos impugnar aqui tantissimo systema sobre o principio absoluto, regulador das acções humanas, e determinar o verdadeiro principio metaphysico de direito natural. Campo tão vasto, não o tactearemos hoje, á mingua do tempo, de forças, e talvez de ensejo. O que afoitamente podemos assentar é que, a despeito da variedade das formulas com que os philosophos têm querido traduzir o principio do direito, existe na consciencia de todos os homens o sentimento innato do justo, e a intuição dos principios absolutos da philosophia do direito.

Conhecedor d'esses principios, o interprete da lei tem de elevar-se á idéa typica do facto social, e condemnar ou respeitar, á luz eterna dos principios da philosophia, esta ou aquella interpretação dos phenomenos juridicos.

VI

«Conforme as circunstancias do caso,» — conclue o artigo 16.º do Codigo Civil.

Nestas palavras vemos significada a bondade absoluta e a bondade relativa, que devem ser a alma de toda a lei positiva.

Neste ponto é mister a alliança dos principios affirmativos da eschola philosophica do direito com os da eschola historica do direito. Esta, ensinando que o direito, manifestado pelos costumes de cada povo, só pela historia é conhecida; aquella, avançando que as instituições se não justificam pelas circumstancias do tempo em que appareceram, mas qus devem sempre aferir-se pelo direito philosophico; nem uma nem outra satisfaz isoladamente ás condições do direito positivo.

Requer-se pois a alliança do elemento historico com o elemento philosophico. Requer-se o estudo das manifestações juridicas através dos tempos, e conjunctamente o estudo dos principios immortaes do direito, e da racionalidade da sua applicação.

Só assim a legislação, inspirada pela idéa do justo, e accommodada ás necessidades de cada epocha, levará a sua influencia ao desenvolvimento progressivo da humanidade.

C. DE F.

[1] *Commentario critico á lei da boa razão.*

O MONTE DE PIEDADE

DE S. THIAGO DE ESPORÕES

No segundo quartel do seculo XVII pastoreava a freguezia de S. Thiago de Esporões, proximo a Braga, o licenciado Manuel Luiz. Acreditam-o suas obras varão piedoso e de animo apontado a soccorrer alheias necessidades. Respeitos de filho amantissimo levaram-o a construir naquelle logar, pelos annos de 1635, uma esbelta e graciosa ermida, que para logo consagrou á Mãe de Deus sob a invocação da Caridade. E para que titulo tão premettedor de venturas não soasse em vão, determinou-se, passados poucos annos, em fazel-o valer, acabando obra que o justificasse. Tocou-lhe a alma o desamparo e miseria de muitos lavradores do sitio, que na maior parte do anno nem sequer encontravam na arca vazia algumas migalhas, com que enganar a fome. Foi então o lembrar-se de construir edificio para um monte de piedade, instituição benefica, e que lhe frisava perfeitamente ao intento generoso.

Em 1644 viu com entranhada alegria o compassivo vigario de S. Thiago de Esporões realisado o seu nobilissimo pensamento na feitura d'uma casa, accommodada ao fim que

se propuzera. Defrontava esta com o santuario da Virgem, era de singela architectura, e mostrava numas letras, abertas sobre a entrada, o liberal proposito do fundador. Mas, com não espertar a admiração dos que a contemplavam nem pelo grandioso da fabrica, nem pelo exquisito dos lavores, enflorava de esperanças muitos corações arados pela desventura, e accendia alegrias suavissimas em não poucas faces ensombradas de tristeza.

Ordenou o virtuoso licenciado Manuel Luiz o seu monte de piedade por modo, que os lavradores pobres eram facilmente remediados nas suas faltas. Porque mandou recolher em muitas tulhas grande quantidade de pão, e como aquelles o houvessem mister, emprestava-lho pelo tempo que d'elle carecessem, obrigando-se elles a restituil-o no S. Miguel, sazão em que a fartura lhes entrava a porta. E podendo acontecer que se notasse quebra no acervo dos cereaes restituidos, pela larga distribuição que d'elles fazia, e o tempo deteriorasse as alfaias que os encellavam, exigiu dos devedores algum accrescentamento para refazer as faltas e concertar as tulhas, mas só quando fosse necessario. Era mercê para agradecer em toda a conjunctura, nesta com mais razão pelo atrazo da arte agricola entre nós, e a guerra com a Hespanha, que então se travava implacavel. Não o entenderam assim os lavradores beneficiados, porque decorridos annos, começaram de calumniar a fructuosa instituição do caritativo sacerdote, asseverando que nenhuma outra cousa era senão boa traça de usuras. E, segundo refere o historiographo Fr. Agostinho de Santa Maria, que d'ella faz honrada lembrança no seu *Santuario Mariano,* não lhe quizeram restituir o que pediram emprestado.[1]

Doeu tão feia ingratidão ao caridoso vigario, resolveu corrigir os desagradecidos, pondo-lhes deante dos olhos um exemplo, que jámais esquecessem. Exemplo edificante e de quem tinha profundamente gravada no espirito a mais excelsa das virtudes! Corria o anno de 1664, vigesimo depois da installação de tão sancta casa. Foi-se um dia a ella, e mandando picar a inscripção que emcimava a porta, e valia os mais fidalgos brazões, calou aquelle pregão da caridade, substituindo-lhe este aviso prudente, que alli ficou entalhado:

Aqui se recolherá o paõ da Charidade,
Que em tanto durará, quanto durar a verdade:
Aos pobres o emprestaráõ, para fazer os serviços,
No Saõ Miguel o tornaráõ limpo, seco, e sem vicios.
A Virgem lhe faz esta graça, como Mãy de peccadores,
Olhem naõ façaõ trapaças de infieis Lavrodores.
E se a verdade faltou, o que se vê claramente,
A Charidade cessou, e deo perda a muyta gente.

Não dizia mais a letra. A musa da inspiração velou a fronte, mas o anjo da caridade exultou.

[1] Fr. Agostinho de Santa Maria, Santuario Mariano, tom. 4.°, pag. 311.

Tal é a desataviada historia do monte de piedade de S. Thiago de Esporões. De crer é que muitos mais ahi fundasse a solida religião dos velhos portuguezes, mas nenhum outro chegou á nossa noticia com esse nome.

Cabe porem relembrar aqui uma estremada acção do invencivel D. Nuno Alvares Pereira, que vale os mais gloriosos feitos d'aquelle espelho de cavalleiros, e mostra que na mente do ardido cabo d'Aljubarrota já tinha alvorecido a idéa d'um commettimento similhante. Escreve pois o seu desconhecido chronista. «O condestabre auia muyto pam de suas rendas, do qual pam em seus dias nunca vendeo nenhũa cousa mas tinha esta maneyra. Mandauao todo encouar polla terra em boõs couaães, e em quanto o paõ era muyto na terra e refece, a nenhuũ nõ daua pam a caualleyro, nem a escudeiro, nẽ aos pobres, e ante lhe daua do dinheiro ho que lhes podia dar. E tanto q̃ a terra era mingoada de pam, e a vallya delle crecia, logo daua todo o pã que tinha a caualleyros, e a escudeyros, e a pobres que lhe nom ficaua nenhũa cousa, e per vezes acontecia, que por dar todo o pã que tinha, compraua por seus dinheiros o pam que lhe era mester para sua despeza.»[1]

O que, parece porém poder aventar-se é que já em principios do seculo XVIII eram rarissimos taes institutos, ou andavam deslembrados na memoria dos mesmos sabedores. Insinua-o o que d'elles escreveu D. Raphael Bluteau no seu *Vocabulario,* onde commemorando a origem, fins e assento dos montes de piedade, nem sequer deixa rastrear-lhes a existencia em Portugal. São estas as palavras do erudito theatino:

«Montes de piedade se chamão em Italia, e em algumas cidades dos Paizes baixos, como Brusselas, Anvers, Gante, Bruges, Ypres, etc. huns lugares, e como bolsas, ou bancos publicos, em que sem onzena, e sem juros se empresta dinheiro aos que delle necessitaõ, deixando em penhor alguma cousa equivalente, ou de algum preço mayor, que o dinheiro que se lhes empresta. Os fundadores destes montes de piedade tem deixado cabedaes para se suprir aos gastos da administração desta obra pia. De ordinario as condições della são, que esta caridade se use só com os naturaes do lugar, em que foi fundado o monte de piedade, e não aos estranhos, e que o emprestimo se faça por tempo limitado, etc. O mais antigo monte de piedade, de que a historia faz menção, he o que no anno de 1491, se fundou em Padua para extinguir as onzenas dos Judeos em doze bancos, que havia naquella cidade. *Mons pietatis.* He o nome que se lhe dá nas Bullas dos Pontifices, Leão X, Paulo II, etc. (Entre as excommunhoens reservadas ao

[1] Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nunalvrez Pereyra Principiador da Casa de Bragança, pag. 269.

Papa, he a das que occupão bens do Monte de Piedade. Promptuar. Moral, 275. 276).»[1]

Ainda que muito em sombra a breve descripção do illustre academico permitte-nos entrever o para que serviam os montes de piedade. Creados no intento de valer aos minguados de fortuna, quando a penuria os descarnava, e não soffrendo que as garras da usura podessem cravar-se nos necessitosos, que a elles accudiam, os institutos, descriptos pelo sabio extrangeiro, abrangiam mais larga área de beneficencia, que a mesquinha edificação de S. Thiago de Esporões, memorada pelo diligente escriptor agostiniano. Emparelha melhor esta com outra fundação, por ventura mais antiga em Portugal e não menos propiciadora de vantagens — os celleiros communs.

Baldam-se-nos os esforços para assignalar ao certo o tempo em que foram estabelecidos, mas temos que não andará longe da verdade quem os suppuzer abertos nos ultimos annos do seculo XVI. A primeira indicação, que d'elles se nos deparou, encontramol-a nos capitulos das côrtes de 1562, governando o reino D. Catharina de Austria. Num dos pedidos dos procuradores dos povos lê-se ahi — que onde houver rendas do Conselho se fação celleiros de pão para os tempos de necessidade.[2] — E é de crer que se não demorasse a realisação d'esta supplica, porque instava por ella o estado melindrosissimo do paiz. Os capitulos das côrtes de Thomar, celebradas em 1581, parecem já indical-a sanccionada. Porque, pedindo os procuradores ao rei que providenciasse em relação á falta de generos, que desde muito apertava o reino, Filippe II declarou, na phrase d'um illustre escriptor contemporaneo, «que para occorrer ao *deficit* das subsistencias negociára com pessoas idoneas de Castella, Allemanha e França a quantidade sufficiente de pão para com a possivel brevidade abastecer os celleiros do paiz, e afugentar os receios de fome.[3]»

Mais tarde estendeu-se esta instituição por quasi todo Portugal, lançando fundas raizes no Alemtejo, onde durou até nossos dias com innegavel vantagem dos povos d'aquella região.

Mas chamam por nós os montes de piedade. Assevera o esclarecido auctor do *Vocabulario Portuguez e Latino* na definição, que adduzimos, d'aquellas instituições, que estas emprestavam sem onzena e sem juro, como os tomadores do emprestimo o garantissem com alguma cousa equivalente, ou sobrelevando em valor, ao dinheiro emprestado. E o humilde exemplo do monte de piedade de S. Thiago de Esporões, que exigia apenas algum accrescentamento e só quando fosse necessario para encher as falhas e compôr as tulhas, não invalida a affirmativa d'aquelle escriptor doutissimo.

Mas a historia dos montes de piedade contradil-a na maxima parte. Porque, estudando a organisação d'estes estabelecimentos, aponta-os, com raras isenções, não como obras de caridade, mas fundações de credito. Escutemos o que ella nos ensina com o seu testemunho incorruptivel. Diz-se que fôra a Italia quem primeiro instituiu os montes de piedade, e os que lhe attribuem a invenção soccorrem-se ao proprio nome d'elles, com significar a palavra *monte* em linguagem italiana caixa ou banco. É porém contestada essa asserção. Sabe-se que já desde o anno de 1198 havia em Freisingen, cidade da Baviera, certa casa de emprestimo gratuito sobre penhores, e uma sociedade de burguezes de Salins tinha estabelecido em 1350, um banco com o capital de 20:600 florins, que emprestava a juro modico.

Volvidos poucos annos, em 1361, Miguel de Nothburg, bispo de Londres, legou 1000 marcos para fundação d'um banco de emprestimo com garantia. Essa herança foi guardada na egreja de S. Paulo, e a vontade do testador religiosamente cumprida. D'onde o tirar-se a limpo que a prioridade de taes estabelecimentos não cabe á Italia. Aqui achamol-os assentados em Perusa no anno de 1462, em Ovieto no de 1464, em Viterbo no de 1471, em Savona no de 1479 e em Mantua por 1484.

Emprestavam gratuitamente em principio estes montes de piedade, e por isso foram limitadissimas suas operações. Assim se reconheceu logo a conveniencia d'uma taxa moderada, e a maior parte d'esses institutos, levantados então pela eloquencia vehemente dos recoletos, impôl-a aos devedores. E com ser juro, não excedente a 6 por 100, pesou de forma na estreita consciencia dos dominicos, que, recordando o anathema fulminado pela Egreja contra a usura, lidaram em odio aos franciscanos por extinguir essas abençoadas acolheitas do pobre. Levaram os frades prégadores suas queixas perante o concilio, que em 1519 estava reunido em Latrão, mas julgadas improcedentes, foram aquellas instituições approvadas por uma bulla de Leão X.

Contavam-se já por este tempo na Italia numerosos montes de piedade, porque, além dos nomeados, havia os de Parma, Rimini, Montefiore, Cesena, Montagnana, Chieti, Narni, Rieti e Lucca; tinha-os Padua, Florença e Pavia; e Milão possuia um que emprestava gratuitamente até 800 ducados por mez. Em Turim só se estabeleceu dous annos depois que o papa lhes concedeu a approvação; e a propria capital da christandade viu erguer o seu em 1539 pelos esforços de Fr. João Calvo, da ordem dos menores.

Voou a fama d'estes proveitosos institutos, antecipou-se a Flandres em aproveitar-lhes

[1] D. Raphael Bluteau, Vocabulario portuguez e latino, vb. — *Monte*.

[2] D. Manuel de Menezes — Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Sebastião, pag. 282.

[3] L. A. Rebello da Silva, Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal, parte 1, pag. 282.

as vantagens. Em Ypres depara-se-nos o mais antigo, fundado em 1534 por um sacerdote de nome Josse de Wulf. Emprestava aos pobres sem interesse. Em 1572 apparece-nos em Bruges o *mons perfectae charitatis,* e em 1610 começa o de Lille as suas operações sob a inspecção dos magistrados da cidade.

Desataram-se d'estes bancos taes vantagens, e pagaram-se tanto d'ellas os flamengos, que o governo encarregou o architecto Cobergher de organisar montes de piedade nas principaes cidades da Flandres. Assim, consoante affirma um distincto economista francez,[1] lograram possuil-os as seguintes cidades:

Bruxellas.....	em	16	de	setembro	de	1618
Anvers.....	»	6	»	fevereiro	»	1620
Malines	»	28	»	setembro	»	»
Gand.....	»	29	»	novembro	»	1622
Arras.....	»	22	»	»	»	1624
Tournay.....	»	3	»	fevereiro	»	1625
Mons.....	»	28	»	abril	»	»
Valenciennes..	»	5	»	maio	»	»
Cambrai.....	»	12	»	»	»	»
Bruges.....	»	4	»	fevereiro	»	1628
Lille.....	»	20	»	setembro	»	»
Douai.....	»	2	»	outubro	»	»
Namur.....	»	28	»	maio	»	1629
Courtray.....	»	23	»	julho	»	1630
Bergues.....	»	12	»	setembro	»	1633

[1] A. Batbie, Le Crédit populaire, pag. 99, Paris 1862.

Ao envez dos antigos montes de piedade de Ypres, Bruges e Lille, que emprestavam de graça, os recem-creados iniciaram as suas operações com a taxa de 15 por 100, que depois abaixaram até 12. Era juro pesadissimo, mas o cancro da onzena enraizara tão profundamente na Flandres, que ninguem deu por aquella sarja dolorosa, quando se lhe poz deante a extirpação do mal.

Floresciam por estes tempos outros montes de piedade em differentes nações da Europa. E d'ahi ávante a historia regista-lhes numerosas fundações, que passamos em silencio, para não perdermos o rumo, que nos propuzemos seguir. Mas nestas, com rarissimas excepções, desconhecem-se, se assim o podemos dizer, as feições primitivas; por que se transformaram de institutos de caridade em estabelecimentos de credito.[1]

Frondescem ahi, mercê do progresso, inventos uberrimos, que se desentranham em confortos para os engeitados da fortuna; mas o lavrador desvalido estancaria as lagrimas do soffrimento no dia em que resurgissem os montes de piedade, modelados pelo de S. Thiago de Esporões.

V. DE M.

[1] A. Batbie, Le Crédit populaire, pag. 90 e segg. —M. M. Ch. Coquelin et Guillaumin, Dictionnaire de l'Économie Politique, tome seconde, vb.— *Monts —de—Piéte*, etc.

SCIENCIAS PHYSICAS E MATHEMATICAS

TOXICOLOGIA

São mui variados, e nem sempre offerecem facil resolução, os problemas de toxicologia practica.

As condições diversas em que se encontram as materias sugeitas aos exames dos peritos, e aos ensaios chimicos, alteram muitas vezes, e chegam até a destruir os vestigios do crime.

A Philosophia da intoxicação é uma parte importante da toxicologia, e a ella compete aquilatar, e dar o devido valor ás provas do envenenamento.

Se os symptomas manifestados durante a vida num caso suspeito de veneficio e as alterações necroscopicas, observadas depois da morte, são susceptiveis de diversa interpretação, e raras vezes nos fornecem a prova certa e rigorosa do crime; as investigações chimicas, que realmente têm valor muito mais subido, estão sugeitas a causas de erro, que só a practica e o bom senso dos peritos, póde devidamente avaliar e corrigir.

Em exames toxicologicos, feitos após exhumações, offerecem-se hypotheses tão multiplicadas, que seria longo enumerar; muito principalmente quando o enterramento data de epocha já adeantada, e a putrefacção tenha invadido o cadaver, ou este se apresente reduzido a uma massa informe, originando então os detritos organicos, a putrilagem, ou o chamado *cambouis*.

Neste caso o veneno existente no individuo chega a perder-se e desapparecer por decomposição, e separação dos elementos que o constituiam. É isto frequente nos venenos organicos, cuja instabilidade chimica muito favorece o phenomeno.

Em outras circumstancias o terreno no qual o cadaver esteve sepultado communicou-lhe algumas das substancias venenosas, que podem nelle existir, e formar a sua constituição

mineralogica. Dissolvidos estes principios pela acção das aguas pluviaes, transmittem muitas vezes ao cadaver materias que vão depois apparecer na analyse, e simular assim um envenenamento: e não é sempre facil o reconhecer qual a verdadeira origem do veneno.

Durante a putrefacção desinvolvem-se principios gazosos de mui diversa natureza, que necessariamente hão de reagir sobre as substancias que encontram, e causar nellas transformações muito notaveis.

Originam-se d'est'arte novos productos, e os elementos constituintes da materia venenosa entram em novas combinações, apparecendo substancias differentes das que foram administradas durante a vida.

Este facto é reconhecido por todos os toxicologistas, que fazem d'elle menção especial; e está em harmonia com os mais rigorosos principios chimicos.

No livro que se intitula — *Relatorios de analyses toxicologicas* — e que serve de registro ao resultado dos exames toxico-legaes feitos no gabinete de chimica da faculdade de medicina, acha-se lançado a paginas 108 um relatorio, em que se lê o seguinte:

«Francisco Antonio Alves, e Bernardo Antonio Serra de Mirabeau, lentes cathedraticos de medicina, declaramos que no dia um de septembro de 1871, e no gabinete de chimica medica, nos foi incumbida pelo meritissimo juiz de direito da comarca de Coimbra, e na presença do delegado do procurador regio na mesma comarca, escrivão e testimunhas, a analyse toxicologica das visceras de F.... mulher de F.... do logar e freguezia do Zambujal, julgado de Condeixa a Nova, e que tinha fallecido em 7 de agosto do mesmo anno. Tambem nos foi entregue uma porção de terra tirada do sitio onde tinham sepultado o cadaver.

.....
.....
.....

Aberto o estomago, observamos que na sua superficie interna se tornavam bem notaveis muitas manchas amarellas, côr de canario, formadas por uma substancia com a forma de pó, que em alguns pontos estava completamente identificada com os tecidos.

Em parte da mucosa estomachal, e principalmente na proximidade do logar onde era o deposito da substancia amarella, havia erosões, e signaes bem distinctos de alteração inflammatoria.».....
.....

Depois da exposição dos processos empregados, e dos diversos ensaios que se effeituaram, termina o relatorio com estas expressões:

«1.° Nas visceras de F.... mulher de F.... ambos do logar e freguezia do Zambujal, julgado de Condeixa a Nova, existiam preparações arsenicaes, e em grande quantidade.»

«2.° A materia arsenical encontrava-se no estomago em estado de sulphureto de arsenico.».....
.....

«3.° Na terra do cemiterio não havia o menor indicio de preparações arsenicaes.»

A leitura d'este processo dá-nos conhecimento de um facto, que algumas vezes tem sido observado pelos mais distinctos toxicologistas, mas não mui frequentemente; e todos o apontam como sendo um dos casos em que materias arsenicaes introduzidas no organismo experimentam mudanças na sua constituição chimica.

Estas transformações não se effeituam só durante a vida, têm logar ainda depois da morte. As forças chimicas actuam então com toda a sua energia, e as reacções operam-se com extrema facilidade.

Poderá o acido arsenioso depois de ingerido no organismo transformar-se em sulphureto amarello de arsenico, e assim apparecer no estomago, e nos intestinos? E poderá esta transformação operar-se depois da morte? Eis a questão que, apresentada por differentes chimicos, tem sido resolvida d'um modo affirmativo, e cuja resolução, apoiada na theoria, é confirmada por alguns factos. Trail, Christison e Orfila acharam no interior do estomago fragmentos de acido arsenioso, corados de amarello, ou transformados em trisulphureto de arsenico pela acção do hydrogenio sulphurado que se havia administrado como contra-veneno, ou que se tinha desenvolvido spontaneamente. Assevera comtudo Galtier que se mostram raros casos em que o tri-sulphureto, resultante da decomposição do acido arsenioso dissolvido, chega a formar uma camada amarella á superficie da mucosa estomachal.

Devergie cita apenas tres factos d'este genero, e nós julgamos de vantagem dar conhecimento d'aquelle que observamos nos ensaios toxico-legaes de que havemos sido encarregados. A mucosa estomachal de F...., além dos corpusculos amarellos que se achavam nella depositados, offerecia-nos manchas côr de canario muito notaveis, e que, apezar de lavagens successivas, indicavam por sua permanencia ser formadas de substancias que, penetrando nos tecidos, nelles se haviam encorporado. Os characteres physicos e chimicos attestavam que estes depositos eram constituidos pelo tri-sulphureto de arsenico, e os ensaios no apparelho de Marsh patentearam a existencia de preparações arsenicaes, que evidentemente reconheciam esta origem.

Mas como se formou o tri-sulphureto de arsenico? Foi este o composto propinado ao

individuo para causar a intoxicação? Ou indica isto o resultado de transformações que se operaram durante a vida, ou mesmo depois da morte? Inclinamos-nos a esta ultima opinião; e tem ella seu fundamento na historia do veneficio que deu logar ao exame chimico-legal.

Tendo fallecido F.... em 7 de agosto de 1871, só em 28 do referido mez e anno se effeituou a exhumação para se extrahirem as visceras, que deviam ser analysadas.

O espaço de tempo decorrido era mais que sufficiente para apparecerem os phenomenos da putrefacção, como effectivamente se patentearam. Entre os productos gazosos, evolvidos das materias organicas putridas, contam-se como notaveis o sub-carbonato de ammonia, e o acido sulphydrico. O desenvolvimento d'este ultimo composto, o seu contacto com os corpusculos de acido arsenioso, existentes no estomago, era sufficiente para a formação do tri-sulphureto de arsenico, principalmente nas camadas mais superficiaes. Facilita-se muito a operação quando o composto arsenical está dissolvido, e póde concorrer para que elle se apresente neste estado o carbonato de ammonia, evolvido durante a putrefacção, dando logar ao apparecimento de um arsenito ammoniacal extremamente soluvel. Então a reacção é mais prompta, e o tri-sulphureto forma-se com extrema rapidez.

Interpretando assim os resultados da nossa analyse, parece-nos que não nos afastamos da verdade; e, dando d'elles conta, fazemos conhecer um dos casos que os chimico-legistas julgam capazes de realizar-se, mas que nem por isso são muito frequentes.

F. A. Alves.

DA ORGANOGENIA

(esboço historico)

(Concluido de pag. 202 do vol. xiv)

Antiga, implacavel e indefessa rival da Allemanha, a França, que reclama para Dutrochet[1] a invenção da *theoria cellular*, não pôde acabar comsigo acceitar sem replica as doutrinas organogenicas de alem Rheno. Muitos espiritos esclarecidos contraditaram pois alli a theoria de Virchow, que elles não achavam consoante á razão por desdizer com os factos. E tantos adeptos logrou reunir a opposição ás idéas allemãs, que em pouco tempo fundou eschola. Depara-se-nos em muitos logares a exposição dos principios d'essa eschola, mas o verdadeiro symbolo dos apostolos da nova crença talvez em nenhuma parte se encontre tão completo e comprovado, como nas paginas do — *Journal de l'Anatomie et de la Physiologie normales et pathologiques de l'homme et des animaux*.— Escreveu-o Charles Robin, o mais distincto histologista francez, e, por ventura, summo sacerdote da nascente religião scientifica. Soccorrendo-se aos resultados de diuturnas e bem aquilatadas observações, o illustre professor da Faculdade medica de Paris impugna vigorosamente o lemma organogenico — *omnis cellula a cellula*. «Na hypothese, que faz derivar de cellulas todos os elementos, diz elle, só ha um facto verdadeiro — que aquelles foram no embryão precedidos por cellulas, que entraram primitivamente na composição do blastoderme; mas, liquefazendo-se estas pouco a pouco, desappareceram, e não ha affirmar com exactidão se os materiaes por ellas fornecidos, ou, antes, os principios immediatos, tomados da mãe, serviram á geração dos elementos que lhes succedem.

Ora após estas cellulas, originadas da segmentação do vitello, surdem nucleos que nascem inteiriços, por genese molecula a molecula, compondo logo e per si sós os tecidos dos orgãos do embryão.

São pois estes nucleos que servem de centro e ponto de partida á geração dos elementos anatomicos definitivos, entra-os depois por vezes a absorpção e desapparecem. É ainda por intermedio d'elles que o nascimento dos elementos anatomicos definitivos (quer dizer que não desapparecerão nunca, salvo certos casos accidentaes ou morbidos) se encadea á existencia e desapparição das cellulas, provenientes do vitello materno.

Com effeito o que se diz do papel das cellulas (embryonarias etc.) como ponto de partida da apparição de todos os elementos anatomicos, deve referir-se a nucleos que lhes succedem na mancha embryonaria, mas com a particularidade de que taes nucleos não derivam de cellulas embryonarias, nem se metamorphoseam em fibras, tubos, etc., como se affirmava do corpo das cellulas; tambem não são ponto de partida d'uma cellula, que se converteria depois em fibra ou tubo, mas o centro de geração de tubos, fibras, etc. e revelam, para logo, caracteres, que o distinguem d'outro qualquer.

A hypothese que faz derivar de cellulas todos os elementos é inexacta, porque a substancia d'estes nucleos não concorre para a geração do elemento anatomico; porque a substancia que nasce em derredor, com offerecer na sua apparição dimensões limitadas, não apresenta a forma dos elementos, que conservam o estado de cellula no correr da vida

[1] Dutrochet, *Mémoires pour servir à l'histoire naturelle des végétaux et des animaux*, t. II, pag. 468.

individual; e mais que tudo, porque esta passa gradualmente e sem estacionar a elemento caracteristico.

Finalmente, pelo que respeita aos elementos anatomicos, dotados com propriedades de vida animal, como tubos nervosos, fasciculos musculares do coração, tubos de myolemma, os nucleos que servem de centro á sua geração differençam-se dos nucleos embryoplasticos por circumstancias notaveis. Não são estes que, substituindo-se ás cellulas nascidas do vitello, servem, por modo commum, de ponto de partida á geração d'aquelles; são nucleos d'uma especie particular para cada um d'elles, nucleos que podem distinguir-se realmente dos embryoplasticos.

A apparição d'um elemento anatomico, que não existia, caracterisa essencialmente o facto do nascimento; propriedade da substancia organisada que se não converte noutras, nem se explica na sua natureza intima, como todos os factos elementares, todas as propriedades primordiaes de qualquer substancia[1].»

Assim rebate o esclarecido observador as doutrinas da theoria cellular. E não só o escuda contra as idéas de Virchow o resultado da experimentação, senão que tambem lhe serve para combater a analogia entre a evolução das cellulas e a formação dos crystaes, pregoada por Schwann. Mas neste ponto antolha-se-nos acerba a censura do critico francez, porque, se o histologista allemão faz mui ingenhosamente resaltar essa analogia, assignala ao mesmo tempo, como já dissemos, as differenças que extremam o crystal da cellula. Robin condemna-a pela seguinte forma:

«A idéa de comparar *á crystallisação* o nascimento ou genese d'um elemento anatomico não exprime a realidade, quando se attenta na propria natureza do phenomeno, como exceptuemos talvez a indicação de ser este molecular, ou dominado por phenomenos moleculares. Tal comparação só podia valer na epocha, em que, desconhecendo-se ainda o que era a nutrição, se ignorava tambem qual fosse a condição de existencia de todos os outros phenomenos de ordem vital.

O facto da genese dos elementos anatomicos torna-se incomprehensivel, se, dando de mão a esta particularidade, iniciamos, desajudados do methodo, o estudo das proprieda*des vitaes* pela do nascimento; se deslembramos que o duplo movimento continuo de composição e decomposição da substancia organisada, ou de renovação molecular, é a condição de toda a producção nova normal, ou accidental, na economia; e isto em consequencia da formação de substancias organicas, que adquirem figura e estructura particulares, ao passo que se unem aos principios crystallisaveis. Estes phenomenos simultaneos são, como vimos, o que caracterisa a geração da substancia organisada, amorpha ou figurada.

Ora, formação d'um principio immediato, que não existia no blastema, coincidindo com a apparição d'um corpusculo de configuração especial, eis o duplo facto fundamental e de mais assignalada importancia na *genese* de quaesquer elementos, porque a extrema dos outros phenomenos moleculares. Formação pelos principios do blastema d'uma especie de substancia organica, que não havia poder descobrir-se ahi, e por isso nova para elle, e apparição simultanea de materia organisada, seja amorpha, ou no estado de nucleo, e ainda mesmo no de cellula, são phenomenos concomitantes.

Mostra o que levamos dicto que os elementos anatomicos, nascidos nos blastemas como nos plasmas, nem á luz da chimica se atilam por estes; consequentemente os blastemas e os plasmas não podem considerar-se como um estado anterior individual das especies de elementos anatomicos figurados, que surgem á vida, ajudados e mantidos por aquelles.

Este facto distingue especialissimamente a genese d'um elemento anatomico da formação d'um crystal, da crystallisação emfim, pela qual modelam muitas vezes aquella.

E com effeito ha differença profunda entre 1.º a simples reunião molecula a molecula das partes dissolvidas d'um mesmo composto, ou, quando muito, de tres ou quatro especies analogas para produzir um corpo de formas angulosas determinadas, e 2.º a reunião em differentes proporções de principios immediatos, crystallisaveis e coagulaveis, dos quaes uma especie pelo menos *se forma á custa dos materiaes do liquido, no momento em que se realisa a união complexa d'estes diversos principios,* quando se patenteia a apparição subita ou quasi (genese) do elemento anatomico solido, amorpho ou figurado, e de volume variavel, consoante a especie que observamos[1].

Só uma particularidade unica logra fazer com que a palavra crystallisação não destoe do phenomeno — ser este *molecular,* porque se tracta da reunião molecula a molecula de principios que existiam no estado liquido e de diffusão numa materia liquida ou semiliquida. Comparal-o porém á crystallisação sob outro qualquer aspecto seria commetter um erro crasso, porque valeria tanto como confundir num só todos os phenomenos mole-

[1] Charles Robin, *Mémoire sur les divers modes de la naissance de la substance organisée en général et des éléments anatomiques en particulier*, no Journal de l'Anatomie et de la Physiologie etc. Première année, pag. 168 e 169.

[1] Aqui insere Robin uma nota, que julgamos desnecessario estampar, porque nella apresenta o auctor muito em sombra algumas idéas, que enunciámos nos artigos precedentes.

culares. Differe d'aquella não só pelas condições em que se manifesta, mas tambem pelo importantissimo facto da reunião em proporções mui differentes de principios numerosos, diversissimos pela sua natureza elementar.

E não convém com elle, sobre todas as cousas, pela mudança de estado especifico, que perfaz esta união molecular d'uma ou muitas das substancias organicas. Fallece pois aqui a simplicidade da crystallisação, em que se reunem sob angulos constantes, mas com dimensões variadissimas, as partes dissolvidas d'um composto chimico *unico*. Resalta ainda a dissimilhança entre os dous phenomenos de, no caso preciso d'uma solução complexa, se separarem os differentes compostos definidos, misturados entre si, para se reunirem exclusivamente a uma molecula da mesma composição. O caso dos saes, cujos acidos e bases, contendo oxygenio em proporção egual, se reunem em numero de dous ou mais no mesmo crystal, (como podem exemplificar o carbonato duplo de cal e magnesia chamado *dolomia,* e muitos outros compostos naturaes ou artificiaes) não basta com certeza para invalidar o que fica dicto. Afóra o facto de serem phenomenos moleculares a *formação* d'um crystal e o *nascimento* d'um elemento anatomico, jámais podemos nem devemos consideral-os como analogos, porque ambos são diversissimos na essencia; numa palavra a *crystallisação* e o *nascimento* são dous factos completamente distinctos.

Ha ainda nesta simultaneidade de formação d'uma ou de muitas substancias organicas reunidas, molecula a molecula, com alguns principios preexistentes, por modo que brotem um corpusculo de forma determinada, uma differença capital, que separa da crystallisação a genese, cuja caracterisação serve. É a ausencia de qualquer *estado anterior* como elemento anatomico; este, avultando com um determinado volume, não existia antes de se patentear pelos meios que permittem verificar sua apparição, e medir-lhe as dimensões. Pelo contrario no caso do composto chimico, antes de avultar aos poderes amplificadores os mais consideraveis, a materia de cada um d'estes crystaes existe especificamente no *estado anterior de corpo simples ou composto em dissolução;* podem revelal-a certos reagentes, actuando sobre cada uma das suas particulas elementares, seja qual for a idéa que d'estas formarmos segundo as diversas hypotheses sobre o estado anterior e molecular dos saes, etc.

No facto do nascimento não ha ver outro estado anterior á apparição d'um elemento anatomico, com sua forma e volume determinados e constantes, senão as condições, physicas por um lado e moleculares pelo outro, que determinam ou permittem a formação de substancias organicas novas a par da sua união simultanea com principios já formados, existindo no estado de dissolução, e revestindo immediatamente o todo, forma e volume proprios. Mas antes da apparição dos elementos é impossivel desvendar qualquer significação da sua existencia individual nos materiaes que lhe servem a genese, excepto o que respeita a estes mesmos principios immediatos, e que já precedentemente foi considerado[1].»

Basta o que deixamos transcripto para se conhecer o que pensa Robin da evolução das cellulas comparada á formação dos crystaes. Vejamos pois agora como o eminente histologista explica o nascimento da substancia organisada e a reproducção dos elementos anatomicos. «Num liquido ou entre elementos anatomicos amorphos ou figurados, em que nada existe senão o plasma d'um humor, ou um blastema, unem-se quasi subitamente molecula a molecula certos dos seus principios immediatos numa substancia solida ou semi-solida, amorpha ou figurada.

Sem emanar directamente de nenhum dos elementos, que os cercam, surgem inteiros novos individuos, por geração nova, ajudados e favorecidos com principios derivados dos ultimos, que se associam segundo certas leis determinadas da attracção molecular num ou muitos corpos solidos ou semi-solidos.

Não se destacam d'outro os elementos que assim se avultam, mas necessitam para nascer dos que os precedem, ou rodeiam no momento da sua apparição, como clausula da chegada e elaboração dos materiaes, que abandonam estes, para se reunirem em corpos organisados individualmente e ás vezes especificamente distinctos dos seus antecessores.

É sobre todos admiravel e importante o conhecimento d'este facto que caracterisa o nascimento propriamente dicto, ou genese dos elementos anatomicos vegetaes e animaes[2].

Assim é uma *genese* o nascimento da substancia organisada, d'ella deriva a apparição rapida, em condições determinadas, de corpos particulares distinctos e separaveis dos que os cercam. Estes corpos são elementos anatomicos, quer figurados, quer no estado amorpho.

Os elementos anatomicos amorphos podem, consoante as especies a que pertencerem, ou ficar amorphos, taes quaes nasceram, desinvolvendo-se mais ou menos; ou *individuali-*

[1] Charles Robin—*Mémoire sur les divers modes*, etc., loc. cit., pag. 169 e segg.

[2] O texto vem aqui lardeado d'uma nota em que o auctor, depois de determinar o sentido da palavra *genese*, deplora que noções erroneas das leis, tanto staticas ou anatomicas como dynamicas ou physiologicas, que convertem cada organismo num todo complexo, formado de partes diversas mas solidarias, podessem originar em toda a parte e desde o tempo de Leibnitz certa tendencia a fazer da economia viva uma cousa simples, e a substituir a noção de unidade e consequentemente de homogeneidade confusa á de solidariedade de partes e actos diversos.

sar-se em elementos anatomicos figurados, distinctos, pertencentes aos que têm forma de cellulas.

É sempre uma *divisão* d'estas especies de substancias, amorphas per si mesmas, aquella *individualisação,* e esta geralmente precedida da genese, no seio da propria substancia, de nucleos que servem de centro, em derredor de cada um dos quaes a materia amorpha se divide em cellulas, ou cuja divisão é, pelo contrario, o ponto de partida da substancia que se individualisa.

Por dous modos se perfaz esta divisão: scisão ou segmentação propriamente dicta da massa de materia amorpha, e formação de prolongamentos ou gomos que se separam da massa.

Esta divisão por scisão e por gomnoscencia, donde resulta a individualisação de certas substancias amorphas em cellulas, observa-se egualmente sobre estas mesmas cellulas. Neste caso ha producção d'um individuo novo, similhante áquelle donde provém, isto é reproducção d'este; mas esta divisão não differe na essencia da que produz a individualisação cellular das substancias amorphas, divergindo d'esta sómente pela forma e dimensões das partes que se dividem.

Assim prende a *reproducção* o presente com o futuro, mas esta não transcende da repetição da individualisação d'uma cousa que existia já, d'um elemento revelado pela genese e já individualisado, ao qual é sempre necessario e sempre possivel remontar experimentalmente [1].

[1] O estudo dos phenomenos do nascimento como os do desenvolvimento dos elementos anatomicos suppõe conhecido certo numero de factos, que são communs ao ovulo de todos os seres, vegetaes ou animaes, que reproduzem por ovos. Referi-os na minha *Historia natural dos vegetaes parasitas* (Paris, 1853, pag. 194 e segg.) O ovulo é um *producto* do ser vivo, já num certo gráu de desenvolvimento, cuja evolução dá em resultado a *reproducção* d'este ser. Começa como todos os productos, com raras excepções, pelo estado de *cellula*, isto é, d'um dos mais simples elementos anatomicos. Mas esta cellula, nascendo inteira por genese ou geração, desenvolve-se pouco a pouco, e para logo deixa de representar uma cellula propriamente dicta, considerada como elemento anatomico. E assim sob a face morphologica ou da conformação, onde avulta ainda como cellula, pois que apresenta uma parede (membrana vitellina) e uma cavidade pejada d'um conteúdo *(vitellus);* mas sob o aspecto ORGANICO converteu-se num *producto especial*, num *orgão* pertencente ao apparelho gerador, *orgão* dos mais simples entre os *orgãos* conhecidos, pois que muitas vezes não é mais complexo que um elemento anatomico, mas preenchendo ainda assim um *uso* particular e dos mais importantes. Como a maior parte dos productos este é expellido, ou atrophia-se apenas attinge aquelle gráu de desenvolvimento, chamado *madureza*. Perde-se pois, destroe-se, a não ser que, por virtude da penetração dos spermatozoides ou do contacto dos tubos pollinicos, tal desenvolvimento do ovulo se não continue por individualisação (com o auxilio e á custa do *vitellus* ou do seu analogo nas plantas) de elementos anatomicos novos, que vêm formar tecidos, systemas, orgãos, etc.

A reproducção é só um nascimento relativamente ao individuo novo, que se separa d'aquelle que está já nascido, a respeito d'este é uma *producção,* mas, em si mesma, é apenas uma individualisação repetida, um resultado de phenomenos de divisão ou de gomnoscencia, de elementos anatomicos figurados, que, existindo estes, pode ter logar ou nem sequer apparecer [1].»

Segue por muitas paginas, opulentissimas de sciencia, o desenvolvimento d'estas e outras idéas congeneres. Levar-nos-ia porém longe, e sahiriamos fóra do plano que nos propozemos, seguir o auctorisado histologista no seu diffuso estudo, que abarca não só os dominios da physiologia, mas tambem os da pathologia [2]. Assiste-nos porém a convicção de que as transcripções, tomadas da *Memoria* do insigne professor parisiense, bastam para se conhecer perfeitamente a funda divergencia de opiniões, que separa as duas escholas rivaes na interpretação dos factos organogenicos.

Muito poderiamos alongar ainda esta exposição, se quizessemos abrir logar a outras doutrinas organogenicas, que ahi andam disseminadas por variadas obras e chancelladas por nomes illustrissimos. Mas ou por mui parecidas ás já nomeadas, ou por destoarem da geral observação, não ha por que racionalmente as memoremos.

E d'entre as mesmas que transcrevemos, certo nenhuma avulta extreme de defeitos, antes se presentam todas com larga margem para justificados prologos. Provam esta asseveração o longo exame e apurada analyse, a que as têm submettido alguns criticos esclarecidos.

Não vão longe muitos annos que escreviamos noutro logar a identico proposito: «É tempo de deixarmos as crenças para a fé, as hypotheses para a metaphysica, e firmarmos a sciencia no solido plintho da realidade. Esta nem o espirito a previu ainda, nem a observação a pôde encontrar jámais [3]».

Illudiramo-nos então. A *lei de creação* [4] descoberta pelo genio colossal de Hoëné Wronski deve resolver o problema organogenico. Persuadem-o as invenções originalissimas d'este altissimo talento, que já illuminam a sciencia sublime das mathematicas. Aguardemos pois a sua revelação.

V. DE M.

[1] Charles Robin, *Mémoire*, etc., loc. cit., pag. 43 e segg.

[2] Idem, idem, no Journal de l'Anatomie, etc., deuxième année,, pag. 113 e segg.

[3] Da Osteogenia, etc., pag. 58.

[4] Hoëné Wronski, Le Destin de la France, de l'Allemagne, et da la Russie, comme Prolégomènes du Messianisme — Messianisme ou Réforme absolue du savoir humain.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

AINDA A CONVENÇÃO DE 30 DE AGOSTO DE 1808

(Vulgarmente chamada «Convenção de Cintra»)

> Á clausula de investigar sollicitamente a verdade procurámos satisfazer, recorrendo sempre de preferencia ás fontes primitivas; —aos livros e relações das testemunhas presenciaes e escriptores contemporaneos, e principalmente ás correspondencias officiaes,... que... servem ás vezes até a emendar erros em que cahiram os proprios auctores que no theatro da guerra presenciaram os factos...
>
> Sr. Varnhagen — *Historia das Lutas com os Hollandezes no Brazil* — Pref., pag. VIII e IX.

Quando compuz o meu humilde ensaio sobre a viagem de lord Byron a Portugal, a Bibliotheca Nacional de Lisboa ainda não possuia uma porção de livros inglezes, allemães e francezes, que adquiriu ultimamente de um estrangeiro domiciliado aqui, ha annos.

Um desses livros é a *Memoria* escripta pelo general sir Hew Dalrymple sobre o seu procedimento com relação aos negocios de Hespanha e ao principio da guerra da peninsula; — impressa em Londres no anno de 1830[1].

Postoque essa obra confirme plenamente algumas apreciações e conjecturas feitas no meu estudo[2] sobre a convenção, eu certamente não fallaria nisso, se, pelo que dizem os nossos escriptores e curiosos da guerra peninsular, não me parecesse completamente desconhecida aqui aquella interessante *Memoria*.

Para maior clareza, vou numerar os pontos que julguei ter averiguado, e outro que não toquei por muito escuro.

1.º *Onde se tractou e assignou o armisticio ou suspensão de armas de 22 de agosto de 1808?*

Escrevi que este armisticio fôra assignado no Vimeiro. Isto, que era uma simples inferencia, tinha comtudo proprio e cabal fundamento. Era a narrativa do duque de Wellington[3] e a da duqueza de Abrantes[4]. Mas o que muito se deve notar é que nenhum d'elles o diz positivamente, ao passo que entre nós a *Collecção dos Tractados, Convenções*[1], etc. de Ferreira Borges e o *Correio Braziliense*[2] dizem que o armisticio fôra assignado em Cintra; e uns escriptores[3] guardam silencio, emquanto outros[4], parecendo seguir aquellas narrativas, citam não obstante o *Correio Braziliense,* vindo assim lançar não pequena confusão, no espirito dos leitores.

Sendo certo, porém, que no dia immediato ao da gloriosa acção de 21 de agosto de 1808 o general Kellermann foi depois da uma hora da tarde ao acampamento britannico do Vimeiro propôr uma suspensão de hostilidades, com o fim de se tractar de uma convenção para o exercito francez evacuar o reino; — e tendo a proposta sido acceita e o armisticio negociado e concluido nesse dia; — entendi que era fóra de toda a duvida ter-se assignado o mesmo accordo no Vimeiro. E assim o affirmei.

A *Memoria* do general Dalrymple (que até lhe chama o «Armisticio de Vimiera» e «de Vimeira», — *intr.*, pag. X, — e pag. 124 e 131) confirma isso da maneira seguinte (pag. 63–65): — «pouco depois da uma hora da tarde *(do dia 22 de agosto)* o general Kellermann chegou aos quarteis de sir Arthur Wellesley, no Vimeiro, onde encontrou sir Harry Burrard, sir Arthur Wellesley e a mim. — O fim da missão do general Kellermann era propôr da parte do general em chefe do exercito francez uma suspensão de hostilidades, com o fim de se accordar uma convenção definitiva para os francezes evacuarem Portugal com armas e bagagens. Os generaes sir Harry Burrard e sir Arthur Wellesley auxiliaram a discussão que houve nesta conjunctura..... — Tirado a limpo o armisticio, foi este assignado por sir Arthur Wellesley e pelo general Kellermann, o qual se retirou...»

2.º *Onde foi assignada e ratificada a convenção de 30 de agosto de 1808?*

Dissemos que a convenção foi celebrada e assignada em Lisboa; em que não ha difficuldade.

1 *Memoir*, written by General sir Hew Dalrymple, Bart. of his proceedings as connected with the affairs of Spain, aud the commencement of the Peninsular War. London, 1830.

2 Vide pag. 209.

3 *Selection from the dispatches and general orders of Field Marshall the Duke of Wellington* by Lieut. Colonel Gurwood, pag. 235 e 236.

4 *Mémoires* de madame la Duchesse d'Abrantès, t. 12., e pag. 86-89.

1 T IV, pag. 533.

2 Prim. sem. de 1809 — cit. pelo sr. S. J. da Luz Soriano — *Historia da Guerra Civil* — 2.ª Ep., t. I, pag. 447, nota 2.

3 Ferreira de Freitas — *Bibliotheca Hist. Polit. e Diplom. da Nação Portugueza*, — t. I, pag. 188; e sr. Claudio de Chaby — *Excerptos Historicos* — vol. III, pag. 74 e 75.

4 Sr. Soriano — *Historia da Guerra Civil* — 2.ª Ep., t. I, pag. 416, 418 e 419.

Advirta-se tambem que não fallámos de Junot, que tinha o seu quartel general em Lisboa. Tractava-se unicamente de saber onde foi feita a ratificação do general Dalrymple.

Bellamente o diz o sr. A. Herculano, que os escriptores «primeiros na ordem dos tempos em que escreveram, são tambem primeiros no conceito que nos devem merecer[1].» Esta a razão porque citei em primeiro logar o testemunho de José Accursio das Neves sobre a convenção — «ratificada (são palavras suas) pelo general em chefe do exercito britannico em Torres Vedras.» E em seguida expuz esta opinião novissima de um escriptor dos nossos dias: — que a convenção denominada de Cintra é «assim chamada por ter sido ratificada em Cintra no dia 31 d'aquelle mez *(agosto)* pelo general Dalrymple que neste mesmo dia havia transferido para a dicta villa o seu quartel general.»

Julgo desnecessario apresentar aqui de novo os argumentos com os quaes contestei essa asserção. Baste saber-se que, verificada a hypothese da mudança do quartel general inglez para Cintra no dia 31, ainda aquella opinião seria falsa, porque documentos officiaes em nenhuma maneira suspeitos mostram com evidencia que o general Dalrymple ratificou a convenção a 30 de agosto, isto é, quando estava ainda em Torres Vedras. Mas nem essa hypothese se verifica, porque só no dia 2 de setembro foi transferido para Cintra o quartel general inglez. — «Tendo-se ultimado a convenção definitiva» — diz a *Memoria* (pag. 71) — as tropas do meu immediato commando principiaram a marchar no primeiro de setembro para as posições que deveriam occupar durante o embarque dos francezes; *e no dia 2 estabeleci o meu quartel general em Cintra*...; de Cintra, portanto, foram datados e expedidos os meus despachos que davam noticia dos tractados recentes.»

Declarado assim por palavras não minhas, senão do proprio general Dalrymple, quão impossivel cousa era que elle ratificasse a convenção em Cintra, pergunto agora, para esclarecer outro caso, — que despachos foram esses *datados e expedidos de Cintra,* nos quaes se dava noticia dos *tractados recentes,* e a quem eram dirigidos?

A esta interrogação responde a *Memoria* assim (pag. 1-2):

«Conseguintemente, pude apenas dizer, em resposta á carta de lord Castlereagh, que se havia ajustado um armisticio, ou, subsequentemente, uma convenção definitiva, como por esse tempo S. Ex.ª devia ter sabido pelo meu despacho de 3, de Cintra.»

Apertemos bem o ponto, e o texto em todo o rigor. — Acabamos de ver que o despacho que levou a lord Castlereagh a noticia do armisticio e da convenção (que vem a ser os *tractados recentes*) era datado de Cintra, a 3 de setembro. Sabemos tambem que lord Castlereagh recebeu esse despacho, do qual deu parte a lord Mayor, em 15 do mesmo mez[1]. Notae agora que o *Correio Braziliense* transcreveu um despacho de communicação do armisticio e do convenio — despacho dirigido a Castlereagh e assignado por Dalrymple, *com data de Cintra, 5 de setembro* — em seguida ao citado officio de 15 de setembro, o qual pelo seu conteudo obviamente se lhe refere, *comquanto dê ao despacho de Dalrymple a data de 3.* — Quando isto li attentamente, logo me quiz parecer que havia aqui engano, e por isso lancei no meu estudo a nota seguinte: «Ha motivo para duvidar se foi de 5 ou de 3 *(o despacho de Dalrymple)* em presença de um officio de Castlereagh para lord Mayor de 15 do mesmo mez e anno (setembro de 1808).» E cotejando esses documentos com os logares citados da *Memoria,* — provado, como está, que tinha a data de «Cintra, 3 de setembro» a partipação do armisticio e da convenção feita officialmente por sir Hew Dalrymple a lord Castlereagh; — e, por outro lado, pondo o *Correio Braziliense* a data de «Cintra, 5 de setembro» a um despacho d'aquelle general que tracta justamente do mesmo assumpto e é dirigido á mesma pessoa: — bem é de crêr que houve erro de copia ou de typographia, e que tal despacho não foi datado de 5, sim de 3.

Era nesse despacho que o general Dalrymple dizia que — «se assignou a convenção e se trocou a ratificação aos 30 do mez passado *(agosto).*» Corroborada a verdade d'estas expressões por outras peças officiaes egualmente importantes, observei que tanto o duque de Wellington, como o *Relatorio da meza da inquirição estabelecida* (em Londres) *para indagar as circumstancias da convenção de Cintra,* signalam ao facto da ratificação do general Dalrymple a data de 31. Vendo agora que o auctor da *Memoria* se soccorreu neste ponto ao citado *Relatorio,* e se auctorisou com elle para dizer que a sua ratificação foi feita no dia 31, pendo a crêr que esta inesperada declaração póde talvez, á primeira vista, causar algum embaraço no animo do leitor. Porém, considerada mais interiormente, não é outra cousa que um esquecimento ou equivoco. As razões que assim o persuadem são todas de muito pezo.

A mais geral, e que primeiro occorre, é que o *Relatorio* (de 22 de dezembro) tem contra si a conjuncta auctoridade de documentos officiaes contestes e irrefragaveis, e até antes de escripto estava já desmentido nesse ponto pelo general Dalrymple no officio de 3 de setembro, pela *Proclamação* de

[1] *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em* 1497, 2.ª edic., na 2.ª, pag. 133 e 134.

[1] Veja o *Corr. Braz.*, t. 1, pag. 307 (setembro de 1808).

10, tambem de setembro, dos commissarios britannicos e francez, e finalmente pela communicação do governo de Lisboa mandada em 18 de outubro para o Rio de Janeiro.

A segunda compõe-se de todas estas: — Onde foi escripta pelo general Dalrymple a participação official do armisticio e da convenção? No mesmo theatro dos acontecimentos. Quando? Apenas tres dias depois de 30 de agosto de 1808. Em que situação? Debaixo da sua responsabilidade effectiva como general em chefe do exercito britannico em Portugal.

Terceira: — Ao passo que a *Memoria,* publicada depois da sua morte, foi composta já no fim da vida, sob o pezo de gravissimos desgostos, os clamores do parlamento, as terriveis invectivas da imprensa e a justa indignação do povo inglez; — faltando-lhe por isso, nesta parte, aquelle caracter de indubitavel certeza que, aos olhos de uma critica sizuda, tem o officio de 3 de setembro, a participação do conselho da regencia ao principe regente, etc., etc.

3.° *Porque se lhe chama* «Convenção de Cintra?»

Só resta nesta materia um escrupulo muito bem fundado. Não foi a convenção tractada em Cintra, nem assignada em Cintra, nem ratificada em Cintra. E cousa é certo maravilhosa que nunca se chamou, nem presentemente lhe chamam senão — *convenção de Cintra!* «Denominação impropria e bem pouco feliz dada a este tractado; — escreve o general Dalrymple — pois d'ella resultou a opinião de que elle foi effectivamente negociado e concluido naquella villa, em um certo palacio, o palacio dos Marialvas, comquanto Cintra ficasse na retaguarda da «formidavel posição[1],» cuja posse foi alcançada pela convenção.» (*Mem.* pag. 75, nota).

Não faltam exemplos de semelhantes abusões.

Quem não tem ouvido fallar nas *côrtes de 20* aos raros patriotas d'esse tempo que ainda vivem e ainda morrem de amores pela liberal constituição? E, todavia, como todos sabem, não houve côrtes no anno de 1820. Foi no dia 26 de janeiro de 1821 que se installou o Augusto Congresso no palacio das Necessidades.

Tambem, hoje em dia, os noveis deputados, os relatorios de pensões a viuvas, e os necrologios das folhas periodicas rivalisam em galas de estylo e pompas de eloquencia quando recordam á fraca geração presente as gentilezas e façanhas dos bravos do Mindêlo! E ninguem ignora que o monumento do desembarque do imperador e dos seus companheiros de armas em 8 de julho de 1832, — monumento devido ao sr. marquez d'Avila e de Bolama (quando administrador geral do districto do Porto) que teve a honra do pensamento inicial, — não foi levantado nas praias de Mindêlo, senão em Arnosa de Pampelido onde o exercito libertador aportou na terra patria[1].

Acabo com um exemplo palpitante de actualidade. É o tunnel do monte Cenis, isto é, vulgarmente chamado do monte Cenis.

O pensamento de lançar um caminho de ferro atravez do monte Cenis, que foi primeiramente uma idéa nacional do Piemonte e da França, tornou-se dentro em pouco universal. Posto á parte, por considerações que não vem para aqui, foi por fim levada a cabo a empreza quasi fabulosa da perfuração dos Alpes abrindo-se um tunnel no monte Tabor, entre Modane e Bardonnèche, quer dizer, a não menor distancia de 20 kilometros do monte Cenis[2]. Apezar d'isso, vão todos sempre dizendo e escrevendo «tunnel do monte Cenis», como convém á propagação dos conhecimentos uteis no seculo das luzes!

Mas que se diga *côrtes de 20,* — entende-se; porque as côrtes constituintes de 1821 derivaram naturalmente a sua origem do movimento de 24 de agosto de 1820 na heroica cidade do Porto. *Bravos do Mindêlo* — tambem, pela proximidade a que essa praia fica da de Arnosa de Pampelido. E *tunnel do monte Cenis* — seja embora pela razão que já disse: — o pensamento primitivo.

Não succede o mesmo com a convenção de 30 de agosto de 1808. Ministros, capitães, lettrados, politicos, povo e toda a gente lhe chamou sempre — *convenção de Cintra.* Porque, é que ninguem sabia. «Mas elles que an-«dam tão firmes nisto por alguma cousa ha de «ser» — pensaram os escriptores. E, já se sabe, com a liberdade que é o primeiro timbre de

[1] Expressão de que se serviu sir Arthur Wellesley, depois duque de Wellington, para designar as fortes posições occupadas pelos francezes na occasião em que se fez a proposta do armisticio e da convenção. Por motivos que é desnecessario expôr neste logar, o general Dalrymple dava muita importancia áquella expressão.

[1] — «povoação de S. João de Mindêlo, que equivocadamente se tem até agora designado como logar do desembarque do exercito libertador, quando este acontecimento memoravel, que se verificou no dia 8 de julho de 1832, teve logar nesta praia de Arnosa de Pampelido etc.» — *Auto da collocação da pedra fundamental do monumento*, etc. publicado no *Arch. Pittoresco* de 1865, pag. 36-38.

[2] «C'est encore par vieille habitude et par extension que l'on appelle le souterrain «tunnel du Mont-Cenis,» car il ne traverse pas cette montagne. — Le tracé est rigoureusement droit et coupe le Mont-Tabor par le col de Fréjus, à environ 1:800 mètres de la cîme, en s'enfonçant dans la roche, exactement du N. 22 O. au S. 22 E.» — *L'Illustration*, vol. LVIII, n.° 1490, pag. 186 (16 sept., 1871).

«C'est donc une désignation impropre que celle de tunnel du Mont-Cenis donnée généralment à la trouée des Alpes.» — *Revue des Deux Mondes*, t. 55.°, pag. 897 (15 fev. 1865).

que se faz honra em toda a parte a republica das lettras, cada qual ahi dissertou com tanto mais gosto e facilidade quanto é bem certo que neste luzido concurso foi dispensada, por commum accordo, a prova documental. De maneira que só por arte e architectura da sua imaginação descobriram uns que ella tinha sido assignada em Cintra, outros ratificada, e que d'ahi houvera nome.

Não era assim, e José Accursio das Neves, muito antes d'elles, escrevera já que não era assim. Comtudo, não disse porque diziam — *convenção de Cintra*. Vê-se das suas palavras que o não soube, nem isso pode causar extranheza quando até o ignorava, como vimos, um dos ratificadores da convenção!

Pelo que nesta parte, e em tudo o mais, sinto verdadeiramente não poder satisfazer aos «curiosos que querem razão de tudo,» como disse com elegancia o nosso fr. Luiz de Sousa.

ALBERTO TELLES.

SEMPRE NOIVA

Chronica eborense

(Continuado de paginas 259)

V

MARTIM LOURENÇO

Sempre dos sabios foy sentença antigua
Que o ouro menos val ao cobiçoso
Que ao forte a liberdade...

F. R. LOBO — *O Condestabre de Portugal*. Cant. IV.

Martim Lourenço parecia em tudo singular. Fadado pela natureza com grande força e coragem, repugnava a inercia, como a procellaria o mar de bonança. Entre viver e combater não punha differença essencial. A lucta era o seu elemento. Recreiava-se em vencer difficuldades de toda a ordem; em resolver problemas reputados insoluveis; em subjugar as potencias da natureza; em arcar com a força moral ou physica de muitos homens; em offerecer ou acceitar batalha aos animaes ferozes. Amava os perigos com extremo, porém os perigos maiores, os de que ninguem deixasse de apostar com probabilidade apparente que lhe fariam perder a vida. Chamava a estes prazeres uteis ou agradaveis, conforme aproveitavam a outrem, ou não serviam senão de satisfazer-lhe a paixão dominante.

Os seus contemporaneos mal o comprehenderam. Aos nossos pareceria de todo incomprehensivel. Se vivesse hoje, não o resolveriam de modo nenhum a publicar por meio da imprensa a sua propria apotheose, a fazer-se eleger deputado, a receber um subsidio do thesouro para ir a uma exposição estrangeira, a acceitar, sequer, um habito de Christo. Os periodicos qualifical-o-iam de *excentrico*, os medicos mandar-lhe-iamos tomar banhos de chuva. No seculo XVI, á falta d'aquella palavra e d'este remedio, havia, como vimos, quem lhe chamasse sandeu e se propozesse cural-o radicalmente, enforcando-o. Cada epocha falla e procede a seu modo.

Todos os cuidados da educação foram insufficientes para corrigir a indole extravagante de Martim Lourenço. Seu pae, architecto habil, que trabalhou em tempo de D. Affonso V e de D. João II no mosteiro da Batalha, poz os maiores esforços em lhe moderar as propensões desarrazoadas, que, sendo ainda criança, patenteara. Debalde. Martim Lourenço ouvia as reprehensões com respeitosa attenção, e chegava muitas vezes a denunciar as proprias faltas para receber o castigo. Recusava-se, porém, sempre com invencivel pertinacia a prometter a emenda, de que se tinha por incapaz.

Tornara-se forte e agil nos exercicios perigosos em que se entretinha contra a vontade paterna. Subia com egual destreza aos corucheus do templo e aos pinheiros dos montes; saltava das cornijas aos capiteis e dos outeiros aos valles; trepava pelos rendados da pedra e pelas escabrosidades dos rochedos; pendurava-se dos cogúlhos dos pinaculos e das fraguras dos alcantis. Familiarisou-o esta gymnastica roborante com as obras da natureza e da arte.

Até á edade de doze annos foi absolutamente impossivel ensinar-lhe a ler e a escrever. Imaginativo e propenso ao extasis, desagradava-lhe o longo e enfadonho trabalho, indispensavel para conhecer e traçar os signaes graphicos. A opulenta phantasia transfigurava-lhe os caracteres do alphabeto em arvores e animaes e monstros, de sorte que, primeiro que chegasse a entender o que significavam, lia nelles as chymeras em que o espirito desvairado e caprichoso lh'os metamorphoseava.

Um acontecimento extraordinario o obrigou, emfim, a aprender estes rudimentos.

Obedecendo a extravagantes impulsos, fugia dos aposentos do architecto pela calada da noite. Umas vezes, deitava a correr pelos descampados, embrenhava-se nas espessuras dos bosques, entranhava-se nas concavidades das cavernas, e, longe de se amedrontar com os saltos dos animaes montesinos, com os assovios das corujas, com os adejos dos morcegos, expulsava-os de suas residencias predilectas. Outras vezes, equilibrando-se como um arlequim, corria pelos espigões dos telhados do mosteiro, chegava aos eirados proximos da egreja, e descia por algum botareu ao claustro, cujo silencio e solidão lhe apraziam.

Certa noite viu luz num angulo da vasta

quadra. Tremulos clarões illuminavam naquelle sitio a abobada artezoada, e projectavam nas paredes as sombras irrequietas das columnas e dos ornatos das ogivas. De espaço a espaço os echos das arcadas repetiam os sons estridentes e agudos que sahiam de ao pé da luz, produzidos como por um instrumento de ferro a bater na pedra. Depois seguia-se o ruido surdo e prolongado que faz o attrito ou roçadura entre aquelles dois corpos.

Um homem fugiria transido de susto; a criança avançou cheia de curiosidade.

Como se aproximasse, viu um frade de joelhos, que, á luz da lanterna que tinha junto de si, tentava arrancar com uma alavanca certa pedra embebida na parede, rez do chão. O frade, sentindo passos, voltou-se, e, avistando uma figura de seis palmos de altura, tomou-a pelo demonio, fugiu, e deixou o ferro e a lanterna.

Martim Lourenço foi logo examinar a obra que naquella noite lhe perturbara o socego do claustro. A lapida que o frade chegara a ponto de arrancar tinha um triangulo e signaes desconhecidos. A criança concluiu o trabalho do homem e aproveitou-lhe o fructo. Era um livro de pergaminho que estava depositado no vão por detrás da pedra. Observando-o á luz da lanterna, viu um manuscripto riquissimo no material, que do mais não entendia nada. Repoz a lapida no seu logar, voltou ao aposento com o livro, e escondeu-o comsigo no leito.

Passou o restante da noite sem pregar olho. Inquietava-o a curiosidade, perseguia-o o desejo de examinar á luz do dia o seu mysterioso achado.

Logo que ao primeiro alvor se seguiu a claridade da aurora, saltou fóra do leito, pegou no livro, e foi sentar-se á janella da camara. Em frente, por cima dos cerros distantes, tingiam o céo extensos e variegados rubores. Algumas nuvens pequenas reflectiam já os raios directos do sol, e fluctuavam no horisonte, como frocos de oiro e neve em ondas roseas e purpurinas. Porém, aos bosques e prados, que não viam ainda o astro do dia, chegava apenas a luz diffusa, aquella claridade indecisa e vaga, que parece luctar com as ultimas sombras da noite, esvaecendo as côres e confundindo as formas dos objectos. As aves sahiam dos latibulos das espessuras, e começavam a animar com suas vozes e movimentos a superficie da terra. As corollas das flores desabrochavam nas plantas, acordadas do nocturno somno, e perfumavam a atmosphera de essencias e aromas. A natureza toda festejava o raiar do novo dia.

Martim Lourenço abriu outra vez o livro para o examinar por menor. Orlavam-lhe as paginas tarjas vermelhas com ramos e figuras bem desenhadas, que serviam de ornamentos a emblemas desconhecidos. Abriam os periodos letras grandes, rasgadas e majestosas de phantasiado lavor. Era um codice nitido e elegante, obra admiravel da habilidade e da paciencia humana. A criança fixava os caracteres attentamente, e affligia-se de os não saber decifrar. Mirava e remirava com avidez aquelles enigmas inintelligiveis, estudava e comparava a forma das letras, examinava as abreviaturas, contava e corria as folhas do principio ao fim e do fim ao principio sem perceber uma só palavra. Tinha por certo que o livro era um thesouro, embora não soubesse de quê. Se o não fosse, ninguem se teria cançado a enchel-o de primores de calligraphia e de pintura, ninguem o occultaria na parede do claustro, ninguem o buscaria á meia noite naquelle mysterioso esconderijo.

Lembrou-se de o levar ao pae, e pedir-lhe que lh'o lesse. Receiando porém que o architecto se escusasse a satisfazer a esta supplica, ou que lhe impedisse as excursões nocturnas, pareceu-lhe melhor apprender a ler e acceitar as lições que até então desprezara. Habilitar-se-hia assim a saciar a curiosidade sem communicar a outrem o seu valioso achado.

Quando se levantou da janella o sol brilhava esplendido no puro azul do céo, inundava de luz os montes e os campos, e seccava com o vivificante calor as gottas do orvalho da noite.

Martim Lourenço apprendeu em poucos dias o alphabeto, em poucas semanas a decompôr as palavras em syllabas, em poucos mezes a ler correntemente a letra usada naquella epocha.

Ao passo que se desenvolvia na leitura, trabalhava com afinco por interpretar as paginas mysteriosas do manuscripto. Sahia-lhe sempre baldado o empenho. Conhecia e denominava as letras, separava as syllabas, mas nem a analyse nem a synthese lhe davam palavras intelligiveis. Convenceu-se a final de que o livro era escripto numa lingua estranha, provavelmente na latina, que os auctores usavam mais que a materna. Não se lhe esgotou a paciencia com esta nova difficuldade, e pediu ao pae que lhe mandasse ensinar latim.

O architecto via com espanto a maravilha da transformação, e explicava-a pelo genio extravagante e caprichoso do filho. Sabendo porém que, sempre que um desejo forte o dominava, lhe poderia exigir todo o sacrificio, poz-lhe estas condições: apprender a escripta, o desenho e a architectura. O filho acceitou-as, e no espaço de dois annos estudou com um frade do convento o que era da sua competencia, e com o pae o que pertencia á arte.

Logo no principio, apenas se habituou á toada particular do latim, conheceu que não se enganara, suppondo o livro escripto nesta lingua. A certeza que adquiriu serviu-lhe de

incentivo para proseguir no estudo enfadoso da grammatica, e para continuar os trabalhos que lhe haviam sido impostos. Depois, quando começou a traduzir, e pôde interpretar algumas linhas do manuscripto, achou que tinha por assumpto a architectura. E, percebendo que declarava segredos da arte, que o pae lhe não ensinara, ou porque não o suppunha ainda com edade para os saber, ou porque elle proprio os ignorava, mais se lhe aguçou a curiosidade, e nova diligencia poz em se aperfeiçoar na lingua latina.

O principal architecto da Batalha foi o auctor do livro encontrado por Martim Lourenço. Querendo deixar nesta obra a explanação ou commentario d'aquella, compendiou com muita clareza e concisão as regras superiores da arte, considerou-as applicadas ao grandioso edificio, expoz os principios que lhe serviram de norma na concepção sublime do todo e na combinação harmonica das partes; declarou, emfim, a significação das siglas, dos emblemas e até dos elementos architectonicos, porque, bem como nas paginas escriptas não poz uma palavra sem idéa, assim tambem no grande livro de pedra não deixou uma só peça a que não correspondesse algum pensamento.

Nós vemos hoje, admiramos, meditamos a Batalha, e não a comprehendemos. Obra monumental d'uma arte perdida, expressão gloriosa do sentir de outro tempo, epopêa magnifica escripta nas letras de pedra d'uma linguagem olvidada, é já, como o dolmen, a pyramide, ou o obelisco, um enigma legado á posteridade pelas gerações que passaram. Subsiste, é certo, de pé e inteiro. Conserva-o, mais que a dureza do marmore, o christianismo, como aos outros edificios congeneres, dos quaes, sem a religião, não restariam senão ruinas, que o viajante ou o archeologo desenterrariam hoje na Europa, do mesmo modo que na Asia as reliquias das cidades que morreram com seus velhos cultos.

O architecto, prevendo o fim proximo do estylo a que se deu a posthuma designação de *gothico* (porque o estylo acabou, não obstante ficar subsistindo a religião que representava), prevendo a geral decadencia da architectura, ainda antes de principiar a acção lenta e poderosa da imprensa, que havia de supplantal-a e substituil-a, quiz deixar aos posteros um documento, que lhes satisfizesse a curiosidade e lhes patenteasse o genio da arte, que exaggerados innovadores haviam de taxar de barbara. O seu livro lançaria viva luz nas obras dos architectos da edade media, provar-lhes-ia o valor e a importancia, e viria talvez a servir-lhes de egide que as salvasse da injusta e immerecida condemnação que soffreram dos apostolos do renascimento. A cubiça d'um frade antecipou a descoberta do livro, e fez com que a mais ninguem aproveitasse o trabalho litterario do artista senão a Martim Lourenço.

Este, porem, utilisou muitissimo. Apreciara antecedentemente as maravilhas do templo, como um ignorante de musica se deleita, escutando as melodias da *Norma* ou da *Somnambula*. Depois, pelo estudo do livro, adquirira um novo sentido, que lhe dava a percepção do que ha occulto e mysterioso no edificio. As columnas, as ogivas, as arcadas, as pyramides que apontam ao céo, os portaes povoados de figuras, as janellas bandeiradas de rendados, o espelho da fachada, kaleidoscopio de vidros multicôres, tudo lhe fallava ao coração e lhe arrebatava a phantasia como os versos expressivos d'um grande poema. Dedicou-se com ardor ao estudo do monumento e da arte que o produziu. Aos vinte annos sabia mais que a maior parte dos architectos consummados.

Nessa edade acompanhou á Africa seu pae, que D. João II encarregou de obras importantes nas fortificações de Tanger e de Arzilla.

A mudança de continente, de clima e de habitos desenvolveu-lhe ainda as faculdades da alma e as forças do corpo. Abriu-lhe, sobre tudo, o espirito ao sentimento da natureza, que só inspiram os grandes espectaculos naturaes. O horisonte da Canoeira, onde a contemplara, era, para tal fim, muito mais apertado que o do templo para o estudo da arte. Mas durante a viagem vira já a superficie indefinita do mar e a vastidão dos céos não interceptada pelas curvas caprichosas das serranias. Depois, nas plagas africanas a influencia reciproca da atmosphera, do oceano e da terra offereceu-lhe maior variedade de phenomenos, scenas inteiramente novas, quadros surprehendentes e imprevistos.

Do oceano mais em particular recebeu emoções que nunca experimentara. Deleitava-se de dia na contemplação das côres variadas e cambiantes da superficie liquida, de noite a ver as ficções maravilhosas da ardentia e a escutar o rolo harmonioso e cadente das ondas, que se quebravam nas ribas escarpadas. No que, porem, muito se comprazia era em assistir aos espectaculos temerosos das tormentas. Parecia-lhe então o mar um lidador agigantado que luctava, como tantas vezes elle proprio, com forças contrarias e apparentemente superiores. Agradava-lhe ao ouvido a musica terrivel e sublime dos trovões que ribombavam nas procellosas nuvens, os grandes estridores das vagas a quererem imital-os, e os gritos roucos e plangentes das aves marinhas.

Aprendeu a natação para melhor afrontar os perigos do Oceano. Associado aos pescadores, dobrava com elles o cabo de Espartel, e acompanhava-os nos frageis bateis ao mar alto para tomar parte nas almadravas e ou-

tras pescarias. Passado pouco tempo, excedia os mais esforçados e os mais habeis em dirigir o leme, manejar os remos, ou arpoar os volumosos cetaceos.

Na terra habituou-se a soffrer as inclemencias do clima, o excessivo calor do sol, a escaldadura do sirocco, resequido pelos areaes ardentes, as chuvas copiosas que os ventos traziam ora do Atlantico, ora do Mediterraneo, conforme o rumo d'onde sopravam. Nas serras do Xixuão, Farrobo e outras ramificações dos Montes Claros ou Atlantes, frequentando as aldeias dos moiros alliados dos portuguezes, apprendeu-lhes a lingua e os costumes, e adestrou-se em sua companhia na caça dos leões, dos tigres, das onças e das outras feras proprias d'aquellas regiões.

Tal era Martim Lourenço, dez annos antes dos successos referidos nos capitulos anteriores.

(Continúa.) A. FILIPPE SIMÕES.

RÁPIDA RESEÑA HISTÓRICA DE LA LITERATURA DRAMATICA ESPAÑOLA

Sabido es que hay géneros literarios, de los cuales no goza el hombre solo, sino en reunion; y por lo tanto, estos géneros deben tenér cierto mecanismo, ciertos resortes que muevan igualmente al sabio que al ignorante, y que instantaneamente arranquen al espectadór las muestras de aprobacion ó desagrado. De estos, sin duda alguna, el principal es el dramatico; y proponiendose como fin immediato, instruir y deleitár al pueblo, tiene que ser el reflejo de sus costumbres y de sus creencias, y el retrato de su civilizacion. Por esto, el *drama erudito,* duró poco en nuestra España, y fué aborrecido del pueblo, por que ¿como habia de agradarle la relacion de hechos que nada le importaban, y la invocacion de Dioses que no conocia? De aqui, que nuestra comedia naciese del romance, y de la novela, por que estos eran esencialmente nacionales, por que estos pintaban las costumbres del pueblo, para quien se hacian, y no de las tragedias de *Sófocles,* y *Euripides.*

El origen de nuestro teatro se pierde en los primitivos tiempos de la Monarquia; y aun cuando no hay pruebas que lo atestigüen; nos basta la sola razon de que los hombres siempre han de haber querido imitár las acciones de la vida.

Desde muy antiguo sabemos que los *Juglares* iban de pueblo en pueblo, ya cantando trovas y danzando, ó ya haciendo *juegos de escarnio,* en los cuales su principál objeto era escitar la risa, para cuyo fin no omitian dichos ni gracias por indecentes ó inmorales que fuesen.

De esto, y del prurito de copiár la legislacion romana, provino, á mi modo de ver, que en tiempo de D. Alonso el Sabio, se les declarasse *infames* por las Leyes, y de aqui la preocupacion que aun en nuestros dias se conserva, de tener en menosprecio á los cómicos. Pero esta declaracion fué tan solo estensiva á aquellos que se hicieron dignos de ella por su conducta é inmoralidád; y prueba que el arte no se tenia aun por tal entonces, cuando la misma *Ley de Partidas* permite á los clérigos representár los *misterios,* pero no los *juegos de escarnio,* por que dice —«*facen muchas desaposturas é villanias.*»—

De modo, que los primeros ensayos de nuestra poesia dramatica se dividen en *juegos de escarnio* y *misterios;* de aquellos, nada ha quedado, lo cual hace creér que la mayór parte serian improvisados en el acto de representarse: de los misterios, que reproducian los de nuestra religion, los pocos restos que hoy tenemos se conservan en los archivos de las Catedrales.

A los *juegos de escarnio,* sucedieron los *entremeses,* en los que se imitó la inmoralidád de aquellos, lo que induce á creér que serian muy semejantes, ó los mismos *juegos* puestos en lenguage mas moderno.

Hasta el Siglo 14. no hallamos composicion alguna que merezca el nombre de dramatica; esto es—«*La danza de la muerte, ó danza generál en que entran todos los estados de gentes* — atribuida, por algunos, al *Rabi Don Santo Carrion.* Se escribió en coplas de arte mayór, y su estilo es bastante bueno.

Desde esta composicion, hasta la época de los Marqueses de *Villena,* y *Santillana* (Siglo 15.) no volvemos á encontrár vestigios de poesía dramatica; aquél, escribió una *comedia alegorica,* que se representó en Zaragoza en la proclamacion del Infante de Castilla D. Fernando, el Honesto; este, compuso la *Comedieta de Ponza,* que no merece nombre de tal, sino por que está en forma de diálogo. Otro ensayo de poesía dramatica es el *Diálogo entre el amór y un viejo,* escrito por *Rodrigo de Cota;* pues aun cuando no tiene argumento ni artificio dramatico, es digno de notarse por la elegancia que demuestra en el habla castellana. Existe tambien de este tiempo, un famoso *Diálogo pastoril* en coplas de arte menór, cuyo autór aseguran unos ser el mismo *Cota,* aunque el sabio *Padre Mariana* dice ser *Hernando del Pulgar.*

Mas el primero que en el Siglo 15., sin advertirse de ello siquiera, compuso algo que se podia llamár *comedia* fué *Juan de la Encina,* que dejó una coleccion de piezas, que aunque las tituló *Eglogas,* pueden considerarse como *dramas,* ya por su caracter, y ya tambien por que fueron representadas por *histriones,* en casa del *Duque de Alba,* en ciertas solemnidades, y particularmente en

la *Noche Buena ó Semana Santa.* Por este tiempo se representaban ya algunas otras *Eglogas* en casa de los Grandes del Reino.

Pero la joya de mas valór que posée la literatura de este Siglo, es *La Celestina,* novela en diálogo que consta de veinteun actos, el primero de *Rodrigo de Cota,* y los veinte restantes del *Bachillér Fernando de Rojas.* El primer acto salió á luz con el titulo de *comedia;* pero el autór de los otros veinte la tituló *tragi-comedia de Calisto* y *Melibea.* El principal mérito de esta composicion, además de un puro y correcto lenguage, consiste en que por ella se dió mas complicacion al argumento, y se pasó desde las sencillas *Eglogas* de *Juan de la Encina,* a piezas cómicas. Se me dirá que tenia defectos, tales como afectár mucha erudicion, particularmente en la mitologia, pero esto era costumbre de la época. El verdadero lunár, que á mi entendér, tiene, es la inmoralidád.

Otro de los primeros autores de nuestro teatro fue *Bartolomé de Torres Naharro,* que hizo representár en Roma bajo la proteccion del Pontifice Leon x. sus ocho comedias, que con el titulo comun de *Propaladia,* y acompañadas de un Prólogo en que presenta los preceptos de la poesia dramatica, según el los entendia, imprimió en Napoles en 1517., donde concurrian muchos españoles, a causa de las guerras.—«El verso y lenguage, (dice el distinguido literato Señor D. Ramon de Mesonero Romanos)» son ya correspondientes al género cómico, y se «conocen los progresos que habia hecho el habla—.» Naharro dividió sus piezas cómicas en actos, que llamó *jornadas,*—«por que (como el mismo dice) «mas parecen descansaderos que otra cosa.—» Fué el inventór de los tres géneros de comedias que después hemos tenido, es decir, del novelesco, de costumbres, y fabuloso ó mitológico.

Hasta ahora hemos visto á nuestro teatro irse desarrollando espontaneamente. Las formas de esta literatura debian ser acomodadas al gusto de la época, y asi sucedió; pero como á la sazón estaba muy en auge la literatura antigua, los eruditos quisieron imitar al *Teatro griego* y aclimatarlo en España. Trabóse por consiguiente una lucha entre lo que se llamaba *uso antiguo,* y *uso moderno,* lucha que no terminó hasta que Lope de Vega, haciendose dueño del teatro, aseguró el *uso nuevo* para siempre.

Al tratár de asimilarse á los antiguos, empezaron por traducir sus obras, como se observa en la del *Anfitrion de Plauto,* hecha por *Francisco de Villalobos,* impresa en Zaragoza en 1515., que es la primera de nuestro teatro, escrita en prosa. Otros siguieron el ejemplo de *Villalobos,* traduciendo algunas, como lo comprueban las de *Los Menechmos,* y *El Milite glorioso* de *Plauto,* el *Pluto* da de *Aristófanes,* y la *Medea* de *Euripides.* A estas traducciones, y á una imitacion de *Los Menechmos,* hecha por *Juan de Timoneda,* se redujeron los esfuerzos para trasladár á España la comedia clásica.

Conocidos los primitivos autores que dieron idea del teatro, falta examinár el estado en que este se hallaba. El aparato era correspondiente á los dramas, como lo espresa Cervantes en el Prólogo de sus comedias, diciendo;—«todos los aparatos de un autór..... «se encerraban en un costál, y se cifraban «en cuatro pellicos blancos, guarnecidos de «guardameci dorado, y en cuatro barbas y «cabelleras, y cuatro calzas, poco mas ó me«nos.—» Y después añade;—«El adorno del teatro era una manta «vieja tirada con dos «cordeles de una parte á otra, que hacia lo «que llaman vestuario, detrás de la cual es«taban los músicos cantando algún romance «antiguo.—»

Casi del mismo modo se esplica el representante *Agustin de Rojas Villandrando,* en su *Viage entretenido.* (Madrid. Imp. Real. 1603.) Loa 8.ª que empieza.

—«Y porque yo no pretendo
hablár de gente extrangera,
si, de nuestros españoles,
digo, que *Lope de Rueda*
gracioso representante,
y en su tiempo, gran poeta,
empezó á poner la farsa
en buen uso, y ordem buena—» etc.

De donde se deduce, que el teatro estubo en totál abandono, hasta que *Lope de Rueda* le modificó notablemente, pues como dice Cervantes—«sacó á la comedia de mantillas, «la puso en toldo, y la vistió de gala y apariencia—.»

Esto quizá consistia en que las compañias andaban ambulantes, hasta que se establecieron los primeros teatros de España, que fueron los de Valencia, Sevilha y Madrid. A *Lope de Rueda,* actór y autór á un tiempo de comedias, se le puede considerár como el padre de nuestro teatro, por que en sus comedias, que son cuatro, se encuentra ya complicacion en el argumento, y facilidád para pintár los caracteres. Por esto, y su habilidád para representár, hacen de él grandes elogios *Cervantes* y *Antonio Perez,* apellidándole este último —«el embeleso de la Corte de Felipe 2.º—». Sus comedias estan en prosa, y las mejoras que introdujo en el teatro debieron ser grandes, por que una de ellas es de *magia.*

Con efecto, el impulso estaba dado; la senda señalada; todos se lanzaron por ella.

Muchos fueron los que escribieron después de *Lope de Rueda,* entre ellos Francisco de Avendaño, que compuso *La Florisca,* dividida

en tres jornadas, alabándose de ser el primero que tal hizo, aunque *Virués Rey de Artieda,* y *Cervantes,* se jactaron con posterioridád de lo mismo. *Juan Rodrigo Alonso,* alias *Pedraza,* que escribió la comedia de *Santa Susana,* la primera de *Santos* que posée nuestro teatro. *Vasco Diaz Zanco,* naturál de Fregenál, en Estremadura, autór de tres tragedias tituladas *Amon, Absalon,* y *Saúl* en los montes de Gelbóe. *Feliciano de Silva,* que compuso *La segunda Celestina,* muy inferiór en mérito á la primera. El sevillano *Juan de la Cueva de Garozas,* que se ejercitó en asuntos de todas clases; el valenciano *Cristoval de Virués,* que escribió varias tragedias; y *Cervantes,* que compuso muchas comedias, en las cuales, á decir verdád, no se reconoce al inmortal autór del *Quijote.*

Por este tiempo, el teatro habia tomado gran vuelo, segun el testimonio de *Cervantes,* en el *Prólogo* referido de sus comedias, y de *Agustin de Rojas Villandrando,* en la misma Loa 8.ª, que dice;

..... Después de esto
se usaron otras sin estas,
de moros y de cristianos
con ropas y tuniquelas;
estas empezó *Berrio;*
luego los demas poetas
metieron figuras graves
como son Reyes y Reynas.
.....
y ya en este tiempo usaban
cantár romances y letras;
y estas, cantaban dos ciegos
naturales de sus tierras.

Hacian cuatro jornadas,
tres *Entremeses* en ellas,
y al fin con un bailecito
iba la gente contenta.

Pasó este tiempo, vino otro,
subieron á mas altezas,
las cosas ya iban mejór;
.....

Hacian versos hinchados,
ya usaban sayos de tela,
de raso, y de terciopelo,
y algunas medias de seda.

Ya se hacian tres jornadas,
y hacian retos en ellas,
cantaban á dos y á tres,
y representaban hembras.

Llegó el tiempo en que se usaron
las comedias de apariencia,
de Santos y de tramoyas,
y entre estas, farsas de guerra.
.....

Cantábase á tres y á cuatro,
eran las mugeres bellas,
vestianse en hábitos de hombre,
y bizarras y compuestas,
á representár salian
con cadenas de oro y perlas.

Sacábanse ya caballos
á los teatros, grandeza
nunca vista hasta este tiempo,
que no fué la menór de ellas.

En efeto, este pasó;
llegó el nuestro que pudiera
llamarse *el tiempo dorado....* etc.

Hasta aqui, la infancia de nuestro teatro; hasta aqui, la comedia no era mas que una continuacion de escenas, llenas de sales groseras; hasta aqui, se puede decir que no teniamos aun teatro nacionál; pero, por fortuna, y para gloria nuestra, apareció un hombre colosál que le sacó de la oscuridád en que yacia, poniendole á tal altura, que fué la admiracion de Europa. Este hombre célebre se llamó *Frey Lope Felix de Vega Carpio.*

Nació en Madrid á 25 de Noviembre de 1565. Desde muy niño demostró su aficion á la poesia, siendo tal, que componia versos para cambiarlos por juguetes con sus compañeros; y á los once años, como el mismo lo dice en su *Arte nuevo de hacér comedias,* habia ya compuesto algunas piezas cortas. Sirvió al Obispo de Avila; después se hizo militár; estuvo de Secretario del Duque de Alba, y posteriormente casó con D. Isabel de Ampuero Urbina y Cortinas, residiendo en Madrid hasta que habiendo muerto á un contrario suyo en un desafio, tuvo que refugiarse en el reino de Valencia. Muerta su esposa, se embarcó en *La armada invencible;* á su regreso á Madrid entró de Secretario del Marqués de Malpica, y después del Conde de Lemos, hasta que contrajo segundas nupcias con D. Juana de Guardio, de quien tuvo dos hijos. Al fallecimiento de uno de estos, y de su mugér, pensó *Lope* retirarse del mundo, haciendose Hermano de la Orden Tercera, entrando luego en la Congregacion del Caballero de Gracia, ordenandose de Sacerdote en Toledo, y perteneciendo después á la corporacion de Presbitéros naturales de Madrid, de la que llegó á ser Capellán Mayór.

La multitúd de sus escritos, casi fabulosa, pues aseguran, su intimo amigo y admiradór *D. Juan Perez de Montalban,* y el sabio *D. Nicolás Antonio,* que en 1635., año de su fallecimiento, ascendia á mil ochocientos el número de sus comedias, le adquirieron una gran reputacion en todo el Orbe. El pueblo le apellidó «*Fenix de los ingenios;*» el inmortál Cervantes, «*monstruo de la naturaleza;*»

y el citado Agustin de Rojas Villandrando, en su *Viage entretenido,* dice de él;

—«Compone Lope de Vega
(la *Fénix* de nuestros tiempos
y Apolo de los poetas)
tantas farsas por momentos
y todas ellas tan buenas,
que ni yo sabré contallas,
ni hombre humano encarecellas—» etc.

Las gentes se paraban en la calle cuando pasaba, para admirarle, y los extrangeros le buscaban. El Papa Vrbano 8.° *(Barberini)* le escribió una carta de su puño, confiriendole el grado de Doctór en Sagrada Teologia por la Academia de la *Sapientia* de Roma, y el hábito de la inclita y militár orden de S. Juan de Jerusalen. Murió Lope de Vega en 1635. y su entierro se verificó con mucha pompa, en medio del sentimiento generál.

Creo que nada dará una idea mas exacta de lo que debe nuestro teatro á Lope de Vega, que copiár las palabras del erudito D. Agustin Duran—«El cáos (dice) que desembrolló «Lope de Vega para fundár el sistema drama«tico, hasta ahora mas bien sentido que defi«nido, fué inmenso. Las sencillas *Eglogas* de «*Juan de la Encina;* las *comedias* ya mas cul«tas é ingeniosas de *Torres Naharro;* las *far«sas* de *Lope de Rueda, Timoneda,* y otros, «incrustadas de cuentos novelescos; los *dramas* «informes, hinchadamente épicos y gigantescos «de *Cueva, Argensola,* y *Virués,* que olian to«davia á la erudicion del mal gusto; el amór «humano asimilado al mistico y metafisico; la «gala, la riqueza, y la tendencia melancólica «de la poesia árabe, provenzál, é italiana; las «hermosisimas, y variadas combinaciones mé«tricas de los petrarquistas, introducidas en«tre nosotros por *Boscan* y *Garcilaso;* la gra«cia sencilla y tierna que caracterizaba nues«tras canciones populares; el tono épico, gra«ve, y solemne con que en nuestros roman«ces heroicos ó de historia se cantavan las «glorias, los desastres, y la conquista nacio«nál, la gala y brio descriptivo de los ro«mances moriscos y caballerescos; todo, todo «existia ya, todo era populár en la civiliza«cion castellana, á principios del Siglo 17. «Solo faltaba una inteligencia superiór que «abarcando con una mirada sola este caos de «elementos determinados, y despojandolos de «sus formas divergentes, supiese ponerlos en «armonia, para creár un todo conveniente, «cuya belleza simpatizase con las masas po«pulares á quienes debia servir de instruc«cion, de moralidád, de placér, y de recreo, «y á quienes en fin, como en un espejo, se «debia retratár para si proprias y para la «posteridád.—»

—«Pues bien, el hombre que supo aproxi«már elementos tan distantes, y edificár con «ellos un monumento real ó idealmente bello «y armonioso, fué *Lope de Vega.* Creó su «drama, y creado, se le presentó al pueblo, «y le dijo; he aqui tu poesia; he aqui la ver«dadera creacion que debes continuár para «ser sublime, para ser originál é independien«te; por que esta obra, aunque salida de mis «manos, es propia tuya; por que se ha formado «de tus leyes, tus costumbres, tu saber, tus «gustos, tus sentimientos, tus creencias, y en «fin, de tu propia sustancia.—»

Para llevár á cabo tamaña empresa, debia ser *Lope de Vega* lo que fué. La naturaleza le habia dotado de una imaginacion rica; por lo cual, en sus comedias supo unir á la fecundidád el interés de la accion, las galas de la poesia, la fluidez de una versificacion correcta, y la descripcion de los caracteres, particularmente mugeriles; y es lástima que la complicacion en su accion, la inverosimilitúd y el olvido de casi todas las reglas, quiten tanto mérito á sus producciones. Pero esto era á causa del abuso de su ingenio, pues segun el mismo nos dice en su «*Arte nuevo de hacér comedias en este tiempo.*» (Madrid. 1621.)

—«Y mas de ciento en horas venti cuatro pasaron de las musas al teatro.—»

Bien conoció los defectos de que adolecia, cuando los declaró de este modo;

—«Mas ninguno de todos llamár puedo
mas bárbaro que yo; pues contra el arte
me atrevo á dar preceptos, y me dejo
llevár de la vulgár corriente, á donde
me llamen ignorante Italia y Francia.—»

Lo que prueba que *Lope* se hubiera corrigido, si el público no los hubiera dejado pasár. Por lo demás, la mejór señal del aprecio que ha merecido el autór de *La estrella de Sevilla, El premio del bien hablar, El anzuelo de Fenisa, Lo cierto por lo dudoso, El mejór Alcalde el Rey, El perro del hortelano, La moza de cántaro, Los milagros del desprecio, La bella mal maridada; Si no vieran las mugeres!...* y otras mil, es que los extrangeros han buscado sus obras para imitarlas.

El inolvidable y ejemplár sacerdote *D. Alberto Lista y Aragón,* tan justamente celebrado en las ciencias exactas, como en literatura, con cuya idoneidad en estudios que parecen incompatibles, pudiera considerásele un *rara avis in terra,* clasifica las composiciones dramaticas de *Lope,* en *comedias de costumbres,* llamando asi á aquellas en que se pintan los vicios del hombre en sociedad. Tuvo que limitar-se por las circunstancias de la época, á las clases mas abyectas, como en *El Rufian Castrucho.— Comedias de intrigas y de amór,* llamadas generalmente de *capa e espada.—Comedias pastoriles—Comedia heroica* ó de sucesos verdaderos, ó creidos tales, como la historia de *Bernardo del Carpio.— Tragedias,* que las tituló asi por

que el desenlace era lastimoso, aunque la forma fuese la misma que usaba en sus dramas.— *Comedias mitologicas.*— Comedias de Santos,— y Comedia filosofica ó idéal, en que se conoce la intencion de desenvolver alguna máxima de moral universál.

Aunque la prodigiosa fecundidád de Lope era suficiente para abastecér la escena, sin embargo, hubo en su tiempo otra infinidád de autores, de los cuales solo citaré algunos; el *Doctór D. Antonio Mira de Mescua, ó Amescua,* naturál de Guadix, que compuso entre outras, *Galán valiente y discreto, El esclavo del diablo etc.— D. Guillen de Castro y Bellvis,* valenciano, célebre por sus *Mocedades del Cid,* de los que supo sacár gran provecho el literato francés *Corneille,* para su tragedia magna *El Cid,* —«siendo «preciso confesár (dice *Voltaire*) que todas «las bellezas de esta (la *tragedia*) se encuen«tran en el original español.—». *Luis Velez de Guevara,* imitador de *Lope,* que escribió unas cuatrocientas comedias, de las cuales merece sin duda alguna el primér lugar, la titulada *Reinár después de morir.*—El Doctór *D. Juan Perez de Montalvan,* discipulo de *Lope,* y uno de sus mas ardientes imitadores, que segun el miesmo dice en su *Para todos,* escribio treinta y seis comedias, entre las cuales hay algunas como *La toquera Vizcaina, La mas constante muger, Cumplir con su obligación, De un castigo dos venganzas* etc. que aun en el dia son representadas con aplauso.

Cervantes, en el ya mencionado *Prólogo de sus comedias,* nos da noticias de los principales contemporaneos de Lope;—«no por «esto (dice) dejan de tener precio los traba«jos del *Doctor Ramón,* que fueron los mas «después de los del gran *Lope;* estimanse las «trazas artificiosas em todo estremo del *Li«cenciado Miguél Sanchez;* la gravedád del «*Doctor Mira da Mescua,* honra singular de «nuestra Nación; la discripcion e innumera«bles conceptos del *Canónigo Tarregas;* la «suavidád y dulzura de *Guillén de Castro;* «la grandeza de *Aguilar;* el rumbo, el tropél, «el boato, y la grandeza de las comedias de «*Luiz Velez de Guevara;* y las que ahora «están en jerga del agudo ingenio de *D. An«tonio de Galarza,* y las que prometen *Las «fullerias de amór* de *Gaspar de Avila;* que «todos estos y algunos otros, han ayudado á «llevar esta gran máquina del gran *Lope.*—»

Hasta ahora hemos visto que estos autores se apartaban poco de el; pero hubo otros que sin destruir el edificio, cuyos cimientos habia puesto, supieron dar á sus composiciones un caracter particulár.

Estos, entre outros, fueron el R. P. M. *Fray Gabriel Tellez,* conocido con el seudónimo de *Tirso de Molina; D. Agustin Moreto y Cabana; D. Juan Ruiz de Alarcón y Mendoza;* y *D. Francisco Perez de Rojas y Zorrilla.*—«A *Tirso de Molina* (dice el illustrado *D. Antonio Gil y Zárate,* en su excelente *Manuál de literatura española)* «le fue con«cedida la *vis cómica* en su mayór grado; á «*Moreto* la gracia y naturalidad; á *Alarcón* «la filosofia y perfeccion de estilo; á *Rojas* «la energia; y á *Calderón* el arte en la dis«tribución de la fábula, la sublimidád, y la «magia del lenguaje.»—

Tirso de Molina, es autór de muchas comedias que han adquirido grande reputacion, tales como *Celos con celos se curan, Pruebas de amór y amistád, etc.;* pero su género favorito era el amor encubierto en rústicos sayales, por esto es inimitable en *La villana de Vallecas, La villana de la Sagra, Mari Hernandez la gallega etc.* El fué quien primero trató asuntos que después han sido imitados por autores nacionales y extrangeros, como *D. Alvaro de Luna, El burlador de Sevilla,* y otras. *Tirso,* no hay duda, que aventajó á sus antecessores y á muchos de los que le sucedieron, pero es demasido liviano.

Mucho habia adelantado nuestro teatro, es verdad, pero aun se resentia de algunos vicios; aun no habia llegado al grado de perfeccion que debia; por lo tanto, era necessario un hombre igual á Lope en genio, pero que le escediése en juicio, que le acabasse de poner á la altura que correspondia.

Este hombre fue el insigne *D. Pedro Calderón de la Barca.* Nascido en Madrid en el año de 1600 desde muy niño dio muestras de su privilegiado ingenio. Estudió en el Colegio de P. P. Jesuitas, y después pasó á la Universidade de Salamanca. Teniendo solos trece años, compuso su primera comedia titulada *El carro del cielo.* Durante diez años peleó en Italia y Flandes. Llamóle el Rey D. Felipe IV á la Corte, y le concedió el habito de la orden militár de Santiago: entonces compuso en ocho dias, para representarse en el estanque de los Jardines del *Buen-Retiro,* la comedia *Certamen de amór y celos,* partiendo en seguida á campaña á pesár de las suplicas del Rey, en la espedicion á Cataluña, con las Ordens militares. Vueltó á Madrid, á los 51 años del Siglo, y de su edád, se hizo Sacerdote. Su muerte acacció á los 81 años, en 25 de mayo.

En todos los géneros de poesia dramatica que recorramos, en todos alcanzó gloria, en todos sobrepujó á los demás poetas; de suerte, que *D. Pedro Calderón de la Barca,* puede considerar-se como la cúspide de nuestro teatro; ¡á tal altura, solo á él era permittido llegar! Después veremos descender nuestras glorias teatrales muy rapidamente.

Hay en las comedias de *Calderon* mas artificio que en las de *Lope de Vega;* su plan está mejor desarrollado, prueba de que en su confección habia mas detenimiento. En

cuanto á la regularidád de su plan, brillan sus obras siguientes —«*Mejór está que estaba, Dicha y desdicha del nombre, Casa con dos puertas mala es de guardár etc.*» En el género trágico son inimitables, «*La vida es sueño, El médico de su honra,* y *El Tetrarca de Jerusalén.*» Sobresale también en las llamadas de enredo, y de capa y espada, como «*La dama duende, El escondido y la tapada, Gustos y disgustos, etc.*» Pero el género predilecto de *Calderón,* donde se conoce al *Principe de los poetas dramaticos españoles,* es en sus *Autos sacramentales,* especies de dramas religiosos, de los cuales nadie se habia ocupado desde los antiguos *misterios,* que se representaban costeados por los ayuntamentos para solemnizar ciertas fiestas eclesiasticas, particularmente la del *Corpus Christi.*

En una palavra, y como complemento de cuantas alabanzas sea digno *Calderón,* no solo fué siempre admirado y objecto de imitacion de los auctores españoles, sino también de los extrangeros. *Corneille* tradujo su *Mariene;* el gran *Moliere* tomo de *No hay burlas con el amór,* el tipo de la mugér literata, y *Metastasio* le imitó repetidas veces.

Al proprio tiempo que *Calderón,* brillaban, *D. Agustin Moreto y Cabana,* que tambien mereció la proteccion de Felipe IV, con *El Rico hombre de Alcalá, De fuera vendrá, quien de casa nos echará, El desdén con el desdén etc.* Sus comedias, aunque no tienen el artificio de las de *Calderón,* estan trabajadas con mucho cuidado. Se le achaca el defecto de habér tomado la mayor parte de sus argumentos, de comedias antiguas, é inventó con *El lindo Don Diego,* la comedia de *figurón.*

D. Juan Ruiz de Alarcón y Mendoza, naturál de Tasco, poblacion minera, en el reino de Nueva España, escribió sus comedias con mucha filosofia, y su lenguaje es casto y urbano, sin dejar por eso el diálogo de tenêr viveza y sal. Es sabido que *Corneille* tomó de *La verdád suspechosa,* de este autór, el argumento de *Le Menteur.* Sus principales comedias son *Las paredes oyen, El examen de maridos, El tejedór de Segovia,* primera y segunda parte etc.

D. Francisco Perez de Rojas y Zorrilla, naturál de Toledo, Caballero del hábito de Santiago, fue uno de los primeros poetas dramáticos. En el género sublime y tragico nos ha dejado muestras que admirar, en *Garcia del Castañár, Casarse por vengarse,* y otras. En las comedias de intriga sobresalió con *No hay amigo para amigo, Don Lucas del Cigarrál, Donde hay agravios no hay celos etc.*

Desde que *Lope* dió el grande impulso al *teatro* hasta que se hundió com *Calderón,* florecieron otra multitúd de ingenios, de los cuales solo citaré algunos; *Don Juan de Matos Fragoso,* insigne portugués, natural de Alvito, el alcalaino *D. Antonio Solis y Rivadeneira,* el madrileño *D. Juan de la Hoz y Mota,* el granadino *D. Alvaro Cabillo de Aragón,* los discretos poetas andaluces *D. Diego y D. José de Figueroa y Cordoba, D. Fernando de Zárate, D. Luis Belmonte Bermudez y Rivera,* y el malagueño *D. Francisco de Leiva Ramirez de Arellano etc., etc.*

El reinado de Felipe IV será siempre mirado como la época de gloria de nuestra litteratura.

Pero tanto esplendór, vino á quedár reducido casi a una completa oscuridád, en el seguiente de Carlos II. La única escepcion fué el asturiano *D. Francisco Antonio de Bances Candamo,* autór entre otras muchas comedias de *El desgracido Macias, El esclavo en grillos de oro,* y *El Sastre del Campillo.*

Si tal abatimiento habia sufrido nuestro teatro en el reinado de Carlos II, ¿cual no sufriria cuando muerto este, se empeñó la España en la sangrienta guerra de sucesion, cuando occupados en destruir nadie pensaba en crear? En efecto, la guerra por un lado, y por otro la introduccion de la opera italiana, todo contribuyó á abatir nuestra literatura dramatica, sin que en el reinado de Felipe V, ni en el siguiente diera señales de vida.

Los madrileños *D. Antonio Zamora* y *D. José de Cañizares,* fueron los únicos que á través de tanta oscuridád presentaron algunas piezas, aunque de escaso mérito, pues como dice el ya citado Sõr. Gil y Zárate — «bien que no parece sino que ya se habia «perdido el arte de versificár, pues general-«mente Zamora y Cañizares, son en estremo «flojos y lánguidos en esta parte, como to-«cando ya á la épocha del progreso.—»

En el género que estos poetas fueron mas afortunados es en el de comedias de *figurón,* como se comprueba en *El dómine Lucas* y *El montañes en la Corte, de Canizares;* y *El hechizado por fuerza, de Zamora.*

Desde entonces — «la Talia Española (se-«gún el sabio *Jovellanos)* pasó los Pirineos «para inspirár al gran *Moliere.*—»

En el reinado de Filipe 5.º todos los que escribieron pagaron el tributo á la época, haciendo comedias de circunstancias, tales como los *Triunfos de Filipe* V y *Glorias de Gabriela, Rey decretado del cielo,* y *Felipe* V *en Italia.* Al contemplar el cáos que alternaba en las producciones de aquella época, y la multitúd de autores ignorantes que abastecian el teatro, se desconoce seguramente la patria de los *Lopes* y de los *Calderones.*

En tiempo de Fernando VI, siguió el misma desorden, motivada, cada vez mas, por la estremada afecion á la opera italiana, y el

totál desprecio de la comedia nacionál. Entonces fué cuando se trataron de aclimatár otras composiciones con piezas de canto, á imitacion de los *Vaudevilles* franceses, que las titularon *Zarzuelas,* por que se ensayarón en la posesión reál que tiene este titulo.

Posteriormente se quiso introducír el gusto de la escuela greco-francesa, con arreglo á los preceptos de *Aristóteles, Horacio,* y *Boileau,* según los cuales compusieron casi todos los autores de la época; solo *D. Gaspár Melchior de Jovellanos y Ramirez,* se apartó de esta senda en *El delincuente honrado.*

El estremeño *D. Vicente Antonio Garcia de la Huerta,* trató de sacár á luz en medio de tal laberinto, los dramas de *Lope* y *Calderón;* pero al ponerlo en prática en su *Raquél,* demostró que no le era posible, pues sin querer, se vió arrastrado dentro del círculo que la razon y el gusto indicaban.

Por mucho tiempo continuó tal confusion. El sin número de poetastros, seguia inundando el teatro con sus pésimas producciones, y en medio de esta, en los primeros años del reinado de Carlos IV se refundieron algunas comedias de los autores antiguos; ¡pero en vano! ¡En medio de tal caos apenas podiam ser oidas! Entonces consiguió un puesto notable en la escena *D. Ramon Francisco de la Cruz Cano y Olmedilla,* con sus *Sainetes,* en los cuales es fuerza confesár que ninguno le ha igualado.

Después brilló *D. Tomás de Iriarte,* el cual con *El señorito mimado, Hacér que hacemos, La Señorita mal criada,* y algunas traducciones, hizo ganár algun terreno al teatro moderno, hasta que apareció su verdadero fundadór en España, *Ynarco Celenio* (D. Leandro Fernandez de Moratín) que dueño de un grande ingenio, espulsó de la escena á los que la profanaban, con sus *cinco* obras dramaticas, de las que dijo el insigne D. Ventura de la Vega.

> *Cinco* no mas; pero de luz tan pura,
> de juventúd tan fresca y tan lozana,
> que vivirán cuanto en la edád futura
> viva la hermosa lengua castellana.

He concluido. Conozco que los límites de una Memoria son estrechos relativamente á lo vasto del campo que he tenido que recorrér. Por esta razon he pasado ciertas épocas muy de ligero, sin hacer comparaciones ni reflexiones á que ellas daban lugár. En otras, habré sido demasiadamente difuso, pero á fuér de buen español, no he podido menos de consagrár un debil recuerdo á la memoria de los que han legado con el suyo, un nombre esclarecido á mi patria.

ENRIQUE DEL CASTILLO Y ALBA.

UM QUADRO DE JOSEPHA DE OBIDOS

Numa sala do convento do Carmo em Coimbra conserva a ordem terceira um quadro apreciavel de Josepha de Obidos. Representa o Menino Jesus, por forma que differe do typo commummente usado. É uma formosa criança em pé numa almofada vermelha sobre peanha de madeira. Na mão esquerda sustenta a esphera do mundo sobrelevada com a cruz, e tambem uma bandeira com os instrumentos da paixão. O braço e a mão direita estão postos de modo que parecem abençoar a esphera. Ao rosto de côr rosada, que exprime singular intelligencia, servem de natural moldura fartos e annelados cabellos loiros, cingidos com uma corôa de flores. E logo acima da cabeça o sol resplandecente.

O Menino traja veste de gaze, rematada de finas rendas, tão alva, tão fina e transparente, que deixa ver por debaixo as carnes, com suas côres proprias, tudo muito ao natural. Cinge a veste na cintura uma fita azul com pequena moldura doirada, na qual se lêm as seguintes letras — J. N. R. J. — Cobre-lhe o corpo, porém só na parte posterior, um comprido manto de velludo vermelho bordado. Em baixo, no chão á roda da peanha, vêm-se rosas, tulipas e amores perfeitos, pintados com aquelle mimo e delicadeza, que distinguem as flores do mesmo pincel. Ao lado direito lê-se — *Josepha, em Obidos 1680.* —

No meio da face anterior da peanha está o symbolo do cordeiro, atado de pés e mãos, em tudo similhante ao de muito maiores dimensões, que da mesma auctora se conserva na bibliotheca de Evora.

Note-se que, segundo refere o conde de Raczynski, é tambem de Josepha de Obidos um Menino Jesus com tunica transparente representado num quadro que se guarda no côro da egreja de Varatojo.

Entre os quadros que a sr.ª D. Maria Benedicto Castro e Mello, de Soure, mandou para a exposição districtal de Coimbra em 1869, havia tambem um pintado em cobre, que representava o Menino Jesus deitado, e que tinha o nome de Josepha de Obidos.

Pedia a obra que descrevemos mais detida analyse e considerações, já com relação ao pincel de Josepha de Obidos, já em respeito á eschola a que pertence esta pintora. Não quizemos, porém, mais que dar noticia aos amadores das bellas artes d'uma obra até hoje desconhecida na historia da pintura portugueza.

A. FILIPPE SIMÕES.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O INSTITUTO

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO

REDACTORES

José Teixeira de Queiroz

A. A. da Fonseca Pinto — A. M. Simões de Castro — Candido de Figueiredo

Luiz Carlos — Luiz Garrido — Vieira de Meirelles

Preços da Assignatura

Por anno em Coimbra.....	1$500
Para fóra de Coimbra, estampilhado	1$800
Para o Brazil (moeda fraca)	4$000
Avulso (tão sómente para os socios e assignantes)	160

Assigna-se no Gabinete do Instituto — Coimbra, rua do Infante D. Augusto.